ISSN 1677-7042

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CXLIX Nº 243

Brasília - DF, terça-feira, 18 de dezembro de 2012

SEÇÃO 1

## Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário ..... 1
Atos do Poder Legislativo ..... 2
Presidência da República ..... 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ..... 5
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 6
Ministério da Cultura ..... 7
Ministério da Defesa ..... 10
Ministério da Educação ..... 15
Ministério da Fazenda ..... 19
Ministério da Integração Nacional ..... 43
Ministério da Justiça ..... 46
Ministério da Previdência Social ..... 55
Ministério da Saúde ..... 55
Ministério das Cidades ..... 66
Ministério das Comunicações ..... 70
Ministério das Relações Exteriores ..... 75
Ministério de Minas e Energia ..... 76
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ..... 82
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 83
Ministério do Esporte ..... 84
Ministério do Meio Ambiente ..... 85
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ..... 85
Ministério do Trabalho e Emprego ..... 89
Ministério dos Transportes ..... 89
Conselho Nacional do Ministério Público ..... 92
Ministério Público da União ..... 93
Poder Judiciário ..... 119
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 120

## Atos do Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

**DECISÕES**
**Ação Direta de Inconstitucionalidade e**
**Ação Declaratória de Constitucionalidade**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

**Julgamentos**

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.565 (1)**
ORIGEM : ADI - 98284 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MATO GROSSO
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO SISTEMA FINANCEIRO - CONSIF
ADV.(A/S) : VICENTE GRECO FILHO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.066 (2)**
ORIGEM : ADI - 44806 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO - ANPT
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO - ANAMATRA
ADV.(A/S) : ANA FRAZÃO
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS E DISTRIBUIDORES DE PRODUTOS DE FIBROCIMENTO - ABIFIBRO
ADV.(A/S) : OSCAVO CORDEIRO CORRÊA NETTO
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DO CRISOTILA - IBC
ADV.(A/S) : CARLOS MIGUEL CASTEX AIDAR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ÁLCALIS, CLORO E DERIVADOS - ABICLOR
ADV.(A/S) : TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPOSTOS AO AMIANTO - ABREA
ADV.(A/S) : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
AM. CURIAE. : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : ARNOLDO WALD E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA - CNTI
ADV.(A/S) : MAURÍCIO CORRÊA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES PETROLEIROS, PETROQUÍMICOS E PLÁSTICOS NOS ESTADOS DE ALAGOAS E SERGIPE - SINDIPETRO AL/SE
ADV.(A/S) : LAERÇO SALUSTIANO BEZERRA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE GOIÁS
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS DE MINAÇU-GO
ADV.(A/S) : JOAO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : ANTÔNIO SILVIO MAGALHÃES JÚNIOR E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - FIEB
ADV.(A/S) : SILVANA FERNANDES SOUZA SAPUCAIA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS - FIEA
ADV.(A/S) : RICARDO DE ALBUQUERQUE TENORIO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(A/S)

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

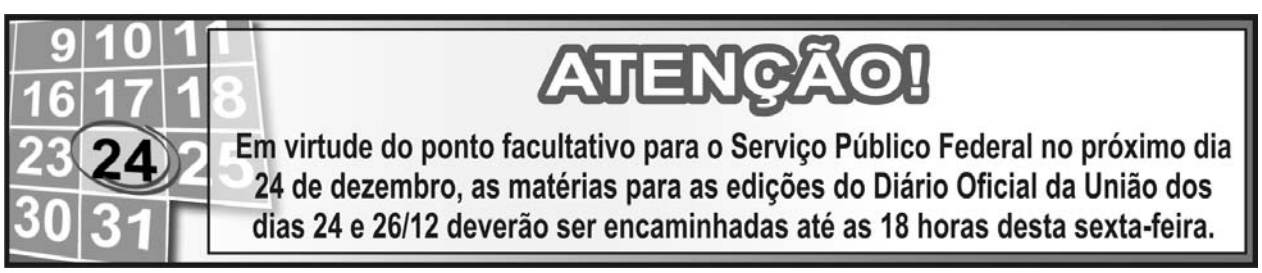
**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.439 (3)**
ORIGEM : ADI - 4439 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
INTDO.(A/S) : CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB
ADV.(A/S) : FERNANDO NEVES DA SILVA
AM. CURIAE. : FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO - FONAPER
ADV.(A/S) : FABRICIO LOPES PAULA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL (CRB)
ADV.(A/S) : HUGO SARUBBI CYSNEIROS DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (ANEC)
ADV.(A/S) : FELIPE INÁCIO ZANCHET MAGALHÃES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : GRANDE LOJA MAÇÔNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GLMERJ)
ADV.(A/S) : RENATA DO AMARAL GONÇALVES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMAÇÃO
ADV.(A/S) : SALOMÃO BARROS XIMENES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONECTAS DIREITOS HUMANOS
ADV.(A/S) : FLÁVIA XAVIER ANNENBERG E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ECOS - COMUNICAÇÃO EM SEXUALIDADE
ADV.(A/S) : SALOMÃO BARROS XIMENES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM)
ADV.(A/S) : SALOMÃO BARROS XIMENES
AM. CURIAE. : RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS (PLATAFORMA DHESCA BRASIL)
ADV.(A/S) : SALOMÃO BARROS XIMENES
AM. CURIAE. : ANIS - INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO
ADV.(A/S) : JOELSON DIAS E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ATEUS E AGNÓSTICOS
ADV.(A/S) : MARIA CLÁUDIA BUCCHIANERI PINHEIRO
AM. CURIAE. : LIGA HUMANISTA SECULAR DO BRASIL - LIHS
ADV.(A/S) : TULIO LIMA VIANNA
AM. CURIAE. : UNIÃO DOS JURISTAS CATÓLICOS DO RIO DE JANEIRO - UJUCARJ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS JURISTAS CATÓLICOS DO RIO GRANDE DO SUL
AM. CURIAE. : UNIÃO DOS JURISTAS CATÓLICOS DE SÃO PAULO - UJUCASP
ADV.(A/S) : IVES GANDRA DA SILVA MARTINS E OUTRO(A/S)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS**

| Páginas | Distrito Federal | Demais Estados |
|---|---|---|
| de 02 a 28 | R$ 0,30 | R$ 1,80 |
| de 32 a 76 | R$ 0,50 | R$ 2,00 |
| de 80 a 156 | R$ 1,10 | R$ 2,60 |
| de 160 a 250 | R$ 1,50 | R$ 3,00 |
| de 254 a 500 | R$ 3,00 | R$ 4,50 |

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107



**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.544 (4)**
ORIGEM : ADI - 4544 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.602 (5)**
ORIGEM : ADI - 4602 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB
ADV.(A/S) : AFONSO ASSIS RIBEIRO E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.607 (6)**
ORIGEM : ADI - 4607 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FABRÍCIO MENDES MEDEIROS
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.


**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**CASA CIVIL**
**IMPRENSA NACIONAL**

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

GLEISI HELENA HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**
**SEÇÃO 1**
Publicação de atos normativos
**SEÇÃO 2**
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
**SEÇÃO 3**
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

**A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas**

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787


**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.609 (7)**
ORIGEM : ADI - 4609 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.626 (8)**
ORIGEM : ADI - 4626 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S) : MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI E OUTRO(A/S)

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.036 (9)**
ORIGEM : ADI - 28471 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
AGTE.(S) : CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL - CSPB
LIT.ATIV.(A/S) : SINDICATO NACIONAL DOS MEMBROS DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO - SINMAGU
ADV.(A/S) : JOAQUIM PEDRO DE OLIVEIRA
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.378 (10)**
ORIGEM : ADI - 136221 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
EMBTE.(S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES
EMBDO.(A/S) : OS MESMOS
EMBDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.404 (11)**
ORIGEM : ADI - 9895 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
REQDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES FEDERAIS DA PRIMEIRA REGIÃO - AJUFER
ADV.(A/S) : JONAS MODESTO DA CRUZ

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.277 (12)**
ORIGEM : ADPF - 178 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS
ADV.(A/S) : REINALDO JOSÉ GALLO JÚNIOR

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

## DECISÕES

**Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental**
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

**Julgamentos**

**ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 59 (13)**
ORIGEM : ADPF - 131158 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE. : AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA
ADV.(A/S) : JOELSON DIAS E OUTRO(A/S)

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 177 (14)**
ORIGEM : ADPF - 83947 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PRODUTORES DE ALHO - ANAPA
ADV.(A/S) : JEAN GUSTAVO MOISÉS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS IMPORTADORES DE ALHO - ANIA
ADV.(A/S) : MURILO VOUZELLA DE ANDRADE
AM. CURIAE. : SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SAGASP
ADV.(A/S) : FELICÍSSIMO DE MELO LINDOSO FILHO
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA
ADV.(A/S) : RUY CARLOS DE BARROS MONTEIRO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FLORES DA CUNHA/RS
ADV.(A/S) : ALCIDES BARBOSA GARCIA

**Decisão:** Retirado de pauta em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

**EMB.DECL. NA ARGÜIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 132 (15)**
ORIGEM : ADPF - 25832 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
**RELATOR : MIN. AYRES BRITTO**
EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO EDUARDO BANKS
ADV.(A/S) : RALPH ANZOLIN LICHOTE E OUTRO(A/S)

**Decisão:** Retirado de mesa em face da aposentadoria do Relator. Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 26.11.2012.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

# Atos do Poder Legislativo

## LEI Nº 12.742, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e de Funções Gratificadas, destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Poder Executivo federal, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e as seguintes Funções Gratificadas - FG:

I - destinados ao Ministério da Integração Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM:

a) 1 (um) DAS-6;

b) 1 (um) DAS-5;

c) 22 (vinte e dois) DAS-4;

d) 22 (vinte e dois) DAS-3;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL

e) 49 (quarenta e nove) DAS-2;

f) 30 (trinta) DAS-1; e

g) 34 (trinta e quatro) FG-1; e

II - destinados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT:

a) 4 (quatro) DAS-4; e

b) 8 (oito) DAS-3.

Art. 2º O Poder Executivo disporá sobre a alocação dos cargos em comissão e funções gratificadas criados por esta Lei nas estruturas regimentais do Ministério da Integração Nacional, da Sudeco, da Sudam, da Sudene e do Dnit.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF
*Paulo Sérgio Oliveira Passos*
*Miriam Belchior*
*Fernando Bezerra Coelho*

# Presidência da República

## DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 567, de 17 de dezembro de 2012. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4848.

Nº 571 de 17 de dezembro de 2012. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 12.742, de 17 de dezembro de 2012.

## CASA CIVIL
## INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 13 de dezembro de 2012

Entidade: AR INSTITUTO SESCON-DF, vinculada à AC INSTITUTO FENACON RFB
Processo nº: 00100.000353/2012-23
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 87/2012 e consoante Parecer ICP 164/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR INSTITUTO SESCON-DF, vinculada à AC INSTITUTO FENACON RFB, com instalação técnica situada no Setor de Diversões Sul, Bloco D, 26, Mezanino 00, Asa Sul, Brasília-DF, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CERTISEG, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000363/2012-69
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 82/2012 e consoante Parecer ICP 153/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CERTISEG, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Rua Domingos Lopes da Silva, 890, Conjunto 104, Morumbi, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR FULLSEG, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000364/2012-11
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 83/2012 e consoante Parecer ICP 148/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FULLSEG, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada Rua Sampainho, 40, Cambuí, Campinas-SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR DIGITALSEG, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000407/2012-51
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 91/2012 e consoante Parecer ICP 172/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR DIGITALSEG, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Rua Rio Grande do Sul, 400, Conjunto 02 Centro, Poços de Caldas-MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR ATK, vinculada à SERASA CD, AC SERASA JUS e AC SERASA RFB
Processos nºs: 00100.000319/2012-59, 00100.000331/2012-63 e 00100.000307/2012-24
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 89/2012 e consoante Pareceres ICP 180, 181 e 182/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO os pedidos de credenciamento da AR ATK, vinculada à SERASA CD, AC SERASA JUS e AC SERASA RFB, com instalação técnica situada na Rua Veriano Pereira, 63, Conjunto 91, Saúde, São Paulo-SP, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CIRRUS, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000396/2012-17
Nos termos do Parecer CCAF/DAFN/ITI - 88/2012 e consoante Parecer ICP 179/2012 - APG/PFE/ITI, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CIRRUS, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Quadra C 01, Lotes 01/12, 623, Edifício Taguatinga Trade Center, Taguatinga, Brasília-DF , para as Políticas de Certificados já credenciadas.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

## SECRETARIA-GERAL
## SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

### PORTARIA Nº 12, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

**O SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 334, de 21 de novembro de 2012, D.O.U. de 22 de novembro de 2012, do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Aprovar o calendário de encerramento das atividades dos órgãos e entidades vinculados à Presidência da República e Vice-Presidência da República, referente ao exercício financeiro de 2012, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JERRI COELHO

ANEXO

### ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012

FUNDAMENTOS LEGAIS

Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, D.O.U. de 05.05.2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal.

Lei nº 12.465 de 12.08.2011, D.O.U. de 15.08.2011, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2012 e dá outras providências.

Lei nº 12.595, de 19.01.2012, D.O.U. de 20.01.2012, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Decreto nº 7.680, de 17.02.2012, D.O.U. de 17.02.2012 - Edição extra, alterado pelo Decreto 7.740, de 30.05.2012, D.O.U. de 31.05.2012 que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2012 e dá outras providências.

Decreto nº 6.976, de 07.10.2009, D.O.U. de 08.10.2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

Decreto nº 3.591, de 06.09.2000, D.O.U. de 08.09.2000 e suas alterações, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências.

Decreto nº 93.872, de 23.12.1986, D.O.U. de 24.12.1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.

Portaria nº 150 de 03.08.2012, D.O.U. de 03.08.2012, do Tribunal de Contas da União que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União quanto à elaboração dos conteúdos dos relatórios de gestão referente ao exercício de 2012.

Instrução Normativa nº 63, de 01.09.2010, D.O.U. de 06.09.2010, do Tribunal de Contas da União - TCU, que estabelece normas de organização e apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992.

Instrução Normativa nº 67, de 06.07.2011, do Tribunal de Contas da União, que dispõe sobre os procedimentos referentes as declarações de bens e rendas a serem apresentadas pelas autoridades e servidores públicos federais que aludem as Leis 8.429, de 02.07.1992, D.O.U de 02.06.1992 e 8.730, de 10.11.1993, D.O.U de 11.11.1993.

Decisão Normativa nº 119, de 18.01.2012, D.O.U. de 23.01 2012, alterada pela Decisão Normativa nº 121, de 13.06.2012, D.O.U. de 20.06.2012, ambas do Tribunal de Contas da União - TCU, que dispõem acerca das unidades jurisdicionadas cujos dirigentes devem apresentar relatório de gestão, referente ao exercício de 2012, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01.09.2010.

Decisão Normativa nº 124, de 05.12.2012, D.O.U. de 10.12.2012, do Tribunal de Contas da União - TCU, que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão as contas de 2012 julgadas pelo Tribunal, especificando a forma, os prazos de entrega e os conteúdos das peças complementares que as comporão, nos termos dos arts. 4º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

Aviso nº 01/2012-Gab.Min.JJ, de 24 de outubro de 2012 do Tribunal de Contas da União, que determina a inclusão nas contas prestadas anualmente pela Presidenta da República de elementos relacionados no citado Aviso e também de outros que julgar relevantes.

Ofício nº 34.569/0121/DECON/DF/SFC/CGU/PR, de 20 de novembro de 2012, que define critérios acerca da apresentação da Prestação de Contas da Presidenta da República, do Exercício de 2012.

**CALENDÁRIO**

**QUADRO I**

| ATIVIDADES SOB A RESPONSABILIDADE DAS UNIDADES GESTORAS JURISDICIONADAS | | |
|---|---|---|
| | **PROCEDIMENTOS** | **PRAZOS (ATÉ)** |
| 1) | Emissão de Nota de Empenho (original e reforço), exceto para as despesas excetuadas no Decreto de Programação Financeira nº 7.680, de 17.02.2012, alterado pelo Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012. | 07.12.2012 |
| 2) | Emissão de Nota de Empenho referente a despesas de pessoal a serem inscritas em Restos a Pagar Não Processados, cuja inscrição ocorrerá na data de 09.01.2013. | 31.12.2012 |
| 3) | Registros dos documentos comprobatórios dos atos e fatos das Gestões Orçamentária, Financeira e Patrimonial, obedecendo ao disposto no § 1º do artigo 101 da Lei nº 1.465, de 12.08.2011 (LDO para 2012). | 31.12.2012 |
| 4) | Anulação dos empenhos para ajuste dos saldos que serão inscritos em Restos a Pagar Não Processados. | 31.12.2012 |
| 5) | Análise dos empenhos que poderão ou não ser inscritos em Restos a Pagar Não Processados, observando o disposto na Macrofunção 02.03.17. | 31.12.2012 |
| 6) | Devolução, para o respectivo órgão repassador, dos saldos financeiros e orçamentários não utilizados referentes a termo de cooperação. | 31.12.2012 |
| 7) | Anulação dos valores já empenhados não passíveis de inscrição em restos a pagar que deverão ser devolvidos para o órgão repassador. | 31.12.2012 |
| 8) | Realização dos registros dos valores a liberar/a receber, de termo de cooperação de forma a garantir a liberação dos recursos no exercício seguinte. Os registros ocorrerão nas contas 21216.01.00 - Recursos a Liberar por Transferência e 11216.01.00 - Recursos a Receber por Transferência. | 31.12.2012 |
| 9) | Para os casos em que as partes pertençam aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, o órgão recebedor deverá informar ao órgão repassador, em tempo hábil, o valor total que será inscrito em Restos a Pagar. | 31.12.2012 |
| 10) | Registro das transferências e contratos celebrados no exercício atual e ainda não registrados no grupo de compensação de forma a evidenciar os atos potenciais, a saber: | 31.12.2012 |
| 10.1) | As transferências dos tipos Acordo de Cooperação e Termo de Compromisso deverão ser incluídas no SIAFI, utilizando as transações ATUPRETRAN e CONVERTRAN. | 31.12.2012 |
| 10.2) | As transferências dos tipos Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria deverão ser incluídas utilizando o Portal SICONV. | 31.12.2012 |
| 10.3) | Os contratos deverão ser incluídos no SIASG, por meio de transações específicas, e no SIAFI, utilizando a transação Nota de Lançamento (NL). | 31.12.2012 |
| 11) | Compatibilização dos saldos contábeis referentes às operações de crédito externas por meio do evento 58.0.087, com base no Cadastro de Obrigações. | 31.12.2012 |
| 12) | Indicação pelo Ordenador de Despesas para inscrição em Restos a Pagar não Processados a Liquidar. | 08.01.2012 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**QUADRO II**

| ATIVIDADES SOB A RESPONSABILIDADE CONJUNTA DAS UNIDADES GESTORAS E DA SETORIAL CONTÁBIL | |
|---|---|
| **PROCEDIMENTOS** | **PRAZO** |
| Emissão de Nota de Empenho (artigo 12 do Decreto nº 7.680, de 17.02.2012, alterado pelo Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012). | 07.12.2012 |
| Fechamento para as Unidades Gestoras. | 31.12.2012 |
| Fechamento - Setorial Contábil. | 05.01.2013 |
| Conferência dos processos de baixa de saldos/inscrição de RP. | 09.01.2013 |
| Conferência do processo do Diferido. | 14.01.2013 |
| Conformidade Contábil de UG. | 16.01.2013 |
| Conformidade Contábil de Órgão. | 17.01.2013 |
| Conformidade Contábil de Órgão Superior. | 18.01.2013 |
| Conformidade Contábil do BGU. | 21.01.2013 |
| Encaminhar ao órgão central de contabilidade, por meio do endereço "prestacao.stn@fazenda.gov.br", as Máscaras de Análise e de Notas Explicativas Disponíveis no endereço "http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade-governamental/comunicados-orientações.asp", para subsidiar o processo de elaboração da Prestação de Contas da Presidenta da República e do Balanço-Geral da União. | 31.01.2013 |

**QUADRO III**

| ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA | | | PRAZOS (ATÉ) |
|---|---|---|---|
| **FUNÇÃO** | **MAX. PÁGINAS** | **ÓRGÃOS** | |
| Essencial à Justiça | 4 | Advocacia-Geral da União (AGU) | 15.01.2013 |
| Transporte | 8 | Secretaria de Portos (SEP/PR) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Aviação Civil (SAC) | 15.01.2013 |
| Direitos da Cidadania | 10 | Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Direitos Humanos (SDH) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) | 15.01.2013 |
| **ÁREA DE ATUAÇÃO (VÁRIAS FUNÇÕES)** | **MAX. PÁGINAS** | **ÓRGÃOS** | |
| Coordenação Política e Comunicação | 18 | Gabinete Pessoal da Presidenta da República | 15.01.2013 |
| | | Casa Civil (CC) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria-Geral (SG) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Relações Institucionais (SRI) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Comunicação Social (SECOM) | 15.01.2013 |
| | | Gabinete de Segurança Institucional (GSI) | 15.01.2013 |
| | | Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) | 15.01.2013 |

**QUADRO IV**

| ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIO DE GESTÃO, EM MEIO ELETRÔNICO, AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU, COM CÓPIA PARA A CISET/PR (Anexo I da Decisão Normativa TCU n° 119, de 18.01.2012, D.O.U de 23.01.2012) | PRAZOS (ATÉ) |
|---|---|
| **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | |
| Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, consolidando as informações sobre a gestão das unidades da Secretaria-Geral, exceto aquelas relacionadas para a apresentação de relatórios individuais. | 31.03.2013 |
| Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, consolidando as informações sobre a gestão das unidades da Casa Civil, exceto daquelas relacionadas para a apresentação de relatórios individuais. | 31.03.2013 |
| Secretaria de Aviação Civil (SAC). | 31.03.2013 |
| Secretaria de Portos (SEP). | 31.03.2013 |
| Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) | 31.03.2013 |
| Subchefia-Executiva da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura, exceto aquelas relacionadas para apresentação de relatórios individuais | 31.03.2013 |
| Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). | 31.03.2013 |
| Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). | 31.03.2013 |
| Secretaria de Direitos Humanos (SDH). | 31.03.2013 |
| Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). | 31.03.2013 |
| Secretaria de Relações Institucionais ( SRI). | 31.03.2013 |
| Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), consolidando as informações sobre a gestão das unidades da CGU. | 31.03.2013 |
| Gabinete de Segurança Institucional (GSI), consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura, exceto aquelas relacionadas para apresentação de relatórios individuais. | 31.03.2013 |
| Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). | 31.03.2013 |
| Imprensa Nacional (IN), consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura e agregando a gestão do Fundo Nacional de Imprensa Nacional. | 31.03.2013 |
| **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** | |
| **Autarquia** | |
| Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI). | 31.03.2013 |
| Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), agregando as informações sobre a gestão de Fundo Aeroviário. | 30.04.2013 |
| **Empresa Pública** | |
| Empresa Brasil de Comunicação S.A(EBC). | 31.05.2013 |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO). | 31.05.2013 |
| **Fundação** | 31.03.2013 |
| Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). | 31.03.2013 |
| **Fundo** | 31.03.2013 |
| Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário Avulso ( FITP). | 31.03.2013 |
| **Sociedade de Economia Mista** | |
| Companhia Docas do Ceará (CDC). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Estado da Bahia (CODEBA). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Pará (CDP). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). | 31.05.2013 |
| Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ). | 31.05.2013 |
| | |
| **VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | |
| Gabinete da Vice-Presidência da República (VPR). | 31.03.2013 |
| | |
| **ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO** | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | |
| Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União (AGU), consolidando as informações sobre a gestão das suas Unidades Regionais de Atendimento, das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal e das Procuradorias Regionais da União. | 31.03.2013 |

**QUADRO V**

| ENCAMINHAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS ORDINÁRIAS À CISET/PR PELAS UNIDADES JURISDICIONADAS DE FORMA A POSSIBILITAR O ATENDIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS PELA DECISÃO NORMATIVA TCU nº 124/2012 | PRAZOS (ATÉ) |
|---|---|
| **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA** | |
| **ADMINISTRAÇÃO DIRETA** | |
| Secretaria de Aviação Civil -(SAC). | 30.04.2013 |
| Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, consolidando as informações sobre a gestão das unidades da Secretaria-Geral, exceto aquelas relacionadas para apresentação de relatórios individuais. | 30.04.2013 |
| Secretaria de Portos (SEP). | 30.04.2013 |
| Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). | 30.04.2013 |
| Secretaria dos Direitos Humanos (SDH). | 30.04.2013 |
| Secretaria Executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), consolidando as informações sobre a gestão das unidades da CGU. | 30.04.2013 |
| Imprensa Nacional, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura e agregando a gestão do Fundo de Imprensa Nacional. | 30.04.2013 |
| Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) | 30.04.2013 |
| **ADMINISTRAÇÃO INDIRETA** | |
| **Autarquia** | |
| Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), agregando a gestão do Fundo Aeroviário | 31.05.2013 |
| **Sociedade de Economia Mista** | |
| Companhia Docas do Pará (CDP). | 30.06.2013 |
| Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA) | 30.06.2013 |
| Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro (CDRJ) | 30.06.2013 |
| Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) | 30.06.2013 |
| Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN). | 30.06.2013 |
| **Empresa Pública** | |
| Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (INFRAERO). | 30.06.2013 |
| Fundo de Indenização do Trabalhador Portuário (FITP). | 31.05.2013 |

**QUADRO VI**

| ATIVIDADES INTERNAS DA CISET/PR | | |
|---|---|---|
| | **PROCEDIMENTOS INTERNOS** | **PRAZOS (ATÉ)** |
| 1) | Recebimento, pela Assessoria do Gabinete do Secretário de Controle Interno, dos dados e informações das Unidades integrantes da CISET/PR, para compor o Relatório de Atividades, do Exercício de 2012, da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. | 11.01.2013 |
| 2) | Recebimento, pelo Secretário de Controle Interno, do Relatório de Atividades do Exercício de 2012, após consolidação por parte da Assessoria do Gabinete. | 18.01.2013 |
| 3) | Conclusão, pela COAVA, da consolidação dos dados e informações encaminhados pelos órgãos da Presidência da República, da Vice-Presidência da República (VPR) e da Advocacia-Geral da União (AGU), para composição da Prestação de Contas do Presidente da República, referente ao exercício de 2012, a ser encaminhada ao Congresso Nacional após a consolidação final a cargo da SFC/CGU-PR. | 22.01.2013 |
| 4) | Encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União (SFC/CGU-PR) do Relatório de Atividades do Poder Executivo, referente ao exercício de 2012, dos órgãos da Presidência da República, da Vice-Presidência da República e da Advocacia-Geral da União, para compor a Prestação de Contas do Presidente da República a ser encaminhada ao Congresso Nacional. | 29.01.2013 |
| 5) | Encaminhamento ao TCU dos processos de contas dos órgãos jurisdicionados, relativos ao exercício de 2012, indicados para apresentação do Processo de Contas à CISET/PR até 30.04.2013 e 31.05.2013. | 31.07.2013 |
| 6) | Encaminhamento ao TCU dos processos de contas das entidades jurisdicionadas, referentes ao exercício de 2012, indicadas para apresentação do Processo de Contas à CISET/PR até 30.06.2013. | 30.09.2013 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**QUADRO VII**

| OUTRAS INFORMAÇÕES/RECOMENDAÇÕES/ORIENTAÇÕES |
|---|
| 1) Recomendar às Unidades Gestoras das Administrações Direta e Indireta que ajustem suas ações para a fiel observância dos prazos e procedimentos constantes do Quadro I da Macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício, do Manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional/MF, bem como o contido nas demais normas legais vigentes. |
| 2) Observar os artigos 10 e 11 da Instrução Normativa nº 63/2010, do Tribunal de Contas da União (TCU), procedendo à atualização dos dados constantes do Rol de Responsáveis. |
| 3) Não realizar, por falta de amparo legal, despesas com festividades natalinas e de ano novo, custeadas com recursos públicos, relacionadas com:<br>a) aquisição, confecção e expedição de cartões de Boas Festas;<br>b) promoção de almoços ou jantares de confraternização; e<br>c) aquisição e distribuição de cestas de Natal, brindes e outros correlatos com a finalidade de congraçamento de festejos natalinos e de Ano Novo. |
| 4) Observar, tanto na elaboração dos Relatórios de Gestão (a serem remetidos ao TCU, em meio magnético), quando na estruturação dos Processos de Prestação de Contas, os conteúdos e formas estabelecidos pelo TCU nas Decisões Normativas nºs 119/2012 e 124/2012 , bem como na Portaria TCU n.º 150, de 03.07.2012, D.O.U de 03.08.2012, abrindo títulos específicos, no Relatório de Gestão, para tratar dos temas solicitados, e juntando ao Processo de Contas as peças requeridas, de acordo com a sequência solicitada pela Corte de Contas. |
| 5) Observar, rigorosamente, o estabelecido na Instrução Normativa nº 05/94, alterada pela Instrução Normativa nº 67 de 06.07.2011, ambas do Tribunal de Contas da União(TCU), atentando, em especial, para o contido nos artigos 3º e 8º daquela norma legal, no que tange à apresentação da Declaração de Bens e Rendas, a que aludem as Leis nºs 8.429/92, e 8.730/93. A esse respeito, ver também as disposições da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 06.09.2007 (D.O.U. de 11.09.2007, Seção 1, págs. 51 a 53). |
| 6) Observar que os eventuais deslocamentos ocorridos até 31.12.2012 e os que incluam dias do exercício de 2013 ocorram à conta dos orçamentos dos respectivos exercícios. |
| 7) Recomendar que, no caso de despesas continuadas, tais como água, luz e telefone, referentes ao mês de dezembro de 2012, que não puderem ser liquidadas até o final daquele mês, as inscrições em Restos a Pagar sejam efetuadas com base na última medição. Caso o valor inscrito em Restos a Pagar seja menor, proceder conforme artigo 37 da Lei nº 4.320/64. |
| 8) Orientar aos Ecônomos ou responsáveis pelo atendimento de despesas relacionadas com deslocamentos do Presidente e do Vice-Presidente da República, suas comitivas e equipes de segurança e apoio, para que apresentem, até 05.01.2013 à Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral - DIROF/SA/SG-PR ou à Assessoria de Administração da Vice-Presidência da República, relação contendo as aplicações ocorridas até 31.12.2012 para fins de registro contábil dos valores aplicados, devendo a Prestação de Contas correspondente a essas aplicações ser apresentada até 15.01.2013, conforme dispõe o artigo 83 do Decreto-Lei nº 200/67, observado, ainda, os prazos fixados pelo Ordenador de Despesas. |
| 9) Observar que as despesas relativas à ajuda de custo, passagem e transporte de bagagem dependerão de empenho prévio, vedada a concessão para pagamento em exercício posterior, conforme determina o artigo 8° do Decreto nº 4.004, de 08.11.2001, D.O.U. de 09.11.2001, alterado pelo Decreto 4.063, de 26.12.2001, D.O.U. de 27.12.2001. |
| 10) Recomendar que os inventários de materiais em estoque no almoxarifado e/ou depósito, de bens móveis em uso, imóveis e de bens intangíveis sejam elaborados por comissões constituídas para tal fim. Não poderão participar da referida comissão servidores que sejam responsáveis diretos pela guarda ou movimentação dos bens ou materiais objeto do inventário, cujos resultados deverão ser conciliados com as correspondentes contas no SIAFI. |

**Nota: Caso os prazos e procedimentos para registro dos documentos constantes da "Macrofunção do SIAFI 02.03.18 - Encerramento do Exercício" sejam alterados, prevalecerão as novas datas e novos procedimentos ali estabelecidos.**

## SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
## AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
## SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE
## GERÊNCIA-GERAL DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA
## GERÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO

### PORTARIAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

**O GERENTE DE AERONAVEGABILIDADE DE TRANSPORTE AÉREO**, no uso das atribuições outorgadas pela Portaria nº 1249, de 29 de junho de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 145, e, com fundamento na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.753 - Ratificar a emissão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 1212-61/ANAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica PEC TÁXI AÉREO LTDA., nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 60800.250357/2011-12, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 1036/2012/DAR/SAR/BRASILIA-ANAC, de 11 de dezembro de 2012; e

Nº 2.754 - Ratificar a revogação da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de nº 8911-02/ANAC, emitido em favor da Oficina de Manutenção Aeronáutica AEROCLUBE ESCOLA DE PILOTAGEM DE MARICÁ, nos termos da decisão proferida no processo administrativo nº 00065.153025/2012-01, comunicada à interessada por meio do Ofício nº 2799/2012/DAR/SAR/UR/RIO DE JANEIRO-ANAC, de 29 de novembro de 2012.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

SÉRGIO VALENTE PEREIRA LIMA

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL
## GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
## GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

### PORTARIA Nº 2.751, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Da suspensão do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo.

**O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL**, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC - 119 - Certificação; Operadores Regulares e Não-Regulares, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a suspensão, cautelarmente, do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2006-07-2CKH-05-01 emitido em favor da empresa ADEY TÁXI AÉREO LTDA., determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00067.005367/2012-97, conforme previsto no *Art. 45 da lei 9.784/99* e por não atender ao disposto na seção 119.40 (c) do RBAC 119, e comunicada à interessada no dia 13/12/2012 por meio do FOP 121 n.º 08/2012/GVAG/GGAG/SSO.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

### PORTARIA Nº 2.752, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Da emissão do Certificado de Operador Aéreo.

**O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL**, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria Nº 925, de 10 de maio de 2012, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC 137 - Operações Aeroagrícolas, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1º - Ratificar a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2012-11-5IFW-04-00, emitido em 06 de dezembro de 2012, em favor de AGEFER Comércio, Representações e Aviação Agrícola Ltda., determinada nos termos da decisão proferida no processo administrativo n.º 00068.005572/2012-42, e enviado à interessada em 12 de dezembro de 2012 por meio do Ofício n.º 628/2012/GGAF-RS/NURAC/PORTO ALEGRE-ANAC, com base nas seguintes características:

I - Endereço: Rua Cel. Assunção nº 1546, Sala 1 Bairro Dr. Ayub - Itaquí - RS - CEP 97650-000.

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas comerciais;

IV - Regulamentação: RBAC 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar, emitida pela Superintendência de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado - SRE, publicada no DOU; e

II - Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

## SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
## GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

### PORTARIAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.756 - Excluir o aeródromo Lagoa Vermelha (SSLE), em Sorriso (MT), e revogar a Portaria ANAC Nº 1573/SIA, de 03 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União Nº 151, Seção 1, Páginas 1-2, de 06 de agosto de 2012;

Nº 2.757 - Excluir o aeródromo Santa Anastácia II (SSWQ), em Sorriso (MT), e revogar a Portaria ANAC Nº 1893/SIA, de 19 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Nº 200, Seção 1, Página 13, de 20 de outubro de 2009;

Nº 2.758 - Excluir o aeródromo Fazenda Maracaí (SSHW), em Itaquiraí (MS), e revogar a Portaria ANAC Nº 286/SIA, de 15 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União Nº 33, Seção 1, Página 12, de 16 de fevereiro de 2011; e

Nº 2.759 - Excluir o heliponto Gota Dourada (SIGD), em Brodowski (SP), e revogar a Portaria ANAC Nº 392/SIE, de 30 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União Nº 62, Seção 1, Página 15, de 01 de abril de 2009.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

# Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 1.151, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 28, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto nº 7.127, de 04 de março de 2012, e o que consta do processo nº 70100.009936/2012-03, resolve:

Art. 1º Os atos administrativos a serem praticados em decorrência das atribuições regimentais dos órgãos específicos singulares do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por suas vinculadas, serão previamente submetidos ao Secretário-Executivo para, no exercício da supervisão e coordenação que lhe compete, promover a verificação de adequação desses atos às ações programáticas e políticas públicas a cargo desta Pasta.

Parágrafo único. Os atos referidos no caput são aqueles relacionados a:

I - regulamentação das matérias de competência das secretarias, mediante portarias, instruções e demais atos administrativos, observadas as legislações de referência;

II - formulação de diretrizes de ação governamental;

III - direcionamento de recursos no âmbito do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - FUNCAFÉ;

IV - elaboração e aplicação dos mecanismos referentes ao seguro rural e à comercialização e ao abastecimento agropecuário;

V - celebração de convênios, ajustes, acordos, protocolos e contratos, consoante normas específicas;

VI - participação em organismos e fóruns internacionais e do desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científica com organismos nacionais e internacionais;

VII - representação em fóruns e eventos;

VIII - gestões e estudos para aprimoramento da legislação, especialmente dos regulamentos específicos, inclusive normas internas, critérios, requisitos e procedimentos que regulamentam as atividades de competência das secretarias;

IX - atendimento de demandas relacionadas à qualificação dos servidores que atuam no âmbito das secretarias singulares, das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários; e

X - organização e manutenção de banco de dados relativos aos assuntos de competência do Ministério, bem como a integração com os respectivos sistemas informatizados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Havendo discordância do Secretário-Executivo com o ato administrativo a ser praticado, o assunto será submetido ao Ministro de Estado para decisão final.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MENDES RIBEIRO FILHO

## SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

### PORTARIA Nº 158, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 10 e 42 do Anexo I do Decreto n° 7.127, de 4 de março de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 16 de janeiro de 2007, o contido no Parecer nº 08, de 09 de fevereiro de 2012, da Comissão Técnica nomeada pela Portaria Ministerial nº 1132, de 19 de novembro de 2008, e o que consta do Processo nº 21003.000001/2012-46, resolve:

Art. 1º Suspender o credenciamento do Laboratório e Clínica - CEMEV, nome empresarial Rodrigo B. Loyo Cadette - ME, CNPJ nº 05.866.434/0001-92, situado na Av. Amazonas, nº 2795, Letra A, Nova Porto Velho, CEP 76.820-164, Porto Velho/RO, credenciado para realizar Análises na Área de Diagnóstico Animal por meio da Portaria nº 75, de 29 de abril de 2009; publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) nº 81, de 30 de abril de 2009, Seção 1, pág. 09.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉNIO ANTÔNIO MARQUES PEREIRA

# Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

## COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

### PORTARIA Nº 88, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN), no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria CNEN/PR n° 74, de 26 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União n° 229, de 28 de novembro de 2012, pág. 3, Seção 2, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Diretor da Unidade Administrativa de Órgão Conveniado - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares - IPEN, para, na forma da legislação vigente e das diretrizes da CNEN, gerir a Unidade Administrativa, praticando os seguintes atos:

I - movimentar recursos financeiros;

II - emitir ordens bancárias;

III - empenhar e anular despesas e autorizar pagamentos, a conta de créditos orçamentários e adicionais, fundos especiais ou extra-orçamentários;

IV - controlar as dotações orçamentárias que forem atribuídas à Unidade Administrativa pelas provisões;

V - efetuar a execução orçamentária e financeira no âmbito de sua Unidade Administrativa, para a realização dos objetivos de qualquer Unidade da CNEN;

VI - efetuar importação direta e indireta, dentro das cotas que lhe couber;

VII - conceder suprimentos de fundos para servidores, quando necessários às suas atividades;

VIII - prestar contas à CNEN, sempre que solicitado, dos recursos orçamentários e financeiros que forem atribuídos à Unidade Administrativa;

IX - executar quaisquer outras atividades de administração financeira que venham a ser determinadas pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, as quais, pelas suas características, enquadrem-se na competência da Unidade Administrativa;

X - autorizar a realização de licitações, em sua respectiva Unidade Administrativa, em todas as modalidades, bem como aprová-las, retificá-las, anulá-las ou revogá-las, nos moldes do que determina a Lei n° 8.666/93 e legislação posterior que regula a matéria;

XI - instituir comissão de licitação, designando seus membros de acordo com a legislação em vigor;

XII - aprovar o Plano de Trabalho a que se refere o artigo 2° do Decreto n° 2.271, de 07.07.97 (contratação de serviços a serem executados de forma indireta), inclusive nas modalidades de concorrência, leilão e pregão;

XIII - firmar termos de contrato, protocolo de intenções, acordos, ajustes e termos aditivos no âmbito da Unidade Administrativa;

Parágrafo único: os atos que envolvam matéria de competência da Comissão Deliberativa somente terão eficácia após serem por ela aprovados.

XIV - requisitar passagens e transportes em geral, sejam terrestres, marítimos, fluviais ou aéreos;

XV - autorizar viagem dos servidores da Unidade Administrativa, dentro do território Nacional, em objeto de serviço, concedendo-lhes, quando couber, as respectivas diárias, na forma da legislação vigente;

XVI - instaurar Comissão de Sindicância e aplicar, quando cabível, as penalidades de advertência e suspensão, nos termos dos artigos 143, 144, 145, 127 (incisos I e II), 129, 130 e 141 (inciso III), da Lei 8.112/90, no âmbito da respectiva Unidade Administrativa;

XVII - promover o inventário anual dos bens da União, sob sua jurisdição;

XVIII - instituir Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Materiais e Sindicância de Bens Patrimoniais;

XIX - homologar baixa de materiais permanentes, integrantes do patrimônio da Unidade Administrativa;

XX - realizar o controle físico do material;

XXI - controlar a frequência dos servidores;

XXII - conceder férias;

XXIII - propor pessoal para o preenchimento de funções de confiança;

XXIV - conceder aposentadorias, abonos de permanência e pensões;

XXV - praticar todos os atos necessários ao cumprimento das normas da CNEN.

Art. 2° - O Diretor da Unidade Administrativa poderá subdelegar, nominalmente, ao seu substituto oficial e ao Coordenador da Área Administrativa, através de portaria, competência para praticar quaisquer atos acima mencionados.

Art. 3º - A presente delegação não impede ao delegante, quando conveniente, praticar os mesmos atos sem prejuízo da validade desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as Portarias CNEN/PR nº 023, de 09 de abril de 2008, nº 020 de 23 de março de 2009 e nº 035 de 19 de abril de 2010.

CRISTOVÃO ARARIPE MARINHO

## COMISSÃO DELIBERATIVA

### RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO CNEN Nº 135, de 14 de dezembro de 2012, publicada npo DOU nº 242, Seção 1, pág. 5, de 17 de dezembro de 2012:

Onde se lê: b) a INB, pela Resolução nº 121, de 12 de dezembro de 2012, recebeu Autorização de Utilização de Material Nuclear (AUMAN) para a operação do Módulo 1;

Leia-se: b) a INB, pela Resolução nº 136, de 14 de dezembro de 2012, recebeu Autorização de Utilização de Material Nuclear (AUMAN) para a operação do Módulo 1;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

# Ministério da Cultura

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.171, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA CULTURA, O SECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, considerando o disposto nos Decretos nºs 7.743, de 31 de maio de 2012, e 7.748, de 6 de junho de 2012, resolvem:

Art. 1º Ficam transferidos do Ministério da Cultura para a Fundação Biblioteca Nacional os planos, projetos e ações da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura, cadastrados no âmbito do SIAFI.

Parágrafo único. Cabe à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Cultura proceder às alterações operacionais necessárias.

Art. 2º Os processos relativos a convênios de que trata o art. 1º serão transferidos do Ministério da Cultura para a Fundação Biblioteca Nacional, inclusive no âmbito do SICONV.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.126 de 04/12/2012, publicada no DOU de 05/12/2012.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEANINE PIRES
Secretária Executiva do Ministério da Cultura

JOÃO ROBERTO COSTA DO NASCIMENTO
Secretário de Articulação Institucional
do Ministério da Cultura

GALENO AMORIM
Presidente da Fundação Biblioteca Nacional

## FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

### DECISÃO EXECUTIVA Nº 131, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 7.748, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 08 de junho de 2012, decide:

1-Instituir, no âmbito da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), o Grupo de Trabalho para apresentar proposta para o funcionamento dos plantões de sábados, domingos e feriados;

2-A proposta deverá ser aprovada pela Diretoria Colegiada da FBN;

3-O Grupo será composto pela Diretora Executiva, por um representante da DLLLB, um representante da CGPA, um representante da DRH, um representante do CRD, um representante do CPT, um representante do CPE e um representante do CIL e pela servidora Suely Dias, responsável pela área de Eventos.

4-O prazo para conclusão dos trabalhos será até 20 de fevereiro de 2013.

5-Esta Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

GALENO AMORIM

## FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

### PORTARIA Nº 399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O Presidente da Fundação Nacional de Artes - Funarte, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14 do Estatuto aprovado pelo Decreto n° 5.037 de 07/04/2004, publicado no DOU de 08/04/2004, resolve instituir os seguintes editais: Ocupação do Teatro Dulcina/2013, Ocupação do Teatro Glauce Rocha/2013, Ocupação do Teatro Cacilda Becker/2013, Ocupação do Teatro Duse/2013, Ocupação do Teatro Plínio Marcos/2013, Ocupação do Galpão 3 da Funarte MG/2013, Ocupação do Teatro de Arena Eugênio Kusnet/2013, Ocupação da Sala Carlos Miranda/2013 e Ocupação da Sala Renée Gumiel/2013.

Os editais estão disponíveis na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br

ANTONIO GRASSI

## SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

### PORTARIA Nº 171, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA-SUBSTITUTA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 589 de 25 de agosto de 2011, e em cumprimento ao disposto na Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionado no anexo II, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LISIANE AGUIAR TAQUARY

ANEXO I

12 8840 - 3º Festival Nacional do Making Of
Tangram Cultural Ltda EPP
CNPJ/CPF: 15.126.657/0001-77
Processo: 01400.029880/20-12
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 256.885,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização da 3ª edição do festival, com exibições de making of´s de filmes, minisséries e seriados nacionais, debates, oficinas e exposição interativa com imagens e fotos, de 09 a 13/09/2013 em Recife.

12 8835 - PRODAU-Projeto de Difusão Audiovisual 2013.
Fundação Padre Anchieta Centro Paulista de Rádio e TV Educativas
CNPJ/CPF: 61.914.891/0001-86
Processo: 01400.029873/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 8.256.214,09
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Difusão de produções independentes nacionais e internacionais, para exibição pela TV Cultura em 2013 e inicio de 2014.

12 9263 - TODA BAHIA - Um estado de sonho e realizações.
Instituto EDUCARE
CNPJ/CPF: 08.489.137/0001-63
Processo: 01400.030491/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 1.519.750,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização de uma exposição concebida para mostrar variadas formas de manifestação da cultura baiana, com interatividade tanto para acessar os conteúdos disponibilizados quanto para introduzir novos conteúdos, de 02/05 a 30/12/13.

12 8886 - Mostra de Cinema de Mangaratiba - 2013
José Henrique Reis Cortez - Consultoria, Serviços e Representações Ltda
CNPJ/CPF: 56.798.390/0001-41
Processo: 01400.029935/20-12
RJ - Mangaratiba
Valor do Apoio R$: 340.710,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização da mostra visa apresentar 18 filmes nacionais e internacionais a um público de baixa renda da região de Mangaratiba, de 30/05 a 08/06/2012.

12 8816 - ENTRETODOS 6 - Festival de Curtas Metragens de Direitos Humanos
Lenira Brandão Silva Grinspum Produções - ME
CNPJ/CPF: 04.740.911/0001-06
Processo: 01400.029842/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 674.668,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização da 6ª edição do projeto, com um Festival Competitivo de curtas metragens, exibições e oficinas de cinema, artes visuais, música e literatura, de 04 a 10/11/2013 em São Paulo.

12 8888 - Cine Minas - Mostra de Cinema Latino-Americano
Instituto UNA de Responsabilidade Social e Cultural
CNPJ/CPF: 07.749.605/0001-29
Processo: 01400.029937/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 1.187.483,41
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização de uma mostra de cinema em Belo Horizonte, de abril a outubro de 2013, exibindo um panorama representativo não comercial e autoral da produção Latino-americana.

12 9852 - GRANDE PRÊMIO DO CINEMA BRASILEIRO 2013
Academia Brasileira de Cinema
CNPJ/CPF: 05.136.659/0001-93
Processo: 01400.031214/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.137.578,34
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Premiação de 22 categorias entre longas e curtas metragens, com participação do público através do voto popular no site da Academia. O Prêmio tem transmissão ao vivo pelo Canal Brasil, em junho de 2013.

12 9703 - Green Nation Fest 2
CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400.031073/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.175.922,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização da 2ª edição do festival em prol da sustentabilidade composto por Mostras de Cinema, Seminário Internacional e Exposição Interativa e sensorial, de abril a agosto de 2013 no Rio de Janeiro.

12 9055 - GENTE E PRA BRILHAR - 2013
CIMA Centro de Cultura Informação e Meio Ambiente
CNPJ/CPF: 00.468.786/0001-76
Processo: 01400.030167/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 603.799,80
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Produção de um média metragem de 25 minutos, que trata de histórias de jovens cujas vidas foram transformadas a partir da influência de programas de inserção, através da arte, da cultura e de outros segmentos de atuação na cidade do Rio de Janeiro.

ANEXO II

12 9054 - Projeto Irradiar III
Associação dos Amigos do Tempo Glauber
CNPJ/CPF: 07.482.964/0001-62
Processo: 01400.030166/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 362.954,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Realização da 3ª edição do projeto de capacitação para o audiovisual, a partir de fevereiro de 2013, que tem como objetivo a sistematização do trabalho do roteirista.

## SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

### PORTARIA Nº 718, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 913, de 20 de agosto de 2012 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
12 9064 - 9ª MOSTRA DE TEATRO INFANTIL DA ALFA
PRODUÇÕES
ALFA PRODUÇÕES E EVENNTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 06.331.732/0001-40
Processo: 01400.030179/20-12
ES - Cariacica
Valor do Apoio R$: 190.898,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Evento de caráter sócio-cultural, que integra o PROJETO CULTURAL ALFA 2013 e contará com espetáculos cênicos da Alfa Produções e Eventos, que terá como público alvo escolas públicas e particulares, como também instituições filantrópicas da Grande Vitória.

12 8874 - AS BODAS DE FIGARO
DASDUAS Produções Artisticas LTDA
CNPJ/CPF: 12.045.615/0001-13
Processo: 01400.029922/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 835.760,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Montagem do espetáculo musical As Bodas de Figaro, texto clássico de Beaumarchais com tradução de Barbara Heliodora. Dirigido por Daniel Herz, o espetáculo conta com 120 min de duração e classificação etária 12 anos. O projeto necessita de 01 mês para pré produção, 02 meses para produção, 02 meses para temporada e 01 mês para pós produção, totalizando 06 meses de trabalho.

12 9198 - A Antessala
ana paula bez
CNPJ/CPF: 675.653.449-15
Processo: 01400.030423/20-12
SC - Florianópolis
Valor do Apoio R$: 296.212,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto para a montagem de uma peça de teatro com 5 atrizes e apresentação de espetáculos da mesma peça na cidade do Rio de Janeiro. O texto a ser montado é "A Antessala " de autoria da proponente.

12 8674 - Ela se chama, CAMILLE CLAUDEL
ABDALLA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 09.640.537/0001-90
Processo: 01400.029668/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 340.200,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Viabilizar a montagem do espetáculo Ela se chama, CAMILLE CLAUDEL no circuito teatral do Rio de Janeiro em temporada de dois meses, com 16 apresentações. Provocar questionamentos sobre a natureza humana, suas contradições, levantando questões em torno da própria existência: Levar o espectador a uma reflexão a respeito das diferenças e tolerância entre os indivíduos. Contribuir para a renovação do mercado teatral propondo-se a realizar uma montagem em busca de novas linguagens.

12 9041 - A VOLTA AO MUNDO EM 80 DIAS
Rafael Magaldes Fossa de Fázio
CNPJ/CPF: 029.821.569-11
Processo: 01400.030136/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 99.000,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Montagem e circulação do espetáculo teatral infantil "A VOLTA AO MUNDO EM 80 DIAS", com direção de Betina Schlemer e interpretação de Leandro Borgonha, a partir da obra-prima de Jules Verne (1828-1905). Visa à realização de Apresentações Gratuitas no município de Ponta Grossa, nos campos gerais paranaense.

12 8710 - Isso é o que ela pensa - Temporada Belo Horizonte
Maria Gorda Produções Artísticas Ltda ME
CNPJ/CPF: 10.336.268/0001-52
Processo: 01400.029708/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 259.000,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa realizar temporada em Belo Horizonte/MG da montagem brasileira de sucesso (CCBB SP, CCBB DF e CCBB RJ) do texto ISSO; O QUE ELA PENSA (Woman in Mind) do dramaturgo Sir Alan Ayckbourn. Esta a frente do projeto: a atriz mais premiada da sua geração, Denise Weinberg e direção de Alexandre Tenorio.

12 8678 - Cenas de um casamento
Bubu Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.667.276/0001-41
Processo: 01400.029672/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 555.000,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Projeto de
adaptação para o teatro do filme Cenas de um casamento, de Ingmar Bergman. Ação para ensaios, montagem e apresentações. Direção de Emílio de Mello, no elenco Juliana Martins e Danton Mello. Estréia prevista para agosto de 2013 no Rio de Janeiro.

12 8402 - Rapunzel
MM e ETF Promoção & Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 09.608.239/0001-13
Processo: 01400.029288/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 582.706,76
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promoção e democratização da arte do Teatro via realização do espetáculo infantil: "Rapunzel". O texto é de Walcyr Carrasco e do clássico infantil original, o autor extraiu apenas oelementos principais. Carrasco recriou a fábula apostando no bom humor para divertir pais e crianças abordando conceitos educativos. Previsão de público: 19.000 pessoas. Projeto a ser realizado na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Assina a direção: Eduardo Figueiredo. Elenco: Marina Ruy Barbosa e Klebber Toledo.

12 8370 - Teatro nas Estradas
PACATU CULTURA, EDUCACAO E AVIACAO LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 72.783.608/0001-40
Processo: 01400.029253/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 792.066,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar a exibição gratuita de uma peça de teatro, estimulando a disseminação das artes cênicas e promovendo o acesso facilitado à cultura para os caminhoneiros, uma vez que essa atividade cultural acontecerá em postos de abastecimento de combustível. Ao longo de 4 meses, o espetáculo será itinerante pelas rodovias de 8 cidades, levando o encanto do teatro a uma população normalmente excluída desse tipo de atividade por estar sempre em trânsito. Serão realizadas 96 apresentações do espetáculo.

12 9085 - NÚCLEO DE ARTES CÊNICAS SEBASTIAN 2013
Núcleo de Artes Cênicas Sebastian
CNPJ/CPF: 05.571.251/0001-40
Processo: 01400.030270/20-12
SP - Barueri
Valor do Apoio R$: 1.637.126,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Núcleo de Artes Cênicas Sebastian atua em dois eixos centrais: Formação artística e sóciocultural de crianças e adolescentes por meio da dança e formação de platéias para as artes cênicas, produzindo espetáculos e apresentações, desde 2003. O Plano Anual prevê a continuidade e ampliação das atividades do Programa de Formação e Desenvolvimento Sociocultural Artístico (programa central), a criação de um espetáculo, e apresentações do repertório da organização.

12 5469 - FAZENDO HISTÓRIA DE ALAN BENNETT (título provisório)
Júpiter Teatro Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.002.655/0001-48
Processo: 01400.015754/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 580.042,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
MONTAGEM E TEMPORADA DA PEÇA "FAZENDO HISTÓRIA" (título provisório) DE ALAN BENNETTT, COM TRADUÇÃO E DIREÇÃO DE JOSÉ HENRIQUE NO RIO DE JANEIRO EM 2013.

12 9620 - 12o Festival de Arte Serrinha
Delduque Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.208.961/0001-47
Processo: 01400.030972/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 673.900,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo realizar o 12o Festival de Arte Serrinha na Fazenda Serrinha, área rural de Bragança Paulista. Será composto por espetáculos de teatro, mostra de cinema nacional, instalações e perfomances, além de atividades de artes para crianças e um núcleo de atividades artísticas para crianças e jovens dos bairros próximos à Fazenda. Os trabalhos resultantes serão apresentados num exposição no Paço das Artes em São Paulo no 2o semestre de 2013.

12 9191 - Udi Grudi e Orquestra em ConSerto
Cantier Soluções e Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 10.846.313/0001-19
Processo: 01400.030416/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 357.634,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Apresentação do grupo teatral Udi Grudi em uma montagem com orquestra. O grupo realiza espetáculo cômico utilizando-se de materias reciclados para construção de instrumentos e cenários, remetendo assim o conceito de sustentabilidade por meio da arte cênica. Serão apresentados espetáculos no Teatro 1 do CCBB DF. O projeto foi aprovado para patrocínio pelo CCBB através de edital.

12 7497 - Projeto: Sem Tostão Não Tem Solução - Programa
de Cidadania e Educação Financeira nas Escolas Pelo Vi
Associação Artística Mapati
CNPJ/CPF: 02.483.227/0001-60
Processo: 01400.024380/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 769.224,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto Sem Tostão Não Tem Solução " Programa de Cidadania e Educação Financeira nas Escolas Pelo Viés Artístico consiste em incentivar as escolas de ensino fundamental do Distrito Federal a trabalharem a educação financeira de forma consciente, lúdica e divertida que prevê apresentações da montagem teatral para escolas da rede pública e privada de ensino fundamental do Distrito Federal totalmente gratuito.

12 9031 - GRES ALEGRIA DA ZONA SUL - CARNAVAL
2013
Notícia & Cia. Ltda.
CNPJ/CPF: 04.122.949/0001-15
Processo: 01400.030127/20-12
RJ - Guapimirim
Valor do Apoio R$: 599.500,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Produção e realização do desfile do GRES Alegria da Zona Sul para o carnaval 2013, no Grupo de Acesso A, com o enredo "Quem não chora, não mama".

12 9019 - Desfile Cênico Musical de Caxias do Sul 2014
Comissão da Festa da Uva e Feiras Agro-Industriais.
CNPJ/CPF: 87.828.000/0001-62
Processo: 01400.030111/20-12
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 2.808.000,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Montar o Desfile Cênico Musical de Caxias do Sul 2014 e realizar espetáculos, com dez quadros temáticos móveis, a participação de mil e quatrocentos figurantes com a participação da Orquestra de Sopros e Coral de Vozes. Os desfiles acontecerão na Rua Sinimbú e acolhem cerca de 230.000 pessoas gratuitamente no trajeto e cerca de 20.000 pessoas nas arquibancadas. Montagem de cenários temáticos fixos com elementos do cotidiano dos colonos na lida do cultivo e colheita da uva e seus derivados.

12 9290 - Alô, Dolly!
PATHAVIDHATU EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 13.018.468/0001-55
Processo: 01400.030521/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 3.657.810,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Devido a oportunidade de realizarmos uma temporada na cidade de São Paulo e Turnê em 4 cidades brasileiras, apresentamos projeto para realização de temporada de 5 meses do grande musical Alô, Dolly! na cidade de São Paulo e uma turnê por cidades brasileiras. O novo projeto realizará 68 apresentações entre temporada e turnê, sendo que, das 68 apresentações, apresentações serão a preços populares.

12 9277 - FESTIVAL DE TEATRO DO PARÁ - FITPAR 2013
ASSOCIACAO CULTURAL DO PARA WJ PRODUCOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 15.279.114/0001-90
Processo: 01400.030507/20-12
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 1.011.020,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto prevê a realização do Festival de Teatro do Pará - FITPAR, a ser realizado na cidade de Belém. O Festival será composto por espetáculos de teatro no âmbito local, nacional e internacional, sendo: espetáculos locais, espetáculos nacionais e espetáculos internacionais.

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)

12 7373 - Orquestras do Amanhã
Armando Prazeres Produções Artísticas S/C Ltda
CNPJ/CPF: 03.285.057/0001-72
Processo: 01400.024216/20-12
RJ - Petrópolis
Valor do Apoio R$: 1.822.920,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Trabalharemos com ensino de música clássica para crianças entre 9 e 16 anos das comunidades em risco social do Caju, Ilha do Governador, Penha e Resende (Estado do RJ). Criaremos núcleos com orquestras de câmara em escolas dessas regiões.. Realizaremos em 2013 apresentações em cada núcleo com os integrantes do projeto.

12 8561 - DVD Zignal Instrumental
CDM PROMOÇÕES EVENTOS E PUBLICIDADES LTDA
CNPJ/CPF: 03.671.523/0001-58
Processo: 01400.029499/20-12
MG - Patos de Minas
Valor do Apoio R$: 972.890,50
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promoverá espetáculo musical - exclusivamente de música instrumental - da Banda Zignal,resultando na gravação de CD e DVD ao vivo, a realizar-se no Paiolão do Parque de Exposições da cidade de Patos de Minas-MG. Marcará, com arranjo e conteúdo musical totalmente instrumental, a gravação de sofisticado trabalho musical inovador da Banda.

12 9119 - DONNA VOCE - DA RENASCENÇA AO CONTEMPORÂNEO
Associação Cultural Cantabile (ACC)
CNPJ/CPF: 08.703.305/0001-71
Processo: 01400.030331/20-12
RS - Porto Alegre
Valor do Apoio R$: 208.399,50
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Pretende-se a realização de recitais de coro feminino à capela e com acompanhamento instrumental. Serão executadas peças do repertório erudito histórico. As apresentações acontecerão em teatros, igrejas ou escolas da Grande Porto Alegre e regiões do Vale do Sinos e Vale do Caí com entrada franca e plena acessibilidade. O Coro chama-se Donna Voce, que foi criado em 2011, e é integrado por doze mulheres selecionadas, um maestro, um regente assistente e uma professora de canto.

12 8352 - Soledade: o brilho da música e da arte.
AM9 PRODUÇÕES E COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.507.280/0001-78
Processo: 01400.028632/20-12
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 203.150,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto pretende realizar apresentações artísticas culturais no município de Soledade/RS durante 2013. Os espetáculos acontecerão durante a Exposol 2013. A Exposol é considerada a maior festa e manifestação popular da região.

12 9148 - Concertos Didáticos 2013
Orquestra do Estado de Mato Grosso
CNPJ/CPF: 08.415.066/0001-54
Processo: 01400.030368/20-12
MT - Cuiabá
Valor do Apoio R$: 416.750,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto 'Concertos Didáticos' compreende a realização de duas oficinas e concertos didáticos visando a formação de plateia para a musica de concerto nas escolas da rede pública e privada, valorizando alunos e professores.

12 8540 - MIMO - Mostra Internacional de Música em Olinda, 10a edição.
Lu Araújo Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.688.405/0001-03
Processo: 01400.029477/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 2.102.690,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização da 10ª edição da MIMO - um dos principais festivais de música instrumental (erudita e popular) do País, abriga ainda uma mostra de filmes dedicada à cinematografia musical e uma consistente etapa educativa. A programação da MIMO é realizada nos patrimônios históricos das, com o objetivo de promover a ressignificação desses importantes bens culturais.

12 9644 - SELO INSTRUMENTAL BRASIL - 2013
Associação Cultural Mundo Brasil
CNPJ/CPF: 06.075.988/0001-34
Processo: 01400.031012/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 185.705,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Em sua sétima edição, o evento que tem reunido, com enorme sucesso de público e mídia, alguns dos nomes mais importantes da música instrumental brasileira, oferece ao público do CENTRO CULTURAL CORREIOS uma inusitada fusão de sonoridades e influências musicais, promovendo encontros inéditos entre instrumentistas brasileiros, nos quais anfitriões e convidados, cada qual com seu estilo próprio, celebram a extrema diversidade musical do país.

12 7768 - Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2013
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRIANÇA CIDADÃ
CNPJ/CPF: 05.994.449/0001-36
Processo: 01400.024709/20-12
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 1.805.774,68
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Plano Anual de Atividades 2013 do projeto sociocultural Orquestra Criança Cidadã, que atende, gratuitamente, crianças e jovens de baixa renda da comunidade do Coque, na Região Metropolitana do Recife. O programa objetiva promover a cidadania através de aulas de música clássica e instrumentos de corda, além de inclusão digital, língua inglesa e espanhola e a orientação psicossocial. O projeto ainda mantém um centro de reparação e confecção de instrumentos musicais (lutheria).

12 9179 - Shows Ricardo Herz Trio
Ricardo Steuer Herz
CNPJ/CPF: 272.042.058-12
Processo: 01400.030404/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 106.200,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar apresentações musicais do Ricardo Herz Trio nas cidades, divulgando o lançamento de seu 4º CD de música instrumental, mostrando o estilo único do violinista, compositor e arranjador Ricardo Herz e seu violino popular brasileiro.

12 8602 - CONCERTOS PARA BELÉM EM FESTIVAL
Musikart Produções Culturais S/C Ltda
CNPJ/CPF: 01.514.679/0001-08
Processo: 01400.029567/20-12
PA - Belém
Valor do Apoio R$: 294.517,50
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto objetiva a realização de um festival que apresentará na Sala Augusto Meira Filho e no Theatro da Paz, Concertos de música erudita, totalmente gratuitos, com artistas locais e nacionais, divulgando a música em seus diversos segmentos, para todos os níveis sociais e econômicos, contribuindo com a formação de platéia.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
12 8945 - Elles: Mulheres Artistas na Coleção do Centre Georges Pompidou
Arte3 Assessoria, Produção e Marketing Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 01.087.409/0001-50
Processo: 01400.030025/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 11.259.262,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto Elles: Mulheres Artistas na Coleção do Centre Georges Pompidou é uma exposição que será realizada nas cidades de Rio de Janeiro e Brasília, nos respectivos Centros Culturais do Banco do Brasil, durante o período de fevereiro a julho de 2013, com entrada franca, e contará com cerca de obras de arte feitas por artistas mulheres.

12 5527 - SALÃO DESIGN CASA BRASIL
SINDICATO DAS INDS DA CONST E DO MOB DE BENTO GONCALVES
CNPJ/CPF: 89.341.101/0001-30
Processo: 01400.015837/20-12
RS - Bento Gonçalves
Valor do Apoio R$: 640.720,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar o 17º SALÃO DESIGN, na 4º Edição da CASA BRASIL na cidade de Bento Gonçalves, RS, que consiste na realização de um Conurso - que contempla o Design Contemporâneo seguido de uma Expoição Artística Temporária das obras premiadas e selecioinadas, como também de uma Mostra Virtual sobre os expoentes do Design no Brasil, com conotação histórica cultural, a fim de promover a cultura do design e de novos talentos.

12 8958 - HEINZ MACK
INTERCOMUNIQUE ASSESSORIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 10.313.887/0001-21
Processo: 01400.030037/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.253.426,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Heinz Mack será o título de uma exposição de arte, ainda inédita no Brasil que levará obras desse artista alemão. Entre pinturas, esculturas, rotores, instalações, entre outros. O projeto prevê ainda, como produto secundário, a edição de um livro de arte bilíngue.

12 8554 - Circuito alternativo de exposições de Artes Visuais - Paraty em Foco
Estúdio Madalena Ltda.
CNPJ/CPF: 05.509.243/0001-73
Processo: 01400.029492/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.092.730,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização do Circuito Alternativo de Artes Visuais/Fotografia - Paraty em Foco, composto por exposições ao ar livre, ocupações temporárias e exposições projetadas. Com acesso gratuito, o projeto busca novos espaços para a fotografia brasileira e internacional e privilegia mostras em locais públicos do centro histórico de Paraty, ampliando a interação entre Espaço / Cidadão / Arte.

12 9557 - China no Brasil
G-11 - Associação para o Progresso e Desenvolvimento da Arte e da Cultura
CNPJ/CPF: 08.652.689/0001-40
Processo: 01400.030869/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.748.960,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de uma grande Mostra de Arte Chinesa compreendendo desde seu período primitivo até os dias atuais. Ampla Mostra com obras raras da produção Chinesa desde seu período antigo até o período contemporâneo. Com criativo trabalho cenográfico esta grande mostra oferecerá ao público visitante uma combinação inédita entre a produção artística da China e os correspondentes aspectos de sua história política, econômica e social.

12 8739 - URBE 2013 - Mostra de Arte Pública
Cinnamon Comunicação e Audiovisual Ltda EPP
CNPJ/CPF: 05.207.056/0001-35
Processo: 01400.029743/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 862.750,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A segunda edição da URBE - Mostra de Arte Pública proporá para o centro de S.Paulo propostas de obras site-specific de 6 artistas, nacionais e internacionais, entre projeções, instalações e performances. Além das obras em si, o projeto prevê ainda residências artísticas, workshops e debates, além de um evento de abertura em janeiro, aniversário da cidade de S.Paulo. As residências e workshops com os artistas acontecem em fevereiro e a exibição das obras em si.

12 9818 - EXPOSIÇÃO NATURAL-NATURAL: PAISAGEM E ARTIFÍCIO
Tópico - Empreendimentos e Produções de Arte Ltda. - EPP
CNPJ/CPF: 09.547.086/0001-41
Processo: 01400.031175/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 397.965,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Natural-Natural: Paisagem e Artifício é uma exposição itinerante da artista Ana Maria Tavares idealizada para o Centro Cultural do Banco do Nordeste de Fortaleza e de Juazeiro do Norte. A exposição será uma instalação que reunirá o resultado das proposições colaborativas da artista cujas atividades estão estruturadas em dois eixos norteadores: Projeto Educativo Expandido (composto por oficinas de imersão, pesquisa e Seminário Internacional) e Exposição Itinerante.

12 9302 - Imigração e diversidade em SP
Incentiva Arte Comunicação e Cultura Ltda.
CNPJ/CPF: 10.300.115/0001-55
Processo: 01400.030557/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 488.650,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Evidenciar a influência dos imigrantes na cultura paulista, realizando um levantamento das manifestações mais representativas (como música, dança, festas e celebrações, patrimônio histórico, artesanato, gastronomia e língua), que serão cruzadas com as principais correntes imigratórias do estado. A pesquisa será produzida uma exposição com cerca de 60 m2, com turnê em cidades do estado, e um livro-catálogo com tiragem de 1 mil exemplares. Todas as atividades são gratuitas para o público.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
12 8073 - Onde Estou? Plano anual 2013
Instituto Bruno Segalla
CNPJ/CPF: 07.675.690/0001-28
Processo: 01400.026507/20-12
RS - Caxias do Sul
Valor do Apoio R$: 533.482,78
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Continuidade das ações socioculturais envolvendo escolas, museu e cidade, visando a despertar nas crianças e jovens de Caxias do Sul a percepção da importância do patrimônio cultural na formação de identidades. Composto de 1 curso de qualificação da equipe e outros profissionais, 165 oficinas no museu IBS-Instituto Bruno Segalla; 55 visitas mediadas a ambientes culturais da cidade; 2 oficinas de qualificação para professores e 2 exposições das produções dos grupos participantes do projeto.

ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
12 8957 - LUMIAR
Alberto de Carvalho Alves
CNPJ/CPF: 129.695.128-66
Processo: 01400.030036/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 392.196,20
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto LUMIAR tem por objetivo a edição de um livro, de ensaio fotográfico do artista Alberto de C. Alves, sobre várias paisagens noturnas do território brasileiro, com a particularidade de serem retratadas em noites de luar, resultando numa visão artística única e imprescindível de locais que se apresentam de uma forma totalmente inusitada e reveladora ao abrigo da luz da lua cheia.

12 7698 - Uma Viagem pelo Folclore Brasileiro.
Ana Lucia dos Santos Morais
CNPJ/CPF: 220.697.678-17
Processo: 01400.024637/20-12
SP - Monte Mor
Valor do Apoio R$: 192.350,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Projeto Uma viagem pelo Folclóre Brasileiro visa contribuir com a promoção cultural e o desenvolvimento humano dos alunos de escolas publicas, por meio da distribuição gratuita da edição do livro, que tem como tema As lendas do folclore brasileiro.

12 9070 - ACERVO ACÁCIO VIDEIRA – CATÁLOGO DE DIVULGAÇÃO
Via Social Projetos Culturais e Sociais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.521.514/0001-80
Processo: 01400.030185/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 116.336,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O presente projeto propõe a edição e lançamento de um catálogo de arte retratando o rico acervo do artista plástico, escultor, etnógrafo e fotógrafo Acácio Videira. Além da reprodução de imagens de esculturas, pinturas, máscaras e fotos, a publicação reunirá textos assinados pelo filho do artista José Manuel Primo Videira.

12 7851 - 100 Coisas que Cem Pessoas não Vivem Sem
Morales Perlingeiro Editora e Assessoria Ltda
CNPJ/CPF: 04.776.136/0001-49
Processo: 01400.024817/20-12
RJ - Nilópolis
Valor do Apoio R$: 226.030,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Este projeto visa publicar um livro de fotografias de cem brasileiros e seus objetos indispensáveis, amados, inesquecíveis, que eles não vivem sem. O livro reunirá imagens que compõem o que o fotógrafo Andre Arruda chama de "arqueologia instantânea", apresentando um panorama, interessante e variado, do brasileiro neste início do século XXI. O livro terá textos de Andre Arruda e da jornalista Cora Rónai. Será publicado pela Memória Visual e terá 224 páginas, no formato 30 x 30 cm.

12 8995 - Kanau Kanaku: memórias Karajá
Forma e Conteúdo Planejamento e Editoração Ltda EPP
CNPJ/CPF: 10.450.589/0001-83
Processo: 01400.030085/20-12
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 161.375,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto propõe uma publicação bilíngue, em português e karajá, para fins de resgate e preservação da cultura Karajá, no que diz respeito às suas tradições e aspectos do seu cotidiano. Serão impressos 2.000 exemplares, distribuídos entre as aldeias Karajá, o patrocinador, os órgãos governamentais, instituições de pesquisa, as universidades federais e as bibliotecas públicas interessadas. O livro também será publicado em versão e-book garantindo a democratização de seu conteúdo.

12 8852 - Livro Estradas Brasileiras
Versão Final Comunicação e Eventos Ltda ME
CNPJ/CPF: 09.507.215/0001-78
Processo: 01400.029898/20-12
RS - Novo Hamburgo
Valor do Apoio R$: 227.310,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Edição de um livro artístico de fotografias das estradas que compõem o território brasileiro. As fotos serão produzidas por Ita Kirsch e Bala Blauth a partir da incursão dos autores por estradas de todo país.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12 8745 - MODERNOS PARA SEMPRE
Estúdio Madalena Ltda.
CNPJ/CPF: 05.509.243/0001-73
Processo: 01400.029749/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 330.440,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto visa a publicação do livro MODERNOS PARA SEMPRE, reunindo fotografias de artistas modernistas brasileiros. A edição conta com a curadoria de Iatã Cannabrava e reúne trabalhos de José Yalenti, José Oiticica Filho, Geraldo de Barros, Marcel Giró, Thomaz Farkas, German Lorca e Ademar Manarini, entre outros fotógrafos.

12 8955 - HISTÓRIA OLÍMPICA
Luciana Raposo
CNPJ/CPF: 104.465.628-07
Processo: 01400.030034/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 251.262,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto HISTÓRIA OLÍMPICA tem como objetivo a edição de um livro, que contará a história das Olimpíadas, desde o seu surgimento, na Antiguidade Clássica, no seio da cultura grega, até os dias atuais. Será um registro histórico e iconográfico, elaborado pelo renomado jornalista desportivo Orlando Duarte, testemunha ocular das últimas 18 edições dos Jogos Olímpicos.

12 8996 - CADERNOS INDÍGENAS - IVY MARÃ E^Y-TERRA SEM MAL-
SINCLAIR POZZA CASEMIRO
CNPJ/CPF: 958.119.669-20
Processo: 01400.030086/20-12
PR - Curitiba
Valor do Apoio R$: 502.494,50
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Pesquisa cultural com o grupo indígena Guarani da região central do estado do PR, próximo a cidade de Campo Mourão, para levantamento de dados visando a realização de 4 ações: .- edição de livros [1],acompanhados por DVD [2], confecção de site [3] e realização de tournée [4] por cidades, com o Cacique Mbeí Mbeí Tupã-Emiliano Medina e a equipe do projeto para lançamento e apresentação do conteúdo do livro junto ao público alvo, bem como distribuição efetiva do material - livro/DVD.

12 8219 - Plano Anual Vaga Lume 2013
Associação Vaga Lume
CNPJ/CPF: 04.711.157/0001-86
Processo: 01400.026717/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.372.998,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
A proposta trata do Plano Anual da Associação Vaga Lume que envolve três grandes atividades: (1) Biblioteca, que envolve a formação de mediadores de leitura, distribuição de acervo, valorização da cultura local e o monitoramento das bibliotecas; (2) Congresso, que contempla a formação de multiplicadores da metodologia Vaga Lume de estímulo à leitura; e (3) Intercâmbio Cultural entre crianças e adolescentes de São Paulo e da Amazônia.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
12 6783 - Casarão Ameno Reseda
MH&CL EVENTOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.
EPP
CNPJ/CPF: 14.191.249/0001-36
Processo: 01400.022334/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.732.400,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realização de espetáculos no Casarão Ameno Resedá no período de um ano, promovendo a realização de espetáculos culturais, preservando, resgatando, incluindo, lançando e difundindo talentos. As apresentações variam entre shows de artistas, grupos musicais consagrados, novos talentos, apresentação de grupos, montagens de espetáculos musicais, grandes nomes da Música Brasileira e Artístas internacionais.

12 8800 - ARRAIALZINHO
BAILINHO PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 12.158.354/0001-48
Processo: 01400.029816/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 384.216,66
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Realizar de festa junina em comemoração aos 100 anos de Luiz Gonzaga. Um ambiente de celebração da alegria, resgatando a comunhão entre a cultura popular com o ambiente familiar. Onde crianças, pais, tios e avós venham brincar e se divertir.

12 9098 - Gestão Administrativa, cultural e de Educação Patrimonial do Vale dos Contos - Horto Botânico de Ouro
Agência de Desenvolvimento de Ouro Preto - ADOP
CNPJ/CPF: 06.324.732/0001-13
Processo: 01400.030290/20-12
MG - Ouro Preto
Valor do Apoio R$: 3.558.952,80
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto em referência visa a Gestão Administrativa, cultural e de Educação Patrimonial do Vale dos Contos, um conjunto artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico e ambiental de relevante valor cultural, sediado no centro histórico de Ouro Preto, considerado um bem inalienável da população ouropretana. O intuito é promover ações transformadoras, despertando o interesse em jovens, educadores/multiplicadores, população em geral e turistas.

12 7617 - C 21 - Cazuza
Sete Artes Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 11.390.604/0001-08
Processo: 01400.024523/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 1.846.786,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Turnê de shows em comemoração ao aniversário de 55 anos que o cantor Cazuza completaria em Abril de 2013, utilizando a tecnologia inovadora de holograma, onde o inesquecível Cazuza poderá voltar a fazer parcerias com seus amigos e parceiros de composição musical e palco.

12 9088 - Trio Independente
Califórnia Produções e Edições Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 04.099.264/0001-03
Processo: 01400.030273/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 695.771,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto "Trio Independente" tem como objetivo realizar a produção do Trio Elétrico que sairá pelas ruas de Salvador apresentando os shows da cantora Daniela Mercury e seus convidados no Carnaval de 2013 de forma totalmente gratuita a população.

12 7801 - MOSTRA CULTURA MALE DE BALE 2013
Sociedade Cultural Recreativa e Carnavalesca Malê Debalê
CNPJ/CPF: 32.699.860/0001-51
Processo: 01400.024742/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 686.370,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Promover a MOSTRA CULTURAL bloco AFRO MALE DE BALE dentro do carnaval de Salvador com a participação de sua banda percussiva, Ala de dança, capoeira, Baianas e Associados, representando a cultura oriunda de comunidades tradicionais de quilombolas, especificamente de Itapuã e Lagoa do Abaeté.

12 9011 - Produção de CD do Grupo Razões Africanas
LAZIR SINVAL ANDRADE CHAVES
CNPJ/CPF: 005.968.297-36
Processo: 01400.030103/20-12
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 84.400,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O presente projeto tem como intuito realizar a produção de CD do Grupo Razões Africanas denominado RAZÕES AFRICANAS que tem como componentes as representantes do Jongo da Serrinha Dely Monteiro, Lazir Sinval e Luiza Marmello que uniram esforços para fazer um trabalho de qualidade no que diz respeita à salvaguarda cultural, unindo diferentes vertentes das tradições rítmicas de matrizes africanas e outras como: Samba, Maracatu, Jongo, Ciranda, ijexás etc.

12 9005 - CARNAFAVELA 2013
DVERCIDADE CULTURAL
CNPJ/CPF: 07.648.380/0001-14
Processo: 01400.030097/20-12
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 484.440,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O Carnafavela 2013 é um evento popular de bandas instrumentais que será realizado durante o Carnaval. Durante os quatro dias haverá a participação de grupos instrumentais de marchinhas populares, blocos carnavalescos caricatos e grupos percussivos de várias vilas e favelas de Belo Horizonte.

12 8662 - Gravação de CD/DVD da Banda SAMPOP
MAURICIO ANDREOTTI VAZ - ME
CNPJ/CPF: 14.188.538/0001-86
Processo: 01400.029655/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.604.210,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Gravação de um álbum com 14 músicas e produção de um dvd. Realização de shows de divulgação do projeto cultural e da musica brasileira

12 8429 - ALE VANZELA INDIE BOSSA IN CONCERT
Maurício Pessoa Shows e Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 01.213.680/0001-94
Processo: 01400.029315/20-12
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 501.400,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
Intitulado "Ale Vanzella
Indie Bossa In Concert", o projeto visa apresentações em cidades brasileiras (uma apresentaçao em cada cidade), com o músico, cantor e compositor Ale Vanzella. Indie Bossa é um álbum que trás um diferencial, com faixas, todas de autoria de Ale Vanzella, o disco reúne componentes da Bossa Nova e Rock Alternativo. Os Shows contarão com a participação especial do Ilustre Roberto Menescal, um dos músicos mais importantes e fundador do movimento Bossa Nova.

12 9227 - PARADA MUSICAL
TRADE NETWORK PARTICIPACOES LTDA
CNPJ/CPF: 04.764.745/0001-88
Processo: 01400.030454/20-12
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 14.588.600,00
Prazo de Captação: 18/12/2012 a 31/12/2012
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo realizar uma grande festa da música brasileira em capitais, somando grandes talentos regionais e nacionais, traduzindo a idéia de sincretismo e integração do cenário musical brasileiro. As apresentações serão gratuitas.

**PORTARIA Nº 719, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 913, de 20 de agosto de 2012 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
11 12460 - Festa do Pau da Bandeira de Barbalha - 2012
J.A Lima Serviços
CNPJ/CPF: 01.091.527/0001-31
CE - Fortaleza
Valor reduzido em R$: 1.313.252,19

**PORTARIA Nº 720, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 913, de 20 de agosto de 2012 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Alterar o resumo do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 03-0753 - "DVD Encontro de Gerações", portaria de aprovação nº 0085/12 de 16 de fevereiro de 2012, publicada no D.O.U. em 17 de fevereiro de 2012.

Onde se lê: Espetáculo musical, a realizar-se em Goiânia-GO, resultando na gravação de CD e DVD ao vivo, que promoverá o expressivo Encontro de Gerações da música sertaneja, das duplas: Marcos Paulo & Marcelo e Milionário & José Rico e artistas nacionais convidados.

Leia-se: Espetáculo musical, a realizar-se em Goiânia-GO, resultando na gravação de CD e DVD ao vivo, que promoverá o expressivo Encontro de Gerações da música sertaneja, das duplas: Marcos Paulo & Marcelo e artistas nacionais convidados.

Art.2º - Aprovar a alteração da razão social do projeto abaixo relacionado:

PRONAC: 12 1966 - "FESTRIBAL 2013", portaria de aprovação nº 0373/12 de 27 de junho de 2012 e publicado no D.O.U em 28 de junho de 2012.

Onde se lê: Idéias Públicas Ltda.

Leia-se: Uhuu Publicidade, Design e Marketing Ltda.

Art.3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALAN PINHEIRO GUIMARÃES

**RETIFICAÇÃO**

No período de captação do projeto na portaria de prorrogação Nº 0633/11 de 07/11/2012, publicada no D.O.U. em 08/11/2012, Seção 1, referente ao Processo: 01400.025645/2011-76, Projeto "CASA DE AREIA" - Pronac: 11 6118.

Onde se lê: Período de captação: 01/01/2012 a 30/09/2012

Leia-se: Período de captação: 01/10/2012 a 31/12/2012

## Ministério da Defesa

### COMANDO DA MARINHA
SECRETARIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 73/DADM, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 22 e no anexo XIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Atualizar o endereço no CNPJ nº 00.394.502/0028-64, pertencente à Base Naval de Aratu, para a Estrada da Base Naval, S/Nº - Base Naval de Aratu - São Tomé de Paripe, Salvador - BA, CEP: 40.800-310.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência até 8 de março de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C Alte (IM) AGOSTINHO SANTOS DO COUTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA Nº 74/DADM, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DA MARINHA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Art. 16 e no Anexo XIII da Instrução Normativa nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, da Receita Federal do Brasil (RFB), resolve:

Art. 1º Determinar a inscrição no CNPJ, na condição de filial, da Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul, Natureza Jurídica 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal, Código e Descrição da Atividade Econômica Principal (CNAE - Fiscal Principal) 84.22-1/00 - Defesa, Código e Descrição da Atividade Econômica Secundária (CNAE - Fiscal Secundária) 84.11-6/00 - Administração Pública em Geral, Tipo de Unidade 01 Sede, sediado à Rua Paraíba S/N, Bairro Remanso, Cruzeiro do Sul - AC, CEP 69980-000.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência até 8 de março 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

C Alte (IM) AGOSTINHO SANTOS DO COUTO

## DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
## DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

**PORTARIA Nº 179/DPC, DE 14 DE SETEMBRO DE 2012**

Celebra o acordo de delegação de competência firmado entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA e a Entidade Especializada CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da competência que lhe confere o art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, e na conformidade da delegação outorgada pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Celebrar acordo, em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para "Reconhecimento de Sociedade Classificadora para atuar em nome do Governo Brasileiro" - NORMAM-06/DPC, aprovada pela Portaria nº 104, de 16 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 24, de 4 de março de 2004, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representada pelo Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR, Diretor de Portos e Costas, e a Entidade Especializada CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS - CBES, neste ato representada pelo Senhor ALEXANDRE JOSÉ TRINAS DE FREITAS, Diretor, com o propósito de delegar competência para essa Entidade Especializada atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira, que a esta acompanha.

Art. 2º Os serviços para os quais são concedidos os reconhecimentos, na conformidade do documento anexo, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC, e demais Normas da Autoridade Marítima que sejam pertinentes.

Art. 3º A concessão para os serviços de que trata o artigo anterior vigerá no período de 7 de setembro de 2012 a 6 de setembro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Revoga-se a Portaria nº 86 de 17 de maio de 2012, publicada no DOU nº 106 de 1º de junho de 2012.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

ANEXO

ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA FIRMADO ENTRE AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS

O presente ACORDO é celebrado em consonância com o estabelecido nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras para Atuarem em Nome do Governo Brasileiro - NORMAM-06/DPC e seus anexos, entre a AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, neste ato representado pelo Vice-Almirante Ilques Barbosa Junior, Diretor de Portos e Costas, doravante referida como DPC, e a CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS, neste ato representado pelo Senhor Alexandre José Trinas de Freitas, Diretor, doravante referida como ENTIDADE ESPECIALIZADA, com o propósito de delegar competência a essa ENTIDADE ESPECIALIZADA para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira.

1 - Propósito

1.1 - O propósito deste ACORDO é delegar competência à ENTIDADE ESPECIALIZADA para atuar em nome do Governo Brasileiro na implementação e fiscalização das Normas Nacionais pertinentes, relativas à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição ambiental, doravante denominados INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1.2 - A delegação de competência compreende a prestação de serviços, incluindo a realização de testes, medições, cálculos, vistorias, inspeções, auditorias ou qualquer outra verificação, em empresas de navegação, embarcações e estruturas marítimas, incluindo seus sistemas, equipamentos e instalações associadas e emissão, renovação e/ou endosso dos respectivos certificados, relatórios, licenças ou qualquer outro documento pertinente, nas condições estabelecidas a seguir, doravante denominados SERVIÇOS, dentro da abrangência estabelecida no Apêndice desse ACORDO.

2 - Condições Gerais

2.1 - Os SERVIÇOS deverão ser executados de acordo com o estabelecido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, com ênfase na NORMAM-06/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, como emendada, obedecendo a abrangência contida no Apêndice ao presente ACORDO.

2.2 - Os SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA terão aceitação idêntica aqueles prestados pela própria DPC, desde que a ENTIDADE ESPECIALIZADA mantenha o cumprimento das disposições estabelecidas nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

2.3 - Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos, preferencialmente, por representantes exclusivos da ENTIDADE ESPECIALIZADA. Entretanto, a ENTIDADE ESPECIALIZADA poderá utilizar representantes não exclusivos ou firmas prestadoras de serviços cadastradas de acordo com os limites e condições estabelecidas na NORMAM-06/DPC.

2.4 - A realização de SERVIÇOS em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA, não previstos no Apêndice ao presente ACORDO, deverá ser previamente autorizada pela DPC.

2.5 - A ENTIDADE ESPECIALIZADA, seus funcionários, representantes e outros agindo em seu nome, estão autorizados, nos termos do presente ACORDO, a:

a) efetuar recomendações ou outras ações que sejam necessárias para assegurar que as características das embarcações, sistemas, equipamentos ou empresas correspondam com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

b) inspecionar, auditar ou vistoriar quaisquer itens a bordo ou nas empresas de navegação para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

c) exigir a realização de reparos, testes, avaliações ou medições quando necessário para assegurar o cumprimento e a manutenção das condições e requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS;

d) cancelar a validade de um certificado e retirá-lo de bordo, quando julgar que a embarcação possui deficiências que comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental; e

e) quando o navio se encontrar no exterior, informar à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto, o cancelamento da validade de qualquer certificado ou existência de qualquer deficiência que comprometa a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental.

3 - Interpretações, Equivalências e Isenções.

3.1 - As interpretações necessárias para a aplicação dos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, bem como para a determinação de equivalência ou aceitação de outros requisitos em sua substituição, são prerrogativas da DPC.

3.2 - Qualquer isenção dos requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS é prerrogativa da DPC e deverá ser por ela autorizada antes da sua adoção pela ENTIDADE ESPECIALIZADA.

4 - Informações

4.1 - A ENTIDADE ESPECIALIZADA deverá reportar à DPC, com a maior brevidade possível, as seguintes informações:

a) Qualquer restrição ou condições essenciais relacionadas com a classificação, certificação, operação ou área de atuação de embarcações nacionais;

b) A suspensão, retirada, cancelamento ou alterações substanciais nas limitações operacionais, da classificação ou certificação dos navios nacionais por ela atendidos, juntamente com as razões que levaram a tomada dessa decisão;

c) Sempre que qualquer embarcação nacional for encontrada em operação com deficiências ou discrepâncias graves, tais que suas condições ou de seus equipamentos não correspondam substancialmente com o contido nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS, e que na opinião da ENTIDADE ESPECIALIZADA comprometam a segurança da embarcação e seus tripulantes, passageiros ou cargas transportadas ou que acarrete em sério risco de poluição ambiental; e

d) A prorrogação de certificados estatutários, e as razões que as justificaram.

4.2 - A DPC terá garantido, livre de custos, acesso a todos os planos, documentos e informações relativas aos navios, estruturas marítimas ou empresas nacionais que estejam abrangidas no escopo deste ACORDO e afetas aos SERVIÇOS executados.

4.3 - As atividades e as informações relacionadas com o presente ACORDO deverão receber um tratamento confidencial, sempre que solicitado por qualquer uma das partes, excetuando-se os manuais, certificados e documentos que, por sua natureza, os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS requeiram estar disponíveis às partes deste Acordo e a terceiros.

5 - Regras

5.1 - Sempre que sejam introduzidas alterações em suas regras próprias que afetem os SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA, a mesma deverá contatar a DPC tão logo quanto possível, informando o escopo das alterações introduzidas.

5.2 - De maneira análoga, a DPC deverá informar à ENTIDADE ESPECIALIZADA, tão logo quanto possível, o desenvolvimento de emendas aos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que esteja realizando e que influenciem nos SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA.

5.3 - A existência de qualquer conflito ou discrepância entre as regras da ENTIDADE ESPECIALIZADA e os INSTRUMENTOS APLICÁVEIS deverá ser, assim que identificado por qualquer uma das partes, comunicada imediatamente a outra parte. Ambas as partes deverão envidar esforços no sentido de eliminar as diferenças e/ou estabelecer procedimentos para compatibilizar a aplicação dos requisitos de forma unificada.

5.4 - Os Certificados relativos às Convenções e Códigos Internacionais emitidos em nome do Governo Brasileiro deverão ser elaborados em inglês e português. Os demais certificados poderão ser emitidos apenas em português.

5.5 - Os regulamentos, regras, instruções e relatórios poderão ser elaborados em inglês e/ou português, contudo, as regras e relatórios das vistorias relativas à navegação interior deverão ser obrigatoriamente escritas em português.

6 - Supervisão

6.1- A DPC efetuará auditorias e inspeções programadas na ENTIDADE ESPECIALIZADA com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos constantes nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS que a ENTIDADE ESPECIALIZADA está reconhecida para implementar e fiscalizar em nome da DPC.

6.2 - A DPC poderá realizar inspeções inopinadas para verificar como os SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA estão sendo efetivamente conduzidos, de modo a garantir o controle das embarcações nacionais e avaliar o trabalho desenvolvido pela ENTIDADE ESPECIALIZADA.

7 - Remuneração

A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA, será cobrada diretamente pela ENTIDADE ESPECIALIZADA à parte que tiver solicitado seus serviços.

8 - Responsabilidade

8.1- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizado dolo por parte da ENTIDADE ESPECIALIZADA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber, em nome Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ENTIDADE ESPECIALIZADA.

8.2- Se em decorrência de qualquer deficiência ou irregularidade nos SERVIÇOS executados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA que, de acordo com decisão judicial, tenha sido causada por ato ou omissão em que fique caracterizada imprudência, negligência ou imperícia por parte da ENTIDADE ESPECIALIZADA, seu corpo técnico, responsáveis, funcionários, vistoriador ou representante não exclusivo, firmas prestadoras de serviços ou qualquer outro que tenha atuado em seu nome, resultar em responsabilidade final e definitiva por perdas e danos imposta à Autoridade Marítima Brasileira, a DPC estará no direito de reclamar e receber , em nome Autoridade Marítima Brasileira, a sua total compensação por parte da ENTIDADE ESPECIALIZADA até o limite da responsabilidade financeira definida nos termos e condições padrões empregados pela ENTIDADE ESPECIALIZADA nos contratos com os contratantes dos serviços previstos no presente ACORDO.

8.3 - Se a Autoridade Marítima Brasileira for citada ou esteja na expectativa de ser citada a responder pela responsabilidade mencionada nos dois itens anteriores, a ENTIDADE ESPECIALIZADA deverá ser informada imediatamente. Com esse propósito, a DPC deverá enviar todas as reclamações, documentos e demais informações relevantes para a ENTIDADE ESPECIALIZADA que poderá, se assim desejar, solicitar a Autoridade Marítima Brasileira que o patrocínio da causa seja efetuado por advogado de sua escolha e custas, desde que o faça ainda dentro do prazo para contestar a medida judicial que lhe é movida.

8.4 - A Autoridade Marítima Brasileira não efetuará qualquer conciliação que envolva a responsabilidade citada nos três itens acima, sem que haja o consentimento da ENTIDADE ESPECIALIZADA.

9 - Disposições Finais

9.1 - Se o ACORDO for quebrado por uma das partes, a outra parte deverá notificá-la, por escrito, informando a irregularidade e solicitando as correções necessárias. A parte notificada deverá efetuar as correções no prazo de até três (3) meses a partir da data de recebimento da notificação, findo o qual a outra parte terá o direito de rescindir o ACORDO imediatamente.

9.2 - Este ACORDO poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, doze (12) meses após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

9.3 - Qualquer emenda aos termos deste ACORDO ou aos seus anexos somente será tornado efetivo após a concordância por escrito de ambas as partes.

10 - Vigência e Validade

Este ACORDO entra em vigor em 7 de setembro de 2012, e tem validade de 5 anos a partir dessa data.

11 - Legislação e Foro de Discussão.

Este Acordo é regido pelas leis nacionais brasileiras. Qualquer questão relativa a este Acordo que não possa ser resolvida através de negociação direta entre as partes, deverá ser solucionada por arbítrio, de acordo com a legislação brasileira e, finalmente, atendendo às Regras de Conciliação e Arbitragem da Câmara Internacional do Comércio, no foro desta Cidade do Rio de Janeiro. Em fé do acordado, os abaixo assinados devidamente autorizados pelas partes, assinam o presente ACORDO em 6 de setembro de 2012.

ABRANGÊNCIA DO ACORDO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA E A CERTIFICADORA BRASILEIRA DE EMBARCAÇÕES E SISTEMAS

I - TIPOS DE EMBARCAÇÕES

a) Embarcações empregadas na navegação de mar aberto que não estejam obrigatoriamente sujeitas à Classificação; e

b) Embarcações empregadas na navegação interior que não estejam obrigatoriamente sujeitas à Classificação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - RELAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

a) Certificados:

A ENTIDADE ESPECIALIZADA está autorizada a emitir e endossar os certificados iniciais ou de renovação abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-01/DPC);

2) Certificado Nacional de Borda-Livre (NORMAM-01/DPC);

3) Certificado de Segurança Rádio para Navios de Carga (SOLAS 74, como emendado);

4) Certificado de Credenciamento de Estações de Manutenção e Estações de Serviço de Equipamentos de Salvatagem Infláveis (NORMAM-05/DPC);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-01/DPC); e

6) Certificado de Tração Estática (NORMAM-01/DPC).

b) Documentos

A ENTIDADE ESPECIALIZADA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-01/DPC);

2) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria); e

3) Relatórios de Prova de Inclinação e Medição de Porte Bruto.

III - RELAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

a) Certificados:

A ENTIDADE ESPECIALIZADA está autorizada a emitir e endossar os certificados iniciais ou de renovação abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS.

1) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-02/DPC);

2) Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

3) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-02/DPC);

4) Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-02/DPC);

5) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-02/DPC); e

6) Certificado de Tração Estática (NORMAM-02/DPC).

b) Documentos

A ENTIDADE ESPECIALIZADA está autorizada a emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-02/DPC);

2) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria);

3) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-02/DPC); e

4) Relatórios de Prova de Inclinação e Medição de Porte Bruto.

IV - RELAÇÃO DE SERVIÇOS AUTORIZADOS NA CERTIFICAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE DE MERGULHO

A ENTIDADE ESPECIALIZADA está autorizada a emitir e endossar os certificados iniciais ou de renovação abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, inspeções, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso, de acordo com os requisitos estabelecidos nos INSTRUMENTOS APLICÁVEIS:

1) Certificado de Segurança de Mergulho (NORMAM-15/DPC);

2) Declaração de Conformidade de Câmara Hiperbárica; e

3) Declaração de Conformidade de Sinos e Cestas de Mergulho.

**PORTARIA Nº 243/DPC, 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Prorroga o prazo para a concessão da licença que autoriza, em caráter excepcional e temporário, o Praticante de Oficial de Náutica a despachar como Segundo Oficial de Náutica.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), e no art. 13º da Portaria nº 51/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, de 11 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a concessão da licença que autoriza, em caráter excepcional e temporário, o Praticante de Oficial de Náutica a despachar como Segundo Oficial de Náutica, para até 30 de junho de 2013.

Art. 2º As licenças em vigor em 30 de junho de 2013 serão mantidas até as datas de validade nelas estabelecidas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante ILQUES BARBOSA JUNIOR

## TRIBUNAL MARÍTIMO
## SECRETARIA-GERAL

**ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 17/12/2012**

Nº do Processo: 27693/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0913/2012
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 08/09/2012
Hora: 16:00
Local do Acidente: BAÍA DA RIBEIRA-ANGRA DOS REIS-RJ
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SAPECA II "

Nº do Processo: 27694/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1039/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 13/05/2012
Hora: 23:45
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS LITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE-RN
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" GENIUS STAR IX "

Nº do Processo: 27695/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0930/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 20/06/2012
Hora: 10:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE SANTA CRUZ DE CABRÁLIA-BA
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CRUZEIRO "

Nº do Processo: 27696/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-238/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 27/05/2011
Hora: 03:40
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ-PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BERTOLINI XCII "
" JEAN FILHO LXII "
" BERTOLINI CXLVII "
" GIOVANNA II "
" GIOVANNA IV "
" JEANY SARON V "

Nº do Processo: 27697/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-239/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 01/08/2011
Hora: 15:00
Local do Acidente: TRAPICHE DE BREVES-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" C. DIESEL "

Nº do Processo: 27698/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-240/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 07/10/2011
Hora: 18:00
Local do Acidente: FURO DE MAGUARÍ- BAÍA DE GUAJARÁ-PA
Acidente / Fato: QUEDA DE CARGA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" COMTE SANTOS "
" RAINHA DE TUCURUI "
" REGIONAL "

Nº do Processo: 27699/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 201-241/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 03/01/2012
Hora: 23:30
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ-ILHA DO MOSQUEIRO-PA
Acidente / Fato: ÁGUA ABERTA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANA PATRICIA "

Nº do Processo: 27700/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-242/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 25/02/2012
Hora: 06:00
Local do Acidente: RIO ABAETÉ-ABAETETUBA-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANJO DE DEUS "

Nº do Processo: 27701/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 201-243/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 04/11/2011
Hora: 13:00
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ-ARROZAL-PA
Acidente / Fato: QUEDA DE CARGA E/OU EQUIPAMENTO NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TRANSCOMAN III "
" ALPA III "

Nº do Processo: 27702/2012
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-247/2012
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 24/08/2011
Hora: 01:00
Local do Acidente: BAÍA DE TAPARI-CURUÇÁ-PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" GAVIÃO "

Nº do Processo: 27703/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 1025/2012
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAI)
Data do Acidente: 26/06/2012
Hora: 23:10
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE ITAJAÍ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DA HORA XII "

Nº do Processo: 27704/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0491/2012
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE URUGUAIANA (DEL URUGUAIANA)
Data do Acidente: 14/08/2012
Hora: 20:00
Local do Acidente: BARRA DO QUARAÍ-RS
Acidente / Fato: EMPREGO DA EMBARCAÇÃO EM ILÍCITO PENAL OU FAZENDÁRIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BIGUÁ "

Nº do Processo: 27705/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0518/2012
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA (CFB)
Data do Acidente: 05/08/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Hora: 16:00
Local do Acidente: LAGO PARANOÁ-BRASÍLIA-DF
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DOSE DUPLA "
" GABIDU "

Nº do Processo: 27706/2012
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0568/2012
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 23/02/2012
Hora: 10:05
Local do Acidente: ILHA BARRA DO SAHY-SÃO SEBASTIÃO-SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PRADINHO II "
" NINJA IV "

Nº do Processo: 27707/2012
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0594/2012
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 19/02/2012
Hora: 13:00
Local do Acidente: PRAIA DA COCANHA-CARAGUATATUBA-SP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SEM NOME "

Nº do Processo: 27708/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1736/2012
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 16/03/2012
Hora: 09:00
Local do Acidente: CANAL DE PEREIRA BARRETO- NO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS-CANAL DE PEREIRA BARRETO- NO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" "MEPLA IV" "
" LINDSAY "
" RITA "
" ANA CÉLIA "
" FABIANA "
" PAULA "
" MARÍLIA "
" MARCELA II "
" CLAÚDIA "

Nº do Processo: 27709/2012
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-1517/2012
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 18/10/2011
Hora: 22:00
Local do Acidente: RIO NEGRO-PORTO DE SÃO RAIMUNDO
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RIO COLORADO "
" E-1005 "
" TAUREPAN "
" "FALCÃO" "

Nº do Processo: 27710/2012
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-1571/2012
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 21/09/2011
Hora: 06:00
Local do Acidente: RIO MADEIRA-BORBA-AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BARÃO DE ARAPA "

TOTALIZAÇÃO:

| JUIZ(A) | DISTRIBUÍDOS | REDISTRIBUÍDOS | TOTAL |
|---|---|---|---|
| MARIA CRISTINA DE O. PADILHA | 3 | | 3 |
| MARCELO DAVID GONÇALVES | 3 | | 3 |
| FERNANDO ALVES LADEIRAS | 3 | | 3 |
| SERGIO BEZERRA DE MATOS | 3 | | 3 |
| NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO | 3 | | 3 |
| GERALDO DE ALMEIDA PADILHA | 3 | | 3 |
| Total: | 18 | | 18 |

TERMO DE ENCERRAMENTO
CONTÉM A PRESENTE ATA 18 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2012
Juiz LUIZ AUGUSTO CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Presidente do Tribunal

## SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE PROCESSOS JURÍDICOS

**NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)**

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria da Marinha, com pedido de Arquivamento:

N° do Processo: 27261/2012
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: AZURRA II / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: LANCHA
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: MARINA TCHABUM / BERTIOGA - SP
Data do Acidente: 11/03/2011
Hora: 11H
Data Distribuição: 04/07/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
PEM: Dr. LUÍS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA

N° do Processo: 27407/2012
Acidente / Fato:
ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: EXCALIBUR / EMBARCAÇÃO DE ALTO MAR
Tipo: REBOCADOR DE ALTO MAR
Bandeira: NACIONAL
Local do Acidente: CAIS DA FORD / CANAL DE COTEGIPE
Data do Acidente: 31/10/2007
Hora: 09H
Data Distribuição: 04/09/2012
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
PEM: Dra. MÔNICA DE JESUS ASSUMPÇÃO

Secretaria do Tribunal Marítimo, 17 de dezembro de 2012.

## DIVISÃO DE REGISTROS

**BOLETIM DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012**

FORAM REGISTRADOS NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO OS ATOS ABAIXO:
1) Termo de Pré-Registro: 31143
Data do Registro: 06/11/2012
Prazo de Validade: 05/03/2013
Identificação do Casco: UCN 001
Proprietário/ Armador: Sapura Navegação Marítima S/A
CIC/CGC: 14072869000156
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
2) Termo de Pré-Registro: 30927
Data do Registro: 15/12/2011
Prazo de Validade: 10/01/2013
Identificação do Casco: EI-523
Proprietário/ Armador: Brasil Supply S/A
CIC/CGC: 05124249000122
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
3) Termo de Pré-Registro: 30928
Data do Registro: 15/12/2011
Prazo de Validade: 10/01/2013
Identificação do Casco: EI-524
Proprietário/ Armador: Brasil Supply S/A
CIC/CGC: 05124249000122
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
4) Termo de Pré-Registro: 30929
Data do Registro: 15/12/2011
Prazo de Validade: 10/01/2013
Identificação do Casco: EI-525
Proprietário/ Armador: Brasil Supply S/A
CIC/CGC: 05124249000122
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
5) Termo de Pré-Registro: 30930
Data do Registro: 15/12/2011
Prazo de Validade: 10/01/2013
Identificação do Casco: EI-526
Proprietário/ Armador: Brasil Supply S/A
CIC/CGC: 05124249000122
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
6) Termo de Pré-Registro: 30818
Data do Registro: 02/12/2010
Prazo de Validade: 30/12/2012
Identificação do Casco: SS01-020/ LOCAR LH XXI
Proprietário/ Armador: Locar Guindastes e Transportes Intermodais S/A - CIC/CGC: 43368422000127
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
7) Termo de Pré-Registro: 30845
Data do Registro: 27/01/2011
Identificação do Casco: SS01-014/ SAGAMORIM II
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09096193000194
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 06/11/2012
8) Termo de Registro: 01708
Data do Registro: 06/11/2012
Prazo de Validade: 06/11/2015
Nome da Embarcação: C ARRAIAL
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09096193000194
Motivo: inclusão da embarcação no REB
9) Termo de Registro: 01709
Data do Registro: 06/11/2012
Prazo de Validade: 06/11/2015
Nome da Embarcação: C RIO
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09096193000194
Motivo: inclusão da embarcação no REB
10) Termo de Registro: 01710
Data do Registro: 06/11/2012
Prazo de Validade: 06/11/2015
Nome da Embarcação: SAGAMORIM II
Proprietário/ Armador: Camorim Offshore Serviços Marítimos Ltda
CIC/CGC: 09096193000194
Motivo: inclusão da embarcação no REB
11) Termo de Registro: 01711
Data do Registro: 06/11/2012
Prazo de Validade: 06/11/2015
Nome da Embarcação: BRAM BELÉM
Proprietário/ Armador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 07864634000131
Motivo: inclusão da embarcação no REB
12) Termo de Registro: 00918
Data do Registro: 03/12/2007
Prazo de Validade: 31/03/2013
Nome da Embarcação: BLUE ANGEL
Armador/ Afretador: Bram Offshore Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 07864634000131
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
13) Termo de Pré-Registro: 31144
Data do Registro: 07/11/2012
Prazo de Validade: 12/03/2013
Identificação do Casco: 31/ DOM FRANCISCO IV
Proprietário/ Armador: F H de Oliveira Peixoto
CIC/CGC: 15809486000180
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
14) Termo de Pré-Registro: 30971
Data do Registro: 27/02/2012
Prazo de Validade: 06/02/2013
Identificação do Casco: CATAMARÃ BOM JESUS II
Proprietário/ Armador: Rebelo & Cia Ltda
CIC/CGC: 83348169000164
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
15) Termo de Pré-Registro: 30972
Data do Registro: 27/02/2012
Prazo de Validade: 06/02/2013
Identificação do Casco: CATAMARÃ BOM JESUS I
Proprietário/ Armador: Rebelo & Cia Ltda
CIC/CGC: 83348169000164
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
16) Termo de Pré-Registro: 30625
Data do Registro: 23/06/2009
Identificação do Casco: CBP2 03
Proprietário/ Armador: BSCO Navegação S/A
CIC/CGC: 09296166000171
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 07/11/2012
17) Termo de Pré-Registro: 31145
Data do Registro: 08/11/2012
Prazo de Validade: 18/02/2013
Identificação do Casco: 009/ CARAUARI
Proprietário/ Armador: Auto Posto Bons Amigos Ltda
CIC/CGC: 06015395000182
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
18) Termo de Pré-Registro: 31146
Data do Registro: 08/11/2012
Prazo de Validade: 22/04/2013

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Identificação do Casco: 627/ LOCAR XXV
Proprietário/ Armador: Locar Guindastes e Transportes Intermodais S/A - CIC/CGC: 43368422000127
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
19) Termo de Pré-Registro: 31147
Data do Registro: 08/11/2012
Prazo de Validade: 22/04/2013
Identificação do Casco: 628/ LOCAR XXVI
Proprietário/ Armador: Locar Guindastes e Transportes Intermodais S/A - CIC/CGC: 43368422000127
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
20) Termo de Registro: 01400
Data do Registro: 29/09/2010
Prazo de Validade: 29/09/2013
Nome da Embarcação: SURFER 1906
Armador/ Afretador: Bourbon Offshore Marítima S/A
CIC/CGC: 42487991000129
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
21) Termo de Pré-Registro: 31148
Data do Registro: 09/11/2012
Prazo de Validade: 05/03/2013
Identificação do Casco: EI-530
Proprietário/ Armador: Swire Pacific Navegação Offshore Ltda
CIC/CGC: 10896220000107
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
22) Termo de Pré-Registro: 31149
Data do Registro: 09/11/2012
Prazo de Validade: 05/03/2013
Identificação do Casco: EI-531
Proprietário/ Armador: Swire Pacific Navegação Offshore Ltda
CIC/CGC: 10896220000107
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
23) Termo de Pré-Registro: 31150
Data do Registro: 09/11/2012
Prazo de Validade: 18/04/2013
Identificação do Casco: 2085
Proprietário/ Armador: Navenor S/A - Serviços Marítimos
CIC/CGC: 12939976000103
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
24) Termo de Pré-Registro: 31151
Data do Registro: 09/11/2012
Prazo de Validade: 18/04/2013
Identificação do Casco: 2086
Proprietário/ Armador: Navenor S/A - Serviços Marítimos
CIC/CGC: 12939976000103
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
25) Termo de Registro: 01302
Data do Registro: 17/12/2009
Prazo de Validade: 09/11/2015
Nome da Embarcação: MERCOSUL SANTOS
Armador/ Afretador: Mercosul Line Navegação e Logística Ltda
CIC/CGC: 10354823000179
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
26) Termo de Pré-Registro: 31152
Data do Registro: 12/11/2012
Prazo de Validade: 20/06/2013
Identificação do Casco: 01/ MISS CASSINÚ
Proprietário/ Armador: Nit Sea Navegação Ltda
CIC/CGC: 08519036000198
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
27) Termo de Registro: 00751
Data do Registro: 28/07/2005
Prazo de Validade: 31/07/2013
Nome da Embarcação: AVATARES
Armador/ Afretador: Barcas S/A - Transportes Marítimos
CIC/CGC: 33644865000140
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
28) Termo de Registro: 01267
Data do Registro: 23/10/2009
Prazo de Validade: 12/11/2015
Nome da Embarcação: SMIT TAPEBA
Proprietário/ Armador: Rebras - Rebocadores do Brasil S/A
CIC/CGC: 05436047000116
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
29) Termo de Registro: 00004
Data do Registro: 27/06/1997
Nome da Embarcação: ALIANÇA IPANEMA
Proprietário/ Armador: Aliança Navegação e Logística Ltda
CIC/CGC: 03357428000184
Motivo: cancelamento de Registro Especial Brasileiro
Data do Cancelamento: 19/11/2012
30) Termo de Pré-Registro: 30202
Data do Registro: 23/11/2004
Identificação do Casco: 1677/ HERMASA 63
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 21/11/2012
31) Termo de Pré-Registro: 30212
Data do Registro: 24/11/2004
Identificação do Casco: 1680/ HERMASA 66
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 21/11/2012
32) Termo de Pré-Registro: 30793
Data do Registro: 24/09/2010
Identificação do Casco: 1799/ HERMASA 79
Proprietário/ Armador: Hermasa Navegação da Amazônia S/A
CIC/CGC: 84590892000118
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 21/11/2012
33) Termo de Pré-Registro: 31153
Data do Registro: 22/11/2012
Prazo de Validade: 21/12/2012
Identificação do Casco: 411/ VDA XVII
Proprietário/ Armador: Navegação Cunha Ltda
CIC/CGC: 04616801000137
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
34) Termo de Pré-Registro: 31154
Data do Registro: 22/11/2012
Prazo de Validade: 22/02/2013
Identificação do Casco: BSM 03
Proprietário/ Armador: BSM Engenharia S/A
CIC/CGC: 34078154000118
Motivo: inclusão de Pré-registro no REB
35) Termo de Pré-Registro: 30885
Data do Registro: 07/07/2011
Prazo de Validade: 02/03/2013
Identificação do Casco: IC-101
Proprietário/ Armador: Navegação Guarita S/A
CIC/CGC: 92786680000139
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
36) Termo de Pré-Registro: 30892
Data do Registro: 13/07/2011
Prazo de Validade: 02/03/2013
Identificação do Casco: IC-102
Proprietário/ Armador: Navegação Guarita S/A
CIC/CGC: 92786680000139
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
37) Termo de Pré-Registro: 30725
Data do Registro: 17/05/2010
Identificação do Casco: TQ-124
Proprietário/ Armador: PBV Transporte Hidroviário Ltda
CIC/CGC: 10645626000109
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 23/11/2012
38) Termo de Pré-Registro: 30735
Data do Registro: 17/05/2010
Identificação do Casco: TQ-134
Proprietário/ Armador: PBV Transporte Hidroviário Ltda
CIC/CGC: 10645626000109
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 23/11/2012
39) Termo de Pré-Registro: 30736
Data do Registro: 17/05/2010
Identificação do Casco: TQ-135
Proprietário/ Armador: PBV Transporte Hidroviário Ltda
CIC/CGC: 10645626000109
Motivo: cancelamento de Pré-registro no REB
Data do Cancelamento: 23/11/2012
40) Termo de Pré-Registro: 30668
Data do Registro: 26/11/2009
Prazo de Validade: 31/01/2013
Identificação do Casco: EI-509
Proprietário/ Armador: Log-in Logística Intermodal S/A
CIC/CGC: 42278291000124
Motivo: averbação de Pré-registro no REB
41) Termo de Registro: 01276
Data do Registro: 03/12/2009
Prazo de Validade: 26/11/2015
Nome da Embarcação: CBO ISABELLA
Proprietário/ Armador: Companhia Brasileira de Offshore
CIC/CGC: 13534284000148
Motivo: averbação no REB de dados da embarcação
42) Termo de Registro: 00090
Data do Registro: 28/07/1997
Nome da Embarcação: MAGÉ
Proprietário/ Armador: Companhia Brasileira de Offshore
CIC/CGC: 13534284000148
Motivo: cancelamento de Registro Especial Brasileiro
Data do Cancelamento: 26/11/2012
43) Termo de Registro: 01712
Data do Registro: 28/11/2012
Prazo de Validade: 28/11/2015
Nome da Embarcação: REBELO XIX
Proprietário/ Armador: Delima Comércio e Navegação Ltda
CIC/CGC: 05089941000167
Motivo: inclusão da embarcação no REB
44) Termo de Registro: 01713
Data do Registro: 28/11/2012
Prazo de Validade: 28/11/2015
Nome da Embarcação: SÃO BENEDITO DE GURUPÁ XX
Proprietário/ Armador: Delima Comércio e Navegação Ltda
CIC/CGC: 05089941000167
Motivo: inclusão da embarcação no REB
45) Termo de Registro: 01714
Data do Registro: 28/11/2012
Prazo de Validade: 28/11/2015
Nome da Embarcação: SÃO BENEDITO DE GURUPÁ XI
Proprietário/ Armador: Delima Comércio e Navegação Ltda
CIC/CGC: 05089941000167
Motivo: inclusão da embarcação no REB
46) Termo de Registro: 01715
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XIV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
47) Termo de Registro: 01716
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
48) Termo de Registro: 01717
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XVIII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
49) Termo de Registro: 01718
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XX
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
50) Termo de Registro: 01719
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXI
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
51) Termo de Registro: 01720
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXXII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
52) Termo de Registro: 01721
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XLI
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
53) Termo de Registro: 01722
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XLIII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
54) Termo de Registro: 01723
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XLV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
55) Termo de Registro: 01724
Data do Registro: 29/11/2012
Prazo de Validade: 29/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XLVI
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
56) Termo de Registro: 01725
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA I
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
57) Termo de Registro: 01726
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XVI
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
58) Termo de Registro: 01727
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
59) Termo de Registro: 01728
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXIV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
60) Termo de Registro: 01729
Data do Registro: 30/11/2012

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXVI
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
61) Termo de Registro: 01730
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXVIII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
62) Termo de Registro: 01731
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXX
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
63) Termo de Registro: 01732
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXXIV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
64) Termo de Registro: 01733
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XXXV
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB
65) Termo de Registro: 01734
Data do Registro: 30/11/2012
Prazo de Validade: 30/11/2015
Nome da Embarcação: FABIANA XLVII
Proprietário/ Armador: Fabiana Transportes Marítimos Ltda
CIC/CGC: 52246048000188
Motivo: inclusão da embarcação no REB

Secretaria do Tribunal Marítimo, 3 de dezembro de 2012.
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção do Registro Especial Brasileiro

# Ministério da Educação

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 1.458, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Define categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, na forma do art. 2º, inciso I, da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e art. 2º, § 1º da Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º A Formação Continuada de Professores Alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto.

Art. 2º A Formação Continuada de Professores Alfabetizadores utilizará material próprio a ser fornecido pelo MEC a todos os orientadores de estudo e professores alfabetizadores cursistas e será ofertada de forma presencial, com duração de:

I - duzentas horas anuais, incluindo atividades extra-classe, para os orientadores de estudo; e

II - cento e vinte horas anuais, incluindo atividades extra-classe, para os professores alfabetizadores.

Art. 3º A Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, ofertada por instituições de ensino superior (IES) formadoras definidas pelo MEC, será ministrada aos orientadores de estudo que, por sua vez, serão os responsáveis pela formação dos professores alfabetizadores.

§ 1º Os recursos para realização da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores serão alocados diretamente no orçamento das instituições de ensino superior (IES) ou transferidos por meio de descentralizações, convênios ou outras formas de transferência.

§ 2º As IES utilizarão os recursos referidos no parágrafo anterior exclusivamente para a implementação das atividades necessárias à Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, podendo aplicá-los, dentre outras, nas seguintes finalidades: aquisição de equipamentos; material de consumo; contratação de serviços; pagamento de diárias e passagens; e apoio técnico.

§ 3º A equipe docente das IES formadoras, os coordenadores das ações do Pacto nos estados, Distrito Federal e municípios, os orientadores de estudo e os professores alfabetizadores, enquanto atuarem na Formação Continuada de Professores Alfabetizadores poderão receber bolsas, na forma e valores definidos em resolução específica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 4º A Formação Continuada de Professores Alfabetizadores contempla o pagamento de bolsas para as seguintes funções:

I - coordenador-geral da IES;
II - coordenador-adjunto junto à IES;
III - supervisor junto à IES;
IV - formador junto à IES;
V - coordenador das ações do Pacto nos estados, Distrito Federal e municípios;
VI - orientador de estudo; e
VII - professor alfabetizador.

Art. 5º O coordenador-geral da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores deverá ser indicado pelo dirigente máximo da IES, que o escolherá, prioritariamente, dentre aqueles que atendam aos seguintes requisitos cumulativos:

I - ser professor efetivo da IES;

II - ter experiência na área de formação continuada de profissionais da educação básica; e

III - possuir titulação de mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. O coordenador-geral deverá encaminhar ao gestor nacional da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores na Secretaria de Educação Básica/MEC, por intermédio dos sistemas disponibilizados pelo MEC, cópia de seu Termo de Compromisso de Bolsista, devidamente assinada e homologada pelo dirigente máximo da IES, e do instrumento comprobatório da sua designação.

Art. 6º O coordenador-adjunto será indicado pelo coordenador-geral da Formação na IES, devendo ser selecionado dentre os que reúnam, no mínimo, os seguintes requisitos cumulativos:

I - ser professor efetivo de instituição de ensino superior;

II - ter experiência na área de formação de professores alfabetizadores; e

III - possuir titulação de especialização, mestrado ou doutorado.

§ 1º A indicação do coordenador-adjunto deverá ser homologada pelo dirigente máximo da IES, em seu Termo de Compromisso.

§ 2º As IES responsáveis pela realização da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores em mais de uma unidade da federação poderão indicar até um coordenador-adjunto para cada estado de atuação.

Art. 7º Os supervisores serão escolhidos em processo de seleção público e transparente, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, dentre candidatos que reúnam, no mínimo, as seguintes características cumulativas:

I - ter experiência na área de formação de professores alfabetizadores; e

II - possuir titulação de especialização, mestrado ou doutorado.

Parágrafo único. Caso já seja bolsista de outro programa de formação de professores para a educação básica, o supervisor selecionado, ainda que não possa acumular o recebimento de bolsa em mais do que um deles, poderá assumir esta função, desde que não haja qualquer comprometimento ao desempenho de suas responsabilidades e atribuições regulares, seja em termos de sua jornada de trabalho seja em termos de dedicação e comprometimento.

Art. 8º Os formadores serão selecionados pelo coordenador-geral da IES, em processo de seleção público e transparente, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, dentre candidatos que reúnam, no mínimo, as seguintes características cumulativas:

I - ter experiência na área de formação de professores alfabetizadores;

II - ter atuado como professor alfabetizador ou formador de professores alfabetizadores durante, pelo menos, dois anos;

III - ser formado em pedagogia ou áreas afins ou ter licenciatura; e

IV - possuir titulação de especialização, mestrado ou doutorado ou estar cursando pós-graduação na área de educação.

Art. 9º O coordenador das ações do Pacto no Distrito Federal, nos estados ou nos municípios será indicado pela respectiva secretaria de educação e deverá ser selecionado, preferencialmente, dentre aqueles que atendam às seguintes características cumulativas:

I - ser servidor efetivo da secretaria de educação;

II - ter experiência na coordenação de projetos ou programas federais;

III - possuir amplo conhecimento da rede de escolas, dos gestores escolares e dos docentes envolvidos no ciclo de alfabetização;

IV - ter capacidade de se comunicar com os atores locais envolvidos no ciclo de alfabetização e de mobilizá-los; e

V - ter familiaridade com os meios de comunicação virtuais.

§ 1º É vedada a designação de qualquer dirigente da educação do estado, do Distrito Federal ou do município para atuar como coordenador das ações do Pacto.

§ 2º Na hipótese de a secretaria não conseguir selecionar um profissional com o perfil requerido ou com disponibilidade para assumir a coordenação das ações do Pacto entre os servidores de seu quadro efetivo, poderá, excepcionalmente, indicar profissional contratado ou com vínculo de trabalho temporário.

§ 3º Caso o coordenador das ações do Pacto no Distrito Federal, nos estados ou nos municípios já seja bolsista de outro programa de formação de professores para a educação básica, não poderá acumular o recebimento de bolsa em mais do que um dos programas, mas poderá assumir a função, desde que não haja qualquer comprometimento ao desempenho de suas responsabilidades e atribuições regulares, seja em termos da jornada de trabalho seja em termos de dedicação e comprometimento.

§ 4º O atendimento aos requisitos estabelecidos no caput e nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo é de responsabilidade de cada ente federativo, podendo o MEC, o FNDE ou os órgãos de controle do Governo Federal, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos ou documentos comprobatórios do cumprimento de tais requisitos.

Art. 10. Os orientadores de estudo serão escolhidos em processo de seleção público e transparente, respeitando-se os pré-requisitos estabelecidos para a função quanto à formação e à experiência exigidas, dentre candidatos que reúnam, no mínimo, as seguintes características cumulativas:

I - ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção;

II - ter sido tutor do Programa Pró-Letramento; e

III - ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores.

§ 1º Caso na rede de ensino não estejam disponíveis professores que tenham sido tutores do Pró-Letramento ou por outras razões que deverão ser devidamente justificadas no momento do cadastramento, na seleção dos orientadores de estudo a secretaria de educação deverá considerar o currículo, a experiência e a habilidade didática do candidato, sendo que o selecionado deve preencher os seguintes requisitos cumulativos:

I - ser profissional do magistério efetivo da rede;

II - ser formado em pedagogia ou ter licenciatura; e

III - atuar há, no mínimo, três anos nos anos iniciais do ensino fundamental, como professor ou coordenador pedagógico ou possuir experiência comprovada na formação de professores alfabetizadores.

§ 2º Os coordenadores pedagógicos só poderão participar da Formação, na condição de professores, alfabetizadores e receber a respectiva bolsa de estudo se atenderem aos seguintes requisitos cumulativos:

I - lecionar em turmas do 1º, 2º, 3º ano ou em turmas multisseriadas formadas por alunos desses anos; e

II - constar do Censo Escolar disponível no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores da Formação do qual participará.

§ 3º Os requisitos previstos no caput e nos §§ 1º e 2º deverão ser documentalmente comprovados pelo(a) orientador(a) de estudo no ato da matrícula na IES responsável pela Formação.

Art. 11. O orientador de estudo deverá permanecer como professor do quadro efetivo do magistério da rede pública de ensino que o indicou durante toda a realização da Formação Continuada de Professores Alfabetizadores, sob pena de exclusão do curso e devolução do valor relativo às bolsas recebidas.

§ 1º O orientador de estudo somente poderá ser substituído nos seguintes casos:

I - deixar de cumprir os requisitos previstos no art. 10 desta Portaria; ou

II - por solicitação do próprio orientador de estudo.

§ 2º Em caso de substituição de orientador de estudo, o coordenador das ações do Pacto no estado ou município deverá encaminhar documento que a justifique à IES formadora.

§ 3º Em caso de substituição do orientador de estudo, a IES formadora realizará a formação necessária para o seu substituto, visando compensar a ausência nos encontros formativos anteriores.

Art. 12. Revoga-se o parágrafo único do art. 7º da Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
## SECRETARIA EXECUTIVA

### SÚMULA DE PARECERES
### REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 6, 7 E 8 DE NOVEMBRO DE 2012

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23123.001171/2012-15 Parecer: CNE/CEB 19/2012 Relator: Luiz Roberto Alves Interessada: Escola Paralelo - Ota, Província de Gunma (Japão) Assunto: Validação de documentos escolares emitidos pela Escola Paralelo, localizada na cidade de Ota, Província de Gunma, no Japão Voto do relator: Diante do exposto, nos termos deste Parecer e considerando que a escola atendeu às exigências legais, voto favoravelmente à validação dos documentos escolares emitidos pela Escola Paralelo, localizada na cidade de Ota, Província de Gunma, no Japão, a qual atende cidadãos brasileiros residentes naquele país

Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000130/2012-80 Parecer: CNE/CEB 20/2012 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Rio) - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Consulta sobre a legitimidade da realização das atividades de vivência e prática profissional em ambientes de empresas de setor produtivo Voto do relator: Responda-se, favoravelmente, ao SENAC Rio quanto ao reconhecimento do caráter educacional das atividades de vivência e prática profissional, bem como da inexistência de risco de eventuais ações trabalhistas quando da prática profissional supervisionada em ambientes de trabalho das organizações empresariais parceiras de instituições educacionais que desenvolvam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, cujos planos de cursos e respectivos projetos político pedagógicos contemplem explicitamente essa estratégia de ensino e aprendizagem Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.008733/2011-59 Parecer: CNE/CES 383/2012 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Associação Presbiteriana de Educação e Pesquisa (ASPEP) - Caratinga/MG Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que, por meio do Despacho s/n, publicado no DOU de 2 de junho de 2011, aplicou medida cautelar de redução de 40 (quarenta) vagas do curso superior de bacharelado em Direito das Faculdades Integradas de Caratinga - FIC Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão baseada na Nota Técnica nº 13/2011 COREG/DESUP/SERES/MEC exarada no Despacho de 1º de junho de 2011, restituindo as 40 vagas do curso de Direito das Faculdades Integradas de Caratinga - FIC, localizada na Rua João Pinheiro, nº 147, Centro, no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.008459/2011-18 Parecer: CNE/CES 384/2012 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: AESO Ensino Superior de Olinda Ltda. - Olinda/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, que, por meio do Despacho nº 58/2011- GAB/SERES/MEC, aplicou medida cautelar de redução de 120 (cento e vinte) vagas do curso superior de bacharelado em Direito das Faculdades Integradas Barros de Melo Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, suspendendo os efeitos da decisão baseada na Nota Técnica nº 94/2011 COREG/DESUP/SERES/MEC exarada no Despacho nº 58, de 13 de julho de 2011, restituindo as 120 (cento e vinte) vagas do curso de Direito das Faculdades Integradas Barros de Melo, localizada na Rua Transamazônica, nº 405, bairro Jardim Brasil II, no Município de Olinda, no Estado de Pernambuco Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201011480 Parecer: CNE/CES 388/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade Científica e Cultural Anísio Teixeira Ltda.- Feira de Santana/BA Assunto: Recurso contra decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que, por meio da Portaria nº 3, de 16 de janeiro de 2012, indeferiu a autorização para funcionamento do curso de Medicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana - FAT, com sede no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 3, de 16 de janeiro 2012, que indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso de Medicina, bacharelado, que seria ministrado pela Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana - FAT, localizada no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000059/2012-35 Parecer: CNE/CES 389/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) - Brasília/DF Assunto: Alterações em programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC/CAPES), requeridas pelas respectivas IES Voto do relator: Considerando o pedido das Instituições de Ensino Superior e a manifestação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voto favoravelmente às alterações nos programas de pós-graduação stricto sensu conforme abaixo: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Odontologia (Ortodontia e Odontopediatria) código 32008015014P6, nível de Mestrado Profissional, para Programa de Pós-Graduação em Ortodontia e Implantodontia; Universidade Federal da Bahia - UFBA: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Odontologia (nível de Mestrado) e Diagnóstico Bucal (Doutorado) - código 28001010029P0, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Odontologia e Saúde; Universidade Federal de Goiás - UFG: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Geotecnia e Construção Civil - código 52001016039P0, nível de Mestrado Acadêmico, para Programa de Pós-Graduação em Geotecnia, Estruturas e Construção Civil; Universidade Norte do Paraná - UNOPAR: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Prescrição do Exercício Físico - código 40024016004P1, nível de Mestrado Profissional, para Programa de Pós-Graduação em Exercício Físico na Promoção da Saúde; Universidade de São Paulo - USP: alterar a nomenclatura do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Tradução - código 33002010224P5, níveis de Mestrado Acadêmico e Doutorado, para Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.021470/2005-25 Parecer: CNE/CES 390/2012 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessado: Instituto Educacional do Espírito Santo - Vila Velha/ES Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 68/2010 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC, determinou o descredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais de Ibiraçu, Faculdade de Vila Velha, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Vila Velha, dentre outras medidas Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho da Secretaria de Educação Superior nº 68/2010, de 15 de julho de 2010, que determinou o descredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais de Ibiraçu, Faculdade de Vila Velha, Faculdade de Ciências Econômicas e Administração de Vila Velha, localizada na rua Castelo Branco, nº 1.803, no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200907741 Parecer: CNE/CES 391/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Universidade Municipal de São Caetano do Sul - São Caetano do Sul/SP Assunto: Credenciamento da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), com sede no Município de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, para oferta do curso de Administração, bacharelado, na modalidade a distância Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Goiás, nº 3.400, bairro Barcelona, no Município de São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes polos de apoio presencial: [Polo Sede: Avenida Goiás, nº 3.400, bairro Barcelona, São Caetano do Sul/ São Paulo e Polo Campus II: Rua Santo Antonio, nº 50, centro, São Caetano do Sul/ São Paulo], a partir da oferta do curso de Administração, bacharelado Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200911589 Parecer: CNE/CES 392/2012 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - Santa Cruz do Sul/RS Assunto: Credenciamento da Universidade de Santa Cruz do Sul, com sede no Município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, para a oferta de cursos superiores de graduação na modalidade a distância Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Universidade de Santa Cruz do Sul, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Av. Independência, nº 2.293, Município de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com abrangência de atuação em sua sede, e nos seguintes 7 (sete) polos de apoio presencial: Polo Santa Cruz do Sul (Sede) - Av. Independência, 2.293 - Bairro Universitário, no Município de Santa Cruz, no Estado do Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Capão da Canoa, na Rua da Garoupa, Posto 2, s/nº - Capão Novo, no Município de Capão da Canoa, no Estado de Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Porto Alegre Beta, na Av. Icaraí, nº 1.879, Bairro Cristal, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Montenegro, na Estrada Antônio Ignácio de Oliveira Filho, s/nº, no Município de Montenegro, Estado do Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Porto Alegre Alfa, na Rua Cabral , nº 521, Bairro Rio Branco, no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Sobradinho, na Rua Carlos Heitor de Azevedo, nº 133, Bairro Maieron, no Município de Sobradinho, no Estado do Rio Grande do Sul, Polo de Apoio Presencial Venâncio Aires, na Avenida das Indústrias, nº 2.111, Bairro Universitário, no Município de Venâncio Aires, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201201601 Parecer: CNE/CES 394/2012 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessada: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Credenciamento do campus fora de sede da Universidade Estácio de Sá (UNESA), a ser instalado no Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Favorável ao credenciamento do campus fora de sede da Universidade Estácio de Sá (UNESA), sediado no Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, a ser instalado na Rua Prefeito Sebastião Teixeira, nº 750, Tijuca, Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 10, § 7º do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, com oferta inicial dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, Curso Superior em Tecnologia em Logística e Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais. Nos termos do § 1º do artigo 24 do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, o campus ora credenciado integrará o conjunto da Universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia. Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073798 Parecer: CNE/CES 395/2012 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Sociedade de Ensino Técnico Ensitec Ltda. Curitiba/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Ensitec, com sede no Município de Curitiba, no Estado do Paraná Voto do relator: Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, acolho o Relatório da Secretaria de Educação Superior e voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Tecnologia Ensitec, com sede na Rua Antonio Pietruza, nº 83, bairro Portão, no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20070184 Parecer: CNE/CES 396/2012 Relator: Arthur Roquete de Macedo Interessada: Instituição Escola Paulista de Ensino Superior Ltda. (IEPES) - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade Escola Paulista de Direito, com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto do relator: Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, acolho o Relatório da Secretaria de Educação Superior e voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Escola Paulista de Direito, com sede na Avenida Liberdade, nº 956, bairro Liberdade, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200905124 Parecer: CNE/CES 398/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Instituto Doctum de Educação e Tecnologia Ltda. - Caratinga/MG Assunto: Recredenciamento do Instituto Tecnológico de Caratinga, com sede no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Favorável ao recredenciamento do Instituto de Tecnológico de Caratinga (ITC), com sede à Rua João Pinheiro, nº 168, Centro, no Município de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200902684 Parecer: CNE/CES 399/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessada: Fundação Presidente Antonio Carlos - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Lambari, com sede no Município de Lambari, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Lambari (FAPAC), com sede na Rua Vitor Tucci, nº 64, Centro, no Município de Lambari, no Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200813955 Parecer: CNE/CES 400/2012 Relator: Paschoal Laércio Armonia Interessado: Instituto Educacional Santa Catarina Ltda. - Jaraguá do Sul/SC Assunto: Recredenciamento da Faculdade Jangada, com sede no Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Jangada, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 676, Centro, no Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20073913 Parecer: CNE/CES 401/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia

Interessada: Associação Jesuíta de Educação Superior e Assistência Social (AJEAS) - Belo Horizonte/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, com sede no Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia - FAJE, localizada na Avenida Dr. Cristiano Guimarães, nº 2.127, Bairro Planalto, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200905086 Parecer: CNE/CES 402/2012 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Mosteiro São Bento do Rio de Janeiro (FSB/RJ) - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recredenciamento da Faculdade São Bento do Rio de Janeiro, com sede no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade São Bento do Rio de Janeiro - FSB/RJ, com sede na Rua Dom Gerardo nº 68, Centro, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201009688 Parecer: CNE/CES 405/2012 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessado: Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico (IESST) - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede em Taguatinga, no Distrito Federal Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC), com sede na CSG 9, lotes 15/16, na cidade de Taguatinga, RA III, Brasília, Distrito Federal, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201012914 Parecer: CNE/CES 406/2012 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessado: Centro de Educação Universitária São José dos Pinhais Ltda. - São José dos Pinhais/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Curitiba, com sede no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Metropolitana de Curitiba, com sede na Avenida Rui Barbosa, nº 5881, bairro Afonso Pena, no Município de São José dos Pinhais, no Estado do Paraná, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº. 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, parágrafo 7º, do Decreto 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº. 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20079627 Parecer: CNE/CES 408/2012 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Associação Educacional do Piauí - Teresina/PI Assunto: Recredenciamento da Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI, com sede no Município de Teresina, Estado do Piauí Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI, com sede na Rua 13 de Maio nº 2.660, Bairro Pio XII, Município de Teresina, Estado do Piauí, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e-MEC: 201108738 Parecer: CNE/CES 409/2012 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Sociedade Educacional Porto das Águas Ltda. Porto Belo/SC Assunto: Recredenciamento da Faculdade Porto das Águas - FAPAG, com sede no Município de Porto Belo, no Estado de Santa Catarina Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Porto das Águas - FAPAG, com sede na Rodovia SC 412, Km 2, nº 1.224, Perequê, Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20079146 Parecer: CNE/CES 410/2012 Relator: Reynaldo Fernandes Interessada: Organização Brasileira de Cultura e Educação (ORBRACE) - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Recredenciamento das Faculdades Integradas Simonsen - FIS, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Favorável ao recredenciamento das Faculdades Integradas Simonsen - FIS, com sede na Rua Ibitiuva nº 151, Padre Miguel, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200712891 Parecer: CNE/CES 411/2012 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Associação Educacional de Ensino Superior - São José do Rio Preto/SP Assunto: Recredenciamento da União das Faculdades dos Grandes Lagos, com sede no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da União das Faculdades dos Grandes Lagos, com sede na Rua Eduardo Nielsen, nº 960, Jardim Aeroporto, no Município de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201009468 Parecer: CNE/CES 412/2012 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. - Boa Vista/AM Assunto: Recredenciamento da Estácio Atual - Faculdade Estácio de Sá da Amazônia, com sede no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Atual da Amazônia (FAA), com sede na Rua Y, nº 308, Bairro União, no Município de Boa Vista, no Estado do Amazonas, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20077367 Parecer: CNE/CES 413/2012 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. (IREP) - Natal/RN

Assunto: Recredenciamento da Faculdade Estácio de Natal, com sede no Município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte Voto do relator: Favorável ao recredenciamento da Faculdade Estácio de Natal, com sede na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar, nº. 708, Bairro Alecrim, na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, observando-se tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4.º, da Lei nº 10.870/2004, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200913901 Parecer: CNE/CES 414/2012 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: DIDA-VERFRAN Gestão em Pesquisa e Educação Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade Dourado, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo Voto do relator: Favorável ao credenciamento da Faculdade Dourado, a ser instalada na Rua Nhatumani, nº 556-568, Vila Ré, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso de Pedagogia, licenciatura, com o número de vagas fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 17 de dezembro de 2012.
ANDRÉA TAUIL OSLLER MALAGUTTI
Secretária Executiva
Substituta

## INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

### PORTARIA Nº 3.546, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos da Lei nº. 11.892/2008, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o teor do Art. 36, Parágrafo Único, do Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução nº 15/2010-CONSUP, de 29 de outubro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2010, Seção 1, p. 55-60; resolve:

I - DELEGAR COMPETÊNCIA, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2013, aos Diretores-Gerais dos Câmpus Apodi, Caicó, Currais Novos, João Câmara, Ipanguaçu, Macau, Mossoró, Natal-Central, Natal-Cidade Alta, Natal-Zona Norte, Nova Cruz, Parnamirim, Pau dos Ferros, São Gonçalo do Amarante e Santa Cruz, para, no âmbito da administração dos respectivos Câmpus, além das competências que lhe são atribuídas pelo Art. 61 do Regimento Geral do IFRN, praticar os seguintes atos:

1.assinar documentos relativos à função de ordenador de despesas e de natureza contábil-financeira, bem como os relativos a material, patrimônio e planejamento/orçamento;

2.autorizar a realização de processos seletivos para ingresso de professores substitutos e/ou temporários, bem como de estudantes;

3.autorizar a realização de licitações e homologá-las, bem como assinar documentação referente a processos licitatórios;

4.autorizar o pagamento de encargos de curso e concurso, bem como de substituição interina de chefia;

5.expedir portaria e realizar outros atos relacionados à vida funcional dos servidores, exceto: admitir, demitir, aposentar, conceder pensão, redistribuir, remover e autorizar a realização de concurso público e outros de competência ou atribuição de autoridade superior exercida pelo Reitor por delegação de competência;

6.expedir portaria de autorização a servidor para dirigir veículo;

7.expedir portaria de designação de fiscal de contrato;

8.outros similares ou que, por sua natureza, sejam correlatos e/ou atribuídos regimentalmente.

II - ESTABELECER que, no exercício da competência ora delegada, deverão ser observados, rigorosamente, toda a legislação pertinente à matéria e procedimentos internos deste Instituto Federal.

III - DETERMINAR que, para o cumprimento do que estatui a presente Portaria, o Diretor-Geral deverá utilizar um carimbo com a identificação do ato que o autoriza a assinar os documentos aqui identificados pelo Reitor da Instituição, sem o que, tais documentos não serão considerados válidos.

IV - DETERMINAR que a DIGPE defina as rotinas administrativas de suporte e controle adequadas ao cumprimento dos atos previstos no item I.4 supra.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, ficando revogada a Portaria nº. 1883/2012-IFRN/Reitoria, de 15 de junho de 2012, e demais disposições em contrário.

BELCHIOR DE OLIVEIRA ROCHA

## SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### PORTARIA Nº 276, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. | 201115461 | ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado) | 55 (cinquenta e cinco) | UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL | ASSOCIAÇÃO PRO ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL | AV. INDEPENDÊNCIA, 2293 - BAIRRO UNIVERSITÁRIO, SANTA CRUZ DO SUL/RS |
| 2. | 201108986 | ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado) | 80 (oitenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS | FUNDAÇÃO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO | AVENIDA NICOLAU ZARVOS, 1925, JARDIM AEROPORTO, LINS/SP |
| 3. | 201109802 | EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura) | 180 (cento e oitenta) | FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS | SOCIEDADE METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA SÃO CARLOS S/S LTDA | RUA EDVAL BARCELOS, 220, CAXIAS, QUISSAMÃ/RJ |
| 4. | 201112388 | EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura) | 460 (quatrocentas e sessenta) | UNIVERSIDADE PAULISTA | ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO | RUA MIGUEL GUIDOTTI, 405, PARQUE EGISTO RAGAZZO, LIMEIRA/SP |
| 5. | 201102027 | LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura) | 200 (duzentas) | FACULDADE ALVORADA DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DE MARINGÁ | ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SÃO JOSÉ | AVENIDA ANCHIETA, N°634/N°898, ZONA 1, MARINGÁ/PR |
| 6. | 201101745 | LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura) | 200 (duzentas) | FACULDADE PIO DÉCIMO | ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E CULTURA PIO DÉCIMO LTDA | AV. TANCREDO NEVES, 5655, JABOTIANA, ARACAJU/SE |
| 7. | 201007296 | COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE ALVES FARIA | CENTRO EDUCACIONAL ALVES FARIA LTDA. | AVENIDA PERIMETRAL NORTE, 4.129, VILA JOÃO VAZ, GOIÂNIA/GO |
| 8. | 201109313 | ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado) | 80 (oitenta) | UNIVERSIDADE DE FORTALEZA | FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ | AVENIDA WASHINGTON SOARES, 1321, EDSON QUEIROZ, FORTALEZA/CE |
| 9. | 200803633 | PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico) | 300 (trezentas) | CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO | ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A | AVENIDA LUIS VIANNA FILHO , 6775, PARALELA, SALVADOR/BA |
| 10. | 201115086 | GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico) | 132 (cento e trinta e duas) | CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA | MINAS GERAIS EDUCAÇÃO SA | RUA DOS GOITACAZES, 1.159, BARRO PRETO, BELO HORIZONTE/MG |
| 11. | 201109918 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 160 (cento e sessenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO RONDON | UNIÃO EDUCACIONAL CANDIDO RONDON - UNIRONDON | AVENIDA BEIRA RIO, 3001, JARDIM EUROPA, CUIABÁ/MT |
| 12. | 201110937 | PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADE DE ENSINO DE MINAS GERAIS | ASSOCIAÇÃO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES | AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS, 8.100, SÃO LUÍS, BELO HORIZONTE/MG |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 13. | 200913166 | POLÍMEROS (Tecnológico) | 60 (sessenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO PADRE ANCHIETA | SOCIEDADE PADRE ANCHIETA DE ENSINO LTDA | RUA BOM JESUS DE PIRAPORA, 140, CENTRO, JUNDIAÍ/SP |
| 14. | 201109132 | DIREITO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | ESCOLA SUPERIOR MADRE CELESTE | SOCIEDADE CIVIL INTEGRADA MADRE CELESTE LTDA | ESTRADA DA PROVIDÊNCIA, 10, CIDADE NOVA VIII, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA |
| 15. | 201001623 | DESIGN GRÁFICO (Tecnológico) | 60 (sessenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS | ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA | AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, KM 3,5, CIDADE UNIVERSITÁRIA, ANÁPOLIS/GO |
| 16. | 201113898 | ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado) | 40 (quarenta) | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS | RUA GOMES CARNEIRO, 1, CENTRO, PELOTAS/RS |
| 17. | 200911793 | COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (Tecnológico) | 100 (cem) | FACULDADE DE TECNOLOGIA TECBRASIL - UNIDADE PORTO ALEGRE | SOCIEDADE EDUCACIONAL RIOGRANDENSE LTDA. | RUA URUGUAI, 277, 3º PAVIMENTO, CENTRO, PORTO ALEGRE/RS |
| 18. | 201112402 | FOTOGRAFIA (Tecnológico) | 230 (duzentas e trinta) | UNIVERSIDADE PAULISTA | ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO | AVENIDA INDEPENDÊNCIA, 210, JARDIM ÉDEN, SOROCABA/SP |
| 19. | 201109527 | ENGENHARIA DE PETRÓLEO E GÁS (Bacharelado) | 450 (quatrocentas e cinquenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO RADIAL DE SÃO PAULO - ESTÁCIO UNIRADIAL | IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MÉDIO E FUNDAMENTAL LTDA. | AVENIDA DOS REMÉDIOS, 810, VILA DOS REMÉDIOS, SÃO PAULO/SP |
| 20. | 201202709 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE NOVO HAMBURGO | INSTITUICAO EVANGÉLICA DE NOVO HAMBURGO | RUA FREDERICO MENTZ, 526, PRÉDIO, HAMBURGO VELHO, NOVO HAMBURGO/RS |
| 21. | 201114562 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADE UNIME DE CIÊNCIAS SOCIAIS | UNIME - UNIAO METROPOLITANA PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA. | AVENIDA LUIS TARQUÍNIO PONTES, 600, CENTRO, LAURO DE FREITAS/BA |
| 22. | 201115734 | DIREITO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE NOBRE DE FEIRA DE SANTANA | GRUPO NOBRE DE ENSINO LTDA | AVENIDA MARIA QUITÉRIA, 2116, KALILÂNDIA, FEIRA DE SANTANA/BA |
| 23. | 201112337 | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE DO ESPÍRITO SANTO | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPÍRITO SANTO - IESES | RODOVIA GUMERCINDO MOURA NUNES, 147, NOVO PARQUE, CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES |
| 24. | 200911074 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE ALFA BRASIL | UNIÃO ALFA DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR LTDA | RUA JACAREZINHO, 800, SÃO CRISTÓVÃO, CASCAVEL/PR |
| 25. | 200813163 | COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado) | 90 (noventa) | UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO | ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA LTDA | AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP |
| 26. | 200909391 | ENGENHARIA INDUSTRIAL ELÉTRICA (Bacharelado) | 88 (oitenta e oito) | UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ | UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANÁ | AVENIDA ALBERTO CARAZZAI, 1.640, CENTRO, CORNÉLIO PROCÓPIO/PR |
| 27. | 201000872 | GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADE PAN AMAZÔNIA | ASSOCIAÇÃO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES | AVENIDA ALCINDO CACELA, 1.858, NAZARÉ, BELÉM/PA |
| 28. | 200911884 | COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico) | 100 (cem) | FACULDADE PITÁGORAS DE TECNOLOGIA DE GURAPARI | EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A | RODOVIA JONES DOS SANTOS NEVES, 1000, LAGOA FUNDA, GUARAPARI/ES |
| 29. | 201007274 | GESTÃO DE TURISMO (Tecnológico) | 140 (cento e quarenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO MONTE SERRAT | INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA UNIMONTE S/A | RUA BRÁS CUBAS, 344/346, VILA MATHIAS, SANTOS/SP |
| 30. | 201012546 | LETRAS - ESPANHOL (Licenciatura) | 200 (duzentas) | CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO | INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCAÇÃO CIENCIA TECNOLOGIA | SGAN 916, CONJUNTO D, ASA NORTE, BRASÍLIA/DF |
| 31. | 20072944 | ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado) | 100 (cem) | UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ | SET SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL TUIUTI LIMITADA | RUA SYDNEI ANTONIO RANGEL SANTOS, 238, SANTO INÁCIO, CURITIBA/PR |
| 32. | 200712282 | EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura) | 200 (duzentas) | FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS | ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM | RUA MAJOR GOTE, 1408, CENTRO, PATOS DE MINAS/MG |
| 33. | 201008448 | COMUNICAÇÃO SOCIAL - JORNALISMO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE CATÓLICA DE UBERLÂNDIA | SOCIEDADE CATÓLICA DE EDUCAÇÃO DE UBERLÂNDIA - SOCEUB | RUA PADRE PIO, 300, OSVALDO RESENDE, UBERLÂNDIA/MG |
| 34. | 201014240 | ZOOTECNIA (Bacharelado) | 50 (cinquenta) | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS | RUA PARAÍBA, 2186, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, PALMARES, PARINTINS/AM |
| 35. | 201104432 | LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura) | 240 (duzentas e quarenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO | ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA | AVENIDA BRIGADEIRO LUIS ANTÔNIO, 871, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP |
| 36. | 200912106 | DIREITO (Bacharelado) | 80 (oitenta) | FACULDADE POTIGUAR DA PARAÍBA | ASPEC - SOCIEDADE PARAIBANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A. | AV. MONSENHOR WALFREDO LEAL, 512, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB |
| 37. | 201000726 | GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico) | 300 (trezentas) | FACULDADES OPET | OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TÉCNICO LTDA | AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 902, REBOUÇAS, CURITIBA/PR |
| 38. | 201113018 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE NORTE CAPIXABA DE SAO MATEUS | EMPRESA NORTE CAPIXABA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO LTDA | RODOVIA OTHOVARINO DUARTE SANTOS, S/N, RESIDENCIAL PARK WASHINGTON, SÃO MATEUS/ES |
| 39. | 200905765 | ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado) | 50 (cinquenta) | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE | CAIC CEL. JOSÉ SIZINHO DA ROCHA, S/N CENTRO. LARANJEIRAS - SE. |
| 40. | 201007412 | LOGÍSTICA (Tecnológico) | 120 (cento e vinte) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS | FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS | AVENIDA CASTELO BRANCO, 2765, SANTO ANTÔNIO, SETE LAGOAS/MG |
| 41. | 201008764 | LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura) | 50 (cinquenta) | UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS | RUA 29 DE AGOSTO, 786, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CENTRO, HUMAITÁ/AM |
| 42. | 201000781 | LOGÍSTICA (Tecnológico) | 120 (cento e vinte) | UNIVERSIDADE GUARULHOS | ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | RUA: XAVIER DE TOLEDO, 23, 4º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP |
| 43. | 201002100 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 100 (cem) | INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO AVANÇADA DE VITÓRIA | ASSOCIAÇÃO VITORIANA DE ENSINO SUPERIOR-AVIES | AVENIDA EUGENÍLIO RAMOS, 1005, JD. PENHA, VITÓRIA/ES |
| 44. | 201006428 | LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS (Licenciatura) | 320 (trezentas e vinte) | CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL | CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DO DISTRITO FEDERAL LTDA | SEP - SUL EQ 704 / 904 CONJUNTO A, S/N, ASA SUL, BRASÍLIA/DF |
| 45. | 201000088 | PEDAGOGIA (Licenciatura) | 40 (quarenta) | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ | INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ | AV. ALMIRANTE BARROSO, 1155, MARCO, BELÉM/PA |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## PORTARIA Nº 277, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

RECONHECIMENTO DE CURSOS

| Nº de Ordem | Registro e-MEC nº | Curso | Nº de vagas totais anuais | Mantida | Mantenedora | Endereço de funcionamento do curso |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1. | 200913272 | LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura) | 240 (duzentas e quarenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO JORGE AMADO | ASBEC - SOCIEDADE BAIANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/A | AVENIDA LUIS VIANNA FILHO, 6775, PARALELA, SALVADOR/BA |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2. | 201114276 | REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADES INTEGRADAS DA UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL - FACIPLAC | UNIÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL LTDA | SIGA ÁREA ESPECIAL NO- 02, S/N, REGIÃO ADMINISTRATIVA I, SETOR LESTE GAMA , BRASÍLIA/DF |
| 3. | 201103049 | SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado) | 240 (duzentas e quarenta) | FACULDADE CEARENSE | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ | AVENIDA JOÃO PESSOA, 3884, DAMAS, FORTALEZA/CE |
| 4. | 201111282 | MATEMÁTICA (Licenciatura) | 60 (sessenta) | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO | AVENIDA PASTEUR, 458, URCA, RIO DE JANEIRO/RJ |
| 5. | 200710470 | GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico) | 90 (noventa) | UNIVERSIDADE SALVADOR | FACS SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A. | AV. LUIS VIANA FILHO, 1C, PARALELA, SALVADOR/BA |
| 6. | 201116710 | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE SANTO AGOSTINHO | ASSOCIAÇÃO TERESINENSE DE ENSINO S/C LTDA | AVENIDA VALTER ALENCAR, 665, SUL, SAO PEDRO, TERESINA/PI |
| 7. | 20070769 | LETRAS - INGLÊS (Licenciatura) | 40 (quarenta) | ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR ALTERNATIVO | CENTRO DE ENSINO SUPERIOR FABRA | RUA IPATINGA, 82, BARCELONA, SERRA/ES |
| 8. | 200814741 | GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico) | 240 (duzentas e quarenta) | UNIVERSIDADE GUARULHOS | ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | AV. LINO DE ALMEIDA PIRES, 846/848, JABAQUARA, SÃO PAULO/SP |
| 9. | 200903994 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 90 (noventa) | UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | RODOVIA BR 465 - KM 7, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SEROPÉDICA/RJ |
| 10. | 201109917 | LOGÍSTICA (Tecnológico) | 160 (cento e sessenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO CÂNDIDO RONDON | UNIAO EDUCACIONAL CANDIDO RONDON - UNIRONDON | AVENIDA BEIRA RIO, 3001, JARDIM EUROPA, CUIABÁ/MT |
| 11. | 201008461 | LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL (Licenciatura) | 50 (cinquenta) | UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | RUA PROTÁSIO ALVES, 50, ALTO PEDREGAL, LAGOA VERMELHA/RS |
| 12. | 200913567 | LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura) | 69 (sessenta e nove) | UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | RUA FRANCISCO FERREIRA MARTINS, 360, VILA LÜTZ, PALMEIRA DAS MISSÕES/RS |
| 13. | 200911796 | NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (Bacharelado) | 160 (cento e sessenta) | UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA | INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA | RODOVIA DO AÇÚCAR, S/N, KM 156, TAQUARAL, PIRACICABA/SP |
| 14. | 201010332 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico) | 90 (noventa) | UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO | ACADEMIA PAULISTA ANCHIETA LTDA | RUA MARIA CÂNDIDA, 1813, VILA GUILHERME, SÃO PAULO/SP |
| 15. | 200901874 | DESIGN (Bacharelado) | 80 (oitenta) | UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI | ISCP - SOCIEDADE EDUCACIONAL S.A. | RUA JACERÚ, 247, BROOKLIN PAULISTA, SÃO PAULO/SP |
| 16. | 200911987 | PEDAGOGIA (Licenciatura) | 100 (cem) | FACULDADE DE AMAMBAI | ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE AMAMBAI | RUA PADRE ANCHIETA, 202, VILA COPACABANA, AMAMBAÍ/MS |
| 17. | 201111719 | DIREITO (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE CENECISTA NOSSA SENHORA DOS ANJOS | CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE | AVENIDA DR. JOSÉ LOUREIRO DA SILVA, 1991, CENTRO, GRAVATAÍ/RS |
| 18. | 20073646 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 300 (trezentas) | FACULDADE SENAC MINAS | SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC MINAS | RUA DAS PAINEIRAS, 1300, JARDIM ELDORADO, CONTAGEM/MG |
| 19. | 201008440 | ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico) | 190 (cento e noventa) | UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO | UPF CAMPUS PASSO FUNDO - CAMPUS I, S/Nº, BR 285 - KM 171, SÃO JOSÉ, PASSO FUNDO/RS |
| 20. | 200814701 | MARKETING (Tecnológico) | 240 (duzentas e quarenta) | UNIVERSIDADE GUARULHOS | ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE EDUCAÇÃO E CULTURA | RUA: XAVIER DE TOLEDO, 23, 4º ANDAR, CENTRO, SÃO PAULO/SP |
| 21. | 201109814 | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE ANGLO-AMERICANO DE PASSO FUNDO | SESAT SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E ASSESSORIA TÉCNICA | AVENIDA RUI BARBOSA, 103, QUADRA 138, LOTE 03, PETRÓPOLIS, PASSO FUNDO/RS |
| 22. | 200800085 | MARKETING (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADE CAMBURY | CENTRO TECNOLÓGICO CAMBURY LTDA | AVENIDA C 07, 1094, QUADRA 08 LOTE 01 E, SETOR SOL NASCENTE, GOIÂNIA/GO |
| 23. | 200800380 | RADIOLOGIA (Tecnológico) | 200 (duzentas) | FACULDADES INTEGRADAS PROMOVE DE BRASÍLIA | UNICA EDUCACIONAL | QS 5 - RUA 300 - LOTE, 01, BLOCOS I E II, ÁGUAS CLARAS-TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF |
| 24. | 201109545 | ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado) | 210 (duzentas e dez) | UNIVERSIDADE DE SOROCABA | FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE | RODOVIA RAPOSO TAVARES, S/N, KM 92,5, JARDIM NOVO ELDORADO, SOROCABA/SP |
| 25. | 201116646 | SISTEMA DE INFORMAÇÃO (Bacharelado) | 150 (cento e cinquenta) | CENTRO UNIVERSITÁRIO METROPOLITANO DE SÃO PAULO | SOCIEDADE GUARULHENSE DE EDUCAÇÃO | RUA DOUTOR SOLON FERNANDES, 155, CAMPUS DE VILA ROSALIA, VILA ROSÁLIA - GUARULHOS, GUARULHOS/SP |
| 26. | 200816091 | LOGÍSTICA (Tecnológico) | 150 (cento e cinquenta) | FACULDADE INFÓRIUM DE TECNOLOGIA | UNICA EDUCACIONAL | RUA DOS TIMBIRAS, 1.532, LOURDES, BELO HORIZONTE/MG |
| 27. | 201113021 | GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico) | 180 (cento e oitenta) | FACULDADE PADRE JOÃO BAGOZZI | CONGREGAÇÃO DOS OBLATOS DE SÃO JOSÉ | RUA FRANCISCO DEROSSO, 1016, XAXIM, CURITIBA/PR |
| 28. | 201113190 | ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado) | 200 (duzentas) | FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS | DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPAÇÕES LTDA | RUA DAVID MUFFATTO, 367, JARDIM COMERCIAL DAS BANDEIRAS, FOZ DO IGUAÇU/PR |
| 29. | 200906886 | ENFERMAGEM (Bacharelado) | 100 (cem) | FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DE OLINDA | ASSOCIAÇÃO INSTRUTORA MISSIONARIA | RODOVIA PE-15, S/N, KM 3,6, OURO PRETO, OLINDA/PE |
| 30. | 200806783 | COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico) | 60 (sessenta) | FACULDADES OPET | OPET ORGANIZAÇÃO PARANAENSE DE ENSINO TÉCNICO LTDA | AV. PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, Nº 902, REBOUÇAS, CURITIBA/PR |

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS

### PORTARIA Nº 2.534, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O PRÓ-REITOR DE RECURSOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Processo Seletivo, realizado pelo INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, regido pelo edital 087/2011:

- Área I: Antropologia e
- Área II: Sociologia,

cujos Editais de homologação do resultado foram publicados no Diário Oficial na União em 26 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

SINÉSIO GOMIDE JÚNIOR

# Ministério da Fazenda

## GABINETE DO MINISTRO

### DESPACHO DO MINISTRO
Em 17 de dezembro de 2012

Processo nº: 17944.000575/2012-17
Interessado: Estado da Bahia (BA)
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado da Bahia (BA) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares norte-americanos), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia (PROINCLUSÃO)".

Despacho: Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, observadas as condições da Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações posteriores, do Senado Federal, considerando a permissão contida na Resolução nº 45, de 18 de outubro de 2012 (publicada no Diário Oficial da União de 19 de outubro de 2012), da mesma Casa Legislativa, e no uso da competência que me confere o art. 6º, do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a celebração do Contrato de Garantia, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, notadamente a formalização de contrato de contragarantia, bem como as demais formalidades de praxe.

GUIDO MANTEGA

## PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

### PORTARIA Nº 2, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A PROCURADORA RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO ESPECIAL DE GRANDES DEVEDORES EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 11, §4º, da Portaria PGFN 565/2010, e considerando o despacho proferido no processo administrativo nº 11995.000333/2012-41, resolve:

Art. 1º Cancelar as Certidões Conjuntas expedidas sob os Códigos de Controle nº 87DA.8BCB.CB61.3D6C, 4851.DDEE.F4D8.B0BA, 2E6E.124E.4741.BCB4, 4729.EA77.BECE.16C9, C3FD.3A71.1859.2130, A51C.07B0.5068.8973, F164.ED6C.8771.ED91, 63F184AB.1FB2.C170 e E710.B9FD.6798.A670, em favor da Usina Colombo S/A Açúcar e Álcool, CNPJ 44.330.975/0001-53, respectivamente, datadas de 04/10/2012, 02/10/2012, 21/09/2012, 19/09/2012, 17/09/2012, 17/09/2012, 13/09/2012, 12/09/2012 E 12/09/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CLÁUDIA REGINA GARCIA DE LIMA

## PROCURADORIAS REGIONAIS
## 3ª REGIÃO
## DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA

### ATO DE EXCLUSÃO Nº 1, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial (PAES), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O PROCURADOR CHEFE DA DIVISÃO DE DÍVIDA ATIVA DA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, abaixo identificado, no uso da competência outorgada pelo art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009, publicada no D.O.U de 25 de junho de 2009, tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato de Exclusão, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento (a) dos tributos e contribuições objeto do PAES; (b) das parcelas deste; ou ainda (c) quando o recolhimento tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos do art. 14, §2º da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3/2004, ao PROCURADOR-CHEFE DA DÍVIDA ATIVA NA PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL DA 3ª REGIÃO, com endereço na Alameda Santos, nº 647, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP, CEP 01419-001, mencionando o número do processo administrativo respectivo.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 2º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 4º Este Ato de Exclusão entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SANTANA VIEIRA

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (PAES), por motivo de inadimplência de três parcelas consecutivas, ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº. 10.684/2003:

| CPF/CNPJ | PROCESSO ADM. |
|---|---|
| 48.576.755/0001-65 | 19839.008180/2008-17 |
| 00.029.852/0001-01 | 16191.720053/2012-22 |
| 033.241.238-52 | 16191.720053/2012-22 |
| 056.518.528-40 | 16191.720053/2012-22 |
| 361.671.938-00 | 16191.720053/2012-22 |

## BANCO DO BRASIL S/A
DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

### ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2012

I.DATA, HORA E LOCAL: Em 13 de novembro de 2012, às 10 horas e trinta minutos, na Sede Social da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., CNPJ 31.591.399/0001-56; NIRE: 5.330.000.477-3, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco G, 24º andar (parte), Asa Sul - Brasília (DF). II. MESA: Presidente: Alexandre Corrêa Abreu Secretário: Luiz Cláudio Ligabue. III. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., único acionista, representado pelo seu Vice-Presidente Ivan de Souza Monteiro. IV.CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas. V.ORDEM DO DIA: Eleição do representante da União indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda para o cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da empresa, em virtude da renúncia apresentada pelo Sr. Fernando Antônio Ribeiro Soares em 09.11.2012. VI. DELIBERAÇÃO: Foi eleito para o cargo o Sr. José Gilberto Scandiucci Filho, a seguir qualificado, para completar o mandato 2012/2013, esclarecido que o eleito atende às exigências legais e estatutárias: Suplente: JOSÉ GILBERTO SCANDIUCCI FILHO, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 168.460.938-00, portador da Carteira de Identidade nº M 12.686 expedida em 21.01.2010 pelo Ministério das Relações Exteriores (DF). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 5º andar - Ministério da Fazenda - Brasília (DF). VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária do Acionista da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., da qual eu, ass.) Luiz Cláudio Ligabue, Secretário, mandei lavrar esta ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. Ass.), Alexandre Corrêa Abreu, Diretor-Presidente da BB Administradora de Cartões de Crédito S.A., Presidente da Assembléia, e Ivan de Souza Monteiro, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO É CÓPIA TRANSCRITA DO LIVRO 08, FOLHA 29. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o registro em 30.11.2012 sob o número 20120928990 - Luiz Fernando P. de Figueiredo - Secretário-Geral.

## BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E CONTROLE DE OPERAÇÕES DO CRÉDITO RURAL

### ATO Nº 469, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Arquivamento dos autos do inquérito instaurado em decorrência da decretação do regime de liquidação extrajudicial.

O Diretor de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural do BANCO CENTRAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18, inciso XV, do Regimento Interno, com base no art. 44 da Lei 6.024, de 13 de março de 1.974, tendo em vista as conclusões dos relatórios e os pareceres que apreciaram os trabalhos da Comissão nomeada pelo ATO DE DIRETOR 427, de 13.7.2012, publicado no Diário Oficial da União de 14.07.2011, conforme consta do Processo nº 1201546100, resolve:

Fica arquivado o INQUÉRITO realizado na empresa BANCOM SOCIEDADE CORRETORA DE CÂMBIO S.A. (CNPJ 67.212.035/0001-65), com sede em São Bernardo do Campo (SP).

SIDNEI CORREA MARQUES

## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

### DELIBERAÇÃO Nº 695, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de benefícios a empregados.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, com fundamento nos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1° do art. 22 da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, deliberou:

I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação, que trata de benefícios a empregados;

II - revogar a Deliberação CVM nº 600, de 07 de outubro de 2009; e

III - que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

ANEXO

Objetivo

1. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, este Pronunciamento requer que a entidade reconheça:

(a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e

(b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.

Alcance

2. Este Pronunciamento deve ser aplicado pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações.

3. Este Pronunciamento não trata das demonstrações contábeis elaboradas pelos planos de benefícios a empregados ou pelos fundos de pensão e assemelhados.

4. Os benefícios a empregados aos quais este Pronunciamento se aplica incluem aqueles proporcionados:

(a) por planos ou acordos formais entre a entidade e os empregados individuais, grupos de empregados ou seus representantes;

(b) por disposições legais, ou por meio de acordos setoriais, pelos quais se exige que as entidades contribuam para planos nacionais, estatais, setoriais ou outros; ou

(c) por práticas informais que deem origem a uma obrigação construtiva (ou obrigação não formalizada, conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). Práticas informais dão origem a uma obrigação construtiva quando a entidade não tiver alternativa senão pagar os benefícios. Pode-se citar, como exemplo de obrigação construtiva, a situação em que uma alteração nas práticas informais da entidade cause dano inaceitável no seu relacionamento com os empregados.

5. Os benefícios a empregados incluem:

(a) benefícios de curto prazo a empregados, como, por exemplo, os seguintes, desde que se espere que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(i) ordenados, salários e contribuições para a seguridade social;

(ii) licença anual remunerada e licença médica remunerada;

(iii) participação nos lucros e bônus; e

(iv) benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais;

(b) benefícios pós-emprego, como, por exemplo, os seguintes:

(i) benefícios de aposentadoria (por exemplo, pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria); e

(ii) outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego;

(c) outros benefícios de longo prazo aos empregados, tais como:

(i) ausências remuneradas de longo prazo, tais como licenças por tempo de serviço ou sabáticas;

(ii) jubileu ou outros benefícios por tempo de serviço; e

(iii) benefícios por invalidez de longo prazo;

(d) benefícios rescisórios.

6. Os benefícios a empregados incluem os benefícios oferecidos tanto aos empregados quanto aos seus dependentes e que podem ser liquidados por meio de pagamentos (ou fornecimento de bens e serviços) feitos diretamente a empregados, seus cônjuges, filhos ou outros dependentes ou ainda por terceiros, como, por exemplo, entidades de seguro.

7. O empregado pode prestar serviços a uma entidade em período integral, parcial, permanente, casual ou temporariamente. Para os fins deste Pronunciamento, a definição de empregado também inclui diretores e outros administradores.

Definições

8. Os termos a seguir são usados neste Pronunciamento com os seguintes significados:

Definição de benefícios a empregados

Benefícios a empregados são todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho.

Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.

Benefícios pós-emprego são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego.

Outros benefícios de longo prazo aos empregados são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

Benefícios rescisórios são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

(a) decisão da entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou

(b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

Definições relativas à classificação de planos

Planos de benefícios pós-emprego são acordos formais ou informais nos quais a entidade se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados.

Planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

Planos de benefício definido são planos de benefícios pós-emprego que não sejam planos de contribuição definida.

Planos multiempregadores são planos de contribuição definida (exceto planos de previdência social) ou planos de benefício definido (exceto planos de previdência social) que:

(a) possuem ativos formados por contribuições de várias entidades patrocinadoras que não estão sob o mesmo controle acionário; e

(b) utilizam aqueles ativos para fornecer benefícios a empregados a mais de uma entidade patrocinadora, de forma que os níveis de contribuição e benefício sejam determinados sem identificar a entidade patrocinadora que emprega os empregados em questão.

Definições relativas ao valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é o déficit ou superávit, ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento.

Déficit ou superávit é:

(a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos

(b) o valor justo dos ativos do plano (se houver).

Teto de ativo (asset ceiling) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

Valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Ativos do plano compreendem:

(a) ativos mantidos por fundo de benefícios de longo prazo a empregados; e

(b) apólices de seguro elegíveis.

Ativos mantidos por fundo de benefícios de longo prazo aos empregados são ativos (exceto os instrumentos financeiros intransferíveis emitidos pela entidade patrocinadora) que:

(a) são mantidos pela entidade (fundo) legalmente separada da entidade patrocinadora e que existem exclusivamente para pagar ou custear benefícios aos empregados; e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(b) estão disponíveis para serem utilizados somente para pagar ou custear benefícios aos empregados, não se encontram disponíveis para os credores da entidade patrocinadora (mesmo em caso de falência ou recuperação judicial) e não podem ser devolvidos à entidade patrocinadora, a menos que:

(i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou

(ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Apólice de seguro elegível é a apólice de seguro[1] emitida por seguradora que não seja parte relacionada (como definido no Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas) da entidade patrocinadora, se o produto da apólice:

(a) só puder ser utilizado para pagar ou custear benefícios a empregados, segundo um plano de benefício definido; e

(b) não esteja disponível para os credores da própria entidade patrocinadora (mesmo em caso de falência) e não possa ser pago a essa, a menos que:

(i) o produto represente ativos excedentes que não sejam necessários para a apólice cobrir todas as respectivas obrigações de benefícios a empregados; ou

(ii) o produto seja devolvido à entidade patrocinadora para reembolsá-la por benefícios a empregados já pagos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração.

Definições relativas ao custo de benefício definido

Custo do serviço compreende:

(a) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente;

(b) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e

(c) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:

(a) ganhos e perdas atuariais;

(b) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido; e

(c) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling), excluindo valores incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de:

(a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e

(b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Retorno sobre os ativos do plano consiste em juros, dividendos e outras receitas derivadas dos ativos do plano, juntamente com ganhos ou perdas realizados e não realizados sobre os ativos do plano, menos:

(a) quaisquer custos de administração dos ativos do plano; e

(b) qualquer imposto devido pelo plano, exceto impostos incluídos nas premissas atuariais utilizadas para mensurar o valor presente da obrigação de benefício definido.

Liquidação (settlement) é uma transação que elimina todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos por plano de benefício definido, exceto o pagamento de benefícios a empregados ou em seu nome que seja definido nos termos do plano e incluso nas premissas atuariais.

Benefícios de curto prazo aos empregados

9. Benefícios de curto prazo aos empregados incluem itens como, por exemplo, os seguintes, desde que se espere que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(a) ordenados, salários e contribuições para a previdência social;

(b) licença anual remunerada e licença médica remunerada;

(c) participação nos lucros e bônus; e

(d) benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para os atuais empregados.

10. A entidade não precisa reclassificar os benefícios de curto prazo aos empregados se as expectativas da entidade quanto à época da liquidação se modificarem temporariamente. Contudo, se as características do benefício se modificam (como, por exemplo, a mudança de benefício não cumulativo para benefício cumulativo) ou se a mudança nas expectativas quanto à época da liquidação não é temporária, a entidade deve considerar então se o benefício ainda atende à definição de benefício de curto prazo a empregados.

Reconhecimento e mensuração

Todos os benefícios de curto prazo aos empregados

11. Quando o empregado tiver prestado serviços à entidade durante o período contábil, a entidade deve reconhecer o montante não descontado dos benefícios de curto prazo aos empregados, que se espera sejam pagos, em troca desse serviço:

(a) como passivo (despesa acumulada), após a dedução de qualquer quantia já paga. Se a quantia já paga exceder o valor não descontado dos benefícios, a entidade deve reconhecer o excesso como ativo (despesa paga antecipadamente), desde que a despesa antecipada conduza, por exemplo, a uma redução dos pagamentos futuros ou a uma restituição de caixa;

(b) como despesa, salvo se outro Pronunciamento Técnico exigir ou permitir a inclusão dos benefícios no custo de ativo (ver, por exemplo, os Pronunciamentos Técnicos CPC 16 - Estoques e CPC 27 - Ativo Imobilizado).

12. Os itens 13, 16 e 19 explicam como a entidade deve aplicar o item 11 a benefícios de curto prazo aos empregados, na forma de ausências remuneradas e planos de participação nos lucros e bônus.

Licenças remuneradas de curto prazo

13. A entidade deve reconhecer o custo esperado de benefícios de curto prazo aos empregados na forma de licenças remuneradas, seguindo o item 11, da seguinte forma:

(a) no caso de licenças remuneradas cumulativas, quando o serviço prestado pelos empregados aumentar o seu direito a ausências remuneradas futuras;

(b) no caso de licenças remuneradas não cumulativas, quando as ausências ocorrerem.

14. A entidade pode remunerar os empregados por ausência por várias razões, incluindo: feriados, doença e invalidez por curto prazo, maternidade ou paternidade, serviços de tribunais e serviço militar. O direito a licenças remuneradas pode ser classificado em duas categorias:

(a) cumulativa; e

(b) não cumulativa.

15. Licenças remuneradas cumulativas são aquelas que podem ser estendidas e utilizadas futuramente, se o direito adquirido no período corrente não foi totalmente utilizado. As licenças remuneradas cumulativas podem ser com direito adquirido (vested, ou seja, os empregados têm direito ao pagamento em dinheiro pelas licenças não gozadas no momento em que se desligam da entidade) ou sem direito adquirido (quando os empregados não têm direito ao pagamento em dinheiro pelas licenças não gozadas ao deixarem a entidade). Surge a obrigação à medida que os empregados prestam serviços que aumentem o seu direito às licenças remuneradas futuras. A obrigação existe e deve ser reconhecida, mesmo se as ausências remuneradas forem sem direito adquirido, embora a faculdade de os empregados poderem sair antes de utilizar o direito acumulado sem direito adquirido afete a mensuração dessa obrigação.

16. A entidade deve mensurar o custo esperado de licenças remuneradas cumulativas como a quantia adicional que a entidade espera pagar, em consequência do direito não utilizado que se acumulou na data a que se referem as demonstrações contábeis.

17. O método especificado no item anterior mensura a obrigação pelo montante dos pagamentos adicionais que se espera que ocorrerão exclusivamente pelo acúmulo de benefício. Em muitos casos, a entidade pode não precisar fazer cálculos detalhados para estimar que não exista obrigação relevante referente a licenças remuneradas não utilizadas. Por exemplo, uma obrigação de licença médica provavelmente será relevante apenas se houver um entendimento, formal ou informal, de que a licença médica remunerada não utilizada pode ser considerada como férias remuneradas.

Exemplo ilustrativo dos itens 16 e 17

A entidade tem 100 empregados, sendo que cada um deles tem direito a cinco dias de trabalho de licença médica remunerada em cada ano. A licença médica não utilizada pode ser estendida por um ano-calendário. A licença médica é excluída, em primeiro lugar, do direito do ano corrente e, em seguida, do saldo do ano anterior (base UEPS). Em 31 de dezembro de 20X1, o direito médio não utilizado é de dois dias por empregado. A entidade espera, baseada na experiência passada, que essa expectativa continue, e que 92 empregados não tirarão mais de cinco dias de licença médica remunerada em 20X2, e que os oito empregados restantes tirarão a média de seis dias e meio cada um.

A entidade espera pagar um adicional de 12 dias de auxílio-doença em consequência do direito não utilizado que tenha acumulado em 31 de dezembro de 20X1 (um dia e meio cada, para oito empregados). Portanto, a entidade reconhece um passivo igual a 12 dias de auxílio-doença.

18. As licenças remuneradas não cumulativas não são estendidas para o próximo exercício: elas expiram se o direito não for totalmente usufruído no período corrente, e não dão aos empregados o direito ao pagamento em dinheiro por direitos não usufruídos no momento em que se desliguem da entidade. Esse é comumente o caso das licenças remuneradas por doença (na medida em que o direito passado não usufruído não aumenta o direito futuro), licença maternidade ou paternidade ou licença remunerada por serviço nos tribunais ou serviço militar. A entidade não reconhece passivo nem despesa até a ocasião da ausência, porque o serviço do empregado não aumenta o valor do benefício.

Planos de participação nos lucros e bônus

19. A entidade deve reconhecer o custo esperado de pagamento de participação nos lucros e bônus de acordo com o item 11, quando e somente quando:

(a) a entidade tiver a obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência de eventos passados; e

(b) a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. Existe uma obrigação presente quando e somente quando, a entidade não tem alternativa realista, a não ser efetuar os pagamentos.

20. Em alguns planos de participação nos lucros, os empregados recebem uma parcela do lucro somente se permanecerem na entidade durante determinado período. Tais planos criam uma obrigação construtiva à medida que os empregados prestam serviço que aumenta a quantia a ser paga, se permanecerem na entidade até o final do período especificado. A mensuração de tais obrigações construtivas deve refletir a possibilidade de alguns empregados se desligarem e não receberem a participação no lucro.

Exemplo ilustrativo do item 20

Um plano de participação nos lucros requer que a entidade pague uma parcela específica do lucro líquido do ano aos empregados que trabalharam todo o ano. Se nenhum dos empregados se desligar durante o ano, o total dos pagamentos de participação nos lucros será de 3% do lucro líquido. A entidade estima que a taxa de rotatividade de pessoal reduza os pagamentos para 2,5% do lucro líquido.

A entidade deve reconhecer um passivo e uma despesa de 2,5% do lucro líquido.

21. A entidade pode não ter obrigação legal de pagar bônus. Entretanto, em alguns casos, a entidade adota essa prática. Em tais casos, a entidade tem uma obrigação construtiva porque a entidade não tem alternativa realista a não ser pagar a gratificação. A mensuração da obrigação construtiva deve refletir a possibilidade de que alguns empregados possam se desligar sem o direito de receber a gratificação.

22. A entidade pode fazer uma estimativa confiável da sua obrigação legal ou construtiva em conformidade com o plano de participação nos lucros ou bônus, quando e somente quando:

(a) os termos formais do plano contemplarem uma fórmula para determinar o valor do benefício;

(b) a entidade determinar os montantes a serem pagos antes da aprovação de emissão das demonstrações contábeis; ou

(c) a prática passada fornecer evidências claras do montante da obrigação construtiva da entidade.

23. Uma obrigação, em conformidade com planos de participação nos lucros e bônus, resulta do serviço prestado pelo empregado e não de transação com os sócios da entidade. Portanto, a entidade deve reconhecer o custo dos planos de participação nos lucros e bônus não como distribuição de lucro, mas como despesa.

24. Se as obrigações de pagamento de participação nos lucros e de bônus não forem totalmente liquidadas dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestaram o respectivo serviço, esses pagamentos deverão ser considerados benefícios de longo prazo a empregados (vide itens 153 a 158).

Divulgação

25. Embora este Pronunciamento não exija divulgações específicas acerca de benefícios de curto prazo a empregados, outros Pronunciamentos podem exigi-las. Por exemplo, o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas exige divulgação acerca de benefícios concedidos aos administradores da entidade. O Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis exige a divulgação de despesas com benefícios a empregados.

Benefícios pós-emprego: distinção entre planos de contribuição definida e planos de benefício definido

26. Benefícios pós-emprego incluem itens como, por exemplo, os seguintes:

(a) benefícios de aposentadoria (por exemplo, pensões e pagamentos únicos por ocasião da aposentadoria); e

(b) outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós-emprego.

Os acordos pelos quais a entidade proporciona benefícios pós-emprego são denominados planos de benefícios pós-emprego. A entidade deve aplicar este Pronunciamento a todos os acordos, que envolvam, ou não, o estabelecimento de entidade separada aberta ou fechada de previdência para receber as contribuições e pagar os benefícios.

27. Os planos de benefício pós-emprego classificam-se como planos de contribuição definida ou de benefício definido, dependendo da essência econômica do plano decorrente de seus principais termos e condições.

28. Nos planos de contribuição definida, a obrigação legal ou construtiva da entidade está limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado deve ser determinado pelo montante de contribuições pagas pela entidade patrocinadora (e, em alguns casos, também pelo empregado) para um plano de benefícios pós-emprego ou para uma entidade à parte, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Em consequência, o risco atuarial (risco de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e o risco de investimento (risco de que os ativos investidos venham a ser insuficientes para cobrir os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

29. Exemplos de casos em que a obrigação da entidade não está limitada a quantia que ela concorda em contribuir para o fundo de pensão são aqueles quando a entidade tem obrigação legal ou construtiva por meio de:

(a) fórmula de benefício de plano que não esteja exclusivamente vinculada ao valor das contribuições e exija que a entidade forneça contribuições adicionais se os ativos forem insuficientes para cobrir os benefícios da fórmula de benefício de plano;

(b) garantia de retorno especificado sobre contribuições, seja direta ou indiretamente vinculada ao plano; ou

(c) práticas informais que dão origem a uma obrigação construtiva. Por exemplo, uma obrigação construtiva pode surgir quando a entidade tiver histórico de aumento de benefícios para ex-empregados para compensar a inflação, mesmo quando não houver a obrigação legal de fazê-lo.

30. Em conformidade com os planos de benefício definido:

(a) a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados aos atuais e aos ex-empregados; e

(b) risco atuarial (de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado) e risco de investimento recaem, substancialmente, sobre a entidade. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade pode ser aumentada.

31. Os itens 32 a 49 explicam a distinção entre planos de contribuição definida e benefício definido, no contexto de planos multiempregadores, planos de benefício definido que compartilham riscos entre entidades sob controle comum, planos de previdência social e benefícios segurados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Planos multiempregadores

32. A entidade deve classificar um plano multiempregador como plano de contribuição definida ou plano de benefício definido, de acordo com os termos do plano (incluindo qualquer obrigação construtiva que vá além dos termos formais).

33. Se a entidade participar de plano multiempregador de benefício definido, a menos que o item 34 seja aplicável, a entidade deve:

(a) contabilizar proporcionalmente sua parcela da obrigação de benefício definido, dos ativos do plano e do custo associado ao plano, da mesma forma como qualquer outro plano de benefício definido; e

(b) divulgar as informações exigidas pelos itens 135 a 148 (excluindo-se o item 148(d)).

34. Quando não houver informação suficiente disponível para se adotar a contabilização de benefício definido para plano multiempregador de benefício definido, a entidade deve:

(a) contabilizar o plano de acordo com os itens 51 e 52 como se fosse um plano de contribuição definida;

(b) divulgar as informações exigidas pelo item 148.

35. Um exemplo de plano multiempregador de benefício definido é aquele em que:

(a) o plano é financiado em regime de repartição simples (pay-as-you-go), tal que: as contribuições são definidas em nível que se espera ser suficiente para pagar os benefícios que vençam no mesmo período; e os benefícios futuros adquiridos durante o período corrente serão pagos com contribuições futuras; e

(b) os benefícios dos empregados são determinados pelo tempo de serviço e as entidades participantes não podem se retirar do plano sem pagar uma contribuição pelos benefícios adquiridos pelos empregados até a data de sua retirada. Esse plano representa riscos atuariais para a entidade: se o custo final dos benefícios já adquiridos na data a que se referem as demonstrações contábeis for maior do que o esperado, a entidade terá de aumentar as suas contribuições ou de persuadir os empregados a aceitar uma redução nos benefícios. Portanto, tal plano é um plano de benefício definido.

36. Quando houver informações suficientes disponíveis sobre um plano multiempregador de benefício definido, a entidade deve contabilizar proporcionalmente sua parcela da obrigação de benefício definido, dos ativos do plano e do custo pós-emprego associados ao plano, da mesma forma que para qualquer outro plano de benefício definido. Entretanto, a entidade pode não ser capaz de identificar sua parte na posição financeira subjacente e o desempenho do plano com confiabilidade suficiente para fins contábeis. Isso pode ocorrer, se:

(a) o plano expuser as entidades participantes a riscos atuariais associados a empregados, atuais e antigos de outras entidades, resultando na falta de base consistente e confiável para alocar a obrigação, os ativos do plano e o custo individualmente às entidades que participam do plano;

(b) a entidade não tiver acesso às informações pertinentes ao plano que satisfaçam aos requisitos deste Pronunciamento.

Nesses casos, a entidade deve contabilizar o plano como se fosse plano de contribuição definida e divulgar as informações exigidas pelo item 148.

37. Pode haver acordo contratual, entre o plano multiempregador e seus participantes, que determine como o excedente do plano será distribuído aos participantes (ou o déficit custeado). A entidade patrocinadora participante no plano multiempregador, com acordo desse tipo e que contabilize o plano como plano de contribuição definida, de acordo com o item 34, deve reconhecer o ativo ou passivo resultante do acordo contratual e a receita ou despesa no resultado.

Exemplo ilustrativo do item 37

A entidade participa de plano multiempregador de benefícios definidos e não prepara avaliações do plano com base neste Pronunciamento. Portanto, contabiliza o plano como se fosse um plano de contribuição definida. A avaliação da posição não baseada neste Pronunciamento mostra déficit de $ 100 milhões no plano. O plano fez um acordo contratual sobre um cronograma de contribuições com os empregadores participantes do plano que irá eliminar o déficit nos próximos cinco anos. As contribuições totais da entidade, de acordo com o contrato, são de $ 8 milhões.

A entidade deve reconhecer o passivo pelas contribuições ajustadas pelo valor do dinheiro no tempo e a despesa no resultado.

38. Planos multiempregadores são distintos dos planos administrados em grupo. O plano administrado em grupo é meramente a agregação de planos patrocinados individualmente combinados para permitir que os empregadores reúnam os seus ativos para fins de investimento, de maneira a reduzir os custos de gestão e de administração, mas as pretensões dos diferentes empregadores são segregadas para o benefício exclusivo dos seus próprios empregados. Os planos administrados em grupo não apresentam problemas contábeis específicos porque a informação está prontamente disponível, sendo tratados da mesma forma que qualquer outro plano patrocinado individualmente e porque tais planos não expõem as entidades participantes a riscos atuariais, associados aos empregados atuais e antigos de outras entidades. As definições deste Pronunciamento exigem que a entidade classifique um plano administrado em grupo como plano de contribuição definida ou como plano de benefício definido de acordo com os termos do plano (incluindo qualquer obrigação construtiva, que vá além dos termos formais).

39. Para determinar quando reconhecer e como mensurar um passivo relativo ao encerramento de plano multiempregador de benefício definido ou à saída da entidade de plano de benefício definido, a entidade deve aplicar o Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Planos de benefício definido que compartilham riscos entre várias entidades sob controle comum

40. Planos de benefício definido que compartilham riscos entre entidades sob controle comum, por exemplo, uma controladora e suas subsidiárias, não são planos multiempregadores.

41. A entidade que patrocinar planos desse tipo deve obter informações acerca do plano como um todo, mensurado de acordo com este Pronunciamento, utilizando premissas que se apliquem ao plano como um todo. Se houver acordo contratual ou política expressa para atribuir a despesa líquida dos benefícios definidos do plano, mensurado de acordo com este Pronunciamento às entidades do grupo econômico, então a entidade deve, nas suas demonstrações separadas ou individuais, reconhecer a despesa líquida correspondente aos benefícios definidos para ela. Se não houver tal acordo ou política, a despesa líquida do benefício definido deve ser reconhecida nas demonstrações separadas ou individuais da entidade que é legalmente a patrocinadora do plano. As outras entidades pertencentes ao grupo devem reconhecer, em suas demonstrações separadas ou individuais, uma despesa igual às contribuições devidas no período.

42. A participação nesse plano é uma transação com partes relacionadas, individualmente para cada entidade do grupo. A entidade deve, portanto, em suas demonstrações separadas ou individuais, divulgar as informações exigidas pelo item 149.

Planos de previdência social (planos públicos)

43. A entidade deve contabilizar sua participação em plano de previdência social (planos públicos) da mesma maneira que contabiliza sua participação em plano multiempregador (vide itens 32 a 39).

44. Planos de previdência social são estabelecidos pela legislação e disponíveis a todas as entidades (ou a todas as entidades de uma categoria em particular, por exemplo, um setor específico) e são operados pelo governo ou por outro órgão (por exemplo, agência autônoma criada especificamente para tal fim), portanto, fora do controle ou da influência da entidade que reporta. Alguns planos estabelecidos por entidade podem, conforme a legislação, vir a oferecer não só benefícios obrigatórios, que podem vir a substituir os benefícios que, de outra forma, seriam cobertos por plano governamental de previdência social, bem como benefícios voluntários adicionais. Esses planos não são planos governamentais de previdência social.

45. Planos de previdência social devem ser classificados como planos de benefício definido ou de contribuição definida dependendo da obrigação da entidade em relação ao plano. Muitos planos governamentais de previdência social, como o brasileiro, são custeados em regime de repartição simples (pay-as-you-go): as contribuições são fixadas em um nível que se espera sejam suficientes para cobrir os benefícios concedidos que vençam no mesmo período; benefícios futuros obtidos durante o período corrente serão pagos com contribuições futuras. Contudo, na maioria dos planos de previdência social, a entidade não tem obrigação legal ou construtiva de pagar esses benefícios futuros, sendo que a sua única obrigação é a de pagar as contribuições à medida que se vencem e, se a entidade deixar de empregar membros do plano da previdência social, ela não terá a obrigação de pagar os benefícios auferidos por seus empregados em anos anteriores. Por essa razão, os planos de previdência social são normalmente planos de contribuição definida. Entretanto, quando um plano de previdência social vier a ser classificado como plano de benefício definido, a entidade deve aplicar o tratamento previsto nos itens 32 a 39.

Seguro de benefícios

46. A entidade pode pagar prêmios de seguro para custear um plano de benefícios pós-emprego. A entidade deve tratar o plano como plano de contribuição definida, exceto se a entidade tiver (direta ou indiretamente por meio do plano) a obrigação legal ou construtiva de:

(a) pagar os benefícios dos empregados diretamente quando se vencerem; ou

(b) pagar contribuições adicionais se a seguradora não cobrir todos os benefícios futuros do empregado relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

Se a entidade tiver a obrigação legal ou construtiva, o plano deve ser tratado como plano de benefício definido.

47. Os benefícios segurados por apólice de seguro não precisam ter relação direta ou automática com a obrigação da entidade em relação aos benefícios a empregados. Os planos de benefícios pós-emprego que envolvam apólices de seguro estão sujeitos à mesma distinção entre contabilização e financiamento aplicável a outros planos custeados.

48. Quando a entidade custeia uma obrigação de benefícios pós-emprego ao contribuir para uma apólice de seguro pela qual a entidade (direta ou indiretamente por meio do plano, utilizando-se de mecanismo de fixação de prêmios futuros ou por meio de relacionamento com a seguradora) mantém a obrigação legal ou construtiva, o pagamento dos prêmios não corresponde a um acordo de contribuição definida. Como consequência a entidade:

(a) deve contabilizar a apólice de seguro elegível como ativo de plano (vide item 8); e

(b) deve reconhecer outras apólices de seguro como direitos de reembolso (se as apólices satisfizerem aos critérios do item 116).

49. Quando a apólice de seguro estiver no nome de participante específico do plano ou de grupo de participantes e a entidade não tiver nenhuma obrigação legal ou construtiva de cobrir qualquer perda na apólice, a entidade não tem obrigação de pagar benefícios aos empregados, e a seguradora tem a responsabilidade exclusiva de pagar esses benefícios. O pagamento de prêmios fixos, segundo tais contratos, é, na verdade, a liquidação da obrigação de benefícios ao empregado e, não, um investimento para cobrir a obrigação. Consequentemente, a entidade deixa de possuir um ativo ou um passivo. Portanto, a entidade trata tais pagamentos como contribuições para plano de contribuição definida.

Benefícios pós-emprego: plano de contribuição definida

50. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não são completamente liquidados em até doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

Reconhecimento e mensuração

51. Quando o empregado tiver prestado serviços à entidade durante um período, a entidade deve reconhecer a contribuição devida para plano de contribuição definida em troca desses serviços:

(a) como passivo (despesa acumulada), após a dedução de qualquer contribuição já paga. Se a contribuição já paga exceder a contribuição devida relativa ao serviço prestado antes do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, a entidade deve reconhecer esse excesso como ativo (despesa antecipada), na medida em que as antecipações conduzirão, por exemplo, a uma redução nos pagamentos futuros ou em um reembolso em dinheiro; e

(b) como despesa, a menos que outro Pronunciamento exija ou permita a inclusão da contribuição no custo de ativo (ver, por exemplo, os Pronunciamentos Técnicos CPC 16 - Estoques e CPC 27 - Ativo Imobilizado).

52. Quando as contribuições para plano de contribuição definida não são completamente liquidados em até doze meses após o final do período da prestação de serviço pelo empregado, elas devem ser descontadas, utilizando-se a taxa de desconto especificada no item 83.

Divulgação

53. A entidade deve divulgar o montante reconhecido como despesa para os planos de contribuição definida.

54. Sempre que exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a entidade divulga informação acerca das contribuições para planos de contribuição definida relativas aos administradores da entidade.

Benefícios pós-emprego: plano de benefício definido

55. A contabilização dos planos de benefício definido é complexa porque são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais. Além disso, as obrigações são mensuradas ao seu valor presente, porque podem ser liquidadas muitos anos após a prestação dos serviços pelos empregados.

Reconhecimento e mensuração

56. Planos de benefício definido podem não ter fundo constituído ou podem ser total ou parcialmente cobertos por contribuições da entidade e, algumas vezes, dos seus empregados, para a entidade ou fundo legalmente separado da entidade patrocinadora, e a partir do qual são pagos os benefícios a empregados. O pagamento dos benefícios concedidos depende não somente da situação financeira e do desempenho dos investimentos do fundo, mas também da capacidade e do interesse da entidade de suprir qualquer insuficiência nos ativos do fundo. Portanto, a entidade assume, na essência, os riscos atuariais e de investimento associados ao plano. Consequentemente, a despesa reconhecida de plano de benefício definido não é necessariamente o montante da contribuição devida relativa ao período.

57. A contabilização de planos de benefício definido pela entidade envolve os seguintes passos:

(a) determinar o déficit ou superávit. Isto envolve:

(i) utilizar uma técnica atuarial, o método de crédito unitário projetado, para estimar de maneira confiável o custo final para a entidade do benefício obtido pelos empregados em troca dos serviços prestados nos períodos corrente e anteriores (vide itens 67 a 69). Isso exige que a entidade determine quanto do benefício deve ser atribuível aos períodos corrente e anteriores (vide itens 70 a 74) e que faça estimativas (premissas atuariais) acerca de variáveis demográficas (tais como rotatividade e mortalidade de empregados) e variáveis financeiras (tais como futuros aumentos nos salários e nos custos médicos), que afetarão o custo do benefício (vide itens 75 a 98);

(ii) descontar esse benefício para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido e o custo do serviço corrente (vide itens 67 a 69 e 83 a 86);

(iii) deduzir o valor justo de quaisquer ativos do plano (vide itens 113 a 115) do valor presente da obrigação de benefício definido;

(b) determinar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido como o valor do déficit ou superávit determinado em (a), ajustado por qualquer efeito de limitação de ativo líquido de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) (vide item 64);

(c) determinar os valores a serem reconhecidos em resultado:

(i) custo do serviço corrente (vide itens 70 a 74);

(ii) qualquer custo do serviço passado e ganho ou perda na liquidação (vide itens 99 a 112);

(iii) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 123 a 126);

(d) determinar as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, a serem reconhecidas em outros resultados abrangentes, compreendendo:

(i) ganhos e perdas atuariais (vide itens 128 e 129);

(ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide item 130); e

(iii) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling) (vide item 64), excluindo os valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Quando a entidade possuir mais de um plano de benefício definido, deve aplicar esses procedimentos separadamente para cada plano relevante.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

58. A entidade deve determinar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido com suficiente regularidade de modo que os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis não divirjam significativamente dos valores que seriam determinados no final do período.

59. Este Pronunciamento encoraja, mas não requer que a entidade envolva atuário habilitado na mensuração de todas as obrigações relevantes de benefícios pós-emprego. Por razões práticas, a entidade pode solicitar a um atuário habilitado que realize uma avaliação detalhada da obrigação antes do final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis. Contudo, os resultados dessa avaliação devem ser atualizados com base em transações relevantes e em outras mudanças significativas nas circunstâncias (incluindo alterações nos valores de mercado e nas taxas de juro) até o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

60. Em alguns casos, as estimativas, as médias e as simplificações de cálculo podem proporcionar uma aproximação confiável dos cálculos detalhados ilustrados neste Pronunciamento.

Contabilização da obrigação construtiva

61. A entidade deve contabilizar não somente a sua obrigação legal segundo os termos formais de plano de benefício definido, mas também qualquer obrigação construtiva que surja a partir das práticas informais da entidade. As práticas informais dão origem a uma obrigação construtiva quando a entidade não tiver alternativa realista a não ser pagar os benefícios aos empregados. Um exemplo de obrigação construtiva é quando uma alteração nas práticas informais da entidade causaria um dano inaceitável no seu relacionamento com os empregados.

62. Os termos formais de plano de benefício definido podem permitir que a entidade encerre sua obrigação com o plano. Não obstante, é normalmente difícil para a entidade encerrar sua obrigação com o plano (sem pagamento) se os empregados tiverem de ser mantidos. Portanto, na ausência de evidência em sentido contrário, a contabilização de benefícios pós-emprego pressupões que a entidade que prometa esses benefícios continuará a fazê-lo durante o tempo de trabalho remanescente dos empregados.

Balanço patrimonial

63. A entidade deve reconhecer o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido na demonstração contábil.

64. Quando a entidade obtiver um superávit no plano de benefício definido, ela deve mensurar o valor líquido de ativo de benefício definido como sendo o menor dentre:

(a) o superávit no plano de benefício definido; e

(b) o teto de ativo (asset ceiling), determinado pela aplicação da taxa de desconto especificada no item 83.

65. O valor líquido de ativo de benefício definido pode surgir quando um plano de benefício definido tiver recebido excesso de contribuições ou quando ocorrerem ganhos atuariais. A entidade deve reconhecer o valor líquido de ativo de benefício definido nesses casos porque:

(a) a entidade controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o superávit para gerar benefícios futuros;

(b) esse controle é resultado de eventos passados (contribuições pagas pela entidade e serviços prestados pelo empregado); e

(c) benefícios econômicos futuros estão disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, seja diretamente à entidade patrocinadora ou indiretamente para outro plano deficitário. O teto de ativo (asset ceiling) é o valor presente desses benefícios futuros.

Reconhecimento e mensuração: valor presente de obrigação por benefício definido e custo do serviço corrente

66. O custo final de plano de benefício definido pode ser influenciado por muitas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. O custo final do plano é incerto e é provável que essa incerteza venha a permanecer por longo período de tempo. Com o objetivo de mensurar o valor presente das obrigações de benefício pós-emprego e o respectivo custo do serviço corrente, é necessário:

(a) aplicar método de avaliação atuarial (vide itens 67 a 69);

(b) atribuir benefício aos períodos de serviço (vide itens 70 a 74); e

(c) adotar premissas atuariais (vide itens 75 a 98).

Método de avaliação atuarial

67. A entidade deve utilizar o Método de Crédito Unitário Projetado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado.

68. O Método de Crédito Unitário Projetado (também conhecido como método de benefícios acumulados com pro rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício (vide itens 70 a 74) e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final (vide itens 75 a 98).

Exemplo ilustrativo do item 68

Um benefício de pagamento único a ser liquidado ao final do período trabalhado corresponde a 1% do salário final para cada ano de serviço. O salário no ano 1 é $ 10.000 e assume-se um crescimento anual de 7% (composto) para cada ano. A taxa de desconto utilizada é de 10% ao ano. A tabela a seguir demonstra como a obrigação é calculada para um empregado cuja expectativa de desligamento é ao final do ano 5, assumindo que não haverá mudanças nas premissas atuariais. Para fins de simplificação, este exemplo não considera o ajuste adicional necessário para refletir a probabilidade de o empregado deixar a entidade em data anterior ou posterior.

| *Ano* | *1* | *2* | *3* | *4* | *5* |
|---|---|---|---|---|---|
| *Benefício atribuído a:* | | | | | |
| *- anos anteriores* | *$0* | *$131* | *$262* | *$393* | *$524* |
| *- ano corrente (1% do salário final)* | *$131* | *$131* | *$131* | *$131* | *$131* |
| *- ano corrente e anteriores* | *$131* | *$262* | *$393* | *$524* | *$655* |
| *Obrigação Inicial* | *-* | *$89* | *$196* | *$324* | *$476* |
| *Juros de 10%* | *-* | *$9* | *$20* | *$33* | *$48* |
| *Custo do serviço corrente* | *$89* | *$98* | *$108* | *$119* | *$131* |
| *Obrigação final* | *$89* | *$196* | *$324* | *$476* | *$655* |

Notas:

1. A obrigação inicial é o valor presente do benefício atribuído a anos anteriores.

2. O custo do serviço corrente é o valor presente do benefício atribuído ao ano corrente.

3. A obrigação final é o valor presente do benefício atribuído aos anos corrente e anteriores.

69. A entidade deve descontar a valor presente o total da obrigação de benefícios pós-emprego, mesmo se parte da obrigação vencer em até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Atribuição de benefício a períodos de serviço

70. Na determinação do valor presente das obrigações de benefício definido e do respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, do custo do serviço passado, a entidade deve atribuir benefício a períodos de serviço de acordo com a fórmula de benefício do plano. Entretanto, se o serviço do empregado nos últimos anos conduzir a um benefício significativamente mais elevado do que em períodos anteriores, a entidade deve atribuir benefícios em bases lineares, desde:

(a) a data em que o serviço do empregado conduz, pela primeira vez, a benefícios previstos no plano (quer os benefícios estejam, ou não, condicionados ao serviço futuro); até

(b) a data em que o serviço futuro do empregado não levar a uma quantia relevante de benefícios adicionais conforme o plano, exceto nos casos provenientes de novos aumentos de salário.

71. O Método de Crédito Unitário Projetado exige que a entidade atribua benefício ao período corrente (a fim de determinar o custo do serviço corrente) e aos períodos corrente e anteriores (a fim de determinar o valor presente das obrigações de benefício definido). A entidade deve atribuir benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Essa obrigação surge à medida que os empregados prestam serviços em troca de benefícios pós-emprego e que a entidade espera pagar em períodos futuros. As técnicas atuariais permitem que a entidade mensure essa obrigação com confiabilidade suficiente para justificar o reconhecimento do passivo.

Exemplos ilustrativos do item 71

1. Um plano de benefício definido proporciona o benefício de pagamento único de $ 100 devido por ocasião da aposentadoria, para cada ano de serviço prestado.

Atribui-se a cada ano o benefício de $ 100. O custo do serviço corrente é o valor presente de $ 100. O valor presente da obrigação de benefício definido é o valor presente de $ 100, multiplicado pelo número de anos de serviço na data a que se referem as demonstrações contábeis.

Se o benefício for devido imediatamente quando o empregado se desliga da entidade, o custo do serviço corrente e o valor presente da obrigação de benefício definido refletem a data em que se espera que o empregado se desligue.

Assim, devido ao efeito do desconto a valor presente, eles são inferiores às quantias que seriam determinadas se o empregado saísse no final do período a que se referem as demonstrações contábeis.

2. Um plano proporciona uma pensão mensal de 0,2% do salário final para cada ano de serviço. A pensão é devida a partir da idade de 65 anos.

É atribuído a cada ano de serviço um benefício igual ao valor presente, à data esperada de aposentadoria da pensão mensal de 0,2% do salário final estimado, devido a partir da data esperada de aposentadoria até a data estimada do falecimento. O custo do serviço corrente é o valor presente desse benefício. O valor presente da obrigação de benefício definido é o valor presente dos pagamentos mensais de pensão de 0,2% do salário final, multiplicado pelo número de anos de serviço até o final do período a que se referem as demonstrações contábeis. O custo do serviço corrente e o valor presente da obrigação de benefício definido são descontados, porque os pagamentos de pensão se iniciam a partir da idade de 65 anos.

72. O serviço prestado pelo empregado origina uma obrigação em conformidade com o plano de benefício definido, mesmo se os benefícios estiverem condicionados à manutenção da condição de empregado (em outras palavras, mesmo quando os benefícios ainda não foram adquiridos). O serviço do empregado, antes da data de aquisição de direito, dá origem a uma obrigação construtiva porque, ao final de cada encerramento de exercício, o valor do serviço futuro que o empregado deverá prestar até a aquisição do direito ao benefício se reduz. Ao mensurar a obrigação de benefício definido, a entidade deve considerar a probabilidade de que alguns empregados possam não satisfazer aos requisitos de aquisição de direito. De maneira similar, embora determinados benefícios pós-emprego, por exemplo, benefícios médicos pós-emprego, só se tornem devidos se ocorrer evento específico, quando o empregado já tenha se aposentado, uma obrigação deve ser reconhecida à medida que o empregado estiver prestando serviço que proporcionará o direito ao benefício. A probabilidade de que o evento específico ocorrerá afeta a mensuração da obrigação, mas não determina se a obrigação existe ou não.

Exemplos ilustrativos do item 72

1. Um plano paga o benefício de $ 100 para cada ano de serviço. A aquisição de direito aos benefícios ocorrerá após dez anos de prestação de serviço.

O benefício de $ 100 é atribuído a cada ano. Em cada um dos primeiros dez anos, o custo do serviço corrente e o valor presente da obrigação refletem a probabilidade de que o empregado possa não completar dez anos de serviço.

2. Um plano paga o benefício de $ 100 para cada ano de serviço prestado, excluindo o serviço antes da idade de 25 anos. A aquisição de direito aos benefícios ocorre imediatamente.

Nenhum benefício deve ser atribuído ao serviço prestado antes da idade de 25 anos, porque o serviço, antes dessa data, não leva a benefícios (condicionais ou incondicionais). O benefício de $ 100 é atribuído a cada ano subsequente.

73 A obrigação aumenta até a data em que o posterior serviço prestado pelo empregado não mais dê lugar a valores relevantes de benefícios futuros. Portanto, todo o benefício é atribuído aos períodos que terminem nessa data ou antes dela. O benefício é atribuído a períodos contábeis individuais de acordo com a fórmula de benefício do plano. Entretanto, se o serviço do empregado em anos adicionais conduzir a um nível significativamente maior de benefício do que nos anos anteriores, a entidade deve atribuir o benefício de maneira linear até a data em que o serviço posterior do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais. Isso ocorre porque o serviço do empregado conduzirá, em última análise, a um benefício em nível mais elevado.

Exemplos ilustrativos do item 73

1. Um plano paga o benefício em parcela única de $ 1.000, cuja aquisição de direito ocorre após dez anos de serviço prestado. O plano não prevê benefício adicional para serviço subsequente.

O benefício de $ 100 ($ 1.000 dividido por dez) é atribuído a cada um dos primeiros dez anos.

O custo do serviço corrente, em cada um dos primeiros dez anos, reflete a probabilidade de o empregado não completar os dez anos de serviço. Nenhum benefício é atribuído aos anos subsequentes.

2. Um plano paga o benefício de aposentadoria em parcela única no valor de $ 2.000 a todos os empregados que ainda estejam trabalhando na idade de 55 anos, após terem prestado vinte anos de serviço, ou que ainda estejam empregados à idade de 65, independentemente de seu tempo de serviço.

Para os empregados que sejam admitidos antes da idade de 35 anos, serão computados benefícios apenas quando possuírem 35 anos de idade (o empregado pode deixar a entidade com 30 anos e retornar ao serviço com 33 anos de idade, sem nenhum efeito no montante ou prazo dos benefícios). Esses benefícios estão condicionados a serviço futuro. Além disso, os serviços prestados pelos empregados após os 55 anos de idade não trarão benefícios futuros significativos. Para esses empregados, a entidade atribui um benefício de $ 100 ($ 2.000 dividido por 20) para cada ano, desde a idade de 35 até 55 anos.

Para os empregados admitidos com idades entre 35 e 45 anos, o serviço prestado após 20 anos não trará benefícios adicionais significativos. Para esses empregados, a entidade atribui benefício de $ 100 ($ 2.000 dividido por 20) para cada um dos primeiros 20 anos.

Para o empregado admitido com 55 anos de idade, o serviço prestado depois de 10 anos não conduzirá à um montante significativo de benefícios. Para este empregado, a entidade atribui benefício de $ 200 ($ 2.000 dividido por 10) para cada um dos 10 primeiros anos.

Para todos os empregados, o custo do serviço corrente e o valor presente da obrigação devem refletir a probabilidade de o empregado não completar o período necessário de prestação de serviço.

3. Um plano médico pós-emprego reembolsa 40% dos custos médicos se o empregado sair da entidade depois de ter prestado serviço entre 10 a 20 anos, ou o reembolso será de 50% dos custos, caso o empregado deixe a entidade após 20 ou mais anos de serviço.

De acordo com a fórmula de benefício do plano, a entidade atribui 4% do valor presente dos custos médicos esperados (40% dividido por dez) a cada um dos primeiros 10 anos e 1% (10% dividido por 10) a cada um dos 10 anos subsequentes. O custo do serviço corrente em cada ano deve refletir a probabilidade de o empregado não completar o período de serviço necessário à obtenção parcial ou integral do benefício.

Para os empregados que a entidade espera que se desliguem dentro de 10 anos, nenhum benefício deve ser atribuído.

4. Um plano médico pós-emprego reembolsa 10% dos custos se o empregado deixar a entidade após ter prestado serviço entre 10 e 20 anos, ou o reembolso será de 50% dos custos, caso o empregado deixar a entidade após 20 ou mais anos de serviço.

O serviço em anos posteriores conduzirá a um nível de benefícios significativamente maior do que os anos atuais.

Portanto, para os empregados com expectativa de desligamento após 20 ou mais anos, a entidade atribui benefício em base linear, conforme o item 71. O serviço prestado após 20 anos não conduzirá a um montante significativo de benefícios futuros. Portanto, o benefício atribuído a cada um dos primeiros 20 anos é de 2,5% do valor presente dos custos médicos esperados (50% dividido por vinte).

Para os empregados cuja expectativa de desligamento for entre 10 e 20 anos, o benefício atribuído a cada um dos primeiros 10 anos é de 1% do valor presente dos custos médicos esperados. Para esses empregados, nenhum benefício é atribuído ao serviço entre o final do décimo ano e a data estimada de saída.

Para os empregados que se espera que saiam dentro de dez anos, nenhum benefício deve ser atribuído.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

74. Quando o montante de benefício for uma proporção constante do salário final para cada ano de serviço prestado, os futuros aumentos salariais afetarão o montante necessário para liquidar a obrigação referente ao serviço prestado antes do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas não cria uma obrigação adicional. Portanto:

(a) para a finalidade do item 70(b), os aumentos de salário não conduzem a benefícios adicionais, mesmo que o valor dos benefícios dependa do salário final; e

(b) a quantia do benefício atribuído a cada período é uma proporção constante do salário ao qual o benefício está atrelado.

Exemplo ilustrativo do item 74

Os empregados têm direito a um benefício de 3% do salário final para cada ano de serviço prestado, antes de completar a idade de 55 anos.

O benefício de 3% do salário final estimado é atribuído a cada ano até completar a idade de 55. Essa é a data em que o posterior serviço do empregado não conduzirá a quantia significativa de benefícios futuros de acordo com o plano. Nenhum benefício é atribuído ao serviço após essa idade.

Premissas atuariais

75. As premissas atuariais devem ser imparciais (não enviesadas) e devem ser mutuamente compatíveis.

76. As premissas atuariais devem ser as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego. As premissas atuariais compreendem:

(a) premissas demográficas acerca das características futuras dos atuais e ex-empregados (e seus dependentes) que sejam elegíveis aos benefícios. Premissas demográficas tratam de tópicos, tais como:

(i) mortalidade (vide itens 81 e 82);

(ii) taxas de rotatividade de empregados, invalidez e aposentadoria antecipada;

(iii) a proporção de participantes do plano com dependentes que serão elegíveis aos benefícios;

(iv) a proporção de participantes do plano que escolherá cada opção de forma de pagamento disponível conforme os termos do plano; e

(v) taxas de sinistralidade dos planos médicos;

(b) premissas financeiras que abordam tópicos como:

(i) taxa de desconto (vide itens 83 a 86);

(ii) níveis de benefícios, excluindo qualquer custo dos benefícios que deva correr por conta de empregados, e salário futuro (vide itens 87 a 95);

(iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros, incluindo custos de administração de sinistros (ou seja, os custos que serão incorridos no processamento e solução de sinistros, incluindo honorários legais e taxas de reguladores) (vide itens 96 a 98); e

(iv) impostos devidos pelo plano sobre contribuições relativas a serviços anteriores à data das demonstrações contábeis ou sobre benefícios decorrentes desses serviços.

77. As premissas atuariais devem ser imparciais (não enviesadas) se elas não forem imprudentes nem excessivamente conservadoras.

78. As premissas atuariais devem ser mutuamente compatíveis se refletirem as relações econômicas entre fatores, tais como inflação, taxas de crescimento salarial e taxa de desconto. Por exemplo, todas as premissas que dependem de determinado nível de inflação (tais como premissas sobre taxas de juros, aumentos de salários e de benefícios) para qualquer período futuro deverão pressupor o mesmo nível de inflação.

79. A entidade deve determinar a taxa de desconto e outras premissas financeiras em termos nominais (taxa de inflação inclusa), exceto se as estimativas em termos reais (líquidas da taxa de inflação) forem mais confiáveis, por exemplo, em economia hiperinflacionária ou quando o benefício for indexado e existir mercado estruturado de títulos de dívida indexados na mesma moeda e prazo.

80. As premissas financeiras devem basear-se em expectativas de mercado na data a que se referem as demonstrações contábeis, relativamente ao período ao longo do qual deverão ser liquidadas as obrigações.

Premissas atuariais: mortalidade

81. A entidade deve determinar suas premissas de mortalidade tendo por referência à sua melhor estimativa de mortalidade dos participantes do plano tanto durante quanto após o emprego.

82. A fim de estimar o custo final do benefício, a entidade deve considerar as mudanças esperadas na taxa de mortalidade, por exemplo, ajustando as tábuas-padrão de mortalidade com estimativas de melhorias na mortalidade.

Premissas atuariais: taxa de desconto

83. A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego (tanto custeadas quanto não custeadas) deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado, apurados na data a que se referem as demonstrações contábeis, para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado (na data a que se referem as demonstrações contábeis) relativos aos títulos do Tesouro Nacional. A moeda e o prazo desses instrumentos financeiros devem ser consistentes com a moeda e o prazo estimado das obrigações de benefício pós-emprego.

84. Uma premissa atuarial que tem efeito significativo é a taxa de desconto. A taxa de desconto deve refletir o valor do dinheiro no tempo, mas não o risco atuarial ou de investimento. Além disso, a taxa de desconto não deve refletir o risco de crédito específico da entidade suportado pelos seus credores, nem refletir o risco de a experiência futura poder diferir das premissas atuariais.

85. A taxa de desconto deve refletir os prazos estimados dos pagamentos de benefícios. Na prática, a entidade frequentemente consegue isso, aplicando uma única taxa de desconto média ponderada que reflita os prazos estimados e o montante dos pagamentos de benefícios e a moeda em que os benefícios vão ser pagos.

86. Em alguns casos, pode não haver mercado ativo de títulos de dívida com vencimento suficientemente longo para corresponder ao vencimento estimado de todos os pagamentos de benefícios. Nesses casos, a entidade utiliza as taxas correntes de mercado, com o prazo apropriado, para descontar pagamentos de prazos mais curtos e estima a taxa de desconto para vencimentos mais longos, extrapolando as taxas correntes de mercado ao longo da curva de rendimento. É improvável que o valor presente total de obrigação de benefício definido seja particularmente sensível à taxa de desconto aplicada à parcela dos benefícios devidos após o vencimento final dos títulos de dívida corporativos ou dos títulos do Tesouro Nacional disponíveis.

Premissas atuariais: salários, benefícios e custos médicos

87. A entidade deve mensurar suas obrigações de benefício definido em base que reflita:

(a) os benefícios estabelecidos nos termos do plano (ou resultantes de qualquer obrigação construtiva que vá além desses termos), no final do período a que se referem as demonstrações contábeis;

(b) quaisquer aumentos salariais estimados futuros que afetem os benefícios devidos;

(c) o efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros;

(d) contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade; e

(e) as mudanças futuras estimadas no nível de benefícios de previdência social que afetem os benefícios devidos segundo um plano de benefício definido, se, e somente se:

(i) essas mudanças tiverem sido decretadas antes do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis; ou

(ii) dados históricos ou outras evidências confiáveis indicarem que esses benefícios de previdência social mudarão de alguma forma previsível, por exemplo, de acordo com mudanças futuras nos níveis gerais de preço ou nos níveis gerais de salário.

88. As premissas atuariais devem refletir alterações em benefícios futuros que estejam estabelecidos nos termos formais de plano (ou obrigação construtiva que vá além desses termos) no final do período a que se referem as demonstrações contábeis. Esse é o caso quando, por exemplo:

(a) a entidade tem um histórico de benefícios crescentes, por exemplo, para mitigar os efeitos da inflação e não exista indício de que essa prática se alterará no futuro;

(b) a entidade está obrigada, seja pelos termos formais de plano (ou obrigação construtiva que vá além desses termos) ou pela legislação, a usar quaisquer excedentes deste plano para benefício dos participantes do plano (vide item 108(c)); ou

(c) os benefícios variam em resposta a uma meta de desempenho ou outros critérios. Por exemplo, os termos do plano podem dispor que haverá redução do valor dos benefícios ou exigirá contribuições adicionais dos empregados se os ativos do plano forem insuficientes. A mensuração da obrigação deve refletir a melhor estimativa do efeito da meta de desempenho ou outros critérios.

89. As premissas atuariais não refletem alterações nos benefícios futuros que não estejam estabelecidas nos termos formais do plano (ou de obrigação construtiva) na data a que se referem as demonstrações contábeis. Tais alterações resultarão em:

(a) custo do serviço passado, na medida em que alterem benefícios relativos ao serviço prestado antes da alteração; e

(b) custo do serviço corrente relativo a períodos posteriores à alteração, na medida em que eles modifiquem os benefícios relativos a serviços posteriores à alteração.

90. As estimativas de futuros aumentos salariais devem levar em consideração a inflação, a experiência, as promoções e outros fatores relevantes, tais como oferta e demanda no mercado de trabalho.

91. Alguns planos de benefício definido limitam as contribuições que a entidade está obrigada a pagar. O custo final dos benefícios considera o efeito do limite sobre as contribuições. O efeito do limite sobre contribuições é determinado pelo que for mais curto dentre:

(a) a vida estimada da entidade; e

(b) a vida estimada do plano.

92. Alguns planos de benefício definido exigem que os empregados ou terceiros contribuam para o custo do plano. As contribuições dos empregados reduzem o custo dos benefícios para a entidade. A entidade considera se contribuições de terceiros reduzem o custo dos benefícios para a entidade ou constituem um direito a reembolso, conforme descrito no item 116. Contribuições de empregados ou de terceiros são estabelecidas nos termos formais do plano (ou resultam de obrigação construtiva que vá além desses termos) ou são discricionárias. Contribuições discricionárias de empregados ou de terceiros reduzem o custo do serviço por ocasião do pagamento dessas contribuições ao plano.

93. Contribuições de empregados ou de terceiros estabelecidas nos termos formais do plano reduzem o custo do serviço (se estiverem atreladas ao serviço) ou reduzem as remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (por exemplo, se as contribuições forem exigidas para reduzir déficit decorrente de perdas sobre os ativos do plano ou de perdas atuariais). Contribuições de empregados ou de terceiros relacionadas ao serviço são atribuídas a períodos de serviço como benefício negativo, de acordo com o item 70 (ou seja, o benefício líquido é atribuído de acordo com esse item).

94. Mudanças nas contribuições de empregados ou de terceiros relacionadas ao serviço resultam em:

(a) custo do serviço corrente e passado (se as mudanças nas contribuições de empregados não forem estabelecidas nos termos formais do plano e não resultarem de obrigação construtiva); ou

(b) ganhos e perdas atuariais (se as mudanças nas contribuições de empregados forem estabelecidas nos termos formais do plano ou resultarem de obrigação construtiva).

95. Alguns benefícios pós-emprego estão atrelados a variáveis, como o nível de benefícios da previdência social ou assistência médica governamental. A mensuração de tais benefícios deve refletir a melhor estimativa dessas variáveis, baseadas no dado histórico e em outra evidência confiável.

96. As premissas acerca de custos médicos devem levar em consideração as estimativas de alterações futuras no custo dos serviços médicos que resultem não só da inflação como de alterações específicas nos custos médicos.

97. A mensuração de benefícios de assistência médica pós-emprego requer a utilização de premissas acerca do nível e da frequência de sinistros futuros e do custo para a cobertura desses sinistros. A entidade deve estimar os custos médicos futuros com base em dados históricos sobre a experiência da própria entidade, adicionado sempre que necessário por dados históricos de outras entidades, de companhias de seguro, de fornecedores de serviços médicos ou de outras fontes. As estimativas dos custos médicos futuros devem considerar o efeito dos avanços tecnológicos, a mudança no uso de assistência médica ou de modelos de prestação dessa assistência, e de alterações nas condições de saúde dos participantes do plano.

98. O nível e a frequência dos sinistros são particularmente sensíveis à idade, às condições de saúde e ao sexo dos empregados (e dos seus dependentes) e podem ser sensíveis a outros fatores, tais como localização geográfica. Portanto, os dados históricos devem ser ajustados na medida em que o conjunto demográfico da população diferir daquele utilizado como base de dados. Esses dados devem ser também ajustados sempre que haja evidência confiável de que as tendências históricas se modificarão.

Custo do serviço passado e ganhos e perdas na liquidação (settlement)

99. Antes de determinar o custo do serviço passado ou o ganho ou a perda na liquidação, a entidade deve remensurar o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido usando o valor justo dos ativos do plano e as premissas atuariais correntes (incluindo taxas de juros de mercado e outros preços de mercado correntes) que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano antes de alteração, redução (encurtamento/curtailment) ou liquidação do plano.

100. A entidade não precisa distinguir entre custo do serviço passado resultante de alteração, custo do serviço passado resultante de redução (encurtamento/curtailment) e o ganho ou a perda na liquidação do plano, se essas transações ocorrerem ao mesmo tempo. Em alguns casos, a alteração no plano ocorre antes da liquidação, como, por exemplo, quando a entidade altera os benefícios decorrentes do plano e liquida posteriormente os benefícios alterados. Nesses casos, a entidade deve reconhecer o custo do serviço passado antes de qualquer ganho ou perda na liquidação.

101. A liquidação ocorre ao mesmo tempo que uma alteração e redução (encurtamento/curtailment) no plano se o plano for encerrado com o efeito de que a obrigação seja liquidada e o plano deixe de existir. Entretanto, o encerramento do plano não é uma liquidação se o plano for substituído por novo plano que ofereça benefícios que sejam, na essência, os mesmos.

Custo do serviço passado

102. Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento/curtailment) do plano.

103. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro entre as seguintes opções:

(a) quando ocorrer a alteração ou a redução (encurtamento/curtailment) do plano; e

(b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes (vide Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou os benefícios rescisórios (vide item 165).

104. Alteração no plano ocorre quando a entidade introduz ou cancela plano de benefício definido ou altera os benefícios devidos em virtude de plano de benefício definido existente.

105. Redução (encurtamento/curtailment) ocorre quando a entidade reduz significativamente o número de empregados cobertos pelo plano. A redução (encurtamento/curtailment) pode resultar de evento isolado, tal como o fechamento de fábrica, a descontinuação de operação ou o encerramento ou suspensão do plano.

106. O custo do serviço passado pode ser tanto positivo (quando benefícios são introduzidos ou modificados de tal modo que o valor presente da obrigação de benefício definido aumenta) quanto negativo (quando benefícios são cancelados ou modificados de tal modo que o valor presente da obrigação de benefício definido diminui).

107. Quando a entidade reduz determinados benefícios a pagar, conforme plano de benefício definido existente e, ao mesmo tempo, aumenta outros benefícios a pagar, segundo o plano para os mesmos empregados, a entidade deve tratar a alteração como alteração líquida.

108. O custo do serviço passado exclui:

(a) o efeito das diferenças entre os aumentos reais de salário e o previamente presumido sobre a obrigação de pagar benefícios referentes a serviços prestados em anos anteriores (não há custo do serviço passado, porque as premissas atuariais contemplem projeções salariais);

(b) estimativas, a maior ou a menor, na concessão de aumentos discricionários de benefícios, quando a entidade tiver obrigação construtiva de conceder tais aumentos (não há custo do serviço passado, pois as premissas atuariais admitem esses aumentos);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(c) estimativas de melhorias de benefícios resultantes de ganhos atuariais ou do retorno sobre os ativos do plano que tiverem sido reconhecidos nas demonstrações contábeis, se a entidade for obrigada, seja pelos termos formais do plano (ou de obrigação construtiva que vá além desses termos) ou pela legislação, a utilizar qualquer excedente do plano em benefício dos participantes do plano, mesmo se o aumento de benefício ainda não tiver sido formalmente concedido (não há custo do serviço passado, pois o aumento resultante da obrigação é uma perda atuarial; vide item 88); e

(d) o aumento de benefícios com direito adquirido (vested) (ou seja, benefícios que não dependem de emprego futuro; vide item 72) quando, na ausência de benefícios novos ou aperfeiçoados, os empregados atenderem aos requisitos de aquisição de direito (não há custo do serviço passado, pois a entidade reconheceu o custo estimado de benefícios como custo do serviço corrente, à medida que o serviço foi prestado).

Ganhos e perdas na liquidação

109. O ganho ou a perda na liquidação é a diferença entre:

(a) o valor presente da obrigação de benefício definido que estiver sendo liquidada, conforme determinado na data de liquidação; e

(b) o preço de liquidação, incluindo quaisquer ativos do plano transferidos e quaisquer pagamentos feitos diretamente pela entidade referente à liquidação.

110. A entidade deve reconhecer o ganho ou a perda na liquidação de plano de benefício definido quando ocorrer a liquidação.

111. A liquidação ocorre quando a entidade celebra a transação que elimina todas as obrigações, legais ou construtivas, restantes em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido (exceto o pagamento de benefícios a empregados, ou em seu nome, de acordo com os termos do plano e considerado nas premissas atuariais). Por exemplo, a transferência não recorrente de obrigações significativas do empregador em virtude do plano a uma companhia seguradora por meio da aquisição de apólice de seguros é uma liquidação; o pagamento em dinheiro em parcela única, de acordo com os termos do plano, a participantes do plano em troca de seu direito ao recebimento de benefícios pós-emprego específicos não é uma liquidação.

112. Em alguns casos, a entidade adquire uma apólice de seguro para custear parte ou a totalidade dos benefícios aos empregados, referentes ao serviço prestado nos períodos corrente e anteriores. A aquisição de apólice desse tipo não é uma liquidação se a entidade mantiver a obrigação legal ou construtiva (vide item 46) de pagar montantes adicionais, se a seguradora não pagar os benefícios aos empregados, estabelecidos na apólice de seguro. Os itens 116 a 119 estabelecem o reconhecimento e a mensuração dos direitos a reembolsos previstos em apólices de seguro que não são ativos do plano.

Reconhecimento e mensuração: ativos do plano

Valor justo dos ativos do plano

113. O valor justo de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido do valor presente da obrigação de benefício definido na determinação do déficit ou superávit.

114. Os ativos do plano devem excluir contribuições não pagas, devidas pela entidade patrocinadora ao fundo de pensão, assim como quaisquer instrumentos financeiros não transferíveis, emitidos pela entidade e detidos pelo fundo. Os ativos do plano devem ser reduzidos por quaisquer passivos do fundo que não estão relacionados com benefícios aos empregados, por exemplo, contas a pagar e outros exigíveis e passivos resultantes dos instrumentos financeiros derivativos.

115. Quando os ativos do plano incluem apólices de seguro elegíveis, que correspondem exatamente ao montante e o prazo de partes ou da totalidade dos benefícios devidos do plano, o valor justo dessas apólices de seguro deve ser considerado como o valor presente das respectivas obrigações (sujeito a qualquer redução necessária se os montantes a receber, segundo as apólices de seguro, não forem integralmente recuperáveis).

Reembolsos

116. Quando, e somente quando, for praticamente certo que a outra parte reembolsará total ou parcialmente os gastos necessários para liquidar obrigação de benefício definido, a entidade deve:

(a) reconhecer seu direito ao reembolso como ativo separado. A entidade deve mensurar o ativo pelo valor justo;

(b) separar e reconhecer as variações no valor justo de seu direito ao reembolso da mesma forma que para mudanças no valor justo de ativos do plano (vide itens 124 e 125). Os componentes de custo de benefício definido reconhecidos de acordo com o item 120 podem ser reconhecidos pelo valor líquido dos montantes relativos a variações no valor contábil do direito ao reembolso.

117. Algumas vezes, a entidade está em condições de procurar outra parte, tal como uma seguradora, para pagar parte ou a totalidade dos gastos necessários para liquidar uma obrigação de benefício definido. Apólices de seguro elegíveis, como definidas no item 8, são ativos do plano. A entidade deve contabilizar apólices de seguro elegíveis da mesma maneira que os outros ativos do plano e não deve aplicar o item 116 (vide itens 46 a 49 e 115).

118. Quando a apólice de seguro detida pela entidade não é uma apólice de seguro elegível, essa apólice de seguro não será um ativo do plano. O item 116 é relevante para tais casos: a entidade reconhece seu direito ao reembolso, de acordo com a apólice de seguro, como ativo separado e não como dedução, ao determinar o déficit ou superávit do benefício definido. O item 140(b) exige que a entidade divulgue breve descrição da ligação entre o direito a reembolso e a respectiva obrigação.

119. Se o direito ao reembolso decorrer de apólice de seguro que corresponde exatamente ao montante e ao prazo de parte ou totalidade dos benefícios devidos, conforme o plano de benefício definido, o valor justo do direito de reembolso é considerado como sendo o valor presente da respectiva obrigação (condicionado a qualquer redução necessária se o reembolso não for integralmente recuperável).

Componentes de custo de benefício definido

120. A entidade deve reconhecer os componentes de custo de benefício definido, exceto na medida em que outro Pronunciamento Técnico CPC exigir ou permitir sua inclusão no custo de ativo, da seguinte maneira:

(a) custo do serviço (vide itens 66 a 112) no resultado;

(b) os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 123 a 126) no resultado; e

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 127 a 130) em outros resultados abrangentes.

121. Outros Pronunciamentos do CPC exigem a inclusão de alguns custos de benefício a empregados como custo de ativos, tais como estoques e imobilizado (vide CPC 16 e CPC 27). Quaisquer custos de benefícios pós-emprego incluídos no custo desses ativos devem considerar a proporção apropriada dos componentes listados no item 120.

122. Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido reconhecidas em outros resultados abrangentes não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente. Contudo, a entidade pode transferir esses montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes dentro do patrimônio líquido.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

123. Os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido devem ser determinados multiplicando-se o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto especificada no item 83, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

124. Os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido podem ser vistos como compreendendo receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de benefício definido e juros sobre o efeito do teto de ativo (asset ceiling) mencionado no item 64.

125. A receita de juros sobre ativos do plano é o componente de retorno sobre os ativos do plano e deve ser determinada multiplicando-se o valor justo dos ativos do plano pela taxa de desconto especificada no item 83, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças nos ativos do plano durante o período em razão de contribuições e pagamentos de benefícios. A diferença entre a receita de juros sobre ativos do plano e o retorno sobre ativos do plano deve ser incluída na remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

126. Os juros sobre o efeito do teto de ativo (asset ceiling) são parte da mudança total no efeito do teto de ativo (asset ceiling) e são determinados multiplicando-se o efeito do teto de ativo (asset ceiling) pela taxa de desconto especificada no item 83, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações contábeis. A diferença entre esse montante e a mudança total no efeito do teto de ativo (asset ceiling) deve ser incluída na remensuração do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

127. Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido compreendem:

(a) ganhos e perdas atuariais (vide item 128 e 129);

(b) o retorno sobre os ativos do plano (vide item 130), excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide item 125); e

(c) qualquer mudança no efeito do teto de ativo (asset ceiling) excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide item 126).

128. Ganhos e perdas atuariais resultam de aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência. As causas de ganhos e perdas atuariais incluem, por exemplo:

(a) aumentos e reduções inesperadas nas taxas de mortalidade e rotatividade de empregados, antecipação de aposentadoria ou aumento nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos;

(b) o efeito de mudanças nas premissas em relação as opções de pagamento de benefícios;

(c) o efeito de mudanças nas estimativas de rotatividade futura de empregados, aposentadoria antecipada ou mortalidade, ou de aumentos nos salários, benefícios (se os termos formais ou construtivos do plano estabelecerem aumentos de benefícios inflacionários) ou custos médicos; e

(d) o efeito de mudanças na taxa de desconto.

129. Os ganhos e as perdas atuariais não devem incluir as alterações no valor presente da obrigação de benefício definido ocorrido em razão da introdução, alteração, redução (encurtamento/curtailment) ou liquidação do plano de benefício definido ou alterações nos benefícios devidos de acordo com o plano de benefício definido. Referidas alterações resultam em custo do serviço passado ou em ganhos ou perdas na liquidação.

130. Na determinação do retorno sobre os ativos do plano, a entidade deve deduzir os custos de gestão dos ativos do plano e quaisquer impostos devidos pelo próprio plano, exceto impostos incluídos nas premissas atuariais utilizadas para mensurar a obrigação de benefício definido (item 76). Outros custos de administração não devem ser deduzidos do retorno sobre os ativos do plano.

Apresentação

Compensação

131. A entidade pode compensar um ativo referente a um plano com um passivo referente a outro plano quando, e somente quando, a entidade:

(a) tem o direito legal para utilizar o excedente do plano para liquidar obrigações de outro plano; e

(b) tem a intenção de liquidar as obrigações em base líquida ou pretende liquidar, simultaneamente, o excedente do plano contra a obrigação de outro plano.

132. Os critérios de compensação são semelhantes aos estabelecidos para os instrumentos financeiros no Pronunciamento Técnico CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação.

Distinção entre circulante e não circulante

133. As entidades normalmente distinguem ativos e passivos circulantes de ativos e passivos não circulantes. Este pronunciamento não especifica se a entidade deve distinguir a parcela circulante e não circulante de ativos e passivos provenientes de benefícios pós-emprego.

Componente financeiro de custo de benefício definido

134. O item 120 exige que a entidade reconheça o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido em resultado. Este Pronunciamento não especifica como a entidade deve apresentar o custo do serviço e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido. A entidade deve apresentar esses componentes de acordo com o estabelecido no Pronunciamento CPC 26 - Apresentações das Demonstrações Contábeis.

Divulgação

135. A entidade deve divulgar informações que:

(a) expliquem as características de seus planos de benefício definido e os riscos a eles associados (vide item 139);

(b) identifiquem e expliquem os montantes em suas demonstrações contábeis decorrentes de seus planos de benefício definido (vide itens 140 a 144); e

(c) descrevam como seus planos de benefício definido podem afetar o valor, o prazo e a incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade (vide itens 145 a 147).

136. Para atingir os propósitos do item 135, a entidade deve considerar todos os seguintes itens:

(a) o nível de detalhamento necessário para atender aos requisitos de divulgação;

(b) o quanto de ênfase se deve dar a cada um dos diversos requisitos;

(c) o quanto de agregação ou desagregação se deve efetuar; e

(d) se os usuários das demonstrações contábeis necessitam de informações adicionais para avaliar as informações quantitativas divulgadas.

137. Se as divulgações efetuadas de acordo com os requisitos deste Pronunciamento e de outros Pronunciamentos do CPC forem insuficientes para atingir os objetivos do item 135, a entidade deve divulgar informações adicionais necessárias para alcançar esses objetivos. Por exemplo, a entidade pode apresentar uma análise do valor presente da obrigação de benefício definido que distinga a natureza, as características e os riscos da referida obrigação. Essa divulgação pode fazer distinção:

(a) entre montantes devidos a participantes ativos, inativos e pensionistas;

(b) entre benefícios com direito adquirido (vested) e benefícios acumulados, mas sem direito adquirido (not vested);

(c) entre benefícios condicionais, montantes atribuíveis a futuros aumentos salariais e outros benefícios.

138. A entidade deve avaliar se a totalidade ou parte das divulgações deve ser desagregada para distinguir planos ou grupos de planos com riscos significativamente diferentes. Por exemplo, a entidade pode efetuar divulgações desagregadas sobre planos, mostrando uma ou mais das seguintes características:

(a) diferentes localizações geográficas;

(b) diferentes características, tais como planos de previdência de salário fixo, planos de previdência de salário final ou planos de assistência médica pós-emprego;

(c) diferentes ambientes regulatórios;

(d) diferentes segmentos;

(e) diferentes modalidades de financiamento (por exemplo, totalmente não custeado, total ou parcialmente custeado).

Características dos planos de benefício definido e riscos a eles associados

139. A entidade deve divulgar:

(a) informações sobre as características de seus planos de benefício definido, incluindo:

(i) natureza dos benefícios fornecidos pelo plano (por exemplo, plano de benefício definido de salário final ou plano baseado em contribuição com garantia);

(ii) descrição da estrutura regulatória na qual o plano opera, como, por exemplo, o nível de quaisquer requisitos mínimos de custeios, e qualquer efeito da estrutura regulatória sobre o plano, como, por exemplo, o teto de ativo (asset ceiling) (vide item 64);

(iii) descrição da responsabilidade de qualquer outra entidade pela governança do plano, tais como responsabilidades de administradores e conselheiros do plano;

(b) descrição dos riscos aos quais o plano expõe a entidade, voltada para quaisquer riscos incomuns, específicos da entidade ou específicos do plano, e de quaisquer concentrações de risco significativas. Por exemplo, se os ativos do plano estiverem investidos principalmente em uma classe de investimentos, como, por exemplo, imóveis, o plano poderá expor a entidade a uma concentração de risco do mercado imobiliário;

(c) descrição de quaisquer alterações, redução (encurtamento/curtailment) e liquidações do plano.

FAC-SIMILE DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Explicação de valores das demonstrações contábeis

140. A entidade deve fornecer uma conciliação entre o saldo de abertura e o saldo de fechamento para cada um dos itens a seguir, se aplicáveis:

(a) o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, apresentando conciliações separadas para:

(i) ativos do plano;

(ii) o valor presente da obrigação de benefício definido;

(iii) o efeito do teto de ativo (asset ceiling);

(b) quaisquer direitos a reembolso. A entidade deve também apresentar a relação entre qualquer direito a reembolso e a obrigação correspondente.

141. Cada conciliação listada no item 140 deve apresentar cada um dos itens a seguir, se aplicáveis:

(a) custo do serviço corrente;

(b) receita ou despesa de juros;

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido, apresentando separadamente:

(i) o retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores de juros considerados em (b);

(ii) ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas demográficas (vide item 76(a));

(iii) ganhos e perdas atuariais decorrentes de mudanças nas premissas financeiras (vide item 76(b));

(iv) mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo (asset ceiling), excluindo valores de juros considerados em (b). A entidade deve divulgar também como determinou o benefício econômico máximo disponível, ou seja, se esses benefícios seriam na forma de reembolso, reduções nas contribuições futuras ou a combinação de ambas;

(d) custo do serviço passado e ganhos e perdas resultantes de liquidações. Conforme permite o item 100, o custo do serviço passado e ganhos e perdas decorrentes de liquidações não precisam ser destacados se estes ocorrerem de forma simultânea;

(e) o efeito de mudanças nas taxas de câmbio;

(f) contribuições feitas para o plano, apresentando separadamente aquelas efetuadas pelo empregador e pelos participantes do plano;

(g) pagamentos provenientes do plano, apresentando separadamente o montante pago referente a quaisquer liquidações;

(h) os efeitos de combinações e alienações de negócios.

142. A entidade deve alocar o valor justo dos ativos do plano em classes que distingam a natureza e o risco desses ativos, subdividindo cada classe de ativos do plano entre aquelas que possuem valor de mercado cotado em mercado ativo (tal como definido no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo) e aquelas que não têm. Por exemplo, considerando-se o nível de divulgação requerido no item 136, a entidade pode distinguir entre:

(a) caixa e equivalentes de caixa;

(b) instrumentos patrimoniais (segregados por tipo de setor, porte da empresa, geografia, etc.);

(c) instrumentos de dívida (segregados por tipo de emissor, qualidade do crédito, geografia, etc.);

(d) imóveis (segregados por geografia, etc.);

(e) instrumentos derivativos (segregados por tipo de risco subjacente especificado em contrato, por exemplo, contratos de taxa de juros, contratos de câmbio, contratos de ações, contratos de crédito, swaps de longevidade, etc.);

(f) fundos de investimento (segregados por tipo de fundo);

(g) títulos lastreados em ativos; e

(h) dívida estruturada.

143. A entidade deve divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros de sua própria emissão mantidos como ativos do plano e o valor justo de ativos do plano que sejam imóveis ocupados pela entidade ou outros ativos por ela utilizados.

144. A entidade deve divulgar as premissas atuariais significativas utilizadas para determinar o valor presente da obrigação de benefício definido (vide item 76). Referida divulgação deve ser em termos absolutos (por exemplo, como porcentagem absoluta, e não apenas como margem entre diferentes porcentagens ou outras variáveis). Quando a entidade elaborar divulgações totais por agrupamento de planos, ela deve fornecer essas divulgações na forma de médias ponderadas ou na forma de faixas restritas.

Montante, prazo e incerteza de fluxos de caixa futuros

145. A entidade deve divulgar:

(a) análise de sensibilidade para cada premissa atuarial significativa (divulgadas em conformidade com o item 144) no final do período a que se referem as demonstrações contábeis, demonstrando como a obrigação de benefício definido teria sido afetada por mudanças em premissa atuarial relevante que eram razoavelmente possíveis naquela data;

(b) métodos e premissas utilizados na elaboração das análises de sensibilidade exigidas por (a) e as limitações desses métodos;

(c) mudanças, em relação ao período anterior, nos métodos e premissas utilizados na elaboração das análises de sensibilidade e as razões dessas mudanças.

146. A entidade deve divulgar uma descrição de quaisquer estratégias de confrontação de ativos/passivos utilizadas pelo plano ou pela entidade patrocinadora, incluindo o uso de anuidades e outras técnicas, tais como swaps de longevidade, para gerenciamento do risco.

147. Para fornecer uma indicação do efeito do plano de benefício definido sobre os seus fluxos de caixa futuros, a entidade deve divulgar:

(a) descrição de quaisquer acordos de custeio e política de custeamento que afetem contribuições futuras;

(b) contribuições esperadas ao plano para o próximo período das demonstrações contábeis;

(c) informações sobre o perfil de vencimento da obrigação de benefício definido. Isto inclui a duração média ponderada da obrigação de benefício definido e pode incluir outras informações sobre os prazos de distribuição de pagamentos de benefícios, tais como uma análise de vencimentos dos pagamentos de benefícios.

Planos multiempregadores

148. Caso participe de plano de benefício definido multiempregador, a entidade deve divulgar:

(a) descrição dos acordos de custeio, incluindo o método utilizado para determinar a taxa de contribuições da entidade e quaisquer requisitos mínimos de custeio;

(b) descrição da medida em que a entidade pode ser responsável perante o plano por obrigações de outras entidades, em conformidade com os termos e condições do plano multiempregador;

(c) descrição de qualquer alocação convencionada de déficit ou superávit sobre:

(i) o encerramento do plano; ou

(ii) a saída do plano por parte da entidade.

(d) caso a entidade contabilize esse plano como se este fosse plano de contribuição definida de acordo com o item 34, a entidade deve divulgar o seguinte, complementarmente às informações exigidas por (a) a (c), ao invés das informações exigidas pelos itens 139 a 147:

(i) o fato de que o plano é um plano de benefício definido;

(ii) a razão pela qual não estão disponíveis informações suficientes para permitir que a entidade contabilize o plano como um plano de benefício definido;

(iii) as contribuições esperadas para o plano para o próximo período das demonstrações contábeis;

(iv) informações sobre qualquer déficit ou superávit no plano que possa afetar o valor de contribuições futuras, incluindo a base utilizada para determinar o déficit ou superávit e as implicações, se houver, para a entidade;

(v) uma indicação do nível de participação da entidade no plano em comparação com outras entidades participantes. Exemplos de medidas que podem fornecer essa indicação incluem a proporção da entidade sobre as contribuições totais ao plano ou a proporção da entidade sobre o número total de participantes ativos, participantes aposentados e antigos participantes com direito a benefícios, se essas informações estiverem disponíveis.

Planos de benefício definido que compartilham riscos entre várias entidades sob controle comum

149. Caso a entidade participe de plano de benefício definido que compartilhar os riscos entre entidades sob controle comum, ela deve divulgar:

(a) o acordo contratual ou política conveniada para a cobrança do custo líquido de benefício definido ou o fato de que referida política não exista;

(b) a política de determinação da contribuição a ser paga pela entidade;

(c) se a entidade contabilizar uma alocação do custo líquido de benefício definido, conforme indicado no item 41, todas as informações sobre o plano como um todo exigidas pelos itens 135 a 147;

(d) se a entidade contabilizar a contribuição a pagar no período, conforme indicado no item 41, as informações sobre o plano como um todo exigidas pelos itens 135 a 137, 139, 142 a 144 e 147(a) e (b).

150. As informações exigidas pelo item 149(c) e (d) podem ser divulgadas por meio de referência cruzada com divulgações nas demonstrações contábeis de outra entidade de grupo se:

(a) as demonstrações contábeis desse grupo de entidade identificarem e divulgarem separadamente as informações exigidas sobre o plano; e

(b) as demonstrações contábeis desse grupo de entidade estiverem disponíveis a usuários das demonstrações contábeis sob os mesmos termos que as demonstrações contábeis da entidade e ao mesmo tempo, ou antes, que as demonstrações contábeis da entidade.

Requisitos de divulgação em outros Pronunciamentos

151. Quando exigido pelo Pronunciamento CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, a entidade deve divulgar informações sobre:

(a) transações com partes relacionadas com planos de benefícios pós-emprego; e

(b) benefícios pós-emprego para o pessoal-chave da administração.

152. Quando exigido pelo Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a entidade deve divulgar informações sobre passivos contingentes decorrentes de obrigações de benefícios pós-emprego.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

153. Outros benefícios de longo prazo a empregados incluem itens como, por exemplo, os seguintes, se a entidade não espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem os respectivos serviços:

(a) ausências remuneradas de longo prazo, como, por exemplo, licença por tempo de serviço ou licença sabática;

(b) jubileu ou outros benefícios por tempo de serviço;

(c) benefícios de invalidez de longo prazo;

(d) participação nos lucros e bônus; e

(e) remuneração diferida.

154. A mensuração de outros benefícios de longo prazo a empregados não está normalmente sujeita ao mesmo grau de incerteza que a mensuração de benefícios pós-emprego. Por essa razão, este Pronunciamento requer um método simplificado de contabilização no caso de outros benefícios de longo prazo a empregados. Diferentemente da contabilização exigida para benefícios pós-emprego, esse método não deve reconhecer remensurações em outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e mensuração

155. Ao reconhecer e mensurar o superávit ou déficit em outro plano de benefícios de longo prazo a empregados, a entidade deve aplicar os itens 56 a 98 e 113 a 115. A entidade deve aplicar os itens 116 a 119 no reconhecimento e mensuração de qualquer direito a reembolso.

156. Para outros benefícios de longo prazo a empregados, a entidade deve reconhecer o montante líquido dos seguintes valores em resultado, exceto se outro Pronunciamento do CPC exigir ou permitir a inclusão no custo de ativo:

(a) custo do serviço (vide itens 66 a 112);

(b) juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 123 a 126); e

(c) remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido (vide itens 127 a 130).

157. Uma forma de outros benefícios de longo prazo a empregados é o benefício de invalidez de longo prazo. Se o nível de benefício depender do tempo de serviço, a obrigação surge a partir da prestação do serviço. A mensuração dessa obrigação reflete a probabilidade de que o pagamento venha a ser exigido e a duração de tempo pela qual se espera que o pagamento seja feito. Se o nível de benefício for o mesmo para qualquer empregado inválido, independentemente do tempo de serviço, o custo esperado desses benefícios é reconhecido quando o evento que gera o benefício de longo prazo de invalidez ocorrer.

Divulgação

158. Embora este Pronunciamento não exija divulgações específicas sobre outros benefícios de longo prazo aos empregados, outros Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem requerer tais divulgações. Por exemplo, o Pronunciamento CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas requer divulgações sobre benefícios a empregados para os administradores da entidade. O Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis requer a divulgação das despesas de benefícios a empregados.

Benefícios rescisórios

159. Este Pronunciamento trata de benefícios rescisórios separadamente de outros benefícios a empregados, porque o evento gerador da obrigação é a rescisão do contrato de trabalho e não a prestação do serviço pelo empregado. Benefícios rescisórios resultam da decisão da entidade de rescindir o contrato de trabalho ou da decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios por parte da entidade em troca da rescisão do contrato de trabalho.

160. Benefícios rescisórios não incluem benefícios aos empregados decorrentes da rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado sem uma oferta da entidade ou como resultado de aposentadoria compulsória, uma vez que esses benefícios são benefícios pós-emprego. Algumas entidades fornecem um nível menor de benefício para rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado (na essência, benefício pós-emprego) do que para a rescisão do contrato de trabalho a pedido da entidade. A diferença entre o benefício fornecido pela rescisão do contrato de trabalho a pedido do empregado e o benefício maior fornecido por rescisão a pedido da entidade constitui benefício rescisório.

161. A forma do benefício ao empregado não determina se ele é fornecido em troca de serviço ou em troca da rescisão do contrato de trabalho do empregado. Benefícios rescisórios são tipicamente pagamentos em parcela única, mas, algumas vezes, incluem também:

(a) melhoria de benefícios pós-emprego, seja indiretamente, por meio de plano de benefícios aos empregados, ou diretamente;

(b) salário até o final do período de aviso específico, se o empregado não mais prestar serviços que proporcionem benefícios econômicos à entidade.

162. Indicadores de que um benefício a empregados é fornecido em troca de serviços incluem os seguintes:

(a) o benefício depende da prestação de serviços futuros (incluindo benefícios que aumentam se serviços adicionais forem prestados);

(b) o benefício é fornecido de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados.

163. Alguns benefícios rescisórios são fornecidos de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados existente. Por exemplo, eles podem ser especificados por lei, pelo contrato de trabalho ou por acordo sindical, ou podem ser implícitos como resultado da prática passada da entidade de fornecer benefícios similares. Como outro exemplo, se a entidade disponibiliza uma oferta de benefícios, por mais do que um curto período, ou se exista mais do que um curto período entre a oferta e a data esperada de efetiva rescisão, a entidade considera se estabeleceu novo plano de benefícios aos empregados e, assim, se os benefícios oferecidos em razão desse plano são benefícios rescisórios ou benefícios pós-emprego. Benefícios a empregados fornecidos de acordo com os termos de plano de benefícios a empregados são benefícios rescisórios se resultarem da decisão da entidade de rescindir o contrato de trabalho do empregado e não dependerem da prestação de serviços futuros.

164. Alguns benefícios a empregados são fornecidos independentemente do motivo do desligamento do empregado. O pagamento desses benefícios é certo (sujeito a quaisquer requisitos de aquisição de direito ou de serviço mínimo), mas o momento desse pagamento é incerto. Embora esses benefícios sejam descritos, em alguns países, como indenizações rescisórias ou gratificações por desligamento, eles são benefícios pós-emprego, e não benefícios rescisórios, e a entidade deve contabilizá-los como benefícios pós-emprego.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Reconhecimento

165. A entidade deve reconhecer um passivo e uma despesa com benefícios rescisórios no momento que ocorrer primeiro dentre as seguintes datas:

(a) quando a entidade não mais puder cancelar a oferta desses benefícios; e

(b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação que estiver no alcance do Pronunciamento CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e envolver o pagamento de benefícios rescisórios.

166. Para benefícios rescisórios devidos em razão da decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho, o momento em que a entidade não pode mais cancelar a oferta desses benefícios é a data que ocorrer primeiro dentre as seguintes opções:

(a) quando o empregado aceita a oferta;

(b) quando uma restrição (por exemplo, exigência legal, regulatória ou contratual ou outra restrição) sobre a capacidade da entidade de cancelar a oferta passar a ter efeito. Isto se daria no momento em que a oferta fosse feita, se a restrição existisse no momento da oferta.

167. Para benefícios rescisórios devidos como resultado da decisão da entidade em rescindir o contrato de trabalho do empregado, a entidade não pode mais cancelar a oferta quando tiver comunicado aos empregados afetados um plano de rescisão que atenda a todos os critérios seguintes:

(a) as medidas necessárias para a conclusão do plano indicam ser improvável que serão feitas mudanças significativas no plano;

(b) o plano identifica o número de empregados cujo contrato de trabalho deve ser rescindido, suas classificações de cargo ou funções e suas localizações (mas o plano não necessita identificar cada empregado individualmente) e a data de conclusão esperada;

(c) o plano estabelece os benefícios rescisórios que os empregados receberão, em detalhes suficientes de forma que os empregados possam determinar o tipo e o montante dos benefícios que receberão quando seu contrato de trabalho for rescindido.

168. Quando a entidade reconhecer benefícios rescisórios, ela pode ter também a necessidade de contabilizar uma alteração ou redução (encurtamento/curtailment) em outros benefícios a empregados (vide item 103).

Mensuração

169. A entidade deve mensurar benefícios rescisórios no reconhecimento inicial, mensurando e reconhecendo mudanças subsequentes, de acordo com a natureza do benefício a empregados, ficando evidente que os benefícios rescisórios são uma melhoria de benefícios pós-emprego, a entidade deve aplicar os requisitos para benefícios pós-emprego. Do contrário:

(a) se a entidade espera que os benefícios rescisórios sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis em que o benefício rescisório for reconhecido, ela deve aplicar os requisitos para benefícios de curto prazo a empregados;

(b) se a entidade não espera que os benefícios rescisórios sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis, a entidade deve aplicar os requisitos para outros benefícios de longo prazo a empregados.

170. Dado que benefícios rescisórios não são fornecidos em troca de serviços, os itens 70 a 74 relativos à atribuição do benefício a períodos de serviço não são relevantes.

Exemplo ilustrativo dos itens 159 a 170

Contexto

Em virtude de aquisição recente, a entidade planeja fechar uma fábrica dentro de dez meses e, naquela ocasião, rescindir os contratos de trabalho de todos os empregados restantes da fábrica. Como necessita do conhecimento dos empregados da fábrica para cumprir alguns contratos, a entidade anuncia um plano de rescisão, nos seguintes termos.

Cada empregado que permanecer e prestar serviços até o fechamento da fábrica receberá, na data do desligamento, o pagamento em dinheiro de $ 30.000. Empregados que saírem antes do fechamento da fábrica receberão $ 10.000.

A fábrica possui 120 empregados. No momento do anúncio do plano, a entidade espera que 20 deles saiam antes do fechamento. Portanto, as saídas de caixas totais esperadas em virtude do plano são de $ 3.200.000 (ou seja, 20 * $ 10.000 + 100 * $ 30.000). Conforme exige o item 160, a entidade deve contabilizar benefícios fornecidos em troca da rescisão do contrato de trabalho como benefícios rescisórios, e contabilizar benefícios fornecidos em troca de serviços como benefícios de curto prazo aos empregados.

Benefícios rescisórios

O benefício fornecido em troca da rescisão dos contratos de trabalho é de $ 10.000. Este é o valor que a entidade teria de pagar ao rescindir os contratos de trabalho, independentemente de os empregados permanecerem e prestarem serviços até o fechamento da fábrica ou saírem antes do seu fechamento. Embora os empregados possam sair antes do fechamento da fábrica, a rescisão do contrato de trabalho de todos os empregados é resultado da decisão da entidade de fechar a fábrica e dispensar seus empregados (ou seja, todos os empregados deixarão o emprego quando a fábrica for fechada). Portanto, a entidade reconhece um passivo de $ 1.200.000 (ou seja, 120 * $ 10.000) pelos benefícios rescisórios fornecidos de acordo com o plano de benefícios aos empregados quando o plano de rescisão for anunciado ou quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação associados ao fechamento da fábrica, na data que ocorrer primeiro.

Benefícios fornecidos em troca de serviços

Os benefícios adicionais que os empregados receberão se prestarem serviços durante todo o período de dez meses são obtidos em troca de serviços prestados ao longo desse período. Estes benefícios devem ser contabilizados pela entidade como benefícios de curto prazo aos empregados porque espera liquidá-los em até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. Neste exemplo, o desconto a valor presente não é necessário, de modo que a despesa de $ 200.000 (ou seja, $ 2.000.000 ÷ 10) é reconhecida a cada mês durante o período de serviço de dez meses, com o correspondente aumento no valor contábil do passivo.

Divulgação

171. Embora este Pronunciamento não exija divulgações específicas sobre benefícios rescisórios, outros Pronunciamentos emitidos pelo CPC podem exigir tais divulgações. Por exemplo, o Pronunciamento CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas exige divulgações sobre os benefícios rescisórios de administradores da entidade. O Pronunciamento CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis exige a divulgação das despesas de benefícios aos empregados.

Disposições transitórias

172. Este Pronunciamento substitui o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 4 de setembro de 2009.

173. A entidade deve aplicar este Pronunciamento de forma retrospectiva, de acordo com o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, exceto nas seguintes situações:

(a) a entidade não precisa ajustar o valor contábil de ativos não alcançados por este Pronunciamento em razão das mudanças em custos de benefícios a empregados que foram incluídos no valor contábil antes da data de aplicação inicial. A data de aplicação inicial é o início do período anterior mais antigo apresentado na primeira demonstração contábil em que a entidade adotar este Pronunciamento;

(b) em demonstrações contábeis referentes a exercícios sociais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, a entidade não precisa apresentar informações comparativas para as divulgações exigidas pelo item 145 sobre a sensibilidade da obrigação de benefício definido.

174. (Eliminado).

[1] Apólice de seguro elegível não necessariamente é um contrato de seguro, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de Seguro.

## DELIBERAÇÃO Nº 696, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, com fundamento nos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1° do art. 22 da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, deliberou:

I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação, que trata de investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto;

II - revogar a Deliberação CVM nº 688, de 04 de outubro de 2012; e

III - que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

ANEXO

Objetivo

1. O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

Alcance

2. Este Pronunciamento deve ser aplicado por todas as entidades que sejam investidoras com o controle individual ou conjunto de investida ou com influência significativa sobre ela.

Definições

3. Os termos a seguir são utilizados neste Pronunciamento com os seguintes significados:

Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa.

Demonstrações consolidadas são as demonstrações contábeis de um grupo econômico, em que ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da controladora e de suas controladas são apresentados como se fossem uma única entidade econômica.

Método da equivalência patrimonial é o método de contabilização por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida. As receitas ou as despesas do investidor incluem sua participação nos lucros ou prejuízos da investida, e os outros resultados abrangentes do investidor incluem a sua participação em outros resultados abrangentes da investida.

Negócio em conjunto é um negócio do qual duas ou mais partes têm controle conjunto.

Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

Investidor conjunto (joint venturer) é uma parte de um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que tem o controle conjunto desse empreendimento.

Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

4. Os termos a seguir estão definidos no item 4 do Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas e no Apêndice A do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e são usados neste Pronunciamento com os significados especificados nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC em que forem definidos:

.controle de investida;

.grupo econômico;

.controladora;

.demonstrações separadas;

.controlada.

Influência significativa

5. Se o investidor mantém direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), vinte por cento ou mais do poder de voto da investida, presume-se que ele tenha influência significativa, a menos que possa ser claramente demonstrado o contrário. Por outro lado, se o investidor detém, direta ou indiretamente (por meio de controladas, por exemplo), menos de vinte por cento do poder de voto da investida, presume-se que ele não tenha influência significativa, a menos que essa influência possa ser claramente demonstrada. A propriedade substancial ou majoritária da investida por outro investidor não necessariamente impede que um investidor tenha influência significativa sobre ela.

6. A existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

(a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;

(b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;

(c) operações materiais entre o investidor e a investida;

(d) intercâmbio de diretores ou gerentes;

(e) fornecimento de informação técnica essencial.

7. A entidade pode ter em seu poder direitos de subscrição, opções não padronizadas de compras de ações (warrants), opções de compra de ações, instrumentos de dívida ou patrimoniais conversíveis em ações ordinárias ou outros instrumentos semelhantes com potencial de, se exercidos ou convertidos, conferir à entidade poder de voto adicional ou reduzir o poder de voto de outra parte sobre as políticas financeiras e operacionais da investida (isto é, potenciais direitos de voto). A existência e a efetivação dos potenciais direitos de voto prontamente exercíveis ou conversíveis, incluindo os potenciais direitos de voto detidos por outras entidades, devem ser consideradas na avaliação de a entidade possuir ou não influência significativa ou controle. Os potenciais direitos de voto não são exercíveis ou conversíveis quando, por exemplo, não podem ser exercidos ou convertidos até uma data futura ou até a ocorrência de evento futuro.

8. Ao avaliar se os potenciais direitos de voto contribuem para a influência significativa ou para o controle, a entidade deve examinar todos os fatos e circunstâncias (inclusive os termos do exercício dos potenciais direitos de voto e quaisquer outros acordos contratuais considerados individualmente ou em conjunto) que possam afetar os direitos potenciais, exceto a intenção da administração e a capacidade financeira de exercê-los ou convertê-los.

9. A entidade perde a influência significativa sobre a investida quando ela perde o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais daquela investida. A perda da influência significativa pode ocorrer com ou sem mudança no nível de participação acionária absoluta ou relativa. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando uma coligada torna-se sujeita ao controle de governo, tribunal, órgão administrador ou entidade reguladora. Isso pode ocorrer também como resultado de acordo contratual.

9A. Aplicam-se à perda de controle de controlada, disciplinada nos itens 25 e 26 do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, todas as disposições cabíveis deste Pronunciamento relativas à perda de influência significativa sobre a investida.

Método da equivalência patrimonial

10. Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento em coligada, em empreendimento controlado em conjunto e em controlada (neste caso, no balanço individual) deve ser inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição. A participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida deve ser reconhecida no resultado do período do investidor. As distribuições recebidas da investida reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional do investidor nas variações de saldo dos componentes dos outros resultados abrangentes da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações incluem aquelas decorrentes da reavaliação de ativos imobilizados, quando permitida legalmente, e das diferenças de conversão em moeda estrangeira, quando aplicável. A

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

participação do investidor nessas mudanças deve ser reconhecida de forma reflexa, ou seja, em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido do investidor (vide Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis), e não no seu resultado.

11. O reconhecimento do resultado com base nas distribuições recebidas sobre o mesmo pode não ser uma mensuração adequada da receita auferida pelo investidor no investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, em função de as distribuições recebidas terem pouca relação com o desempenho da investida. Em decorrência de o investidor possuir o controle individual ou conjunto, ou exercer influência significativa sobre a investida, ele tem interesse no desempenho da investida e, como resultado, interesse no retorno de seu investimento. O investidor deve reconhecer contabilmente esse interesse por meio da extensão do alcance de suas demonstrações contábeis com a inclusão de sua participação nos lucros ou prejuízos da investida. Como resultado, a aplicação do método da equivalência patrimonial proporciona relatórios com maior grau de informação acerca dos ativos líquidos do investidor e acerca de suas receitas e despesas.

12. Quando existirem potenciais direitos de voto ou outros derivativos que contenham potenciais direitos de voto, os interesses da entidade na investida devem ser determinados exclusivamente com base nos interesses de propriedade existentes e não devem refletir o possível exercício ou conversão dos potenciais direitos de voto ou de outros instrumentos derivativos, a menos que o item 13 seja aplicado ao caso.

13. Em algumas circunstâncias, a entidade tem, na essência, interesses de propriedade decorrentes do resultado de transação que lhe dê, no momento corrente, acesso aos retornos associados aos interesses de propriedade. Nessas circunstâncias, a proporção alocada à entidade deve ser determinada levando em consideração o eventual exercício de direitos potenciais de voto e outros instrumentos derivativos que no momento corrente dê à entidade acesso aos retornos.[1]

14. O Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração não deve ser aplicado aos interesses (participações ou outros benefícios econômicos) na investida que sejam contabilizados por meio do método da equivalência patrimonial. Quando houver instrumentos contendo potenciais direitos de voto que, na essência, possibilitam, no momento corrente, acesso aos retornos associados aos interesses de propriedade na investida, tais instrumentos não estão sujeitos ao Pronunciamento Técnico CPC 38. Em todos os demais casos, instrumentos contendo potenciais direitos de voto em uma investida devem ser contabilizados em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 38.

15. A menos que um investimento ou parcela desse investimento em uma investida seja classificado como "mantido para venda", em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, o investimento, e qualquer interesse retido no investimento não classificado como mantido para venda, deve ser classificado como um ativo não circulante.

Aplicação do método da equivalência patrimonial

16. A entidade com o controle individual ou conjunto (compartilhado), ou com influência significativa sobre uma investida, deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, a menos que o investimento se enquadre nas exceções previstas nos itens 17 a 19 deste Pronunciamento.

Exceções à aplicação do método da equivalência patrimonial

17. A entidade não precisa aplicar o método da equivalência patrimonial aos investimentos em que detenha o controle individual ou conjunto (compartilhado), ou exerça influência significativa, se a entidade for uma controladora, que, se permitido legalmente, estiver dispensada de elaborar demonstrações consolidadas por seu enquadramento na exceção de alcance do item 4 (a) do CPC 36, ou se todos os seguintes itens forem observados:

(a) a entidade é controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais acionistas ou sócios, incluindo aqueles sem direito a voto, foram informados a respeito e não fizeram objeção quanto à não aplicação do método da equivalência patrimonial;

(b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da entidade não são negociados publicamente (bolsas de valores domésticas ou estrangeiras ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);

(c) a entidade não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou outro órgão regulador, visando à emissão e/ou distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de capitais; e

(d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da entidade disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC.

18. Quando o investimento em coligada e em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto, for mantido direta ou indiretamente por uma entidade que seja uma organização de capital de risco, essa entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para esses investimentos, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 38.

19. Quando a entidade possuir investimento em coligada ou em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto, cuja parcela da participação seja detida indiretamente por meio de organização de capital de risco, a entidade pode adotar a mensuração ao valor justo por meio do resultado para essa parcela da participação no investimento, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 38, independentemente de a organização de capital de risco exercer influência significativa sobre essa parcela da participação. Se a entidade fizer essa escolha contábil, deve adotar o método da equivalência patrimonial para a parcela remanescente da participação que detiver no investimento em coligada ou em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto que não seja detida indiretamente por meio de uma organização de capital de risco.

Classificação como mantido para venda

20. A entidade deve aplicar o Pronunciamento Técnico CPC 31 em investimento, ou parcela de investimento, em coligada ou em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto que se enquadre nos critérios requeridos para sua classificação como "mantido para venda". Qualquer parcela retida de investimento em coligada ou em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto, que não tenha sido classificada como "mantido para venda", deve ser contabilizada por meio do uso do método da equivalência patrimonial até o momento da baixa efetiva da parcela classificada como mantido para venda. Após a baixa efetiva, a entidade deve contabilizar qualquer interesse remanescente no investimento em coligada, em controlada, ou em empreendimento controlado em conjunto, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 38, a menos que o interesse remanescente qualifique-se para a aplicação do método da equivalência patrimonial, o qual deverá ser adotado nesse caso.

21. Quando o investimento, ou parcela de investimento, em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, previamente classificado como "mantido para venda", não mais se enquadrar nas condições requeridas para ser classificado como tal, a ele deve ser aplicado o método da equivalência patrimonial de modo retrospectivo, a partir da data de sua classificação como "mantido para venda". As demonstrações contábeis para os períodos abrangidos desde a classificação do investimento como "mantido para venda" deverão ser ajustadas de modo a refletir essa informação.

Descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial

22. A entidade deve descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como coligada, controlada, ou como empreendimento controlado em conjunto, conforme a seguir orientado:

(a) (Eliminado).

(b) Se o interesse remanescente no investimento, antes qualificado como coligada, controlada, ou empreendimento controlado em conjunto, for um ativo financeiro, a entidade deve mensurá-lo ao valor justo. O valor justo do interesse remanescente deve ser considerado como seu valor justo no reconhecimento inicial tal qual um ativo financeiro, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 38. A entidade deve reconhecer na demonstração do resultado do período, como receita ou despesa, qualquer diferença entre:

(i) o valor justo de qualquer interesse remanescente e qualquer contraprestação advinda da alienação de parte do interesse no investimento; e

(ii) o valor contábil líquido de todo o investimento na data em que houve a descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial.

(a) Quando a entidade descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial, deve contabilizar todos os montantes previamente reconhecidos em seu patrimônio líquido em rubrica de outros resultados abrangentes, e que estejam relacionados com o investimento objeto da mudança de mensuração contábil, na mesma base que seria requerido caso a investida tivesse diretamente se desfeito dos ativos e passivos relacionados.

23. Desse modo, assim como a receita ou a despesa previamente reconhecida em outros resultados abrangentes pela investida seria reclassificada para a demonstração do resultado do período como receita ou despesa quando da baixa e da liquidação de ativos e passivos relacionados, a entidade deve reclassificar a receita ou a despesa reconhecida no seu patrimônio líquido para a demonstração do resultado (como um ajuste de reclassificação) quando o método da equivalência patrimonial for descontinuado. Por exemplo, se a coligada, controlada, ou o empreendimento controlado em conjunto tiver diferenças de conversão acumuladas relacionadas à entidade no exterior e a investidora decidir descontinuar o uso do método da equivalência patrimonial, a investidora deve reclassificar para a demonstração do resultado do período, como receita ou despesa, a receita ou despesa previamente reconhecida de forma reflexa em outros resultados abrangentes relacionada à entidade no exterior.

24. Se o investimento em coligada tornar-se investimento em controlada ou em controlada em conjunto (de modo compartilhado), a entidade deve continuar adotando o método da equivalência patrimonial e não proceder à remensuração do interesse retido.

Mudanças na participação societária

25. Se a participação societária de entidade em coligada, controlada, ou empreendimento controlado em conjunto for reduzida, porém a investidora continuar a aplicar o método da equivalência patrimonial, a investidora deve reclassificar para a demonstração do resultado, como receita ou despesa, a proporção da receita ou despesa previamente reconhecida em outros resultados abrangentes que esteja relacionada com a redução na participação societária, caso referido ganho ou perda tivesse que ser reclassificado para a demonstração do resultado, como receita ou despesa, na eventual baixa e liquidação dos ativos e passivos relacionados.

Procedimentos para o método da equivalência patrimonial

26. Muitos dos procedimentos que são apropriados para a aplicação do método da equivalência patrimonial são similares aos procedimentos de consolidação, descritos no Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. Além disso, os conceitos que fundamentam os procedimentos utilizados para contabilizar a aquisição de controlada devem ser também adotados para contabilizar a aquisição de investimento em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto.

27. A participação de grupo econômico em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto é dada pela soma das participações mantidas pela controladora e suas outras controladas no investimento. As participações mantidas por outras coligadas ou empreendimentos controlados em conjunto do grupo devem ser ignoradas para essa finalidade. Quando a coligada ou empreendimento controlado em conjunto tiver investimentos em controladas, em coligadas ou em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures), o lucro ou prejuízo, os outros resultados abrangentes e os ativos líquidos considerados para aplicação do método da equivalência patrimonial devem ser aqueles reconhecidos nas demonstrações contábeis da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto (incluindo a participação detida pela coligada ou pelo empreendimento controlado em conjunto no lucro ou prejuízo, nos outros resultados abrangentes e nos ativos líquidos de suas coligadas e de seus empreendimentos controlados em conjunto), após a realização dos ajustes necessários para uniformizar as práticas contábeis (ver itens 35 e 36). Esse mesmo procedimento deve ser aplicado à figura da controlada no caso das demonstrações contábeis individuais.

28. Os resultados decorrentes de transações ascendentes (upstream) e descendentes (downstream) entre o investidor (incluindo suas controladas consolidadas) e a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do investidor somente na extensão da participação de outros investidores sobre essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto, desde que esses outros investidores sejam partes independentes do grupo econômico a que pertence a investidora. As transações ascendentes são, por exemplo, vendas de ativos da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto para o investidor. As transações descendentes são, por exemplo, vendas de ativos do investidor para a coligada ou para o empreendimento controlado em conjunto. A participação do investidor nos resultados resultantes dessas transações deve ser eliminada.

28A. Os resultados decorrentes de transações descendentes (downstream) entre a controladora e a controlada não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço de adquirente pertencente ao mesmo grupo econômico. O disposto neste item deve ser aplicado inclusive quando a controladora for, por sua vez, controlada de outra entidade do mesmo grupo econômico.

28B. Os resultados decorrentes de transações ascendentes (upstream) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço de adquirente pertencente ao grupo econômico.

28C. O disposto nos itens 28A e 28B deve produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a controladora que são obtidos a partir das demonstrações consolidadas dessa controladora e suas controladas. Devem também, para esses mesmos itens, ser observadas as disposições contidas na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

29. Quando transações descendentes (downstream) fornecerem evidência de redução no valor realizável líquido dos ativos a serem vendidos ou integralizados, ou de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, referidas perdas devem ser reconhecidas integralmente pela investidora. Quando transações ascendentes (upstream) fornecerem evidência de redução no valor realizável líquido dos ativos a serem adquiridos ou de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, o investidor deve reconhecer sua participação nessas perdas.

30. A integralização por meio de um ativo não monetário de participação patrimonial subscrita em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizada em consonância com o previsto no item 28, exceto se a transação não tiver natureza comercial, conforme aplicação dada ao termo pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado. Se tal transação não tiver natureza comercial, o ganho ou a perda deve ser considerado como não realizado e não deve ser reconhecido a menos que o item 31 também seja aplicável. O ganho ou perda não realizado deve ser eliminado contra o investimento contabilizado de acordo com o método da equivalência patrimonial e não deve ser apresentado como ganho ou perda diferido no balanço patrimonial consolidado ou no balanço patrimonial individual da entidade em que os investimentos são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Tratamento análogo deve ser dispensado à participação patrimonial subscrita em controlada, em linha com o previsto nos itens 28A e 28C.

31. Se adicionalmente à participação patrimonial recebida em coligada, controlada ou em empreendimento controlado em conjunto, a entidade também receber ativos monetários e não monetários, a entidade deve reconhecer na sua totalidade, na demonstração do resultado do período, como receita ou despesa, a parcela do ganho ou da perda do ativo não monetário integralizado com relação ao ativo monetário ou não monetário recebido.

32. O investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento se tornar sua coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizadas como segue:

(a) o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) relativo a uma coligada, a uma controlada ou a um empreendimento controlado em conjunto (neste caso, no balanço individual da controladora) deve ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(b) qualquer excedente da participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento (ganho por compra vantajosa) deve ser incluído como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da investida no período em que o investimento for adquirido.

Ajustes apropriados devem ser efetuados após a aquisição, nos resultados da investida, por parte do investidor, para considerar, por exemplo, a depreciação de ativos com base nos respectivos valores justos da data da aquisição. Da mesma forma, retificações na participação do investidor nos resultados da investida devem ser feitas, após a aquisição, por conta de perdas reconhecidas pela investida em decorrência da redução ao valor recuperável (impairment) de ativos, tais como, por exemplo, para o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) ou para o ativo imobilizado. Devem ser observadas, nesses casos, as disposições da Interpretação Técnica ICPC 09.

33. Deve ser utilizada a demonstração contábil mais recente da coligada, da controlada ou do empreendimento controlado em conjunto para aplicação do método da equivalência patrimonial. Quando o término do exercício social do investidor for diferente daquele da investida, esta deve elaborar, para utilização por parte do investidor, demonstrações contábeis na mesma data das demonstrações do investidor, a menos que isso seja impraticável.

34. De acordo com o disposto no item 33, quando as demonstrações contábeis da investida utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial forem de data diferente da data usada pelo investidor, ajustes pertinentes devem ser feitos em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos que ocorrerem entre aquela data e a data das demonstrações contábeis do investidor. Independentemente disso, a defasagem máxima entre as datas de encerramento das demonstrações da investida e do investidor não deve ser superior a dois meses. A duração dos períodos abrangidos nas demonstrações contábeis e qualquer diferença entre as respectivas datas de encerramento devem ser as mesmas de um período para outro.

35. As demonstrações contábeis do investidor devem ser elaboradas utilizando práticas contábeis uniformes para eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes.

36. Se a investida utilizar práticas contábeis diferentes daquelas adotadas pelo investidor em eventos e transações de mesma natureza em circunstâncias semelhantes, devem ser efetuados ajustes necessários para adequar as demonstrações contábeis da investida às práticas contábeis do investidor quando da utilização destas para aplicação do método da equivalência patrimonial.

37. Se a investida tiver ações preferenciais com direito a dividendo cumulativo em circulação que estiverem em poder de outras partes que não o investidor, as quais são classificadas como parte integrante do patrimônio líquido, o investidor deve calcular sua participação nos resultados do período da investida após ajustá-lo pela dedução dos dividendos pertinentes a essas ações, independentemente de eles terem sido declarados ou não.

38. Quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. A participação na investida deve ser o valor contábil do investimento nessa investida, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, juntamente com alguma participação de longo prazo que, em essência, constitui parte do investimento líquido total do investidor na investida. Por exemplo, um componente, cuja liquidação não está planejada, nem tampouco é provável que ocorra num futuro previsível, é, em essência, uma extensão do investimento da entidade naquela investida. Tais componentes podem incluir ações preferenciais, bem como recebíveis ou empréstimos de longo prazo, porém não incluem componentes como recebíveis ou exigíveis de natureza comercial ou quaisquer recebíveis de longo prazo para os quais existam garantias adequadas, tais como empréstimos garantidos. O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que exceda o investimento em ações ordinárias do investidor deve ser aplicado aos demais componentes que constituem a participação do investidor na investida em ordem inversa de interesse residual - seniority (isto é prioridade na liquidação).

39. Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

39A. O disposto nos itens 38 e 39 não é aplicável a investimento em controlada no balanço individual da controladora, devendo ser observada a prática contábil que produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a controladora que são obtidos a partir das demonstrações consolidadas do grupo econômico, para atendimento ao requerido quanto aos atributos de relevância e de representação fidedigna (o que já inclui a primazia da essência sobre a forma), conforme dispõem o Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e o Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Perdas por redução ao valor recuperável

40. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, incluindo o reconhecimento dos prejuízos da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto em conformidade com o disposto no item 38, o investidor deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total desse investidor na investida.

41. O investidor, em decorrência de sua participação na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto, também deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para determinar a existência de alguma perda adicional por redução ao valor recuperável (impairment) em itens que não fazem parte do investimento líquido nessa coligada ou empreendimento controlado em conjunto para determinar o montante dessa perda.

41A. No caso do balanço individual da controladora, o reconhecimento de perdas adicionais por redução ao valor recuperável (impairment) com relação ao investimento em controlada deve ser feito com observância ao disposto no item 39A.

42. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na investida (não deve ser reconhecido separadamente), ele não deve ser testado separadamente com relação ao seu valor recuperável, observado o contido no item 43A. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é que deve ser testado como um único ativo, em conformidade com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor justo líquido de despesa de venda ou valor em uso, dos dois, o maior), sempre que os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração indicarem que o investimento possa estar afetado, ou seja, que indicarem alguma perda por redução ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável reconhecida nessas circunstâncias não deve ser alocada a qualquer ativo que constitui parte do valor contábil do investimento na investida, incluindo o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill). Consequentemente, a reversão dessas perdas deve ser reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, na extensão do aumento subsequente no valor recuperável do investimento. Na determinação do valor em uso do investimento, a entidade deve estimar:

(a) sua participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera sejam gerados pela investida, incluindo os fluxos de caixa das operações da investida e o valor residual esperado com a alienação do investimento; ou

(b) o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados em função do recebimento de dividendos provenientes do investimento e o valor residual esperado com a alienação do investimento.

Sob as premissas adequadas, os métodos acima devem produzir o mesmo resultado.

43. O valor recuperável de um investimento em coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto deve ser determinado para cada investimento, a menos que a coligada ou o empreendimento controlado em conjunto não gerem entradas de caixa de forma contínua que sejam em grande parte independentes daquelas geradas por outros ativos da entidade.

43A. O ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) também deve integrar o valor contábil do investimento na controlada (não deve ser reconhecido separadamente) na apresentação das demonstrações contábeis individuais da controladora. Mas, nesse caso, esse ágio, no balanço individual da controladora, para fins de teste para redução ao valor recuperável (impairment), deve receber o mesmo tratamento contábil que é dado a ele nas demonstrações consolidadas. Devem ser observados os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Demonstrações separadas

44. O investimento em coligada, em controlada ou em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizado nas demonstrações contábeis separadas do investidor em conformidade com o disposto no item 10 do Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas.

Disposições transitórias

45. (Eliminado).

46. (Eliminado).

47. Este Pronunciamento substitui o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 06 de julho de 2012.

[1] A aplicação desse dispositivo está fundamentada na compreensão do que vêm a ser "direitos substantivos". No Apêndice B - Guia de Aplicação do Pronunciamento CPC 36, em seus itens B22 a B25, a definição de "direitos substantivos", em linhas gerais, está amparada na habilidade prática que o seu detentor tem de exercê-los a tempo de tomar uma decisão necessária para definir a direção de atividades relevantes de uma entidade.

## DELIBERAÇÃO Nº 697, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 45 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de divulgação de participações em outras entidades.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 12 de dezembro de 2012, com fundamento nos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, deliberou:

I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Técnico CPC 45, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação, que trata de divulgação de participações em outras entidades; e

II - que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

ANEXO

Objetivo

1. O objetivo deste Pronunciamento é exigir que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar:

(a) a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações; e

(b) os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa.

Atingindo o objetivo

2. Para atingir o objetivo do item 1, a entidade deve divulgar:

(a) os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para determinar o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação (itens 7 a 9); e

(b) as informações sobre suas participações em:

(i) controladas (itens 10 a 19);

(ii) negócios em conjunto e coligadas (itens 20 a 23); e

(iii) entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas) (itens 24 a 31).

3. Se as divulgações exigidas por este Pronunciamento, juntamente com as divulgações exigidas por outros Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, não atingirem o objetivo do item 1, a entidade deve divulgar quaisquer informações adicionais necessárias para atingir esse objetivo.

4. A entidade deve considerar o nível de detalhe necessário para atingir o objetivo de divulgação e a ênfase que deve ser dada a cada uma das exigências deste Pronunciamento. Ela deve agregar ou desagregar divulgações de modo que informações úteis não sejam obscurecidas, seja pela inclusão de grande quantidade de detalhes insignificantes ou pela agregação de itens que possuem características diferentes (vide itens B2 a B6).

Alcance

5. Este Pronunciamento deve ser aplicado por entidade que tenha participação em quaisquer das seguintes situações:

(a) controladas;

(b) negócios em conjunto (ou seja, operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures));

(c) coligadas;

(d) entidades estruturadas não consolidadas.

6. Este Pronunciamento não se aplica a:

(a) planos de benefícios pós-emprego ou outros planos de benefícios de longo prazo a empregados aos quais se aplique o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados;

(b) demonstrações separadas de entidade às quais se aplique o Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas. Contudo, se a entidade tiver participações em entidades estruturadas não consolidadas e elaborar demonstrações separadas como suas únicas demonstrações contábeis, ela deve aplicar os requisitos dos itens 24 a 31 ao elaborar essas demonstrações separadas;

(c) participação detida por entidade que tenha participação em negócio em conjunto, mas que não tenha o controle conjunto desse negócio em conjunto, a menos que sua participação resulte em influência significativa sobre o acordo ou constitua participação em entidade estruturada;

(d) participação em outra entidade que seja contabilizada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Contudo, a entidade deve aplicar este Pronunciamento:

(i) quando essa participação for uma participação em coligada ou em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, seja mensurada ao valor justo por meio do resultado; ou

(ii) quando essa participação for uma participação em entidade estruturada não consolidada.

Julgamentos e premissas significativos

7. A entidade deve divulgar informações sobre julgamentos e premissas significativos que fez (e mudanças a esses julgamentos e premissas) ao determinar:

(a) que tem o controle de outra entidade, ou seja, uma investida, conforme descrito nos itens 5 e 6 do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas;

(b) que possui o controle conjunto de negócio ou influência significativa sobre outra entidade; e

(c) o tipo de negócio em conjunto (ou seja, operação em conjunto (joint operation) ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture)) quando o negócio tiver sido estruturado por meio de veículo separado.

8. Os julgamentos e premissas significativos divulgados de acordo com o item 7 incluem aqueles adotados pela entidade quando as mudanças nos fatos e circunstâncias são tais que a conclusão sobre se ela tem controle, controle conjunto ou influência significativa se modifica durante o período de reporte.

9. Para dar cumprimento ao item 7, a entidade deve divulgar, por exemplo, julgamentos e premissas significativos adotados ao determinar se:

(a) ela não controla outra entidade, mesmo que detenha mais do que a metade dos direitos de voto da outra entidade;

(b) ela controla outra entidade, mesmo que detenha menos do que a metade dos direitos de voto da outra entidade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

(c) ela é agente ou principal (vide itens 58 a 72 do Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas);

(d) ela não tem influência significativa, mesmo que detenha 20% ou mais dos direitos de voto de outra entidade;

(e) ela tem influência significativa, mesmo que detenha menos de 20% dos direitos de voto de outra entidade.

Participação em controlada

10. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações consolidadas:

(a) compreender:

(i) a composição do grupo econômico; e

(ii) a participação de sócios não controladores nas atividades e fluxos de caixa do grupo econômico (vide item 12); e

(b) avaliar:

(i) a natureza e a extensão de restrições significativas sobre sua capacidade de acessar ou usar ativos e liquidar passivos do grupo (vide item 13);

(ii) a natureza dos riscos associados as suas participações em entidades estruturadas consolidadas e mudanças nesses riscos (vide itens 14 a 17);

(iii) os efeitos de mudanças em sua participação societária em controlada que não resultam em perda de controle (vide item 18); e

(iv) os efeitos da perda de controle de controlada durante o período de reporte (vide item 19).

11. Quando as demonstrações contábeis de controlada utilizadas na elaboração de demonstrações consolidadas forem referentes a uma data ou período diferente do das demonstrações consolidadas (vide itens B92 e B93 do Pronunciamento Técnico CPC 36), a entidade deve divulgar:

(a) a data do final do período de reporte das demonstrações contábeis dessa controlada; e

(b) a razão para utilizar uma data ou um período diferente.

Participação de não controladores nas atividades e nos fluxos de caixa do grupo econômico

12. A entidade deve divulgar para cada uma de suas controladas que tenha participação de não controladores que sejam materiais para a entidade que reporta:

(a) o nome da controlada;

(b) a sede (e o país de constituição, se diferente do da sede) da controlada;

(c) a proporção de participações societárias detidas por sócios não controladores;

(d) a proporção de direitos de voto detidos por sócios não controladores, se diferente da proporção de participações societárias detidas;

(e) os lucros e os prejuízos alocados à participação de não controladores da controlada durante o período de reporte;

(f) participação de não controladores acumulada da controlada ao final do período de reporte;

(g) informações financeiras resumidas sobre a controlada (vide item B10).

Natureza e extensão de restrições significativas

13. A entidade deve divulgar:

(a) restrições significativas (por exemplo, restrições legais, contratuais e regulatórias) sobre a sua capacidade de acessar ou usar os ativos e liquidar os passivos do grupo, tais como:

(i) aquelas que restringem a capacidade da controladora ou de suas controladas de transferir caixa ou outros ativos para (ou de) outras entidades dentro do grupo econômico;

(ii) garantias ou outras exigências que possam restringir que dividendos e outras distribuições de capital sejam pagos ou que empréstimos e adiantamentos sejam feitos ou pagos a (ou por) outras entidades dentro do grupo econômico;

(b) a natureza e a extensão em que direitos de proteção de sócios não controladores podem restringir significativamente a capacidade da entidade de acessar ou usar os ativos e liquidar os passivos do grupo (como, por exemplo, quando a controladora é obrigada a liquidar passivos de controlada antes de liquidar seus próprios passivos ou quando a aprovação de sócios não controladores é exigida seja para acessar os ativos seja para liquidar os passivos de controlada);

(c) os valores contábeis, nas demonstrações consolidadas, dos ativos e passivos aos quais se aplicam essas restrições.

Natureza dos riscos associados às participações de entidade em entidades estruturadas consolidadas

14. A entidade deve divulgar os termos de quaisquer acordos contratuais que possam exigir que a controladora ou suas controladas forneçam suporte financeiro a uma entidade estruturada consolidada, incluindo eventos ou circunstâncias que possam expor a entidade que reporta a informação a uma perda (por exemplo, acordos de liquidez ou gatilhos de classificação de crédito associados a obrigações de comprar ativos da entidade estruturada ou de fornecer suporte financeiro).

15. Se, durante o período de reporte, a controladora ou quaisquer de suas controladas tiver, sem ter a obrigação contratual de fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro a uma entidade estruturada consolidada (por exemplo, adquirindo ativos da entidade estruturada ou instrumentos emitidos por ela), a entidade deve divulgar:

(a) o tipo e o valor do suporte fornecido, incluindo situações nas quais a controladora ou suas controladas tenham auxiliado a entidade estruturada na obtenção de suporte financeiro; e

(b) as razões para o fornecimento do suporte.

16. Se, durante o período de reporte, a controladora ou quaisquer de suas controladas tiver, sem ter a obrigação contratual de fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro a uma entidade estruturada anteriormente não consolidada e esse fornecimento de suporte tiver resultado no controle da entidade estruturada pela entidade, a entidade deve divulgar uma explicação dos fatores relevantes para chegar a essa decisão.

17. A entidade deve divulgar quaisquer intenções atuais de fornecer suporte financeiro, ou outro tipo de suporte, a uma entidade estruturada consolidada, incluindo intenções de auxiliar a entidade estruturada a obter suporte financeiro.

Mudança na participação societária de controladora em controlada que não resultam na perda de controle

18. A entidade deve apresentar quadro demonstrativo que mostre os efeitos sobre o patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora de quaisquer mudanças na participação societária em controlada que não resultam na perda de controle.

Perda de controle de controlada durante o período de reporte

19. A entidade deve divulgar o ganho ou a perda, se houver, calculado de acordo com o item 25 do Pronunciamento Técnico CPC 36 e:

(a) a parcela desse ganho ou perda atribuível à mensuração de qualquer investimento retido na ex-controlada, pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido; e

(b) as rubricas da demonstração do resultado na qual o ganho ou a perda estiver reconhecido (se não apresentado separadamente).

Participação em negócios em conjunto e em coligadas

20. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar:

(a) a natureza, a extensão e os efeitos financeiros de suas participações em negócios em conjunto e em coligadas, incluindo a natureza e os efeitos de sua relação contratual com os demais investidores que têm o controle conjunto, ou influência significativa, sobre os negócios em conjunto e sobre coligadas (vide itens 21 e 22); e

(b) a natureza dos riscos associados as suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e em coligadas e as mudanças nesses riscos (vide item 23).

Natureza, extensão e efeitos financeiros das participações da entidade em negócios em conjunto e em coligadas

21. A entidade deve divulgar:

(a) para cada negócio em conjunto e coligada que seja material para a entidade que reporta a informação:

(i) o nome do negócio em conjunto ou coligada;

(ii) a natureza da relação da entidade com o negócio em conjunto ou com a coligada (descrevendo, por exemplo, a natureza das atividades do negócio em conjunto ou da coligada e se elas são estratégicas para as atividades da entidade);

(iii) a sede (e o país de constituição, se aplicável e se diferente do da sede) do negócio em conjunto ou da coligada;

(iv) a proporção de participações societárias detidas pela entidade ou participações detidas por outros meios (participating share) (acordos contratuais, por exemplo) e, se diferente, a proporção de direitos de voto detidos (se aplicável);

(b) para cada empreendimento controlado em conjunto (joint venture) e coligada que seja material para a entidade que reporta a informação:

(i) se o investimento no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou na coligada é mensurado usando-se o método da equivalência patrimonial ou o valor justo;

(ii) informações financeiras resumidas sobre o empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou sobre coligada, conforme especificado nos itens B12 e B13;

(iii) se o investimento em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em coligada for contabilizado usando-se o método da equivalência patrimonial, o valor justo de seu investimento no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou na coligada, se houver preço de mercado cotado para o investimento;

(c) informações financeiras, conforme especificado no item B16, sobre os investimentos da entidade em empreendimentos em conjunto (joint ventures) e em coligadas que não sejam individualmente materiais:

(i) de modo agregado para todos os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) que sejam individualmente imateriais e separadamente;

(ii) de modo agregado para todas as coligadas que sejam individualmente imateriais.

22. A entidade também deve divulgar:

(a) a natureza e a extensão de quaisquer restrições significativas (por exemplo, resultantes de acordos de empréstimo, exigências regulatórias ou acordos contratuais entre investidores com controle conjunto ou influência significativa sobre empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou sobre coligada) sobre a capacidade de empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) ou de coligadas de transferir recursos à entidade na forma de dividendos ou lucros em caixa ou de pagar empréstimos ou adiantamentos feitos pela entidade;

(b) quando as demonstrações contábeis do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou da coligada, utilizadas na aplicação do método da equivalência patrimonial, forem referentes a uma data ou período diferente do das demonstrações contábeis da entidade:

(i) a data do final do período de reporte das demonstrações contábeis desse empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou dessa coligada; e

(ii) a razão para utilizar uma data ou período diferente;

(c) a parcela não reconhecida de perdas com empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou com coligada, tanto para o período de reporte quanto cumulativamente, se a entidade tiver deixado de reconhecer sua parcela das perdas com o empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou com a coligada ao aplicar o método da equivalência patrimonial.

Riscos associados às participações da entidade em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e em coligadas

23. A entidade deve divulgar:

(a) compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures), separadamente do valor de outros compromissos, conforme especificado nos itens B18 a B20.

(b) de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a menos que a probabilidade de perda seja remota, os passivos contingentes incorridos com relação a suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) ou em coligadas (incluindo sua parcela de passivos contingentes incorridos em conjunto com outros investidores que tenham o controle conjunto ou influência significativa sobre os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) ou coligadas), separadamente do valor de outros passivos contingentes.

Participação em entidades estruturadas não consolidadas

24. A entidade deve divulgar informações que possibilitem aos usuários de suas demonstrações contábeis:

(a) compreender a natureza e a extensão de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas (vide itens 26 a 28); e

(b) avaliar a natureza dos riscos associados a suas participações em entidades estruturadas não consolidadas e mudanças nesses riscos (vide itens 29 a 31).

25. As informações exigidas pelo item 24(b) incluem informações sobre a exposição da entidade ao risco como resultado do envolvimento que teve com entidades estruturadas não consolidadas em períodos anteriores (por exemplo, patrocínio de entidade estruturada), mesmo que, na data de reporte, a entidade não tenha mais qualquer envolvimento contratual com a entidade estruturada.

Natureza das participações

26. A entidade deve divulgar informações qualitativas e quantitativas sobre suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, incluindo, entre outras, a natureza, o propósito, o porte e as atividades da entidade estruturada e como a entidade estruturada é financiada.

27. Se a entidade tiver patrocinado uma entidade estruturada não consolidada em relação à qual não forneça as informações exigidas pelo item 29 (por exemplo, porque não tem participação na entidade na data de reporte), a entidade deve divulgar:

(a) como determinou quais entidades estruturadas patrocinou;

(b) o resultado dessas entidades estruturadas durante o período de reporte, incluindo uma descrição dos tipos de resultado apresentados; e

(c) o valor contábil (no momento da transferência) de todos os ativos transferidos a essas entidades estruturadas durante o período de reporte.

28. A entidade deve apresentar as informações do item 27(b) e (c) em formato tabular, salvo se outro formato for mais adequado, e deve classificar suas atividades de patrocínio em categorias relevantes (vide itens B2 a B6).

Natureza dos riscos

29. A entidade deve divulgar em formato tabular, salvo se outro formato for mais apropriado, um resumo do que segue:

(a) os valores contábeis dos ativos e passivos reconhecidos em suas demonstrações contábeis relativos as suas participações em entidades estruturadas não consolidadas;

(b) as rubricas do balanço patrimonial em que esses ativos e passivos estiverem reconhecidos;

(c) o valor que melhor representa a exposição máxima da entidade à perda decorrente de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, incluindo como a exposição máxima à perda é determinada. Se não puder quantificar sua exposição máxima à perda decorrente de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas, a entidade deve divulgar esse fato e as razões para tanto;

(d) uma comparação dos valores contábeis dos ativos e passivos da entidade que se referem a suas participações em entidades estruturadas não consolidadas e a exposição máxima da entidade a perdas decorrentes dessas entidades.

30. Se durante o período de reporte a entidade tiver, sem ter a obrigação contratual de fazê-lo, fornecido suporte financeiro ou outro a uma entidade estruturada não consolidada na qual anteriormente teve ou atualmente tenha participação (por exemplo, compra de ativos da entidade estruturada ou instrumentos emitidos por ela), a entidade deve divulgar:

(a) o tipo e o valor do suporte fornecido, incluindo situações nas quais a entidade tenha auxiliado a entidade estruturada na obtenção de suporte financeiro; e

(b) as razões para o fornecimento do suporte.

31. A entidade deve divulgar quaisquer intenções atuais de fornecer suporte financeiro ou outro tipo de suporte a uma entidade estruturada não consolidada, incluindo intenções de auxiliar a entidade estruturada a obter suporte financeiro.

Apêndice A - Definição de termos

Este apêndice é parte integrante deste Pronunciamento.

| | |
|---|---|
| resultado de entidade estruturada | Para os fins deste Pronunciamento, resultado de entidade estruturada inclui, entre outros, taxas recorrentes e não recorrentes, juros, dividendos, distribuições de lucros, ganhos ou perdas sobre a remensuração ou desreconhecimento de participações em entidades estruturadas e ganhos ou perdas decorrentes da transferência de ativos e passivos à entidade estruturada. |
| participação em outra entidade | Para os fins deste Pronunciamento, participação em outra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não contratual que exponha a entidade à variabilidade dos retornos oriundos do desempenho da outra entidade. Participação em outra entidade pode ser comprovada pela, mas não está limitada à, detenção de instrumentos de patrimônio ou de dívida, bem como outras formas de envolvimento, como, por exemplo, o fornecimento de recursos como fonte |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

de financiamento ( *funding* ), suporte de liquidez, melhoria de crédito e garantias. Isso inclui os meios pelos quais a entidade tem o controle ou controle conjunto de outra entidade ou influência significativa sobre ela.

A entidade não tem necessariamente participação em outra entidade unicamente devido à relação típica cliente/fornecedor.

Os itens B7 a B9 fornecem informações adicionais sobre participações em outras entidades.

Os itens B55 a B57 do Pronunciamento Técnico CPC 36 explicam a variabilidade dos retornos.

entidade estruturada — A entidade que tenha sido designada de modo que os direitos de voto ou similares não sejam o fator dominante ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

Os itens B22 a B24 fornecem informações adicionais sobre entidades estruturadas.

Os termos a seguir são definidos no Pronunciamento Técnico CPC 35, no Pronunciamento Técnico CPC 18, no Pronunciamento Técnico CPC 36 e no Pronunciamento Técnico CPC 19 - Negócios em Conjunto e são utilizados neste Pronunciamento com os significados especificados nesses documentos:

coligada
demonstrações consolidadas
controle de entidade
método da equivalência patrimonial
grupo econômico
negócio em conjunto
controle conjunto
operação em conjunto
empreendimento controlado em conjunto (joint venture)
participação de não controladores
controladora
direitos de proteção
atividades relevantes
demonstrações separadas
veículo separado
influência significativa
controlada.

Apêndice B - Guia de aplicação

Este apêndice é parte integrante do Pronunciamento. Ele descreve a aplicação dos itens 1 a 31 e tem a mesma autoridade que as demais partes do Pronunciamento.

B1 Os exemplos deste apêndice retratam situações hipotéticas. Embora alguns aspectos dos exemplos possam estar presentes em situações reais, todos os fatos e circunstâncias relevantes de uma situação específica devem ser avaliados ao aplicar este Pronunciamento.

Agregação (item 4)

B2 A entidade deve decidir, à luz das circunstâncias, a quantidade de detalhes que deve fornecer para satisfazer as necessidades de informações dos usuários e a ênfase que deve colocar nos diferentes aspectos das exigências e como agregar as informações. É necessário encontrar um equilíbrio entre sobrecarregar as demonstrações contábeis com detalhes excessivos, que podem não auxiliar os usuários de demonstrações contábeis, e omitir informações como resultado da excessiva agregação.

B3 A entidade pode agregar as divulgações exigidas por este Pronunciamento para participações em entidades similares se a agregação for consistente com o objetivo de divulgação e com o requisito do item B4 e não dificultar o entendimento das informações fornecidas. A entidade deve divulgar como agregou suas participações em entidades similares.

B4 A entidade deve apresentar informações separadamente para participações em:

(a) controladas;

(b) empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures);

(c) operações em conjunto;

(d) coligadas; e

(e) (e) entidades estruturadas não consolidadas.

B5 Ao determinar se agrega ou não informações, a entidade deve considerar informações quantitativas e qualitativas sobre as diferentes características de risco e de retorno de cada entidade cuja agregação estiver considerando e a significância de cada uma dessas entidades para a entidade que reporta a informação. A entidade deve apresentar as divulgações de modo a explicar claramente aos usuários das demonstrações contábeis a natureza e a extensão de suas participações nessas outras entidades.

B6 São exemplos de níveis de agregação dentro das classes de entidades definidas no item B4 que podem ser apropriados:

(a) natureza das atividades (por exemplo, entidade de pesquisa e desenvolvimento, entidade de securitização de cartão de crédito rotativo);

(b) classificação por setor;

(c) geografia (por exemplo, país ou região).

Participação em outras entidades

B7 A participação em outra entidade refere-se ao envolvimento contratual e não contratual que exponha a entidade que reporta a informação à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da outra entidade. A consideração do propósito e da estrutura da outra entidade pode ajudar a entidade que reporta a informação, quando da avaliação se tem participação nessa entidade e, portanto, se está obrigada a fornecer as divulgações deste Pronunciamento. Essa avaliação deve incluir a consideração dos riscos que a outra entidade foi destinada a criar e os riscos que a outra entidade foi destinada a transferir à entidade que reporta a informação e a outras partes.

B8 A entidade que reporta a informação está normalmente exposta à variabilidade de retornos oriundos do desempenho de outra entidade pela detenção de instrumentos (por exemplo, instrumentos patrimoniais ou de dívida emitidos por outra entidade) ou por ter outro envolvimento que absorva essa variabilidade. Por exemplo, suponha-se que a entidade estruturada detém uma carteira de empréstimos. A entidade estruturada obtém um swap de inadimplência de crédito (credit default swap) de outra entidade (a entidade que reporta a informação) para proteger-se da inadimplência de pagamentos de principal e de juros sobre o empréstimo. A entidade que reporta a informação tem envolvimento que a expõe à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da entidade estruturada porque o swap de inadimplência de crédito (credit default swap) absorve a variabilidade de retornos da entidade estruturada.

B9 Alguns instrumentos se destinam a transferir o risco da entidade que reporta a informação para outra entidade. Esses instrumentos criam variabilidade de retornos para a outra entidade, mas normalmente não expõem a entidade que reporta a informação à variabilidade de retornos oriundos do desempenho de outra entidade. Por exemplo, suponha-se que uma entidade estruturada é constituída para oferecer oportunidades de investimento a investidores que desejam ter uma exposição ao risco de crédito da entidade Z (a entidade Z não está relacionada com nenhuma parte envolvida no acordo). A entidade estruturada obtém recursos emitindo a esses investidores títulos vinculados ao risco de crédito da entidade Z (notas de crédito vinculadas (credit linked-notes)) e utiliza o produto dessa emissão para investir em carteira de ativos financeiros livres de risco. A entidade estruturada obtém exposição ao risco de crédito da entidade Z ao celebrar um swap de inadimplência de crédito (credit default swap (CDS)) com a contraparte do swap. O CDS transfere o risco de crédito da entidade Z à entidade estruturada em troca da taxa paga pela contraparte do swap. Os investidores da entidade estruturada recebem retorno mais alto que reflete tanto o retorno da entidade estruturada oriundo de sua carteira de ativos quanto à taxa do CDS. A contraparte do swap não tem envolvimento com a entidade estruturada que a exponha à variabilidade de retornos oriundos do desempenho da entidade estruturada, uma vez que o CDS transfere a variabilidade à entidade estruturada, em vez de absorver a variabilidade de retornos da entidade estruturada.

Informações financeiras resumidas para controladas, empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e coligadas (itens 12 e 21)

B10 Para cada controlada que tenha participação de não controladores que sejam materiais para a entidade que reporta a informação, devem ser divulgados:

(a) dividendos ou lucros pagos a sócios não controladores;

(b) informações financeiras resumidas sobre os ativos, passivos, lucros, prejuízos e fluxos de caixa da controlada que permitam aos usuários compreender as participações de não controladores nas atividades e fluxos de caixa do grupo. Essas informações podem incluir, por exemplo, entre outras, ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, receita, lucros, prejuízos e resultado abrangente total.

B11 As informações financeiras resumidas exigidas pelo item B10(b) devem ser os valores antes das eliminações entre empresas.

B12 Para cada empreendimento controlado em conjunto (joint venture) e coligada que seja material para a entidade que reporta a informação, devem ser divulgados:

(a) dividendos ou distribuição de lucros recebidos do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou da coligada;

(b) informações financeiras resumidas para o empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou para a coligada (vide itens B14 e B15), incluindo, entre outras:

(i) ativos circulantes;
(ii) ativos não circulantes;
(iii) passivos circulantes;
(iv) passivos não circulantes;
(v) receitas;
(vi) lucros e prejuízos de operações em continuidade;
(vii) lucros e prejuízos após impostos de operações descontinuadas;
(viii) outros resultados abrangentes;
(ix) resultado abrangente total.

B13 Além das informações financeiras resumidas exigidas pelo item B12, a entidade deve divulgar, para cada empreendimento controlado em conjunto (joint venture) que seja material para a entidade que reporta a informação, o que segue:

(a) caixa e equivalentes de caixa incluídos no item B12(b)(i);

(b) passivos financeiros circulantes (excluindo contas a pagar a fornecedores e outras e provisões) incluídos no item B12(b)(iii);

(c) passivos financeiros não circulantes (excluindo contas a pagar a fornecedores e outras e provisões) incluídos no item B12(b)(iv);

(d) depreciação e amortização;

(e) receita de juros;

(f) despesa de juros;

(g) despesa ou receita de imposto sobre a renda.

B14 As informações financeiras resumidas, apresentadas de acordo com os itens B12 e B13, devem ser os valores incluídos nas demonstrações contábeis, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou da coligada (e não a parcela da entidade sobre esses valores). Se a entidade contabilizar sua participação no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou na coligada usando o método da equivalência patrimonial:

(a) os valores incluídos nas demonstrações contábeis, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou da coligada devem ser ajustados para refletir ajustes feitos pela entidade ao utilizar o método da equivalência patrimonial, como, por exemplo, ajustes ao valor justo feitos por ocasião da aquisição e ajustes para refletir diferenças nas políticas contábeis;

(b) a entidade deve fornecer uma conciliação das informações financeiras resumidas apresentadas com o valor contábil de sua participação no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou na coligada.

B15 A entidade pode apresentar as informações financeiras resumidas exigidas pelos itens B12 e B13 com base nas demonstrações contábeis do empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou da coligada se:

(a) a entidade mensurar sua participação no empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou na coligada ao valor justo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18; e

(b) o empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou a coligada não elaborar demonstrações contábeis em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, e a elaboração nessa base for impraticável ou acarretar custo excessivo.

Nesse caso, a entidade deve divulgar em que base as informações financeiras resumidas foram elaboradas.

B16 A entidade deve divulgar, de modo agregado, o valor contábil de suas participações em todos os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) ou em coligadas individualmente materiais que sejam contabilizadas usando o método da equivalência patrimonial. A entidade deve divulgar também, separadamente, o valor agregado de sua parcela dos seguintes itens referentes a esses empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) ou essas coligadas:

(a) lucros e prejuízos de operações em continuidade;

(b) lucros e prejuízos após impostos de operações descontinuadas;

(c) outros resultados abrangentes;

(d) resultado abrangente total.

A entidade deve fornecer as divulgações separadamente para empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e coligadas.

B17 Quando a participação da entidade em controlada, empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em coligada (ou parcela de sua participação em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou coligada) for classificada como mantida para venda, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a entidade não está obrigada a divulgar informações financeiras resumidas para essa controlada, empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou coligada de acordo com os itens B10 a B16.

Compromissos para empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) (item 23a)

B18 A entidade deve divulgar o total de compromissos assumidos, mas não reconhecidos na data de reporte (incluindo sua parcela de compromissos assumidos em conjunto com outros investidores que tenham o controle conjunto de empreendimento controlado em conjunto (joint venture)), em relação às suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Compromissos são aqueles que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos.

B19 Compromissos não reconhecidos que podem dar origem a uma saída futura de caixa ou de outros recursos incluem:

(a) compromissos não reconhecidos de fornecer recursos financeiros (funding) ou recursos como resultado de, por exemplo:

(i) constituição ou contratos de aquisição de empreendimento controlado em conjunto (joint venture) (que, por exemplo, exijam que a entidade aporte recursos ao longo de um período específico);

(ii) projetos intensivos em capital conduzidos por empreendimento controlado em conjunto (joint venture);

(iii) obrigações de compra incondicionais, que compreendam a aquisição de equipamentos, estoques ou serviços que a entidade esteja comprometida a adquirir de empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em nome dele;

(iv) compromissos não reconhecidos de conceder empréstimos ou outro suporte financeiro a empreendimento controlado em conjunto (joint venture);

(v) compromissos não reconhecidos de aportar recursos a empreendimento controlado em conjunto (joint venture), como, por exemplo, ativos ou serviços;

(vi) outros compromissos não reconhecidos e não canceláveis relativos a empreendimento controlado em conjunto (joint venture);

(b) compromissos não reconhecidos de adquirir a participação de outra parte (ou parcela dessa participação) em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) se evento específico ocorrer ou não ocorrer no futuro.

B20 Os requisitos e exemplos dos itens B18 e B19 ilustram alguns dos tipos de divulgação exigidos pelo item 18 do Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Participação em entidades estruturadas não consolidadas (itens 24 a 31)

Entidade estruturada

B21 Entidade estruturada é uma entidade que foi projetada de modo que os direitos de voto ou similares não são o fator dominante ao decidir quem controla a entidade, como, por exemplo, quando quaisquer direitos de voto referem-se somente a tarefas administrativas, e as atividades relevantes são dirigidas por meio de acordos contratuais.

B22 A entidade estruturada frequentemente possui algumas ou todas as características ou atributos seguintes:

(a) atividades restritas;

(b) objeto social restrito e bem definido, como, por exemplo, efetuar arrendamento eficiente em termos fiscais, conduzir atividades de pesquisa e desenvolvimento, oferecer fonte de capital ou de fi-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nanciamento a uma entidade ou oferecer oportunidades de investimento a investidores pela transferência aos investidores dos riscos e benefícios associados aos ativos da entidade estruturada;

(c) patrimônio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie suas atividades sem suporte financeiro subordinado;

(d) financiamento na forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de riscos de crédito ou outros riscos (tranches).

B23 Exemplos de entidades que são consideradas como entidades estruturadas incluem, entre outros:

(a) veículos de securitização;

(b) financiamentos lastreados em ativos (asset-backed);

(c) alguns fundos de investimento.

B24 A entidade que é controlada por direitos de voto não é uma entidade estruturada pelo simples fato de que, por exemplo, recebe recursos financeiros de terceiros após sua reestruturação.

Natureza dos riscos decorrentes de participações em entidades estruturadas não consolidadas (itens 29 a 31)

B25 Além das informações exigidas pelos itens 29 a 31, a entidade deve divulgar informações adicionais que sejam necessárias para atingir o objetivo de divulgação do item 24(b).

B26 São exemplos de informações adicionais que, dependendo das circunstâncias, podem ser relevantes para avaliação dos riscos aos quais a entidade está exposta quando tem participação em entidade estruturada não consolidada:

(a) os termos do acordo que poderia exigir que a entidade fornecesse suporte financeiro à entidade estruturada não consolidada (por exemplo, acordos de liquidez ou gatilhos de classificação de crédito associados a obrigações de comprar ativos da entidade estruturada ou de fornecer suporte financeiro), incluindo:

(i) descrição de eventos ou circunstâncias que podem expor a entidade que reporta a informação a uma perda;

(ii) se há quaisquer termos que limitam a obrigação;

(iii) se há quaisquer outras partes que fornecem suporte financeiro e, em caso afirmativo, como a obrigação da entidade que reporta a informação se classifica em relação às obrigações das demais partes;

(b) perdas incorridas pela entidade durante o período de reporte em relação às suas participações em entidades estruturadas não consolidadas;

(c) os tipos de receitas que a entidade recebeu durante o período de reporte em decorrência de suas participações em entidades estruturadas não consolidadas;

(d) se a entidade está obrigada a absorver perdas da entidade estruturada não consolidada antes de outras partes, o limite máximo dessas perdas para a entidade e (se relevante) o ordenamento (ranking) e os valores de potenciais perdas assumidas por partes cujas participações se classifiquem abaixo da participação da entidade na entidade estruturada não consolidada;

(e) informações sobre quaisquer acordos de liquidez, garantias ou outros compromissos com terceiros que possam afetar o valor justo ou o risco das participações da entidade em entidades estruturadas não consolidadas;

(f) quaisquer dificuldades que a entidade estruturada não consolidada tenha experimentado ao financiar suas atividades durante o período de reporte;

(g) em relação à estrutura de financiamento da entidade estruturada não consolidada, as formas de financiamento (por exemplo, títulos negociáveis de curto prazo (commercial papers) ou títulos de médio prazo) e sua vida média ponderada. Tais informações podem incluir análise de vencimento dos ativos e do financiamento de uma entidade estruturada não consolidada, se a entidade estruturada tiver ativos de prazo mais longo financiados por passivos de prazo mais curto.

## COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL

### RESOLUÇÃO Nº 104, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Resolução CGSN nº 3, de 28 de maio de 2007, que dispõe sobre a composição da Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional - CGSN/SE, e a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução CGSN nº 3, de 28 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

III - .....

a) Maira Cristina de Santana Alves;

….." (NR)

Art. 2º Os arts. 25, 73, 100, 105, 129 e 130-A da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. .....

III - .....

b) da prestação dos serviços previstos nos incisos I a VII e IX do § 2º e no § 3º, todos do art. 15, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido a outro Município;

c) da prestação dos serviços previstos nos incisos I a VII e IX do § 2º e no § 3º, todos do art. 15, sem retenção ou substituição tributária, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento;

d) da prestação dos serviços previstos nos incisos I a VII e IX do § 2º e no § 3º, todos do art. 15, com retenção ou com substituição tributária do ISS, desconsiderando-se o percentual relativo ao ISS;

e) da prestação do serviço de escritórios de serviços contábeis previsto no inciso VIII do § 2º do art. 15 e observado o disposto no § 8º do art. 6º, desconsiderando-se o percentual relativo ao ISS, quando o imposto for fixado pela legislação municipal em valor fixo nos termos do art. 34;

.....

§ 3º Na hipótese de o escritório de serviços contábeis não estar autorizado pela legislação municipal a efetuar o recolhimento do ISS em valor fixo diretamente ao Município, o imposto deverá ser recolhido pelo Simples Nacional na forma das alíneas "b", "c" e "d" do inciso III do caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 2º, inciso I e § 6º)" (NR)

"Art. 73. .....

§ 2º Na hipótese prevista na alínea "c" do inciso II do caput, deverão ser consideradas as disposições específicas relativas ao MEI, quando se tratar de ausência de inscrição ou de irregularidade em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, § 4º)" (NR)

"Art. 100. .....

§ 2º Em relação ao ano-calendário de desenquadramento do empresário individual do SIMEI, inclusive no caso de o desenquadramento ter decorrido da exclusão do Simples Nacional, o contribuinte deverá entregar a DASN-SIMEI abrangendo os fatos geradores ocorridos no período em que esteve na condição de enquadrado, no prazo estabelecido no caput. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 25, caput)

....."(NR)

"Art. 105. .....

§ 2º .....

III - Revogado.

.....

§ 4º-A Na hipótese de exclusão do Simples Nacional, o desenquadramento do SIMEI: (Lei Complementar nº 123, de 2008, art. 18-A, §§ 1º, 14 e 16)

I - será promovido automaticamente, quando da apresentação, pelo contribuinte, da comunicação obrigatória de exclusão do Simples Nacional ou do registro, no sistema, pelo ente federado, da exclusão de ofício;

II - produzirá efeitos a contar da data de efeitos da exclusão do Simples Nacional.

....."(NR)

"Art. 129. .....

§ 8º Depois da disponibilização do Sefisc, poderão ser utilizados alternativamente os procedimentos administrativos fiscais previstos na legislação de cada ente federado até 31 de dezembro de 2013, observado o disposto neste artigo. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 33, § 4º)" (NR)

"Art. 130-A. Os débitos apurados na forma do Simples Nacional referentes aos anos-calendário 2007 e 2008, inscritos em Dívida Ativa da União, poderão ser parcelados mediante regramento diverso do estabelecido na Seção VI do Capítulo II desta Resolução. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)

Parágrafo único. As regras aplicáveis ao parcelamento dos débitos referidos no caput serão definidas mediante portaria a ser editada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. (Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 21, § 15)" (NR)

Art. 3º O Anexo XIII da Resolução CGSN nº 94, de 2011, passa a vigorar acrescido das seguintes ocupações:

| OCUPAÇÃO | CNAE | DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE | ISS | ICMS |
|---|---|---|---|---|
| CALHEIRO (A) | 4399-1/99 | SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE | S | N |
| REPARADOR (A) DE ARTIGOS DE TAPEÇARIA | 9529-1/05 | REPARAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO | S | N |

Art. 4º O Anexo XIII da Resolução CGSN nº 94, de 2011, passa a vigorar com alterações nas seguintes ocupações:

| OCUPAÇÃO | CNAE | DESCRIÇÃO SUBCLASSE CNAE | ISS | ICMS |
|---|---|---|---|---|
| DE: | | | | |
| CAMINHONEIRO (A) DE CARGAS NÃO PERIGOSAS | 4930-2/02 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL | N | S |
| PARA: | | | | |
| CAMINHONEIRO (A) DE CARGAS NÃO PERIGOSAS, INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL | 4930-2/02 | TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL | N | S |
| DE: | | | | |
| COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA | 4751-2/01 | COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA | S | S |
| PARA: | | | | |
| COMERCIANTE DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA | 4751-2/01 | COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA | N | S |
| DE: | | | | |
| FABRICANTE DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL | 2532-2/01 | PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL | N | S |
| PARA: | | | | |
| FABRICANTE DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL, SOB ENCOMENDA OU NÃO | 2532-2/01 | PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL | S | S |
| DE: | | | | |
| FABRICANTE DE ESQUADRIAS METÁLICAS | 2512-8/00 | FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL | N | S |
| PARA: | | | | |
| FABRICANTE DE ESQUADRIAS METÁLICAS SOB ENCOMENDA OU NÃO | 2512-8/00 | FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS DE METAL | S | S |
| DE: | | | | |
| FABRICANTE DE LETREIROS, PLACAS E PAINÉIS NÃO LUMINOSOS | 3299-0/03 | FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS | N | S |
| PARA: | | | | |
| FABRICANTE DE LETREIROS, PLACAS E PAINÉIS NÃO LUMINOSOS, SOB ENCOMENDA OU NÃO | 3299-0/03 | FABRICAÇÃO DE LETRAS, LETREIROS E PLACAS DE QUALQUER MATERIAL, EXCETO LUMINOSOS | S | S |
| DE: | | | | |
| FABRICANTE DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS | 3299-0/04 | FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS | N | S |
| PARA: | | | | |
| FABRICANTE DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, SOB ENCOMENDA OU NÃO | 3299-0/04 | FABRICAÇÃO DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS | S | S |
| DE: | | | | |
| MARCENEIRO(A) | 3101-2/00 | FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA | N | S |
| PARA: | | | | |
| MARCENEIRO (A) SOB ENCOMENDA OU NÃO | 3101-2/00 | FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINÂNCIA DE MADEIRA | S | S |
| DE: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO | 3839-4/99 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE | N | S |
| PARA: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE BORRACHA, MADEIRA, PAPEL E VIDRO | 3839-4/99 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE | S | S |
| DE: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO | 3831-9/99 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO | N | S |
| PARA: | | | | |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RECICLADOR (A) DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO | 3831-9/99 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS METÁLICOS, EXCETO ALUMÍNIO | S | S |
| DE: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE MATERIAIS PLÁSTICOS | 3832-7/00 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS | N | S |
| PARA: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE MATERIAIS PLÁSTICOS | 3832-7/00 | RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS | S | S |
| DE: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE SUCATAS DE ALUMÍNIO | 3831-9/01 | RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO | N | S |
| PARA: | | | | |
| RECICLADOR (A) DE SUCATAS DE ALUMÍNIO | 3831-9/01 | RECUPERAÇÃO DE SUCATAS DE ALUMÍNIO | S | S |
| DE: | | | | |
| SERRALHEIRO (A) | 2542-0/00 | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS | N | S |
| PARA: | | | | |
| SERRALHEIRO (A), SOB ENCOMENDA OU NÃO | 2542-0/00 | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS | S | S |

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, quanto aos arts. 3º e 4º, a partir de 1º de janeiro de 2013.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

**PORTARIA Nº 12, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

Altera a Portaria CGSN nº 8, de 22 de junho de 2009, que dispõe sobre os Grupos Técnicos do Comitê Gestor do Simples Nacional.

O COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL, no uso das competências que lhe conferem a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto nº 6.038, de 7 de fevereiro de 2007, e o Regimento Interno aprovado pela Resolução CGSN nº 1, de 19 de março de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria CGSN nº 8, de 22 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º.....

VIII - GT 09 - Fiscalização e Lançamento - a fiscalização, bem como as questões relativas ao lançamento e à aplicação de penalidades no âmbito do Simples Nacional;

.....

XVI - GT 18 - Contencioso - o processo administrativo fiscal no âmbito do Simples Nacional.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO
Presidente do Comitê

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
## SECRETARIA EXECUTIVA

**DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO**
Em 17 de dezembro de 2012

Informa sobre aplicação no Estado do Ceará dos Protocolos ICMS 13/08, 16/08, 18/08, 19/08, 20/08, 21/08 e 23/08.

Nº 273 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso III da cláusula décima quinta do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, torna público, em atendimento à solicitação da Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas nos Protocolos ICMS a seguir indicados, de 14 de março de 2008, a partir de 1º de julho de 2014:

Protocolo ICMS 13/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e de toucador que especifica;

Protocolo ICMS 16/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aguardente;

Protocolo ICMS 18/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de limpeza que especifica;

Protocolo ICMS 19/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática;

Protocolo ICMS 20/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com suportes elásticos para cama, colchões, inclusive box, travesseiros e pillow;

Protocolo ICMS 21/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com materiais de construção que especifica;

Protocolo ICMS 23/08 - Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos farmacêuticos, soros e vacinas de uso humano.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

**RETIFICAÇÕES**

No Despacho do Secretário Executivo - Em 3 de dezembro de 2012, publicado no DOU de 4/12/12, Seção 1, página 26, onde se lê: Convênio No- ICMS 124, de 3 de Dezembro de 2012, leia-se: Convênio ICMS 124, de 3 de Dezembro de 2012, e onde se lê: Convênio No- ICMS 25, de 3 de Dezembro de 2012, leia-se: Convênio ICMS 125, de 3 de Dezembro de 2012.

(p/Coejo)

No caput da cláusula segunda e da cláusula terceira do Convênio ICMS 124/12, de 3 de dezembro de 2012, publicado no DOU de 4 de dezembro de 2012, Seção 1, página 26, onde se lê: "... O Anexo Único do Convênio ICMS 54/12 ...", leia-se: "... O Anexo I do Convênio ICMS 54/12 ...".

## SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
## SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
## 1ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 17 DE DEZEMBRO 2012**

Declara inscrito no registroespecial estabelecimento querealiza operações com papeldestinado à impressão de livros,jornais e periódicos.

O Delegado da Receita Federal em Goiânia - GO, exercendo a atribuição contida no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 13126.720241/2012-46 declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial, sob o nº GP-01201/251, o estabelecimento identificado abaixo, por realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de gráfica (GP), enquadrando-o no art. 1º, §1º, inciso V, da mencionada Instrução Normativa.

| | |
|---|---|
| Estabelecimento: | N P DE MOURA SERVIÇOS GRÁFICOS EIRELI |
| CNPJ nº: | 15.465.095/0001-96 |
| Endereço: | TV Pedro Heleodorio, 122, Setor Beatriz, Itumbiara/GO, CEP 75510-270 |

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), instituída pelo art. 10 da já mencionada Instrução Normativa, nos prazos de que trata a legislação específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO DE PAULA

## SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Declara inscrição no Registro Especial.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO (SEFIS) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA, no uso da competência delegada pelo art. 4º, inciso VIII da Portaria DRF/GOI nº 222/2012 (DOU 24/09/2012), com fundamento nos § 1º e 2º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, considerando cumpridas as exigências previstas em regulamento, e tendo em vista o que consta do processo nº 10120.732046/2012-21, declara:

Art.1º. - INSCRITO no REGISTRO ESPECIAL de bebidas alcoólicas, sob o número 01201/084, como importador, o estabelecimento abaixo identificado, não alcançando esta inscrição no registro especial qualquer outro estabelecimento da mesma empresa:

CNPJ: 12.639.363/0001-50 - Rustica BR Importadora e Exportadora Ltda

ENDEREÇO: Av. A, nº 133, Qd 20, Lt 01, Jardim Santo Antônio, 74.853-010, Goiânia - GO

ATIVIDADE: Importador.

Art. 2º - O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações referidas nos artigos 2º, 3º, 4º e 9º da Instrução Normativa 504/2005, sob pena de suspensão de sua inscrição no REGISTRO ESPECIAL ou de cancelamento, se ocorrer qualquer das hipóteses do artigo 8º da referida norma.

Art. 3º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação

MILTON ALVES PEQUENO

## 2ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Inscreve peticionário no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010; em conformidade com a Instrução Normativa nº 1209 - RFB, de 07 de novembro de 2011; e Instrução Normativa nº 1.273 - RFB, de 06 de junho de 2012; bem como, atendendo ao que consta nos autos dos processos administrativos em referência, declara que:

Com fundamento nos §§ 4º e 5º do artigo 810 do Regulamento Aduaneiro, fica inscrito no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, mantido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o peticionário abaixo identificado:

| NOME | CPF | N.º DO PROCESSO |
|---|---|---|
| ANGELA VINHORTE | 436.383.922-87 | 12266.723832/2012-16 |

Estes atos entram em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSMAR FÉLIX DE CARVALHO

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

Anula a inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica que menciona, por vício na inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BOA VISTA/RR, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 da Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, em cumprimento ao art. 33 inciso III, e seus parágrafos 1° e 2° da Instrução Normativa RFB n° 1.183, de 19 de agosto de 2011, considerando o que ficou apurado no processo administrativo nº 14411.000084/2012-04, resolve:

Art. 1º. Declarar a NULIDADE das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ seguintes: 84.013.390/0001-24 - Hemocentro de Roraima; 34.811.349/0001-25 - Hospital Coronel Mota; 84.015.726/0001-98 - Hospital de Rorainópolis; 84.013.499/0001-61 - Hospital Délio de Oliveira Tupinamba; 84.013.481/0001-60 - Hospital Epitácio de Andrade Lucena; 84.013.440/0001-73 - Hospital Estadual José Guedes Catão; 84.013.432/0001-27- Hospital Francisco Ricardo de Macedo; 84.013.416/0001-34 - Hospital Geral de Roraima; 34.811.331/0001-23 - Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth; 84.013.465/0001-77- Hospital Pedro Álvaro Rodrigues; 84.015.734/0001-34 - Unidade Mista Bom Samaritano; 04.044.299/0001-37- Unidade Mista de Caroebe; 84.013.457/0001-20 - Unidade Mista de São João do Baliza e 84.013.473/0001-13 - Unidade Mista Ruth Quitéria, por ter sido constatado vício na inscrição.

Art. 2º. Serão considerados inidôneos e não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos por essas empresas a partir da data de abertura de cada CNPJ.

OMAR DE SOUZA RUBIM FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 78, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara inscrição no Registro Especial de estabelecimentos produtores e engarrafadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada do Diário Oficial da União, em 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 336 do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI, aprovado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no D.O.U. De 16.6.2010, retificado em 25.6.2010 e o disposto na Instrução Normativa SRF nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, publicada no D.O.U. de 9 de fevereiro de 2005, e, ainda, considerando o processo n.º 10283.003058/2010-10, declara:

Artigo 1º Fica concedido à empresa BELLVIN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VINHOS LTDA. - EPP, CNPJ 11.229.657/0001-41, com endereço à Rodovia AM-10 KM-80, Quadra/02 Lote 03, bairro Monte Castelo, CEP 69.117-000, município de Rio Preto da Eva - AM, o Registro de Especial de Estabelecimento Produtor e Engarrafador de Bebida Alcoólica nº 0220100/011, para a produção e engarrafamento dos produtos identificados, conforme anexo abaixo.

Artigo 2º O Registro Especial conferido por este ato refere-se somente ao estabelecimento matriz. Sua extensão a outros estabelecimentos industriais da empresa dependerá de novo ato concessivo, junto à Delegacia ou Inspetoria da Receita Federal de jurisdição correspondente;

Artigo 3º O Registro Especial poderá ser cancelado, a qualquer tempo, pela autoridade concedente se, posteriormente à concessão, ocorrer qualquer um dos fatos previstos no art. 8º da IN/SRF Nº 504/2005;

Artigo 4º A concessão deste Registro Especial não exime o contribuinte do cumprimento das demais obrigações, principais e acessórias, previstas na legislação tributária;

Artigo 5º O estabelecimento deverá fazer constar nos documentos fiscais que emitir, no campo destinado à identificação da empresa, o número da inscrição no Registro Especial;

Artigo 6º. Este ato revoga Ato Declaratório Executivo nº 147/2011, de 29/11/2011, publicado no DOU em 30/11/2011, e reconsolida em único ADE todos os produtos da empresa que estão em produção.

Artigo 7º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

BELLVIN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VINHOS LTDA. - EPP

| Produto | Marca Comercial | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|
| Vinho tinto de mesa suave | Rio Preto | 750 ml |
| Vinho tinto de mesa suave | Rio Preto | 880 ml |
| Vinho tinto de mesa suave | Rio Preto | 4.000 ml |
| Vinho tinto de mesa seco | Rio Preto | 750 ml |
| Sangria | Da Eva | 4.000 ml |
| Sangria | Da Eva | 880 ml |
| Bebida alcoólica mista | Da Eva | 500 ml |
| Bebida alcoólica mista | Da Eva | 880 ml |

LEONARDO BARBOSA FROTA

## 3ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS

### PORTARIA Nº 70, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Revoga Portaria ALF/APM Nº 13 de 09/08/2011.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, que aprova o Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, Resolve:

Art. 1º. Revogar a portaria ALF/APM Nº 13, de 09/08/2011, publicada no DOU nº 154, fls. 35, de 11/08/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO EMMANOEL SALES VASCONCELLOS

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE
## SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas físicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DA SEÇÃO DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUAZEIRO DO NORTE/CE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte/CE, na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte/CE, localizada na Rua José Andrade Lavor, nº 2001, Bairro Santa Teresa, Juazeiro do Norte/CE.

Art. 3º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 4º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CESAR BEZERRA DE MORAIS

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes). Contribuições Previdenciárias.

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas
41.358.235/0001-37

## 4ª REGIÃO FISCAL
## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE/GUARARAPES GILBERTO FREYRE

### PORTARIA Nº 56, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DOS GUARARAPES -RECIFE/PE, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio o de 2012, e conforme disposições da Portaria SRF nº 01/2001 e do artigo 11 da Instrução Normativa nº 1.020 de 31 de março de 2010;

CONSIDERANDO a realização conjunta do exame de seleção e parecer conclusivo da Comissão designada pela Portaria Conjunta 01/2012, resolve:

Art. 1º - Credenciar, a título precário e sem vínculo empregatício com a Receita Federal do Brasil, para prestação de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar, na forma prevista na Instrução Normativa 1.020/2010, para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, os técnicos abaixo identificados, pela respectiva área de especialização destacada:

ARQUEAÇÃO - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733887/2012-66 | 10,739 |
| JOSE ROBERTO DA SILVA | 11808.720233/2012-03 | 7,698 |
| HELIO RENATO STROBEL | 10480.733884/2012-22 | 6 |
| WLADINEY BARROS CARVALHO | 10480.733718/2012-26 | 5,252 |
| CARMEN VIRGINIA DA SILVA XAVIER | 11968.720518/2012-01 | 5 |
| ANA PAULA CERQUINHO BEZERRA | 10480.733703/2012-68 | 5 |
| WILMAR BARROS DE CARVALHO | 10480.733370/2012-77 | 5 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720531/2012-52 | 5 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720521/2012-17 | 3,94 |

ENGENHARIA MECÂNICA - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RENATO GARZILLO | 11808.720228/2012-92 | 7 |
| MURILO DE AGUIAR NOBREGA | 11968.720546/2012-11 | 6,943 |
| DANIEL FERREIRA NIPO | 11968.720534/2012-96 | 6 |
| PAULO FERNANDO PONTUAL | 11968.720545/2012-76 | 5 |
| FABIO CAMPOS FATALLA | 11968.720526/2012-40 | 4,318 |
| GILBERTO MARTINS DE MELO | 11968.720544/2012-21 | 4,185 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| ILDEFONSO LUIZ ANDRADE DE ALMEIDA LOPES | 11968.720524/2012-51 | 4 |
| FERNANDO DA COSTA SIQUEIRA | 11808.720227/2012-48 | 3,123 |
| LUIZ OTAVIO CHAGAS SOBRAL | 11968.720550/2012-89 | 2,943 |

ENGENHARIA ELÉTRICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| FREDERICO ANTONIO TENORIO LAPENDA | 10480.733826/2012-07 | 4 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| RICARDO HENRIQUE ALVES DA SILVA | 10480.733845/2012-25 | 1 |

ENGENHARIA ELETRÔNICA - 03 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| NÃO PREENCHIDA | ---- | ---- |

ENGENHARIA QUIMICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733890/2012-80 | 10,739 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720520/2012-72 | 4,93 |
| VERALUCIA TIMOTEO DE OLIVEIRA | 11808.720224/2012-12 | 4 |
| LUIZ AURELIO ALONSO | 11968.720528/2012-39 | 0,18 |

Art. 2º - Na forma prevista no item 3, do Capítulo VIII do Edital Conjunto do certame de seleção de peritos em questão, encontram-se habilitados para credenciamento a novas vagas criadas a critério do Inspetor-Chefe da unidade, para atendimento de aumento de demanda no período deste credenciamento, os candidatos abaixo destacados, por área de especialização como segue:

ARQUEAÇÃO

| CANDIDATOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720547/2012-65 | 0,943 |
| ROBERTO RENE CARVALHO | 11808.720238/2012-28 | 0 |

ENGENHARIA MECÂNICA

| CANDITADO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| MARCIO TILLY MOUTINHO DA SILVA | 11808.720236/2012-39 | 2,677 |
| CLAUDIO OSNY LINDENMEYER | 11808.720229/2012-37 | 1,818 |
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720549/2012-54 | 1,501 |
| KLEBER FIGUEIREDO DA CUNHA | 11808.720223/2012-60 | 1,052 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720530/2012-16 | 6 |
| SILVIO MARCOS BRAZ | 11808.720239/2012-72 | 5,84 |

ENGENHARIA ELÉTRICA

| CANDIDATO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RICARDO GUEDES FREI | 11968.720527/2012-94 | 3,724 |

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANAXIMANDRO SÁVIO CARVALHO CYSNE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SUAPE

### PORTARIA Nº 49, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O INSPETOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DO PORTO DE SUAPE, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio o de 2012, e conforme disposições da Portaria SRF nº 01/2001 e do artigo 11 da Instrução Normativa nº 1.020 de 31 de março de 2010;

CONSIDERANDO a realização conjunta do exame de seleção e parecer conclusivo da Comissão designada pela Portaria Conjunta 01/2012, resolve:

Art. 1º - Credenciar, a título precário e sem vínculo empregatício com a Receita Federal do Brasil, para prestação de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar, na forma prevista na Instrução Normativa 1.020/2010, para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, os técnicos abaixo identificados, pela respectiva área de especialização destacada:

ARQUEAÇÃO - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733887/2012-66 | 10,739 |
| JOSE ROBERTO DA SILVA | 11808.720233/2012-03 | 7,698 |
| HELIO RENATO STROBEL | 10480.733884/2012-22 | 6 |
| WLADINEY BARROS CARVALHO | 10480.733718/2012-26 | 5,252 |
| CARMEN VIRGINIA DA SILVA XAVIER | 11968.720518/2012-01 | 5 |
| ANA PAULA CERQUINHO BEZERRA | 10480.733703/2012-68 | 5 |
| WILMAR BARROS DE CARVALHO | 10480.733370/2012-77 | 5 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720531/2012-52 | 5 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720521/2012-17 | 3,94 |

ENGENHARIA MECÂNICA - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RENATO GARZILLO | 11808.720228/2012-92 | 7 |
| MURILO DE AGUIAR NOBREGA | 11968.720546/2012-11 | 6,943 |
| DANIEL FERREIRA NIPO | 11968.720534/2012-96 | 6 |
| PAULO FERNANDO PONTUAL | 11968.720545/2012-76 | 5 |
| FABIO CAMPOS FATALLA | 11968.720526/2012-40 | 4,318 |
| GILBERTO MARTINS DE MELO | 11968.720544/2012-21 | 4,185 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| ILDEFONSO LUIZ ANDRADE DE ALMEIDA LOPES | 11968.720524/2012-51 | 4 |
| FERNANDO DA COSTA SIQUEIRA | 11808.720227/2012-48 | 3,123 |
| LUIZ OTAVIO CHAGAS SOBRAL | 11968.720550/2012-89 | 2,943 |

ENGENHARIA ELÉTRICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| FREDERICO ANTONIO TENORIO LAPENDA | 10480.733826/2012-07 | 4 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| RICARDO HENRIQUE ALVES DA SILVA | 10480.733845/2012-25 | 1 |

ENGENHARIA ELETRÔNICA - 03 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| NÃO PREENCHIDA | ---- | ---- |

ENGENHARIA QUIMICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733890/2012-80 | 10,739 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720520/2012-72 | 4,93 |
| VERALUCIA TIMOTEO DE OLIVEIRA | 11808.720224/2012-12 | 4 |
| LUIZ AURELIO ALONSO | 11968.720528/2012-39 | 0,18 |

Art. 2º - Na forma prevista no item 3, do Capítulo VIII do Edital Conjunto do certame de seleção de peritos em questão, encontram-se habilitados para credenciamento a novas vagas criadas a critério do Inspetor-Chefe da unidade, para atendimento de aumento de demanda no período deste credenciamento, os candidatos abaixo destacados, por área de especialização como segue:

ARQUEAÇÃO

| CANDIDATOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720547/2012-65 | 0,943 |
| ROBERTO RENE CARVALHO | 11808.720238/2012-28 | 0 |

ENGENHARIA MECÂNICA

| CANDITADO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| MARCIO TILLY MOUTINHO DA SILVA | 11808.720236/2012-39 | 2,677 |
| CLAUDIO OSNY LINDENMEYER | 11808.720229/2012-37 | 1,818 |
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720549/2012-54 | 1,501 |
| KLEBER FIGUEIREDO DA CUNHA | 11808.720223/2012-60 | 1,052 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720530/2012-16 | 6 |
| SILVIO MARCOS BRAZ | 11808.720239/2012-72 | 5,84 |

ENGENHARIA ELÉTRICA

| CANDIDATO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RICARDO GUEDES FREI | 11968.720527/2012-94 | 3,724 |

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO DA COSTA OLIVEIRA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 239, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita a pessoa jurídica que menciona a operar no Regime Especial de Tributação Para Construção, Reforma Ou Modernização de Estádios de Futebol (RECOPA).

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 224 Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17.5.2012, e considerando o disposto na Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, No Decreto nº 7.319, de 28 de setembro de 2010 e na IN SRF nº 1.176, de 22 de julho de 2011, declara:

Art. 1º. HABILITADA a operar como beneficiária do Regime Especial de Tributação para Construção, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (RECOPA), a empresa ARENA PERNAMBUCO NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS S/A - CNPJ nº 12.077.949/0001-79, situada à Rua Antônio Lumack do Monte nº128 Sala 406 - Ed. Empresarial Center III - Boa Viagem - Recife (PE) CEP - 51.020-350, na forma da Lei nº 12.350, de 20 de setembro de 2010, do Decreto nº 7.319, de 28 de setembro de 2010, da Instrução Normativa RFB nº 1.176, de 22/07/2011, da Portaria nº 246, de 10/10/2012, do Ministério do Esporte, e de acordo com o que consta do processo administrativo fiscal nº 10480.733944/2012-15.

Art. 2º. O benefício no RECOPA poderá ser usufruído nas aquisições, locações e importações de bens e serviços, vinculadas ao projeto aprovado, e realizadas entre a data da habilitação e 30 de junho de 2014, pela pessoa jurídica titular do projeto (art.3º do Decreto º 7.319/2010).

Art. 3º. A referida habilitação é específica para o projeto de Construção do Estádio de Futebol - Arena Multiuso Pernambuco descrita no Anexo Único da Portaria do Ministério do Esporte nº 246, de 10/10/2012.

Art. 4º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO JOSÉ ANTUNES DE LIRA

## DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

### SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

ASSUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Secador de roupas, de uso doméstico, dobrável, portátil, constituído por varetas de alumínio apoiadas sobre estrutura tubular, igualmente de alumínio, com conexões e ponteiras de material plástico (Polietileno de Baixa Densidade - PEBD), comercialmente denominado "varal de chão", classifica-se no código 7615.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), constante da Tarifa Externa Comum (TEC) e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI).

DISPOSITIVOS LEGAIS: RGI 1, 3b) (texto da posição 76.15) e 6 (texto da subposição 7615.10) da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da Tarifa Externa Comum (TEC), aprovada pela Resolução CAMEX nº 94, de 08/12/2011, com alterações posteriores e da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e alterações posteriores, tendo por base os subsídios fornecidos para a interpretação das RGI e das posições 73.23 e 76.15 pelas Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH), aprovadas pelo Decreto nº 435, de 27 de janeiro de 1992 (versão atual aprovada pela IN RFB nº 807, de 11 de janeiro de 2008, atualizada pelas IN RFB nº 1.072, de 30 de setembro de 2010 e nº 1.260, de 20 de março de 2012, por força da delegação de competência outorgada pelo art. 1º da Portaria MF nº 91, de 24 de fevereiro de 1994).

MARIA DE FÁTIMA GUIMARÃES FALCÃO
Chefe

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

A INSPETORA CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302, inciso VII e art. 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da IN SRF nº 338, de 07 de julho de 2003, à vista do que consta do processo administrativo nº 10480.735040/2012-16 e com fundamento no artigo 131 combinado com o artigo 124 do Regulamento Aduaneiro, Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, DECLARA: face ao decurso de prazo, conforme o artigo 124, parágrafo único, inciso II, do citado Decreto, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade, o veículo marca VOLVO, modelo 940GLE, cor branca, ano de fabricação 1991, motor a gasolina/biocombustível, chassi nº YV1944292M1014373, placa KFE-2729, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 09/1087962-6, registrada em 18.08.2009, na Alfândega do Porto de Suape/PE, de propriedade do Sr. Francesco Piccione, CPF nº 016.618.124-22, para o Sr. Rodrigo Fagner Araújo dos Santos, CPF nº 096.014.964-32.

Este Ato Declaratório Executivo somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito, quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA MARIA GOMES MENDONÇA

### PORTARIA Nº 49, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

A INSPETORA CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL EM RECIFE, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio o de 2012, e conforme disposições da Portaria SRF nº 01/2001 e do artigo 11 da Instrução Normativa nº 1.020 de 31 de março de 2010;

CONSIDERANDO a realização conjunta do exame de seleção e parecer conclusivo da Comissão designada pela Portaria Conjunta 01/2012, resolve:

Art. 1º - Credenciar, a título precário e sem vínculo empregatício com a Receita Federal do Brasil, para prestação de assistência técnica na identificação e quantificação de mercadoria importada ou a exportar, na forma prevista na Instrução Normativa 1.020/2010, para o período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, os técnicos abaixo identificados, pela respectiva área de especialização destacada:

ARQUEAÇÃO - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733887/2012-66 | 10,739 |
| JOSE ROBERTO DA SILVA | 11808.720233/2012-03 | 7,698 |
| HELIO RENATO STROBEL | 10480.733884/2012-22 | 6 |
| WLADINEY BARROS CARVALHO | 10480.733718/2012-26 | 5,252 |
| CARMEN VIRGINIA DA SILVA XAVIER | 11968.720518/2012-01 | 5 |
| ANA PAULA CERQUINHO BEZERRA | 10480.733703/2012-68 | 5 |
| WILMAR BARROS DE CARVALHO | 10480.733370/2012-77 | 5 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720531/2012-52 | 5 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720521/2012-17 | 3,94 |

ENGENHARIA MECÂNICA - 10 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RENATO GARZILLO | 11808.720228/2012-92 | 7 |
| MURILO DE AGUIAR NOBREGA | 11968.720546/2012-11 | 6,943 |
| DANIEL FERREIRA NIPO | 11968.720534/2012-96 | 6 |
| PAULO FERNANDO PONTUAL | 11968.720545/2012-76 | 5 |
| FABIO CAMPOS FATALLA | 11968.720526/2012-40 | 4,318 |
| GILBERTO MARTINS DE MELO | 11968.720544/2012-21 | 4,185 |
| CICERO ARISTOTELES DE ARAUJO NETO | 10480.733549/2012-24 | 4,04 |
| ILDEFONSO LUIZ ANDRADE DE ALMEIDA LOPES | 11968.720524/2012-51 | 4 |
| FERNANDO DA COSTA SIQUEIRA | 11808.720227/2012-48 | 3,123 |
| LUIZ OTAVIO CHAGAS SOBRAL | 11968.720550/2012-89 | 2,943 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ENGENHARIA ELÉTRICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| FREDERICO ANTONIO TENORIO LAPENDA | 10480.733826/2012-07 | 4 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| RICARDO HENRIQUE ALVES DA SILVA | 10480.733845/2012-25 | 1 |

ENGENHARIA ELETRÔNICA - 03 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| EDSON ANTONIO DE OLIVEIRA | 11808.720225/2012-59 | 4,347 |
| REILTON LOUREIRO VIEIRA | 11808.720226/2012-01 | 4 |
| NÃO PREENCHIDA | ---- | ---- |

ENGENHARIA QUIMICA - 04 VAGAS

| CLASSIFICADOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JORGE CAMPELO CABRAL | 10480.733890/2012-80 | 10,739 |
| LUIZ FERNANDO CORREA DO PRADO | 11968.720520/2012-72 | 4,93 |
| VERALUCIA TIMOTEO DE OLIVEIRA | 11808.720224/2012-12 | 4 |
| LUIZ AURELIO ALONSO | 11968.720528/2012-39 | 0,18 |

Art. 2º - Na forma prevista no item 3, do Capítulo VIII do Edital Conjunto do certame de seleção de peritos em questão, encontram-se habilitados para credenciamento a novas vagas criadas a critério do Inspetor-Chefe da unidade, para atendimento de aumento de demanda no período deste credenciamento, os candidatos abaixo destacados, por área de especialização como segue:

ARQUEAÇÃO

| CANDIDATOS | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720547/2012-65 | 0,943 |
| ROBERTO RENE CARVALHO | 11808.720238/2012-28 | 0 |

ENGENHARIA MECÂNICA

| CANDITADO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| MARCIO TILLY MOUTINHO DA SILVA | 11808.720236/2012-39 | 2,677 |
| CLAUDIO OSNY LINDENMEYER | 11808.720229/2012-37 | 1,818 |
| AGNALDO ARAUJO SANTANA | 11968.720549/2012-54 | 1,501 |
| KLEBER FIGUEIREDO DA CUNHA | 11808.720223/2012-60 | 1,052 |
| JOSE AUGUSTO CORREA DO PRADO | 11968.720530/2012-16 | 6 |
| SILVIO MARCOS BRAZ | 11808.720239/2012-72 | 5,84 |

ENGENHARIA ELÉTRICA

| CANDIDATO | PROCESSO | PONTUAÇÃO |
|---|---|---|
| JOSE RICARDO GUEDES FREI | 11968.720527/2012-94 | 3,724 |

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCIANA MARIA GOMES MENDONÇA

## 5ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI/BA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra C da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, arts 94, 95, 96, inciso I, art. 104 inciso V do Decreto-Lei nº 37/66, 23 § 1º, 24, 25 e 27 do Decreto-Lei 1455/76 regulamentados pelos arts 673, 674, 675, inciso I, 688 caput e inciso V, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 10507.000130/2011-66, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0510400/GAB000001/2011 , folhas 01/02 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

GLADISTOM MATOS SILVA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara o perdimento de mercadorias apreendidas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMAÇARI/BA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, no item 07, letra C da IN SRF nº 80/81, de 04 de novembro de 1981, arts 94, 95, 96, inciso I, art. 104 inciso V do Decreto-Lei nº 37/66, 23 § 1º, 24, 25 e 27 do Decreto-Lei 1455/76 regulamentados pelos arts 673, 674, 675, inciso I, 688 caput e inciso V, 701 e 774 do Decreto nº 6.759/09, e tendo em vista o que consta do processo nº 18088.720374/2011-59, declara:

PERDIDAS EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA FEDERAL, as mercadorias discriminadas no Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal de Mercadorias nº 0812200/SAFIS000059/2011, folhas 01/05 do processo em referência, tornando-as destináveis de acordo com as normas previstas na Portaria MF nº 282, de 9 de junho de 2011.

GLADISTOM MATOS SILVA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 295 e 296, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF N 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, com fundamento nos arts. 1º ao 5º da Lei N 11.488, de 15 de junho de 2007, bem como o disposto nos arts. 11 e 12, da Instrução Normativa RFB N 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB N 778, de 19 de outubro de 2007, e N 955, de 09 de julho de 2009 , com base no artigo n° 33, inciso III da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

- Nulidade da empresa abaixo relacionada, em razão de estar enquadrada na hipótese de Ente Jurídico:

| CNPJ | RAZÃO SOCIAL | PROCESSO |
|---|---|---|
| 10.640.087/0001-15 | SINDICATO NACIONAL DOS FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS DELEGACIA SINDICAL. | 10580.732.827/2012-06. |

CRISTIANO RIBEIRO SAMPAIO

## 6ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOVERNADOR VALADARES
## SEÇÃO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal de Governador Valadares/MG, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 03 de janeiro de 2007, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica JOSE CLERIO ALVES TERRA - ME, CNPJ: 65.384.216/0001-43, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Governador Valadares/MG, na Av. Brasil, 2866, Centro.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LACERDA MARTINS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal de Governador Valadares/MG, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica SELETA MOVEIS & MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CNPJ: 24.312.209/0001-59, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal (SRF) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal de Governador Valadares/MG, na Av. Brasil, 2866, Centro.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON LACERDA MARTINS

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

### RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo IRF/BHE/MG nº 25, de 28/11/2012, publicado no DOU de 13/12/2012, Seção 1, pág. 147, onde se lê:

"CPF/Nº REGISTRO: 094.244.306-40", leia-se:

"CPF/Nº REGISTRO: 094.224.306-40"

## 7ª REGIÃO FISCAL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 188, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara desalfandegado o recinto que menciona.

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais; considerando o disposto na Portaria RFB no 3.518, de 30 de setembro de 2011, e considerando o que consta do processo no 10725.000286/2000-76, declara:

Art. 1º - Desalfandegado, a pedido, o Aeroporto Internacional Bartolomeu Lisandro, localizado no Município de Campos dos Goytacazes - RJ, alfandegado nos termos do ADE SRRF07 nº 128, de 25 de junho de 2002, publicado no DOU de 27 de junho de 2002.

Art. 2º - Revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 128, de 25 de junho de 2002, publicado no DOU de 27 de junho de 2002.

Art. 3º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ELIANA PÓLO PEREIRA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a concessão de habilitação para empresa exercer procedimento simplificado de exportação de petróleo em unidades de produção ou estocagem situadas em águas jurisdicionais brasileiras.

O INSPETOR CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAGUAÍ - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2011, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.200, de 14 de outubro de 2011 e n.º 1.247, de 08 de fevereiro de 2012, assim como o que consta nos autos do processo nº 11684.721302/2012-31, declara:

1. Fica habilitada a utilizar os procedimentos simplificados de que trata o artigo 1º da IN RFB nº 1.198/2011, para o despacho aduaneiro de exportação do petróleo produzido em suas unidades de produção ou estocagem relacionadas no item 2, a empresa PETROLEO BRASILEIRO S. A. - PETROBRAS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.000.167/0001-01, situada na Av. República do Chile nº 65, Centro, Rio de Janeiro/RJ, utilizando exclusivamente como área de embarque a região marítima da Baía da Ilha Grande em Angra dos Reis, delimitada pelas coordenadas:

Ponto A - Latitude 23° 05' 42" S e Longitude 44° 18' 00" W,

Ponto B - Latitude 23° 05' 10" S e Longitude 44° 16' 42" W,

Ponto C - Latitude 23° 06' 42" S e Longitude 44° 16' 42" W e

Ponto D - Latitude 23° 06' 42" S e Longitude 44° 18' 00" W.

2. Estão autorizadas por este Ato, como unidades de produção ou estocagem de petróleo:

a.FPSO Frade, localizada na Latitude: 21º 53´00´´S e Longitude: 039 º 51´ 30´´W com concessão para exploração do campo de Frade, no processo n° 48000.003896/97-20, pág.2 do DOU de 09/12/1998;

b.FPSO Fluminense, localizada na Latitude: 22 º 38´ 00´´ S e Longitude: 040 º 25´ 00´´ W com concessão para exploração do campo de Bijupirá, no processo n° 48000.003709/97-81, pag.2 do DOU de 09/12/1998;

c.FPSO Cidade de Angra dos Reis, localizada na Latitude: 25 º 32´ 39´´ S e Longitude: 042 º 50´ 23´´ W com concessão para exploração do campo de Lula, BM-S- 11, no processo n° 48610.003886/2000, D.O.U. de 27/10/2000;

d.Plataforma P-50, localizada na Latitude: 22 º 05´ 04´´ S e Longitude: 039 º 49´ 45´´ W com concessão para exploração do campo de Albacora Leste, no processo n° 48000.003895/97-67, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

e.Plataforma P-35, localizada na Latitude: 22 º 26´ 07´´ S e Longitude: 040 º 04´10 W com concessão para exploração do campo de Marlim, no processo n° 48000.003723/97-10, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

f.Plataforma P-47, localizada na Latitude: 22 º 20´ 29´´ S e Longitude: 040 º 11´ 41´´ W com concessão para exploração do campo de Marlim, no processo n° 48000.003723/97-10, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

g.Plataforma P-33, localizada na Latitude: 22 º 22´ 13 S´´ e Longitude: 040 º 01´ 36´´ W com concessão para exploração do campo de Marlim, no processo n° 48000.003723/97-10, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

h.Plataforma P-32, localizada na Latitude: 22 º 20´ 49´´ S e Longitude: 040 º 14´ 30´´ W com concessão para exploração do campo de Marlim, no processo n° 48000.003723/97-10, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

i.Plataforma P-52, localizada na Latitude: 21 º 54´ 18´´ S e Longitude: 039 º 44´ 14´´ W com concessão para exploração do campo de Roncador, no processo n° 48000.003901/97-68, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

j.Plataforma P-54, localizada na Latitude: 21 º 58´ 02´ S e Longitude: 039 º 49´ 35´´ W com concessão para exploração do campo de Roncador, no processo n° 48000.003901/97-68, página 3 do D.O.U. de 09/12/1998;

k.FPSO Brasil, localizada na Latitude: 21 º 55´ 57´´ S e Longitude: 039 º 49´ 06´´ W com concessão para exploração do campo de Roncador, no processo n° 48000.003901/97-68, página 3 do D.O.U. de 09/12/1998;

l.Plataforma PGP-1, localizada na Latitude: 22 º 22 22 S e Longitude: 040 º 25´ 07´´ W com concessão para exploração do campo de Garoupa, no processo n° 48000.003721/97-86, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

m.Plataforma PCE-1, localizada na Latitude: 22 º 42´ 23´´ S e Longitude: 040 º 41´ 40´´ W com concessão para exploração do campo de Enchova, no processo n° 48000.003719/97-34, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

n.Plataforma P37, localizada na Latitude: 22 º 29´ 00´´ S e Longitude: 040 º 05´ 50´´ W com concessão para exploração do campo de Marlim, no processo n° 48000.003723/97-10, página 2 do D.O.U. de 09/12/1998;

o.FSO Cidade de Macaé, localizada na Latitude 22° 09' 21" S e Longitude 40° 08' 53" W, com concessão para exploração do campo de Roncador, no processo n° 48000.003901/97-68, pag.3 do DOU de 09/12/1998;

p. FSO Cidade de Macaé, localizada na Latitude 22° 09' 21" S e Longitude 40° 08' 53" W, com concessão para exploração do campo de Marlim Leste, no processo n° 48000.003900/97-03, pag.3 do DOU de 09/12/1998;

q.FSO P-38, localizada na Latitude 22° 33' 27" S e Longitude 40° 07' 20" W, com concessão para exploração do campo de Marlim Leste, no processo n° 48000.003724/97-74, pag. 3 do DOU de 09/12/1998;

r.FPSO Marlim Sul, localizada na Latitude 22° 32' 23" S e Longitude 40° 01' 19" W, com concessão para exploração do campo de Marlim Leste, no processo n° 48000.003724/97-74, pag.2 do DOU de 09/12/1998.

3. Está autorizado por este Ato o estabelecimento exportador cadastrado no CNPJ 33.000.167/0183-10, conforme Inciso I, do § 1° do artigo 9° da Instrução Normativa RFB nº 1.198, de 30 de setembro de 2011, alterada pelas Instruções Normativas RFB nº 1.200, de 14 de outubro de 2011 e n.º 1.247, de 08 de fevereiro de 2012.

4. Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado poderá ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto nos artigos 14 a 18 da IN RFB nº 1.198/2011.

5. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE MIGUEL DA SILVA

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 170, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

A INSPETORA CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e alterações, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, parágrafo 1º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e no artigo 40, § 2o da IN RFB nº 1.183/2011, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, nos termos do artigo 37, inciso III da IN RFB nº 1.183/2011, DECLARA INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos a partir de 30/04/2008.

EMPRESA: CAUKI TRADING IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE AUTO-PEÇAS LTDA.

CNPJ: 08.755.319/0001-39

PROCESSO: 10074.720872/2012-20

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 171, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 8º da Instrução Normativa (IN) RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010, IN RFB nº 1.089 de 30 de novembro de 2010 e IN RFB nº 1.284 de 23 de julho de 2012, e tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa MARE ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio de seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no Anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revoga-se ADE nº 155, de 04 de dezembro de 2012, publicado no DOU em 10 de dezembro de 2012.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ANEXO

| Processos nº 10768.000393/2002-11 e Proc. 10768.000288/2010-84 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A. | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0030637.07-2<br>2050.0030638.07-2<br>AHTS 1800 TS<br>CE Laborde JR | 16.01.2012 |
| Processo nº 10768.002939/2009-37, nº 10768.000405/2012-71(*)10074.721797/2012-14(*) | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A. | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0049558.09.2<br>2050.0049559.09.2<br>Embarcação Marathon Runner II | (*)<br>11.11.2015 |
| Processos nºs 10768.007063/2009-15, 10768.002327/2011-69 e 10768.001122/2012-47(*) | | | | |
| Processo nº 10768.000288/2012-46 (**) | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.ª | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0052533.09.2<br>2050.0052534.09.2<br>CarlineTide PSV 3000(**) | 12/05/2013<br>(*) |
| Processo nº 10768.007620/2009-06, 10768.001466/2012-56 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0050399.09-2<br>2050.0050401.09-2<br>AHTS 1000-OIL VIBRANT | 06.12.2013 |

| Processo nº 10768.001706/2011-31, Processo nº 10768.003497/2011-61 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0039003.08.2<br>2050.0039005.08.2<br>Embarcação Kehoe Tide | 02/09/2012 |
| Processo nº 10768.001245/2010-16 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0055754.09.2<br>Embarcação Davidson Tide | 01/02/2013 |
| Processo nº 10768.001246/2010-61 Processo nº 10768.001121/2012-01 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0055755.09.2<br>Embarcação Luanda Tide | 28/04/2013 |
| Processo nº 10768.007065/2010-48 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0061914.10.2<br>Embarcação ED KYLE | 10/10/2014 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| Processo nº 10768.000152/2012-36 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0054417.09.2 Afretamento Embarcação AMADON TIDE II 2050.0069629.11.2 Prestação de Serviços | 01/02/2013 |
| Processo nº 10768.007538/2010-15, Processo 10768.002665/2011-09 (*) | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0054416.09.2 e Aditivo nº 01, de 04/10/2010 Embarcação MAJESTIC TIDE | (*) 27/04/2012 |

| Processo nº 10768.002222/2011-18 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo Brasileiro S.A | Todas as áreas em que a PETROBRÁS for concessionária nos termos da Lei nº 9.478/97 | 2050.0052522.09.2 2050.0052523.09.2 Embarcação CABINESS TIDE | 29/02/2012 |

| Processo nº 10768.001905/2011-40 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº do CONTRATO | TERMO FINAL |
| 03.863.340/0001-34 | Petróleo | Todas as áreas em que a | 2050.0031455.07.2 (Serviços) 2050.0031452.07.2 (afretamento da embarcação collins tide) | 15/02/2012 |
| | Brasileiro | PETROBRÁS for concessionária | | |
| | S.A | nos termos da Lei nº 9.478/97 | | |

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 172, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso de sua competência prevista no artigo 7º da Instrução Normativa RFB nº 844, de 9 de maio de 2008, alterada pelas IN RFB nº 1.070, de 13 de setembro de 2010 e IN RFB nº 1.089, de 30 de novembro de 2010, e IN RFB nº 1.284, 23 de julho de 2012, tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 5º da IN RFB nº 844/2008, a empresa FINARGE APOIO MARÍTIMO LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final fixado nos mesmos, atuando por meio dos seus estabelecimentos habilitados, conforme também consignado no anexo, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial em seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação de que se trata poderá ser suspensa ou cancelada, na ocorrência de situações previstas no art. 34 da IN RFB nº 844/2008.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo SRRF07 nº 041, de 26 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2012.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ANEXO

| Processo nº 10768.001003/2009-99 [1]Processo nº 10768.000124/2010-57 [2]Processo nº 10768.003697/2010-32 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº DO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 10.383.827/0001-85 | Petróleo Brasileiro S.A. | BCE-6, BCE-1, BPOT-7, BCE-4, SEAL-30, SEAL-100, SEAL-200, SEAL-400, SEAL-8, BES-2, BES-100, BES-200, BC-5, BC-6, BC-13, BC-20, BC-30, BC-50, BC-60, BC-70, BC-100, BC-200, BC-300, BC-400, BC-500, BC-600, BC-700, BS-400, BS-500 Area RNS-035, Area RNS-093, Area RNS-128, Area RNS-134, Atum, Curimã, Espada, Xeréu, Agulha, Aratum, Caioba, Camorim Dourado, Guaricema, Paru, Salgo, Aguilhada, Caioba, Camorim, Dourado Guaricema, Paru, Salgo, Aguilhada, Angelim, Aruari, Atalaia Sul, Brejo Grande Carmópolis, Castanhal, Furado, Sirizinho Caravela, Merluza, Frade, Espadarte, Marlim Leste, Roncador, Cangoá, Peroá, Pescada, Arabaiana, Coral, Estrela do Mar Tubarão, Albacora, Voador, Badejo, Linguado, Pampo, Trilha, Bijupira, Salema Carapeba, Pargo, Vermelho, Congro, Corvina, Malhado, Bicudo, Bonito, Enchova, Enchova Oeste, Garoupa, Garoupinha, Marlim, Marlim Sul, Moréia, Bagre, Cherne, Namorado, Nordeste de Namorado, Anequim, Parati, Marimba,, Pirauna, Viola, Albacora Leste, Barracuda, Caratinga, Cação, BM-S-3, BM-C-3, BM-C-6, BM-CAL-1, BM-FZA-1, BM-S-10 | 2050.0048004.08.2 2050.0048008.08.2 Embarcação A.H Camogli | 20/01/2013 |
| | | BM-S-11, BM-S-7, BM-S-8, BM-S-9, BM-J-1, BM-CE-1, BM-S-17, BM-S-21 BM-C-2, BM-CAL-5, BM-ES-5, BM-J-3 BM-S-12, BM-BAR-1, BM-S-24, BM-C-16 BM-CAL-6, BM-C-25, BM-POT-11, BM-POT-13, BM-SEAL-9 BM-BAR-4 (BAR-M-355, BAR-M-376, BAR-M-377, BAR-M-378 e BAR-M-399) BM-C-26 (C-M-58, C-M-78 e C-M-98) BM-C-27 (C-M-119, C-M-1230, C-M-121, C-M-122, C-M-145, C-M-146, C-M-95, C-M-96 e C-M-97) BM-C-28 (C-M-231, C-M-265, C-M-298, C-M-299, C-M-332, C-M-333 e C-M-334) BM-FZA-4(FZA-M-183, FZA-M-216, FZA-M-217, FZA-M-251, FZA-M-252, FZA-M-253, FZA-M-254, FZA-M-286, FZA-M-287, FZA-M-288 e FZA-M-320) BM-FZA-5 (FZA-M-321) BM-J-4 (J-M-115, J-M-165, J-M-3, J-M-5 e J-M-63) BM-S-36 (S-M-499, S-M-500, S-M-501, S-M-502, S-M-554, S-M-555, S-M-556, S-M-577, S-M-558 e S-M-612) BM-S-40 (S-M-1288, S-M-1289, S-M-1351, S-M-1410, S-M-1411, S-M-1414, S-M-1472, S-M-1473, S-M-1477, S-M-1533, S-M-1534, S-M-1538, S-M-1593, S-M-1594, S-M-1649, S-M-1650, S-M-1705 e S-M-1706), BM-S-41 (S-M-1352, S-M-1354, S-M-1356, S-M-1358, S-M-1478, S-M-1480 e S-M-1482) BM-S-42 (S-M-239, S-M-324, S-M-415) BM-SEAL-11 (SEAL-M-349) BM-BAR-5 (BAR-M-175) BM-CAL-7 (CAL-M-120 e CAL-M-16) BM-CAL-9 (CAL-M-188) BM-CAL-11 (CAL-M-248) BM-CAL-12 (CAL-M-312 e CAL-M-372) BM-ES-21 (ES-M-414) BM-ES-22 (ES-M-466, ES-M-468, ES-M-523 e ES-M-527), BM-ES-23 (ES-M-525) BM-ES-24 (ES-M-588, ES-M-661 e ES-M-663), BM-ES-25 (ES-M-590) BM-FZA-6 (FZA-M-533, FZA-M-534, FZA-M-569, FZA-M-570, FZA-M-571, FZA-M-605, FZA-M-606, FZA-M-607 e FZA-M-608), BM-J-5 (J-M-59 e J-M-61) BM-PAMA-8 (PAMA-M-135, PAMA-M-192, PAMA-M-194), BM-S-43 (S-M-170) BM-P-2 (P-M-1267, P-M-1269, P-M-1271, P-M-1349, P-M-1351 e P-M-1353) BM-S-44 (S-M-172 e S-M-330) BM-S-45 (S-M-320 e S-M-322) BM-SEAL-10 (SEAL-M-347, SEAL-M-424, SEAL-M-495 e SEAL-M-499) BM-C-34 (C-M-471 e C-M-473) BM-C-35 (C-M-535) BM-C-36 (C-M-401 e C-M-403) BM-ES-26 (ES-M-413) BM-ES-27 (ES-M-411, ES-M436 e ES-M-437), BM-ES-31 (ES-M-592) BM-ES-32 (ES-M-594), BM-POT-16 (POT-M-760 e POT-M-663) BM-POT-17 (POT-M-665, POT-M-853 e POT-M-855), BM-S-49 (S-M-1226) BM-S-46 (S-M-729 e S-M-790) BM-S-50 (S-M-623), BM-S-51 (S-M-619) BM-S-52 (S-M-508), BM-S-53 (S-M-405) | | |

| Processo nº 10768.006797/2010-11 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 10.383.827/0001-85 | Petróleo Brasileiro S.A. | Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009. | 2050.0059279.10.2 Afretamento AH Valletta | 24/08/2014 |
| Processo nº 10768.004006/2010-18 e Processo nº 10768.001814/2012-95 | | | | |
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 10.383.827/0001-85 | Petróleo Brasileiro S.A. | Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009. | 2050.0037303.07.2 Afretamento 2050.0078778.12.2 Serviços AH Porto Santo | 26/10/2013 |

| Processo nº 10768.007475/2010-99 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Nº NO CNPJ | CONTRATANTE | ÁREA DE CONCESSÃO (ANP) | Nº DO CONTRATO | TERMO FINAL |
| 10.383.827/0001-85 | Petróleo Brasileiro S.A. | Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97 e de acordo com o ADE nº 178, de 12 de novembro de 2009. | 2050.0033861.07-2 A.H. Liguria | 26.10.2014 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## 8ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 34, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

Declara Cancelada a Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) devido à multiplicidade de inscrição.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM FRANCA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n. º 203, de 14 de Maio de 2012 e da competência que lhe confere o Art. 31 da IN RFB 1042, de 10 de junho de 2010 e tendo em vista o que consta no processo administrativo n.º 13855.723117/2012-06, declara:

Art. 1º Fica(m) cancelada(s) a(s) inscrição (ões) da pessoa física a seguir identificada, no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com efeitos a partir da data de publicação desse ADE, conforme incisos I e III, do artigo 30 da IN RFB nº 1042/2010, devido à multiplicidade de inscrição para um mesmo contribuinte.

Nome: LUGES APARECIDA PIMENTA
CPF: 081.494.778-61
Motivo: Multiplicidade de Inscrição/Decisão Administrativa.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara nula a inscrição no CPF por ter sido considerada fraudulenta.

A DELEGADA DA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 publicado no DOU de 17 de maio de 2012, com base no disposto nos artigos 32 e 33, ambos da Instrução Normativa-IN RFB nº 1042, de 10 de junho de 2010 e considerando o que consta no processo nº 16041.720032/2012-21, declara:

Art. 1º - NULA, a inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, CPF nº 234.659.498-97, em nome de Ezequiel de Almeida, por ter sido considerada fraudulenta.

MARIA TERESA CAMARGO BARBOSA

## DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 111, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

Co-habilitar pessoa jurídica ao REPENEC, instituído pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.074, de 1º de outubro de 2010 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.725984/2011-31, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica a seguir identificada a CO-HABILITAÇÃO ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.074, de 1º outubro de 2010, e alterações posteriores.

Nome empresarial: ALUSA ENGENHARIA S.A.
Nº Inscrição no CNPJ: 58.580.465/0001-49
Nome do projeto: Refinaria Abreu e Lima - RNEST
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 318, de 19/05/2011, de titularidade da empresa Refinaria Abreu e Lima S.A., CNPJ: 09.474.270/0001-09
Setor: Refino de Petróleo
Nº matrícula Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.201.79.367/70
Prazo estimado para execução da obra: 09/2013

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 113, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede à pessoa jurídica titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia habilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere os artigos 222 e 298, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587/2010, publicada no Diário Oficial da União de 21/12/2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007 (e alterações) e o constante do processo administrativo nº 18186.726339/2012-16, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, de que trata o art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e alterações posteriores.

Nome empresarial: CAMPO DOS VENTOS V ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Nº Inscrição no CNPJ: 10.797.888/0001-88
Nome do projeto: EOL CAMPO DOS VENTOS V
Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria MME nº 421, de 11 de julho de 2012
Setor de infra-estrutura favorecido: Energia
Nº matrícula Cadastro Específico do INSS (CEI): 51.215.84130/70
Prazo estimado da obra: 08/2010 a 07/2014

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

RICARDO MANOEL GARCIA PEREIRA DIAS

## 9ª REGIÃO FISCAL
## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
## SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 337, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede, à pessoa jurídica diretamente contratada por titular de projeto aprovado para implantação de obras de infra-estrutura no setor de energia, coabilitação para aderir ao REIDI, instituído pela Lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007, alterada pelas Leis nº 11.727/2008, 11.933/2009 e 12.249/2010.

O CHEFE DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO E ANALISE TRIBUTÁRIA (SEORT) DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DRF/CTA Nº 104 de 15 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no artigo 16 do Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007, e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº10980. 728300/2012-66, resolve:

Art.1°- Coabilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U de 27 de julho de 2007, com suas alterações posteriores. nos exatos termos da Portaria nº 978, de 16 de dezembro de 2010, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U de 17 de dezembro de 2010.

| |
|---|
| EMPRESA: STK SISTEMAS DO BRASIL LTDA |
| CNPJ: 10.842.207/0001-67 |
| CEI: 51.216.80554/75 |
| PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA: 8 meses |
| NOME DO PROJETO: EOL RENASCENÇA V, localizada no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, de titularidade da empresa RENASCENÇA V ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A, CNPJ 10.797.904/0001-43, habilitada ao REIDI pelo Ato Declaratório Executivo da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba nº 95, de 02 de Junho de 2011, publicada no DOU de 07 de junho de 2011. |
| NUMERO DA PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO: Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/2010- ANEEL, publicado no DOU de 05 de novembro de 2010, conforme consta no Anexo I da Portaria MME nº 978, de 16 de dezembro de 2010. |
| SETOR DE INFRAESTRUTURA: Energia Eólica |

Art.2° - Nos casos de aquisição com suspensão do PIS e da COFINS, a pessoa jurídica vendedora ou prestadora de serviços deve fazer constar na nota fiscal, conforme determina o art. 11 do Decreto nº 6.144, de 2007:

1) O número da portaria ministerial que aprovou o projeto;

2) O número do ato declaratório que concedeu a coabilitação ao REIDI à empresa adquirente; e,conforme o caso, a expressão:

a) "Venda de bens com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I"; ou,

b) "Venda de serviços com suspensão do PIS/Pasep e da COFINS - Decreto nº 6.144, de 03/07/2007, art. 2º, inciso I".

Art.3° - O cancelamento da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto implica no cancelamento automático da presente coabilitação.

Art. 4º - Concluída a participação da coabilitada no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da presente coabilitação no prazo de trinta dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, conforme art. 9º, do Decreto nº 6.144, de 2007.

Art. 5° - A presente coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 202, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso IX, combinado com o Artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de dezembro de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 57, da Instrução Normativa SRF nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, publicada no DOU de 09 de fevereiro de 2005 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido do contribuinte FLAMARIMPEX REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, CNPJ nº 09.543.616/0001-83, portador do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº. 09201/052, situado à Rua Francisco Severo Pizetti, nº 101, Sala 2, Bairro Vila Francesa, CEP 88.817-380, Criciúma/SC, formulado nos autos do processo 11516.0000832/2011-01, declara:

Art. 1º - Autorizado o fornecimento de 9.600 (nove mil e seiscentos) selos de controle, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, Código 9822-13, Tipo vinho importação amarelo, para os produtos e quantidades abaixo identificados, a saber:

| MARCA COMERCIAL | QUANTIDADE CAIXAS | QUANTIDADE UNIDADES | CARACTERÍSTICA DO PRODUTO |
|---|---|---|---|
| HORNERO | 700 | 4.200 | Vinho tinto uruguaio, composto de uva Cabernet Sauvignon, safra 2011, com graduação alcoólica de 12º GL, em caixas com 06 garrafas de 750 ml cada. |
| HORNERO | 200 | 1.200 | Vinho tinto uruguaio, composto de uva Merlot, safra 2011, com graduação alcoólica de 12º GL, em caixas com 06 garrafas de 750 ml cada. |
| HORNERO | 600 | 3.600 | Vinho tinto uruguaio, composto de uva Tannat, safra 2011, com graduação alcoólica de 12º GL, em caixas com 06 garrafas de 750 ml cada. |

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 204, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, e no artigo 236, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, de acordo com o § 1º do artigo 14 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 03, de 2004, na Av. Rio Branco, 919 - Centro - Florianópolis -SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA SAVI DE FIGUEIREDO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).

Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

| |
|---|
| 00.388.741/0001-91 |
| 81.777.674/0001-07 |
| 86.448.065/0001-10 |

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 205, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Excepcional (Paex), de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

A CHEFE SUBSTITUTA DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, nos arts. 6º a 13 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 1, de 3 de janeiro de 2007 e no artigo 236, inciso II, do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23/12/2010, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Excepcional (Paex) de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 303, de 2006, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de dois meses consecutivos ou alternados sem recolhimento das parcelas do Paex ou com recolhimento parcial.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paex.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Florianópolis, na Av. Rio Branco, 919 - Centro - Florianópolis - SC.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paex será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA SAVI DE FIGUEIREDO

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paex).

Duas parcelas consecutivas ou alternadas sem recolhimento ou com recolhimento parcial.

Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas

| | | |
|---|---|---|
| 03.314.748/0001-57 | 77.885.325/0001-23 | 80.469.026/0001-12 |

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 23 DE OUTUBRO DE 2012

Declara a nulidade do ato cadastral de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), por vício no ato cadastral.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 10980.011797/2008-01, declara:

Art. 1º A nulidade do ato cadastral da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da empresa GLOBAL TRADE DO BRASIL COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 07.892.775/0001-68, por vício no ato cadastral, conforme disposto no inciso II do art. 33 da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, com data retroativa ao termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

Art. 2º O presente Ato entrará em vigor na data de sua publicação.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 88, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Declara a inaptidão de pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresa não localizada.

O DELEGADO-SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e nos termos do art. 81, § 5º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com as alterações pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 39, inciso I, e seu parágrafo 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011 e considerando a representação formalizada no processo administrativo nº 10920.722949/2011-05, declara:

Art. 1º A inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica Colima Comércio e Indústria de Equipamentos Ltda. ME. sob o nº 04.951.292/0001-07, por terem se mostrado improfícuas duas tentativas de ciência por via postal, conforme disposto no art. 39, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183 de 19 de agosto de 2011, com data retroativa a 06 de agosto de 2012.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCONDES WITT

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA

### PORTARIA Nº 54, DE 20 DE AGOSTO DE 2012

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM LONDRINA -PR, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e, tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei n.º 200, de 25/02/67, regulamentado pelo Decreto n.º 83.937, de 06/09/79, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º. - Delegar competência aos Chefes de Seção; Chefe do CAC; Agentes e aos respectivos substitutos imediatos; para, sem prejuízo de suas atribuições regimentais, receber, emitir e despachar documentos, solicitações, intimações, informações, ofícios e processos a servidores, a contribuintes, a órgãos do poder público e às instâncias do poder judiciário.

Parágrafo único - A delegação de que trata esse artigo aplica-se ao Assistente da DRF, aos chefes das Equipes de Arrecadação e Cobrança - EAC da Sacat e Saort, bem como aos supervisores da Equipe de Gestão de Pessoas - EQPES e da Equipe de Acompanhamento Diferenciado - EQAD.

Art. 2º. - Delegar competência aos Chefes da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT; da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT; da Seção de Fiscalização - SAFIS e da Seção de Administração Aduaneira - SAANA e aos respectivos substitutos imediatos para, nos processos, procedimentos e atividades afetos à respectiva seção:

I - decidir sobre a revisão de ofício, a pedido do contribuinte ou no interesse da administração, inclusive quanto aos créditos tributários lançados, inscritos ou não em Dívida Ativa da União;

II - decidir sobre a inclusão e exclusão de contribuintes em regimes de tributação diferenciados;

III - declarar inidôneo para assinar peças ou documentos, contábeis ou não, sujeitos à apreciação da RFB, o profissional que incorrer em fraude de escrituração ou falsidade de documentos;

IV - decidir acerca do seguimento de impugnação, manifestação de inconformidade e recurso voluntário, de acordo com os requisitos legais exigidos;

V - decidir sobre arquivamento e desarquivamento de processos administrativos e sobre retificação, cancelamento ou reativação de declarações dos sujeitos passivos tributários;

VI - instaurar e decidir sobre procedimentos de arrolamento de bens e direitos e representar para fins de sua averbação ou cancelamento junto aos órgãos responsáveis pelos registros públicos.

Parágrafo único - A delegação de que trata os incisos I e VI do presente artigo aplica-se ao chefe da Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC da Sacat.

Art. 3º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Controle e Acompanhamento Tributário - SACAT e ao seu substituto imediato e ao chefe da Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC da Sacat, para a prática dos seguintes atos:

I - autorizar o levantamento de depósitos administrativos;

II - decidir sobre a inscrição, alteração, exclusão, cancelamento e anulação de inscrição, bem como sobre a suspensão, inaptidão e regularização de cadastro de contribuintes da Receita Federal do Brasil;

III - expedir, quando requisitadas pelo poder judiciário, certidões e prestar informações relacionadas à situação fiscal de contribuinte;

IV - decidir pelo arquivamento de processo de representação fiscal para fins penais, na hipótese de extinção do crédito e outras situações, na sua área de competência;

V - decidir sobre extinção do crédito tributário em obediência à Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, publicado no DJE nº 112/2008, p. 1, em 20/06/2008 e DO de 20/06/2008, p.1, e na forma do artigo 14 da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, e artigo 14 da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância com legislação de regência;

VI - decidir sobre deferimento, ajustes, inclusão e exclusão de parcelamento de débitos, ordinário ou especial.

Art. 4º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Orientação e Análise Tributária - SAORT e ao seu substituto imediato e ao Chefe de Equipe de Arrecadação e Cobrança - EAC da SAORT, para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre pedidos administrativos de restituição e ressarcimento de tributos e contribuições, inclusive sobre pedidos de restituição e reembolso das contribuições previdenciárias e as destinadas a outras entidades e fundo de que tratam os artigos 2º e 3º da Lei 11.457, de 16 de março de 2007;

II - decidir sobre pedidos administrativos de imunidade, suspensão, isenção e redução de tributos e contribuições, e declarações de compensação tributária;

III - prestar as informações acerca do domicílio ou residência no Brasil "Atestado da Autoridade Fiscal Brasileira", quando solicitadas por interessado com domicílio fiscal na circunscrição da DRF/LON;

IV - receber representação acerca de fatos que determinem declaração de inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), intimar a pessoa jurídica a regularizar sua situação ou apresentar contra-razões e decidir sobre a matéria;

V - apreciar pleitos de contribuintes sobre matéria tributária;

VI - decidir pelo arquivamento dos autos de processo de representação fiscal para fins penais na hipótese de extinção do crédito e outras situações, na sua área de competência;

VII - decidir sobre as demais formas de extinção do crédito tributário previstas no artigo 156 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966;

VIII - apreciar pedidos de habilitação de crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Art. 5º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Fiscalização - SAFIS e ao seu substituto eventual para a prática dos seguintes atos:

I - decidir sobre pedido de Registro Especial para o Papel Imune, nos termos da legislação vigente;

II - decidir sobre extinção do crédito tributário em obediência à Súmula Vinculante nº 8, do Supremo Tribunal Federal, publicado no DJE nº 112/2008, p.1, em 20/06/2008 e DO de 20/06/2008, p.1, e na forma do artigo 14 da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008, em consonância com legislação de regência;

III - decidir sobre processos de impugnação em notificações de lançamentos efetuadas em decorrência de revisão de Declarações de Ajuste Anual de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.

Art. 6º - Delegar competência aos servidores da Seção de Administração Aduaneira - SAANA responsáveis por procedimento de habilitação de importadores e/ou exportadores no Siscomex, para decidir sobre a conveniência de substituir os indeferimentos de que tratam os arts. 4º, 11, 14 e 16 da Instrução Normativa nº 650, de 12 de maio de 2006, por intimações para regularização de pendências.

Art. 7º - Delegar competência ao Chefe da Equipe de Repressão Aduaneira - ERA e ao seu substituto eventual, para planejar e definir as ações de Repressão Aduaneira e emitir e autorizar as respectivas OVR - Ordem de Repressão Aduaneira - nos termos das normas vigentes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 8º - Delegar competência aos Agentes das Agências jurisdicionadas e aos seus respectivos substitutos eventuais, para decidir sobre pedidos de revisão de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, nos casos de pagamento ou parcelamento do débito antes da inscrição.

Art. 9º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Tecnologia e Sistemas de Informação - SATEC e ao seu substituto eventual, para decidir sobre cancelamento de declarações de imposto de renda da pessoa física, quando a DIRPF estiver retida em Malha Ditec ou ainda aguardando processamento, na hipótese de não serem reconhecidas como idôneas ou de autoria não confirmada, nos termos das normas vigentes.

Art. 10 - Delegar competência ao Chefe da Seção de Programação e Logística - SAPOL e ao seu substituto eventual, para a prática dos seguintes atos:

I - requisitar passagens em favor de servidores desta Delegacia e das unidades subordinadas quando deslocados em objeto de serviço;

II - reconhecer situação de dispensa de licitação, observando-se os limites legais, e celebrar os respectivos contratos;

III - efetuar controle de bens móveis da Delegacia e Agências jurisdicionadas, podendo receber e remanejar estes bens no interesse da administração;

IV - requisitar combustível para o deslocamento dos veículos oficiais a serviço da Delegacia, bem como autorizar sua movimentação em serviço;

V - declarar perdida, em favor da Fazenda Pública Federal, as mercadorias estrangeiras objetos de Auto de Infração e Termo de Guarda quando caracterizada a revelia ou abandono;

VI - assinar, em conjunto com o Ordenador de Despesas, os documentos orçamentários e financeiros referentes aos Recursos Ordinários, bem como aos de fundo Especial de Desenvolvimento de Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF.

Art. 11 - Delegar competência ao Supervisor da Equipe de Gestão de Pessoas da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Londrina - EQPES, constituída nos termos da portaria nº 25, de 19 de março de 2010, para:

I - proferir despacho saneador em processos da área de gestão de pessoas;

II - expedir declaração para fins de prova junto a órgãos públicos e/ou privados, quanto ao exercício de servidores;

III - comunicar a freqüência de funcionários de outros órgãos, em exercício nesta Delegacia;

IV - assinar notificação de férias de servidores;

V - receber, emitir, assinar e despachar documentos, relatórios e informações relativamente à gestão de pessoas, de competência da DRF Londrina.

Art. 12 - Delegar competência ao Delegado Adjunto da Receita Federal do Brasil em Londrina para praticar os atos previstos nos incisos I ao XIII do artigo 302, no artigo 307 e nos incisos I a VII do artigo 314, todos do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012.

Art. 13 - Ficam convalidados os atos que, nos termos e limites definidos nos artigos anteriores, tenham sido praticados anteriormente às delegações de competência instituídas neste ato.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias DRF/LON nº: 133, de 02 de julho de 2007; 143, de 11 de julho de 2007; 17, de 07 de fevereiro de 2008; 53, de 07 de abril de 2008; 57, de 18 de abril de 2008; 95, de 10 de julho de 2008; 101, de 28 de julho de 2008; 136, de 22 de outubro de 2008; 6, de 20 de janeiro de 2009; 7, de 20 de janeiro de 2009; 8, de 20 de janeiro de 2009; 17, de 20 de fevereiro de 2009; 25, de 11 de março de 2009; 34, de 20 de março de 2009; 45, de 5 de maio de 2009; 104, de 13 de setembro de 2009; 26, de 19 de março de 2010; 29, de 6 de abril de 2010; 38, de 23 de abril de 2010; 43, de 17 de maio de 2010; 88, de 9 de julho de 2010 e 118, de 8 de novembro de 2010.

Art. 15 - Em todos os atos praticados em função das competências ora delegadas deverão ser mencionados, após a assinatura, o número e data da presente Portaria.

LUIZ FERNANDO DA SILVA COSTA

## INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
## SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012

O CHEFE DO SERVIÇO DE DESPACHO ADUANEIRO DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência conferida pelo artigo 5° da Instrução Normativa RFB nº 747, de 14 de junho de 2.007 e pelos poderes delegados pela Portaria IRF/CTA nº 102, de 27 de julho de 2012, e considerando o que consta do processo nº 15165.723415/2012-91, resolve:

Art. 1º Habilitar, a título precário, a empresa BRANDL DO BRASIL LTDA., estabelecida na Estrada Vereador Júlio Ferreira Filho, 299, Campina Grande do Sul - Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 02.375.902/0001-38, a utilizar o procedimento simplificado de concessão e de controle do regime aduaneiro especial de admissão temporária, previsto na IN RFB nº 747, de 14 de junho de 2.007, no despacho aduaneiro de embalagens de plástico retornáveis, NCM 3923.10.90, conforme descrição abaixo:

| Produto/Código | Dimensões (LxCxA) cm | Peso (Kg) |
|---|---|---|
| Caixa Plástica sem tampa/KLT 6428 | 40x60x28 | 4,385 |
| Caixa Plástica com tampa/GM ARGENTINA | 100x120x86 | 67,00 |

Art. 2º Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALBERTO HIROSHI YAMAMOTO

## 10ª REGIÃO FISCAL

## DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 252, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/289.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/289, como engarrafador de bebidas no processo 13016.0000538/2010-77, o estabelecimento da empresa Domno do Brasil Indústria e Comércio de Bebidas Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 09.276.690/0001-80, situado na Rodovia RST 470, s/n, km 224, no município de Garibaldi - RS.

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | . Nero | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon | . Nero | 2204.21.00 | não retornável | 187 ml |
| Vinho Tinto Meio Seco Fino Cabernet Sauvignon | . Nero | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | . Nero | 2204.10.10 | não retornável | 187 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | . Nero | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | . Nero | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | . Nero | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | . Nero | 2204.10.90 | não retornável | 187 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | . Nero | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Dom Elizário | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Dom Elizário | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Hórus | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | Hórus | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec | Hórus | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Hórus | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Alto Vale | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Seco | Alto Vale | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec | Alto Vale | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinhos engarrafados sob encomenda por Casa Valduga Vinhos Finos Ltda, CNPJ 87.848.180/0001-44 | | | | |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Alto Vale | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Alto Vale | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino Cabernet Sauvignon | Alto Vale | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Vinho Branco Seco Malvasia | Alto Vale | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Torcello Ltda, CNPJ 06.533.380/0001-06 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Torcello | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Torcello | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Máximo Boschi Ltda, CNPJ 05.112.169/0001-57 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Máximo Boschi | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Máximo Boschi | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Cave de Pedra Ltda, CNPJ 03.041.631/0001-47 | | | | |
| Vinho Moscatel Espumante | Cave de Pedra | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Indústria Vinícola São Luiz Ltda, CNPJ 90.084.609/0001-89 | | | | |
| Vinho Moscatel Espumante | Dom Naneto | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Varanda | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vallontano Vinhos Nobres Ltda, CNPJ 03.256.279/0001-67 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Vallontano | 2204.10.10 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Vallontano | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | Vallontano | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Vallontano | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Barcarola Ltda, CNPJ 06.882.108/0001-31 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Barcarola | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Barcarola | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Almaúnica Ltda, CNPJ 10.312.319/0001-06 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Almaúnica | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Almaúnica | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Casa Vinícola Pessin Ltda, CNPJ 06.289.374/0001-55 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Casa Pessin | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Casa Pessin | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Luiz Argenta Vinhos Finos Ltda, CNPJ 06.936.036/0001-68 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Luiz Argenta | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Luiz Argenta | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produto produzido e engarrafado sob encomenda para Vinícola Carlesso Ltda, CNPJ 07.760.601/0001-41 | | | | |
| Vinho Espumante Moscatel | Carlesso | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produto produzido e engarrafado sob encomenda para Vinícola Don Miguel Ltda, CNPJ 04.938.830/0001-15 | | | | |
| Vinho Espumante Moscatel | Don Miguel | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Gazzaro, CNPJ 74.102.500/0001-70 | | | | |
| Vinho Espumante Moscatel | Aldegheri | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Bepe | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Cave D'Marc | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Di Verita | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Gazzaro | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Gazzaro | 2204.10.90 | não retornável | 187 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Girola | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Yone | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Santa Felicidade | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Quinta do Olivardo | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Espumante Moscatel | Quinta Moraes | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 212, de 03 de outubro de 2012, publicado no DOU nº 194, de 05 de outubro de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

### ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 253, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/224.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/224, como engarrafador de bebidas no processo 13016.000435/2010-15, o estabelecimento da empresa Vinhos Don Laurindo Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 93.226.025/0001-99, situado na Linha Garibaldina, s/n, Segundo Distrito, no município de Garibaldi - RS,

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Tinto Licoroso Doce | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 500 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Don Laurindo | 22.04.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Ancellotta | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Assemblage | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Tinto Seco Fino Malbec | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Estilo | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Malvasia | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Malvasia | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Don Laurindo | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut * | Don Laurindo | 22.04.10.10 | não retornável | 750 ml |

* Produto produzido e engarrafado sob encomenda por Vinícola Geisse Ltda, CNPJ 89.831.788/0001-91.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 43, de 13 de março de 2012, publicado no DOU nº 52, de 15 de março de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 254, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/328.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/328, como engarrafador de bebidas no processo 13016.000455/2010-88, o estabelecimento da empresa Vinícola Battistello Ltda - ME, inscrito no CNPJ sob o n° 07.102.137/0001-04, situado na Est. Linha Baú, 3199, Garibaldina, no município de Garibaldi - RS,

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Ricieri De Bacco | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo | Ricieri De Bacco | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc | Ricieri De Bacco | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Ricieri De Bacco | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Ricieri De Bacco | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Rota Cataratas | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Rota Cataratas | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Rota Cataratas | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Branco Seco Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Seco Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Moscato Giallo | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Rosado Meio Seco Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Rosado Meio Seco Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Seco Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Rosado Seco Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Demi-Sec Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 5.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Battistello | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Battistello | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chrdonnay | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chrdonnay | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chrdonnay | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Suave Fino | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Suave Fino | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Casa Sartor | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Casa Sartor | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| *Vinho Branco Espumante Natural Brut | Battistello | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| *Vinho Espumante Moscatel | Battistello | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |

*Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda por Courmayer do Brasil, CNPJ 88.999.230/0001-57.

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 117, de 29 de maio de 2012, publicado no DOU nº 104, de 30 de maio de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 255, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/344.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/344, como engarrafador de bebidas no processo 13016.000585/2010-11, o estabelecimento da empresa Vinícola Geisse Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 89.831.788/0001-91, situado na Linha Jansen, s/n, Pinto Bandeira, no município de Bento Gonçalves - RS,

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Branco Seco Fino Ghardonnay | Amadeu | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Amadeu | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Amadeu | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Amadeu | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Amadeu | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Amadeu | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Amadeu | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | Amadeu | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Blanc de Blanc Cave Geisse | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Blanc de Noir Cave Geisse | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Cave Amadeu | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | Cave Amadeu | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Cave Geisse | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | Cave Geisse | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | Cave Geisse | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | Cave Geisse Terroir | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Pinot Noir | Vinhedos Hood | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Produtos finalizados e engarrafados sob encomenda para Vinícola Monte Lemos Ltda, CNPJ 88.836.689/0001-30 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut (RS 07788 00013-4) | Dal Pizzol | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Gewurztraminer | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Ancellota | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Gammay Beaujolais | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Pinot Noir | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Touriga Nacional | Dal Pizzol | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Seco Fino | Do Lugar | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Franc | Do Lugar | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet/Merlot | Do Lugar | 2204.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet/Merlot | Do Lugar | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet/Merlot | Do Lugar | 2204.29.11 | não retornável | 3.000 ml |
| Produto produzido e engarrafado sob encomenda para Dunamis Vinhos e Vinhedos Ltda, CNPJ 04.847.758/0001-10 | | | | |
| Vinho Branco Seco Fino | Dunamis Ser | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Vinícola Campos de Cima Ltda, CNPJ 07.111.094/0001-15 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Campos de Cima | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | Campos de Cima | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Produto produzido e engarrafado sob encomenda para Vinhos Don Laurindo, CNPJ 93.226.025/0001-99 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Don Laurindo | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Produto produzido e engarrafado sob encomenda para Hermann Vinhos e Vinhas Ltda, CNPJ 11.683.999/0001-37 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Lírica | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Produtos finalizados e engarrafados sob encomenda para Vinícola Perini, CNPJ 91.319.392/0001-01 | | | | |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Perini | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Extra Brut | Perini | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Produtos produzidos e engarrafados sob encomenda para Viti Vinícola Cereser Ltda, CNPJ 50.930.072/0001-06 | | | | |
| Vinho Branco Seco Fino Chadonnay | Massimiliano Cereser | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Massimiliano | 2204.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Massimiliano | 2204.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Produtos finalizados e engarrafados sob encomenda por Cooperativa Vinícola Garibaldi, CNPJ 90.049.156/0001-50 para Vinícola Geisse | | | | |
| Vinho Moscatel Espumante | Amadeu | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Cave Amadeu | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Moscatel Espumante | Massimiliano | 2204.10.90 | não retornável | 750 ml |

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 158, de 18 de julho de 2012, publicado no DOU nº 140, de 20 de julho de 2012.

LUIZ WESCHENFELDER

## ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 256, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Atualiza relação de produtos constantes do Registro Especial de engarrafador nº 10106/251.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SRF n° 504, de 03 de fevereiro de 2005, declara:

Art. 1º. Está inscrito no Registro Especial nº 10106/251, como engarrafador de bebidas no processo 13016.000320/2010-12, o estabelecimento da empresa Vinícola Pizzato Ltda, inscrito no CNPJ sob o n° 94.080.066/0001-82, situado na Linha Leopoldina, s/n, Oitavo Distrito, no município de Bento Gonçalves - RS,

Art. 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a engarrafar os produtos abaixo discriminados:

| Produto | Marca Comercial | Classificação Fiscal | Tipo do Recipiente | Capacidade do Recipiente |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Merlot | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Vinho Tinto Seco Fino | Pizzato Egiodola | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Alicante Bouschet | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Seco Fino Chardonnay | Pizzato | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Fausto de Pizzato Cabernet Sauvignon | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Fausto de Pizzato Cabernet Sauvignon | 22.04.21.00 | não retornável | 375 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Cabernet Sauvignon | Fausto de Pizzato Cabernet Sauvignon | 22.04.21.00 | não retornável | 187 ml |
| Vinho tinto Seco Fino Merlot | Fausto de Pizzato Merlot | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Seco Fino Merlot | Pizzato Fausto Rose | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Seco Fino Merlot | Pizzato DNA 99 Single Vineyard | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Tinto Seco Fino Tannat | Pizzato Fausto | 22.04.21.00 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Pizzato Fausto | 22.04.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Demi-Sec | Pizzato Fausto | 22.04.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Rosado Espumante Natural Brut | Pizzato Brut Rose | 22.04.10.10 | não retornável | 750 ml |
| Vinho Branco Espumante Natural Brut | Pizzato | 22.04.10.10 | não retornável | 750 ml |

Art. 3º. Fica revogado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo DRF/CXL nº 252, de 16 de novembro de 2011, publicado no DOU nº 221, de 18 de novembro de 2011.

LUIZ WESCHENFELDER

## SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

### PORTARIA Nº 5.020, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 12 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.003218/2011-92, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro da PLATINUM UNDERWRITERS REINSURANCE INC. sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Maryland, Estados Unidos da América, como ressegurador eventual, concedido pela Portaria Susep/Dirat nº 14, de 30 de setembro de 2010, com fulcro no artigo 12 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANO PORTAL SANTANNA

### PORTARIA Nº 5.021, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso de sua atribuição prevista no artigo 37 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e, considerando o disposto no parágrafo único do artigo 3º, inciso III do artigo 4º e artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 10 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e o que consta do Processo Susep nº 15414.003536/2011-53, resolve:

Art. 1º Cancelar o cadastro da GLACIER REINSURANCE AG, sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Suíça, cadastrada pela Portaria Susep/Dirat nº 11, de 2 de agosto de 2010, como ressegurador eventual.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUCIANO PORTAL SANTANNA

### RETIFICAÇÃO

Os grupos VI - Pessoas Coletivo e X - Pessoas Individual foram suprimidos do artigo 1º da Portaria Susep nº 4.538, de 04 de abril de 2012, publicada no DOU de 10 de abril de 2012, seção 1, página 36.

# Ministério da Integração Nacional

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 698, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de PAULISTAS / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de PAULISTAS / MG, no valor de R$ 4.285.248,60 (quatro milhões e duzentos e oitenta e cinco mil e duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000283/2012-99.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

### PORTARIA Nº 699, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de RIO BANANAL / ES.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de RIO BANANAL / ES, no valor de R$ 1.531.576,81 (um milhão e quinhentos e trinta e um mil e quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000259/2012-50.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

### PORTARIA Nº 700, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de IBIRITÉ / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de IBIRITÉ / MG, no valor de R$ 1.818.827,00 (um milhão e oitocentos e dezoito mil e oitocentos e vinte e sete reais), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000306/2012-65.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

### PORTARIA Nº 701, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de IRATI / PR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de IRATI / PR, no valor de R$ 468.411,53 (quatrocentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e onze reais e cinquenta e três centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.001188/2011-21.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

### PORTARIA Nº 702, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de UBÁ / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de UBÁ / MG, no valor de R$ 4.096.600,83 (quatro milhões e noventa e seis mil e seiscentos reais e oitenta e três centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000065/2012-54.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 703, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de TURVO / SC.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de TURVO / SC, no valor de R$ 212.438,22 (duzentos e doze mil e quatrocentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000100/2011-54.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 704, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no ESTADO DO AMAZONAS.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao ESTADO DO AMAZONAS, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000340/2012-30.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.1029.22BO.0105; Natureza de Despesa: 4.4.30.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 705, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de PARÁ DE MINAS / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de PARÁ DE MINAS / MG, no valor de R$ 3.315.837,22 (três milhões e trezentos e quinze mil e oitocentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000050/2012-96.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 03 (três) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 706, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de ENGENHEIRO CALDAS / MG.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e repasse de recursos ao Município de ENGENHEIRO CALDAS / MG, no valor de R$ 1.049.650,28 (um milhão e quarenta e nove mil e seiscentos e cinquenta reais e vinte e oito centavos), para a execução de obras de recuperação e reconstrução, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000358/2012-31.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0103; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área competente. Conforme cronograma de desembolso a liberação será realizada em 02 (duas) parcelas. A liberação do restante do recurso fica condicionada a apresentação e aprovação da prestação de contas parcial.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário oficial da União - DOU.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 713, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Prorroga até 31 de dezembro de 2013 o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, referente às opções dos exercícios de 1999 a 2011, anos-calendário de 1998 a 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no § 13 do art. 9º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, e no art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 31 de dezembro de 2013 o prazo para a aplicação dos recursos de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, para os casos em que a aplicação dos recursos estiver pendente de julgamento de Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC's referentes às opções dos exercícios de 1999 a 2011, anos- calendário de 1998 a 2010.

Art. 2º Cancelar, para fins de aplicação na modalidade prevista no art. 9º da Lei no 8.167, de 1991, os recursos que não se enquadrarem ou não puderem ser absorvidos no prazo de que trata o artigo anterior, por falta de habilitação das respectivas empresas beneficiárias.

Parágrafo único. Verificada a hipótese deste artigo, os bancos operadores dos Fundos de Investimentos Regionais ficam autorizados a emitir as correspondentes quotas em favor das respectivas pessoas jurídicas optantes.

Art. 3º Fica revogada a Portaria de nº 867, de 20 de dezembro de 2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRRA DE SOUZA COELHO

**PORTARIA Nº 714, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e o inciso XIII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º. Tornar pública a lista de empreendimentos selecionados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento, subprograma PAC-Prevenção/Seca, aptos a terem Termo de Compromisso firmado com a União.

Parágrafo único. Os empreendimentos selecionados estão relacionados na forma do Anexo A, que substitui o Anexo A da Portaria 600, de 7 de novembro de 2012.

Art. 2º. A formalização do atendimento das iniciativas selecionadas se dará por meio de assinatura de termo de compromisso, conforme estabelecido na Lei n° 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. A operacionalização dos empreendimentos constantes do Anexo A será realizada pela Caixa Econômica que atuará na qualidade de mandatária da União para execução e supervisão, nos termos do art. 107 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Art. 3º O repasse dos valores está dispensado da apresentação de contrapartida.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO A

Empreendimentos Aptos

| | #UF | ORGÃO | Nome do Empreendimento |
|---|---|---|---|
| 1 | AL | MI | Sistema Adutor da Bacia Leiteira - Linha Tronco e Municípios |
| 2 | AL | MI | Sistema Adutor para Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Povoados de Igaci |
| 3 | AL | MI | Sistema Adutor de Olho D´Água do Casado e Povoado de Piau |
| 4 | BA | MI | SIAA Campo Alegre de Lourdes e outras localidades |
| 5 | BA | MI | Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Cotegipe no Estado da Bahia |
| 6 | CE | MI | Barragem Germinal |
| 7 | CE | MI | Implantação de Ações de Abastecimento de água humana e Animal de 10 Comunidades ao longo do Trecho 1, 2 e 3 do Eixão |
| 8 | CE | MI | Adutora de Alto Santo |
| 9 | CE | MI | Hidrolândia / Irajá - Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com 10,8km de extensão |
| 10 | MG | MI | Complementação Barragem - Mato Verde |
| 11 | PB | MI | Sistema Adutor Boqueirão |
| 12 | PB | MI | Sistema Adutor Camalaú |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | |
|---|---|---|---|
| 13 | PB | MI | Sistema Adutor Natuba |
| 14 | PB | MI | Sistema Adutor do Congo - III Etapa |
| 15 | PB | MI | Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Retiro no Estado da Paraíba |
| 16 | PB | MI | Implantação da Barragem Pitombeiras no Estado da Paraíba |
| 17 | PB | MI | Implantação da Adutora Aroeiras no Estado da Paraíba |
| 18 | PE | MI | Ampliação da Oferta de Água a partir do Sistema Adutor do Oeste (Trecho Orocó-Ouricuri) |
| 19 | PE | MI | Implantação de Adutora a partir de Tabocas para ETA Poço Fundo 1 (Santa Cruz) |
| 20 | PE | MI | Ampliação do SAA de Águas Belas a partir de Poços em Tupanatinga |
| 21 | PE | MI | Ampliação do SAA de Santa Maria da Boa Vista a partir do Sistema Redenção |
| 22 | PE | MI | Implantação do SAA de Santa Cruz da Baixa Verde |
| 23 | PE | MI | Substituição de Trecho da Adutora de Amaraji |
| 24 | PE | MI | Reforço de Produção para o Sistema Integrado Itaíba-Tupantatinga |
| 25 | PE | MI | Implantação de uma Nova Captação para o Sistema Cabrobó |
| 26 | PE | MI | Implantação de Adutora a partir da Barragem de Inhumas |
| 27 | PE | MI | Ampliação do SAA de Ouricuri |
| 28 | PE | MI | Ampliação a Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques |
| 29 | PI | MI | Sistema Adutor Bocaina/Piaus II |
| 30 | PI | MI | Variante do 1ª Trecho da Adutora do Garincho |
| 31 | PI | MI | Barragem e Adutora dos Milagres |
| 32 | PI | MI | Adutora Padre Lira |
| 33 | RN | MI | Sistema Adutor Umari-Campo Grande |
| 34 | RN | MI | Ampliação do Sistema Adutor Integrado Pendências, Macau, Guamaré e Baixa do Meio |
| 35 | RN | MI | Implantação da Sub-adutora do SAA Governador Dix-Sept Rosado no Estado do Rio Grande do Norte |
| 36 | RN | MI | Implantação de Sistemas de Abastecimento de Comunidades da Barragem Santa Cruz no Estado do Rio Grande do Norte |
| 37 | RN | MI | Implantação da Barragem Umarizeira no Estado do Rio Grande do Norte |
| 38 | SE | MI | Sistema Integrado Tomar do Geru |
| 39 | SE | MI | Ampliação do Sistema Integrado Alto Sertão |
| 40 | SE | MI | Ampliação do Sistema Integrado Sertaneja |

**DESPACHOS DO MINISTRO**
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 40 - Processo nº 59001.000348/2005-52. INTERESSADOS: GAISA - GALLETTI AGROINDUSTRIAL S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 06.272.611/0001-75 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99.

DECISÃO: Conheço do recurso administrativo (fls. 459 a 462), mas nego-lhe provimento, ex vi do Despacho nº 733, de 28 de agosto de 2012 (fls. 475 a 482), do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP e do Parecer Conjur/MI nº 1054 (fls. 485 a 486). Restitua-se ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

Nº 41 - Processo nº 59430.002783/2000-57. INTERESSADOS: COMPANHIA AGROPECUÁRIA DO ARAME S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n° 08.982.878/0001-81 e Ministério da Integração Nacional - Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP. ASSUNTO: Recurso Administrativo com fulcro no art. 56 da Lei nº 9.784/99.

DECISÃO: Conheço do recurso administrativo (fls. 119 a 122), mas indefiro o pleito de enquadramento do projeto no art. 6º da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, mantendo a decisão inicialmente tomada, ex vi do Despacho nº 746, de 29 de agosto de 2012 (fls. 440 a 445), do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos - DFRP e do Parecer nº 1046, de 13 de novembro de 2012 (fls. 448 a 452). Restitua-se ao DFRP/MI para adoção das providências complementares.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

**RETIFICAÇÃO**

Na Portaria nº 602, de 07 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 09 de novembro de 2012, Seção 1, pág. 49, no art. 2º, onde se lê: ...classificação orçamentária: PT 06.182.2040.22BO.0103, Natureza de Despesa: 33.30.41, Fonte: 0388, leia-se: classificação orçamentária: PT 06.182.2040.22BO.0105; Natureza de Despesa: 3.3.30.41, Fonte: 0300, UG 530012; no art. 3º, onde se lê: O repasse do recurso adicional será executado em uma parcela, leia-se: O repasse do recurso será executado em uma única parcela; e no art. 4º, onde se lê: ...o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da liberação dos recursos, leia-se: ...o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta Portaria.

## CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

**RESOLUÇÃO Nº 3, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Diretrizes e Prioridades para 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2°, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9°, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 10, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, no art. 14, inciso I, da Lei n.° 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no art. 8°, inciso XII, alínea "a", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, proposta da Secretaria-Executiva do Condel, no sentido de estabelecer as diretrizes e prioridades a serem observadas na formulação da proposta de programação e na aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) no exercício de 2013:

1. DIRETRIZES

Na formulação da proposta de programação e na aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013, deverão ser observadas as diretrizes previstas no art. 3º da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, bem como as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional por meio da Portaria n.° 386, de 04.07.2012, alterada pelas Portarias n.° 592 e 694, de 01.11 e 13.12.2012, respectivamente, conforme atribuição prevista no art. 14-A da Lei n.º 7.827, de 27.09.1989, incluído pela Lei Complementar n.º 125, de 03.01.2007.

2. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS

Na formulação da proposta de programação e na aplicação dos recursos do FCO no exercício de 2013, deverão ser observadas as seguintes prioridades:

a) projetos de apoio à agricultura familiar, incluídos os beneficiários da Política de Reforma Agrária, aos mini e pequenos produtores rurais, aos empreendedores individuais e às micro e pequenas empresas, suas cooperativas e associações;

b) projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local e a redução das desigualdades intra e inter-regionais;

c) projetos voltados para a preservação e a recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas;

d) projetos que utilizam tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias nos setores empresarial e agropecuário, inclusive projetos agropecuários de produção integrada;

e) projetos do setor de turismo, especialmente para implantação, expansão e modernização de empreendimentos turísticos nas cidades-sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e áreas de influência;

f) projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):

-municípios da Faixa de Fronteira;

-municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;

-municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO; e

-municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

2.Com vistas a permitir a avaliação do desempenho das aplicações com recursos do FCO, os Relatórios de Gestão do FCO, referentes ao 1º semestre de 2013 e ao exercício de 2013, deverão apresentar o número de operações e os valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades acima estabelecidas.

FERNANDO BEZERRA COELHO

**RESOLUÇÃO Nº 4, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (Fco). Programação do FCO para 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2°, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9°, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido no art. 10, § 1°, inciso I, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, no art. 14, inciso II, da Lei n.° 7.827, de 27 de setembro de 1989, e no art. 8°, inciso XII, alínea "b", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, a Proposta de Aplicação dos Recursos do FCO para o exercício de 2013, formulada pelo Banco do Brasil S.A., com as recomendações constantes do Parecer-Conjunto n.º 23/2012-SFRI/SUDECO, de 14.12.2012, a saber:

a) revisar as estimativas constantes dos Quadros "Recursos Previstos para 2013", "Recursos Previstos por UF e Setor", "Recursos Previstos por UF, Programa/Linha, Setor e Porte" e "Recursos Previstos por Espaço Prioritário da PNDR" do Título II - Programação Orçamentária da Programação do FCO para 2013, atualizando-os com base nos números que forem apurados em 31.12.2012;

b) identificar na Programação do FCO para 2013, em atendimento ao disposto na alínea "i" do inciso VII do art. 5º da Portaria MI n.º 386, de 04.07.2012, alterada pelas Portarias n.º 592 e 694, de 01.11 e 13.12.2012, "as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento"; e

c) efetuar os ajustes propostos pelo Ministério da Integração Nacional no Anexo do Parecer-Conjunto n.º 23/2012-SFRI/SUDECO, de 14.12.2012.

2.O Banco do Brasil S.A. deverá encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI) e à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), até 31.01.2013, nova versão da Programação, com a incorporação das alterações acima.

FERNANDO BEZERRA COELHO

**RESOLUÇÃO Nº 5, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Diretrizes e Prioridades para 2013.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (CONDEL/SUDECO), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 8º, § 2°, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e o art. 9°, inciso XVII e parágrafo único, do Regimento Interno, torna público que, em cumprimento ao estabelecido nos arts. 4º, inciso XX, e 16, parágrafo único, inciso II, da Lei Complementar n.º 129, de 8 de janeiro de 2009, e no art. 8°, inciso XIII, alínea "c", do Regimento Interno, e considerando, ainda, a urgência e relevância do assunto, resolveu aprovar, ad referendum do Conselho, proposta da Secretaria-Executiva do Condel, no sentido de estabelecer as prioridades para a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) no exercício de 2013:

1. DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES GERAIS

Para a aprovação de projetos de investimentos com recursos do FDCO no exercício de 2013, deverão ser observadas as diretrizes e orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional por meio da Portaria MI n.º 585, de 25.10.2012, publicada no DOU de 29.10.2012, bem como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto n.° 6.074, de 22.02.2007, e o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), respeitadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Sudeco.

2. PRIORIDADES GERAIS, SETORIAIS E ESPACIAIS

Para a aprovação de projetos de investimentos com recursos do FDCO no exercício de 2013, deverão ser observadas as seguintes prioridades:

a. PRIORIDADES GERAIS

i. projetos voltados para a preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, para reflorestamento/recomposição de matas ciliares e recuperação de áreas degradadas.

b. PRIORIDADES SETORIAIS

i. Setores Tradicionais:

-cadeia produtiva de veículos automotores, pesados e ferroviários, tratores e máquinas agrícolas, das indústrias naval e de aviação, além de outras atividades complementares;

-indústria de transformação, abrangendo os seguintes grupos: couros, peles, calçados e artefatos; plásticos e seus derivados; têxtil, inclusive artigos de vestuário; fabricação de máquinas, equipamentos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos) e ferramentas; minerais não metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânica; químicos (excluídos os explosivos) e petroquímicos; papel, papelão e celulose, desde que integrados a projetos de reflorestamento, inclusive pastas de papel e papelão, admitidos projetos não integrados a reflorestamento quando os produtos forem resultantes de reciclagem; móveis e artefatos de madeiras; alimentos, inclusive carnes e seus derivados, e bebidas; fabricação de embalagem e acondicionamentos; indústria de artefato de cimento e materiais de construção; indústria de reciclagem, inclusive de papel, plástico e metais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

-agroindústria;
-extração de minerais metálicos e não metálicos;
-agropecuária, em áreas de aptidão;
-agropecuária irrigada;
-agricultura e fruticultura - objetivando a produção de alimentos e matérias-primas agroindustriais - floricultura, florestamento e reflorestamento;
-agricultura de sequeiro, desde que em áreas com comprovada aptidão edafoclimática, considerando-se, inclusive, os espaços de zoneamento ecológico-econômico; e
-aquicultura e pesca.
ii. Setor de Infraestrutura:
-transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeroviário (inclusive multimodal);
-armazenagem - unidades de armazenagem coletora, intermediária e terminal;
-abastecimento de água e esgotamento sanitário;
-instalação de gasoduto e produção de gás;
-produção, refino ou distribuição de biocombustíveis;
-atividades de logística nos segmentos de armazenagem, centros de distribuição, transporte e comunicação;
-telecomunicações; e
-portos secos.
iii. Setor de Serviços:
-turismo, considerados os empreendimentos hoteleiros, centros de convenções e outros projetos, componentes das atividades da cadeira turística regional.
iv. Setores de Ciência, Tecnologia e Inovação:
-projetos que utilizem tecnologias inovadoras e/ou contribuam para a geração e difusão de novas tecnologias, em áreas de Biotecnologia; Agricultura Orgânica; Nanotecnologia; Geotecnologia; Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); Insumos e Equipamentos para Saúde; Fármaco-cosmético-química; Biocombustíveis; Energia Elétrica, Hidrogênio e Energia Renováveis; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Agronegócio; Biodiversidade e Recursos Naturais; Meteorologia e mudanças climáticas; Programa Aeronáutico e Espacial; Programa Nuclear; e Defesa Nacional e Segurança Pública, preferencialmente na Faixa de Fronteira.
c. PRIORIDADES ESPACIAIS
i. projetos que contribuam para a redução das desigualdades regionais, nos seguintes espaços, considerados prioritários segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR):
-municípios da Faixa de Fronteira;
-municípios da Mesorregião de Águas Emendadas;
-municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no Estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FDCO; e
-municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica.

FERNANDO BEZERRA COELHO

## SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
### CONSELHO DELIBERATIVO

#### ATO Nº 16, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O Ministro de Estado da Integração Nacional, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - CONDEL/SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007; e no uso das atribuições conferidas por meio do art. 7º, do Anexo I, do Decreto nº 6.218, de 04 de outubro de 2007; e o art. 8º, § 4º, do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM; e ainda

Considerando o prazo disposto no Art. 7°, XII, alínea "e", do Anexo I, do Decreto n°6.218/2007 e Art. 8º, XII, alínea "e" do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM; resolve:

Aprovar "Ad referendum", nesta data, a proposta de programação de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO para o exercício 2013, com fundamento no Parecer Conjunto n° 13/SFRI/SUDAM/MI, de 12.12.2012, elaborado pela Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional em conjunto com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

#### ATO Nº 17, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O Ministro de Estado da Integração Nacional, na qualidade de Presidente do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - CONDEL/SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007; e no uso das atribuições conferidas por meio do art. 7º, do Anexo I, do Decreto nº 6.218, de 04 de outubro de 2007; e o art. 8º, § 4º, do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM; e ainda,

Considerando prazo disposto no art. 12, § 3°, do Regimento Interno do CONDEL/SUDAM; resolve:

Aprovar "Ad referendum", nesta data, o calendário de reuniões do CONDEL/SUDAM para o exercício de 2013, como indicativo cronológico das mesmas.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

ANEXO

| PROPOSTA DE CALÉNDÁRIO DE REUNIÕES CONDEL/SUDAM - EXERCÍCIO 2013 | | |
|---|---|---|
| REUNIÃO | DATA | LOCAL |
| 13ª Reunião Ordinária | 21 de fevereiro de 2013 (quinta-feira) | Belém-Pa. |
| 14ª Reunião Ordinária | 15 de maio de 2013 (quarta-feira) | Belém-Pa. |
| 15ª Reunião Ordinária | 13 de agosto de 2013 (terça-feira) | Belém-Pa. |
| 16ª Reunião Ordinária | 12 de dezembro de 2013 (quinta-feira) | Belém-Pa. |

## SECRETARIA EXECUTIVA
### DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

#### PORTARIA Nº 64, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Art. 12 da Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 06 de julho de 2011, Seção 1, página 79 e 80, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 52, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO-2012), e considerando a necessidade de adequar a programação orçamentária da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, a fim de permitir a aplicação direta de recursos, resolve:

Art. 1º Promover, na forma do Anexo desta Portaria, a alteração da modalidade de aplicação de dotações orçamentárias consignadas na Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

MARIA CLARA NETTO OLIVEIRA

53000 - Ministério da Integração Nacional
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

R$ 1,00

| ANEXO | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | REDUÇÃO | | ACRÉSCIMO | |
| Programa de Trabalho | ESF | FTE | Modalidade | Valor | Modalidade | Valor |
| 15.244.2 02 9 .7 k 66.00 6 6 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Em Municípios - No Estado da Bahia. | F | 100 | 4440.00 | 5 0 0.000<br>500.000 | 4490.00 | 5 0 0.000<br>500.000 |
| Total | | | | 5 0 0.000 | | 5 0 0. 000 |
| JUSTIFICATIVA: A alteração orçamentária visa permitir a aplicação direta de recursos no Município de Bom Jesus da Lapa no Estado da Bahia. "emenda 24710011" | | | | | | |

#### RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 63, de 7 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 11 de dezembro de 2012, Seção 1 pág. 22, que tornou sem efeito a Portaria nº 58.
Onde se lê:
Art. 1º Considerar sem efeito a Portaria nº 58, de 5 de dezembro de 2012, publicada no DOU, de 7 de dezembro de 2012, Seção I, pág. 127
Leia-se:
Art. 1º Considerar sem efeito as Portarias de nº 57 e 58, de 05 de dezembro de 2012, publicada no DOU, de 7 de dezembro de 2012, Seção 1, pág. 126 e 127.

# Ministério da Justiça

## GABINETE DO MINISTRO

#### PORTARIA Nº 3.219, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.011991/2009-15, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, WILLEM JAKOBUS BANDENHROST, de nacionalidade sul-africana, filho de Casper Bandenhrost e de Rina Bandenhrost, nascido na África do Sul, em 22 de abril de 1964, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

#### PORTARIA Nº 3.220, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.002595/2002-10, do Ministério da Justiça, resolve:

REVOGAR

a Portaria nº 2.218, de 2 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 3 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de MIGUEL ANGEL GARCIA FERNANDEZ, de nacionalidade cubana, filho de Miguel Angel Garcia Dominguez e de Milagros Caridad Fernandez Alonso, nascido em Cuba, em 2 de março de 1989, por se tratar de homônimo.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

#### PORTARIA Nº 3.221, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.022757/2009-13, do Ministério da Justiça, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, FRANCISCO JAVIER MOLINA MELLINAS, de nacionalidade espanhola, filho de Juan Molina Vallero e de Angelines Mellinas Gonzalez, nascido em Castellon de La Plana, Espanha, em 10 de novembro de 1979, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**PORTARIA Nº 3.222, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal e no art. 53 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º ANULAR a Portaria Ministerial nº 1.397, de 22 de outubro de 2002, que declarou Joel Eleotério da Silva anistiado político, com fundamento no Voto nº 414/2012/GTI, decorrente do procedimento de revisão pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído pela Portaria Interministerial nº 134, publicada no D.O.U. de 16 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**PORTARIA Nº 3.223, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 19.216/DF, impetrado por ELZA DE SOUZA CALDEIRA, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.898, de 03 de setembro de 2012, publicada no DOU de 04 de setembro de 2012, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 2198, de 09 de dezembro de 2003, que declarou BRAZ CALDEIRA anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 2198, de 09 de dezembro de 2003, que declarou BRAZ CALDEIRA anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**PORTARIA Nº 3.224, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão liminar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Mandado de Segurança nº 19.448/DF, impetrado por CARMEM MARIA MULLER DO NASCIMENTO E OUTROS, resolve:

I - SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.631, de 31 de julho de 2012, publicada no DOU de 1º de agosto de 2012, Seção 1, que anulou a Portaria Ministerial nº 517, de 5 de abril de 2005, que declarou WANDERLEY DO NASCIMENTO anistiado político.

II - RESTABELECER os efeitos da Portaria Ministerial nº 517, de 5 de abril de 2005, que declarou WANDERLEY DO NASCIMENTO anistiado político.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**PORTARIA Nº 3.225, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Prorroga o prazo para empenho no Ministério da Justiça.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e o Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, e considerando o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, na Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, na Lei nº 12.595, 19 de janeiro de 2012, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, 25 de julho de 2007, no Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, no Decreto nº 7.680, 17 de fevereiro de 2012, no Decreto nº 7.740, de 30 de maio de 2012, na Portaria GM/MP nº 605, de 10 de dezembro de 2012, na Portaria-Conjunta STN/SOF nº 1, de 20 de junho de 2011, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 2012, o prazo estabelecido no caput do art. 1º da Portaria nº 2.571, de 11 de outubro de 2012, do Ministro de Estado da Justiça.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

**DESPACHOS DO MINISTRO**
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 2.172 - Processo nº 08802.010901/2011-47 Interessado(a): JOSIMAR NOGUEIRA DE CASTRO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0579 de 09 de maio de 2003, nos termos da NOTA N.º 886/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.173 - Processo nº 08802.011971/2011-12 Interessado(a): MÁRIO GOMES DE LIMA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2365 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 690/2012 do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.174 - Processo nº 08802.010426/2011-17. Interessado(a): Antônio José Soares
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1315 de 01 de julho de 2005, nos termos da NOTA N.º 847/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.175 - Processo nº 08802.010268/2011-97. Interessado(a): João Batista Gomes
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2313 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 848/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.176 - Processo nº 08802.012261/2011-16. Interessado(a): Anesclaro Dias
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2056 de 03 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 850/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.177 - Processo nº 08802.010097/2011-04. Interessado(a): Adalberto de Souza Monteiro
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2637 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 853/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.178 - Processo nº 08802.011479/2011-47. Interessado(a): Otaviano Ribeiro de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2196 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 875/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.179 - Processo nº 08802.011430/2011-94. Interessado(a): Othoniel Fernandes de Moraes
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3798 de 20 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 867/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.180 - Processo nº 08802.011071/2011-75. Interessado(a): Nelson Dias de Souza
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3705 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 865/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.181 - Processo nº 08802.011481/2011-16. Interessado(a): Osvaldo Pereira de Oliveira Filho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1377 de 22 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 860/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.182 - Processo nº 08802.010911/2011-82 Interessado(a): IVAN PONTES DOS SANTOS
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2222 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 855/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.183 - Processo nº 08802.011241/2011-11. Interessado(a): Ronaldo Brito Braga
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2161 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 836/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.184 - Processo nº 08802.012948/2011-45. Interessado(a): Roberto Fernandes Falcão
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2158 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 838/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.185 - Processo nº 08802.011245/2011-08. Interessado(a): ROMILDO DE SOUZA MENINO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2161 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 839/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.186 - Processo nº 08802.011252/2011-00 Interessado(a): RONALDO DE OLIVEIRA SENA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2959 de 30 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 840/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.187 - Processo nº 08802.011238/2011-06. Interessado(a): Ruberval Serafim
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3431 de 22 de novembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 841/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.188 - Processo nº 08802.012305/2011-00 Interessado(a): RUBENS DA CONCEIÇÃO FAGUNDES
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 586 de 06 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 843/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.189 - Processo nº 08802.011931/2011-71 - Interessado(a): RAIMUNDO CARMO DE ARAUJO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2141 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 845/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.190 - Processo nº 08802.011925/2011-13 - Interessado(a): RAIMUNDO DOMINGOS FILHO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2144 de 09 de dezembro de 2003 nos termos da NOTA N.º 832/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.191 - Processo nº 08802.012938/2011-18 Interessado(a): RENATO FERREIRA DO NASCIMENTO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2469 de 02 de setembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 831/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.192 - Processo nº 08802.011075/2011-53 Interessado(a): LUIZ BINOTTO FILHO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 502 de 06 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 884/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.193 - Processo nº 08802.010915/2011-61 Interessado(a): JEFFRY BEZERRA DA SILVA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2073 de 03 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 883/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.194 - Processo nº 08802.010118/2011-83 Interessado(a): GERALDO MACHADO VILHENA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1925 de 25 de novembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 881/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.195 - Processo nº 08802.010282/2011-91 Interessado(a): JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0177 de 29 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 882/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.196 - Processo nº 08802.0110820/2011-47. Interessado(a): Joel Siqueira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2628 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 879/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.197 - Processo nº 08802.011448/2011-96. Interessado(a): Olímpio Silva
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2249 de 9 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 878/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.198 - Processo nº 08802.011469/2011-10. Interessado(a): Osmar José Martins Júnior
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1231 de 5 de maio de 2004, nos termos da NOTA N.º 877/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.199 - Processo nº 08802.011470/2011-36. Interessado(a): Otacilio Ferreira Leite
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1496 de 4 de junho de 2004, nos termos da NOTA N.º 874/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.200 - Processo nº 08802.011432/2011-83. Interessado(a): Otavio Duarte de Couto
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3655 de 14 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 873/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.201 - Processo nº 08802.012124/2011-75. Interessado(a): José da Silva
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2145 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 868/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.202 - Processo nº 08802.012224/2011-00. Interessado(a): Oswaldo de Moraes Ramos
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1307 de 15 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 863/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.203 - Processo nº 08802.011451/2011-18. Interessado(a): Orlando Domingos Amaral Filho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0755 de 25 de abril de 2005, nos termos da NOTA N.º 862/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.204 - Processo nº 08802.011446/2011-05. Interessado(a): Orlando da Silva Franco
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1953 de 11 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 861/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.205 - Processo nº 08802.010686/2011-84 Interessado(a): IRAJARA PEDRO DIAS TESCH
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1612 de 06 de JULHO de 2004, nos termos da NOTA N.º 856/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.206 - Processo nº 08802.012087/2011-03 Interessado(a): MANOEL ALVES MARTINS JUNIOR
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3786 de 20 de dezembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 1000/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.207 - Processo nº 08802.012372/2011-16. Interessado(a): Paulo Barros Silva
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1599 de 28 de novembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 922/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.208 - Processo nº 08802.010907/2011-14 - interessado(a): PAULO CANDIDO ALVES
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2156 de 29 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 921/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.209 - Processo nº 08802.012375/2011-50 - Interessado(a): PAULO LUIZ DE SENA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2075 de 03 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 920/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.210 - Processo nº 08802.011882/2011-76 Interessado(a): PEDRO AUGUSTO FERREIRA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1125 de 05 de MAIO de 2004, nos termos da NOTA N.º 919/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.211 - Processo nº 08802.010867/2011-19 Interessado(a): PAULO CESAR DA SILVA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1376 de 22 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 918/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.212 - Processo nº 08802.012398/2011-64 Interessado(a): PIERRI DOS SANTOS RODRIGUES
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 175 de 29 de janeiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 917/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.213 - Processo nº 08802.011885/2011-18 Interessado(a): PAULO AUGUSTO DE SOUZA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1635 de 06 de JULHO de 2004, nos termos da NOTA N.º 916/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.214 - Processo nº 08802.010871/2011-79 - Interessado(a): PAULO CASEMIRO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1303 de 15 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 915/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.215 - Processo nº 08802.013213/2011-39. Interessado(a): Paulo Garcia de Oliveira
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2654 de 22 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º913/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.216 - Processo nº 08802.012664/2011-59 Interessado(a): SEBASTIÃO BERNARDES DE ARRUDA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1370 de 22 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 908/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nº 2.217 - Processo nº 08802.012670/2011-14 - Interessado(a): SANDOVAL LOURENÇO DA SILVA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2473 de 02 de setembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 902/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nª 2.218 - Processo nº 08802.011255/2011-35 - Interessado(a): TACITO LUIZ FERREIRA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2193 de 09 de dezembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 903/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.219 - Processo nº 08802.012268/2011-12. Interessado(a): Tarcis Lopes de Melo
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1765 de 8 de setembro de 2005, nos termos da NOTA N.º 904/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.220 - Processo nº 08802.011258/2011-79 Interessado(a): TARCÍSIO DE PAULA DINIZ
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0725 de 23 de MAIO de 2003, nos termos da NOTA N.º 906/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.221 - Processo nº 08802.012165/2011-61. Interessado(a): Pedro Souza
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1254 de 8 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 924/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.222 - Processo nº 08802.011895/2011-45 Interessado(a): PAULO CESAR DE SIQUEIRA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1279 de 10 de outubro de 2002, nos termos da NOTA N.º 925/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.223 - Processo nº 08802.010908/2011-69 Interessado(a): PAULO FERNANDO CORREIA DE BARROS
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2470 de 17 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 926/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.224 - Processo nº 08802.012323/2011-83. Interessado(a): Layr Luz Lobato
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 727 de 20 de fevereiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 706/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.225 - Processo nº 08802.011071/2011-75. Interessado(a): Luiz Cajueiro Filho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1788 de 5 de dezembro de 2002, nos termos da NOTA N.º 708/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.226 - Processo nº 08802.011041/201169. Interessado(a): Landulfo Reis Barbosa Filho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1900 de 14 de julho de 2004, nos termos da NOTA N.º 710/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.227 - Processo nº 08802.012328/2011-14. Interessado(a): Lair Juscelino Carneiro
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 218 de 29 de Janeiro de 2004, nos termos da NOTA N.º 711/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.228 - Processo nº 08802.012338/2011-41. Interessado(a): Laurindo Rodrigues Filho
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3389 de 4 de novembro de 2004 nos termos da NOTA N.º 713/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.229 - Processo nº 08802.011450/2011-65 - Interessado(a): ODIR MACHADO SOARES
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 3694 de 14 de dezembro de 2004 nos termos da NOTA N.º 662/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.230 - Processo nº 08802.011463/2011-34 - Interessado(a): OSVALDINA LINDOSO AIRES DE SOUZA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2388 de 09 de dezembro de 2003 nos termos da NOTA N.º 661/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.231 - Processo nº 08802.011452/2011-54 - Interessado(a): ODIR ANTONIO RODRIGUES
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 0758 de 25 de abril de 2005 nos termos da NOTA N.º 660/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.232 - Processo nº 08802.012078/2011-12 - Interessado(a): OMAR DE SOUSA DIAS
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1994 de 28 de novembro de 2003 nos termos da NOTA N.º 659/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.233 - Processo nº 08802.011444/2011-16 - Interessado(a): OMAR ALVES CAMELLO
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 1992 de 28 de novembro de 2003, nos termos da NOTA N.º 658/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

Nª 2.234 - Processo nº 08802.011447/2011-41 - Interessado(a): ORLANDO DE OLIVEIRA
Assunto: Revisão de ofício da concessão de anistia. Decisão: Autorizo a abertura de processo de anulação da Portaria nº 2464 de 02 de setembro de 2004, nos termos da NOTA N.º 657/2011, do Grupo de Trabalho Interministerial criado pela Portaria MJ-AGU nº 134, de 15 de fevereiro de 2011, cujas razões de fato e direito passam a integrar a presente decisão. Dê-se ciência ao interessado(a), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente suas razões de defesa, nos termos da Lei nº 9.784, de 1999.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

### COORDENAÇÃO-GERAL DE ANDAMENTO PROCESSUAL

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO**
**12ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO**

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.003110/2012-48
Requerentes: Companhia de Participações em Concessões - CPC e Barcas S.A. Transportes Marítimos
Advogados: Pedro Dutra e Patrícia de Campos Dutra
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu da operação e aprovou-a sem restrições, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.010734/2010-50
Requerentes: Amil Assistência Médica Internacional S.A. e Excelsior Med Ltda.
Advogados: Tito Amaral de Andrade e Carolina Maria Matos Vieira
Relator: Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro
Decisão: O Plenário, por unanimidade, aprovou a operação condicionada à alteração da dimensão geográfica da cláusula de não-concorrência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

ATO DE CONCENTRAÇÃO Nº 08012.005394/2012-15
Requerentes: Internet Group do Brasil S.A., Telemar Internet Ltda. e Ongoing Comunicações - Participações S.A.
Advogados: Maria Alice Tarcitano da Fonseca Doria Gondinho, Rodrigo Jacobina Botelho e outros.
Relator: Conselheiro Alessandro Octaviani Luis
Decisão: O Plenário, por unanimidade, aprovou a operação condicionada à alteração da cláusula de não-concorrência, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 17 de dezembro de 2012.
VLADIMIR ADLER GORAYEB
Secretário do Plenário
Substituto

### SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL**
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 460 - Ato de Concentração nº 08700.010193/2012-73. Requerentes: Nestlé Waters Brasil - Bebidas e Alimentos Ltda. e Companhia de Bebidas das Américas - Ambev. Advogados: Gabriel Nogueira Dias, Francisco Niclós Negrão e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Substituto

### COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

**DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL**
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 457 - Processo Administrativo nº 08012.001377/2006-52. Representante: SDE ex officio. Representados ABB Ltda., ABB Management Services Ltd, ABB Switzerland Ltd, Alstom Brasil Ltda., Ansaldo Coemsa, Areva T & D Brasil, Balteau Produtos Elétricos, GE Brasil, Inducon do Brasil Capacitores S.A., Inepar, Laelc Reativos Ltda., Nokian, Schneider Electric Brasil, Siemens Ltda., Toshiba do Brasil S.A., TRAFO Equipamentos Elétricos S.A., VA Tech Transmissão e Distribuição Ltda., WEG S.A., Ailton C. Ferreira, Amaury Santos, André Canelhas, Antonio Baltasar Carmo e Silva, Antonio Carlos Temer Barbosa, Antônio Themer, Artur Laviere, Bo Normark, Bo Svensson, Celso Aniceto, Claes Scheibe, Didier Farez, Elayne Padilha, Enio Fagundes, Erik Mayr, Fernando E. L. Linhares, Fernando Terni, Geir Odd Biledt, Gerd Thiensen, Gilberto Schaeffer, Giuseppe di Marco, Göthe Wallin, Guilhermo Morando, Hakan Knutsson, Hans-Ake Jönsson, Heikki Holm, Jorge Homero G. da Silva Coelho, Julio Diaz, Leandro Limp, Leonídio Soares, Luis Roberto, Luiz Alberto Oppermann, Luiz Claudio Porto, Luiz Pardo, Manfred Hattenberger, Manoel Bosch, Marco Antonio Finoti, Mario Celso Petraglia, Mario Lemes, Mats Persson, Mauricio Casamayou, Mauro Baleeiro, Michael Velte-Andrée, Mikael Norin, Newton Duarte, Paulo Vendramini, Pierre Comptdaer, Reinaldo Ferreira, Ricardo Campodarve, Risler de Oliveira, Rivaldo Caram, Ronaldo Marcondes, Sérgio Bittencourt, Sergio Gomes, Simone de Paula, Takashi Wada, Victor B. Tolentino, Wilfried Breuer, Wilson Cappellete. Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Joana Temudo Cianfarani, Daniel de Oliveira Andreoli, Daniela Domingues da Silva, José Orlando de Almeida Arrochela Lobo, Valdo Cestari de Rizzo, Ana Paula Hubinger Araújo, Sérgio Varella Bruna, Patrícia Agra Araujo, Georges Charles Fischer, Pedro Henrique de Araripe Sucupira, Mauro Grinberg, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Flávio Spaccaquerche Barbosa, Sérgio Palomares,Gustavo Franco Ferreira, Marcela Souza Vitti, José Alexandre Buaiz Neto, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Ubiratan Mattos, Maria Cecília Andrade, Alessandra Rodrigues Bernardes Oshiro, Fernando Lichtnow Nees, Tércio Sampaio Ferraz Júnior, Carla Osmo, Fabia Regina Freitas, João Joaquim Martinelli, Thomas Benes Felsberg, Fernanda Manzano Sayeg, Nayara Fonseca Cunha, Mila Kawai Marcos, Adriana Zanata Fávero Reis, Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira, José Carlos Magalhães Tei-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

xeira Filho, Spencer Bahia Madeira. Acolho a Nota Técnica nº. de fls. , elaborada pela Assistente da CGAA8, Sra. Patrícia Capanema Silva Duarte, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº , de fls. , decido pelo indeferimento do pedido da Siemens Ltda. referente à concessão de acesso restrito aos Representados acerca das informações indicadas na Nota Técnica de fls., na eventualidade dos autos principais virem a se tornar públicos.

FERNANDA GARCIA MACHADO

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
## DIRETORIA EXECUTIVA
## COORDENAÇÃO-GERAL
## DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

### ALVARÁ Nº 3.680, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3960 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORSAFETY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.911.560/0001-47, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 4281/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.689, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3439 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A NACIONAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.193.606/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 4427/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.714, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4177 - DPF/MBA/PA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CREDIFORTE FACTORING LTDA, CNPJ nº 12.598.079/0001-83 para atuar no Pará.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.716, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4137 - DPF/JVE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GIDION S/A - TRANSPORTE E TURISMO, CNPJ nº 84.704.295/0001-77 para atuar em Santa Catarina.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.867, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4153 -
DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa LUPA SEGURANÇA
LTDA., CNPJ nº 14.546.164/0001-23, sediada em Santa Catarina, para
adquirir:
Da empresa cedente INVIOLAVEL SEGURANÇA 24 HORAS LTDA, CNPJ
nº 95.832.986/0001-72:
39 (trinta e nove) Revólveres calibre 38
341 (trezentas e quarenta e uma) Munições calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
59 (cinquenta e nove) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.875, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4174 -
DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa REVOLUÇÃO VIGILANCIA E
SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 07.727.700/0001-21, especializada em
segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial,
para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4459/2012,
expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.897, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4577 -
DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s)
atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da
data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa
PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0093-20 para
atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 4489/2012,
expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.914, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3225 -
DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa 5
ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.591.894/0002-23,
sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25 (vinte e cinco) Revólveres calibre 38
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.921, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4241 -
DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa
GENTLEMAN SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 04.032.981/0001-00, sediada em
Goiás, para adquirir:
Da empresa cedente CAPITAL SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANÇA
LTDA, CNPJ nº 67.552.034/0001-60:
50 (cinquenta) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
600 (seiscentas) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.922, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4573 -
DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CIASERV
VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.197.321/0001-16, sediada em São Paulo,
para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (dois) Revólveres calibre 38
20 (vinte) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.923, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4625 -
DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CATINI
SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA , CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada
em São Paulo, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

### ALVARÁ Nº 3.927, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4807 -
DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa CPS
CURSOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 80.819.600/0001-15,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

sediada no Paraná, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
30000 (trinta mil) Munições calibre 38
10000 (dez mil) Munições calibre .380
10000 (dez mil) Munições calibre 12
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.929, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4849 -
DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A,
CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150000 (cento e cinquenta mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
20000 (vinte mil) Munições calibre .380
16482 (desesseis mil e quatrocentas e oitenta e duas) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.933, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4081 -
DPF/SJE/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEIXEIRA & CALADO
SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 14.071.312/0001-09, especializada em
segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial,
para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4150/2012,
expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.935, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4236 -
DPF/AQA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s)
atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da
data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa
Marchesan Implementos e Máquinas Agricolas TATU S/A, CNPJ nº
52.311.289/0001-63 para atuar em São Paulo, com Certificado de
Segurança nº 4553/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.938, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/2542 -
DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES PRETORIA LTDA-ME, CNPJ nº
09.538.055/0001-24, sediada no Pará, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
4 (quatro) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
35000 (trinta e cinco mil) Espoletas calibre 38
18000 (dezoito mil) Gramas de pólvora
35000 (trinta e cinco mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380
125 (cento e vinte e cinco) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Estojos espoletados calibre 12
2 (duas) Máquinas de recarga calibre 12
2 (duas) Máquinas de recarga calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.943, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75342 -
DPF/ATM/PA, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida
por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à
empresa TREINER CENTRO DE FORMAÇAO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº
11.999.061/0001-20, especializada em segurança privada, na(s)
atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Pará, com
Certificado de Segurança nº 4247/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.946, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4240 -
DPF/XAP/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa EXCLUSIVA SOLUÇÕES EM
SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 11.842.550/0001-74, especializada em
segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial,
para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº
4585/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.951, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75277 -
DPF/DCQ/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste
Alvará no D.O.U., concedida à empresa WEBER SEGURANCA LTDA ME, CNPJ
nº 07.544.527/0001-26, especializada em segurança privada, na(s)
atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa
Catarina, com Certificado de Segurança nº 4580/2012, expedido pelo
DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.959, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3991 -
DPF/XAP/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa INVIOSAT
SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05, sediada em Santa
Catarina, para adquirir:
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
15 (quinze) Revólveres calibre 38
270 (duzentas e setenta) Munições calibre 38
O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE AQUISIÇÃO EXPIRARÁ EM 60
DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.977, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3042 -
DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste
Alvará no D.O.U., à empresa PARGEX VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA
LTDA-EPP, CNPJ nº 14.266.939/0001-07, especializada em segurança
privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar
no Pará, com Certificado de Segurança nº 3974/2012, expedido pelo
DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.978, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto
nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de
acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/3232 -
DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve: CONCEDER autorização de
funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste
Alvará no D.O.U., à empresa SVS SISTEMA DE VIGILANCIA E SEGURANCA
PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.615.069/0001-05, especializada em
segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial,
para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº
4204/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ALVARÁ Nº 3.985, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4193 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.785.918/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 4456/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.989, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/75351 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PANTANAL VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.957/0001-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 4315/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 3.997, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2012/4357 - DPF/XAP/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.168.167/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 4586/2012, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CLYTON EUSTAQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 12.615, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001365/2012-37-CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTEBANCO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº 86.644.697/0001-59, sediada no Estado de MINAS GERAIS para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

12 (doze) Armas de choque elétrico de contato direto e de lançamento de dardos energizados.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

**ALVARÁ Nº 12.616, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1.995, e pelo art. 45 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação do interessado, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.001373/2012-83-CGCSP/DIREX, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTEBANCO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ/MF nº 86.644.697/0001-59, sediada no Estado de MINAS GERAIS para adquirir:

Da empresa cedente PLESVI-PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA INTERNAS S/A, CNPJ/MF 62.304.860/0003-38:

107 (cento e sete) Revólveres calibre 38.

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1.284 (mil, duzentos e oitenta e quatro) Cartuchos de munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

CLYTON EUSTÁQUIO XAVIER

## SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

**PORTARIAS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 228 - RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

CLEMENTINO RODRIGUES DOMINGUES - W681186-G, natural de Portugal, nascido em 3 de setembro de 1957, filho de Antonio Domingues e de Maria Leonor Rodrigues, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.046529/2012-42);

FRANCISCO MAX DE MENDONÇA FELECIANO - V480336-D, natural de Moçambique, nascido em 24 de janeiro de 1963, filho de Edmundo Rosário Feleciano e de Aurora de Mendonça Feleciano, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08018.008517/2012-10);

ISABEL MARIA DIAS - W368254-N, natural de Portugal, nascida em 17 de outubro de 1965, filha de Manuel Silvestre Dias e de Maria Preciosa Dias, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08018.008419/2012-74);

JOSÉ VICENTE MARTINS - W256567-P, natural de Portugal, nascido em 30 de abril de 1938, filho de Manuel Vicente e de Beatriz Martins, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.001980/2012-21);

LÍGIA MARIA TEIXEIRA DE BRITO FELECIANO - V480338-9, natural da Angola, nascida em 27 de maio de 1970, filha de José Carlos Carneiro de Brito e de Maria Lucia Teixeira da Costa, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 08018.010789/2012-71);

MARCOS NUNO MENDES DA SILVA PARDANA - V339953-I, natural de Portugal, nascido em 23 de abril de 1971, filho de Manuel Domingos Pardana e de Maria Teresa de Jesus Silva Pardana, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08018.009327/2012-10) e

SONIA DA GRAÇA RAMOS LEÃO - W360401-2, natural de Portugal, nascida em 23 de janeiro de 1971, filha de João Ramos de Abreu e de Maria Paulina Gonçalves dos Ramos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.012807/2012-68).

Nº 230 - O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

ENA HUMAZA MOLINA - V368201-F, natural da Bolívia, nascida em 10 de junho de 1975, filha de Eulogio Humaza Talamani e de Placida Molina Cartagena, residente no Estado de Rondônia (Processo nº 08475.007181/2012-72);

EVELYNE PHILIPPE SALIBA - W306969-S, natural do Líbano, nascida em 10 de julho de 1982, filha de Philippe Saliba e de Leila Philippe Saliba, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.010748/2011-76);

FATIMA ABBAS - V688082-1, natural do Líbano, nascida em 28 de março de 1988, filha de Jihad Abbas e de Asalieh Fakih, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.013940/2012-31);

ILIDIO MEDINA PEREIRA - V218121-D, natural de Cabo Verde, nascido em 1 de março de 1975, filho de João Evangelista Pereira e de Maria Rosa Medina Pereira, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.000741/2010-63);

JULIO CÉSAR BARRANTES MONGE - V124142-Q, natural da Nicarágua, nascido em 22 de janeiro de 1961, filho de Manuel Barrantes Maldonado e de Juana Del Socorro Monge de Barrantes, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.000260/2012-11);

LIANET ZAMORA TERUEL - V330085-C, natural de Cuba, nascida em 24 de maio de 1992, filha de Pablo Antonio Zamora Sire e de Bárbara Janet Teruel Mederos, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.010082/2011-82); e

SHIH CHIN LIU - Y231089-J, que ao amparo no artigo 115 da Lei 6.815, foi deferida a solicitação de adaptação de nome, passando a chamar-se ORLANDO SHIH CHIN LIU, natural da República Popular da China, nascido em 27 de maio de 1981, filho de Liu Wan Yu e de Li Chu Liu Lin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.098847/2011-16).

Nº 231 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

AGUEDA BENITEZ VIEIRA - W663810-N, natural do Paraguai, nascida em 5 de fevereiro de 1944, filha de José Claudio Benitez e de Eustaciana Larrea, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.004185/2011-87);

ANTONIO ZOLANA - V154509-R, natural da República Democrática do Congo, nascido em 28 de julho de 1967, filho de Pedro Lukoki e de Isabel Nkiamawete, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.066804/2012-44);

CONSUELO MABEL CLAROS DAVALOS DE ROJAS - V065486-9, natural da Bolívia, nascida em 24 de novembro de 1955, filha de Lucio Claros Quiroga e de Luzgarda Davalos Godoy, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034728/2012-16);

GLADY GEORGES LAHOUD CHATI - W129957-M, natural do Líbano, nascida em 25 de fevereiro de 1963, filha de Georges Tansa Lahoud e de Yolly Georges Lahoud, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.017674/2011-25);

JEAN MARC DREYER - V121481-J, natural da França, nascido em 3 de setembro de 1966, filho de Jean Pierre Dreyer e de Olga Dreyer, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.059491/2012-78);

LLOYD GONSALVES - W047410-0, natural da Republica Guiana, nascido em 3 de outubro de 1951, filho de Augustus Gonsalves e de Stella Gonsalves, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08458.008044/2010-00); e

LUIS MARCELINO SERRANO RUIZ - W644849-3, natural da Colômbia, nascido em 11 de julho de 1955, filho de Luis Jesus Serrano Lynton e de Maria Abigail Ruiz Bohorquez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034724/2012-20).

Nº 232 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.

CARMINA MARIA VELASCO MARTINEZ - V651445-7, natural de El Salvador, nascida em 6 de fevereiro de 1975, filha de Juan Emilio Velasco Alfaro e de Carmina Martinez Melhado, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08461.009375/2011-81);

GUIDO ODDENINO - V248236-F, natural da Itália, nascido em 2 de setembro de 1966, filho de Ilario Oddenino e de Gemma Racca, residente no Estado do Pará (Processo nº 08364.002004/2011-76);

KAO CHIH HUNG - Y242387-0, natural da China (Taiwan), nascido em 11 de março de 1975, filho de Yang Hsi Ming e de Kao Feng Chiao, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 08335.011363/2012-42);

LETY DEL PILAR FAJARDO CABRERA DE LIMA - V418813-7, natural da Colômbia, nascida em 16 de junho de 1977, filha de Humberto Enrique Fajardo Zamora e de Marina Leticia Cabrera de Fajardo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.034736/2012-54);

MATUMONA NGUIZANI - V151248-7, natural do Congo, nascido em 17 de outubro de 1960, filho de Mdombele Nguizani e de Mambombe Albertine, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.043173/2010-97);

TOM THOMAS ANCHUKADOM - V222972-P, natural da Índia, nascido em 14 de fevereiro de 1962, filho de Abraham Thomas e de Mary Thomas, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08070.003933/2011-06);

YSRAEL MARRERO VERA - V351151-8, natural de Cuba, nascido em 31 de julho de 1976, filho de Israel Marrero Cruz e de Edelmira Zenaida Vera Rodriguez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.017041/2012-71).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.013938/2012-62, resolve:

Nº 233 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a CHEN YING JU, natural da China (Taiwan), nascida em 17 de março de 1995, filha de Chen Yung Hua e de Lai Mei Hsiu, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 17 de março de 2015, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08460.014628/2012-29, resolve:

Nº 234 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a MARIAM TOPESHASHVILI, natural da Geórgia, nascida em 22 de novembro de 1996, filha de Avtandil Topeshashvili e de Natela Tandashvili, residente no Estado do Rio de Janeiro, a fim de que, até 22 de novembro de 2016, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08514.007333/2012-23, resolve:

Nº 235 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a SHANINA ABRIL COLMAN SUAREZ, natural da Colômbia, nascida em 5 de outubro de 1994, filha de Marcos Daniel Colman Trinidad e de Paulina Aurelia Suarez Alvarez, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 5 de outubro de 2014, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08354.004024/2012-81, resolve:

Nº 236 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a SHIAU JIUN CHEN, natural da China (Taiwan), nascida em 18 de outubro de 1994, filha de Sen Shui Chen e de Kuei Hsiu Chiu, residente no Estado de Minas Gerais, a fim de que, até 18 de outubro de 2014, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08460.046096/2010-27, resolve:

Nº 237 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a ZAK OLIVER FLEMING, natural do Equador, nascido em 21 de fevereiro de 2001, filho de John William Aysh Fleming e de Jane Fleming, residente no Estado do Rio de Janeiro, a fim de que, até 21 de fevereiro de 2021, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Nº 238 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas nos termos do artigo 12 inciso II alínea "b" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 111 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil.
ANA MATILDE FREITAS NUNES DE OLIVEIRA - W278240-Z, natural da Venezuela, nascida em 1 de junho de 1969, filha de Américo Ezequiel Freitas e de Maria Manuela Nunes Freitas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.079632/2011-98);
CHI I AN - Y015587-9, natural da China (Taiwan), nascida em 1 de julho de 1974, filha de Chi Tsung Nan e de Chen Ko Mei, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.078657/2011-74);
FRANZ CAMPERO GARCIA - V023373-J, natural da Bolívia, nascido em 29 de janeiro de 1954, filho de Isaac Campero Vasquez e de Alcira Garcia Vargas, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042693/2012-81);
GUIDO GONZALES VILLACORTA - V102916-H, natural da Bolívia, nascido em 18 de junho de 1957, filho de Oscar Gonzales Navia e de Angela Villacorta Vides, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08451.000310/2012-70);
JOSE LUIS NUNEZ NOVO - W501201-R, natural da Espanha, nascido em 17 de fevereiro de 1955, filho de Luciano Nunez Fernandez e de Maria Del Carmen Novo Vazquez, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.011340/2010-31);
MARIA CELESTE CALDEIRA PICONI - V037216-9, natural de Portugal, nascida em 11 de dezembro de 1943, filha de Antonio Caldeira e de Silvana de Sousa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.042247/2011-95); e
STEFANIA KOZLOWSKA CÔRTES - W052311-K, natural da Alemanha, nascida em 25 de novembro de 1946, filha de Stanislaw Kozlowski e de Maria Kozlowski, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.043903/2012-58).

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08354.003401/2012-65, resolve:

Nº 239 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a LUISA CHEN, natural da Argentina, nascida em 20 de setembro de 1996, filha de Sen Shui Chen e de Kuei Hsiu Chiu, residente no Estado de Minas Gerais, a fim de que, até 20 de setembro de 2016, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria/SE nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12 inciso II alínea "a" da Constituição Federal, em conformidade com os artigos 111 e 116 da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08502.004171/2012-19, resolve:

Nº 240 - AUTORIZAR a emissão de Certificado Provisório de Naturalização a ANNA GURDZHA, natural da Rússia, nascida em 2 de janeiro de 1995, filha de Roman Malkov e de Alexandra Gurdzha, residente no Estado de São Paulo, a fim de que, até 2 de janeiro de 2015, possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria/SE nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12, II, "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08485.004046/2012-56, resolve:

Nº 241 - TORNAR definitiva a naturalização concedida a AMIR ABOU HARB, natural do Líbano, nascido em 6 de outubro de 1993, filho de Karam Wadih Abou Harb e de Soraya Naim Sajim, residente no Estado de Roraima, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso da competência atribuída por meio da Portaria nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria nº 1.136, de 11 de julho de 2012, nos termos do artigo 12, II, "a" da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 116, Parágrafo Único, da Lei nº 6.815/80, regulamentada pelo Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08502.000166/2012-29, resolve:

Nº 242 - TORNAR definitiva a naturalização concedida a EDGAR ANDRES DELGADILLO LUJAN, natural da Bolívia, nascido em 30 de agosto de 1993, filho de Edgar René Delgadillo Rojas e de Sandra Patricia Lujan Lafuente, residente no Estado de São Paulo, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição Federal e pelas leis do Brasil.

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

**DESPACHO DO SECRETÁRIO**

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO no uso da competência atribuída por meio da Portaria SE/MJ nº 1.008, de 19 de junho de 2012, alterada pela Portaria SE/MJ nº 1.136, de 11 de julho de 2012, resolve:

Considerando que o nacional português SERGIO MIGUEL DE SOUSA CRESPO não atende aos requisitos elencados no art. 17 do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2011, que promulgou o Tratado da Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, INDEFIRO o presente pedido de reconhecimento da Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e Gozo dos Direitos Políticos, processo nº 08018.011271/2012-55, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/99.

FREDERICO DE MORAIS ANDRADE COUTINHO

## DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
## DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

**DESPACHO DA CHEFE**

A Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização, do Departamento de Estrangeiros, da Secretaria Nacional de Justiça, no uso das suas atribuições legais, com fulcro no Art. 1º, da Portaria nº 02, de 21 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2012, resolve:

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional norte americano WAITER HARVEY REESE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de WAITER HARVEY REESE para WALTER HARVEY REESE.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional norte americana TERRY ESTHER MOUAZEB, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de TERRY ESTHER MOUAZEB para TERRI ESTHER MOUAZEB.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional portuguesa MARIA ELIZABETE PEREIRA DA CUNHA, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de MARIA ELIZABETE PEREIRA DA CUNHA para MARIA ELISABETE PEREIRA DA CUNHA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional venezuelano SERGIO GIBSON REIS ALBUQUERQUE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja averbada sua nacionalidade constante do seu registro, passando de VENEZUELANA para PORTUGUESA.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional sueco KENT ROBERT KORNBACK, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de ROBERT KORNBACK para ROBERT GUSTAF KORNBACK e de ANITA KORNBACK para INGRID ANITA ELISABET KORNBACK.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional norte americana KATHRYN ANN MURNANE, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome dos genitores constante do seu registro, passando de TIMOTHY MURNANE para TIMOTHY JAMES MURNANE e de BARBARA MURNANE para BARBARA ANNE WOLF.

Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor da nacional francesa CLAUDINE EMILIE BROYER, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome e o nome dos genitores constante do seu registro, passando de CLAUDINE EMILIE BROYER para CLAUDINE EMILIE BROYER MOREIRA e o nome dos genitores de BERNARD MAURICE ROGER BROYER para BERNARD BROYER e MIREILLE MARIE BROYER MATHON para MIREILLE MARIE MATHON.

DENISE BARROS PEREIRA

**RETIFICAÇÃO**

No Diário Oficial de 08/11/2012, Seção 1, página 29,
onde se lê:
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional belga HUGHES PIERRE PIERRARD, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de HUGHES PIERRE PIERRARD para HUGHES PIERRE HENRI JULLES PIERRARD.
Leia-se:
Deferir o pedido de Retificação de Assentamentos formulado em favor do nacional belga HUGHES PIERRE PIERRARD, nos termos do artigo 43, I, da Lei n.º 6.815/80, a fim de que seja alterado o nome constante do seu registro, passando de HUGHES PIERRE PIERRARD para HUGHES PIERRE HENRI JULES PIERRARD.

## DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

**DESPACHOS DO CHEFE**

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.001912/2012-52 - MARCIN TOMASZ TOMCZYK, até 22/06/2014

Processo Nº 08000.002948/2012-53 - ANTHONY ROBERT HARRISON, até 16/04/2014

Processo Nº 08000.004293/2012-58 - PRAJYOT DABHOLKAR, até 08/04/2014

Processo Nº 08000.007657/2012-51 - CARLOS OSBALDO NATIVI, até 17/08/2014

Processo Nº 08000.009012/2012-53 - JAMIE DAVID MITCHELL, até 14/11/2014

Processo Nº 08000.012537/2012-76 - PENG LI, até 31/12/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.012544/2012-78 - SEN LI, até 31/12/2012
Processo Nº 08000.012547/2012-10 - YUEMING WANG, até 31/12/2012
Processo Nº 08000.014972/2012-35 - WITOLD CHOJACZYK, até 22/12/2014
Processo Nº 08000.015173/2012-86 - VOLODYMYR IASHKOV, até 27/09/2013
Processo Nº 08000.015922/2012-75 - AHMAD BILAL SHEIKH, até 05/10/2013
Processo Nº 08000.016602/2012-32 - DAVID SAMUEL GREGORY, até 27/12/2014
Processo Nº 08000.017174/2012-65 - NILS KJETIL REITEN, até 14/09/2014
Processo Nº 08000.017217/2012-11 - JOHN SAMUEL TUCKER JR, até 07/01/2015
Processo Nº 08000.017376/2012-15 - ANTON HLADNIK, até 25/11/2014
Processo Nº 08000.017454/2012-73 - TERRY BROWN, até 14/09/2014.

Considerando o disposto nos arts. 14 e 16 da Lei nº 6.815/80, e os novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 14/07/2011, Seção 1, pág. 44, para DEFERIR a transformação do visto temporário item V em permanente, na forma do art. 37 c/c 18, ambos da referida Lei, vinculando a estada, pelo prazo de seis meses, à execução do respectivo contrato de trabalho. Processo Nº 08000.000331/2011-12 - MARIN GUY REGINA JOSEPH GHISLAIN DE LAVENNE DE LA MONTOISE, MARION PIERRE GHISLAINE DESCLOS LE PELEY DE LAVENNE DE LA MONTOISE, LADISLAS GEOFFROY MARIE DE LAVENNE DE LA MONTOISE, ARTHUR ANTOINE MARIE DE LAVENNE DE LA MONTOISE, DIMITRI DIEGO GHISLAINE MARIE DE LAVENNE DE LA MONTOISE e CLEMENT GUY CELINE MARIE DE LAVENNE DE LA MONTOISE.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o pedido de permanência com base em cônjuge, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08296.003448/2011-80 - LESLIE JOHN BRIGGS.

DEFIRO o pedido de permanência com base em prole, ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem. Processo Nº 08505.041941/2012-76 - ALEXANDRE ALVAREZ BRIA.

DEFIRO o pedido de permanência formulado pela nacional peruana CELINA MARIA CASTILLO ATENCIO, com base no art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80, bem assim para seus filhos JIMENA ALEJANDRA VILLACORTA CASTILLO, JOSE ARTURO VILLACORTA CASTILLO, com base no art. 2º, I, da Resolução Normativa n.36/99. Processo Nº 08220.009921/2011-16 - CELINA MARIA CASTILLO ATENCIO, JIMENA ALEJANDRA VILLACORTA CASTILLO e JOSE ARTURO VILLACORTA CASTILLO.

Tendo em vista o disposto na Portaria MJ 1.700/2011, DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação da residência provisória em permanente, abaixo relacionado(s), com base no art. 7º da Lei 11.961/2009:

Processo Nº 08505.066299/2011-57 - CONGLI WANG
Processo Nº 08460.031620/2011-46 - TAMIRIS DOS SANTOS CRISTOVAO
Processo Nº 08240.028605/2011-13 - DAVID ANGEL CEDANO PEREZ.

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional norte americano JOE GONSALVES, tendo em vista que o Requerente não foi localizada no endereço fornecido nos autos, restando impossível verificar a existência dos requisitos exigidos pelo art. 75, II, "a", da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08495.001489/2007-17 - JOE GONSALVES.

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional suiço WERNER XAVER KEMPF, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08492.004542/2009-15 - WERNER XAVER KEMPF.

INDEFIRO o pedido de permanência formulado pelo nacional colombiano JOSE JOAQUIN ROMERO BASALLO, tendo em vista que o Requerente não preenche os requisitos do art. 75, II, "b", da Lei 6.815/80. Processo Nº 08089.001323/2012-41 - JOSE JOAQUIN ROMERO BASALLO.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08389.017290/2012-77 - YURI ORLIK e LUZ CONSTANZA HERNANDEZ MARTINEZ, até 14/08/2013
Processo Nº 08460.013448/2012-20 - DANIELLE MARIA SOKOL, até 22/08/2013
Processo Nº 08506.008658/2012-22 - LUIS FRANCISCO GONZALES MIRANDA, até 30/01/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.008065/2012-57 - MEGUMI UEDA, até 23/07/2013
Processo Nº 08102.003171/2012-04 - AMANDA ROCIO MILAGROS ARIAS GUILLEN, até 21/04/2013
Processo Nº 08354.003594/2012-54 - ABDELASY BOLONHA DOS RAMOS DE SOUSA, até 14/08/2013
Processo Nº 08354.003626/2012-11 - SANDRO YOHASNER CHAVARRIA CONDEGA, até 02/08/2013
Processo Nº 08354.003631/2012-24 - MANUEL RICARDO TONI MAHUANGO, até 18/08/2013
Processo Nº 08354.003634/2012-68 - FELIPE MAYA TOBON, até 10/08/2013
Processo Nº 08354.003644/2012-01 - LUIS FERNANDO VASQUEZ ZORA, até 12/08/2013
Processo Nº 08354.003645/2012-48 - RONAL RODOLFO GARNELO ESCOBAR, até 29/08/2013
Processo Nº 08354.003652/2012-40 - ANA MARIA SAGRARIO TELLO, até 10/08/2013
Processo Nº 08354.003659/2012-61 - KARLA CATHERINE OTINIANO RODRIGUEZ, até 18/08/2012
Processo Nº 08354.003670/2012-21 - IVANDRO CARLOS HASSANJI REMANE, até 17/08/2013
Processo Nº 08460.016902/2012-02 - ARNAUD PHILIPPE MARIE DE REGIS DE LA COLOMBIERE, até 20/07/2013
Processo Nº 08460.016909/2012-16 - SIMON RICHARD GRIFFITHS, até 31/08/2013
Processo Nº 08460.016933/2012-55 - FILIPE ANDRE FILHO, até 17/07/2013
Processo Nº 08504.010469/2012-30 - ERICA SAMOA MAURICIO DE GOUVEIA LEITE, até 21/06/2013
Processo Nº 08504.010475/2012-97 - CARLOS ULBER DOMINGUEZ VEGA, até 17/06/2013
Processo Nº 08504.010676/2012-94 - FREDERICO CAMBAMBI HAMUYELA MISSAO, até 17/07/2013
Processo Nº 08506.007615/2012-20 - GARDIE NAGELIE DESIR, até 08/02/2013
Processo Nº 08707.001949/2012-23 - DANIEL GUSTAVO SAN MARTIN SANTIBANEZ, até 20/03/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08354.003663/2012-20 - EVA FRANCINY MONTAS D OLEO, até 20/07/2013
Processo Nº 08504.010579/2012-00 - DAVID ANTONIO DOS REIS VAZ, até 13/08/2013
Processo Nº 08504.010582/2012-15 - VANIA MARIA VEIGA GOMES VAZ, até 12/08/2013.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.000629/2012-22 - SHIYUAN TIAN, até 20/02/2013
Processo Nº 08505.041525/2012-78 - ISABEL MARTIN FERREIRO, até 25/05/2013
Processo Nº 08505.059191/2012-99 - GEORGIOS DIMITRIADIS, até 29/06/2013.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.005181/2012-53 - MARC BERNARD EUZEKIEL BELL NONOK DONNA, até 18/08/2013
Processo Nº 08280.003290/2012-06 - GABRIELLE GAUDET DROUIN, até 24/07/2013
Processo Nº 08280.003567/2012-92 - ELIZABETH DEL SOCORRO RUANO IBARRA, até 06/08/2013
Processo Nº 08280.003589/2012-52 - JOEL DANIEL AGUILAR AYALA, até 19/07/2013
Processo Nº 08280.003632/2012-80 - MELISSA ARAGON ESCOBEDO, até 05/08/2013
Processo Nº 08280.003684/2012-56 - LUIS ANGEL SANTOS GRACIA, até 10/08/2013
Processo Nº 08386.014083/2012-91 - JOSE EDUARDO QUISSUA QUINDUMBO e CHISSOLA FILOMENA ALFREDO SEBASTIAO QUINDUMBO, até 05/08/2013
Processo Nº 08457.010419/2012-65 - ANA LUISA TELLERIA NAVARRO, até 21/08/2013
Processo Nº 08506.008625/2012-82 - TOMY FELIXON, até 10/02/2013
Processo Nº 08506.008629/2012-61 - PHILEMON DELVA, até 08/02/2013
Processo Nº 08506.008651/2012-19 - LISBET GREENUP CARRAZANA, até 07/07/2013
Processo Nº 08506.008665/2012-24 - LANOUSSE PETIOTE, até 10/02/2013
Processo Nº 08506.008667/2012-13 - JOSEPH ENOCK PLACIDE, até 08/02/2013
Processo Nº 08506.008672/2012-26 - JEAN RENEL FRANCOIS, até 10/02/2013
Processo Nº 08506.008675/2012-60 - JEAN GARDY VERSAILLOT, até 21/03/2013
Processo Nº 08506.008678/2012-01 - ISMANE DESROSIERS, até 08/02/2013
Processo Nº 08506.008679/2012-48 - GUERNAUD CHARLES, até 08/02/2013
Processo Nº 08506.008695/2012-31 - FRANCKY ALTINEUS, até 08/02/2013.

INDEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item IV, nos termos do art. 38 da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que no momento da autuação o estrangeiro encontrava-se em situação irregular no país. Processo Nº 08451.004352/2012-80 - SERGIO GARCIA TRAVIESO.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

## DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

### PORTARIA Nº 265, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa, na Portaria MJ nº 1.643, de 03 de agosto de 2012, publicada no DOU de 06 de agosto de 2012, resolve classificar os jogos:

Título: DAMN! COCKROACHES! (Brasil - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: GAMUX
Distribuidor(es): GAMUX
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Aventura
Plataforma: Windows Phone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006032/2012-93
Requerente: BRUNO AGUIAR DE MELO

Título: RECKLESS RACING ULTIMATE (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: MICROSOFT GAMES STUDIO
Distribuidor(es): Xbox LIVE Marketplace
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox 360/Computador PC/Windows Phone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006045/2012-62
Requerente: Microsoft Informática Ltda.

Título: ROCKET RIOT 3D (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: MICROSOFT GAMES STUDIO
Distribuidor(es): Xbox LIVE Marketplace
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação
Plataforma: Xbox 360/Computador PC/Windows Phone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.006046/2012-15
Requerente: Microsoft Informática Ltda.

Título: 4 ELEMENTS II: SPECIAL EDITION (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: MICROSOFT GAMES STUDIO
Distribuidor(es): Xbox LIVE Marketplace
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Xbox 360/Computador PC/Windows Phone
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006047/2012-51
Requerente: Microsoft Informática Ltda.

Título: TOMB RAIDER (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: SQUARE ENIX CO.
Distribuidor(es): Ecogames
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação/Aventura/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006049/2012-41
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: THE SIMS 3 VIDA UNIVERSITÁRIA (Estados Unidos da América - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.006051/2012-10
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: TIGER WOODS PGA TOUR 14 (Estados Unidos da América - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006052/2012-64

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: CASTLEVANIA: LORDS OF SHADOW - MIRROR OF FATE (Reino Unido - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: KONAMI DIGITAL ENTERTAINMENT, INC.
Distribuidor(es): Positivo Informática S/A
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Categoria: Aventura/Ação/Plataforma
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Nintendo 3DS/Wii U
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006053/2012-17
Requerente: Positivo Informática S/A.

Título: THE SIMS 3 MONTE VISTA (Estados Unidos da América - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: ELECTRONIC ARTS
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Simulação
Plataforma: Computador PC / MAC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.006055/2012-06
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: MODERN WAR (Estados Unidos da América - 2011)
Titular dos Direitos Autorais: FREE
Distribuidor(es): SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 16 (dezesseis) anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: Telefone Celular
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 12 (doze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006056/2012-42
Requerente: SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA.

Título: RAYMAN LEGENDS (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Wii/Wii U
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006062/2012-08
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: RAYMAN LEGENDS (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006063/2012-44
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: RAYMAN LEGENDS (França - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: UBISOFT
Distribuidor(es): NC Games & Entertainment
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma
Plataforma: PlayStation Vita
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Processo: 08017.006064/2012-99
Requerente: NC GAMES & ARCADES C.I.E.L.F.M LTDA

Título: ZACK ZERO (Espanha - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: CROCODILE ENTERTAINMENT
Distribuidor(es): SONY COMPUTER ENTERTAINMENT AMERICA LLC
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Ação/Plataforma
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006065/2012-33
Requerente: CROCODILE ENTERTAINMENT

Título: BIOSHOCK INFINITE (Estados Unidos da América - 2012)
Titular dos Direitos Autorais: TAKE-TWO INTERACTIVE SOFTWARE
Distribuidor(es): Ecogames
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação/Aventura/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.006066/2012-88
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: PHANTOM BREAKER: BATTLE GROUND (Japão - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: MAGES, INC.
Distribuidor(es): MAGES, INC.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 10 (dez) anos
Categoria: Ação/Luta
Plataforma: Xbox 360
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Livre
Contém: Violência
Processo: 08017.006067/2012-22
Requerente: MAGES INC.

Título: GEARS OF WAR: JUDGMENT (Estados Unidos da América - 2013)
Titular dos Direitos Autorais: MICROSOFT STUDIOS
Distribuidor(es): MICROSOFT INFORMÁTICA LTDA.
Classificação Pretendida: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação/Tiro em Terceira Pessoa
Plataforma: Xbox 360/Computador PC
Tipo de Análise: Sinopse
Classificação: Não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência Extrema
Processo: 08017.006054/2012-53
Requerente: Microsoft Informática Ltda.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

**DESPACHO DO DIRETOR ADJUNTO**
Em 17 de dezembro de 2012

O Diretor Adjunto, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria MJ nº 1.100, de 14 de julho de 2006, publicada no DOU de 20 de julho de 2006, resolve:

Processo MJ nº 08017.008529/2012-46
Trailer: "MATO SEM CACHORRO"
Requerente: W Mix Distriduidora Ltda. (SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP).
Classificação Pretendida: Livre

Deferir parcialmente o pedido de reconsideração, classificando o trailer "MATO SEM CACHORRO" como "Não recomendado para menores de 10 (dez) anos", por apresentar conteúdo sexual.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

## Ministério da Previdência Social

### SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
### DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

**PORTARIAS DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44011.000453/2012-24, comando nº 356630007, resolve:

N° 733 - Art.1º Encerrar o Plano de Benefícios II AEROCLUBE - CNPB nº. 1994.0032-19, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 16 de fevereiro de 2005, seção 1, página 17, exclusivamente com relação ao plano mencionado.
Art. 2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 1994.0032-19 do Plano de Benefícios II AEROCLUBE, administrado pelo Aerus - Instituto de Seguridade Social.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA DE ANÁLISE TÉCNICA SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e tendo em vista a Resolução CGPC nº 14 de 1º de outubro de 2004, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44011.000452/2012-80, comando nº 356629595, resolve:

N° 734 - Art.1º Encerrar o Plano de Benefícios II IATA - CNPB nº. 1994.0037-74, cessando-se os efeitos da Portaria SPC nº 177, de 15 de fevereiro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 16 de fevereiro de 2005, seção 1, página 17, exclusivamente com relação ao plano mencionado.
Art. 2º Extinguir o código do CNPB - Cadastro Nacional de Plano de Benefícios nº 1994.0037-74 do Plano de Benefícios II IATA, administrado pelo Aerus - Instituto de Seguridade Social.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELAINE DE OLIVEIRA CASTRO

## Ministério da Saúde

### GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA Nº 2.856, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Habilita o Hospital Geral Roberto Santos de Salvador (BA) como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC e estabelece recursos financeiros a serem alocados no Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado da Bahia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria n° 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria n° 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 664/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Trombólise no Acidente Vascular Cerebral Isquêmico Agudo;

Considerando a Portaria n° 665, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC;

Considerando a Avaliação Técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade - CGMAC/DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento de saúde, descrito no Anexo I a esta Portaria, como Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC - código 16.17 e o número de leitos da Unidade de Cuidado Integral ao AVC.

Art. 2º Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 3º Ficam estabelecidos recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado da Bahia, conforme anexo II a esta Portaria, destinados ao custeio dos leitos da Unidade de Cuidado Integral e Agudo ao paciente com AVC do Hospital Geral Roberto Santos de Salvador (BA) (código CNES: 0003859).

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, ao Fundo Estadual de Saúde da Bahia, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no anexo II a esta Portaria.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objetos do anexo II a esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (RAU-SOS).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência novembro de 2012.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO I

| Estabelecimento/ Município/UF | CNES | CNPJ | Número de leitos |
|---|---|---|---|
| Hospital Geral Roberto Santos de Salvador/BA | 0003859 | 13937131005372 | 14 |
| Código da habilitação | 16.17 - Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC | | |

ANEXO II

| IBGE | MUNICÍPIO | TOTAL | GESTÃO |
|---|---|---|---|
| 292740 | SALVADOR | 1.552.162,50 | ESTADUAL |

**PORTARIA Nº 2.857, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Estabelece recurso a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Ofício nº 1.389, 22 de novembro de 2012, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia; e

Considerando a necessidade da expansão da oferta de serviços de saúde no Estado da Bahia, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante de R$ 17.983.424,38 (dezessete milhões, novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), a ser disponibilizado ao Estado da Bahia e Município de Salvador, conforme anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Os recursos serão disponibilizados ao Estado da Bahia e Município de Salvador, em parcela única, excepcionalmente na competência novembro de 2012.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585- 0029 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO

| Estabelecimentos | CNES | Gestão | Valor |
|---|---|---|---|
| LIGA BAHIANA CONTRA O CANCER | 0003786 | Municipal | 6.032.111,36 |
| SANTA CASA MIS. BAHIA / HOSP. SANTA IZABEL | 0003832 | Municipal | 3.185.640,45 |
| HOSP. S. RAFAEL | 0003808 | Municipal | 1.715.989,64 |
| REAL SOCIEDADE ESPANHOLA DE BENEF | 0004057 | Municipal | 569.163,72 |
| LIGA ÁLVARO BAHIA CONTRA MORT. INFANTIL | 0004278 | Municipal | 922.569,46 |
| HOSPITAL DA SAGRADA FAMÍLIA | 2470667 | Municipal | 362.500,36 |
| Total Gestão Municipal | | | 12.787.974,99 |
| HOSPITAL SANTO ANTONIO - O S IRMÃ DULCE | 2802104 | Estadual | 5.195.449,39 |
| Total Geral | | | 17.983.424,38 |

**RETIFICAÇÕES**

Na Portaria nº 1.343/GM/MS, de 29 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 2 de julho de 2012, Seção I, páginas 74 e 75,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARA | 74031.865000/1120-10 | 27030009 | 283.400,00 | 10.302.2015.8535.0023 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARA | 74031.865000/1120-10 | 27030009 | 286.000,00 | 10.302.2015.8535.0023 |

Na Portaria nº 1.364/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, páginas 47 e 48,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | PORTO VELHO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE RONDONIA | 00733.062000/1120-05 | 26330004 | 651.170,00 | 10.302.2015.8535.0011 |
| SP | PINDAMONHANGABA | PREFEITURA MUNICIPAL PINDAMONHANGABA | 45226.214000/1120-03 | 25340007 | 240.800,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RO | PORTO VELHO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE RONDONIA | 00733.062000/1120-05 | 26330004 | 697.870,00 | 10.302.2015.8535.0011 |
| SP | PINDAMONHANGABA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PINDAMONHANGABA | 45226.214000/1120-03 | 25340007 | 250.000,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Na Portaria nº 1.366/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, páginas 49 e 50,
ANEXO I
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| MG | ITACARAMBI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ITACARAMBI | 11456.098000/1120-01 | 291.590,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| MG | ITACARAMBI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ITACARAMBI | 11456.098000/1120-01 | 291.070,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

ANEXO II - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - SOS - PI: RAU-SOS
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| RJ | RIO DE JANEIRO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE RIO DE JANEIRO | 42498.717000/1120-02 | 1.495.700,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| RJ | RIO DE JANEIRO | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE RIO DE JANEIRO | 42498.717000/1120-02 | 1.384.100,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

ANEXO III - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE CEARÁ | 74031.865000/1120-23 | 2.856.910,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE CEARÁ | 74031.865000/1120-23 | 2.852.420,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Na Portaria nº 1.368/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, páginas 50 e 51,
ANEXO II - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE | 25053.117000/1120-06 | 92.152,50 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE | 25053.117000/1120-06 | 92.552,50 | 10.302.2015.8933.0001 |

Na Portaria nº 1.369/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, páginas 51 e 52,
ANEXO II - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE TO-CANTINS | 25053.117000/1120-05 | 831.270,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE TO-CANTINS | 25053.117000/1120-05 | 827.740,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

ANEXO IV - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PB | JOÃO PESSOA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA | 08778.326000/1120-01 | 1.160.056,50 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PB | JOÃO PESSOA | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA | 08778.326000/1120-01 | 1.155.056,50 | 10.302.2015.8933.0001 |

ANEXO V - VIVER SEM LIMITE - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PI: RDE-RDEF
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| SE | ARACAJU | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ARACAJU | 11718.406000/1120-03 | 284.050,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| SE | ARACAJU | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ARACAJU | 11718.406000/1120-03 | 214.500,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Na Portaria nº 1.370/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 3 de julho de 2012, Seção I, página 49,
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | SÃO JOÃO DO MERITI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO MERITI | 29138.336000/1120-06 | 24990001 | 1.999.998,00 | 10.122.2015.4525.0168 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | SÃO JOÃO DO MERITI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO MERITI | 29138.336000/1120-06 | 24990001 | 2.000.000,00 | 10.122.2015.4525.0168 |

Na Portaria nº 1.381/GM/MS, de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, página 57,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | IGUABA GRANDE | FUNDO MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE | 01615.882000/1120-01 | 25920002 | 500.000,00 | 10.302.2015.8535.0033 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | IGUABA GRANDE | FUNDO MUNICIPAL DE IGUABA GRANDE | 01615.882000/1120-01 | 25920002 | 422.400,00 | 10.302.2015.8535.0033 |

Na Portaria nº 1.383/GM/MS, de 3 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 128, de 4 de julho de 2012, Seção I, página 58,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ | 07954.571000/1120-02 | 23570018 | 1.869.770,00 | 10.302.2015.8535.0210 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ | 07954.571000/1120-02 | 23570018 | 1.854.770,00 | 10.302.2015.8535.0210 |

Na Portaria nº 1.395/GM/MS, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 129, de 5 de julho de 2012, Seção I, páginas 59 e 60,
ANEXO II - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - UPA - PI: RAU-UPA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| CE | SOBRAL | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL | 07598.634000/1120-05 | 663.219,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia- se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| CE | SOBRAL | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL | 07598.634000/1120-05 | 671.419,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Na Portaria nº 1.402/GM/MS, de 5 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 6 de julho de 2012, Seção I, páginas 59 e 60,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | MARÍLIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARÍLIA | 14278.219000/1120-02 | 31350001 | 18.830,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | MARÍLIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARÍLIA | 14278.219000/1120-02 | 31350001 | 20.000,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Na Portaria nº 1.456/GM/MS, de 6 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 130-A, de 6 de julho de 2012, Edição Extra, página 6,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | MANAUS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS | 06023.708000/1120-03 | 29090007 | 3.018.532,00 | 10.302.2015.8535.0200 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AM | MANAUS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAZONAS | 06023.708000/1120-03 | 29090007 | 3.022.932,00 | 10.302.2015.8535.0200 |

Na Portaria nº 1.642/GM/MS, de 30 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 31 de julho de 2012, página 29,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | GASPAR | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR | 83102.244000/1120-01 | 25700008 | 200.000,00 | 10.302.2015.8535.0042 |
| SP | MARÍLIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILIA | 14278.219000/1120-03 | 31350001 | 228.477,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| SC | GASPAR | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR | 83102.244000/1120-01 | 25700008 | 150.413,60 | 10.302.2015.8535.0042 |
| SP | MARÍLIA | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARILIA | 14278.219000/1120-03 | 31350001 | 227.647,00 | 10.302.2015.8535.0035 |

Na Portaria nº 1.643/GM/MS, de 30 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 147, de 31 de julho de 2012, página 29,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBER RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | JAPERI | FUNDO MUNICIPAL DE JAPERI | 39485.396000/1120-01 | 27930010 | 750.000,00 | 10.122.2015.4525.0033 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| RJ | JAPERI | FUNDO MUNICIPAL DE JAPERI | 39485.396000/1120-01 | 27930010 | 749.999,98 | 10.122.2015.4525.0033 |

Na Portaria nº 1.875/GM/MS, de 31 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 171, de 3 de setembro de 2012, Seção I, página 113,
ANEXO
MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | HORIZONTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HORIZONTE | 23555.196000/1120-01 | 20700005 | 473.755,00 | 10.302.2015.8535.0023 |
| PB | CONGO | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO | 08870.164000/1120-02 | 35300008 | 59.595,00 | 10.302.2015.8535.0025 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | HORIZONTE | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HORIZONTE | 23555.196000/1120-01 | 20700005 | 457.759,00 | 10.302.2015.8535.0023 |
| PB | CONGO | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONGO | 08870.164000/1120-02 | 35300008 | 60.285,00 | 10.302.2015.8535.0025 |

Na Portaria nº 2.354/GM/MS, de 10 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 198, de 11 de outubro de 2012, Seção I, página 51,
ANEXO
MUNICÍPIOS E ESTADO HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | SARANDI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SARANDI | 78200.482000/1120-02 | 28780010 | 500.000,00 | 10.302.2015.8535.0041 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PR | SARANDI | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SARANDI | 78200.482000/1120-02 | 28780010 | 470.461,94 | 10.302.2015.8535.0041 |

Na Portaria nº 2.412/GM/MS, de 19 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 22 de outubro de 2012, Seção I, página 55,
ANEXO
MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ | 74031.865000/1120-16 | 27030009 | 249.336,00 | 10.302.2015.8535.0023 |
| SC | FLORIANÓPOLIS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA | 80673.411000/1120-01 | 29060003 | 1.000.000,00 | 10.302.2015.8535.0042 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| CE | FORTALEZA | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ | 74031.865000/1120-16 | 27030009 | 263.086,00 | 10.302.2015.8535.0023 |
| SC | FLORIANÓPOLIS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA | 80673.411000/1120-01 | 29060003 | 991.800,00 | 10.302.2015.8535.0042 |

Na Portaria nº 2.428/GM/MS, de 19 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 22 de novembro de 2012, Seção I, página 59,
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | CERES | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERES | 11111.771000/1120-01 | 19600011 | 199.178,45 | 10.302.2015.8535.0052 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GO | CERES | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERES | 11111.771000/1120-01 | 19600011 | 171.530,45 | 10.302.2015.8535.0052 |

Na Portaria nº 2.495/GM/MS, de 1º de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 5 de novembro de 2012, Seção I, página 52,
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | SALINAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALINAS | 24359.333000/9120-02 | 28880002 | 197.000,00 | 10.302.2015.8535.0031 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | EMENDA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | SALINAS | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALINAS | 24359.333000/9120-02 | 28880002 | 181.000,00 | 10.302.2015.8535.0031 |

Na Portaria nº 2.497/GM/MS, de 1º de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 213, de 5 de novembro de 2012, Seção I, página 54,
ANEXO V - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PB | BELÉM | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM | 11429.813000/1120-01 | 460.010,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PB | BELÉM | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELÉM | 11429.813000/1120-01 | 456.010,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

Na Portaria nº 2.636/GM/MS, de 20 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 224, de 21 de novembro de 2012, Seção I, páginas 59, 60 e 61,
ANEXO II - REDE DE ATENÇÃO ÀS URGÊNCIAS - HOSPITALAR - PI: RAU-HOSP
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| MG | CONTAGEM | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM | 18715.508000/1120-03 | 3.000.000,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| MG | CONTAGEM | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM | 18715.508000/1120-03 | 2.903.275,00 | 10.302.2015.8933.0001 |

ANEXO IV - REDE CEGONHA - PI: RCE-RCEG
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO TOCANTINS | 25053.117000/1120-23 | 175.800,00 | 10.302.2015.20R4.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| TO | PALMAS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO TOCANTINS | 25053.117000/1120-23 | 186.300,00 | 10.302.2015.20R4.0001 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO V - VIVER SEM LIMITE - PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PI: RDE-RDEF
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| SC | FLORIANOPOLIS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA | 80673.411000/1120-33 | 51.500,00 | 10.301.2015.6181.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| SC | FLORIANOPOLIS | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA | 80673.411000/1120-33 | 68.500,00 | 10.301.2015.6181.0001 |

ANEXO VI - REDE DE PREVENÇÃO, DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CÂNCER DE COLO E MAMA - PI: RCA-RCAN
Onde se lê:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PA | BELEM | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ | 05054.929000/1120-12 | 423.160,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

Leia-se:

| UF | MUNICÍPIO | ENTIDADE | NÚMERO DA PROPOSTA | VALOR | FUNCIONAL PROGRAMÁTICA |
|---|---|---|---|---|---|
| PA | BELEM | FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ | 05054.929000/1120-12 | 410.410,00 | 10.302.2015.8535.0001 |

## SECRETARIA EXECUTIVA

### PORTARIA Nº 1.056, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 1º, da Portaria GM/MS nº 656, de 12 de abril de 2012, e

Considerando a necessidade de ajustar as dotações orçamentárias do Fundo Nacional de Saúde, acrescidas ou incluídas pelo Congresso Nacional, com vistas a celebração de convênios com Estados, Municípios e Entidades Privadas, bem como reforçar dotações aplicadas diretamente; e

Considerando as informações e justificativas constantes do Processo nº 25000.212306/2012-80, resolve:

Art. 1º Promover na forma do anexo a esta Portaria, em consonância ao estabelecido no inciso II § 2º do art. 52 da Lei nº 12.465, de 12.08.11 (LDO 2012), a alteração de modalidade de aplicação de dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 12.595, de 19.01.2012.

MARCIA APARECIDA DO AMARAL

ANEXO

Seguridade Social
R$ 1,00

| CÓDIGO | IDOC | CE | GR | MOD | FTE | VALOR ACRÉSCIMO | VALOR REDUÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 36000 | | | | | | 1.200.000 | 1.200.000 |
| 36901 | | | | | | 1.200.000 | 1.200.000 |
| 10.301.2015.8581 | | | | | | 1.200.000 | 1.200.000 |
| 10.301.2015.8581.0026 | | | | | | 1.200.000 | 1.200.000 |
| | 9999 | 4 | 4 | 40 | 153 | | 1.200.000 |
| | 9999 | 4 | 4 | 50 | 153 | 1.200.000 | |

## DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

### PORTARIA Nº 114, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2012

O Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde no uso de suas atribuições, consoante delegação que lhe foi conferida pela Portaria SE/MS nº 1.754/2004 e em conformidade com as disposições da IN/STN/MF nº. 1/1997, e suas modificações, observadas as disposições do Processo nº 25000.220629/2008-61, resolve:

Art. 1º. Prorrogar, até 30/06/2013, o prazo de execução do Plano de Trabalho aprovado pela Portaria SE/MS nº. 755/2008 publicada no DOU nº 251, Seção 1, de 26/12/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de assinatura.

ANTONIO CARLOS ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR

## CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

### RESOLUÇÃO Nº 460, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2012

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Ducentésima Trigésima nona Reunião Ordinária, realizada nos dias 07 e 08 de novembro de 2012, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e

Considerando o que dispõe a Lei n 8142, de 28 de dezembro de 1990, sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a transferência intergovernamentais de recursos financeiros na área da Saúde e dá outras providências.

Considerando a Lei nº 11.346/2006 - Lei de Segurança Alimentar e Nutricional, que considera "a alimentação adequada, um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana, devendo o poder público adotar políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população";

Considerando que o SUS é constituído pela conjugação das ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde executados pelos entes federativos, de forma direta ou indireta, mediante a participação complementar da iniciativa privada, sendo organizado de forma regionalizada e hierarquizada;

Considerando que Rede de Atenção à Saúde é um conjunto de ações e serviços de saúde articulados em níveis de complexidade crescente, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência à saúde;

Considerando que pesquisa feita em 2005, na cidade de São Paulo, aponta 1 celíaco em cada grupo de 214 doadores de sangue (PALMERO, Ricardo - UNIFESP), o que se pode afirmar que, no Brasil, existem quase 1 milhão de celíacos, estando a grande maioria deles sem diagnóstico; e

Considerando as competências dos conselhos de políticas públicas que preceitua: a) propor a criação, modificação e extinção de políticas públicas quando for o caso, para que as ações públicas sejam compatíveis com a promoção de direitos; b) exigir a incorporação da dimensão de obrigações públicas nas rotinas e procedimentos dos conselhos; c) usar os instrumentos de exigibilidade existentes e lutar pela instituição de novos instrumentos de recursos, resolve:

Aprovar a criação de um Comitê Técnico Intersetorial de Atenção Integral às Pessoas Celíacas, composto por:

a) 4 (quatro) representantes do Ministério da Saúde sendo:

- 2 (dois) representante da Secretaria de Atenção à Saúde - SAS;

- 1 (um) representante da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS;

- 1 (um) representante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP.

b) 5 (cinco) representantes do Conselho Nacional de Saúde sendo:

- 1 (um) representante da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição - CIAN;

- 1 (um) representante da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher - CISMU;

- 1 (um) representante da Comissão Intersetorial de Atenção Integral à Saúde da Criança, do Adolescente e do Jovem - CIASAJ;

- 1 (um) representante da Comissão Intersetorial de Saúde do Idoso - CISId;

- 1 (um) Conselheiro Nacional de Saúde;

c) 1 (um) representante do Ministério da Educação - MEC;

d) 1 (um) representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;

e) 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG;

f) 1 (um) representante do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT;

g) 1 (um) representante do Ministério da Justiça - MJ;

h) 1 (um) representante do Ministério Público Federal - MPF;

i) 1 (um) representante do Ministério da Previdência Social - MPS;

j) 1 (um) representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

k) 3 (três) representantes indicados pela Federação Nacional de Associações de Celíacos do Brasil - FENACELBRA;

l) 1 (um) representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

m) 1 (um) representante do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS;

n) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde - CONASEMS;

o) 1 (um) representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

p) 1 (um) representante da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

q) 1 (um) representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

O objetivo do referido Comitê será elaborar, planejar, monitorar e avaliar a "Política Intersetorial de Atenção Integral para Pessoas Celíacas".

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 460, de 8 de novembro de 2012, nos termos do Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA
Ministro de Estado da Saúde

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
## DIRETORIA COLEGIADA

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.338, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PLANCOR LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.834121/2011-12, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na operadora PLANCOR LTDA., registro ANS nº 40.514-1, inscrita no CNPJ sob o nº 65.378.606/0001-00, e com fulcro no Inciso II, do Artigo 99, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora o dia 18 de dezembro de 2009.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.339, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial na operadora OPEN SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.278786/2011-25, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na operadora OPEN SAÚDE LTDA., registro ANS nº 37.660-4, inscrita no CNPJ sob o nº 00.643.479/0001-84, e com fulcro no Inciso II, do Artigo 99, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora o dia 12 de dezembro de 2010.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.340, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Técnica na operadora GAMA ODONTO S/A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.138951/2009-92, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Técnica na operadora GAMA ODONTO S/A, registro ANS nº 40.919-7, inscrita no CNPJ sob n.º 29.411.345/0001-10.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.341, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora GAMA ODONTO S/A.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.138947/2009-24, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora GAMA ODONTO S/A, registro ANS nº 40.919-7, inscrita no CNPJ sob n.º 29.411.345/0001-10.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.342, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o encerramento do regime especial de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora UNIODONTO de Barretos Cooperativa Odontológica.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando os elementos constantes do processo administrativo n.º 33902.691448/2011-85, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, na forma do disposto no inciso I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica encerrado o Regime de Direção Fiscal e posterior cancelamento do registro da operadora UNIODONTO de Barretos Cooperativa Odontológica, registro ANS nº 30.769-6, inscrita no CNPJ sob n.º 02.320.499/0001-40.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.343, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a concessão de nova portabilidade especial aos beneficiários da operadora ODONTOPLAN - Odontologia Planejada S/C Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de dezembro de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes do processo administrativo nº 33902.477604/2011-05, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora ODONTOPLAN - Odontologia Planejada S/C Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 51.894.483/0001-56, registro ANS nº 40.430-6, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na ODONTOPLAN, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a ODONTOPLAN deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.344, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 12 de dezembro de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.610892/2012-99, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 16 de julho de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora VIVERMAIS Assistência Médica Ltda, registro ANS nº 41.725-4, inscrita no CNPJ sob o nº 11.182.842/0001-28.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

### RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1.345, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a prorrogação da portabilidade especial aos beneficiários da operadora IDEAL SAÚDE LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 12 de dezembro de 2012, considerando as anormalidades econômico-financeiras, assistenciais e administrativas graves, constantes do processo administrativo nº 33902.122816/2012-21, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Interino, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da operadora IDEAL SÁUDE Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.516.381/0001-54, registro ANS nº 41.217-1, exerçam a portabilidade especial de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, na forma prevista na Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2008, alterada pela Resolução Normativa nº 252, de 28 de abril de 2011, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade especial de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na IDEAL SAÚDE, pode exercer a portabilidade especial de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino.

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade especial de carências tratada nesse artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade especial de carências tratada nesse artigo os requisitos previstos nos incisos I e II e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 3º de Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 2º Aplicam-se à portabilidade especial de carências os requisitos previstos nos incisos III, IV e V e o disposto no § 1º do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009.

§ 3º Na portabilidade especial de carências, a comprovação de cumprimento do requisito previsto no inciso I do artigo 3º da Resolução Normativa nº 186, de 14 de janeiro de 2009 se dá através da apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos quatro boletos vencidos, referentes ao período dos últimos seis meses.

§ 4º A partir da publicação desta Resolução Operacional, a IDEAL SAÚDE deve enviar comunicado a todos os seus beneficiários, por qualquer meio que assegure a sua ciência, no prazo de 10 (dez) dias, informando a abertura de prazo para exercício da portabilidade especial de carências.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

## DECISÕES DE 6 DE DEZEMBRO DE 2012

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 356ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 7 de novembro de 2012, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Deliberação | Beneficiário |
|---|---|---|---|---|
| 33902.032337/2006-75 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | C.A.D.R |
| 33902.205291/2006-10 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.D.P.C |
| 33902.007616/2008-62 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo não conhecimento eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | L.D.S |
| 33902.200730/2007-89 | UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | J.P.C |
| 33902.146532/2007-62 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.A.M |
| 33902.162456/2007-32 | UNIMED DE MARINGÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | E.A.N |
| 33902.113921/2004-69 | UNIMED RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | P.R.O |
| 33902.208318/2007-15 | UNIMED SÃO JOSÉ DO RIO PRETO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | G.M.S.T |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 357ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 13 de novembro de 2012, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

| Processo ANS n.º | Nome da Operadora | Relator | Deliberação | Beneficiário |
|---|---|---|---|---|
| 33902.176646/2007-37 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | J.C.J |
| 33902.010123/2008-18 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.A.S.R |
| 33902.154644/2007-97 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo não conhecimento eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou procedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | L.S.B |
| 33902.032966/2006-03 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.M.T |
| 33902.181304/2007-39 | MEDIAL SAÚDE S/A | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | J.A.C |
| 33902.156343/2008-89 | UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA | DIFIS | Pelo não conhecimento eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.O.L |
| 33902.156330/2008-18 | UNIMED BH COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA | DIFIS | Pelo não conhecimento eis que intempestivo, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.C.R |
| 33902.094168/2008-29 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | A.M.S |
| 33902.132065/2008-74 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | M.T.P |
| 33902.061966/2008-74 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | T.P.F |
| 33902.095119/2008-11 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | A.R.L |
| 33902.017279/2008-11 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | L.P |
| 33902.146790/2008-20 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | L.A.B |
| 33902.064260/2008-99 | UNIMED CURITIBA SOCIEDADE COOPERATIVA DE MÉDICOS | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | A.P.D |
| 33902.159070/2007-43 | UNIMED DE MARINGÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | A.D.V |
| 33902.155196/2005-87 | UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | J.M.V |
| 33902.157612/2008-24 | UNIMED NORTE PIONEIRO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | L.F.M.G |
| 33902.156616/2008-95 | UNIMED PATO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | A.S.G |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 33902.156651/2008-12 | UNIMED PATO BRANCO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO LTDA | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | H.R |
| 33902.176660/2007-31 | UNIMED DE PRESIDENTE PRUDENTE COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância, que julgou improcedente a alegação de doença e lesão preexistente pela operadora. | P.G.C |

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO
Diretor-Presidente
Interino

**RETIFICAÇÃO**

Nas Decisões de 17 de outubro de 2012, publicadas no DOU nº 205, em 23 de outubro de 2012, seção 1, páginas 48 e 49:
onde se lê: "

| | | | |
|---|---|---|---|
| 33902.360769/2010-50 | POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICOS - HOSPITALARES | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS |

Leia-se:

| | | | |
|---|---|---|---|
| 33902.496940/2011-49 | POLICLIN S/A SERVIÇOS MÉDICOS - HOSPITALARES | DIFIS | Pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS |

## SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

### PORTARIA Nº 1.392, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Portaria nº 1.169/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 210, de 15 de junho de 2004, que define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e dá outras providências;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 403, de 31 de maio de 2006, que habilita em Alta Complexidade Cardiovascular, nos serviços de Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos da Cardiologia Intervencionista o estabelecimento de que trata esta Portaria;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 433, de 15 de maio de 2012, que suspende os parâmetros populacionais para habilitação, em Média e Alta Complexidade, das áreas de Cardiologia, Oftalmologia, Nefrologia e Neurocirurgia. Sendo mantidos os critérios técnicos definidos nas portarias das respectivas áreas, bem como avaliação técnica da Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade e o contexto das Redes de Atenção à Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Pernambuco e a aprovação da habilitação pela Comissão Intergestores Bipartite do Estado, por meio da Resolução CIB/PE nº 2068 de 03 de setembro de 2012; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde - Departamento de Atenção Especializada/Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade, resolve:

Art. 1º - Alterar a habilitação do estabelecimento de saúde a seguir para Centro de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular, para realizar procedimentos nos serviços especificados:

| Hospital/Município/UF | CNES | CNPJ |
|---|---|---|
| Hospital Agamenon Magalhaes/Recife/PE | 0000418 | 10572048000390 |
| - Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Cirurgia Vascular;<br>- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Procedimentos Endovasculares Extracardíacos;<br>- Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Laboratório de Eletrofisiologia. | | |

Art. 2º O custeio do impacto financeiro gerado por esta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde. Conforme Ofício SERS nº506/2012 de 06 de setembro de 2012, os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado de Pernambuco.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

### PORTARIA Nº 1.393, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

A Secretária de Atenção à Saúde Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3432/GM/MS, de 12 de agosto de 1998, que estabelece critérios de classificação e cadastramento para as Unidades de Tratamento Intensivo;

Considerando a Portaria nº 598/GM/MS, de 23 de março de 2006, que define o fluxo para credenciamento de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo;

Considerando os Planos de Ação Regional dos respectivos Estados; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAE/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo - UTI Tipo II, dos hospitais a seguir relacionados:

PERNAMBUCO

| CNPJ | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| 09.767.633/0001-02<br>CNES: 0000566 | Casa de Saúde Maria Lucinda - Fundação Manoel da Silva Almeida - Recife/PE | |
| 26.03 PEDIÁTRICO | | 07 |

| CNPJ | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| 10.072.296/0004-52<br>CNES: 2319454 | Hospital Memorial Guararapes - Instituto Alcides D'Andrade Lima - Jaboatão dos Guararapes/PE | |
| 26.01 ADULTO | | 20 |

Art. 2º Fica alterado, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, o número de leitos Tipo II da Unidade de Tratamento Intensivo-UTI dos Hospitais a seguir relacionados:

PERNAMBUCO

| CNPJ | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| 10.572.048/0006-32<br>CNES: 2427427 | Hospital Barão de Lucena - SES/PE - Recife/PE | |
| 26.01 ADULTO | | 20 |

| CNPJ | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| 11.022.597/0015-97<br>CNES: 3983730 | PROCAPE - Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco - Recife/PE | |
| 26.03 PEDIATRICO | | 10 |

PARANÁ

| CNPJ | Hospital | Nº leitos |
|---|---|---|
| 75.802.348/0001-00<br>CNES: 0013846 | Hospital Nossa Senhora do Rocio - Maternidade e Cirurgia N. Srª do Rocio - Campo Largo/PR | |
| 26.01 ADULTO | | 56 |

Art. 3º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 3432/1998, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

### PORTARIA Nº 1.394, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando as orientações contidas na Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que define e caracteriza as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial na rede SUS;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a alteração da modalidade dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde Mental - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica alterada a classificação anterior e ficam habilitados, a contar da publicação deste ato, os Centros de Atenção Psicossocial a seguir relacionados, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS:

| UF | Tipo | Especificação do Plano interno | CNES | CGC/ CNPJ | Município | Gestão do município | Gestão do serviço |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SP | CAPSad III | RSM-Crack | 2023431 | 13.704.311/001-83 | Campinas | Municipal | Municipal |
| PE | CAPS III | RSM-RSME | 5278333 | 10.392.418/0001-45 | Abreu e Lima | Municipal | Municipal |
| BA | CAPS II | RSM-RSME | 2414740 | 11.068.339/0001-46 | Itapetinga | Municipal | Municipal |
| MG | CAPS II | RSM-RSME | 3835839 | 12.457.838/0001-98 | Viçosa | Municipal | Municipal |
| MG | CAPS II | RSM-RSME | 8016569 | 20.583.431/0001-35 | Paracatu | Municipal | Municipal |
| MG | CAPS II | RSM-RSME | 2764415 | 18.017.392/0005-90 | Janaúba | Estadual | Municipal |

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**PORTARIA Nº 1.395, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

A Secretária de Atenção à Saúde - Substituta, no uso de suas atribuições,

Considerando as diretrizes e orientações contidas na Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);

Considerando a necessidade de reforçar a rede de atenção à Saúde Mental nas grandes cidades (incluindo regiões metropolitanas);

Considerando as orientações contidas na Portaria nº 336/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que define e caracteriza as modalidades dos Centros de Atenção Psicossocial na rede SUS;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras Drogas 24h (CAPS AD III);

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social; e

Considerando a documentação apresentada pelos Estados solicitando a habilitação dos Centros de Atenção Psicossocial e a correspondente avaliação pelo Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - Área Técnica de Saúde Mental - SAS/MS, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Centros de Atenção Psicossocial, a seguir relacionados, para realizar os procedimentos específicos previstos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS:

| UF | Tipo | Especificação do Plano Interno | CNES | CGC/ CNPJ | Município | Gestão do município | Gestão do serviço |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MG | CAPS AD III | RSM-Crack | 7125666 | 11.385.910/0001-56 | Brasília de Minas | Estadual | Municipal |
| MG | CAPS I | RSM-RSME | 7118163 | 13.701.950/0001-95 | Itaguara | Municipal | Municipal |
| MT | CAPS I | RSM-RSME | 7065477 | 00.965.152/0002-00 | Campinápolis | Municipal | Municipal |
| SC | CAPS I | RSM-RSME | 7008201 | 11.386.903/0001-79 | Mondaí | Municipal | Municipal |
| SP | CAPS AD III | RSM-Crack | 7024231 | 13.864.377/0001-30 | São Paulo | Municipal | Municipal |
| SP | CAPS II | RSM-RSME | 6924972 | 13.864.377/0001-30 | São Paulo | Municipal | Municipal |
| SP | CAPS AD III | RSM-Crack | 6964036 | 13.864.377/0001-30 | São Paulo | Municipal | Municipal |
| SP | CAPS II | RSM-RSME | 6130208 | 13.901.091/0001-88 | Atibaia | Municipal | Municipal |
| SP | CAPSad | RSM-Crack | 6964656 | 13.704.311/0001-83 | Campinas | Municipal | Municipal |
| SP | CAPSi | RSM-RSME | 2023075 | 13.704.311/0001-83 | Campinas | Municipal | Municipal |

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

LÊDA LÚCIA COUTO DE VASCONCELOS

**PORTARIA Nº 1.396, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Beneficência Portuguesa de Amparo, com sede em Amparo/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2640/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.011000/2010-46, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Beneficência Portuguesa de Amparo, CNES nº 2082195, inscrita no CNPJ nº 43.464.882/0001-59, com sede em Amparo/SP.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.397, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Obra Social São Vicente de Paulo, com sede em União dos Palmares/AL.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que atribui à Secretaria de Atenção a Saúde a competência para a condução do processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2408/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.141778/2010-89 (CNAS nº 71000.075574/2009-26), que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Obra Social São Vicente de Paulo, CNES nº 2705737, inscrita no CNPJ nº 12.383.618/0001-67, com sede em União dos Palmares/AL.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.398, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, com sede em Sacramento/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2633/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.059018/2010-29, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia de Sacramento, CNES nº 2109034, inscrita no CNPJ nº 24.334.112/0001-47, com sede em Sacramento/MG.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.399, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade Santa Isabel Santa Casa de Misericórdia Cidade Rio Preto, com sede em Rio Preto/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2625/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.665265/2009-25, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade Santa Isabel Santa Casa de Misericórdia Cidade Rio Preto, CNES nº 2796791, inscrita no CNPJ nº 24.287.484/0001-60, com sede em Rio Preto/MG.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.400, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital São Vicente de Paulo, com sede em Ilicínea/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2642/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.665345/2009-81, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital São Vicente de Paulo, CNES nº 2761173, inscrito no CNPJ nº 21.420.617/0001-36, com sede em Ilicínea/MG.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.401, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com sede em Salvador/BA.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 2.536, de 06 de abril de 1998 e suas alterações, que dispõe sobre a Concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos;

Considerando a competência prevista no art. 2º da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011; e

Considerando o Despacho nº 2623/2012-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo MS nº 25000.141844/2010-11 (CNAS nº 71010.003347/2009-80), que concluiu terem sido atendidos os requisitos do Decreto nº 2.536/1998, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica deferido o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, inscrita no CNPJ nº 15.153.745/0001-68, com sede em Salvador/BA.

Parágrafo único. A Renovação terá validade pelo período de 01/01/2010 a 31/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.402, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis, com sede em Rondonópolis/MT.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2634/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.214416/2010-14, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis, com sede em Rondonópolis/MT, CNES nº 2396866, inscrita no CNPJ nº 03.099.157/0001-04, com sede em Rondonópolis/MT.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.403, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Amparo à Criança e Família Carente de Itapetinga, com sede em Itapetinga/BA.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº 2611/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº 25000.017055/2010-60, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n° 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Associação de Amparo à Criança e Família Carente de Itapetinga, inscrita no CNPJ nº 03.063.097/0001-70, com sede em Itapetinga/BA.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.404, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina, com sede em Adamantina/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n°. 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº. 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº. 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº. 2645/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº. 25000.221936/2010-83, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n°. 12.101/2009, Decreto nº. 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Adamantina, CNES nº 2077647, inscrita no CNPJ nº 43.002.005/0001-66, com sede em Adamantina/SP.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.405, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade São José de Novo Horizonte, com sede em Novo Horizonte/SP.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n°. 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº. 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº. 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº. 2.641/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº. 25000.067789/2010-90, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n°. 12.101/2009, Decreto nº. 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Irmandade São José de Novo Horizonte, CNES nº 2088487, inscrita no CNPJ nº 53.174.827/0001-88, com sede em Novo Horizonte/SP.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.406, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja, com sede em Padre Paraíso/MG.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n°. 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº. 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº. 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº. 2643/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº. 25000.000030/2011-16, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n°. 12.101/2009, Decreto nº. 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde ao Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja, CNES nº 2208083, inscrito no CNPJ nº 18.929.463/0001-06, com sede em Padre Paraíso/MG.

Parágrafo único A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**PORTARIA Nº 1.407, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Defere o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Santo Antônio, com sede em Itapajé/CE.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições, e

Considerando a Lei n°. 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando o Decreto nº. 7.237, de 20 de julho de 2010, que regulamenta a Lei nº. 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social;

Considerando a Portaria nº. 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Saúde; e

Considerando o Despacho nº. 2656/2012-CGCER/DCE-BAS/SAS/MS, constante do Processo MS nº. 25000.104204/2010-20, que concluiu terem sido atendidos os requisitos constantes da Lei n°. 12.101/2009, Decreto nº. 7.237/2010, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferido o pedido de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde à Fundação Santo Antônio, CNES nº 4011325, inscrita no CNPJ nº 11.822.657/0001-50, com sede em Itapajé/CE.

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 03 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES JÚNIOR

**RETIFICAÇÃO**

No Art. 2º da Portaria SAS/MS nº 952, de 12 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 178, de 13 de setembro de 2012, Seção 1, p. 147:

ONDE SE LÊ:

Estabelecer que os recursos financeiros necessários para a habilitação desses serviços partirão do prestador Hospital Santa Lúcia, do município de Poços de Caldas-MG, conforme Ofício nº 009/-SCA de 27 de junho de 2012.

LEIA-SE:

Estabelecer que o custeio do impacto financeiro gerado por esta corra por conta do orçamento do Ministério da Saúde, conforme Ofício SUB.SPAS nº 0515/2012 de 20 de novembro de 2012. Os recursos serão alocados ao teto de Média e Alta Complexidade do Estado/Município de acordo com o vínculo do estabelecimento e a modalidade de gestão.

# Ministério das Cidades

## GABINETE DO MINISTRO

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo de Habilitação e Contratação relativo aos exercícios de 2012 e 2013 de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no PAC.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, e

Considerando o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 08 de novembro de 1990, que aprova o Regulamento Consolidado do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Considerando o disposto na Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, e na Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971;

Considerando o disposto na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;

Considerando o disposto no art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional e suas alterações e aditamentos;

Considerando o disposto nas Resoluções nº 40, de 20 de dezembro de 2001, e nº 43, de 21 de dezembro de 2001, com suas alterações e aditamentos, ambas do Senado Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, na Resolução nº 476, de 31 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 647, de 14 de dezembro de 2010, na Resolução nº 676, de 09 de novembro de 2011, todas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC II, em 29 de março de 2010, com previsão de investimentos em ações de saneamento, no período de 2010 a 2014, incluindo recursos provenientes de fontes de recursos onerosos;

Considerando a necessidade do Governo Federal de apoiar os Estados e Municípios na implementação de medidas preventivas para combater e minimizar os efeitos de enxurradas, inundações e alagamentos recorrentes, resolve:

Art. 1º Regulamentar, nos termos do Anexo I, o Processo de Habilitação e Contratação, relativa aos exercícios de 2012 e 2013 de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e de outras fontes de financiamento, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Art. 2º As propostas de operações de crédito selecionadas na 2ª fase do Programa de Prevenção de Riscos de Deslizamentos, Enxurradas e Inundações, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC beneficiarão os estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul conforme lista contida no Anexo II.

Art. 3º Estabelecer, nos termos do Anexo III, o cronograma para habilitação e contratação das operações de crédito de saneamento listadas no Anexo II.

Art. 4º Os casos omissos serão solucionados pelo Secretário Executivo do Ministério das Cidades ou por normativos complementares.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO I

PROCESSO DE HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE SANEAMENTO, NO ÂMBITO DO ART. 9º-B DA RESOLUÇÃO Nº 2.827/2001 DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, SUAS ALTERAÇÕES E ADITAMENTOS, INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

1. DOS ASPECTOS GERAIS

1.1 O presente Anexo regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo de Habilitação e Contratação, relativa aos exercícios de 2012 e 2013, de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

1.2 Considerados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e as demais fontes, incluindo FAT/BNDES, serão habilitadas propostas de operação de crédito selecionadas até o montante de recursos disponíveis para contratação, dentro do limite autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2 DAS MODALIDADES

As propostas de operação de crédito, objeto desta Instrução Normativa, devem se enquadrar na modalidade de Manejo de Águas Pluviais.

2.1 As propostas, independentemente da fonte de recursos onerosos, FGTS e outras fontes, deverão ser elaboradas, de modo a atender os dispositivos previstos para a modalidade na Instrução Normativa nº 39, de 24 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 25 de outubro de 2012, seção 1, páginas 84 a 89, republicada em 16 de novembro de 2012, seção 1, páginas 63 a 68, e retificada em 19 de novembro de 2012, seção 1, página 47, que regulamenta os procedimentos e as disposições relativas às operações de crédito no âmbito do Programa "Saneamento para Todos", salvo requisitos específicos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

2.1.1 No caso de utilização de outras fontes onerosas diferentes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS se aplicará, nos contratos de financiamento, as regras específicas relativas à fonte utilizada, no que se refere à taxa de juros, prazo de carência e de amortização e outros encargos financeiros.

3 DOS REQUISITOS BÁSICOS DAS PROPOSTAS

Na apresentação das Cartas Consultas, junto ao Ministério das Cidades, e da documentação técnica junto aos agentes financeiros, os proponentes deverão levar em consideração os aspectos e dispositivos que disciplinam as fontes de recursos onerosos, financiamento, geridas pelo Ministério das Cidades, e as premissas do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, 2ª etapa, de beneficiar as intervenções que:

a) atendam as áreas com problemas recorrentes de enxurradas, inundações, alagamentos previstas no Programa Federal de Prevenção de Riscos de Deslizamentos, Enxurradas e Inundações;

b) destinam-se a ações urbanas de macrodrenagem, concebidas de acordo com os princípios de Manejo de Águas Pluviais Sustentáveis, constante na Instrução Normativa nº 39, de 24 de outubro de 2012;

c) propõem equacionar ou minimizar problemas urbanos significativos e que atingem, direta ou indiretamente, de forma recorrente e intensa, segmentos populacionais expressivos nas cidades beneficiárias, independente do estágio de planejamento das intervenções;

d) Contemplem obras de macrodrenagem, prevenção de enxurradas e alagamentos e contenção de encostas em municípios que foram atingidos pelos efeitos das enxurradas, enchentes, alagamentos ou deslizamentos de encostas no triênio 2010 - 2012.

3.1 As propostas beneficiarão municípios localizados nos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul.

3.2 Não serão aceitas propostas em que os projetos técnicos, se implantados, não garantam a plena funcionalidade das obras e o benefício imediato para a população.

3.3 Independente das fontes de recursos do financiamento (FGTS e outras fontes), as propostas deverão atender os requisitos de contrapartida mínima de 5% do valor do investimento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 39, de 24 de outubro de 2012.

3.4 Nas intervenções em que ocorra a necessidade de remoção e de reassentamento de famílias, as propostas técnicas deverão prever, em item específico do Quadro de Composição do Investimento - QCI da Carta Consulta, além do valor relacionado à produção habitacional, os valores das obras de infraestrutura associadas.

3.4.1 As ações de reassentamento, bem como sua infraestrutura, devem ser custeadas por operações firmadas ou a serem firmadas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida do Fundo de Arrendamento Residencial - PMCMV/FAR, contratada diretamente pelo agente financeiro com as empresas construtoras.

3.4.2 Nos casos em que se comprovar inviável a execução das intervenções de remoção e reassentamento de famílias, por intermédio de operações do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV/FAR, estas poderão ser custeadas no contrato de financiamento da operação de saneamento.

3.4.2.1 A inviabilidade deverá ser comprovada mediante justificativa do proponente.

4. DO PROCEDIMENTO PARA O CADASTRAMENTO DAS CARTAS CONSULTAS

No cadastramento das propostas, o proponente inscreverá Carta Consulta por meio do preenchimento de formulário específico em sistema eletrônico próprio do Ministério das Cidades, disponível no sítio eletrônico: www.cidades.gov.br

4.1 O cadastramento das Cartas Consultas será realizado no período estabelecido no cronograma constante do Anexo III.

5. DO ENQUADRAMENTO DAS PROPOSTAS

O enquadramento das propostas será feito pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, verificando:

a) O atendimento aos requisitos da modalidade previstos no item 2;

b) O atendimento aos requisitos básicos previstos no item 3;

c) O atendimento aos requisitos de contrapartida previstos no item 3.3.

6 DA VALIDAÇÃO DA PROPOSTA PELO AGENTE FINANCEIRO

Após o enquadramento, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental encaminhará aos agentes financeiros as Cartas Consultas que deverão ser objeto de análise de viabilidade financeira e da análise técnica pelo respectivo agente financeiro.

6.1 Os proponentes mutuários deverão apresentar, junto ao agente financeiro, a documentação técnica e jurídica/institucional necessária à análise e à avaliação dos aspectos técnicos e de viabilidade financeira, conforme o cronograma estabelecido no Anexo III. Os agentes financeiros deverão proceder previamente à validação da proposta, a verificação:

a) da compatibilidade da documentação técnica apresentada com a modalidade;

b) da compatibilidade da documentação técnica com a proposta enquadrada pelo Ministério das Cidades;

c) dos requisitos de viabilidade financeira;

d) da plena funcionalidade das obras e serviços propostos, de modo a proporcionar ao final da implantação do empreendimento benefícios imediatos a população.

6.2 A proposta deverá apresentar resultado satisfatório na análise de risco de crédito realizada pelo agente financeiro.

6.3 O agente financeiro encaminhará à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades:

a) a relação das propostas não validadas, com os respectivos motivos da não validação;

b) a relação das propostas validadas, acompanhada de relatórios conclusivos e individualizados por proposta, dos quais constem resultados das verificações referidas no item 6.1, com os respectivos subitens, destacando eventuais condicionantes e compromissos a serem assumidos por parte do proponente mutuário.

7 DA HABILITAÇÃO DA PROPOSTA

A habilitação para contratação das propostas de operação de crédito, previamente validadas pelo agente financeiro, será feita pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

7.1 Somente serão habilitadas propostas até o limite disponível para contratação com o setor público, estabelecido no artigo 9º-B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional - CMN, suas alterações e aditamentos, e com as disponibilidades de recursos do FGTS e das demais fontes onerosas.

7.2 O Ministério das Cidades, por intermédio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, fornecerá, ao respectivo agente financeiro, o Termo de Habilitação referente à cada proposta habilitada, e notificará o agente operador e o proponente mutuário.

7.3 O Termo de Habilitação será devidamente numerado e datado, registrado em sistema de controle do Ministério das Cidades e nele constará:

a) identificação do mutuário;

b) identificação do empreendimento;

c) modalidade;

d) valor do empréstimo;

e) condicionantes, se for o caso.

7.4 O Termo de Habilitação terá a validade condicionada:

a) à contratação da operação de crédito no prazo máximo de 120 dias contados da data da sua emissão, prorrogável, a critério da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, com base em solicitação justificada do proponente mutuário e/ou do agente financeiro;

b) no caso de contratação de operações com Entes Federados, à apresentação, pelo agente financeiro, à Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda, até a data prevista no cronograma do Anexo III, da documentação necessária às análises e à verificação de limites e condições de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001, suas alterações e aditamentos.

8 DA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO PELO AGENTE FINANCEIRO

A contratação da operação de crédito pelo Agente Financeiro estará condicionada:

a) à emissão de Termo de Habilitação pelo Ministério das Cidades;

b) ao atendimento às condições estabelecidas na Portaria n° 396, de 02 de julho de 2009, alterada pela Portaria nº 138, de 03 de março de 2010, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, suas alterações e aditamentos, que trata da formalização de pedidos de verificação de limites e condições para a contratação de operações de crédito e concessão de garantias por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios, em se tratando de proposta vinculada a proponente mutuário ente da federação;

c) ao atendimento às condições estabelecidas pelo Ministério das Cidades em Instrução Normativa específica que regulamenta o orçamento de aplicação dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, quando se tratar de operações que estejam pleiteando esta fonte de recursos.

8.1 Após a contratação, o Agente Financeiro fará o registro da operação contratada junto ao Banco Central e enviará cópia do contrato à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

ANEXO II

LISTA DE EMPREENDIMENTOS APROVADOS PELO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - CGPAC

| UF | Proponente | Municípios Beneficiados | Intervenção | Valor do Investimento (R$ milhões) |
|---|---|---|---|---|
| PE | Governo do Estado | Jaboatão dos Guararapes | Intervenções de macrodrenagem no Canal Olho D'Água e nos cursos d'água Areeiro, Lagoa das Garças, Sotave e Catamarã, afluentes da Lagoa Olho D'Água | 43,6 |
| PE | Governo do Estado | Olinda | Intervenções integradas de manejo de águas pluviais no Canal Ouro Preto | 41,6 |
| PE | Governo do Estado | Olinda e Paulista | Canalização e implantação de Parque Linear nos Canais Colibri e México | 23,8 |
| BA | Governo do Estado | Lauro de Freitas | Intervenções integradas de manejo de águas pluviais no Rio Ipitanga, e afluentes, e no Rio Joanes | 188,3 |
| BA | Governo do Estado | Salvador | Intervenções integradas de manejo de águas pluviais na região do Dique do Cabrito - Bacia do Subúrbio | 30,7 |
| ES | Governo do Estado | Vila Velha e Cariacica | Implantação de polder, parque linear, desassoreamento, canalização do Canal da Costa | 72,3 |
| ES | Governo do Estado | Vila Velha | Implantação de polder, parque linear, desassoreamento, canalização do Canal Garanhums | 72,3 |
| ES | Governo do Estado | Cariacica e Vila Velha | Implantação de reservatório de amortecimento de cheia, parque linear, desassoreamento, canalização do Canal Campo Grande | 72,9 |
| PR | Governo do Estado | Pinhais, Colombo, Curitiba e Piraquara | Implantação de reservatórios de amortecimento de cheias, ampliação de calha, implantação de parque linear no Rio Atuba | 90,2 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PR | Governo do Estado | São José dos Pinhais | Implantação de reservatório de amortecimento de cheias e recuperação de barragem da lagoa do Pedon no Rio Itaqui | 52,8 |
| PR | Governo do Estado | Almirante Tamandaré, Curitiba e Araucária | Implantação de reservatórios de amortecimento de cheias e ampliação da calha do Rio Barigui | 40,0 |
| PR | Governo do Estado | Fazenda Rio Grande | Implantação de reservatório de amortecimento de cheias e construção de dique no Rio Ana Luisa e canalização do Córrego Eucaliptos | 11,5 |
| RS | Governo do Estado | Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Porto Alegre | Barragem de regularização de vazões e amortecimento de cheias da Lagoa das Anastácias | 250,0 |

ANEXO III

CRONOGRAMA PARA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO, EM 2012 E 2013, DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE SANEAMENTO, MODALIDADE DE MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

| PROCEDIMENTO | PRAZOS |
|---|---|
| Cadastro, pelo proponente mutuário, das Cartas Consultas das propostas de operações de crédito junto ao Ministério das Cidades. | Até 31/12/12 |
| Análise e enquadramento das Cartas Consultas pela SNSA/MCIDADES. | Até 21/01/13 |
| Apresentação, pelos proponentes mutuários, dos projetos de engenharia e demais documentação técnica, jurídica e institucional junto aos agentes financeiros. | Até 28/02/13 |
| Complementação de documentação técnica junto ao agente financeiro. | Até 28/03/13 |
| Validação da proposta pelo agente financeiro. | Até 30/04/13 |
| Emissão dos termos de habilitação pela SNSA/MCIDADES. | Até 17/05/13 |
| Data limite para o agente financeiro abrir processo na STN/MF para verificação de limites e condições. | Até 29/05/13 |
| Data limite de entrega de documentos complementares solicitados pela STN/MF. | Até 05/07/13 |
| Data limite para verificação de limites e condições pela STN/MF. | Até 19/07/13 |
| Data limite para contratação da operação de crédito. | Até 31/07/13 |

## PORTARIA Nº 598, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a liberação de recursos do Orçamento Geral da União do Programa de Aceleração do Crescimento para execução de iniciativas de macrodrenagem; prevenção de enchentes, enxurradas e alagamentos; e contenção de encostas.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III e do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, resolve:

Art. 1º Aprovar, em caráter extraordinário, a seleção de propostas de investimento com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para execução de obras de iniciativas de macrodrenagem; prevenção de enchentes, enxurradas e alagamentos; e contenção de encostas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

§1° Os recursos financeiros de que trata o caput serão destinados a obras de macrodrenagem; prevenção de enchentes, enxurradas e alagamentos; e contenção de encostas em municípios atingidos, de forma recorrente, por eventos naturais críticos.

§2° Os empreendimentos selecionados deverão beneficiar áreas urbanas de municípios localizados em regiões metropolitanas ou com população total superior a 50 (cinquenta) mil habitantes, salvo para a modalidade de contenção de encostas.

Art. 2º Os empreendimentos selecionados estão relacionados na forma do Anexo I, indicando o órgão responsável pela gestão e as informações complementares necessárias à sua correta operacionalização.

Art. 3º Os procedimentos para a contratação observarão as disposições contidas nos normativos relativos às Ações/Modalidades ou Programas para os quais foram selecionadas, em particular as disciplinadas pela Portaria n° 40, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério das Cidades, e as que a alterarem.

§1° A formalização dos termos de compromisso referentes às operações selecionadas por este ato poderá ser realizada com cláusula suspensiva, dispensando o cumprimento dos itens 18.2 a 18.5 do Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos na 2ª fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC_2), instituído pela Portaria nº 40, de 31 de janeiro de 2011, do Ministério das Cidades.

§2° A contratação e a execução das operações observarão o cronograma de atividades apresentado na forma do Anexo II.

§3° Os proponentes beneficiados deverão apresentar a relação de documentos descrita no Manual de Instruções para Contratação e Execução de Ações e Programas do Ministério das Cidades - PAC 2011 à Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal da área de jurisdição correspondente à localização do empreendimento.

§4° A formalização do atendimento das iniciativas selecionadas dar-se-á por meio de assinatura de termo de compromisso, conforme estabelecido na Lei n°11.578, de 26 de novembro de 2007, o qual será firmado junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA), atuando na condição de mandatária da União.

Art. 4º É facultado ao Secretário Executivo do Ministério das Cidades autorizar casos excepcionais que envolvam alterações dos itens e respectivos parâmetros descritos nas normas regulamentares, a partir de solicitação do ente federado, acompanhada de manifestação técnica da CAIXA sobre a viabilidade do pleito, quando solicitada.

Art. 5º Na contratação e execução dos termos de compromisso, o repasse dos valores está dispensado da apresentação de contrapartida obrigatória, salvo quando indispensável à plena funcionalidade do objeto selecionado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AGUINALDO RIBEIRO

ANEXO I

OPERAÇÕES SELECIONADAS

| ÁREA | UF | Proponente | Municípios Beneficiados | Modalidade | Nome do Empreendimento | Fonte | Investimento | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MCID/SNAPU | AM | Estado | Manaus | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Manaus/AM. | OGU | 25.094.151,53 | |
| MCID/SNSA | BA | Estado | Salvador | Manejo de Águas Pluviais | Canalização e revestimentos na calha dos rios Jaguaribe e Canal Mangabeira com obras de arte e vias marginais | OGU | 220.113.033,73 | |
| MCID/SNSA | BA | Estado | Salvador | Manejo de Águas Pluviais | Drenagem Urbana nos bairros do Bonfim, Boa Viagem e Massaranduba: Construção de Barragem com comportas, construção de canal artificial, retificação de canal natural, parque linear e microdrenagem na Bacia do Subúrbio | OGU | 100.979.735,13 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | BA | Prefeitura | Salvador | Manejo de Águas Pluviais | Revestimento lateral de canais nos Rios Passavaca e do Baixo Trobogy | OGU | 92.500.000,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | BA | Prefeitura | Salvador | Manejo de Águas Pluviais | Revestimento lateral do Rio Pituaçu, dragagem da Barragem do Rio Cachoeirinha e intervenções no vertedouro da Barragem do Pituaçu | OGU | 14.250.000,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | BA | Prefeitura | Salvador | Manejo de Águas Pluviais | Retificação e dragagem do Rio Trobogy, com aumento de seção e construção de reservatórios de retenção | OGU | 43.200.000,00 | |
| MCID/SNSA | BA | Prefeitura | Salvador | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais no canal da Avenida Gal Costa | OGU | 1.300.000,00 | |
| MCID/SNAPU | BA | Estado | Salvador | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Salvador/BA | OGU | 156.282.174,90 | |
| MCID/SNSA | ES | Estado | Cariacica | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para o manejo de águas pluviais na bacia do Itanguá | OGU | 2.200.000,00 | |
| MCID/SNSA | ES | Estado | Vila Velha e Cariacica | Manejo de Águas Pluviais | Construção do Sistema de Manejo de Águas Pluviais e Drenagem Urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Aribiri e Jardim de Alah | OGU | 127.500.000,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | ES | Prefeitura | Vitória | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nas Bacias Saturnino de Brito/Praia do Canto | OGU | 363.506,00 | |
| MCID/SNSA | ES | Prefeitura | Vitória | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia Bento Ferreira | OGU | 1.147.276,00 | |
| MCID/SNSA | ES | Prefeitura | Vitória | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia Santo Antonio | OGU | 294.580,00 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Rio Anil | OGU | 1.454.528,50 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Barreto | OGU | 428.260,81 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Turu | OGU | 707.579,24 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Rio Calhau | OGU | 2.234.500,38 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Rio Pimenta | OGU | 840.000,00 | |
| MCID/SNSA | MA | Prefeitura | São Luís | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Rio Claro | OGU | 740.000,00 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Abreu e lima | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Abreu e Lima/PE | OGU | 14.960.152,02 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Cabo de Santo Agostinho | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Cabo de Santo Agostinho/PE. | OGU | 21.609.070,41 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Camaragibe | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Camaragibe/PE. | OGU | 7.246.385,42 | |
| MCID/SNSA | PE | Estado | Jaboatão dos Guararapes | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia do Rio Jaboatão | OGU | 2.630.000,00 | |
| MCID/SNSA | PE | Estado | Jaboatão dos Guararapes | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia Olho D'Água | OGU | 980.000,00 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Jaboatão dos Guararapes | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Jaboatão dos Guararapes/PE. | OGU | 50.000.000,00 | |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Olinda | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Olinda/PE. | OGU | 50.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | PE | Estado | Paulista | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para desassoreamento da Lagoa Pau Sangue, recuperação da vegetação ciliar e pavimentação na Bacia do Rio Paratibe | OGU | 1.700.000,00 | |
| MCID/SNSA | PE | Estado | Paulista | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para canalização e desassoreamento do Rio Mirueira na Bacia do Rio Paratibe | OGU | 240.000,00 | |
| MCID/SNSA | PE | Estado | Paulista | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para desassoreamento da Lagoa do Jardim, recuperação da vegetação ciliar e canalização na Bacia do Rio Paratibe | OGU | 200.000,00 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Paulista | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto em Paulista/PE. | OGU | 11.075.334,79 | |
| MCID/SNSA | PE | Prefeitura | Recife | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais na Bacia Teijipió | OGU | 1.169.760,81 | |
| MCID/SNAPU | PE | Prefeitura | Recife | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto ou muito alto em Recife/PE. | OGU | 150.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para execução de obras de manejo de águas pluviais nos bairros Jóquei Clube, Horto e N. S. de Fátima | OGU | 1.875.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Itararé, Extrema, Tancredo Neves e Redonda | OGU | 2.500.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Tabuleta, São Pedro e Redenção | OGU | 1.250.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Parque Ideal e Novo Horizonte | OGU | 1.250.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Macaúba, Pio XII e Vermelha | OGU | 1.250.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Tabajaras, Socopo, Morros, Verde Lar, Porto do Centro, Satélite, Samapi, Piçarreira, Zoobotânico | OGU | 5.500.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Vermelha, Nossa Senhora das Graças e Monte Castelo | OGU | 1.250.000,00 | |
| MCID/SNSA | PI | Prefeitura | Teresina | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para manejo de águas pluviais nos bairros Pólo Empresaria Sul e Esplanada | OGU | 3.125.000,00 | |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | Manejo de Águas Pluviais | Intervenções nas calhas dos rios e bacias de amortecimento nas bacias dos rios Belém, Pinheirinhos, Água Verde, Pilarzinho e Juvevê | OGU | 331.323.634,81 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | Manejo de Águas Pluviais | Execução de 04 bacias de contenção na sub-bacia do Rio Barigui, perfilamento do Rio Cascatinha e galerias nos Rios Cascatinha e Uvu | OGU | 19.500.000,00 | |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia de macrodrenagem na bacia do Rio Ponta Grossa | OGU | 196.336,80 | |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | Manejo de Águas Pluviais | Execução de perfilamento e 04 bacias de detenção no Ribeirão dos Padilhas | OGU | 15.660.000,00 | |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para execução de obras de contenção de cheias do Rio Iguaçu beneficiando os municípios de Curitiba, Araucária, Campo Largo, São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande | OGU | 3.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | PR | Prefeitura | Curitiba | Manejo de Águas Pluviais | Execução de bacias de contenção, perfilamento de rios na sub-bacia do Rio Atuba beneficiando os municípios de Curitiba, Colombo, Pinhais e São José dos Pinhais | OGU | 277.203.414,23 | |
| MCID/SNSA | PR | Estado | Fazenda Rio Grande | Manejo de Águas Pluviais | Barragens de amortecimento, diques e parque linear, microdrenagem no loteamento Gralha Azul na bacia do Rio Mascate | OGU | 24.716.666,94 | |
| MCID/SNSA | PR | Estado | Pinhais, Colombo, Curitiba, São José dos Pinhais e Piraquara | Manejo de Águas Pluviais | Controle de Cheias na Bacia do Rio Palmital - execução de 05 bacias de amortecimento | OGU | 96.657.299,25 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | PR | Estado | São José dos Pinhais | Manejo de Águas Pluviais | Execução de 2 trechos de canal de concreto no Rio Ressaca | OGU | 2.642.900,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNAPU | RJ | Prefeitura | Rio de Janeiro | Contenção de Encostas | Obras de Contenção de Encostas em setores de risco alto e muito alto no Rio de Janeiro/RJ. | OGU | 349.152.400,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Eldorado do Sul | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para prevenção e combate às inundações no Rio Jacuí | OGU | 5.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Porto Alegre | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para controle de cheias do Arroio Feijó | OGU | 2.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Porto Alegre | Manejo de Águas Pluviais | Controle de cheias do Rio Gravataí e do Arroio Feijó: diques, casas de bombas, desapropriações e recuperação urbano-ambiental | OGU | 226.000.000,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Porto Alegre | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para construção da Barragem da Lagoa das Anastácias para regularização de vazões e amortecimento de cheias | OGU | 15.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão e Porto Alegre | Manejo de Águas Pluviais | Construção Barragem do banhado grande no Rio Gravataí | OGU | 265.000.000,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Novo Hamburgo, São Leopoldo e Sapucaia do Sul | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para estabilização das margens e manejo das águas pluviais na Bacia do Arroio Pampa | OGU | 2.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Riozinho, Rolante, Taquara, Parobé, Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo - 690.000 pessoas. | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para macrodrenagem na Bacia do Rio Rolante - Barragem S 38 | OGU | 10.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Rolante, Taquara, Parobé, Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo - 690.000 pessoas. | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para construção da Barragem S-33b no Arroio Areia | OGU | 10.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Estado | Taquara, Parobé, Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo e São Leopoldo | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para construção da Barragem S-27a no Rio da Ilha | OGU | 8.000.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Prefeitura | Porto Alegre | Manejo de Águas Pluviais | Ampliação das estações elevatórias do Sistema de drenagem de Porto Alegre. | OGU | 86.993.800,00 | Indicada para Regime de Contratação Integrada e Enquadramento normativo excepcionalizado para admitir Tempos de Recorrência de 10 anos e reforma de casas de bombas |
| MCID/SNSA | RS | Prefeitura | Porto Alegre | Manejo de Águas Pluviais | Ampliação do sistema de macrodrenagem da bacia do Arroio da Areia com implantação de reservatórios de detenção | OGU | 107.255.926,86 | Indicada para Regime de Contratação Integrada e Enquadramento normativo excepcionalizado para admitir Tempos de Recorrência de 10 anos |
| MCID/SNSA | RS | Prefeitura | Porto Alegre | Manejo de Águas Pluviais | Macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Arroio Moinho - reservatório de detenção e canalização | OGU | 40.736.197,42 | Indicada para Regime de Contratação Integrada e Enquadramento normativo excepcionalizado para admitir Tempos de Recorrência de 10 anos |
| MCID/SNSA | RS | Prefeitura | Porto Alegre | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Arroio Guabiroba | OGU | 135.000,00 | |
| MCID/SNSA | RS | Prefeitura | Porto Alegre | EPDUS | Elaboração de estudos e projetos de engenharia para macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Arroio Manecão | OGU | 1.952.697,06 | |

LEGENDA - EPDUS: Estudos e Projetos de Drenagem Urbana Sustentável.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO II

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

| ATIVIDADE | DATA LIMITE | RESPONSÁVEL |
|---|---|---|
| Apresentação da documentação para contratação das operações | 18.12.2012 | Governo Estadual ou Municipal |
| Contratação das operações | 19.12.2012 | CAIXA e Governo Estadual ou Municipal |
| Apresentação da documentação técnica para análise da CAIXA* | 28.03.2013 | Governo Estadual ou Municipal |
| Cumprimento das exigências para realização do primeiro desembolso de recursos | 12 meses a partir da contratação da operação, prorrogáveis no máximo por igual período | Governo Estadual ou Municipal |

* Este prazo não se aplica aos termos de compromisso cujo proponente optar por licitar utilizando a modalidade de contratação integrada do Regime Diferenciado de Contratação.

# Ministério das Comunicações

## SECRETARIA EXECUTIVA
## SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 519, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova a instituição e o funcionamento da equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais - ETIR - do Ministério das Comunicações - MC.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, na função de Presidente do Comitê Gestor de Segurança da Informação e Comunicações, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Portaria Nº 333, de 16/08/2011, e

Considerando a Instrução Normativa Nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 13.06.2008, que disciplina a gestão de segurança da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando a Norma Complementar Nº 05 à Instrução Normativa Nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 04.08.2009, que disciplina a criação de Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF; e

Considerando a Norma Complementar Nº 08 à Instrução Normativa Nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, de 19.08.2010, que disciplina o gerenciamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores realizado pelas Equipes de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais - ETIR dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta - APF, resolve:

Art. 1º Fica aprovada na forma desta portaria a instituição e o funcionamento da equipe de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais do Ministério das Comunicações - MC, em complemento à diretriz estabelecida pelo inciso IX do art. 5.2 da Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC do Ministério das Comunicações.

CAPÍTULO I - DA ABRANGÊNCIA E CAMPO DE APLICAÇÃO

Art. 2º A equipe de resposta a Incidentes de Segurança em Redes Computacionais do MC, tem por missão receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança da informação e comunicações em sistemas computacionais no âmbito do MC, atuando também de forma proativa com o objetivo de minimizar vulnerabilidades e ameaças que possam comprometer o negócio da Instituição.

Art. 3º O público alvo das atividades pertinentes à ETIR do MC incluem:

I - Todos os servidores, fornecedores, prestadores de serviços e estagiários que exercem suas atividades no âmbito do MC;

II - Demais equipes de resposta a incidentes de segurança da informação e comunicações da Administração Pública Federal;

III - Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal - CTIR GOV;

IV - Órgãos, entidades e empresas, públicas ou privadas, que tenham contratos, acordos ou convênios com o MC para o intercâmbio de informações; e

V - Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

CAPÍTULO II - DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para efeitos desta resolução, ficam estabelecidos os seguintes termos e definições, em complemento daqueles definidos na POSIC do MC:

I - Coordenador da ETIR: Servidor Público ocupante de cargo efetivo ou militar de carreira de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta incumbido de chefiar e gerenciar a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais, fazendo o papel do Agente responsável da Norma Complementar nº 05/IN01/DSIC/GSIPR;

II - Artefato Malicioso: é qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores;

III - Comunidade ou Público Alvo: é o conjunto de pessoas, setores, órgãos ou entidades atendidas por uma Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais;

IV - CTIR GOV: Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em Redes de Computadores da Administração Pública Federal, subordinado ao Departamento de Segurança de Informação e Comunicações - DSIC do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI;

V - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais - ETIR: Grupo de pessoas com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores;

VI - Incidente de Segurança da Informação: um simples ou uma série de eventos de segurança da informação indesejados ou inesperados, que tenham uma grande probabilidade de comprometer as operações do negócio e ameaçar a segurança da informação;

VII - Serviço: é o conjunto de procedimentos, estruturados em um processo bem definido, oferecido à comunidade da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais; e

VIII - Tratamento de Incidentes de Segurança em Redes Computacionais: é o serviço que consiste em receber, filtrar, classificar e responder às solicitações e alertas e realizar as análises dos incidentes de segurança, procurando extrair informações que permitam impedir a continuidade da ação maliciosa e também a identificação de tendências.

CAPÍTULO III - MODELO

Art. 5º O modelo utilizado pela ETIR será composto por membros da equipe da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do MC conforme item 7.1 da norma complementar nº 5 da GSIPR.

CAPÍTULO IV - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º A ETIR ficará subordinada à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação na estrutura organizacional do MC.

Art. 7º Compete ao Gestor de Segurança da Informação e Comunicações designar os membros da Equipe de Tratamento de Incidentes em Redes Computacionais do MC.

Art. 8º São atribuições da ETIR:

I - Coordenar a instituição, implementação e manutenção da infraestrutura necessária à ETIR;

II - Garantir que os incidentes em Redes Computacionais da Rede de Computadores do MC sejam monitorados;

III - Adotar procedimentos de feedback para assegurar que os usuários que comuniquem incidentes de segurança da informação e comunicações sejam informados dos procedimentos adotados;

IV - Apoiar os treinamentos relacionados à SIC fornecendo casos práticos de incidentes de segurança, garantindo-se a confidencialidade e devidos níveis de sigilo, sobre o que poderia acontecer, como reagir a tais incidentes e como evita-los no futuro;

V - Recolher provas o quanto antes após a ocorrência de um incidente de SIC;

VI - Executar uma análise crítica sobre os registros de falha para assegurar que as mesmas foram satisfatoriamente resolvidas;

VII - Investigar as causas dos incidentes de SIC;

VIII - Implementar mecanismos para permitir a quantificação e monitoração dos tipos, volumes e custos de incidentes e falhas de funcionamento; e

IX - Indicar a necessidade de controles aperfeiçoados ou adicionais para limitar a frequência, os danos e o custo de futuras ocorrências de incidentes.

CAPÍTULO V - AUTONOMIA

Art. 9º A autonomia da ETIR será completa, podendo tomar às ações necessárias para reforçar a resposta ou a postura do MC na recuperação de incidentes de segurança sem esperar pela aprovação de níveis superiores de gestão.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ULYSSES CESAR AMARO DE MELO

## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
## CONSELHO DIRETOR

### CONSULTA PÚBLICA Nº 54, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Proposta de Regulamento de Conselho de Usuários.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 679, realizada em 13 de dezembro de 2012, submeter à Consulta Pública, para comentários do público em geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Anatel, Proposta de Revisão do Regulamento de Conselho de Usuários, nos termos do Anexo à presente Consulta Pública.

O texto completo da proposta, assim como a documentação constante dos autos do Processo nº 53500.004490/2010, estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo, e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível na página da Anatel na Internet no endereço http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 17 de janeiro de 2013, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta ou fax, recebidas até às 18h do dia 17 de janeiro de 2013, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONSULTA PÚBLICA Nº 54, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012
Proposta de Revisão do Regulamento de Conselho de Usuários
SAUS, Quadra 6, Anatel Sede - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70070-940 Brasília - DF
Fax: (061) 2312-2002
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Anatel.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.396, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.014253/2012. Expede autorização à ISPTEC SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ/MF nº 14.599.034/0001-59, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.427, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.017026/2012. Expede autorização à MARILUZNET TELECOMUNIAÇÕES LTDA. ME, CNPJ/MF nº 15.670.736/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.428, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.017948/2012. Expede autorização à DISPOR DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 11.758.947/0001-82, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

### ATO Nº 7.429, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53500.016018/2012. Expede autorização à REDE FAST DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 15.218.074/0001-76, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 7.431, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.017028/2012. Expede autorização à FÁBIO JÚNIOR DE FARIA - ME, CNPJ/MF nº 10.964.954/0001-78, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.451, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.018140/2012. Expede autorização à FAMATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. ME, CNPJ/MF nº 14.396.862/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.452, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.019212/2012. Expede autorização à ELOIR PEREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR - ME, CNPJ/MF nº 06.538.325/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.453, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.020767/2012. Expede autorização à QUEIROZ E SOUZA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE PEÇAS PARA INFORMÁTICA LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 10.792.754/0001-85, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço Todo território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.454, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.017943/2012. Expede autorização à SÃO PEDRO NET LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 15.539.276/0001-10, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.455, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.003150/2012. Expede autorização à S. M. A. - SISTEMA DE MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 10.652.255/0001-92, para explorar o Serviço Especial de Supervisão e Controle, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço o Estado do Rio Grande do Sul. Outorga autorização de uso da radiofrequência 246,950 MHz à autorizada, associada à autorização para a exploração do Serviço.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.456, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.004163/2012. Expede autorização à REDE INTERATIVA DE COMÉRCIO, INFORMÁTICA E COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 07.474.162/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.457, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.017033/2012. Expede autorização à PONTAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 14.745.984/0001-44, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**ATO Nº 7.468, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.020408/2011. Expede autorização à WIFI TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF nº 13.367.910/0001-59, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

**DESPACHOS DO PRESIDENTE**
Em 6 de dezembro de 2011

Nº 10.358 - Processo nº 53500.000924/2008 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela empresa TRANSIT DO BRASIL LTDA., CNPJ/MF n.º 02.868.267/0001-20, autorizada a explorar o STFC pelos Termos de Autorização nº. 249/03, 250/3 e 251/03 e seus respectivos aditivos, contra decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Públicos Interino, por meio do Despacho nº. 3449/2010/PBCPD/PBCP/SPB, de 7 de maio de 2010, nos autos da Reclamação Administrativa em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº. 630, realizada em 24 de novembro de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo, por ausência de cabimento, mantendo-se os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº. 923/2011-GCJV, de 10 de novembro de 2011.

Em 5 de novembro de 2012

Nº 6.741 - Processo nº 53539.001243/2007. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado, CNPJ nº 33.000.118/0012-21, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, consubstanciada no Despacho nº 7254/2011-CD, de 2 de setembro de 2011, nos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 671, de 18 de outubro de 2012, conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 677/2012-GCER, de 11 de outubro de 2012.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 3 de dezembro de 2012

Nº 7.250 - Processos no 53504.023766/2007 e 53500.015752/2008.O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela VIVO S/A, CNPJ nº 02.449.992.0001-64, contra decisão do Superintendente de Serviços Privados, por meio do Ato nº 5.299, de 17 de agosto de 2010, nos autos do processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº 665, realizada em 4 de setembro de 2012, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, integralmente, os termos do Ato supracitado, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 591/2012-GCER, de 29 de agosto de 2012.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

Em 11 de dezembro de 2012

Nº 7.472 - Processo n° 53500.003257/2006. O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, decidiu, em sua Reunião n° 676, de 22 de novembro de 2012, conhecer do Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto pela VIVO PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 02.558.074/0001-73, sucessora por incorporação da Telemig Celular S/A, contra decisão da Comissão de Arbitragem em Interconexão, por meio do Despacho nº 7.53/2012-CAI, de 1º de setembro de 2011, proferida nos autos do Processo em epígrafe, instaurado em virtude de requerimento de pedido de arbitragem da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM, CNPJ nº 71.208.516/0001-74, concessionária do STFC, por divergência havida no decorrer da negociação de alteração do Contrato de Interconexão com a Telemig, para adequação ao Regulamento Geral de Interconexão (RGI), aprovado pela Resolução nº 410, de 11 de julho de 2005, para, no mérito, negar a ele provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

## SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
## GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

**DESPACHOS DO GERENTE-GERAL**
Em 22 de julho de 2005

Processo nº 53566.001100/2004
Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO RÁDIO COMUNITÁRIA FLORES DO CAMPO, CNPJ nº. 02.593.634/0001-20, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Campo Maior, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito dos artigos 79 e 80 da Resolução nº 259 de 19/04/2001 c/c artigos 163, 173, inciso II e 179, todos da lei 9472/97.

A multa aplicada é no valor total de R$ 1.858,69 (um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Em 6 de dezembro de 2006

Processo nº 53560.000304/2006
Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO PRINCESA ISABEL, CNPJ nº. 11.767.043/0001-13, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Groaíras, no Estado do Ceará, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito dos artigos 79 e 80 da Res. 259/2001 c/c artigos 163, 173, inciso II e 179, todos da lei nº 9472/1997.

A multa aplicada é no valor total de R$ 1.858,69 (um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA

## ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

**DESPACHOS DO GERENTE**
Em 6 de novembro de 2007

Processo nº 53563.000839/2006
Decido pela aplicação da sanção de Multa a FRANCISCO BORGES DA SILVA, CPF/MF nº. 033.504.254-61, pessoa física não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 1.840,58 (mil oitocentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos).

Em 28 de fevereiro de 2008

Processo nº 53566.000701/2006
Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO RIBEIRENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ARCC, CNPJ nº. 07.784.987/0001-21, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Ribeira do Piauí, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 1.840,58 (mil oitocentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos).

JOSÉ EVERARDO DE SOUSA LEITE

Em 4 de fevereiro de 2009

Processo nº 53560.000219/2009
Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA DE UMBANDA SÃO MINGUEL, CNPJ nº. 03.015.686/0001-82, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, por uso de rádio freqüência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 1.840,58 (mil oitocentos e quarenta reais e cinqüenta e oito centavos).

TALES ANTONIO CATUNDA ESMERALDO
Substituto

Em 22 de julho de 2009

Processo nº 53563.000630/2009
Decido pela aplicação da sanção de Multa a JOSIVAN DE MELO EVANGELISTA, CPF/MF nº. 075.847.434-20, pessoa física não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 5.717,83 (cinco mil e setecentos e dezessete reais e oitenta e três centavos).

Em 10 de abril de 2010

Processo nº 53560.002400/2009
Decido pela aplicação da sanção de Multa a FORTALNET BUREU COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº. 00.904.629/0001-66, pessoa jurídica autorizada do Serviço comunicação multimídia, com sede no município de Fortaleza, no estado do Ceará, por infração aos artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001, c/c o art. 39 do Regulamento aprovado pela Res. 73/98, c/c sanções previstas no art. 65 do Regulamento aprovado pela Res. 272/2001 e art. 173, inciso II da lei nº 9472/97.

A multa aplicada é no valor total de R$ 3.000,00 (três mil reais).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 10 de agosto de 2010

Processo nº 53560.003414/2005

Decido pela aplicação da sanção de Multa a TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ nº. 11.743.564/0001-30, pessoa jurídica outorgada para a prestação do Serviço Limitado Especializado por Satélite, com sede no município de Fortaleza, no estado do Ceará, por infração no disposto nos itens 9.8 c/c 9.8.1 da Norma 13/97 - RSLP e ao disposto Art. 17 e 18 do anexo à Res. nº 303/2002 c/c as sanções previstas no art. 173, II da lei nº 9472/97 e no item 13.5 da norma nº 13/97 c/c o disposto no art. 13 da Res. 344/03.

A multa aplicada é no valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

Em 25 de agosto de 2010

Processo nº 53560.003699/2007

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO IMÓVEL MACEIÓ - ASCIMA, CNPJ nº. 23.727.969/0001-64, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Itapipoca/Marinheiros, no Estado do Ceará, por uso de rádio frequência não autorizada e utilização de equipamento não certificado/homologado, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei e art. 55, inciso V, aliena "b" do Regulamento aprovado pela resolução nº 242/2000.

A multa aplicada é no valor total de R$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais).

Em 13 de setembro de 2010

Processo nº 53560.002416/2007

Decido pela aplicação da sanção de Multa a SOCIEDADE COMUNTÁRIA DE HABILITAÇÃO POPULAR DO BAIRRO AEROLÂNDIA, CNPJ nº. 23.444.219/0001-85, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Fortaleza, no Estado do Ceará, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Em 20 de setembro de 2010

Processo nº 53560.000349/2008

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ANTONIO RODRIGUES DE ARAUJO, CPF/MF nº. 416.711.553-00, pessoa física não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Monsenhor Tabosa, no Estado do Ceará, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Processo nº 53566.000233/2008

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO A CULTURA PARNAIBANA, CNPJ nº. 06.242.318/0001-65, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Parnaíba, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Processo nº 53566.000043/2008

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO RIBEIRENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, CNPJ nº. 07.784.987/0001-21, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Ribeira do Piauí, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil, oitocentos e cinquenta reais).

Em 6 de dezembro de 2010

Processo nº 53566.001136/2010

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ANTÔNIO DOS SANTOS, CPF/MF nº. 062.642.552-20, pessoa física não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Teresina, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada e utilização de equipamento não certificado/homologado, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei e art. 55, inciso V, aliena "b" do Regulamento aprovado pela resolução nº 242/2000.

A multa aplicada é no valor total de R$ 3.850,00 (três mil e oitocentos e cinquenta reais).

JOSÉ EVERARDO DE SOUSA LEITE

Em 8 de fevereiro de 2011

Processo nº 53566.001421/2010

Decido pela aplicação da sanção de Multa a REGINALDO PORTELA CUNHA - CT NET, CPF nº. 699.926.493-72, pessoa física não outorgada para o Serviço comunicação multimídia, no município de Cocal de Telha, no estado do Piauí, por infração no artigo 131 da lei nº 9472/97 - LGT e no artigo 10 da Res. 272/2001-RSCM, c/c a sanção administrativa prevista no art. 173, inciso II da lei nº 9472/97.

A multa aplicada é no valor total de R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos).

TALES ANTONIO CATUNDA ESMERALDO
Substituto

Em 14 de março de 2011

Processo nº 53563.001166/2009

Decido pela aplicação da sanção de Multa a REBENA INFORMÁTICA COMERCIAL LTDA, CNPJ nº. 09.195.675/0001-08, pessoa jurídica com sede no município de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, por comercialização de equipamentos não certificado/homologado, conduta que afronta o preceito do artigo 55, inciso IV, aliena "c", do Regulamento aprovado pela Res. Nº 242/2000, com sanção prevista no artigo 173, inciso II da lei 9472/97.

A multa aplicada é no valor total de R$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais).

Em 25 de março de 2011

Processo nº 53560.001230/2009

Decido pela aplicação da sanção de Multa a MEGALINK PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº. 07.626.087/0001-56, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço comunicação multimídia, no município de Jaguaruana, no Estado do Ceará, por estação sem licença de funcionamento na prestação de serviço multimídia, conduta que afronta o preceito dos artigos 27 e 28 do regulamento anexo à Res. 272/2000, c/c art. 39 do regulamento aprovado pela Res 73/98, com a sanção prevista no artigo 65 da Res 272/2000 c/c artigo 173, II da lei 9472/1997 - LGT.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Processo nº 53566.000713/2010

Decido pela aplicação da sanção de Multa a ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA SÃO PEDRO, CNPJ nº. 07.596.754/0001-03, pessoa jurídica não outorgada para o Serviço de radiodifusão em FM, no município de Teresina, no Estado do Piauí, por uso de rádio frequência não autorizada, conduta que afronta o preceito do artigo 163 da lei 9472/97, com sanção prevista no artigo 173, inciso II, da mesma lei.

A multa aplicada é no valor total de R$ 2.850,00 (dois mil e oitocentos e cinquenta reais).

Em 28 de junho de 2011

Processo nº 53566.001071/2009

Decido pela aplicação da sanção de Multa a INTERCOMP COMERCIO DE INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA - EPP, CNPJ nº. 00.986.858/0001-77, pessoa jurídica com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, por infração no artigo 55, IV, "c", do regulamento aprovado pela Res. Nº 242/2000, c/c art 173, inciso II da lei 9472/97.

A multa aplicada é no valor total de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais).

JOSÉ EVERARDO DE SOUSA LEITE

## ESCRITÓRIO REGIONAL NA BAHIA E SERGIPE

### DESPACHOS DO GERENTE

Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados:

| N.º do Processo | Entidade | Cidade/UF | CPF/CNPJ | Multa (R$) | Enquadramento Legal | Despacho |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 53554.004276/2011 | Roberto Spínola Chaves | Ibicuí/BA | 229.356.905-59 | 881,01 | Art. 131 da Lei n.º 9.472/97 | 2285 de 22/03/2012 |
| 53554.000444/2012 | Giovanni de Oliveira Souza | Juazeiro/BA | 08.170.427/0001-40 | 3.160,58 | Art. 10 do anexo à Res. n.º 272/2001 c/c art. 131 da Lei n.º 9.472/97 | 1684 de 28/02/2012 |
| 53554.004277/2012 | Vivaldo Pithon Barretto Sobrinho | Ibicuí/BA | 456.603.525-53 | 925,06 | Item 7.1 da Norma n.º 13/97 c/c art. 131 da Lei n.º 9.472/97 | 3463 de 03/05/2012 |
| 53554.000193/2012 | Avícola Barreiras LTDA | Barreiras/BA | 34.122.432/0001-97 | 1.200,00 | Item 9.8 da Norma n.º 13/97 e art. 162, §2.º da Lei n.º 9.472/97 | 2714 de 09/04/2012 |

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

Aplica às entidades abaixo relacionadas a sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados:

| N.º do Processo | Entidade | Cidade/UF | CPF/CNPJ | Multa (R$) | Enquadramento Legal | Despacho |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 53554.001119/2011 | Catuense FM LTDA | Alagoinhas/BA | 16.129.710/0001-56 | 3.600,00 | Art. 53 do anexo à Res. n.º 259/2001 e item 6.4.1 do anexo à Res. n.º 67/98 | 8098 de 22/09/2011 |

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES
Substituto

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

### ATO Nº 3.513, DE 26 DE JUNHO DE 2012

Processo nº 53504.021676/2010. Aplica à TV ALPHAVILLE SISTEMA DE TELEVISÃO POR ASSINATURA LTDA., CNPJ/MF n.º 65.030.132/0001-01, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Barueri, no Estado de São Paulo, a sanção de multa no valor de R$ 18.097,93 (dezoito mil e noventa e sete reais e noventa e três centavos), por ter sido apurado o cometimento das infrações constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Auto de Infração nº 0001SP20100183, de 21 de setembro de 2010, relativas ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ - Televisão por Assinatura), aprovado pela Resolução nº 411, de 14 de julho de 2005.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 4.411, DE 7 DE AGOSTO DE 2012

Processo nº 53554.002451/2009. Aplica à RTVC CAMAÇARI LTDA., CNPJ/MF n.º 03.443.700/0001-49, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Camaçari, no Estado da Bahia, a sanção de multa no valor de R$ 453,20 (quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), por ter sido apurado o cometimento das infrações constatadas em fiscalização e consubstanciadas no Anexo ao Auto de Infração nº 0004/BA20080110, de 17 de julho de 2009, bem como no Relatório de Fiscalização nº 0037/2009/ER08FS, de 20 de julho de 2009, relativas ao Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ - Televisão por Assinatura), aprovado pela Resolução nº 411, de 14 de julho de 2005.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

### ATO Nº 7.539, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.033547/2012.SM COMUNICAÇÕES LTDA - RTV - Campo Grande/MS - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

### ATO Nº 7.540, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo nº 53000.050363/2005. Empresa Caponense de Radiodifusão AM Ltda - OM - Capão da Canoa/RS - Autoriza novas características técnicas.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 7.585, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.023827/03. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTV - Ji-Paraná/RO - Canal 25. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.587, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.001333/03. PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA - RTV - Matos Costa/SC - Canal 13. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.588, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.053455/12. CDIN - CANAL DIGITAL INTERNACIONAL DE NOTICIAS LTDA - TV - Águas da Prata/SP - Canal 18. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Ssubstituta

**ATO Nº 7.589, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.030599/11. RÁDIO JORNAL FLUMINENSE DE CAMPOS LTDA - RTV - Arraial do Cabo/RJ - Canal 12. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.591, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.003456/02. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTV - Pescador/MG - Canal 41. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.592, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.062837/11. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA - RTV - Salvador/BA - Canal 51. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente,
Substituta

**ATO Nº 7.593, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.028767/11. TV O ESTADO FLORIANÓPOLIS LTDA - RTV - Bombinhas/SC - Canal 11. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.594, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.027614/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A - RTV - Blumenau (Morro Centenário)/SC - Canal 7. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**ATO Nº 7.595, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53000.013156/12. SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA - RTV - Florianópolis/SC - Canal 59. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARIA LUCIA RICCI BARDI
Superintendente
Substituta

**DESPACHO DA SUPERINTENDENTE**

Processo nº 53000.000610/2005. Torna sem efeito o Ato nº 7.516 de 13/12/2012 publicado no DOU de 14/12/2012 Seção 1, página 118, referente à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda - FM - Iporã/PR, que autorizou novas características técnicas.

MARIA LÚCIA RICCI BARDI
Substituta

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

**ATO Nº 7.473, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.024447/2012 - Expede autorização à GI GOLD JÓIAS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.479.912/0001-00, para executar, para uso próprio, o Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, de interesse restrito, em âmbito interior e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de exploração do serviço o território nacional.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.496, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

53500.005257/2010. Prorroga, até 08 de abril de 2028, o prazo de vigência das autorizações do direito de uso das radiofreqüências outorgadas à VIVO S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 02.449.992/0001-64, sem exclusividade, em caráter primário e restrito às áreas de prestação, por meio do Termo de Autorização n.º 017/2002/PVCP/SPV-Anatel, de 10 de dezembro de 2002, publicado no D.O.U. de 12 de dezembro de 2002, nas subfaixas de 835,0 a 845,0 MHz e de 846,5 a 849,0 MHz para as Estações Móveis e de 880,0 a 890,0 MHz e de 891,5 a 894,0 MHz para as Estações Rádio Base, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina; e do Termo de Autorização n.º 028/2007/PVCP/SPV-Anatel, de 07 de dezembro de 2007, publicado no D.O.U. de 10 de dezembro de 2007, na subfaixa de 1895,0 a 1900,0 MHz para as Estações Móveis e de 1975,0 a 1980,0 MHz para as Estações Rádio Base, nos Estados do Paraná, exceto municípios de Londrina e Tamarana, e de Santa Catarina; ambas associadas à autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal outorgada por meio do Termo de Autorização n.º 005/2010/PVCP/SPV-Anatel, de 29 de janeiro de 2010, publicado no D.O.U. de 22 de fevereiro de 2010.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.498, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo n.º 53500.020142/2012 - Altera a numeração dos Planos de Serviço da operadora TIM CELULAR S.A, inscrita no CNPJ nº 04.206.050/0001-80, na Área de Prestação correspondente a Região III do Plano Geral de Autorização do Serviço Móvel Pessoal.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.510, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.015119/2010. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à LAZERNET.COM.BR LTDA. - ME , CNPJ nº 10.922.171/0001-21, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, até 24 de Junho de 2020, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.511, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo n° 5350002224920l2. Expede autorização de uso da(s) radiofreqüência(s), à CONCHALNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ nº 10.749.772/0001-84, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.518, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo nº 53500.005754/2001. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à TNL PCS S.A., CNPJ nº 04.164.616/0001-59, associada à Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal, até 13 de Março de 2016, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, em caráter precário, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es).

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.532, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos do art. 194, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pré-Pago Referência de Serviço de número 001/REF/SMP da Empresa PORTO SEGURO TELECOMUNICACOES S.A. - (Termos de Autorização de números 522/011), autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.021781/2012, em poder da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.533, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos do art. 194, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 270, de 19 de julho de 2001; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 002/PÓS/SMP da Empresa PORTO SEGURO TELECOMUNICACOES S.A. - (Termos de Autorização de números 522/011, ), autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.030271/2012, em poder da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Substituto

**ATO Nº 7.544, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à CONDOMINIO VOLUNTARIO VIA VERDE SHOPPING CENTER, CNPJ nº 11.238.374/0001-66 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.545, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à ALLAN JHONATAN COUTINHO, CPF nº 940.501.632-68 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.546, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à EMPRESA DE REVITALIZACAO DO PORTO DE MANAUS S/A, CNPJ nº 04.487.767/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.547, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à EQUADOR LOG S/A, CNPJ nº 11.389.394/0002-19 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**ATO Nº 7.548, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à BRAVHA SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 04.321.961/0001-59 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.549, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à CLEONILDE DA SILVA GALVAO, CPF nº 795.895.022-53 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.550, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à INITEC DO BRASIL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 14.371.808/0002-70 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.551, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PAULO EDUARDO MOREIRA DE MELO CASTRO, CPF nº 886.290.401-06 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.552, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à MINERACAO BODOQUENA S/A, CNPJ nº 03.201.316/0001-30 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.553, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à RENATO BURGEL, CPF nº 531.650.630-87 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.554, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à THEREZA TIE KIKUTI HOSHIKA, CPF nº 726.773.098-15 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.555, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à ANTONIO LUIZ COTRIM DE MOURA ANDRADE, CPF nº 151.625.418-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.556, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S.A., CNPJ nº 08.906.558/0001-42 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.557, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à FLAVIO SERGIO WALLAUER, CPF nº 096.089.660-00 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.558, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à LIVIO JOSE ANDRIGHETTI, CPF nº 142.821.510-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.559, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à RODRIGO HOFIG RAMOS ZANCANER BRITO, CPF nº 068.450.359-03 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.560, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à ALCOOLVALE AGRICOLA E COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 07.131.073/0001-61 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.561, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência à JONEY PENAJO CORREA, CPF nº 600.542.981-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.562, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à MEJER AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ nº 03.044.969/0001-52 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.563, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à CERAMICA CHA DE CAPOEIRA LTDA, CNPJ nº 24.160.079/0001-86 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.564, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à FABIO EGIDIO ROCHA, CPF nº 017.469.279-09 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.565, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à SERVI SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 12.066.015/0021-85 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.566, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à VIACAO UNIAO SANTA CRUZ LTDA., CNPJ nº 95.424.735/0001-59 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.567, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PROSERVI SERVICOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 89.108.054/0001-89 associada à autorização para executar o Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.568, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à COTRIJAL COOPERATIVA AGROPECUARIA E INDUSTRIAL, CNPJ nº 91.495.549/0001-50 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.569, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à JOAO LUIZ MATTIONI, CPF nº 246.390.790-87 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.570, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à IATE CLUBE DE PORTO BELO, CNPJ nº 83.715.821/0001-31 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.571, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à KLABIN S.A., CNPJ nº 89.637.490/0137-19 para exploração do serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.572, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expede autorização à TERLOGS TERMINAL MARITIMO LTDA, CNPJ nº 04.814.657/0001-43 para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.573, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à OPERADORA SAO PAULO RENAISSANCE LTDA, por meio do Ato n° 363, de 03/06/1997, para RENAISSANCE DO BRASIL HOTELARIA LTDA, CNPJ nº 64.089.824/0003-24, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.574, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à YAKULT S/A INDUSTRIA E COMERCIO, por meio do Ato n° 6975, de 27/11/2009, para YAKULT SA INDUSTRIA E COMERCIO, CNPJ nº 60.723.061/0077-07, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.575, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à JOSÉ FRANCISCO GRAZIANO DA SILVA, CPF nº 713.516.048-72 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**ATO Nº 7.576, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à PAULO ROBERTO TORRES CORTEZ, CNPJ nº 96.400.106/0001-51 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.577, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à CONDOMINIO FRANCA SHOPPING CENTER, CNPJ nº 68.323.609/0001-35 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

**ATO Nº 7.578, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Outorga autorização para uso de radiofreqüência à OCEANAIR LINHAS AEREAS S/A, CNPJ nº 02.575.829/0001-48 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado submodalidade Serviço de Rede Privado.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

**ATO Nº 7.289, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo n.º 53500.023328/2012- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 169 - Modalidade Local da Concessionária Oi S.A.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

**ATO Nº 7.290, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012**

Processo n.º 53500.023329/2012- Homologa o Plano Alternativo de Serviço n.º 174 - Modalidade Local da Concessionária Telemar Norte Leste S.A.

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
Em 26 de dezembro de 2008

Nº 5.695 - Ref.: PADO n.º 53548.000257/2007- resolve aplicar sanção de MULTA à BRASIL TELECOM S/A - Filial MS, no valor de R$ 736.376,58 sendo: (i) multa no valor de R$52.543,02, por haver irregularidades no processo de Tarifação por medição simples; (ii) multa no valor de R$ 27.734,69, por haver irregularidades no processo de Tarifação em Telefone de Uso Público em Chamadas de Longa Distância Nacional; (iii) multa no valor de 656.098,87 (seiscentos e cinquenta e seis mil e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos), por haver irregularidades na comercialização de Cartões Indutivos.

Em 18 de agosto de 2009

Nº 5.697 - Ref.: PADO n.º 53500.025326/2008- resolve aplicar sanção de MULTA à Sercomtel S/A, no valor de R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais), pelo descumprimento do art. 5º, §2º do anexo à Resolução nº 396, de 31/03/2005.

GILBERTO ALVES

Em 18 de agosto de 2010

Nº 7.197 - Ref.: PADO n.º53524.004328/2005- Resolve i) aplicar sanção de MULTA à TELEMAR NORTE LESTE S/A - FILIAL MG no valor de R$ 24.798,85 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) pela infração ao art. 4°, do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, aprovado pela Resolução n.º 373, de 3 de junho de 2004, publicada no DOU de 7 de junho de 2004, alterado pela Resolução n.º 377, de 13 de setembro de 2004; ii) determinar o ressarcimento dos valores cobrados indevidamente dos usuários, nos termos do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990, Código de Defesa do Consumidor, e art. 98 do Regulamento do STFC, durante o período de 05.12.2004 até a data da efetiva correção feita pela Concessionária; iii) determinar a comprovação do ressarcimento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de notificação da sanção, com os devidos encargos legais previstos, a todos os assinantes identificáveis; e iv) notificar a TELEMAR NORTE LESTE S/A - FILIAL MG, acerca do teor do presente Despacho.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Superintendente
Interino

Em 16 de fevereiro de 2012

Nº 1.529 - Ref.: PADO n.º 53504.026284/2009 instaurado em face da TELEFÔNICA BRASIL S/A, CNPJ nº 02.558.157/0001-62, em decorrência de indícios de descumprimentos regulamentares - Resolve:
(I) DETERMINAR o arquivamento do Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53504.026284/2009, em face da incidência de prescrição quinquenal;
(II) DETERMINAR à Gerência Geral de Competição - PBCP, que proceda segundo o disposto no art. 1º, §1º da Lei 9.873/99;
(III) NOTIFICAR a Prestadora acerca do teor do presente Despacho.

ÁTILA AUGUSTO SOUTO
Superintendente
Substituto

## SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

**PORTARIA Nº 2.493, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.038112/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de PALMAS, estado do Tocantins, o canal 36 (trinta e seis), correspondente à faixa de frequência de 602 a 608 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.498, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.028939/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV INDEPENDÊNCIA OESTE DO PARANÁ LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE, estado do Paraná, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.500, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.013011/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO XANXERÊ LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de XANXERÊ, estado de Santa Catarina, o canal 28 (vinte e oito), correspondente à faixa de frequência de 554 a 560 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.506, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.012460/2009, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAÍNA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de ARAGUAÍNA, estado do Tocantins, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.507, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.006087/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MARAÃ, estado do Amazonas, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.526, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.043612/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PORTO FELIZ, estado de São Paulo, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

**PORTARIA Nº 2.536, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012**

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.043613/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SÃO CARLOS, estado de São Paulo, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

# Ministério das Relações Exteriores

## GABINETE DO MINISTRO

**PORTARIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

| Nome | Expediente de solicitação | Órgão |
|---|---|---|
| Sérgio Blanco Ozório | Aviso nº. 265/MD | Ministério da Defesa |
| Valéria Lourdes de Brito Ozório | Aviso nº. 265/MD | Ministério da Defesa |

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério de Minas e Energia

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA Nº 612, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001950/2012-21, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Cerro dos Trindade, de titularidade da empresa Eólica Cerro dos Trindade S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.610.172/0001-91, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Eólica Cerro dos Trindade S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Eólica Cerro dos Trindade S.A., a ocorrência das situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 4º A Eólica Cerro dos Trindade S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da operação comercial da EOL Cerro dos Trindade, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º A Eólica Cerro dos Trindade S.A. deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, e na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

| | | |
|---|---|---|
| Nome do Projeto | EOL Cerro dos Trindade. | |
| Tipo | Central Geradora Eólica. | |
| Leilão | Leilão de Compra de Energia Elétrica nº 02/2011-ANEEL, realizado em 17 de agosto de 2011. | |
| Ato Autorizativo | Portaria MME nº 103, de 6 de março de 2012. | |
| Titular | Eólica Cerro dos Trindade S.A. | |
| CNPJ | 14.610.172/0001-91. | |
| Pessoas Jurídicas Integrantes da SPE | Razão Social:<br>Livramento Holding S.A. | CNPJ:<br>14.610.209/0001-81. |
| Localização | Município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. | |
| Descrição do Projeto | Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 8.000 kW (composta de quatro Unidades Geradoras). | |
| Setor | Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011. | |
| Identificação do Processo | MME nº 48000.001950/2012-21. | |

## AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

### RETIFICAÇÃO

Na Resolução Normativa nº 488, publicada no DOU de 23 de maio de 2012, Seção 1, página 61, no §4º do art. 10, onde se lê: dias, leia-se: dias úteis.

## SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 4.005 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.006009/2012-61, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL Encruzilhada II e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 27.600 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de Caetité, estado da Bahia, em favor da empresa Central Eólica Encruzilhada I LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 14.785.848/0001-88, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 4.006 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.006244/2012-33, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL União dos Ventos 15 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 27.200 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de São Miguel do Gostoso, estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Serveng Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.696.857/0001-04, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 4.007 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Resolução Normativa - REN nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº. 48500.006245/2012-88, resolve registrar o recebimento do requerimento de outorga da EOL União dos Ventos 16 e de seu sistema de transmissão de interesse restrito, com 27.200 kW de potência instalada, visando à produção independente de energia, localizada no município de São Miguel do Gostoso, estado do Rio Grande do Norte, em favor da empresa Serveng Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.696.857/0001-04, conferindo-lhe as prerrogativas estabelecidas no artigo 6º da referida REN 391/09, observadas as condições dispostas no §2º desse dispositivo, sendo de sua responsabilidade eventuais ajustes e/ou compensações decorrentes da eventual interferência (de que trata o item 2.6 do ANEXO I da REN 391/2009) em outros empreendimentos já outorgados, ou que tenham registros para fins de habilitação técnica e cadastramento junto à EPE durante o curso do Leilão de Energia em que estejam participando.

Nº 4.008 - Processo nº 48500.000491/2011-45. Interessado: UTE Parnaíba IV Geração de Energia S.A. Decisão: Revogar, a pedido do interessado, o Despacho nº 352, de 4 de fevereiro de 2011, que registrou o recebimento do requerimento de outorga da UTE Parnaíba IV. A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 17 de dezembro de 2012

Decisão: Liberar unidades geradoras para início de operação em teste a partir do dia 18 de dezembro de 2012. A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.013. Processo nº 48500.003984/2008-31 Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Usina: UHE Santo Antônio Unidade Geradora: UG9 de 69.590kW Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 4.014. Processo nº 48500.004183/2007-11 Interessado: Consórcio Energético Cruzeiro do Sul Usina: UHE Mauá Unidade Geradora: UG4 de 5,529 kW Localização: Municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, Estado do Paraná.

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.015. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 18 de dezembro de 2012 Processo nº 48500.003984/2008-31 Interessado: Santo Antônio Energia S.A. Usina: UHE Santo Antônio Unidade Geradora: UG8 de 69.590kW Localização: Município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Nº 4.016. Decisão: NÃO LIBERAR unidades geradora para início de operação em teste Processo nº 48500.000310/2003-45 Interessado: Mucuri Energética S.A. Usina: PCH Mucuri Unidades Geradoras: UG1 a UG3 Localização: Municípios de Carlos Chagas e Pavão, Estado de Minas Gerais.

A íntegra do Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca.

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES
Substituta

## SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 4.009 - Processo nº 48500.004174/2012-89. Interessada: CESP - Companhia Energética de São Paulo. Decisão: Anuir à desvinculação dos serviços públicos federais de energia elétrica, bem como à alienação, por meio de doação, de 43 imóveis, no valor total de R$ 1.167.895,88 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), pela Interessada à Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.012. Processos: 48500.000545/2012-53 e 48500.004244/2012-07. Interessadas: SOCIBE S.A. e Enel Brasil Participações Ltda. Decisão: anuir à minuta do Primeiro Aditivo ao Contrato de Mútuo Multilateral entre Empresas do Grupo Enel e com proposta de alteração dos atos constitutivos da SOCIBE S.A. para a redução do capital social em R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais). A íntegra do Despacho encontra-se nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.018. Processo nº: 48500.002782/2009-53. Interessada: Cemig Distribuição S. A. Decisão: anuir ao Quarto Termo Aditivo do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira nº 063/2008, firmado entre a Interessada e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, que tem por objeto alterar o cronograma de desembolso financeiro da concedente, aprovar o plano de trabalho e prorrogar o prazo de vigência do convênio até 30 de dezembro de 2013. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

## SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

### DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 4.000 - Processo nº 48500.003643/2009-47, resolve: i - Aprovar os Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Palma, afluente pela margem direita do Rio Paranã, no trecho a montante do remanso do reservatório da UHE Pau D'Arco, e seu afluente rio Mosquito, subbacia 21, bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Estado do Tocantins, apresentados pela empresa JA Incorporadora Ltda., inscrita no CNPJ sob o n°. 09.456.788/0001-10. ii - Informar que a empresa citada no item i poderá exercer o direito de preferência preconizado nas Resoluções ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, e nº 343, de 9 de dezembro de 2008, nos aproveitamentos Beleza, Boa Vista, São Bartolomeu, Toco Preto, Buritizinho, Pouso Alto e Lavandeira, observado o prazo de 60 dias da publicação deste despacho para solicitação do registro e demais condições especificadas nas resoluções mencionadas.

Nº 4.001. Processo nº 48500.001024/2008-37. Decisão: (i) aprovar a Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Ribeirão Água Verde, localizado na sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, no Estado do Mato Grosso apresentada pela empresa Bom Futuro Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.151.316/0001-59; (ii) revogar o Despacho nº 419, de 11 de julho de 2003.

Nº 4.002. Processo nº 48500.004334/2011-17, Decisão: i) Aceitar o Projeto Básico da PCH Volta do Atalho, com potência estimada nos estudos de inventário de 2,2 MW, situada no rio Lajeado das Torres, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, às coordenadas 25º46'05´' de Latitude Sul e 52º00´52´´ de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Cooperativa Agrária Agroindustrial, inscrita no CNPJ sob o nº 77.890.846/0016-55.

Nº 4.003. Processo nº 48500.004373/2011-14, Decisão: i) Aceitar o Projeto Básico da PCH Taguá, com potência estimada nos estudos de inventário de 6,70 MW, situada no rio Jordão, sub-bacia 65, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado do Paraná, às coordenadas 25º31' de Latitude Sul e 52º46´ de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Taguá Energia Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 14.092.532/0001-00.

Nº 4.004. Processo nº 48500.004177/2011-31, Decisão: i ) Aceitar o Projeto Básico da PCH Volta Longa, com potência estimada nos estudos de inventário de 2,2 MW, situada no rio Turvo, sub-bacia 86, bacia hidrográfica do Atlântico Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul, às coordenadas 28º31'05´´ de Latitude Sul e 51º24´43´´ de Longitude Oeste, apresentado pela empresa Real Topografia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.962.921/0001-23.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ODENIR JOSÉ DOS REIS

Nº: 4.010. Processo: 48500.006486/2012-27. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Paraíba do Sul, no trecho entre o canal de fuga da UHE Santa Cecília e o remanso do reservatório da PCH Anta, e seus afluentes, Rio Paraibuna, no trecho entre o canal de fuga da PCH Santa Fé I e a foz, e o Rio Piabanha, no trecho entre o canal de fuga da PCH Posse e foz, localizados na sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, nos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11/12/2012 pela empresa Voltalia Energia do Brasil Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0002-60, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 9º da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 20/12/2013.

Nº: 4.011. Processo: 48500.005773/2010-58. Decisão: (i) transferir para a condição de inativo o registro para a realização da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Paraíba do Sul, no trecho entre o canal de fuga da UHE Santa Cecília e o remanso do reservatório da PCH Anta, e seus afluentes, Rio Paraibuna, no trecho entre o canal de fuga da PCH Santa Fé I e a foz, e o Rio Piabanha, no trecho entre o canal de fuga da PCH Posse e a foz, sub-bacia 58, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, concedido à empresa Voltalia Energia do Brasil Ltda., devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º, do artigo 10, da Resolução ANEEL nº 393/98; (ii) revogar o Despacho nº 3.920, de 17 de dezembro de 2010.
A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AYMORÉ DE CASTRO ALVIM FILHO
Substituto

**RETIFICAÇÃO**

No Anexo do Despacho nº 3.900, 7 de dezembro de 2012, publicado no DOU de 10 de dezembro de 2012, página 75, seção 1, volume 149, nº. 237, onde se lê:

| Aproveitamento | Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento | Dist. Da Foz (km) | Área de Drenag. (km²) | N.A máximo normal de montante (m) | N.A normal de jusante (m) | Potência Instalada de referência (MW) | Área do Reservatório (km²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Guabiju 1 | 27°58'54,06"S 51°01'36,55"W | 7,24 | 90 | 830 | 790 | 1,37 | 0,392 |
| Guabiju 2 | 28°00'09,57"S 51°02'47,78"W | 5,76 | 94,4 | 790 | 760 | 1,07 | 0,077 |
| Guabiju 3 | 27°58'54,06"S 51°01'36,55"W | 0 | 98 | 760 | 647 | 4,24 | 0,067 |

leia-se:

| Aproveitamento | Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento | Dist. Da Foz (km) | Área de Drenag. (km²) | N.A máximo normal de montante (m) | N.A normal de jusante (m) | Potência Instalada de referência (MW) | Área do Reservatório (km²) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Guabiju 1 | 28°00'58,30"S 51°03'22,04"W | 13,03 | 90 | 830 | 790 | 1,37 | 0,392 |
| Guabiju 2 | 28°00'28,99"S 51°03'02,28"W | 11,01 | 94,4 | 790 | 760 | 1,07 | 0,077 |
| Guabiju 3 | 27°59'51,12"S 51°02'47,46"W | 9,52 | 98 | 760 | 647 | 4,24 | 0,067 |

## SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
Em 14 de dezembro de 2012

Nº 3.990 - Processo: 48500.004592/2012-76. Interessados: Agentes de serviço público que atuam exclusivamente no ramo de geração de energia elétrica. Decisão: Fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para o 1º semestre de 2013. A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA

## AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

**AUTORIZAÇÃO Nº 572, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o constante do processo ANP nº 48610.012363/2012-88, com base na Resolução de Diretoria nº 1198, de 5 de dezembro de 2012, e

Considerando que o Regulamento ANP nº 07/2007 aprovado pela Resolução ANP nº 37/2007 define os critérios e procedimentos para credenciamento de entidades para atividade de certificação de conteúdo local; e

Considerando o atendimento a todas as exigências do Regulamento ANP nº 07/2007 pertencente à Resolução ANP nº 37/2007 de 16 de novembro de 2007, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa NK NIPPON KAIJI KYOKAI DO BRASIL LTDA - CNPJ 05.781.550/0001-09, autorizada a exercer a atividade de certificação de conteúdo local de bens e serviços para as áreas de atividades descritas a seguir:

| | |
|---|---|
| Pe001 | Sondas de Perfuração. |
| En001 | Engenharia Básica e de Detalhamento. |
| En002 | Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento. |
| En004 | Sistemas de Telecomunicações. |
| Es002 | Bombas de Transferência. |
| Up001 | Unidades de Compressão. |
| Up002 | Unidades de Geração de Energia Elétrica. |
| Es004 | Monobóias e Quadro de Bóias. |
| Up007 | Construção Naval (casco, turret, ancoragem e sistemas navais). |
| Up008 | Segurança Operacional |

Art. 2º O objeto da presente autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta autorização terá validade de 4 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta, conforme estabelecido no item 3.5.5 do Regulamento ANP nº 7/2007 pertencente à Resolução ANP nº 37/2007.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

**AUTORIZAÇÃO Nº 573, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, de acordo com o disposto no inciso III do artigo 9º do Anexo I ao Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, e com base na Resolução de Diretoria nº 1200, de 5 de dezembro de 2012, tendo em vista o que consta no processo 48610. 016079/2011-08, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda, inscrita no CNPJ sob o número 61.380.101/0001-20, situada à Rua Jorge Duprat Figueiredo, n°148, Vila Paulista, São Paulo -SP, CEP 04361-000, autorizada, com fulcro nos artigos 16 e 22 da Resolução ANP n° 23, de 13 de agosto de 2012, a realizar uso experimental de mistura etanol hidratado combustível com 5%, em proporção volumétrica, do maximizador de ignição ED95-101 em 10 ônibus urbanos da marca Scania, pertencentes à referida empresa.

§1º Fica restrito o uso da mistura autorizada à frota cativa, não podendo o consumo mensal exceder a 80.000 (oitenta mil) litros.

§2º Para fins desta Autorização, o etanol hidratado combustível utilizado para formular a mistura autorizada deverá atender à especificação vigente da ANP.

Art. 2º Caberá aos agentes envolvidos na comercialização e uso da mistura autorizada a responsabilidade pelos eventuais danos causados aos veículos automotores, ao meio ambiente e outros.

Art. 3º A empresa autorizada deverá apresentar, semestralmente, relatórios referentes ao uso da mistura autorizada.

Art.4° A empresa autorizada deverá utilizar, nos veículos automotores da frota cativa, adesivo no padrão estabelecido no artigo 9° da Resolução ANP n° 23, de 13 de agosto de 2012.

Art. 5° A ANP poderá, a qualquer tempo, submeter a empresa Tupi Transportes Urbanos Piratininga Ltda., bem como aos demais agentes envolvidos no uso experimental em referência, à vistoria técnica da qualidade a fim de avaliar os procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos serviços de que trata esta Autorização, bem como solicitar dados referentes à comercialização e à qualidade da mistura.

Art. 6º Esta autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial da mistura autorizada para outros fins.

Art. 7º Esta autorização não dispensa nem substitui documentos de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual, distrital ou municipal.

Art. 8º Esta autorização fica condicionada aos termos estabelecidos na documentação entregue à ANP.

Art. 9º Esta autorização tem validade pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação indicado no caput deste artigo deve ser encaminhado à ANP com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do prazo de vigência estabelecido nesta Autorização.

Art. 10 Para efeitos desta autorização, o artigo 19 da Resolução ANP nº 23, de 13 de agosto de 2012, será válido não somente para o solicitante, como também para todos os agentes envolvidos no uso experimental em tela.

Art. 11 Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

**DESPACHO DA DIRETORA-GERAL**
Em 17 de dezembro de 2012

Nº 1.438 - A DIRETORA-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução ANP nº 37/2007, que aprovou o Regulamento ANP nº 07/2007, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 1199, de 5 de dezembro de 2012, torna público o seguinte ato:

1. CREDENCIAR a empresa CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 33.146.648/0001-20, para executar atividades de Certificação de Conteúdo Local, conforme a relação de áreas de atividades descritas a seguir:

| | |
|---|---|
| Credenciamento ANP Nº | 023 |
| Empresa Credenciada | CONCREMAT |

| Código | Áreas de Atividade aprovadas |
|---|---|
| Pe001 | Sondas de Perfuração |
| Pe002 | Apoio Logístico e Operacional |
| En001 | Engenharia Básica e de Detalhamento |
| En002 | Gerenciamento, Construção, Montagem e Comissionamento. |
| En003 | Sistemas Elétricos, de Controle, Instrumentação e Medição |
| Es001 | Oleodutos, Gasodutos e Tanques de Armazenamento. |
| Es002 | Bombas de Transferência |
| Up001 | Unidades de Compressão |
| Up002 | Unidades de Geração de Energia Elétrica |
| Up003 | Unidades de Geração e Injeção de Vapor |
| Up004 | Unidades de Tratamento e Injeção de Água |
| Up005 | Sistema de Processamento e Tratamento de Óleo |
| Up006 | Sistema de Processamento e Tratamento de Gás Natural |
| Up008 | Segurança Operacional |
| En005 | Obras Civis e Utilidades |

2. O objeto do presente credenciamento deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

3. A Empresa Credenciada deverá demonstrar, a qualquer tempo, que atende aos requisitos técnicos específicos estabelecidos no Regulamento Nº 7/2007 e aos demais requisitos gerais exigidos para credenciamento.

4. O CREDENCIAMENTO objeto deste despacho terá validade de 4 (quatro) anos, a partir da data de publicação, conforme estabelecido no item 3.5.5 do Regulamento ANP nº 7/2007, aprovado pela Resolução ANP nº 37/2007.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

## DIRETORIA I
## SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

**AUTORIZAÇÃO Nº 570, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.° 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.° 17, de 18 de junho de 2009, torna público o seguinte ato:

Art. 1º - Fica a empresa ATF Soluções em Montagem Ltda., com endereço na Rua Arnaldo Magniccaro, n.° 710, Sala 04, Vila Gea - São Paulo/SP - CEP 04691-060, inscrita no CNPJ n.º 14.122.356/0001-02, autorizada a exercer a atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais, conforme processo n.º 48610.012425/2012-51.

Art. 2º - Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de importação de óleos lubrificantes acabados industriais.

Art. 3º - Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

## AUTORIZAÇÃO Nº 571, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.010384/2011-88, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Ypetro Distribuidora de Combustíveis S.A., CNPJ n.º 11.775.945/0001-00, habilitada na ANP como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B especificado ou autorizado pela ANP e outros combustíveis automotivos, autorizada a construir as instalações de armazenamento de combustíveis localizadas na Av. Quarto Anel Viário, s/nº, km 12,5 - Novo Mondubim - Pajuçara Maracanaú - CE - CEP 61.915-300.

As instalações de armazenamento, cuja Autorização para Construção está sendo solicitada, serão constituídas pelos tanques aéreos verticais apresentados na tabela a seguir. A capacidade total de armazenamento, após a construção, será de 2.200,00 m³.

| Tanque n.º | Diâmetro (m) | Altura (m) | Capacidade (m³) | Produto |
|---|---|---|---|---|
| 01 | 11,46 | 10,67 | 1100,00 | Etanol Hidratado |
| 02 | 11,46 | 10,67 | 1100,00 | Etanol Hidratado |

Art. 2º O objeto da presente Autorização deve ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

## DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 17 de dezembro de 2012

Nº 1.437 - Com base nas disposições da Portaria ANP n.º 202, de 30 de dezembro de 1999, considerando as atribuições conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, fica a Ypetro Distribuidora de Combustíveis S.A., inscrita no CNPJ n.º 11.775.945/0001-00, situada na Avenida Quarto Anel Viário, Km 12,5, Novo Mondubim - Pajuçara Maracanaú/CE - CEP 61915-300, habilitada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B, conforme o Processo n.º 48610.010384/2011-88.

Nº 1.439 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 116, de 05 de julho de 2000, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Município | UF | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| PR/BA0125266 | ADVEN POSTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA | 15.381.583/0001-15 | WENCESLAU GUIMARAES | BA | 48610.012726/2012-85 |
| PR/MT0111202 | AUTO POSTO ABL LTDA. | 05.195.188/0001-94 | JUINA | MT | 48610.003964/2012-08 |
| PR/PR0120902 | AUTO POSTO ALX LTDA | 11.991.471/0001-25 | GUARAPUAVA | PR | 48610.010795/2012-54 |
| PR/AL0106991 | AUTO POSTO BOM JESUS LTDA | 14.638.806/0001-14 | MATRIZ DE CAMARAGIBE | AL | 48610.000704/2012-72 |
| PR/SP0127042 | AUTO POSTO CINCINATI LTDA | 16.960.793/0001-20 | SAO PAULO | SP | 48610.014012/2012-10 |
| PR/SC0122222 | AUTO POSTO FLORESTAL LTDA | 15.788.426/0001-29 | JOINVILLE | SC | 48610.011268/2012-67 |
| PR/MG0118124 | AUTO POSTO GORDO COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA | 23.136.013/0001-98 | POCO FUNDO | MG | 48610.009045/2012-30 |
| PR/SP0113663 | AUTO POSTO LIDER CRUZEIRO LTDA. | 15.237.666/0001-35 | CRUZEIRO | SP | 48610.005466/2012-91 |
| PR/SP0127062 | AUTO POSTO S 3 LTDA | 11.727.362/0001-03 | SAO PAULO | SP | 48610.014005/2012-18 |
| PR/MG0125182 | AUTO POSTO VALE DO SOL LTDA. | 16.516.324/0001-17 | MURIAE | MG | 48610.012678/2012-25 |
| PR/RN0121343 | COMERCIAL DE PETROLEO CABUGI LTDA. | 03.202.654/0001-96 | ITAJA | RN | 48610.010983/2012-82 |
| PR/RS0127002 | LIBERDADE POSTO DE SERVIÇOS EIRELI | 15.654.457/0001-97 | PORTO ALEGRE | RS | 48610.013917/2012-64 |
| PR/PE0125102 | MAGDALENA PATRICIA ALVES DE GOIS - ME | 15.680.272/0001-57 | CUSTODIA | PE | 48610.012684/2012-82 |
| PR/MG0125324 | OSMAR CHAGAS ME | 14.896.464/0001-32 | MACHADO | MG | 48610.012681/2012-49 |
| PR/PE0126162 | POSTO DA TERRA - SÃO JOSE DO EGITO LTDA -EPP | 16.895.931/0001-35 | SAO JOSE DO EGITO | PE | 48610.013299/2012-52 |
| PR/BA0125463 | POSTO DE COMBUSTIVEIS SÃO JOSÉ LTDA ME | 15.621.574/0001-54 | JEQUIE | BA | 48610.012897/2012-12 |
| PR/MG0124782 | POSTO MANGALARGA LTDA - ME | 16.856.797/0001-63 | ITAOBIM | MG | 48610.012351/2012-53 |
| PR/RS0124482 | POSTO NONEMACHER ECOVILLE LTDA | 12.433.738/0001-21 | PORTO ALEGRE | RS | 48610.012242/2012-36 |
| PR/ES0119822 | POSTO ROSALEM LTDA | 13.744.360/0001-40 | VILA VELHA | ES | 48610.010213/2012-30 |
| PR/MG0125382 | POSTO VARGEM GRANDE LTDA - ME | 16.729.009/0001-78 | SAO JOAO DO MANTENINHA | MG | 48610.012719/2012-83 |
| PR/BA0091942 | RENY SILVA PEREIRA | 04.613.425/0001-27 | PORTO SEGURO | BA | 48610.001772/2011-78 |
| PR/SC0106863 | RIO JORDÃO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. | 13.823.605/0001-24 | SIDEROPOLIS | SC | 48610.000450/2012-92 |
| PR/SP0126385 | SÃO PAULO DOIS COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA | 16.991.298/0001-89 | COTIA | SP | 48610.013399/2012-89 |
| PR/SP0126386 | SETE ESTRELAS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. | 00.256.893/0028-50 | PRAIA GRANDE | SP | 48610.013385/2012-65 |
| PR/PR0127022 | SHARK COMERCIO DE COMBUSTIIVEIS LTDA - ME | 16.679.048/0001-08 | CURITIBA | PR | 48610.013905/2012-30 |
| PR/PA0124462 | W. GOMES FREIRE | 05.925.849/0002-70 | ITAITUBA | PA | 48610.012142/2012-18 |

Nº 1.440 - O Superintendente de Abastecimento da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liqüefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela Resolução ANP nº 05, de 26 de fevereiro de 2008

| Nº de Registro | Razão Social | CNPJ | Município | UF | Processo |
|---|---|---|---|---|---|
| GLP/AM0218516 | A BIA DE SOUZA PICANCO ME | 05.955.335/0001-87 | BERURI | AM | 48610.013074/2012-04 |
| GLP/PR0218517 | A R DE OLIVEIRA ALIMENTOS ME | 14.570.637/0001-28 | PEABIRU | PR | 48610.013832/2012-86 |
| GLP/SP0218518 | ADALBERTO E MAZINHO COMERCIO DE GAS LTDA - ME | 16.745.273/0001-03 | JARDINOPOLIS | SP | 48610.011629/2012-75 |
| GLP/AM0218519 | ADIEL CLÁUDIO DE SOUZA | 05.377.137/0002-64 | NOVA OLINDA DO NORTE | AM | 48610.013931/2012-68 |
| GLP/RO0218520 | ADILSON CAETANO | 15.716.246/0001-31 | ARIQUEMES | RO | 48610.013822/2012-41 |
| GLP/RN0218521 | ADJANI JAKSON DE AZEVEDO 06317040435 | 15.218.356/0001-73 | CARNAUBA DOS DANTAS | RN | 48610.013852/2012-57 |
| GLP/PR0218522 | ALESSANDRA DA SILVA SANTOS - ME | 15.688.907/0001-62 | COLOMBO | PR | 48610.010423/2012-28 |
| GLP/MG0218523 | AMOS SANTOS DE SOUZA 11413063608 | 16.692.575/0001-52 | AGUAS FORMOSAS | MG | 48610.011126/2012-08 |
| GLP/PA0218524 | ANA LUCIA ESTUMANO DOS PRAZERES 36202150220 | 97.546.777/0001-98 | CAMETA | PA | 48610.012933/2012-30 |
| GLP/PB0218525 | ANCELMO ALIGHIERI GONÇALO DE MORAIS | 14.007.002/0001-17 | DESTERRO | PB | 48610.012575/2012-65 |
| GLP/PI0218526 | ANDALINDA DE SOUZA BRANDAO MARTINS | 14.581.356/0001-70 | TERESINA | PI | 48610.011416/2012-43 |
| GLP/SP0218527 | ANDERSON J. DE OLIVEIRA - ME | 12.690.272/0001-40 | FRANCO DA ROCHA | SP | 48610.013644/2012-58 |
| GLP/SC0218528 | ANNE HELLEN LAUDELINA DA ROSA DE PAULO ME | 13.504.015/0001-39 | CAMBORIU | SC | 48610.013837/2012-17 |
| GLP/RN0218529 | ANTÔNIO DA SILVA RODRIGUES 15154713818 | 13.988.515/0001-93 | SAO RAFAEL | RN | 48610.011095/2012-87 |
| GLP/SC0218530 | ARI TADEU ANTUNES DA SILVA ME | 16.927.347/0001-14 | CHAPECO | SC | 48610.013671/2012-21 |
| GLP/MT0218531 | ARTUR DE LARA DOS SANTOS EIRELI | 15.517.439/0001-63 | CUIABA | MT | 48610.013858/2012-24 |
| GLP/RO0218532 | AUTO POSTO SOBERANO LTDA. | 07.219.464/0002-13 | CACOAL | RO | 48610.008288/2011-70 |
| GLP/RO0218533 | BENICIO & MACENA LTDA - EPP | 16.888.785/0001-10 | CANDEIAS DO JAMARI | RO | 48610.013861/2012-48 |
| GLP/ES0218534 | C. RAMOS - ME | 08.516.275/0001-94 | PRESIDENTE KENNEDY | ES | 48610.012847/2012-27 |
| GLP/PR0218535 | C. Y. SUZUKI - ME | 15.312.339/0001-09 | CAFEZAL DO SUL | PR | 48610.012546/2012-01 |
| GLP/SP0218536 | CARLOS JOSE DOS SANTOS 14080971842 - ME | 15.866.019/0001-92 | JACAREI | SP | 48610.012844/2012-93 |
| GLP/RS0218537 | CIDREGAS COMERCIO E TRANSPORTE EIRELI | 16.682.268/0001-90 | CIDREIRA | RS | 48610.013851/2012-11 |
| GLP/MT0218538 | COBIANCHI & PEREIRA LTDA. | 07.153.073/0004-05 | RONDONOPOLIS | MT | 48610.013936/2012-91 |
| GLP/MS0218539 | COMERCIAL BRITES DE ALIMENTOS LTDA ME | 00.506.809/0001-90 | CAMPO GRANDE | MS | 48610.013804/2012-69 |
| GLP/BA0218540 | COMERCIAL DE GAS ALOES LTDA - ME | 16.847.554/0001-69 | UBAIRA | BA | 48610.013808/2012-47 |
| GLP/RR0218541 | COMERCIAL FERREIRA E SILVA LTDA - ME | 15.378.521/0001-54 | BOA VISTA | RR | 48610.013629/2012-18 |
| GLP/ES0218542 | COMERCIAL RESENDE LTDA | 16.833.694/0001-88 | VILA VELHA | ES | 48610.013792/2012-72 |
| GLP/TO0218543 | CONSTRUGAS LTDA ME | 15.083.885/0001-07 | MIRACEMA DO TOCANTINS | TO | 48610.012459/2012-46 |
| GLP/MG0218544 | COOPERATIVA DE PRODUTORES DE LEITE DA BACIA DO RIO PARANAIBA LTDA - COOPROLEITE | 05.301.941/0006-93 | ABADIA DOS DOURADOS | MG | 48610.013806/2012-58 |
| GLP/GO0218545 | DILSON BARREIRA SOARES NETO - ME | 15.174.482/0001-73 | TERESINA DE GOIAS | GO | 48610.013848/2012-99 |
| GLP/RN0218546 | E P DE MORAIS ME | 13.863.986/0001-75 | GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO | RN | 48610.013824/2012-30 |
| GLP/MT0218547 | E. V. RODRIGUES & R. A. F. RODRIGUES LTDA ME | 09.590.959/0001-07 | VARZEA GRANDE | MT | 48610.013825/2012-84 |
| GLP/RN0218548 | ELIJAIME PAULINO FERNANDES 07607798480 | 14.673.662/0001-37 | LAGOA DE PEDRAS | RN | 48610.008942/2012-26 |
| GLP/BA0218549 | ESPERANÇA COMÉRCIO DE GAS E AGUA LTDA | 15.376.980/0001-07 | CANAVIEIRAS | BA | 48610.013774/2012-91 |
| GLP/ES0218550 | EUZELINA SOARES DA SILVA MENESES ME | 04.409.011/0001-80 | ARACRUZ | ES | 48610.016706/2011-01 |
| GLP/MG0218551 | EVA MATOS DOS SANTOS - ME | 15.121.045/0001-91 | SETE LAGOAS | MG | 48610.013834/2012-75 |
| GLP/SC0218552 | FILIPI RODRIGUES OLIVEIRA | 12.829.641/0001-32 | PASSO DE TORRES | SC | 48610.010678/2012-91 |
| GLP/ES0218553 | G & L COMERCIO DE BEBIDAS LTDA - ME | 11.969.407/0001-48 | VITORIA | ES | 48610.012212/2012-20 |
| GLP/RN0218554 | G T DA MATA - ME | 11.345.542/0001-12 | OURO BRANCO | RN | 48610.013839/2012-06 |
| GLP/MT0218555 | GARANTIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA. | 05.945.825/0019-21 | RONDONOPOLIS | MT | 48610.013826/2012-29 |
| GLP/SP0218556 | GENIVALDO MIGUEL DA SILVA - ME | 16.952.226/0001-22 | CAJATI | SP | 48610.013821/2012-04 |
| GLP/SC0218557 | GILBERTO JOSÉ NUNES 7435144987 | 16.560.475/0001-72 | FLORIANOPOLIS | SC | 48610.013973/2012-07 |
| GLP/SP0218558 | GILMAR ROBELDO BALBINO - ME | 16.872.045/0001-96 | PIRACICABA | SP | 48610.013674/2012-64 |
| GLP/MG0218559 | GLOBO GAS E AGUA LTDA - ME | 15.505.767/0001-40 | VESPASIANO | MG | 48610.012825/2012-67 |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| GLP/ES0218560 | IATA ANDERSON ANTONIO BRUNO - EPP | 04.169.593/0001-75 | AGUIA BRANCA | ES | 48610.013855/2012-91 |
| GLP/SC0218561 | IRACI FRELIQUE DE QUADROS | 16.595.192/0001-66 | CAXAMBU DO SUL | SC | 48610.013624/2012-87 |
| GLP/RS0218562 | ISABEL MARLI GIACOMELI DOS SANTOS - ME | 02.680.133/0001-81 | GARRUCHOS | RS | 48610.013963/2012-63 |
| GLP/MG0218563 | ISAC GOMES DE MATOS | 01.743.808/0001-21 | CARAI | MG | 48610.009770/2012-16 |
| GLP/RN0218564 | J. JUNIOR DA SILVA ME | 10.778.052/0002-28 | NISIA FLORESTA | RN | 48610.013673/2012-10 |
| GLP/MT0218565 | J. PINTO DE SOUSA - ME | 16.703.216/0001-53 | CUIABA | MT | 48610.013830/2012-97 |
| GLP/RO0218566 | J. PONTES PORTELA - ME. | 06.290.997/0001-48 | PORTO VELHO | RO | 48610.013811/2012-61 |
| GLP/RS0218567 | JEFERSON PEDROSODE MORAIS - ME | 16.966.821/0001-17 | SOLEDADE | RS | 48610.013777/2012-24 |
| GLP/GO0218568 | JEOVA REZENDE DOS SANTOS | 33.613.993/0001-26 | ALTO HORIZONTE | GO | 48610.013866/2012-71 |
| GLP/CE0218569 | JOÃO APOLIANO DE FREITAS | 06.945.562/0002-75 | ACARAU | CE | 48610.013966/2012-05 |
| GLP/MG0218570 | JOÃO BATISTA CARDOSO DA CONCEIÇÃO | 15.149.158/0001-03 | RIBEIRAO DAS NEVES | MG | 48610.012942/2012-21 |
| GLP/TO0218571 | JOÃO FREIRE COSTA - ME | 09.405.230/0001-05 | AUGUSTINOPOLIS | TO | 48610.013775/2012-35 |
| GLP/GO0218572 | JOAO PRACHEDE DE SOUZA NETO - ME | 07.614.062/0001-32 | MARA ROSA | GO | 48610.013823/2012-95 |
| GLP/SC0218573 | JONATHAN ROBSON MAXIMO 08200085910 | 16.837.682/0001-21 | BARRA VELHA | SC | 48610.013850/2012-68 |
| GLP/RN0218574 | JOSE ALBERTAN SILVA DE MEDEIROS 05236171431 | 16.572.194/0001-30 | ACARI | RN | 48610.013843/2012-66 |
| GLP/RN0218575 | JOSE PEREIRA DE ALMEIDA 33665338468 | 14.576.386/0001-99 | CAICO | RN | 48610.013829/2012-62 |
| GLP/PA0218576 | JOSÉ RIBAMAR ARAUJO SILVA | 16.706.588/0001-33 | SANTA ISABEL DO PARA | PA | 48610.012582/2012-67 |
| GLP/MG0218577 | JOSE RICARDO ALVES | 05.230.671/0001-62 | SACRAMENTO | MG | 48610.013869/2012-12 |
| GLP/RN0218578 | JOSÉ RICARDO SOBRINHO | 15.253.524/0001-61 | SAO RAFAEL | RN | 48610.011104/2012-30 |
| GLP/RS0218579 | JOSIMAR GUERRA VARGAS - ME | 13.764.734/0001-99 | RIO GRANDE | RS | 48610.013810/2012-16 |
| GLP/AM0218580 | K. DAIANE FREITAS DE SOUSA - APP | 15.868.002/0001-74 | MANAUS | AM | 48610.013842/2012-11 |
| GLP/SC0218581 | KIKO COMERCIO DE GÁS LTDA. | 09.000.218/0003-82 | CANELINHA | SC | 48610.013773/2012-46 |
| GLP/RS0218582 | LAURI JOSÉ THEISEN | 09.585.708/0001-26 | VIAMAO | RS | 48610.012183/2012-04 |
| GLP/MG0218583 | LIDIANE GONÇALVES GUSMÃO 09192744630 | 15.194.452/0001-29 | MONTES CLAROS | MG | 48610.013665/2012-73 |
| GLP/SE0218584 | LISBOA DISTRIBUIDORA DE GAS | 16.790.666/0001-20 | ITABAIANINHA | SE | 48610.013836/2012-64 |
| GLP/AM0218585 | LUDIMILSON C DE ARAUJO | 14.219.518/0001-25 | ENVIRA | AM | 48610.013642/2012-69 |
| GLP/RS0218586 | LUIZ ROBERTO DELLAGLIO - ME | 16.418.251/0001-20 | SAO BORJA | RS | 48610.013778/2012-79 |
| GLP/MT0218587 | M LONGO DISTRIBUIDORA AGUA E GAS | 15.864.221/0001-85 | BARRA DO GARCAS | MT | 48610.013944/2012-37 |
| GLP/BA0218588 | M S SILVA PIRES COMERCIO DE GAS - ME | 16.637.783/0001-59 | JEQUIE | BA | 48610.012639/2012-28 |
| GLP/PA0218589 | MANOEL RAIMUNDO DE NAZARÉ AMARAL22855564204 | 15.509.472/0001-41 | CAMETA | PA | 48610.012929/2012-71 |
| GLP/AM0218590 | MARCELO CARNEIRO PINTO | 04.413.381/0001-91 | SAO GABRIEL DA CACHOEIRA | AM | 48610.013670/2012-86 |
| GLP/SC0218591 | MARCIO HELIO GOULART ME | 95.819.439/0001-57 | SANGAO | SC | 48610.009772/2012-05 |
| GLP/MS0218592 | MARIA J. DA SILVA MERCADO - ME | 02.909.419/0001-96 | RIO VERDE DE MATO GROSSO | MS | 48610.012595/2012-36 |
| GLP/PE0218593 | MARIA SELMA LINS CAVALCANTI - ME | 01.389.314/0001-90 | BARREIROS | PE | 48610.013621/2012-43 |
| GLP/TO0218594 | MAURO ANTONIO CONCEIÇÃO DE SOUZA | 10.503.899/0001-19 | PARANA | TO | 48610.013844/2012-19 |
| GLP/SC0218595 | MICHELE VANESSA ROCHA 05382897913 | 16.576.871/0001-98 | SAO JOSE | SC | 48610.012114/2012-92 |
| GLP/SP0218596 | NATALIA DO NASCIMENTO FELIX - ME | 15.504.898/0001-02 | MOGI DAS CRUZES | SP | 48610.013791/2012-28 |
| GLP/RN0218597 | NATAN RODRIGUES FERREIRA 33607001472 | 15.421.352/0001-98 | GROSSOS | RN | 48610.012558/2012-28 |
| GLP/RS0218598 | NELSON DA SILVEIRA FALCAO - ME | 16.705.165/0001-07 | SANTO ANTONIO DO PLANALTO | RS | 48610.012491/2012-21 |
| GLP/MG0218599 | NILZA MENDES DE OLIVEIRA 06933029689 | 16.585.255/0001-01 | PAI PEDRO | MG | 48610.013838/2012-53 |
| GLP/SP0218600 | NOVA GAS ITUPEVA COMÉRCIO DE GÁS LTDA - ME | 10.319.046/0001-21 | ITUPEVA | SP | 48610.013814/2012-02 |
| GLP/AM0218601 | P. J. ALVES DA SILVA - ME | 10.391.414/0001-42 | MANAUS | AM | 48610.012856/2012-18 |
| GLP/SP0218602 | PASARGADA SERVICOS AUTOMOTIVOS LTDA | 45.569.399/0001-64 | COTIA | SP | 48610.002995/2012-33 |
| GLP/RS0218603 | PAULO BRUCH - ME | 12.341.500/0001-76 | VICTOR GRAEFF | RS | 48610.013752/2012-21 |
| GLP/MG0218604 | PAULO HENRIQUE DA CUNHA. - ME | 16.501.984/0001-24 | CACHOEIRA DE MINAS | MG | 48610.013835/2012-10 |
| GLP/BA0218605 | PEDRO DA SILVA NAZARETH | 13.171.893/0001-80 | SANTA MARIA DA VITORIA | BA | 48610.013828/2012-18 |
| GLP/SC0218606 | PLANET AGROPECUARIA LTDA - | 02.745.232/0001-02 | GUARAMIRIM | SC | 48610.011693/2012-56 |
| GLP/PR0218607 | R. KOSLINSKI COMERCIO DE GAS E AGUA - ME | 14.814.262/0001-02 | CASCAVEL | PR | 48610.013630/2012-34 |
| GLP/BA0218608 | RADAR COMERCIAL LTDA | 16.364.366/0001-80 | IRECE | BA | 48610.010136/2012-18 |
| GLP/TO0218609 | RAIMUNDA TEIXEIRA DA SILVA | 05.611.955/0001-07 | CARRASCO BONITO | TO | 48610.013776/2012-80 |
| GLP/SE0218610 | REVENDEDOR DE GAS E AGUA PORTOFOLHENSE LTDA. | 16.737.401/0001-69 | PORTO DA FOLHA | SE | 48610.013809/2012-91 |
| GLP/PB0218611 | ROBERVAL MACIEL DE LIMA - ME | 07.104.058/0001-24 | JOAO PESSOA | PB | 48610.013949/2012-60 |
| GLP/MT0218612 | RODENIU ELENO CINTRA ME | 11.412.036/0001-07 | VARZEA GRANDE | MT | 48610.013831/2012-31 |
| GLP/GO0218613 | RONICLEUDE BATISTA GUIMARÃES - ME | 15.106.279/0001-60 | GOIANIA | GO | 48610.012492/2012-76 |
| GLP/MT0218614 | S X FERNANDES - ME | 16.695.945/0001-05 | CUIABA | MT | 48610.013618/2012-20 |
| GLP/TO0218615 | S.M. BATISTA BORGES EIRELI | 16.625.312/0001-20 | GURUPI | TO | 48610.013664/2012-29 |
| GLP/MG0218616 | SUELY PEREIRA SOUZA 1178122628 | 14.969.472/0001-61 | BERIZAL | MG | 48610.013625/2012-21 |
| GLP/MA0218617 | TECC EMPREENDIMENTOS LTDA | 07.308.422/0002-59 | MATINHA | MA | 48610.013937/2012-35 |
| GLP/PR0218618 | TRINDADE & SIKORA LTDA ME | 10.984.522/0004-71 | REBOUCAS | PR | 48610.013790/2012-83 |
| GLP/PI0218619 | TUDO EM DISTRIBUIÇÃO DE GAS LTDA | 15.625.527/0001-89 | TERESINA | PI | 48610.013660/2012-41 |
| GLP/ES0218620 | V BOLSONI - RODAVIVA GAS ME | 14.868.041/0001-09 | CONCEICAO DA BARRA | ES | 48610.013840/2012-22 |
| GLP/BA0218621 | VALNEI BENTES PEREIRA JUNIOR - ME | 13.470.507/0002-31 | CORRENTINA | BA | 48610.013199/2012-26 |
| GLP/GO0218622 | VALQUIRIA BARBOZA DE VASCONCELOS ME | 09.339.372/0001-11 | CIDADE OCIDENTAL | GO | 48610.010263/2012-17 |
| GLP/SC0218623 | VANDA SCHEIFER & CIA LTDA | 81.629.404/0001-40 | ARABUTA | SC | 48610.013865/2012-26 |
| GLP/PB0218624 | WALDYR FERREIRA DE LIMA JUNIOR 065519814-88 | 16.680.295/0001-24 | LIVRAMENTO | PB | 48610.013841/2012-77 |
| GLP/DF0218625 | WELDERGAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E GAS LTDA - ME | 10.885.490/0001-04 | BRASILIA | DF | 48610.012536/2012-68 |
| GLP/AC0218626 | WG - COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS LTDA. | 15.270.386/0001-29 | RIO BRANCO | AC | 48610.013619/2012-74 |
| GLP/MT0218627 | WILSON SPONTONI ME | 15.311.785/0001-90 | RONDONOPOLIS | MT | 48610.013641/2012-14 |
| GLP/MA0218628 | 2M COMERCIO DE BEBIDAS E GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO GLP LTDA | 11.867.978/0001-71 | LAGO DA PEDRA | MA | 48610.002600/2012-01 |

AURÉLIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

## DIRETORIA IV
## SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

### AUTORIZAÇÃO Nº 574, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.010548/2011-77, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petrobahia S.A., CNPJ: 01.125.282/0011-98, autorizada a operar 3 (três) dutos para a transferência de produtos derivados claros de petróleo, cujas características estão descritas na tabela a seguir, no Município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia.

| TAG | Produto | Diâmetro (polegadas) | Espessura (mm) | Extensão (m) |
|---|---|---|---|---|
| 8-OD1-PB-1 | Diesel S-1800/S-500 | 8" | 6,30 | 986 |
| 8-OD2-PB-2 | Diesel S-50/S-10 | 8" | 6,30 | 979 |
| 6-GA1-PB-3 | Gasolina A | 6" | 7,11 | 986 |

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente concessão.

Art. 3º A empresa Petrobahia S.A. deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste licenciamento junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

## SUPERINTENDÊNCIA DE DADOS TÉCNICOS

### AUTORIZAÇÃO Nº 569, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O Superintendente de Dados Técnicos da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 89, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP nº 11, de 17 de Fevereiro de 2011, nas normas, padrões e regulamentos da ANP, em consonância com a Lei 9.478/97 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 48610.013883/2012-16, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa LASA PROSPECCÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o n.º 33.054.875/0001-25, com sede na Av. Ayrton Senna, n.º 2541 - Rua F1, Lote 04 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro - RJ, autorizada a realizar testes de aquisição de dados não-exclusivos de magnetometria e gamaespectrometria na bacia sedimentar de Santos para calibragem de equipamentos geofísicos, em área delimitada pelos vértices localizados nas seguintes coordenadas geográficas:

| Vértice | Latitude | Longitude |
|---|---|---|
| 1 | -23:42:22,000 | -44:05:16,000 |
| 2 | -23:41:55,000 | -43:12:19,000 |
| 3 | -24:30:40,000 | -43:11:38,000 |
| 4 | -24:31:08,000 | -44:04:55,000 |

Datum: SAD 69

Art. 2º - Por força do art.1º desta Autorização, a empresa Lasa Prospecções S/A fica obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - As autorizações e licenças exigidas por órgãos federais, estaduais e municipais para realização das atividades de aquisição de dados, com antecedência de 20 dias do início das atividades (Art. 33 da RESOLUÇÃO ANP 11/2011);

II - Notificação de Início de Aquisição de Dados, com antecedência mínima de 30 dias do início das atividades de aquisição;

III - Relatório Mensal das atividades desenvolvidas, até o dia 10 do mês subseqüente ao mês de referência;

IV - Notificação Final de Aquisição de Dados.

V - Informe de quaisquer incidentes e/ou acidentes que porventura venham a ocorrer, relacionados à aquisição;

VI - Relatório Final de Aquisição, Processamento e demais produtos e documentos referentes aos dados técnicos contratados, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data da conclusão das aquisições.

§ 1º Os modelos dos documentos II, III, IV, V e VI estão disponíveis na internet, no endereço http://www.anp.gov.br/petro/dados_não_exclusivos_form.asp. Depois de preenchidos, os documentos deverão ser entregues impressos e assinados no protocolo da ANP e os respectivos arquivos digitais encaminhados para dados_técnicos@anp.gov.br

Art. 3º De acordo com as disposições elencadas na RESOLUÇÃO ANP 11/2011, fica determinado que todos os documentos entregues pela empresa à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP deverão ser identificados com o código «ENS-0001» e deverão estar nos seguintes formatos:

a. Todas as informações apresentadas em meio digital devem ser compatíveis com o padrão "microsoft";

b. Em caso de inclusão de imagens, fornecê-las em meio digital em formato « pdf »;

c. Quando da entrega, todos os dados deverão estar em conformidade com o padrão ANP2B ou a versão vigente na época da entrega dos dados na ANP;

Art. 4º Esta Autorização limita-se, exclusivamente, à realização de levantamento de dados aerogeofísicos de magnetometria e gamaespectrometria, na área determinada no art. 1º supra, visando a calibração de equipamentos;

§ 1º Em conformidade ao padrão ANP2B, os dados referentes a esta aquisição integrarão o programa 0001_MAG_SANTOS_Calibragem e o programa 0001_GAMA_SANTOS_Calibragem;

Art. 5º Fica a Lasa Prospecções S/A obrigada a entregar à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, cópia de todos os dados técnicos provenientes dos aerolevantamentos, adquiridos no âmbito desta Autorização, em meio digital, cumprindo os prazos de entrega determinados no art. 19º, inciso VII da Resolução ANP nº 011, de 17 de Fevereiro de 2011e nos termos do art.3º desta autorização.

Art. 6º A presente Autorização é válida pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, na qual a empresa Lasa Prospecções S/A, assume o compromisso de coletar, processar e entregar à Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, dados aeromagnetométrico e aerogamaespectométrico.

§ 1º A Notificação de Início de Aquisição de Dados marca o início do aerolevantamento, nos termos do inciso II do art. 2º desta Autorização.

§ 2º As autorizações concedidas pela ANP para aquisição dos dados terão caráter intuitu personae, não sendo permitida a sua venda ou qualquer forma de negociação com terceiro sem o prévio e expresso consentimento da ANP.

Art. 7º A presente Autorização entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

SERGIO HENRIQUE SOUSA ALMEIDA

## SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

### DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE

Em 17 de dezembro de 2012

Nº 1.441 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da Resolução ANP nº 46, de 09 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011, concede a alteração no cadastro do Laboratório de Ensaios em Combustíveis da Universidade Federal de Minas Gerais (LEC/UFMG), CNPJ nº 17.217.985/0004-57, localizado no município de Belo Horizonte-MG, e que consiste na INCLUSÃO dos ensaios descritos abaixo:
.Estabilidade à Oxidação a 110ºC (EN14112)
.Enxofre Total (ASTM D5453)
Processo ANP: 48600.002455/2009-73
Cadastro: 037

Nº 1.442 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria ANP nº 338, de 21 de outubro de 2008, e com base no disposto da Resolução ANP nº 46, de 09 de setembro de 2011, publicada em 12 de setembro de 2011, concede a alteração no cadastro do Laboratório de Análises de Combustíveis Automotivos da Universidade Federal do Paraná (LACAUT/UFPR), CNPJ nº 78.350.188/0001-95, localizado no município de Curitiba-PR, e que consiste em:
Inclusão dos ensaios;
.Massa Específica a 20ºC (ABNT NBR 7148)
.Enxofre Total (ASTM D5453)
.Glicerina Livre (ABNT NBR 15908)
.Glicerina Total (ABNT NBR 15908)
.Monoglicerídeos (ABNT NBR 15908)
.Diglicerídeos (ABNT NBR 15908)
.Triglicerídeos (ABNT NBR 15908)
e na exclusão dos ensaios;
.Glicerina Livre (EN14105)
.Glicerina Total (EN14105)
.Monoglicerídeos (EN14105)
.Diglicerídeos (EN14105)
.Triglicerídeos (EN14105)
Processo ANP: 48600.003109/2009-11
Cadastro: 022

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAÚJO

## DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

### DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL

RELAÇÃO Nº 141/2012

Fase de Concessão de Lavra

Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)

800.704/1972-VALE S A- Arrendatário:MSA MINERAÇÃO SERRA AZUL LTDA- CNPJ 05.863.872/0001-95 - Termino do arrendamento: 13 (treze) anos a partir da averbação pelo DNPM

805.280/1975-VALE S A- Arrendatário:MSA MINERAÇÃO SERRA AZUL LTDA- CNPJ 08.863.872/0001-95 - Termino do arrendamento: 13 (treze) anos a partir da averbação pelo DNPM

801.766/1976-COMERCIO E INDUSTRIA DE CAL TANCAL LTDA- Arrendatário:INDUSTRIA E COMERCIO DE MINERARIOS BACAETAVA- Epp- CNPJ 14.886.160/0001-94 - Termino do arrendamento: 02/05/2022

820.749/1987-COMERCIO E INDUSTRIA DE CAL TANCAL LTDA- Arrendatário:INDUSTRIA E COMERCIO DE MINERIOS BACAETAVA LTDA-Epp- CNPJ 14.886.160/0001-94 - Termino do arrendamento: ate 02/05/2022

896.018/1999-ARETEC - EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME- Arrendatário:MINERAÇÃO NOVA ERA DO ESPIRITO SANTO LTDA-ME- CNPJ 11.282.242/0001-31 - Termino do arrendamento: 3 (três) anos a contar da averbação pelo DNPM

820.133/2002-J. C. FELIPPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E MINERADORA LTDA- Arrendatário:PLURIAQUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA- CNPJ 14.629.951/0001-39 - Termino do arrendamento: 02/07/2014

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

008.711/1962-COMINGE PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME- Decreto de lavra nº 72.627/1973- Cessionário:ADHER MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 10.176.677/0001-39

808.725/1969-OXFORD PORCELANAS S A- Portaria de lavra nº 56/1982- Cessionário:OXFORD MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 12.677.832/0001-26

805.447/1970-OXFORD PORCELANAS S A- Portaria de lavra nº 819/1988- Cessionário:OXFORD MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 12.677.832/0001-26

820.289/1978-MINERAÇÃO JULMARA LTDA.- Portaria de lavra nº 83/2001- Cessionário:PILATO COMÉRCIO DE AREIA E BRITA LTDA- CNPJ 80.233.497/0001-27

820.990/1996-SPAL INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S A- Portaria de lavra nº 376/1997- Cessionário:ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ITABIRITO LTDA- CNPJ 01.313.895/0001-87

821.189/1996-EXTRATORA AQUAREIA LTDA- Portaria de lavra nº 203/2001- Cessionário:AREIÃO SANTA CRUZ LTDA EPP- CNPJ 01.094.413/0001-45

821.901/1998-NOVA QUIRIRIM EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTADORA LTDA.- Portaria de lavra nº 316/2004- Cessionário:MINERAÇÃO DE AREIA PARAIBA DO SUL LTDA- CNPJ 66.143.496/0001-60

821.250/1999-NOVA QUIRIRIM EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTADORA LTDA.- Portaria de lavra nº 147/2005- Cessionário:MINERAÇÃO DE AREIA PARAIBA DO SUL LTDA- CNPJ 66.143.496/0001-60

826.638/2001-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Portaria de lavra nº 310/2009- Cessionário:R. MINAS LTDA- CNPJ 15.007.226/0001-91

826.639/2001-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Portaria de lavra nº 311/2009- Cessionário:R. MINAS LTDA- CNPJ 15.007.226/0001-91

826.640/2001-AREAL AGUA AZUL LTDA.- Portaria de lavra nº 216/2009- Cessionário:R. MINAS LTDA- CNPJ 15.007.226/0001-91

890.268/2004-B. MARINI MINERADORA ME- Portaria de lavra nº 254/2005- Cessionário:HIDOMINERAL LA BANANAL LTDA-ME- CNPJ 10.654.793/0001-16

Autoriza averbação dos atos de Rescisão de Contrato de Arrendamento de Concessão de Lavra(502)

831.792/1995-DUPAK LTDA ME- Arrendátaria: AGROCITY MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 11.099.682/0001-58

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)

(557)

815.444/1987-SAIBRITA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA-CONCESSÃO DE LAVRA Nº 36/2000- Cessionário:815.105/2012-CEDRO ENGENHARIA COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 85.281.889/0001-85

NEGA a autorização da averbação do contrato de arrendamento parcial da Concessão de Lavra(605)

800.058/1977-P.T.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- Arrendatário:Tebas cerâmica Ltda

821.078/2008-P.T.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- Arrendatário:Tebas cerâmica Ltda

Autoriza averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1301)

815.036/1994-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- Arrendatário:G.S EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA EPP-Termino do arrendamento:20/09/2013

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial do requerimento de lavra(566)

823.561/1971-S.A. MINERAÇÃO DA TRINDADE-SAMITRI- Alvará n°576/1982 - Cessionario:832.020/2004-ALCAN ALUMINIO POÇOS DE CALDAS S/A- CNPJ 60.557.121/0001-60

Autoriza a averbação de transferência de direitos - Sucessão Causa Mortis(1954)

DNPM 815.333/2000-CLEONI BUSNARDO-Sucessor:GIOVANI MARCELO BUSNARDO E OUTROS-CPF/CNPJ003.354.039-05- Cessionario:BLUMETERRA MINERAÇÃO E BRITAGEM LTDA - CPF/CNPJ81.598.229/0001-71- ALVARÁ N° 19.552/2000

RELAÇÃO Nº 143/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)

820.294/1999-CARLOS AUGUSTO LUZ PATTO-ALVARÁ N° 17516 Publicado DOU de 28/10/2011- Onde se lê : " ... numa área de 209,34 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 178,16 ha ... "

858.034/2001-BRAZ FERROS MINERAÇÃO LTDA EPP-ALVARÁ N° 7365 Publicado DOU de 22/06/2012- Onde se lê: " ... numa área de 10000 ha... " , Leia-se " ... numa área de 9965,11 ha ..."

886.013/2001-BRITA NORTE MINERAÇÃO ENGENHARIA E TERRAPLANAGEM LTDA-ALVARÁ N° 7120 Publicado DOU de 13/08/2012- Onde se lê: " ... numa área de 7077,48 ha ... " , Leia-se: " ... numa área de 63,08 ha ... "

820.073/2003-NOVA AMERICA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDAS-ALVARÁ N° 11840 Publicado DOU de 29/10/2009- Onde se lê : " ... numa área de 1000 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 53,11 ha ... "

820.726/2004-PARAISO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-ALVARÁ N° 2266 Publicado DOU de 18/03/2010- Onde se lê : " ... numa área de 679,14 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 638,83 ha ... "

820.352/2007-CELIA MARIA OLIVEIRA SILVA DE PAULA-ALVARÁ N° 2171 Publicado DOU de 27/04/2012- Onde se lê : " ... numa área de 275,32 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 265,19 ha ... "

871.629/2007-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N° 7934 Publicado DOU de 20/12/2010- Onde se lê: "... numa áres de 908,04 ha ... " , Leia-se: "... numa área de 810,73 ha ... "

821.047/2008-MAURÍCIO PEREIRA DE MENEZES-ALVARÁ N° 14439 Publicado DOU de 10/12/2009- Onde se lê : " ... numa área de 805,7 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 755,71 ha ... "

821.048/2008-MAURÍCIO PEREIRA DE MENEZES-ALVARÁ N° 14438 Publicado DOU de 10/12/2009- Onde se lê : " ... numa área de 938,88 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 888,88 ha ... "

832.106/2008-MINERAÇÃO OURENSE LTDA-ALVARÁ N° 14869 Publicado DOU de 22/12/2009- Onde se lê : " ... numa área de 104,3 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 101,69 ha ... "

840.163/2008-STÉLIO JOSÉ BARRETO MAIA-ALVARÁ N° 4757 Publicado DOU de 30/04/2009- Onde se lê : " ... numa área de 553,72 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 455,76 ha ... "

815.411/2009-GENOVAL ANTUNES DE LIZ-ALVARÁ N° 10049 Publicado DOU de 01/09/2009- Onde se lê : " ... numa área de 596,35 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 592,14 ha ... "

815.470/2009-FRANCISCO BENINCA-ALVARÁ N° 11509 Publicado DOU de 13/10/2009- Onde se lê : " ... numa área de 578,45 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 103,74 ha ... "

820.591/2009-MINERAÇÃO QUIRIRIM LTDA.-ALVARÁ N° 13017 Publicado DOU de 08/09/2010- Onde se lê : " ... numa área de 123,16 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 75,06 ha ... "

890.478/2009-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA-ALVARÁ N° 17354 Publicado DOU de 30/12/2010- Onde se lê : " ... numa área de 774 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 661,72 ha ... "

803.103/2010-CERAMICA ALVORADA LTDA (M.A.GL. GONÇALVES)-ALVARÁ N° 4364 Publicado DOU de 18/05/2010- Onde se lê : " ... numa área de 396,86 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 347,03 ha ... "

815.260/2010-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA-ALVARÁ N° 5738 Publicado DOU de 09/10/2012- Onde se lê : " ... numa área de 205,26 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 105,26 ha ... "

815.382/2010-MARCELO DE SOUZA-ALVARÁ N° 8664 Publicado DOU de 03/08/2010- Onde se lê : " ... numa área de 580,2 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 530,41 ha ... "

815.421/2010-ALIANE WONSIEWSKI-ALVARÁ N° 8889 Publicado DOU de 12/08/2010- Onde se lê : " ... numa área de 996,52 ha ..." Leia-se : " ... numa área de 993 ha ... "

815.759/2010-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA NH LTDA EPP-ALVARÁ N° 15923 Publicado DOU de 09/12/2010- Onde se lê : " ... numa área de 995,57 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 953,44 ha ... "

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

820.028/2010-PEDRO VILLELA VILHENA-ALVARÁ N° 13859 Publicado DOU de 12/11/2010- Onde se lê : " ... numa área de 944,3 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 894,3 ha ... "

820.053/2010-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-ALVARÁ N° 17028 Publicado DOU de 30/12/2010- Onde se lê : " ... numa área de 45,67 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 17,32 ha ... "

820.332/2010-CONSMAR EXTRAÇÃO, COMÉRCIO E TRANSPORTE DE MINÉRIOS LTDA.-ALVARÁ N° 5738 Publicado DOU de 09/10/2012- Onde se lê : " ... numa área de 205,26 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 105,26 ha ... "

831.570/2010-TPG TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE GUSA LTDA.-ALVARÁ N° 6790 Publicado DOU de 27/05/2011- Onde se lê : " ... numa área de 1900,89 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 1871,85 ha ... "

868.144/2010-VALTER PUGLIESI ALVES-ALVARÁ N° 15109 Publicado DOU de 24/11/2010- Onde se lê : " ... numa área de 42,59 ha ..." Leia-se : " ... numa área de 9 ha ... "

815.701/2011-ADULAR JOSÉ CECHINEL-ALVARÁ N° 19607 Publicado DOU de 23/11/2011- Onde se lê : " ... numa área de 217,58 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 213,53 ha ... "

815.912/2011-PEDRO GIOVANE MONDINI-ALVARÁ N° 994 Publicado DOU de 09/04/2012- Onde se lê : " ... numa área de 772,56 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 722,69 ha ... "

830.739/2011-LITHOS PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA ME-ALVARÁ N° 2022 Publicado DOU de 24/04/2012- Onde se lê : " ... numa área de 954,86 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 870 ha ... "

844.034/2011-JOSÉ ARNALDO CALHEIROS DA ROCHA-ALVARÁ N° 5581 Publicado DOU de 06/05/2011- Onde se lê : " ... numa área de 962,98 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 927,89 ha ... "

870.682/2011-JOSE ALVES FILHO-ALVARÁ N° 7242 Publicado DOU de 27/05/2011- Onde se lê : " ... numa área de 597,6 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 557,25 ha ... "

870.784/2011-MARIO LUCIO LELIS COSTA-ALVARÁ N° 8218 Publicado DOU de 15/06/2011- Onde se lê : " ... numa área de 498,06 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 449,03 ha ... "

890.122/2011-EMPRESOL EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N° 8511 Publicado DOU de 22/06/2011- Onde se lê : " ... numa área de 408,96 ha ... " , Leia-se : " ... numa área de 292,45 ha ... "

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

**RETIFICAÇÃO(*)**

Na Portaria nº 416, de 3 de setembro de 2012, publicada no DOU de 5 de setembro de 2012, Seção 1, página 77 e retificada no mesmo DOU em 14 de setembro de 2012, Seção 1, página 90, onde se lê:

"Parágrafo único. O Capítulo I se aplica a toda e qualquer barragem de mineração de acordo com definição expressa no inciso I do artigo 2º desta Portaria."

leia-se:

"Parágrafo único. A exceção do Capítulo I que se aplica a toda e qualquer barragem de mineração, os demais dispositivos desta Portaria aplicam-se as Barragens de Mineração inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens, ou seja, que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

I - altura do maciço, contada do ponto mais baixo da fundação à crista, maior ou igual a 15m (quinze metros);

II - capacidade total do reservatório maior ou igual a 3.000.000m³ (três milhões de metros cúbicos);

III - reservatório que contenha resíduos perigosos conforme normas técnicas aplicáveis; e

IV - categoria de dano potencial associado, médio ou alto."

onde se lê:

"Parágrafo único. O Resumo Executivo da Revisão Periódica de Segurança da Barragem deverá ser enviado ao DNPM em até 60 (sessenta) dias após a elaboração do relatório a que se refere o caput, juntamente com declaração de ciência do representante legal do empreendedor quanto ao conteúdo do documento, por meio do sítio do DNPM na internet."

leia-se:

"Parágrafo único. O Resumo Executivo da Revisão Periódica de Segurança da Barragem deverá ser protocolizado na Superintendência do DNPM no estado de jurisdição da barragem e enviado ao DNPM, via sítio eletrônico do DNPM, em até 60 (sessenta) dias após a elaboração do relatório a que se refere o caput, juntamente com declaração de ciência do representante legal do empreendedor quanto ao conteúdo do documento."

onde se lê:

"§ 2° Na hipótese do § 1° o empreendedor deverá enviar ao DNPM o Resumo Executivo da Revisão Periódica de Segurança da Barragem em até 60 (sessenta) dias após a elaboração do relatório correspondente ao Volume IV- Tomo 2 - Revisão Periódica de Segurança de Barragem do Plano de Segurança da Barragem, juntamente com declaração de ciência do representante legal do empreendedor quanto ao conteúdo do documento, por meio do sítio eletrônico do DNPM."

leia-se:

"§ 2° Na hipótese do § 1° o empreendedor deverá enviar ao DNPM via sítio eletrônico do DNPM e protocolizar na Superintendência do DNPM no estado de jurisdição da barragem o Resumo Executivo da Revisão Periódica de Segurança da Barragem em até 60 (sessenta) dias após a elaboração do relatório correspondente ao Volume IV- Tomo 2 - Revisão Periódica de Segurança de Barragem do Plano de Segurança da Barragem, juntamente com declaração de ciência do representante legal do empreendedor quanto ao conteúdo do documento."

onde se lê:

"Art. 18. O empreendedor deverá realizar, quinzenalmente, ou em menor período, a seu critério, Inspeções de Segurança Regular de rotina na barragem sob sua responsabilidade."

leia-se:

"Art. 18. O empreendedor deverá realizar, quinzenalmente, ou em menor período, a seu critério, Inspeções de Segurança Regular de rotina na barragem sob sua responsabilidade, devendo, para tal, preencher a Ficha de Inspeção Regular, de acordo com o expresso no artigo 21."

onde se lê:

"Art. 19. Anualmente, até o dia 20 de setembro, ressalvado o disposto no art. 36, o empreendedor deverá realizar Inspeção Anual de Segurança Regular de Barragem, elaborar Relatório de Inspeção Regular da Barragem, preencher o Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem e emitir a Declaração de Estabilidade da Barragem, nos termos desta Portaria."

leia-se:

"Art. 19. Anualmente, ressalvado o disposto no art. 36, o empreendedor deverá realizar Inspeção Anual de Segurança Regular de Barragem, elaborando Relatório de Inspeção Regular da Barragem, emitindo a Declaração de Estabilidade da Barragem e preenchendo o Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem, observando as seguintes datas:

I - Até o dia 20 de setembro, deverá elaborar Relatório de Inspeção Regular da Barragem e emitir a Declaração de Estabilidade da Barragem;

II - Até o dia 15 (quinze) de março do ano subsequente, deverá preencher o Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem via sistema RALWEB através da tela de barragens de mineração, nos termos desta Portaria para barragens de mineração detentoras dos seguintes títulos minerários: manifesto de mina, decreto de lavra, portaria de lavra, grupamento mineiro, consórcio de mineração, registro de licença com plano de aproveitamento econômico aprovado pelo DNPM, permissão de lavra garimpeira, registro de extração e áreas tituladas com guia de utilização; e

III - Até o dia 31 (trinta e um) de março do ano subsequente, deverá preencher o Extrato da Inspeção de Segurança Regular da Barragem via sistema RALWEB através da tela de barragens de mineração, nos termos desta Portaria para barragens de mineração detentoras dos seguintes títulos minerários: registro de licença sem plano de aproveitamento econômico aprovado pelo DNPM."

onde se lê:

"Art. 24. O Extrato de Inspeção de Segurança Regular de Barragem constitui o resumo das informações relevantes das inspeções de segurança regulares realizadas no ano e deverá ser preenchido diretamente no sítio eletrônico do DNPM na internet, observado o prazo previsto no art. 19."

leia-se:

"Art. 24. O Extrato de Inspeção de Segurança Regular de Barragem constitui o resumo das informações relevantes das inspeções de segurança regulares realizadas no ano e deverá ser preenchido diretamente via sistema RALWEB deste DNPM através da tela de barragens de mineração, retificando-o ou durante o período de preenchimento do referido relatório no corrente ano-base, observado os prazos previstos no art. 19."

onde se lê:

"Art. 25. O empreendedor deverá encaminhar ao DNPM por meio do sítio desta autarquia na internet, no prazo estabelecido no art. 19, juntamente com o Extrato de Inspeção de Segurança Regular de Barragem, Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem na forma do Anexo IV-A, individualmente por barragem."

leia-se:

"Art. 25. O empreendedor deverá encaminhar ao DNPM por meio do sítio eletrônico desta autarquia na internet e protocolizar na Superintendência do DNPM no estado de jurisdição da barragem no prazo estabelecido no art. 19, Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem na forma do Anexo IV-A, individualmente por barragem."

onde se lê:

"§ 2° A extinção ou o controle da anomalia de que trata o § 1° deverá ser informado ao DNPM por meio do sítio do DNPM na internet, na página de Inspeções Especiais de Segurança de Barragens, por meio do Extrato de Inspeção de Segurança Especial de Barragem."

leia-se:

"§ 2° A extinção ou o controle da anomalia de que trata o § 1° deverá ser informado ao DNPM por meio do sítio eletrônico desta autarquia na internet e protocolizado na Superintendência do DNPM no estado de jurisdição da barragem."

onde se lê:

"Art. 35. O não cumprimento das obrigações previstas nesta Portaria e a apresentação de informações inverídicas ao DNPM, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas, conforme o caso, sujeitarão o infrator às penalidades estabelecidas no art. 100, II, c/c art. 54, V e XVI do Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968, e art. 9º, caput, IV, VI e VII, e §§ 1º e 2º da Lei nº 7.805/89."

leia-se:

"Art. 35. O não cumprimento das obrigações previstas nesta Portaria e a apresentação de informações inverídicas ao DNPM, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas, conforme o caso, sujeitarão o infrator às penalidades estabelecidas no art. 100, II, c/c art. 54, V a XVI do Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968, e art. 9º, caput, IV, VI e VII, e §§ 1º e 2º da Lei nº 7.805/89."

onde se lê:

"IV - até o dia 20 de setembro de 2013, realizar a primeira Inspeção Anual de Segurança Regular das Barragens de Mineração."

leia-se:

"IV - até o dia 20 de setembro de 2013, realizar a primeira Inspeção Anual de Segurança Regular das Barragens de Mineração, devendo preencher o primeiro Extrato de Inspeção Regular até a data de 15 de março de 2014 ou 31 de março de 2014, de acordo com o expresso no artigo 19;"

e onde se lê:

"VI - até o dia 31 de março de 2013, enviar ao DNPM Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem, conforme Anexo IV-B, por meio do sítio do DNPM na internet, e disponibilizar cópia desta declaração no próprio local da barragem ou, na inexistência de escritório local, na planta de beneficiamento, ou no escritório da lavra, o que for mais próximo da barragem; e"

leia-se:

"VI - até o dia 31 de março de 2013, enviar ao DNPM Declaração de Condição de Estabilidade da Barragem, conforme Anexo IV-B, via sítio eletrônico desta autarquia na internet e protocolizar na Superintendência do DNPM no estado de jurisdição da barragem e disponibilizar cópia desta declaração no próprio local da barragem ou, na inexistência de escritório local, na planta de beneficiamento, ou no escritório da lavra, o que for mais próximo da barragem; e"

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 242, de 17-12-2012, Seção 1, páginas 83 e 84, com incorreção.

## SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**

RELAÇÃO Nº 243/2012

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.325/1996-GRANITOS ESTRELA DO SUL LTDA ME-OF. N°2.645/2012DNPM/ES

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

896.796/2008-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME

896.919/2008-RIO DOCE CONSULTORIA LTDA

896.015/2010-MINERAÇÃO KLEIN E SILVEIRA LTDA ME

896.486/2010-MAURO DANIEL DEORCE

896.500/2010-TRASCOL-TRATORES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA

896.052/2011-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

896.687/2003-PETROLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRAS-OF. N°2.712/2012 DNPM/ES

896.772/2007-ADELSON PAGUNG-OF. N°2.691/2012 DNPM/ES

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

896.818/2009-FERNANDA DE MELLO OLIVEIRA-Registro de Licença N°26/2012 de 14/11/2012-Vencimento em 15/03/2013

896.449/2010-RIO DOCE CONSULTORIA LTDA-Registro de Licença N°29/2012 de 14/11/2012-Vencimento em 23/06/2015

896.461/2011-MINERAÇÃO KLEIN E SILVEIRA LTDA ME-Registro de Licença N°24/2012 de 13/11/2012-Vencimento em 21/05/2013

896.462/2011-TRASCOL-TRATORES, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA-Registro de Licença N°20/2012 de 06/11/2012-Vencimento em 15/08/2015

896.592/2011-TERCOL-TERAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-Registro de Licença N°25/2012 de 13/11/2012-Vencimento em 06/07/2014

896.037/2012-EDVARD VIMERCATI-Registro de Licença N°22/2012 de 06/11/2012-Vencimento em 17/01/2013

896.079/2012-VISÃO EMPRESARIAL LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.-Registro de Licença N°21/2012 de 06/11/2012-Vencimento em 10/02/2032

896.158/2012-QUIUQUI COMERCIO E MINERAÇÃO LTDA ME-Registro de Licença N°18/2012 de 06/11/2012-Vencimento em Prazo Indeterminado

896.385/2012-MAURO DANIEL DEORCE-Registro de Licença N°30/2012 de 16/11/2012-Vencimento em Prazo Indeterminado

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

896.682/2011-MINERAÇÃO PINGA FOGO LTDA ME

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

896.242/2010-TOMAZELI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-OF. N°2.719/2012 DNPM/ES

896.689/2011-MINERAÇÃO PINGA FOGO LTDA ME-OF. N°2.700/2012 DNPM/ES

896.033/2012-EXTRAÇÃO DE AREIAS LIMOEIRO LTDA-OF. N°2.452/2012 DNPM/ES

896.207/2012-FRANCISCO PAULO ALVES DE LIMA JUNIOR-OF. N°2.679/2012 DNPM/ES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
896.468/2011-PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVACQUA-OF. N°2.492/2012 DNPM/ES
Fase de Requerimento de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
896.001/2012-VISÃO EMPRESARIAL LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

## SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

**DESPACHO DA SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 174/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.189/2012-ROBERTO PRADO DE ALENCAR
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
866.227/2010-JOSI MARI DE OLIVEIRA RAMOS
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
866.126/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.127/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.128/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.129/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.130/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.131/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
866.132/2012-GEOLOGIA MINERAÇÃO E ASSESSORIA LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
866.412/1993-EXTRAMIL-EXTRAÇÃO E TRATAMENTO DE MINÉRIOS S.A.- OF. N° 287/12
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
866.940/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 978,09 ha para 409,19 ha-Calcário
866.942/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 980,75 ha para 131,72 ha-Calcário
866.943/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 981,78 ha para 143,36 ha-Calcário
866.944/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 981,35 ha para 252,44 ha-Calcário
866.945/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 976,06 ha para 509,24 ha-Calcário
866.946/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 980,98 ha para 502,83 ha-Calcário
866.947/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 982,25 ha para 620,93 ha-Calcário
866.948/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 983,63 ha para 483,82 ha-Calcário
866.949/2008-ERG MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-Área de 930,54 ha para 636,36 ha-Calcário
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
866.653/2009-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA -Alvará N°8120/2010
866.654/2009-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA -Alvará N°8121/2010
866.415/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA -Alvará N°12355/2011
866.416/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA -Alvará N°12356/2011
866.417/2011-PMA GEOQUÍMICA PESQUISA MINERAL E AMBIENTAL LTDA -Alvará N°12357/2011
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
866.386/2003-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-Zinco e Chumbo
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
866.386/2010-DEMENECK MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°12983/2010
866.768/2010-DEMENECK MINERADORA LTDA-ALVARÁ N°11012/2010
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
866.742/1993-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA-ALVARÁ N°14682/2008
866.744/1993-ANGLO AMERICAN BRASIL LTDA-ALVARÁ N°14684/2008
866.631/2004-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-ALVARÁ N°2486/2005
866.975/2008-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-ALVARÁ N°4013/2009
867.408/2008-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-ALVARÁ N°7363/2009
867.409/2008-MINERAÇÃO DARDANELOS LTDA-ALVARÁ N°9795/2009
866.073/2009-PAULO CAVALCANTE TRAVEN-ALVARÁ N°10266/2009
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
866.248/2009-ALCIDES TRENTIN- DOU de 10/11/2011
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.383/2002-RIO ALEGRE MINERAÇÃO LTDA.
866.401/2002-RIO ALEGRE MINERAÇÃO LTDA.
866.402/2002-RIO ALEGRE MINERAÇÃO LTDA.
866.403/2002-RIO ALEGRE MINERAÇÃO LTDA.
866.405/2002-RIO ALEGRE MINERAÇÃO LTDA.
866.536/2007-BEMISA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL S A
866.182/2010-GEO EXPLO PESQUISAS MINERAIS LTDA

ELINA MARIA DE FIGUEIREDO ARAÚJO
Substituta

## SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 121/2012

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
868.082/2005-ALBERTINA MARIA DE SOUZA BRAZOLIN
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.017/2000-INDÚSTRIA DE GRANILHA MINERAL-OF. N°1205/12
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1077)
868.104/1997-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA-AI N° 188/12
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
868.883/1996-ALEXANDRE NUNES DE SOUSA-OF. N°1198/12
Determina cumprimento Auto de Infração Advertência/ prazo 30 dias(1233)
868.883/1996-ALEXANDRE NUNES DE SOUSA- AI N° 186/12
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
868.124/2005-MARCOS JOSE FELIX-OF. N°1202/12
868.277/2010-SAME HASSAN GEBARA ME-OF. N°1197/12
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
868.124/2005-MARCOS JOSE FELIX- AI N°187/12
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias(773)
867.374/1991-KARRU INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS CERÂMICOS LTDA -AI N°74/12
868.124/2005-MARCOS JOSE FELIX -AI N°104/12
Aceita a defesa apresentada(1192)
868.001/2008-SERGIO AMAURI ROCHA ME
Determina arquivamento processo adm. cassação do Registro de Licença(1291)
868.001/2008-SERGIO AMAURI ROCHA ME-642/12
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.065/2011-ANDERSON WEBER ME-Registro de Licença N°21/2012 de 07/12/2012-Vencimento em 20/01/2021
868.050/2012-HILDEBRANDO MARIANO DE ALMEIDA ME-Registro de Licença N°20/2012 de 06/12/2012-Vencimento em 10/01/2017
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.124/2010-TREVO AREEIRO COMERCIAL LTDA ME-OF. N°1203/12
868.422/2011-IVANIR DE LAZARI ME-OF. N°1204/12

RELAÇÃO Nº 122/2012

Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração - RAL(1698)
866.407/1986-MARAJÁ MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°181/2009
866.408/1986-MARAJÁ MINERAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N°182/2009

ANTONIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

## SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

**DESPACHO DO SUPERINTENDENTE**
RELAÇÃO Nº 156/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
820.900/2010-ADRIANO CESAR TEIXEIRA MACHADO- DOU de 12/05/2011, Relação nº 51/2011.
Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
820.250/2007-MARCOS KENITI FUKUHARA- AI N°355/12 - D.O.U 06.09.12 - Relação 113/12
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
820.025/2007-EGEMINAS MINERAÇÃO LTDA.-AI N°108/12 - D.O.U. 10.04.12
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito(659)
824.549/1972-ÁGUAS PRATA LTDA.-OF. N°1.657/12-DFISC/DNPM/SP, de 20.08.12-DOU de 27.09.12
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
820.183/1993-SAMUEL LIMA DA SILVA MIGUELOPOLIS ME- Registro de Licença N°2.132/1999-Onde se lê: Vencimento da Licença: 16/10/2038 - Leia-se: Vencimento da Licença: 22/06/2041.
820.184/1993-SAMUEL LIMA DA SILVA MIGUELOPOLIS ME- Registro de Licença N°2.133/1999-Onde se lê: Vencimento da Licença: 16/10/2038 - Leia-se: Vencimento da Licença: 22/06/2041.
821.122/1997-MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA OLARIA ME- Registro de Licença N°2.423/2000-Onde se Lê: Vencimento da Licença: 31/12/2012; Leia-se: Vencimento da Licença: 12/06/2022.
821.194/2001-KONSTRU MINERAÇÃO DE VOTUPORANGA LTDA.EPP- Registro de Licença N°2.723/2002-Onde se lê: Vencimento da Licença: 02/07/2012, Leia-se: Vencimento da Liocença: 04/07/2014.
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
820.182/1996-VALPA MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA EPP - Publicado DOU de 31.05.05, Relação n° 183/05, Seção I, pág. 55- "(..) ponto de Cor5denadas Geográficas: Lat. 23º19'04,8"S e Long. 46º01'21,9"W(...)" - Leia-se: "(...) ponto de Coordenadas Geográficas: Lat. 23º19'04,993"S e Long. 46º01'22,244"W, no Datum SAD69, (...)"
820.971/1999-PIRAMIDE EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. - Publicado DOU de 29.05.08, Relação n° 96/08, Seção I, pág. 85- onde se lê: 50,00 hectares - Leia-se: 49,66 hectares
820.921/2003-FLOW WATER MINERAÇÃO LTDA - Publicado DOU de 12.07.07, Relação n° 226/07, Seção I, pág. 136- Aprova Relat.de Pesq. - Retific.aprov.do Re.Final de Pesquisa com redução de área de 49,00 hectares para 30,68 hectares - Inciso I, do Art. 30 do C.M.

RICARDO DE OLIVEIRA MORAES

# Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## GABINETE DA MINISTRA

### PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a convocação ordinária da IX Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, em conjunto com a PRESIDENTA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, e considerando a urgente necessidade de avaliação da situação atual do Sistema Único e Assistência Social - SUAS, assim como a propositura de diretrizes visando ao aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, resolve:

Art. 1º Convocar ordinariamente a IX Conferência Nacional de Assistência Social com o fim de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento, em especial os avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º A IX Conferência Nacional de Assistência Social realizar-se-á em Brasília, Distrito Federal, no período de 16 a 19 de dezembro de 2013.

Art. 3º A IX Conferência Nacional de Assistência Social terá como tema "a Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 4º Para a organização da IX Conferência Nacional de Assistência Social será instituída uma Comissão Organizadora coordenada pela Presidente e pela Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo único - Apoiarão a Organização da Conferência unidades vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CAMPELLO
Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS
Presidenta do Conselho Nacional de Assistência Social

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

# Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

## GABINETE DO MINISTRO

### PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 296, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Habilita, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, Interino, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do caput do art. 3º e no § 5º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, resolvem:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso I do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa International Indústria Automotiva da América do Sul Ltda., CNPJ/MF: 02.162.259/0001-64, conforme processo nº 52000.026888/2012-56, de 01 de novembro de 2012.

Art. 2º A habilitação tem vigência a partir da data de sua publicação, até 31 de março de 2013, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa habilitada fica autorizada, a partir de 1º de novembro de 2012, a apurar crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - com base nos dispêndios realizados em conformidade com os incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Parágrafo único. O crédito presumido relativo aos incisos I e II do caput do art. 12 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012, apurado nas aquisições destinadas à fabricação de veículos classificados nos códigos constantes do Anexo VI, não poderá ser utilizado nas condições previstas no art. 14 do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Art. 4º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, conforme preveem os arts. 4º e 7º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 5º Para os efeitos de que trata o §6º do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de fevereiro de 2013, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO GOLOMBIEWSKI TEIXEIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

MARCO ANTONIO RAUPP
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

## SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

### CIRCULAR Nº 67, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, e regulamentado pelo Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, considerando o estabelecido no art. 3º da Resolução CAMEX nº 85 de 8 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 9 de dezembro de 2010, alterada pela Resolução CAMEX nº 66 de 20 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 21 de setembro de 2011, que aplicou direitos antidumping específicos a serem exigidos nas importações de policloreto de vinila, não misturado com outras substâncias, obtido por processo de suspensão (PVC-S), originárias do México, classificado no item 3904.10.10 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, torna público:

1. De acordo com o item 8 do Anexo da Resolução CAMEX nº 85, de 2010, alterada pela Resolução CAMEX nº 66, de 2011, o preço de referência do México deverá ser recalculado trimestralmente, tomando-se por base a média das cotações ICIS-LOR (Independent Commodity Information Service - London Oil Reports) do último mês desse trimestre, no caso, o mês de novembro de 2012.

1.1. A média das cotações de PVC-S para o México, no mês de novembro de 2012, alcançou US$ 1.185,00/t (mil cento e oitenta e cinco dólares estadunidenses por tonelada).

2. Desta forma, o preço de referência vigente para o trimestre dezembro de 2012 e janeiro e fevereiro de 2013 é de US$ 1.201,00/t (mil duzentos e um dólares estadunidenses por tonelada) para o México.

3. O direito antidumping é calculado observando a fórmula do quadro na seqüência, e caso o resultado da equação a seguir seja menor ou igual a zero, não deverá ser cobrado direito antidumping.

| PAÍS | DIREITO ANTIDUMPING ESPECÍFICO (DAE) (US$/tonelada) |
|---|---|
| México | DAE = (1.201,00 por tonelada) - (1,112 x Preço CIF por tonelada) |

4. O direito antidumping exigido para o México não poderá ser superior a 18% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação. Quando isto ocorrer, o valor a ser cobrado deverá se limitar a 18% do preço CIF por tonelada de cada operação de importação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

### CIRCULAR Nº 68, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, em consonância com o disposto no Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994 e o contido no Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, especialmente o previsto nos arts. 3º e 39, e tendo em vista o constante no Processo MDIC/SECEX 52000.015443/2011-60, decide prorrogar por até seis meses, a partir de 29 de dezembro de 2012, o prazo para conclusão da investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de resina de policarbonato em forma de pó, floco, grânulo ou pellet, com índice de fluidez entre 1,0 a 59,9 g/10min., comumente classificadas no item 3907.40.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da Coréia e do Reino da Tailândia, iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 68, de 27 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de dezembro de 2011.

TATIANA LACERDA PRAZERES

## SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

### CONSULTA PÚBLICA Nº 62, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

ANEXO

PROPOSTA 087/12: ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA O PRODUTO UNIDADE DE DISCO MAGNÉTICO RÍGIDO, ESTABELECIDO PELAS PORTARIAS INTERMINISTERIAIS Nº 28 E 29, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2010.

1) Alterar o Art. 2º

DE:

Art. 2º Fica dispensado o cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos I e II por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Após os doze meses citados no caput, será considerado cumprido o Processo Produtivo Básico se a empresa atender aos seguintes percentuais, tomando-se por base a produção do ano calendário:

I - no mínimo 10% (dez por cento) da fabricação dos circuitos impressos, a partir do laminado; e

II - no mínimo 50% (cinquenta por cento) da etapa de injeção plástica do gabinete externo.

PARA:

Art. 2º O cumprimento das etapas estabelecidas nos incisos I e II deve atender aos seguintes percentuais, tomando-se por base a produção do ano-calendário:

I - no mínimo 10% (dez por cento) da fabricação dos circuitos impressos, a partir do laminado; e

II - no mínimo 50% (cinquenta por cento) da etapa de injeção plástica do gabinete externo.

Parágrafo único. Excepcionalmente para ano de 2012, caso o percentual referido no inciso I do caput não seja alcançado, o fabricante ficará obrigado a cumprir a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro de 2013, sem prejuízo das obrigações correntes do ano calendário.

### CONSULTA PÚBLICA Nº 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

ANEXO

PROPOSTA 090/12 - ALTERAÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA OS PRODUTOS FITA ADESIVA E PELÍCULA AUTO-ADESIVA, EM FORMA DE FOLHAS OU ROLOS, ESTABELECIDO PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 238, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2010.

OBS: A proposta está em formato de Portaria.

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para os produtos FITA ADESIVA, nos tipos relacionados no anexo desta Portaria, e PELÍCULA AUTO-ADESIVA, EM FORMA DE FOLHAS OU ROLOS, industrializados na Zona Franca de Manaus, estabelecidos pela Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 238, de 8 de dezembro de 2010, passa a ser o seguinte:

I - deposição da camada de adesivo nas películas;

II - corte longitudinal e /ou transversal das fitas e películas, a partir do rolo máster;

III - rebobinamento, quando aplicável;

IV - fabricação do núcleo interno de papelão ou injeção do núcleo interno de plástico, conforme o caso; e

V - fabricação da embalagem individual e coletiva.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico acima descrito deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, observando o disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º As atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, exceto uma, que não poderá ser objeto de terceirização.

§ 3º Para os núcleos internos (tubetes) de papelão com diâmetro inferior a 3 polegadas (76,20 mm), utilizados nas fitas adesivas, a empresa fabricante poderá terceirizar, em outras regiões do País, a etapa estabelecida no inciso IV, limitada à quantidade de 30% (trinta por cento) da produção de fitas adesivas, no ano calendário.

Art. 2º Para a fabricação do produto película auto-adesiva, em forma de folhas, fica dispensado o cumprimento da etapa IV do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O cumprimento da etapa constante no inciso "I" do art. 1º poderá ser dispensado, desde que a empresa interessada cumpra compromisso de exportação e/ou de aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, na região Amazônica, nos termos a serem definidos pelo Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 4º O cumprimento da etapa constante no inciso "IV" do art. 1º, exclusivamente para o produto fita adesiva de polipropileno sensível à pressão para fins elétricos (fita isolante - NCM 3919.10.00 ou 3919.90.00), poderá ser dispensado, desde que a empresa interessada cumpra compromisso de exportação e/ou de aplicação em atividades de pesquisa e desenvolvimento, na região amazônica, nos termos a serem definidos pelo Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 238, de 8 de dezembro de 2010.

ANEXO

| PRODUTO | NCM |
|---|---|
| 1. fita adesiva dupla face de acrílico | 3506.91.90 |
| 2. fita adesiva dupla face de espuma | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 3. fita adesiva de PVC | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 4. fita adesiva de polipropileno | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 5. fita adesiva de polietileno | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 6. fita adesiva de poliéster | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 7. fita adesiva de teflon | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 8. fita adesiva de poliéster reforçada com filamentos de fibra de vidro | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 9. fita adesiva dupla face de polipropileno | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 10. fita adesiva dupla face de poliéster | 3919.10.00<br>3919.90.00 |
| 11. fita adesiva de borracha de alta tensão | 4005.91.90 |
| 12. fita adesiva dupla face de papel | 4811.41.10<br>4811.41.90 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | |
|---|---|
| 13. fita adesiva de papel | 4823.12.00 |
| 14. fita adesiva de tecido com polietileno | 5806.40.00 |
| 15. fita adesiva de tecido de fibra de vidro | 7019.90.00 |
| 16. fita adesiva de tecido de rayon | 5807.90.00 |
| 17. fita adesiva dupla face de tecido com PVC | 5903.10.00 |
| 18. fita adesiva dupla face de tecido | 5903.90.00 |
| 19. fita adesiva de tecido | 5901.10.00 |
| 20. fita adesiva de alumínio | 7607.19.10<br>7607.19.90 |
| 21. fita adesiva transferível | 3506.10.90 |

## SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

### PORTARIA Nº 519, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de regulamentar a dispensa para realização em outras regiões do País, de etapas de industrialização, por prazo e quantidades pré-determinadas, desde que a empresa interessada apresente exposição de motivos e cronograma detalhado e adequado, que justifique a concessão, conforme disposto no § 5º do artigo 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, que estabeleceu o processo produtivo básico para turbinas hidráulicas e hidrogeradores com potência superior a 30MW, industrializados na Zona Franca de Manaus, resolve:

Art. 1º Alterar, para os componentes, partes e peças abaixo listadas, destinadas a atender a Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Belo Monte, localizada nos municípios de Altamira, Brasil Novo e Vitória do Xingu, no Estado do Pará, as quantidades concedidas pela Portaria SUFRAMA nº 263, de 17 de agosto de 2011, que dispensou, por um prazo de 36 (trinta e seis) meses, para realizar em outras regiões do País, as etapas de industrialização dispostas nos incisos II a XII do art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, permanecendo os demais componentes, partes e peças, obrigados a cumprir o disposto nas Tabelas 1 e 2 da Portaria SUFRAMA nº 263/2011:

TABELA 1: COMPONENTES, PARTES E PEÇAS DA TURBINA

| COMPONENTE | QUANTIDADE NECESSÁRIA | QUANTIDADE DISPENSADA PELA PORTARIA Nº 263/2011 | NOVA PROPOSTA DE DISPENSA |
|---|---|---|---|
| Caixa espiral | 04 | 01 | 0 (zero) |
| Eixo da turbina | 04 | 01 | 04 |

TABELA 2 - COMPONENTES, PARTES E PEÇAS DO GERADOR

| COMPONENTE | QUANTIDADE NECESSÁRIA | QUANTIDADE DISPENSADA PELA PORTARIA Nº 263/2011 | NOVA PROPOSTA DE DISPENSA |
|---|---|---|---|
| Carcaça estator | 04 | 01 | 0 (zero) |

Art. 2º Dispensar para realização em outras regiões do país, até o percentual máximo de 50% (cinquenta por cento), a etapa constante do inciso II do art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, destinada a atender a Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Belo Monte.

Art. 3º Dispensar, até 21 de julho de 2014, para realização em outras regiões do País, as etapas de industrialização dispostas nos incisos I a XI do art. 1º, da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 222, de 23 de dezembro de 2009, para os insumos abaixo listados, nas quantidades determinadas, referentes às Usinas Hidrelétricas de Energia (UHE) de Santo Antonio e Jirau:

TABELA 1 - COMPONENTES, PARTES E PEÇAS DA TURBINA

| DENOMINAÇÃO DO COMPONENTE | QUANTIDADE DISPENSADA |
|---|---|
| Aro Câmara | 03 |
| Ogiva | 04 |
| Tampa Externa | 02 |

TABELA 2 - COMPONENTES, PARTES E PEÇAS DO HIDROGERADOR

| DENOMINAÇÃO DO COMPONENTE | QUANTIDADE DISPENSADA |
|---|---|
| Nariz do Bulbo | 02 |

Art.4ª Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

# Ministério do Esporte

## SECRETARIA EXECUTIVA

### DELIBERAÇÃO Nº 438, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados nos anexos I e II, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2012, 06/11/2012 e 04/12/2012 e na reunião extraordinária realizada em 21/11/2012.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 30 de 20 de fevereiro de 2009, alterada pela Portaria nº 130 de 05 de julho de 2010, alterada pela Portaria nº 58 de 20 de março de 2012; pela Portaria nº 182 de 27 de outubro de 2011 e pela Portaria nº 237, de 28 de setembro de 2012, considerando:

a) aprovação dos projetos desportivos aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/10/2012, 06/11/2012 e 04/12/2012 e na reunião extraordinária realizada em 21/11/2012.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 4º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO CAPPELLI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.005329/2012-21
Proponente: Federação de Vela do Estado do Rio de Janeiro
Título: Búzios Sailing Week
Registro: 02RJ001402007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.166.603/0001-80
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 199.093,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47627-7
Período de Captação: até 22/03/2013.

2 - Processo: 58701.005225/2012-87
Proponente: Federação de Vela do Estado do Rio de Janeiro
Título: Campeonato Mundial de Snipe
Registro: 02RJ001402007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.166.603/0001-80
Cidade: Rio de Janeiro - UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 226.943,31
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 47626-9
Período de Captação: até 09/09/2013.

3 - Processo: 58701.003539/2011-64
Proponente: Fundação Canal 20
Título: Projeto Piloto IV
Registro: 02PR019932008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.083.151/0001-01
Cidade: Cascavel - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 198.889,77
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36749-4
Período de Captação: até 04/12/2013.

4 - Processo: 58701.005157/2012-56
Proponente: Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com Câncer
Título: Corrida e Caminhada GRAACC - Combatendo e Vencendo o Câncer Infantil
Registro: 02SP089022011
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 67.185.694/0001-50
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 408.870,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1898 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25056-2
Período de Captação: até 30/04/2013

5 - Processo: 58701.004914/2012-74
Proponente: Instituto Brasil Adentro
Título: VII Circuito Cross Parques
Registro: 02DF012972007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.590.297/0001-31
Cidade: Brasília - UF: DF
Valor aprovado para captação: R$ 710.801,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3129 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 23930-5
Período de Captação: até 18/03/2013

6 - Processo: 58701.003541/2011-33
Proponente: Fundação Canal 20
Título: Myasava Futuro
Registro: 02PR019932008
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.083.151/0001-01
Cidade: Cascavel - UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 253.837,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3508 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36546-7
Período de Captação: até 03/03/2013

7 - Processo: 58701.004816/2012-37
Proponente: Instituto Livewright
Título: Projeto de Ciclismo de Pista de Alto Rendimento
Registro: 02SP107912012
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.090.505/0001-36
Cidade: São Paulo - UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 1.997.888,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2865 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 27406-2
Período de Captação: até 21/11/2013

ANEXO II

1 - Processo: 58701.000179/2011-49
Proponente: Liga Esportiva de Eventos do Município de Araraquara
Título: Roseli de Basquete
Valor aprovado para captação: R$ 299.084,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3405 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 15031-2
Período de Captação: até 03/09/2013

2 - Processo: 58701.000926/2012-20
Proponente: ABVP - Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico
Título: Desafio Internacional Vôlei Sentado Top Four
Valor aprovado para captação: R$ 381.907,17
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0300 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 69739-7
Período de Captação: até 30/06/2013

3 - Processo: 58701.003054/2011-71
Proponente: Associação Toledense dos Atletas em Cadeiras de Rodas
Título: Centro de Desenvolvimento do Paradesporto de Toledo
Valor aprovado para captação: R$ 930.717,47
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0587 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 67042-1
Período de Captação: até 20/01/2013

## AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
## CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO

### RESOLUÇÃO Nº 4, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012(*)

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica - APO, por deliberação unânime em sua Reunião Extraordinária de 10 de dezembro de 2012 resolve:

APROVAR a alteração do Estatuto da Autoridade Pública Olímpica, nos termos da proposta submetida pelo Diretor Executivo da Autarquia através do Memorando nº 49, de 23 de novembro de 2012, em atenção ao estipulado no inciso I, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta, e tendo em vista a manifestação prévia favorável do Conselho de Governança, conforme o disposto na alínea "a", do inciso I, do Parágrafo quarto, da Cláusula Décima Terceira do mencionado Contrato de Consórcio Público, expressa na Resolução nº 02, de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário oficial da União de 23 de novembro de 2012, Seção 1, página 152.

DETERMINAR a disponibilização do texto integral do Estatuto, com as alterações aprovadas, no sítio da Autoridade Pública Olímpica na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.apo.gov.br.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

(*) Republicada por ter saído no DOU, nº 241, de 14-12-2012, Seção 1, pág. 140, com incorreção no original.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

**RESOLUÇÃO Nº 5, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012(*)**

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II, do Parágrafo quinto, da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio Público que instituiu a Autoridade Pública Olímpica - APO, por deliberação unânime em sua Reunião Extraordinária de 10 de dezembro de 2012, resolve:

APROVAR o Orçamento para 2012 da Autoridade Pública Olímpica, nos termos da proposta submetida pelo Diretor Executivo da Autarquia através do Memorando nº 49, de 23 de novembro de 2012, em atenção ao estipulado no inciso II, do Parágrafo segundo, da Cláusula Décima Quinta, e tendo em vista a manifestação prévia favorável do Conselho de Governança, conforme o disposto na alínea "b", do inciso I, do Parágrafo quarto, da Cláusula Décima Terceira do mencionado Contrato de Consórcio Público, expressa na Resolução nº 03, de 22 de novembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 23 de novembro, Seção 1, página 152.

DETERMINAR a disponibilização do texto integral do Orçamento aprovado para 2012 no sítio da Autoridade Pública Olímpica na rede mundial de computadores, no seguinte endereço: www.apo.gov.br.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

(*) Republicada por ter saído no DOU, nº 241, de 14-12-2012, Seção 1, pág. 140, com incorreção no original.

# Ministério do Meio Ambiente

## AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

**RESOLUÇÃO Nº 811, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 63, inciso XVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 567, de 17/08/2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 473ª Reunião Ordinária, realizada em 17/12/2012, com fundamento no art. 12, inciso II, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, no art. 2º do Decreto nº 4.024, de 21/11/2001, e na Resolução nº 194, de 16/09/2002, resolveu:

Art.1º Emitir, em favor da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, CNPJ/CPF nº 09.769.035/0001-64, este Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica - CERTOH referente ao sistema Adutor do Agreste, localizado no eixo Leste do PISF, no município de Arcoverde, no Estado de Pernambuco , com a finalidade de abastecimento humano.

O inteiro teor da Resolução o certificado, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

VICENTE ANDREU

## INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

**PORTARIA Nº 135, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural PIRANGY.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012;

Considerando o disposto no art. 21 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta; no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006, que regulamenta a categoria de unidade de conservação de uso sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN; e na Instrução Normativa ICMBio nº 07, de 17 de dezembro de 2009; e,

Considerando as proposições apresentadas no Processo ICMBio/MMA n° 02070.001026/2012-19, resolve:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN PIRANGY, de interesse público e em caráter de perpetuidade, em parte do imóvel denominado Fazenda Pirangy, situada no Município de Itabaianinha, no Estado do Sergipe, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Itabaianinha/SE, sob o n. 7.571, registro número 1, livro de Registro Geral nº 2-AF, folhas 92, de 27 de julho de 2010.

Art. 2º - A RPPN Pirangy tem área total de 13,59 ha (treze hectares e cinquenta e nove ares), dividida em três fragmentos dentro do imóvel referido no art. 1º.

Parágrafo único. A área de que trata o caput tem os limites definidos a partir do levantamento topográfico constante no processo citado acima, conforme descrito a seguir: Área 01: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto M54, localizado ao extremo norte de coordenadas UTM N 8.756.015,01 m e E 636.581,48 m, no meridiano central do fuso -39, Datum SIRGAS2000. Deste segue confrontando ÁREA INTERNA DO IMÓVEL RURAL, com azimute plano de 98°46'35" e distância de 114,84 m, chega-se ao ponto RP0001 de coordenadas N 8.755.997,49 m e E 636.694,97 m; deste, com azimute plano de 102°26'22" e distância de 74,53 m, chega-se ao ponto RP0002 de coordenadas N 8.755.981,43 m e E 636.767,75 m; deste, com azimute plano de 128°29'00" e distância de 63,02 m, chega-se ao ponto RP0003 de coordenadas N 8.755.942,21 m e E 636.817,09 m; deste com azimute plano de 218°29'03" e distância de 6,00 m, chega-se ao ponto RP0004 de coordenadas N 8.755.937,52 m e E 636.813,35 m; deste com azimute plano de 128°29'00" e distância de 181,72 m, chega-se ao ponto RP0005 de coordenadas N 8.755.824,44 m e E 636.955,60 m; deste, com azimute plano de 134°52'01" e distância de 242,66 m, chega-se ao ponto RP0006 de coordenadas N 8.755.653,25 m e E 637.127,58 m; deste, com azimute plano de 201°23'48" e distância de 168,64 m, confrontando com JÚNIOR chega-se ao ponto M51 de coordenadas N 8.755.496,24 m e E 637.066,06 m; deste com azimute plano de 311°34'01" e distância de 409,31 m, chega-se ao ponto de M52 de coordenadas N 8.755.767,81 m e E 636.759,82 m; deste, com azimute plano de 292°41'47" e distância de 283,89 m, chega-se ao ponto M53 de coordenadas N 8.755.877,35 m e E 636.497,92 m; deste, com azimute plano de 31°15'20" e distância de 161,04 m, confrontando com PAULO MORAES chega-se ao ponto M54, ponto de partida do presente memorial descritivo. Área 02: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto RP0019, localizado ao extremo norte de coordenadas UTM N 8.756.192,65 m e E 636.943,44 m, no meridiano central do fuso -39, Datum SIRGAS2000. Deste segue confrontando ÁREA INTERNA DO IMÓVEL RURAL, com azimute plano de 104°34'02" e distância de 76,49 m, chega-se ao ponto RP0018 de coordenadas N 8.756.173,41 m e E 637.017,47 m; deste, com azimute plano de 83°55'13" e distância de 101,38 m, chega-se ao ponto RP0017 de coordenadas N 8.756.184,15 m e E 637.118,27 m; deste, com azimute plano de 134°51'14" e distância de 43,17 m, chega-se ao ponto RP0016 de coordenadas N 8.756.153,70 m e E 637.148,88 m; deste com azimute plano de 111°35'08" e distância de 111,08 m, chega-se ao ponto RP015 de coordenadas N 8.756.112,83 m e E 637.252,17 m; deste com azimute plano de 250°13'24" e distância de 31,43 m, chega-se ao ponto RP014 de coordenadas N 8.756.102,20 m e E 637.222,59 m; deste, com azimute plano de 190°08'52" e distância de 24,68 m, chega-se ao ponto RP013 de coordenadas N 8.756.077,91 m e E 637.218,24 m; deste, com azimute plano de 281°51'03" e distância de 112,92 m, chega-se ao ponto RP012 de coordenadas N 8.756.101,10 m e E 637.107,72 m; deste com azimute plano de 311°24'17" e distância de 83,68 m, chega-se ao ponto de RP011 de coordenadas N 8.756.156,44 m e E 637.044,96 m; deste, com azimute plano de 266°54'16" e distância de 29,44 m, chega-se ao ponto RP010 de coordenadas N 8.756.154,85 m e E 637.015,56 m; deste, com azimute plano de 10°11'51" e distância de 17,81 m, chega-se ao ponto RP009 de coordenadas N 8.756.172,38 m e E 637.018,71 m; deste, com azimute plano de 261°28'53" e distância de 61,99 m, chega-se ao ponto RP008 de coordenadas N 8.756.163,20 m e E 636.957,40 m; deste com azimute plano de 290°12'34" e distância de 40,86 m, chega-se ao ponto RP007 de coordenadas N 8.756.117,31 m e E 636.919,05 m; deste, com azimute plano de 57°50'11" e distância de 28,80 m, chega-se ao ponto RP0019, ponto de partida do presente memorial descritivo. Área 03: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto RP020, localizado ao extremo norte de coordenadas UTM N 8.756.374,00 m e E 638.012,00 m, no meridiano central do fuso -39, Datum SIRGAS2000. Deste segue confrontando ÁREA INTERNA DO IMÓVEL RURAL, com azimute plano de 142°13'28" e distância de 50,61 m, chega-se ao ponto RP021 de coordenadas N 8.756.334,00 m e E 638.043,00 m; deste, com azimute plano de 173°39'35" e distância de 9,06 m, chega-se ao ponto RP022 de coordenadas N 8.756.325,00 m e E 638.044,00 m; deste, com azimute plano de 199°47'56" e distância de 26,57 m, chega-se ao ponto RP023 de coordenadas N 8.756.300,00 m e E 638.035,00 m; deste com azimute plano de 288°46'41" e distância de 52,81 m, chega-se ao ponto RP024 de coordenadas N 8.756.317,00 m e E 637.985,00 m; deste com azimute plano de 265°54'52" e distância de 14,04 m, chega-se ao ponto RP025 de coordenadas N 8.756.316,00 m e E 637.971,00 m; deste, com azimute plano de 219°33'35" e distância de 58,40 m, chega-se ao ponto RP026 de coordenadas N 8.756.270,97 m e E 637.933,80 m; deste, com azimute plano de 359°20'00" e distância de 76,90 m, chega-se ao ponto RP027 de coordenadas N 8.756.347,86 m e E 637.932,91 m; deste com azimute plano de 33°41'24" e distância de 3,77 m, chega-se ao ponto de RP028 de coordenadas N 8.756.351,00 m e E 637.935,00 m; deste, com azimute plano de 79°41'43" e distância de 11,18 m, chega-se ao ponto RP029 de coordenadas N 8.756.353,00 m e E 637.946,00 m; deste, com azimute plano de 72°21'00" e distância de 69,26 m, chega-se ao ponto RP020, ponto de partida do presente memorial descritivo.

Art. 3º - A RPPN Pirangy será administrada por Geraldo Soares Barreto Filho e Thaís Costa Silva Barreto.

Parágrafo único. Os administradores referidos no caput serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.746, de 05 de abril de 2006.

Art. 4º - As condutas e atividades lesivas à área reconhecida como RPPN Pirangy sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto n° 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

**PORTARIA Nº 136, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Ambientalista Francy Nunes, nos Municípios de General Sampaio, Tejuçuoca e Aipuarés no Estado do Ceará.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições previstas pelo Decreto nº 7.515/11, de 08 de julho de 2011 e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia subsequente;

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC;

Considerando que a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Ambientalista Francy Nunes, criada através da Portaria IBAMA nº 75, de 22 de fevereiro de 2007, atendeu ao art. 27 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no que concerne à elaboração de seu Plano de Manejo;

Considerando os pronunciamentos técnicos e jurídicos contidos no processo nº 02070.000330/2012-49; e

Considerando que o art. 16 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, prevê que o Plano de Manejo aprovado deve estar disponível para consulta na sede da unidade de conservação e no centro de documentação do órgão executor, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Ambientalista Francy Nunes, localizada nos Municípios de General Sampaio, Tejuçuoca e Aipuarés no Estado do Ceará.

Parágrafo Único. A aprovação do Plano de Manejo não exime o proprietário de seguir todos os trâmites técnicos e legais necessários a aprovação de projetos, programas e planos junto aos órgãos ou instituições ambientais competentes, em atendimento à legislação vigente e aos usos permitidos na RPPN, conforme o Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 2º - A RPPN será administrada pelo proprietário do imóvel, ou pelo representante legal, que será responsável pelo cumprimento das exigências contidas na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e no Decreto nº 5.746, de 06 de abril de 2006.

Art. 3º - As condutas e atividades lesivas à área da RPPN Ambientalista Francy Nunes sujeitarão os infratores às sanções cabíveis previstas na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 4º - O Plano de Manejo da RPPN Ambientalista Francy Nunes estará disponível na sede da Unidade de Conservação e na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

# Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão

## SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO
E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

**PORTARIA Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**
(Publicada no DOU nº 240, de 13-12-2012)

| ANEXO(*) | | |
|---|---|---|
| EMPRESA PATROCINADORA: | | |
| FUNDAÇÃO: | | |
| NOME DO PLANO: | | |
| MODALIDADE DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO VIGÊNTE: | | CNPB: |
| SITUAÇÃO DO PLANO: ( )EM MANUTENÇÃO ( )EM EXTINÇÃO ( )SALDADO | | |
| ITEM | | |
| 1.0.0 | ATIVO LÍQUIDO DO PLANO (patrimônio de cobertura) | |
| 2.0.0 | RESERVAS MATEMÁTICAS | |
| 2.1.0 | BENEFÍCIOS CONCEDIDOS | |
| 2.1.1 | BENEFÍCIOS DO PLANO | |
| 2.1.2 | CONTRIBUIÇÃO DA PATROCINADORA SOBRE OS BENEFÍCIOS | |
| 2.1.3 | OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL | |
| 2.2.0 | BENEFÍCIOS A CONCEDER | |
| 2.2.1 | BENEFÍCIOS DO PLANO COM A GERAÇÃO ATUAL | |
| 2.2.2 | CONTR. DA PATROC. SOBRE OS BENEF. DA GERAÇÃO ATUAL | |
| 2.2.3 | OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA GERAÇÃO ATUAL | |
| 2.3.0 | RESERVA A AMORTIZAR | |
| 2.3.1 | PELAS CONTR. ESPECIAIS VIGENTES | |
| 2.3.2 | POR AJUSTES DAS CONTR. ESPECIAIS VIGENTES | |
| 3.0.0 | DÉFICIT TÉCNICO | |
| 4.0.0 | SUPERÁVIT TÉCNICO | |
| 4.1.0 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA | |
| 4.2.0 | RESERVAS PARA AJUSTES NO PLANO | |
| DÍVIDAS DO PATROCINADOR | | |
| 5.0.0 | RECONHECIDAS PELO PATROCINADOR E NÃO CONTRATADAS | |
| 6.0.0 | CONTRATADAS: | |
| 6.1.0 | VALOR ATUAL (REMANESCENTE) | |
| 6.2.0 | VALOR DA PARCELA MENSAL | |
| FUNDOS | | |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | |
|---|---|---|
| 7.0.0 | FUNDO ADMINISTRATIVO | |
| 8.0.0 | FUNDO DE COBERTURA DE BENEFÍCIO DE RISCO | |
| 9.0.0 | FUNDO PREVIDENCIAL ( A ESPECIFICAR) | |
| 10.0.0 | FUNDO PREVIDENCIAL DE CONTR. PATRONAL NÃO RESGATADO | |
| 11.0.0 | FUNDO DE COBERTURA DA ANTI-SELEÇÃO DE RISCOS | |
| 12.0.0 | FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCOS | |
| | CUSTO - % DA FOLHA DE PARTICIPAÇÃO | |
| 13.0.0 | APOSENTADORIAS | |
| 14.0.0 | INVALIDEZ | |
| 15.0.0 | PENSÃO POR MORTE | |
| 16.0.0 | AUXÍLIO DOENÇA | |
| 17.0.0 | PECÚLIO POR MORTE | |
| 18.0.0 | RESGATES | |
| 19.0.0 | OUTROS BENEFÍCIOS | |
| 20.0.0 | TOTAL DE BENEFÍCIOS | |
| 21.0.0 | SUPLEMENTAR | |
| 22.0.0 | AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT | |
| 23.0.0 | TAXA DE ADMINISTRAÇÃO OU CARREGAMENTO | |
| 24.0.0 | TOTAL | |
| 25.0.0 | CUSTO ANUAL SE CALCULADO PELO MÉTODO AGREGADO | |
| | PLANO DE CUSTEIO - % DE CONTRIBUIÇÃO | |
| 26.0.0 | PATROCINADORAS | |
| 26.1.0 | NORMAL | |
| 26.2.0 | AMORTIZANTE | |
| 27.0.0 | PARTICIPANTES ATIVOS | |
| 27.1.0 | NORMAL | |
| 27.2.0 | AMORTIZANTE | |
| 28.0.0 | PARTICIPANTES ASSISTIDOS | |
| 29.0.0 | OBSERVAÇÕES: | |
| | HIPÓTESES ATUARIAIS | |
| 30.0.0 | INDEXADOR DO PLANO (Reajuste de Benefícios) | |
| 31.0.0 | TAXA REAL ANUAL DE JUROS DA META ATUARIAL | |
| 32.0.0 | PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO | |
| 33.0.0 | PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO | |
| 34.0.0 | HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE (Percentual) | |
| 35.0.0 | TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL | |
| | INFORMAÇÕES GERAIS | |
| 36.0.0 | QUANTIDADE DE PARTICIPANTES + AUTOPATROC. (AMBOS OS SEXOS) | |
| 37.0.0 | QUANTIDADE DE ASSISTIDOS (Aposentados e Pensionistas) | |
| 38.0.0 | FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (Anual) | |
| 39.0.0 | FOLHA DE BENEFÍCIOS (Anual) | |
| 40.0.0 | NUMERO DE PARTICIPANTES ATIVOS E AUTOPATROCINADOS | |
| 41.0.0 | NUMERO DE ASSISTIDOS (APOSENTADOS E PENSIONISTAS) | |
| 42.0.0 | INFORMAÇÕES ADICIONAIS: | |

(*) Publicado nesta data por ter sido omitido no DOU nº 240, de 13-12-2012, Seção 1, páginas 240 e 241.

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

### PORTARIA Nº 86, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo artigo 2º, da Portaria SPU/MP nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007 c/c artigo 6º, do Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007 e com base nos elementos que integram o processo nº 04926.001399/2012-15, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito provisório ao Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, dos seguintes imóveis: Imóvel 1- Terreno composto por área de 276,00m² (NBP 3000433-27) e edificação com 186,40m² (NBP 3200448-1), situado à Rua Sargento Dias nº 1-A, bairro Queluz; Imóvel 2 - Terreno composto por área de 314,75m² (NBP 3000433-6) e edificação com 331,00m² (NBP 3200448-0), situado à Rua Sargento Dias nº 1-B, bairro Queluz, ambos localizados no Município de Conselheiro Lafaiete/MG.

Art. 2º - A cessão a que se refere o artigo 1º destina-se a viabilizar a realização das obras de passagem inferior a linhas férreas operacionais existentes no Município de Conselheiro Lafaiete, ligando a Rua Tapajós, bairro Carijós à Rua Fernandes Leão, bairro Queluz, visando a melhoria do trânsito de veículos e pedestres, garantindo maior segurança em área próxima à linha férrea que corta aquela cidade

Art. 3º - A presente cessão de uso gratuito provisória é feita por prazo indeterminado, uma vez que deverá ser substituída por outra de caráter definitivo e/ou alienada em favor do Município de Conselheiro Lafaiete, tão logo tenha sido concluído o processo de regularização e incorporação dos imóveis descritos no artigo 1º desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO VEIGA ARANHA

ANEXO ÚNICO

| UR | Municipio | Terreno NBP/PCL | Descrição do BP | Localização |
|---|---|---|---|---|
| SP | RIBEIRÃO PRETO | 7.13.0.000.061 | Terreno de 13.973,54m² | Situado no extinto leito ferroviário da ex-Companhia Mogiana, no trecho Bonfim-Paulista - Santa Tereza, entre os km 292+271,80m e km 292+951,80m, com acesso para a R. dos Tacapes e R. da Mata, entre as quadras 11 e 12 do Loteamento Quinta da Alvorada, no Distrito de Bonfim Paulista |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24910-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 359,63m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 32 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24911-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 276,52m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 33 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24912-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 289,22m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 34 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24913-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 363,78m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 35 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24915-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 178,03m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 37 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24899-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 307,88m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 21 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24882-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 311,23m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 4 - Centro |
| MG | CORINTO | 2090082-19 | Terreno com área de 378,00m² | Lote nº 00006, Quadra 040, Largo da Rede Ferroviária s/n |
| SP | GUARAÇAÍ | 990000001881-838 | Área de terra de 598,92 m² | Esplanada da Estação Ferroviária de Guaraçaí, fundos do imóvel urbano da Quadra 91, Lote 11 e parte do 10 |
| SP | GUARAÇAÍ | 990000001881-838 | Área de terra de 750,00m² | Esplanada da Estação Ferroviária de Guaraçaí, fundos do imóvel urbano da Quadra 91, parte do 0 e 11 |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5222-1 | Terreno NOP do Pátio de Gigante (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 436 + 376 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5225-1 | Terreno NOP do Pátio de Cervo (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 448 + 874 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5232-1 | Terreno NOP do Pátio de Piaba (lado esquerdo - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 483 + 650 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5232-2 | Terreno NOP do Pátio de Piaba (lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 483 + 650 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5234 | área da Turma 50 (antiga turma 62) | Km 491 + 100 da Via Férrea(km/cadastro 523 + 956), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado direito. |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5235-1 | Terreno NOP do Pátio de Buritizal (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 495 + 079 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5237 | área da Turma 51 (antiga turma 63) | Km 503 + 220 da Via Férrea(km/cadastro 536 + 49,00), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado esquerdo. |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5242-1 | Terreno NOP do Pátio de Safira (lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande-Turma 52) | Km 526 + 470 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5242-2 | Terreno NOP do Pátio de Safira (lado esquerdo - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 526 + 470 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | ÁGUA CLARA | 400.5257-1 | Terreno NOP do Pátio de Ferreiros ( 02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito- Sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 578 + 644 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | ÁGUA CLARA | 400.5261-1 | Terreno NOP do Pátio Major Vicente ( 02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito- Sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 590 + 774 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5268-1 | Terreno NOP do Pátio de Atoladeira (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito-- sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 628 + 162 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5272-1 | Terreno NOP do Pátio de Arlindo Luz (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 643 + 426 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5276-1 | Terreno NOP do Pátio de Tamanduá (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 658 + 043 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5277 | Área da Turma 68 (antiga turma 82) | Km 660 + 800 da Via Férrea(km/cadastro 692 + 870), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado esquerdo. |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5279-1 | Terreno NOP do Pátio de Formoso (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 669 + 098 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5284-1 | Terreno NOP do Pátio de Luiz Gama (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 688 + 940 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5296-1 | Terreno NOP do Pátio de Balsamo (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 747 + 078 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5299-1 | Terreno NOP do Pátio de Alegre (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 768 + 362 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5306-1 | Terreno NOP do Pátio de Botas (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 779 + 462 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5309-1 | Terreno NOP do Pátio de Ligação (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 791 + 606 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5312-1 | Terreno NOP do Pátio de Gerivá (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 803 + 241 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE-Indubrasil | 400.5341-1 | Terreno NOP do Pátio de Jaraguá ( lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá) | Km 864 + 877 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Campo Grande/ Corumbá |
| MS | TERENOS | 400.5349-1 | Terreno NOP do Pátio de Pedro Celestino (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito-sentido Campo Grande/Corumbá | Km 891 + 798 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | TERENOS | 400.5355 | Área da Turma 94 (antiga turma 108) | Km 920 + 024 da Via Férrea(km/cadastro 951+ 460), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado direito. |
| MS | AQUIDAUANA | 400.5358 | Área da Turma 95 (antiga turma 109) | Km 930+ 914 da Via Férrea(km/cadastro 961 + 660), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado direito. |
| MS | MIRANDA | 400.5400-1 | Terreno NOP do Pátio de Coronel Juvêncio (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km1101 + 460 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | MIRANDA | 400.5403 | Área da Turma 113 (antiga turma 127) | Km 1112 + 234 da Via Férrea(km/cadastro 1143 + 860), no trecho Campo Grande/Corumbá, lado direito. |
| MS | MIRANDA | 400.5404-1 | Terreno NOP do Pátio de Guaicurus (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/ Corumbá | Km 1120 + 066 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | MIRANDA | 400.5408-1 | Terreno NOP do Pátio de Porto Carrero (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Corumbá | Km 1140 + 006 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | CORUMBÁ | 400.5416 | Área da Turma 119 (antiga turma 133) | Km 1168 + 906 da Via Férrea(km/cadastro 1200 + 540), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | CORUMBÁ | 400.5417-1 | Terreno NOP do Pátio de Carandazal (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/ Corumbá | Km 1182+312 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | CORUMBÁ | 400.5420 | Área da Turma 121 (antiga turma 125) | Km 1191 + 590 da Via Férrea(km/cadastro 1223 + 190), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | CORUMBÁ | 400.5432 | Área da Turma 128 (antiga turma 142) | Km 1246 + 340 da Via Férrea(km/cadastro 1277 + 680), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5453-1 | Terreno NOP do Pátio de Guavira (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 21 + 684 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS. |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5458-0 | Área não operacional constituida de uma gleba de terras,antigamente denominada de pedreira do km 35 | Entre os kms. 34 e 35 do Ramal Ferroviário de Ponta Porã, zona rural de Sidrolândia |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5465-1 | Terreno NOP do Pátio de Piuva (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 96 + 238 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS. |
| MS | SIDROLANDIA | 400.5470-1 | Terreno NOP do Pátio de Serrote (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 102 + 818 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | SIDROLANDIA | 400.5472-1 | Terreno NOP do Pátio de Piqui (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 109 + 577,90 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | MARACAJU | 400.5476-1 | Terreno NOP do Pátio de Brilhante (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 134 + 976,75 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | MARACAJU | 400.5478 | Área da Turma 148 (antiga turma 15 RPP) | Km 145+ 660,20 da Via Férrea (km/cadastro 146 + 045), no trecho Campo Grande/Ponta Porã(Ramal Ponta Porã) , lado esquerdo. |
| MS | MARACAJU | 400.5484-1 | Terreno NOP do Pátio de Sete Voltas (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito --sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 177 + 146,75 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | DOURADOS | 400.5489-1 | Terreno NOP do Pátio de Ministro Pestana (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 204 + 236 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | DOURADOS | 400.5498-1 | Terreno NOP do Pátio de Presidente Dutra (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 240 + 905 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS |
| MS | PONTA PORÃ | 400.5509-1 | Terreno NOP do Pátio de Santa Virginia (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 280 + 998,90 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS |

## SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA Nº 43, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO SUL, no uso da competência que lhe foi subdelegada conforme inciso I, do art. 3º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto nos artigos 538 e 553 do Código Civil Brasileiro e os elementos integrantes do Processo nº 04902.000731/2011-11, resolve:

Art. 1º Aceitar a doação que faz o Município de Novo Hamburgo, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.215, de 16 de dezembro de 2010, publicada no Jornal NH em 29/12/2010, de uma área de 6.000,00m², sem benfeitorias, localizada no Bairro Canudos, naquela cidade, devidamente registrado sob matrícula nº 100.189 do Registro de Imóveis da Comarca de Novo Hamburgo/RS.

Art. 2º O imóvel objeto desta Portaria será destinado ao Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região, para construção de sua sede.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSE CARLA CORREIA

ANEXO ÚNICO

| UR | Municipio | Terreno NBP/PCL | Descrição do BP | Localização |
|---|---|---|---|---|
| SP | RIBEIRÃO PRETO | 7.13.0.000.061 | Terreno de 13.973,54m² | Situado no extinto leito ferroviário da ex-Companhia Mogiana, no trecho Bonfim-Paulista - Santa Tereza, entre os km 292+271,80m e km 292+951,80m, com acesso para a R. dos Tacapes e R. da Mata, entre as quadras 11 e 12 do Loteamento Quinta da Alvorada, no Distrito de Bonfim Paulista |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24910-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 359,63m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 32 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24911-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 276,52m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 33 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24912-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 289,22m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 34 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24913-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 363,78m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 35 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24915-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 178,03m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 37 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24899-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 307,88m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 21 - Centro |
| MG | SOLEDADE DE MINAS | 24882-CRI São Lourenço | Lote de Terreno de 311,23m² | Rua Arlindo Martins Filho - Quadra 10 - Lote 4 - Centro |
| MG | CORINTO | 2090082-19 | Terreno com área de 378,00m² | Lote nº 00006, Quadra 040, Largo da Rede Ferroviária s/n |
| SP | GUARAÇAÍ | 990000001881-838 | Área de terra de 598,92 m² | Esplanada da Estação Ferroviária de Guaraçaí, fundos do imóvel urbano da Quadra 91, Lote 11 e parte do 10 |
| SP | GUARAÇAÍ | 990000001881-838 | Área de terra de 750,00m² | Esplanada da Estação Ferroviária de Guaraçaí, fundos do imóvel urbano da Quadra 91, parte do 0 e 11 |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5222-1 | Terreno NOP do Pátio de Gigante (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 436 + 376 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5225-1 | Terreno NOP do Pátio de Cervo (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 448 + 874 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5232-1 | Terreno NOP do Pátio de Piaba (lado esquerdo - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 483 + 650 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5232-2 | Terreno NOP do Pátio de Piaba (lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 483 + 650 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5234 | área da Turma 50 (antiga turma 62) | Km 491 + 100 da Via Férrea(km/cadastro 523 + 956), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado direito. |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5235-1 | Terreno NOP do Pátio de Buritizal (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 495 + 079 da Via Férrea (Linha Tronco), no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5237 | área da Turma 51 (antiga turma 63) | Km 503 + 220 da Via Férrea(km/cadastro 536 + 49,00), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado esquerdo. |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5242-1 | Terreno NOP do Pátio de Safira (lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande-Turma 52) | Km 526 + 470 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | TRÊS LAGOAS | 400.5242-2 | Terreno NOP do Pátio de Safira (lado esquerdo - sentido Três Lagoas/Campo Grande) | Km 526 + 470 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | ÁGUA CLARA | 400.5257-1 | Terreno NOP do Pátio de Ferreiros ( 02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito- Sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 578 + 644 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | ÁGUA CLARA | 400.5261-1 | Terreno NOP do Pátio Major Vicente ( 02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito- Sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 590 + 774 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5268-1 | Terreno NOP do Pátio de Atoladeira (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito-- sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 628 + 162 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5272-1 | Terreno NOP do Pátio de Arlindo Luz (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 643 + 426 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5276-1 | Terreno NOP do Pátio de Tamanduá (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 658 + 043 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5277 | Área da Turma 68 (antiga turma 82) | Km 660 + 800 da Via Férrea(km/cadastro 692 + 870), no trecho Três Lagoas/Campo Grande, lado esquerdo. |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5279-1 | Terreno NOP do Pátio de Formoso (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 669 + 098 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5284-1 | Terreno NOP do Pátio de Luiz Gama (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 688 + 940 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5296-1 | Terreno NOP do Pátio de Balsamo (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 747 + 078 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | RIBAS DO RIO PARDO | 400.5299-1 | Terreno NOP do Pátio de Alegre (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 768 + 362 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5306-1 | Terreno NOP do Pátio de Botas (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 779 + 462 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Três Lagoas/ Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5309-1 | Terreno NOP do Pátio de Ligação (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 791 + 606 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE | 400.5312-1 | Terreno NOP do Pátio de Gerivá (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Três Lagoas/Campo Grande | Km 803 + 241 da Via Férrea, no Trecho Três Lagoas/Campo Grande |
| MS | CAMPO GRANDE-Indubrasil | 400.5341-1 | Terreno NOP do Pátio de Jaraguá ( lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá) | Km 864 + 877 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Campo Grande/ Corumbá |
| MS | TERENOS | 400.5349-1 | Terreno NOP do Pátio de Pedro Celestino (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito-sentido Campo Grande/Corumbá | Km 891 + 798 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | TERENOS | 400.5355 | Área da Turma 94 (antiga turma 108) | Km 920 + 024 da Via Férrea(km/cadastro 951+ 460), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado direito. |
| MS | AQUIDAUANA | 400.5358 | Área da Turma 95 (antiga turma 109) | Km 930+ 914 da Via Férrea(km/cadastro 961 + 660), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado direito. |
| MS | MIRANDA | 400.5400-1 | Terreno NOP do Pátio de Coronel Juvêncio (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km1101 + 460 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | MIRANDA | 400.5403 | Área da Turma 113 (antiga turma 127) | Km 1112 + 234 da Via Férrea(km/cadastro 1143 + 860), no trecho Campo Grande/Corumbá, lado direito. |
| MS | MIRANDA | 400.5404-1 | Terreno NOP do Pátio de Guaicurus (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/ Corumbá | Km 1120 + 066 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | MIRANDA | 400.5408-1 | Terreno NOP do Pátio de Porto Carrero (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Corumbá | Km 1140 + 006 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | CORUMBÁ | 400.5416 | Área da Turma 119 (antiga turma 133) | Km 1168 + 906 da Via Férrea(km/cadastro 1200 + 540), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | CORUMBÁ | 400.5417-1 | Terreno NOP do Pátio de Carandazal (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/ Corumbá | Km 1182+312 da Via Férrea, no Trecho Campo Grande/Corumbá |
| MS | CORUMBÁ | 400.5420 | Área da Turma 121 (antiga turma 125) | Km 1191 + 590 da Via Férrea(km/cadastro 1223 + 190), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | CORUMBÁ | 400.5432 | Área da Turma 128 (antiga turma 142) | Km 1246 + 340 da Via Férrea(km/cadastro 1277 + 680), no trecho Campo Grande/Corumbá , lado esquerdo. |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5453-1 | Terreno NOP do Pátio de Guavira (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 21 + 684 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS. |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5458-0 | Área não operacional constituida de uma gleba de terras,antigamente denominada de pedreira do km 35 | Entre os kms. 34 e 35 do Ramal Ferroviário de Ponta Porã, zona rural de Sidrolândia |
| MS | SIDROLÂNDIA | 400.5465-1 | Terreno NOP do Pátio de Piuva (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 96 + 238 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS. |
| MS | SIDROLANDIA | 400.5470-1 | Terreno NOP do Pátio de Serrote (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 102 + 818 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | SIDROLANDIA | 400.5472-1 | Terreno NOP do Pátio de Piqui (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 109 + 577,90 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | MARACAJU | 400.5476-1 | Terreno NOP do Pátio de Brilhante (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 134 + 976,75 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | MARACAJU | 400.5478 | Área da Turma 148 (antiga turma 15 RPP) | Km 145+ 660,20 da Via Férrea (km/cadastro 146 + 045), no trecho Campo Grande/Ponta Porã(Ramal Ponta Porã) , lado esquerdo. |
| MS | MARACAJU | 400.5484-1 | Terreno NOP do Pátio de Sete Voltas (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito --sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 177 + 146,75 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | DOURADOS | 400.5489-1 | Terreno NOP do Pátio de Ministro Pestana (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito -sentido Campo Grande/Ponta Porã | Km 204 + 236 da Via Férrea (Linha Tronco) no Trecho do Ramal de Ponta Porã |
| MS | DOURADOS | 400.5498-1 | Terreno NOP do Pátio de Presidente Dutra (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 240 + 905 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS |
| MS | PONTA PORÃ | 400.5509-1 | Terreno NOP do Pátio de Santa Virginia (02 áreas - uma do lado esquerdo e outra do lado direito - sentido Campo Grande/Corumbá | Km 280 + 998,90 da Via Férrea, no Trecho do Ramal de Ponta Porã/MS |

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

# Ministério do Trabalho e Emprego

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 170, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos dos processos n.º 46473.006458/2011-78 e conceder autorização à empresa: TEKLA INDUSTRIAL TEXTIL, inscrita no CPNJ sob o nº. 07.669.515/0001-28, situada a Rua Tocantínia, 356, Vila Liviero, Município São Paulo, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 17 de agosto de 2013 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os horários e os períodos a serem observados são os constantes às fls. 166 e 167 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

JOSÉ ROBERTO DE MELO.

# Ministério dos Transportes

## AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

### DELIBERAÇÃO Nº 290, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

O Diretor-Geral, em exercício, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, com fundamento no Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e Portaria nº 51, de 12 de março de 2012, do Ministério dos Transportes, e no que consta do Processo nº 50500.093418/2012-31, delibera:

Art. 1º Autorizar a realização de licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, em âmbito nacional e internacional, para atendimento das necessidades de viagens dos servidores da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e prestar assessoramento nos assuntos relacionados a tais serviços, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Art. 2º O valor global estimado para esta despesa perfaz o montante de R$ 3.875.980,14 (três milhões oitocentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta reais e quatorze centavos), referente ao período de 12 (doze) meses.

Art. 3º Convalidar os atos praticados pela Superintendência de Gestão, necessários ao andamento do processo licitatório.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA

### PORTARIA Nº 347-A, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, em exercício, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 4º da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009; o VOTO DCN 075/2012, de 5 de dezembro de 2012; e o que consta do Processo nº 50500.106815/2012-81 resolve:

Art. 1º Constituir, na forma do artigo 4º da Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, as seguintes unidades organizacionais:

I - Coordenação-Geral de Fiscalização, subordinada à Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas;

II - Coordenação de Cadastro Técnico e de Patrimônio, subordinada à; Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas;

III - Coordenação de Meio Ambiente, subordinada à Gerência de Projetos de Transporte Ferroviário de Cargas;

IV - Coordenação de Análise de Projetos de Investimento, subordinada à Gerência de Projetos de Transporte Ferroviário de Cargas;

V - Coordenação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, subordinada à Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas;

VI - Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo, subordinado à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros.

Art. 2º Compete à Coordenação-Geral de Fiscalização coordenar as atividades de fiscalização sob a responsabilidade das Coordenações de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas e a instrução dos processos punitivos, em grau de recurso, para decisão do Gerente.

Art. 3º Compete à Coordenação de Cadastro Técnico e de Patrimônio o controle patrimonial de todo o acervo de bens arrendados às concessionárias de ferrovias.

Art. 4º Compete à Coordenação de Meio Ambiente acompanhar, em matéria ambiental, todos os projetos contidos na esfera de atuação da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas.

Art. 5º Compete à Coordenação de Análise de Projetos de Investimento efetuar a análise dos projetos de investimentos em infraestruturas ferroviárias.

Art. 6º Compete à Coordenação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas apoiar as autoridades competentes nas questões relativas ao transporte rodoviário internacional de cargas, com informações técnicas e participação, quando necessário, nas reuniões bilaterais com países da América do Sul e do Mercosul.

Art. 7º Compete ao Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo propor, elaborar e gerir convênios e termos de cooperação técnica-administrativa; analisar e acompanhar demandas que impliquem a manifestação de mais de uma área da Superintendência; e apurar, por meio da criação de Comissão de Processo Administrativo, as infrações que ensejam aplicação de penalidade de natureza grave.

Art. 8º As unidades criadas por esta Portaria terão duração indeterminada.

Art. 9º Os coordenadores das unidades de que trata esta Portaria serão nomeados pelo Diretor-Geral por indicação dos respectivos superiores hierárquicos diretos.

Art. 10 Poderão ser estabelecidas outras atividades para as unidades de que trata esta Portaria por Ordem de Serviço do superior hierárquico direto.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA

## DIRETORIA

### RESOLUÇÃO Nº 3.953, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres, aprovado pela Resolução n° 3.000, de 28 de janeiro de 2009.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN 075/2012, de 5 de dezembro de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.106815/2012-81, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 55, 63, 64 e 65 do Anexo à Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

i) .....

1. Gerência de Transporte Fretado de Passageiros e de Acompanhamento Econômico;

.....

j) Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas, à qual estão vinculadas:

1. Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas;

2. Gerência de Regulação e Outorga de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas;

3. Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira das Outorgas de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas; e

4. Gerência de Projetos de Transporte Ferroviário de Cargas.

.....

o) Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, à qual estão vinculadas:

1. Gerência de Registro e Acompanhamento do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas; e

2. Gerência de Regulação do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas.

....." (NR)

"Art. 55. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência da Defesa do Usuário e da Concorrência e a Gerência de Atos Normativos e de Outorga." (NR)

"Art. 63. .....

.....

XXII - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades." (NR)

"Art. 64. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência de Transporte Fretado de Passageiros e de Acompanhamento Econômico, Gerência de Transporte Regular de Passageiros e Gerência de Regulação e Outorga de Transporte de Passageiros." (NR)

"Art. 65. A Gerência de Transporte Fretado de Passageiros e de Acompanhamento Econômico tem como atividades centrais propor e aplicar a regulamentação da prestação de serviços de transporte de passageiros sob regime de fretamento contínuo e eventual, e acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências." (NR)

Art. 2º A Seção IV do Anexo à Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, passa a vigorar com o seguinte título e acrescida dos arts. 73-B e 73-C.

"Seção IV

Da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas

....."

73-B. À Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas compete, além de outras atribuições relacionadas ao transporte rodoviário de cargas estabelecidas pela Diretoria:

I - acompanhar o mercado de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas;

II - efetuar o registro de transportadores rodoviários no Registro Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC;

III - acompanhar os fretes praticados no transporte rodoviário de cargas;

IV - propor a habilitação, autorizar a operação e fiscalizar as empresas fornecedoras de Vale-Pedágio obrigatório e as Administradoras de Meios de Pagamento Eletrônico de Frete;

V - propor a habilitação e registrar os Operadores de Transporte Multimodal;

VI - propor a habilitação e registrar o transportador rodoviário internacional de cargas;

VII - propor a habilitação e registrar o transportador rodoviário de produtos perigosos;

VIII - organizar e manter o cadastro de dutovias e de empresas proprietárias de equipamentos e instalações de transporte dutoviário, articulando junto a outros órgãos visando uma análise sistêmica e multimodal do transporte dutoviário;

IX - propor regulamentação para os serviços de transporte multimodal e rodoviário nacional e internacional de cargas;

X - propor regulamentação para o RNTRC;

XI - propor regulamentação para o transporte rodoviário de produtos perigosos, em articulação com a Superintendência de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas;

XII - propor regulamentação para o Vale-Pedágio obrigatório;

XIII - propor regulamentação para o pagamento do frete do transporte rodoviário de cargas;

XIV - propor medidas que visem assegurar a competitividade dos serviços de transporte rodoviário de cargas;

XV - articular com entidades de classe, transportadores, embarcadores, agências reguladoras de outros modais, órgãos de governo e demais envolvidos com a movimentação de bens para promover o transporte multimodal; e

XVI - apoiar a Superintendência Executiva nas questões relativas ao transporte rodoviário internacional de cargas, com informações técnicas e participação, quando necessário, nas reuniões bilaterais com países da América do Sul e do Mercosul.

73-C. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência de Registro e Acompanhamento do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas e a Gerência de Regulação do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas.

§1º A Gerência de Registro e Acompanhamento do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas tem como atividades centrais as previstas nos incisos de I a IX do art. 73-B deste Anexo.

§3º A Gerência de Regulação do Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas tem como atividades centrais as previstas nos incisos de X a XVI do art. 73-B deste Anexo.

§3º A Superintendência poderá estabelecer, no âmbito de suas competências, outras atividades a serem desempenhadas por suas gerências." (NR)

Art. 3º Fica acrescida a Seção IV-A ao Anexo à Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, com a seguinte redação:

"Seção IV-A

Da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas

73-D. À Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas compete, além de outras atribuições relacionadas ao transporte ferroviário de cargas estabelecidas pela Diretoria:

I - acompanhar e fiscalizar o desempenho operacional da prestação de serviços e da exploração de infraestruturas de transporte ferroviário de cargas outorgados, assegurando o cumprimento das normas e dos contratos de concessão;

II - acompanhar e fiscalizar o uso, a conservação, a manutenção e a reposição dos bens e ativos operacionais vinculados às outorgas de ferrovias no âmbito das competências da ANTT;

III - acompanhar e fiscalizar a movimentação dos ativos ferroviários arrendados;

IV - manter sob sua coordenação sistema informatizado com a situação operacional dos ativos ferroviários arrendados;

V - realizar inventários periódicos dos bens e ativos sob o seu controle e propor sua destinação à Diretoria;

VI - fiscalizar a integridade das faixas de domínio ao longo das ferrovias;

VII - supervisionar o mercado de transporte ferroviário de cargas e propor medidas para seu desenvolvimento;

VIII - apoiar a Superintendência Executiva nas questões relativas ao transporte ferroviário internacional de cargas, com informações técnicas e participação, quando necessário, nas reuniões bilaterais com países da América do Sul e do Mercosul;

IX - promover a regulação da prestação dos serviços e da exploração das infraestruturas de transporte ferroviário de cargas;

X - promover e acompanhar, em articulação com a Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas, a regulamentação do transporte ferroviário de produtos perigosos;

XI - propor novas outorgas para prestação de serviços e exploração das infraestruturas de transporte ferroviário de cargas;

XII - definir e propor regulamentação para o uso das faixas de domínio ao longo das ferrovias;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XIII - harmonizar interesses e conflitos entre prestadores de serviços e entre estes e os clientes e usuários;

XIV - elaborar e implementar o reajuste e a revisão de tarifas das outorgadas para a prestação de serviços e para a exploração de infraestruturas de transporte ferroviário de cargas, e fiscalizar sua aplicação;

XV - promover os processos de mediação e arbitragem relacionados ao transporte ferroviário;

XVI - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos contratos de concessão, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades;

XVII - acompanhar as inovações tecnológicas aplicáveis aos serviços e às infraestruturas de transporte ferroviário de cargas e sugerir políticas que aprimorem o padrão de serviços;

XVIII - propor medidas para equacionar conflitos entre a ferrovia e os centros urbanos em articulação com entidades públicas e de governo envolvidas;

XIX - analisar, propor ajustes e acompanhar o Plano Trienal de Investimentos das concessionárias do serviço público de transporte ferroviário de cargas; e

XX - autorizar e acompanhar a implantação dos projetos de infraestrutura de transporte ferroviário.

73-E. No desempenho de suas atividades a Superintendência contará com a Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas; a Gerência de Regulação e Outorga de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas; a Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira das Outorgas de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas; e a Gerência de Projetos de Transporte Ferroviário de Cargas.

§1º A Gerência de Controle e Fiscalização de Serviços e Infraestruturas de Transporte Ferroviário de Cargas tem como atividades centrais as previstas nos incisos de I a VI do art. 73-D deste Anexo.

§2º A Gerência de Regulação e Outorga de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas tem como atividades centrais as previstas nos incisos de VII a XII do art. 73-D deste Anexo.

§3º A Gerência de Fiscalização Econômico-Financeira das Outorgas de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga tem como atividades centrais as previstas nos incisos de XIV a XVI do art. 73-D deste Anexo.

§4º A Gerência de Projetos de Transporte Ferroviário de Cargas tem como atividades centrais as previstas nos incisos de XVII a XX do art. 73-D deste Anexo.

§5º O exercício da competência prevista no inciso XIII deste artigo será estabelecido em razão da natureza dos interesses e conflitos em análise.

§6º A Superintendência poderá estabelecer, no âmbito de suas competências, outras atividades a serem desempenhadas por suas gerências." (NR)

Art. 4º O art. 79 do Anexo à Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. .....

.....

XV - acompanhar o desempenho econômico e financeiro do setor de transportes terrestres no âmbito de suas competências, assegurando o cumprimento das normas e dos instrumentos de outorga, fiscalizando as cláusulas econômico-financeiras das outorgas e aplicando as devidas penalidades." (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados o item 5 da alínea "j" do art. 2º, os incisos VI e XII do art. 54, e os arts. 57, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 73-A do Anexo à Resolução nº 3000, de 28 de janeiro de 2009.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

### DELIBERAÇÃO Nº 279, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 075, de 5 de dezembro de 2012, e no que consta do Processo nº 50500.106815/2012-81, delibera:

Art. 1º A Deliberação ANTT nº 182, de 8 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

IV - Coordenação de Administração e Finanças - COAFI;

V - Postos de Fiscalização e Atendimento da ANTT, localizados em rodovias concedidas, terminais rodoviários e fronteiras; e

VI - Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas - COFER." (NR)

"Art. 4º Aos Coordenadores da COINF, da COFIS e da COFER cabe a execução das seguintes atividades, no âmbito das competências da Superintendência de Processo Organizacional a que está vinculada, relativas aos serviços de fiscalização e atendimento, de responsabilidade da Unidade Regional:" (NR)

"Art. 7º.....

.....

III - Coordenação de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas:

a) executar a fiscalização da infraestrutura e dos serviços ferroviários de cargas, em conformidade com os manuais e programas de fiscalização aprovados, sugerindo ajustes e adaptações, quando necessário;

b) atuar em situações emergenciais, informando a gravidade dos acidentes ferroviários e acompanhando as ações empreendidas, com vistas à manutenção da segurança, à continuidade da prestação de serviços aos usuários e à proteção ao meio ambiente;

c) analisar e emitir manifestação sobre as defesas interpostas contra ato decorrente do Poder de Polícia de competência da GECOF, encaminhando o processo, devidamente instruído, para decisão, em primeira instância, do Coordenador-Geral de Fiscalização;

d) apoiar as equipes de fiscalização da GECOF;

e) observado o direito de recurso ao Coordenador-Geral de Fiscalização, indeferir os pedidos e requerimentos, manifestamente inadmissíveis, formulados nos processos administrativos destinados à apuração de infrações que culminem na aplicação das penalidades de multa e advertência; e

f) executar outras atividades estabelecidas em ordem de serviço do Coordenador-Geral de Fiscalização." (NR)

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IVO BORGES DE LIMA
Diretor-Geral
Em exercício

## SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

### PORTARIA Nº 179, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada nos termos da Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.100351/2012-07, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Fiscalização do exercício 2013, referente às ações de fiscalização dos trechos rodoviários federais concedidos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

## SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE CARGAS

### PORTARIA Nº 356, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

O Superintendente de Serviços de Transporte de Cargas, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Deliberação nº 158 de 12/05/2010, Resolução ANTT nº 2.695/2008 e no que consta do Processo nº 50500.083212/2012-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS a implantar 01 (uma) travessia subterrânea de Gasoduto sob o Km Ferroviário 312+977, da malha arrendada à MRS no município de Pindamonhangaba/SP.

Parágrafo único. A eficácia desta autorização fica condicionada à adoção da emissão das Licenças e homologações validadas necessárias a serem emitidas pelos órgãos competentes.

Art. 2º Fixar o percentual de 10% (dez por cento) da receita líquida da atividade autorizada, acordada em parcelas anuais de R$ 8.620,35 (oito mil seiscentos e vinte reais e trinta e cinco centavos) a serem pagas até o final da Concessão da MRS, bem como anualmente reajustadas pela variação nominal do IGP-M da FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice oficial que porventura vier a substituí-lo.

Art. 3º Em caso de declaração de reversibilidade das obras pelo Poder Concedente, não será devida indenização em favor da Concessionária ou de terceiros.

Art. 4º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia do contrato formalizado com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após sua assinatura, bem como informar o início e a conclusão da obra.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROCHA NETO
Substituto

## CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE

### RESOLUÇÃO Nº 119, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Concede e cancela prioridades para apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM a empresas brasileiras.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - CDFMM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.2º, inciso VIII e IX, e art. 7º do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder, prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM às seguintes empresas brasileiras e respectivos projetos, abaixo relacionados, conforme deliberação ocorrida na reunião realizada em 05 de outubro de 2012:

I. KINGFISH DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 7 (sete) embarcações do tipo Transporte de Produtos Escuros de 45000 TPB, com valor total do projeto de R$ 1.090.419.465,40 (um bilhão, noventa milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) que correspondem a US$ 544.692.275,04 (quinhentos e quarenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e dois mil, duzentos e setenta e cinco dólares norte americanos e quatro centavos)com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data base de 23/06/2009, processo nº 50770.000355/2010-36.

II. KINGFISH DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Produtos Claros - 45000 DWT, com valor total do projeto de R$ 619.697.522,49 (seiscentos e dezenove milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) que correspondem a US$ 309.554.684,30 (trezentos e nove milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e quatro dólares norte americanos e trinta centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/06/2009, processo nº. 50770. 001072/2011-92.

III. ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU S.A., construção de estaleiro, na Ponta do Corujão em Maragogipe - BA, com valor total do projeto de com valor total do projeto de R$ 1.549.589.204,57 (um bilhão, quinhentos e quarenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos) que correspondem a US$ 956.536.546,03 (novecentos e cinquenta e seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis dólares norte americanos e três centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data base de com data-base de 26/05/2011, processo nº. 50770.001160/2011-94.

Art. 2º Conceder, ad referendum, prioridade de apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, às empresas brasileiras e respectivos projetos, abaixo relacionados:

I. CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, construção de 1 (uma) embarcação do tipo Dique Flutuante com 48 m de comprimento com valor total do projeto de R$ 7.350.892,56 (sete milhões trezentos e cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e cinquenta e seis centavos) que correspondem a US$ 3.927.807,94 (três milhões, novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e sete dólares norte americanos e noventa e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/02/2010, processo nº 50770.000358/2010-70.

II. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Carreteiras de 80m com valor total do projeto de R$ 16.279.407,48 (dezesseis milhões, duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e sete reais e quarenta e oito centavos) que correspondem a US$ 9.390.521,16 (nove milhões, trezentos e noventa mil, quinhentos e vinte e um dólares norte americanos e dezesseis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/11/2010, processo nº. 50770.000001/2011-72.

III. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Tanques de 2500 m³ com valor total do projeto de R$ 17.474.083,28 (dezessete milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitenta e três reais e vinte e oito centavos) que correspondem a US$ 10.079.651,16 (dez milhões, setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e um dólares norte americanos e dezesseis centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 23/11/2010, processo nº. 50770.000001/2011-72.

IV. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 01 (uma) embarcação tipo Balsa Tanque de 9000 m³ para transporte de produtos escuros, com valor total do projeto de R$19.195.384,26 (dezenove milhões, cento e noventa e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), que correspondem a US$ 10.968.791,01 (dez milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa e um dólares norte americanos e um centavo), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 07/12/2009, processo nº 50770.001352/ 2011- 09.

V. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 03 (três) embarcações do tipo Navios Tanques de 2500m³ para transporte de produtos escuros, com valor total do projeto de R$ 53.122.264,47 (cinquenta e três milhões, cento e vinte dois mil, duzentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), que correspondem a US$ 30.355.579,71 (trinta milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e nove dólares norte americanos e setenta e um centavos), com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base em 7/12/2009, processo nº. 50770.001352/2011-09.

VI. GALÁXIA MARÍTIMA LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Platform Supply Vessel - PSV 3100 ADE DP2 com valor total do projeto de R$ 99.335.015,48 (noventa e nove milhões, trezentos e trinta e cinco mil, quinze reais e quarenta e oito centavos) que corresponde a US$ 53.046.574,54 (cinquenta e três milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e quatro dólares norte americanos e cinquenta e quatro centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 31/07/2009, processo nº. 50770.002107/2009-96.

VII. NAVEMAR TRANSPORTES E COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA, construção de 6 (seis) embarcações do tipo LH 2500, com valor total do projeto de R$ 48.431.299,67 (quarenta e oito milhões quatrocentos e trinta e um mil duzentos e noventa e nove

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

reais e sessenta e sete centavos) que correspondem a US$ 26.897.311,82 (vinte e seis milhões oitocentos e noventa e sete mil trezentos e onze dólares norte americano e oitenta e dois centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data base de 01/07/2010, processo nº. 50770.001589/2010-09.

VIII. RG ESTALEIRO ERG2 S.A., ampliação de Estaleiro, localizado no município de Rio Grande - RS, com valor total do projeto de R$ 517.948.074,64 (quinhentos e dezessete milhões, novecentos e quarenta e oito mil, setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) que correspondem a US$ 316.923.499,14 (trezentos e dezesseis milhões, novecentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove dólares norte americanos e quatorze centavos) com apoio financeiro do FMM de acordo com a Resolução CMN nº 3.828, publicada no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2009, com data-base de 05/09/2011, processo nº. 50770.001287/2011-11.

Art. 3º - Dar publicidade ao cancelamento por decurso do prazo previsto no caput do art. 8º da Portaria GM nº 253, de 12 de março de 2009, das prioridades para o apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, concedidas aos seguintes postulantes e respectivos projetos, abaixo relacionados:

I. BRITAMAZON INDÚSTRIA COMÉRCIO E MINERAÇÃO LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Balsa Fluvial para transporte de Carga Seca, concedida na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item V de estaleiros, processo n° 50770.000570/2009-01.

II. CAMORIM SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Dique Flutuante com 48 m de comprimento, concedida na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item II de estaleiros, processo nº 50770.000358/2010-70.

III. GALÁXIA MARÍTIMA LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo PSV 3.100 ADE DP2, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item I de apoio marítimo, processo nº 50770.002107/2009-96.

IV. GALÁXIA MARÍTIMA LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo PSV 3.100 ADE DP2, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item II de apoio marítimo, processo nº 50770.001395/2010-03

V. GALÁXIA MARÍTIMA LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Balsa para Carga Geral, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item I de navegação interior, processo nº 50770.000494/2010-60.

VI. KINGFISH DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 7 (sete) embarcações do tipo Transporte de Produtos Escuros de 45000 TPB, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item II de cabotagem, processo nº 50770.000355/2010-36.

VII. MATAPI LOGÍSTICA NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Empurrador Fluvial de 1200 BHP, concedida na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item III de navegação interior, processo nº 50770.000199/2010-11.

VIII. MATAPI LOGÍSTICA NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Balsa Fluvial, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item IV de navegação interior, processo nº 50770.000199/2010-11.

IX. NAVEMAR TRANSPORTES E COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA, construção de 6 (seis) embarcações do tipo LH 2.500, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item III de apoio marítimo, processo nº50770.001589/2010-09.

X. PANCOAST NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 2 (duas) embarcações do tipo Transporte de Produtos Escuros de 30.000 TPB, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item III de cabotagem, processo n°50770.000228/2010-37.

XI. PANCOAST NAVEGAÇÃO LTDA, construção de 2 (duas) embarcações do tipo Transporte de Produtos Claros de 30.000 TPB, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item IV de cabotagem, processo n°50770.000228/2010-37.

XII. ALIANÇA S.A. INDÚSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO, construção de 1 (um) Dique Flutuante de 100 m de comprimento, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item III, processo nº. 50770.001012/2011-70.

XIII. ALIANÇA S.A. INDÚSTRIA NAVAL E EMPRESA DE NAVEGAÇÃO, suplementação para ampliação e modernização dos estaleiros, localizados nos Municípios de Niterói e São Gonçalo - RJ, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 106 de 30 de novembro de 2011 - item XII, processo nº. 50770.001110/2011-15.

XIV. ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Porta Contêiner - 3000 TEUS, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item IX, processo nº. 50770.001196/2011-78.

XV. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Carreteiras de 80 m, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº103 de 30 de novembro de 2011 - item I, processo nº 50770.000001/2011-72.

XVI. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Balsas Tanques de 2500m³, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº103 de 30 de novembro de 2011 - item II, processo nº 50770.000001/2011-72.

XVII. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Balsas Tanque de 9000m³, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº107 de 30 de novembro de 2011 - item VII, processo nº 50770.001352/2011-09.

XVIII. DELIMA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 3 (três) embarcações do tipo Navios Tanque de 2500m³, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº107 de 30 de novembro de 2011 - item VIII, processo nº 50770.001352/2011-09.

XIX. DOF NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo OSCV 11 - ROV Support Vessel, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item VI, processo nº. 50770.001235/2011-37.

XX. EASA - ESTALEIROS AMAZÔNIA S.A., ampliação e modernização de estaleiro, no Município de Belém - PA, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item IV, processo nº. 50770.001290/2011-27.

XXI. EBR - ESTALEIROS DO BRASIL S.A., construção de estaleiro, no Município de São José do Norte - RS, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item V, processo nº. 50770.001163/2011- 28.

XXII. ECOVEC CONSTRUÇÃO LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Barco Frigorífico - Fábrica, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item III, processo nº 50770.001010/2011-81.

XXIII. ESTALEIRO EISA ALAGOAS S.A., construção de estaleiro, no Município de Coruripe - AL, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item VI, processo nº. 50770.001161/ 2011- 39.

XXIV. ESTALEIRO ENSEADA DO PARAGUAÇU S.A., construção de estaleiro, na Ponta do Corujão em Maragogipe - BA, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item VII, processo nº. 50770.001160/2011-94.

XXV. ESTALEIRO MAUÁ PETRO-UM S.A., suplementação de recursos para produção de 1 (uma) embarcação do tipo Transportes de Produtos - casco M - 203 (PROMEF 1), concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 106 de 30 de novembro de 2011 - item XIII, processo nº. 50770.001288/ 2011-58.

XXVI. EQUIPEMAR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., construção de 1 (uma) embarcação do tipo Cábrea de 600T, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item VII, processo nº. 50770.000007/ 2011- 40.

XXVII. FUGRO BRASIL - SERVIÇOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA., construção de 3 (três) embarcações do tipo ROV Support Vessel - RSV, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item VIII, processo nº. 50770. 001292/2011-16.

XXVIII. GEONAVEGAÇÃO S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo PSV 3000, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item X, processo nº. 50770.001242/2011-39.

XXIX. GRANINTER TRANSPORTES MARÍTIMOS DE GRANÉIS S A., construção de 02 (duas) embarcações tipo MULTIPURPOSE de 11000 TPB, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item VI processo n°.50770.001351/2011-56 e alterada para 2 (duas) embarcações do tipo Comboio Oceânico na 19ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 108 de 02 de abril de 2012, processo nº 50770.001351/2011-58.

XXX. HIDRONAVE SOUTH AMERICAN LOGISTICS S.A., construção de 5 (cinco) embarcações do tipo Panamax 63500 DWT - Produtos Claros, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item II, processo nº. 50770.001240/2011-40.

XXXI. HIDRONAVE SOUTH AMERICAN LOGISTICS S.A. construção de 1 (uma) embarcação do tipo Panamax 63500 DWT - Produtos Escuros, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item III, processo nº. 50770.001240/ 2011- 40.

XXXII. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 3000 BHP, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item VII, processo nº. 50770 001286/2011-69 e alterada para 1 (uma) embarcação do tipo Empurrador Fluvial de 3000 BHP na 20ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução 117 de 10 de julho de 2012, item II do art. 2º, processo nº 50000.016283/2012-21.

XXXIII. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 4500 BHP, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item VIII, processo nº. 50770 001286/2011-69 e alterada para 5 (cinco) embarcações do tipo Empurrador Fluvial de 4500 BHP na 20ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução 117 de 10 de julho de 2012, item III do art. 2º, processo nº 50000.016283/2012-21.

XXXIV. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 62 (sessenta e duas) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box 2.580 TPB, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item IX, processo nº. 50770.001286/2011-69 e alterada para 20 (vinte) embarcações do tipo Balsa Graneleira Box 2.580 TPB na 20ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução 117 de 10 de julho de 2012, item IV do art. 2º, processo nº 50000.016283/2012-21.

XXXV. HIDROVIAS DO BRASIL S.A., construção de 68 (sessenta e oito) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item X, processo nº. 50770.001286/2011-69 e alterada para 40 (quarenta) embarcações do tipo Balsa Graneleira Racked na 20ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução 117 de 10 de julho de 2012, item V do art. 2º, processo nº 50000.016283/2012-21.

XXXVI. KINGFISH DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo Produtos Claros - 45000 DWT, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item IV, processo nº. 50770.001072/2011-92.

XXXVII. MILMARES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Balsas de Convés com capacidade de 500T, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item XI, processo nº. 50770.001248/2011-14.

XXXVIII. NAVEGAÇÃO GUARITA S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Barcaça para Combustíveis, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item XII, processo nº. 50770.001659/2010-11.

XXXIX. NAVEGAÇÃO GUARITA S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo Empurrador Fluvial, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item XIII, processo nº. 50770.001659/2010-11.

XL. OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo PSV OSRV, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item XIV, processo nº. 50770 000994/2011-82.

XLI. RIO MATAPI NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 6 (seis) embarcações do tipo Balsa para Carga Geral de 3300 TPB, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 103 de 30 de novembro de 2011 - item XIV, processo nº. 50770.001247/2011-61.

XLII. RG ESTALEIRO ERG2 S.A, ampliação de Estaleiro, localizado no Município de Rio Grande-RS, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item IX, processo nº 50770.001287/2011-11.

XLIII. SENIOR NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 4 (quatro) embarcações do tipo PSV OSRV 750-10, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item XVII, processo nº. 50770.001241/2011-94.

XLIV. STX OSV NITERÓI S.A., produção de 1 (uma) embarcação do tipo OSCV 11 - ROV Support Vessel, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 101 de 30 de novembro de 2011 - item I, processo nº. 50770 001233/2011-48.

XLV. STX OSV NITERÓI S.A., produção de 1 (uma) embarcação do tipo Offshore Subsea Construction Vessel - OSCV 06 PLSV 300T, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 101 de 30 de novembro de 2011 - item II, processo nº 50770.001289/2011-01.

XLVI. STX OSV NITERÓI S.A., construção de uma nova unidade industrial no Município de Quissamã - RJ, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 104 de 30 de novembro de 2011 - item XIII, processo nº 50770 001353/2011-45 e alterada na 20ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução 117 de 10 de julho de 2012, item I do art. 2º, processo nº 50000.016275/2012-95.

XLVII. TERRAMAR SERVIÇOS E NAVEGAÇÃO LTDA., construção de 3 (três) embarcações do tipo Crew Boat P5, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item XXIV, processo nº. 50770.001102/2011-61.

Art. 4º - Cancelar, ad referendum, a pedido, as prioridades para apoio financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, concedidas às seguintes empresas brasileiras e respectivos projetos, abaixo relacionados:

I. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo AHTS 18.000, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item IV de apoio marítimo, processo n° 50770.000512/2010-11.

II. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo PSV 4.500, concedidas na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item V de apoio marítimo, processo n° 50770.000514/2010-01.

III. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 1 (uma) embarcação do tipo PSV 3.000, concedida na 2ª Reunião Extraordinária do CDFMM, Resolução nº 98 de 27 de outubro de 2011 - item VI de apoio marítimo, processo n° 50770.000511/2010-69.

IV. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 2 (duas) embarcações do tipo PSV ORSV, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item I, processo n° 50770.001295/2011-50.

V. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo PSV 4.500, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item II, processo n° 50770.001295/2011-50.

VI. BRASIL SUPLLY S.A., construção de 3 (três) embarcações do tipo AHTS 18.000, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 105 de 30 de novembro de 2011 - item III, processo n° 50770.001295/2011-50.

VII. MAGALLANES NAVEGAÇÃO BRASILEIRA S.A., suplementação para 1 (uma) embarcação do tipo PSV 4500 - casco WSO - 107, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 106 de 30 de novembro de 2011 - item III, processo nº 50770.001212/2011-22.

VIII. NAVEGAÇÃO ALIANÇA LTDA., docagem de 1 (uma) embarcação do tipo Graneleiro denominado Trevo Vermelho, concedida na 18ª Reunião Ordinária do CDFMM, Resolução nº 107 de 30 de novembro de 2011 - item V, processo nº. 50770.001294/2011-13.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL MÁRIO BIANCO MASELLA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Conselho Nacional do Ministério Público

## SECRETARIA-GERAL

### SESSÕES DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 1174 Data:10/12/2012 Hora:11:00
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001455/2012-94
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : São João Del Rei/MG
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001454/2012-40
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Goiatuba/GO
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

Sessão: 1175 Data:11/12/2012 Hora:14:37
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001327/2012-41
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Cuiabá/MT
Relator : Maria Ester Henriques Tavares
Processo : 0.00.000.001456/2012-39
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Salvador/BA
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.001458/2012-28
Tipo Proc: Proposta de Resolução - RES
Origem : Brasília/DF
Relator : Almino Afonso Fernandes
Processo : 0.00.000.001457/2012-83
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Barra da Tijuca/RJ
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

Sessão: 1176 Data:12/12/2012 Hora:10:30
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001461/2012-41
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Porto Nacional/TO
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

Sessão: 1177 Data:13/12/2012 Hora:10:30
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001466/2012-74
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Adilson Gurgel de Castro
Processo : 0.00.000.001379/2011-36
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Brasília/DF
Relator : Alessandro Tramujas Assad
Processo : 0.00.000.001462/2012-96
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Brasília/DF
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.001352/2012-24
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Fabiano Augusto Martins Silveira
Processo : 0.00.000.001464/2012-85
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Brasília/DF
Relator : Tito Souza do Amaral
Processo : 0.00.000.001465/2012-20
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Campinas/SP
Relator : José Lázaro Alfredo Guimarães

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

Sessão: 1178 Data:14/12/2012 Hora:10:30
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.001475/2012-65
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Joinville/SC
Relator : Jarbas Soares Júnior
Processo : 0.00.000.000524/2012-42
Tipo Proc: Recurso interno - REC
Origem : Sarandi/RS
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

ALCÍDIA SOUZA
Coordenadora de Autuação e Distribuição
SPR/CNMP

## PLENÁRIO

### ACÓRDÃOS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012

PROCESSOP N° 0.00.000.001726/2011-21
ASSUNTO: Procedimento de Controle Administrativo - PCA
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: Ministério Público Do Estado Rio de Janeiro

EMENTA - PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. EXAME DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE COTA RACIAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA FORMA DA LEI ESTUDAL DE REGÊNCIA. PROVIMENTO NEGADO.

1. Conforme a norma regulamentadora a matéria (Decreto Estadual nº 43.007, de 06 de junho de 2011), será considerado negro ou índio, para fins de inscrição em concurso público, o candidato que assim se declare no momento da inscrição.

2. O Edital do certame está de acordo com as normas do Decreto Estadual nº 43.007, de 06 de junho de 2011, ao estabelecer como critério para aceitação da inscrição, além das declarações, as informações contidas na certidão de nascimento, na ocasião das respectivas convocações, não havendo qualquer irregularidade a ser sanada

3. Procedimento de Controle Administrativo conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em conhecer do presente Procedimento de Controle Administrativo e julgá-lo improcedente.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Relator

PROCESSOP N° 0.00.000.000728/2012-83
TIPO PROCESSUAL: Pedido de Providências - PP
REQUERENTE: Marcelo Malvezzi
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

EMENTA - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DE FALTA DE ISENÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO NA CONDUÇÃO DA SINDICÂNCIA N.º 000023-024/2012, INSTAURADA EM DESFAVOR DO REQUERENTE. A OBSERVÂNCIA, NO CASO, DAS NORMAS DE REGÊNCIA PREVISTAS NOS ARTS. 211 E SEGUINTES DA LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO AFASTA QUALQUER ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA AMPLA DEFESA, NÃO COMPROVAÇÃO DA SUPOSTA PARCIALIDADE DO ÓRGÃO CORRECIONAL. A POSTERIOR INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR PELO CONSELHO SUPERIOR DO MP/MT, COM BASE NOS MESMOS FATOS, REFERENDA A AÇÃO DA DOUTA CORREGEDORIA LOCAL. PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS PREJUDICADO.

1.Afastada a alegação de descumprimento do princípio da ampla defesa e de falta de isenção da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso na condução da Sindicância n.º 000023-024/2012, instaurada com o objetivo de apurar suposto descumprimento voluntário do requerente em relação ao teor de decisão judicial transitada em julgado.

2.O acervo probatório constante dos autos demonstra que, a despeito de o procedimento adotado no curso da Sindicância em questão encontrar-se em sintonia com a legislação complementar local de regência, bem como amparado pela doutrina pátria, o Corregedor-Geral do MP/MT propiciou ao sindicado prévio conhecimento do objeto da sindicância, de forma a não configurar, mesmo que em tese, a suposta afronta aos princípios constitucionais suscitados pelo requerente.

3.De toda sorte, o Conselho Superior do Parquet mato-grossense autorizou, posteriormente, a instauração de Processo Administrativo n.º 000052-024/2012 em conformidade com as conclusões da douta Corregedoria, e em razão dos mesmos fatos que constam da Sindicância ora impugnada. Assim, o reclamante, no ato da respectiva citação, obteve, novamente, amplo acesso a toda a documentação constante dos autos. Tal circunstância, a toda evidência, torna prejudicada a apreciação do presente Pedido de Providências.

4.Pedido de Providências prejudicado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar prejudicado o presente Pedido de Providências, nos termos do voto do Relator.

JARBAS SOARES JÚNIOR
Conselheiro Relator

### ACÓRDÃO DE 11 DE DEZEMBRO 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.000157/2012-87 (Apensos: RECLAMAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO Nº 0.00.000.000202/2012-01 e PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº0.00.000.000397/2012-81)

RELATOR: Conselheiro José Lázaro Alfredo Guimarães

REQUERENTES: Luís Antônio Camargo de Melo - Procurador-Geral do Trabalho; João de Deus Gomes de Souza - Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região; Roberto Monteiro Gurgel Santos - Procurador-Geral da República

INTERESSADOS: Ives Gandra da Silva Martins Filho; André Cremonesi e Fausto Lustosa Neto

ADVOGADO: Ronaldo Ferreira Tolentino - OAB/DF 17.384

EMENTA - PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CONVERSÃO EM PECÚNIA DE LICENÇA-PRÊMIO NÃO USUFRUÍDA POR EX-MEMBROS DO PARQUET TRABALHISTA. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO acerca do INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA REQUERER O REFERIDO PAGAMENTO. SUGESTÃO DE EDIÇÃO DE ENUNCIADO. REAPRECIAÇÃO DAS DECISÕES PROFERIDAS NAS RECLAMAÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DA COMPETÊNCIA E DA AUTORIDADE DAS DECISÕES DO CONSELHO N.º 248/2012-51, 426/2010-43, 351/2010-09 E 398/2010-64, QUE CONSIDERARAM A DATA DE 1º DE OUTUBRO DE 2007 COMO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. PROCEDÊNCIA PARCIAL DO PEDIDO.

1. Não há no âmbito deste Conselho Nacional previsão regimental de incidente de uniformização de jurisprudência. Não obstante, demonstrando-se controvertida a matéria, torna-se necessária a fixação da tese jurídica por meio de Enunciado.

2. A matéria relativa ao dies a quo do prazo prescricional para conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída é controvertida no âmbito deste Conselho Nacional, que ora se posiciona pela contagem do prazo prescricional a partir da data do acórdão paradigma, 1º de outubro de 2007, ora entende que deva ser contado da extinção do vínculo funcional.

3. A doutrina majoritária entende que a contagem do prazo prescricional tem início com o surgimento da pretensão, que decorre da exigibilidade do direito subjetivo violado. Neste sentido, não há que se considerar o dia 1º de outubro de 2007 como marco inicial do prazo prescricional, porquanto o direito à conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída não surgiu por ocasião do entendimento consignado por este Conselho Nacional, já que a referida decisão apenas deu a correta interpretação do direito vigente ao reconhecer devida a indenização com base na responsabilidade objetiva do Estado, nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal de 1988.

4. Direito dos membros do Ministério Público ao efetivo pagamento das verbas relativas a conversão em pecúnia de licença prêmio não gozadas quando a determinação de seu recebimento fora realizado, em julgamento de procedimentos administrativos anteriores, pelo Plenário deste Conselho Nacional. Manutenção das decisões proferidas por este Órgão Nacional de Controle fundado no entendimento de que o termo inicial do prazo prescricional para aquisição dos valores relativos a conversão de licença prêmio não gozadas em pecúnia se daria em 1° de outubro de 2007, data do reconhecimento do direito.

5. Pedido parcialmente procedente.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, conhecer e julgar parcialmente procedente o procedimento de controle administrativo, propondo a instauração de enunciado no sentido de uniformizar o entendimento sobre o marco inicial da contagem do prazo prescricional como a data da extinção do vínculo funcional do servidor ou membro do Ministério Público, nos termos do voto do relator. Acordam também os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, nesse ponto vencido o relator, que deve ser efetivado o pagamento das verbas relacionadas a conversão em pecúnia de licença prêmio não gozadas quando este direito tenha sido reconhecido, em procedimentos anteriores, pelo Plenário deste Conselho Nacional.

JOSÉ LÁZARO ALFREDO GUIMARÃES
Relator

### DECISÃO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0.00.000.001449/2011-56

RELATOR: CONSELHEIRO ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD

REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Considerando o teor do documento de fl. 157, no qual atesta que o Promotor de Justiça José Evânio Guedes promoveu sua desfiliação do Partido Progressista, reputo prejudicada a análise do objeto deste Procedimento de Controle Administrativo, razão pela qual determino, monocraticamente, o arquivamento dos presentes autos, com fulcro no art. 46, X, b do RICNMP.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### DECISÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.001107/2012-17
RECLAMANTE: JOSÉ NETO DA SILVA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Decisão: (…)
Pelo exposto, tendo em vista a inobservância das hipóteses taxativas do art. 91 do RICNMP, indefiro de plano o pedido de revisão em epígrafe, nos termos do parágrafo único do art. 92 do RICNMP.
Comunique-se esta decisão, com cópia, aos interessados.
Publique-se, registre-se e intime-se.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000249/2008-81
RECLAMANTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Decisão: (…)
Ante o exposto, não se vislumbra inércia, omissão ou insuficiência na atuação do órgão correicional originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação, com fundamento no art. 74, §6º do RICNMP.

Brasília, 23 de novembro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 5884/5897, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Brasília-DF, 3 de dezembro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000289/2012-17
RECLAMANTE: JOSUÉ GUSTAVO OLIVEIRA VIANA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
Decisão: (…)
Ante o exposto, por não se vislumbrar a existência de qualquer indício da prática de conduta que possa ser considerada infração disciplinar, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento sumário da presente reclamação disciplinar, com fundamento nos artigos 74, §2º e 31, I do RICNMP.

Brasília, 8 de novembro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 266/268-verso, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento sumário do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal e 31, I, c/c 74, § 2º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário e ao reclamante, nos termos regimentais.
Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília - DF, 3 de dezembro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000622/2012-80
RECLAMANTE: ANA CAROLINA MAZZA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Decisão: (…)
Desse modo, não se vislumbra insuficiência na atuação do órgão correicional originalmente competente, razão pela qual propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o arquivamento da presente reclamação disciplinar, com fundamento no art. 74, §6º do RICNMP.

Brasília, 14 de novembro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 15/22, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 3º, da Constituição Federal c/c o artigo 74, § 6º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, à reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.
Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Brasília-DF, 3 de dezembro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000935/2012-38
RECLAMANTE: FRANCISCO ALEXANDRE HERCULES
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
Decisão: (…)
Ante o exposto, propõe-se ao corregedor nacional do Ministério Público o indeferimento liminar da presente reclamação disciplinar, por ausência de comprovação de autoria, com fundamento nos artigos 39, §2º e 74, §1º do RICNMP.

Brasília, 15 de outubro de 2012
ELTON GHERSEL
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 06/06-verso, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o indeferimento liminar do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e 74, § 1º e 39, § 2º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.
Publique-se e, Registre-se.

Brasília-DF, 5 de novembro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

### DECISÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000938/2012-71
RECLAMANTE: ALIRE JOSÉ BERTOLDI
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Decisão: (…)
Por tais razões, impõe-se o arquivamento sumário da presente Reclamação Disciplinar, na forma dos artigos 39, §§ 2º e 3º c/c 74, § 1º, todos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, por tratar-se de representação cuja autenticidade não foi comprovada.

Brasília-DF, 12 de novembro de 2012
ANA MARIA VILLA REAL FERREIRA RAMOS
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 09/10, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir para determinar o arquivamento sumário do presente feito, com fulcro no artigo 130-A, § 2º, da CF e 39. §§ 2º e 3º, c/c 74, § 2º, do RICNMP.
Dê-se ciência ao Plenário, ao reclamante e ao reclamado, nos termos regimentais.
Publique-se e, Registre-se.

Brasília-DF, 16 de novembro de 2012
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO
Corregedor Nacional do Ministério Público

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

# Ministério Público da União

## ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

### PORTARIA Nº 778, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012(*)

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º da Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006, resolve:
Publicar o quadro-resumo, constante do anexo desta portaria, demonstrando a ocupação das funções de confiança e dos cargos em comissão do Ministério Público da União, com dados vigentes em 30 de novembro de 2012.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO

DEMONSTRATIVO DA OCUPAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA E DOS CARGOS EM COMISSÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

| NÍVEL | Quantitativo de Cargos 31/05/12 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PROVIDOS | | | | | | VAGOS | | TOTAL |
| | Servidores da carreira do MPU | | Outros servidores públicos | | Servidores sem vínculo efetivo | | | | |
| | QTD. (A) | % (B) = (A/I) | QTD. (C) | % (D) = (C/I) | QTD. (E) | % (F) = (E/I) | QTD. (G) | % (H) = (G/I) | QTD. (I) |
| FC-1 | 608 | 86,00% | 44 | 6,22% | 22 | 3,11% | 33 | 4,67% | 707 |
| FC-2 | 1.442 | 92,08% | 65 | 4,15% | 16 | 1,02% | 43 | 2,75% | 1.566 |
| FC-3 | 348 | 90,16% | 14 | 3,63% | 7 | 1,81% | 17 | 4,40% | 386 |
| Subtotal FC | 2.398 | 90,18% | 123 | 4,63% | 45 | 1,69% | 93 | 3,50% | 2.659 |
| CC-1 | 62 | 79,49% | 1 | 1,28% | 9 | 11,54% | 6 | 7,69% | 78 |
| CC-2 | 416 | 52,59% | 44 | 5,56% | 303 | 38,31% | 28 | 3,54% | 791 |
| CC-3 | 152 | 82,16% | 8 | 4,32% | 16 | 8,65% | 9 | 4,86% | 185 |
| CC-4 | 114 | 65,52% | 15 | 8,62% | 44 | 25,29% | 1 | 0,57% | 174 |
| CC-5 | 12 | 66,67% | 2 | 11,11% | 4 | 22,22% | - | 0,00% | 18 |
| CC-6 | 12 | 50,00% | 6 | 25,00% | 3 | 12,50% | 3 | 12,50% | 24 |
| CC-7 | 1 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | 1 |
| Subtotal CC | 769 | 60,50% | 76 | 5,98% | 379 | 29,82% | 47 | 3,70% | 1.271 |
| TOTAL | 3.167 | 80,59% | 199 | 5,06% | 424 | 10,79% | 140 | 3,56% | 3.930 |

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

| NÍVEL | Quantitativo de Cargos 31/05/12 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PROVIDOS | | | | | | VAGOS | | TOTAL |
| | Servidores da carreira do MPU | | Outros servidores públicos | | Servidores sem vínculo efetivo | | | | |
| | QTD. (A) | % (B) = (A/I) | QTD. (C) | % (D) = (C/I) | QTD. (E) | % (F) = (E/I) | QTD. (G) | % (H) = (G/I) | QTD. (I) |
| FC-1 | 57 | 57,58% | 37 | 37,37% | | 0,00% | 5 | 5,05% | 99 |
| FC-2 | 258 | 73,71% | 73 | 20,86% | 3 | 0,86% | 16 | 4,57% | 350 |
| FC-3 | 71 | 81,61% | 13 | 14,94% | 2 | 2,30% | 1 | 1,15% | 87 |
| Subtotal FC | 386 | 72,01% | 123 | 22,95% | 5 | 0,93% | 22 | 4,10% | 536 |
| CC-1 | 84 | 57,93% | 16 | 11,03% | 42 | 28,97% | 3 | 2,07% | 145 |
| CC-2 | 52 | 70,27% | 5 | 6,76% | 15 | 20,27% | 2 | 2,70% | 74 |
| CC-3 | 102 | 74,45% | 11 | 8,03% | 23 | 16,79% | 1 | 0,73% | 137 |
| CC-4 | 13 | 48,15% | 3 | 11,11% | 11 | 40,74% | | 0,00% | 27 |
| CC-5 | 3 | 27,27% | 3 | 27,27% | 5 | 45,45% | | 0,00% | 11 |
| CC-6 | 1 | 50,00% | 1 | 50,00% | | 0,00% | | 0,00% | 2 |
| CC-7 | | | - | | - | | - | | - |
| Subtotal CC | 255 | 64,39% | 39 | 9,85% | 96 | 24,24% | 6 | 1,52% | 396 |
| TOTAL | 641 | 68,78% | 162 | 17,38% | 101 | 10,84% | 28 | 3,00% | 932 |

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

| NÍVEL | Quantitativo de Cargos 31/05/12 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PROVIDOS | | | | | | VAGOS | | TOTAL |
| | Servidores da carreira do MPU | | Outros servidores públicos | | Servidores sem vínculo efetivo | | | | |
| | QTD. (A) | % (B) = (A/I) | QTD. (C) | % (D) = (C/I) | QTD. (E) | % (F) = (E/I) | QTD. (G) | % (H) = (G/I) | QTD. (I) |
| FC-1 | 48 | 66,67% | 21 | 29,17% | - | 0,00% | 3 | 4,17% | 72 |
| FC-2 | 49 | 92,45% | 3 | 5,66% | 1 | 1,89% | - | 0,00% | 53 |
| FC-3 | 34 | 91,89% | 1 | 2,70% | - | 0,00% | 2 | 5,41% | 37 |
| Subtotal FC | 131 | 80,86% | 25 | 15,43% | 1 | 0,62% | 5 | 3,09% | 162 |
| CC-1 | 52 | 76,47% | 2 | 2,94% | 14 | 20,59% | - | 0,00% | 68 |
| CC-2 | 35 | 83,33% | 1 | 2,38% | 4 | 9,52% | 2 | 4,76% | 42 |
| CC-3 | 17 | 94,44% | - | 0,00% | 1 | 5,56% | - | 0,00% | 18 |
| CC-4 | 2 | 28,57% | - | 0,00% | 5 | 71,43% | - | 0,00% | 7 |
| CC-5 | 9 | 81,82% | - | 0,00% | 2 | 18,18% | - | 0,00% | 11 |
| CC-6 | - | 0,00% | 2 | 100,00% | - | 0,00% | - | 0,00% | 2 |
| CC-7 | | | - | - | - | - | - | - | - |
| Subtotal CC | 115 | 77,70% | 5 | 3,38% | 26 | 17,57% | 2 | 1,35% | 148 |
| TOTAL | 246 | 79,35% | 30 | 9,68% | 27 | 8,71% | 7 | 2,26% | 310 |

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

| NÍVEL | Quantitativo de Cargos 31/05/12 | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | PROVIDOS | | | | | | VAGOS | | TOTAL |
| | Servidores da carreira do MPU | | Outros servidores públicos | | Servidores sem vínculo efetivo | | | | |
| | QTD. (A) | % (B) = (A/I) | QTD. (C) | % (D) = (C/I) | QTD. (E) | % (F) = (E/I) | QTD. (G) | % (H) = (G/I) | QTD. (I) |
| FC-1 | 14 | 17,95% | 60 | 76,92% | - | 0,00% | 4 | 5,13% | 78 |
| FC-2 | 208 | 77,04% | 58 | 21,48% | - | 0,00% | 4 | 1,48% | 270 |
| FC-3 | 140 | 75,27% | 36 | 19,35% | - | 0,00% | 10 | 5,38% | 186 |
| Subtotal FC | 362 | 67,79% | 154 | 28,84% | - | 0,00% | 18 | 3,37% | 534 |
| CC-1 | 66 | 86,84% | 7 | 9,21% | 3 | 3,95% | | 0,00% | 76 |
| CC-2 | 95 | 81,90% | 14 | 12,07% | 4 | 3,45% | 3 | 2,59% | 116 |
| CC-3 | 39 | 82,98% | 6 | 12,77% | 1 | 2,13% | 1 | 2,13% | 47 |
| CC-4 | 4 | 36,36% | 1 | 9,09% | 3 | 27,27% | 3 | 27,27% | 11 |
| CC-5 | 5 | 55,56% | 2 | 22,22% | 2 | 22,22% | | 0,00% | 9 |
| CC-6 | | - | | - | - | - | | - | - |
| CC-7 | | - | | - | - | - | | - | - |
| Subtotal CC | 209 | 80,69% | 30 | 11,58% | 13 | 5,02% | 7 | 2,70% | 259 |
| TOTAL | 571 | 72,01% | 184 | 23,20% | 13 | 1,64% | 25 | 3,15% | 793 |

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 242, de 17-12-2012, Seção 1, páginas 95 e 96, com incorreção.

## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
## 6ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### PORTARIA Nº 1, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelos Procuradores da República signatários, membros do Grupo de Trabalho Conhecimentos Tradicionais/6a CCR, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988; e pelo artigo 6º, inciso VII, alínea b c/c artigo 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar 75/93, e CONSIDERANDO:

a) que a legislação brasileira, especificamente em seu artigo 7º da Medida Provisória nº 2186-16, de 23/8/2001, define conhecimento tradicional como a informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético;

b) que o acesso ao patrimônio biológico brasileiro depende de autorização do órgão competente brasileiro e deve estar condicionado à repartição do proveito econômico com os detentores do patrimônio e conhecimento tradicional do caso em concreto, na forma do artigo 15 da Convenção sobre a Diversidade Biológica, devendo-se presumir, com base nos princípios da citada Convenção e na Medida Provisória nº 2.186-16/2001, a existência de conhecimentos tradicionais quando do trato de produtos da biodiversidade brasileira;

c) que constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver das comunidades tradicionais e indígenas presentes no território nacional;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL com o seguinte objeto: "Investigar o desenvolvimento e comercialização de produtos obtidos a partir do acesso a conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético nacional por indústrias, empresas e instituições de pesquisa, entre outros; a repartição justa e eqüitativa dos benefícios derivados da exploração destes componentes; bem como a ação dos entes públicos encarregados da regulamentação do acesso e remessa de amostras de componente do patrimônio genético e registro de informações relativas a conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético".

Diante do exposto, registre-se e autue-se esta Portaria (artigo 5º, inciso III, da Res. CSMPF nº 87/2006). Remeta-se cópia desta Portaria à 6ª e à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITTO PEREIRA
Subprocuradora-Geral da República

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO
Procuradora Regional da República

MARIA LUIZA GRABNER
Procuradora Regional da República

SANDRA AKEMI SHIMADA KISHI
Procuradora Regional da República

ANTONIO JOSÉ DONIZETTI MOLINA DALOIA
Procurador da República

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES
Procurador da República

WILSON ROCHA ASSIS
Procurador da República

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS

### PORTARIA Nº 1, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Peças de informação nº 1.11.000.0001675/2012-89. EMENTA: CRIMINAL. Representação nº 001724.2012.19.000/4. Apropriação Indébita Previdenciária. Empresa Tersevig Serviços Especializados de Vigilância Ltda.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE ALAGOAS, pelo Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições e, com fulcro no artigo 129, inciso VI, da Constituição da República e nos artigos 7º, inciso I, e 8º, incisos I a IX, da Lei Complementar nº 75/93, respaldada, ainda pelos artigos 2º, inciso II e 5º, da Resolução CNMP nº 13, de 2006:

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública (artigo 129, inciso I, da Constituição da República) e, para instruí-la, está autorizado a realizar diretamente os atos investigatórios que lhe pareçam imprescindíveis;

CONSIDERANDO a necessidade de instruir os autos com outros elementos de prova imprescindíveis à formação do convencimento ministerial acerca da ocorrência de delito(s);

CONSIDERANDO a Representação nº 001724.2012.19.000/4 que trata da possível ocorrência do crime de apropriação indébita previdenciária, conduta atribuída à empresa Tersevig Serviços Especializados de Vigilância Ltda.

Resolve:

Converter as presentes peças de informação em procedimento investigatório criminal (PIC), para apurar a materialidade e a autoria do suposto delito, determinando que:

1. Seja registrado este PIC, sem necessidade de nova distribuição, posto que esta já ocorreu (art. 4º e seu parágrafo único da Resolução nº13, de 2006, do CNMP);

2. Comunique-se por meio eletrônico, a instauração do presente à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 5º, Resolução nº13, de 2006, do CNMP), informando-lhe os seguintes dados:

Número de autuação do procedimento;
Unidade do MPF (origem);
Número e data da portaria de instauração;
Membro a quem foi distribuído o procedimento;
Fatos a serem investigados, de forma resumida;

3.Oficie-se à Delegacia da Receita Federal a fim de que informe:

a) se há débitos da Empresa Tersevig Serviços Especializados de Vigilância relativos ao não recolhimento da contribuição previdenciária dos empregados;

b) na hipótese de haver débitos:

b.1- se estes já foram lançados;
b.2- se há procedimento fiscal;
b.3- se há representação fiscal para fins penais;
b.4- se há pagamento ou parcelamento.

4. Colha-se nos sistemas de bancos de dados a que o MPF tem acesso, dados acerca da empresa TERSEVIG.

GINO SÉRVIO MALTA LÔBO

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

### PORTARIA Nº 24, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o patrimônio público, conforme expressamente previsto na Lei Orgânica do Ministério Público da União (art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75, de 20.5.93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los (art. 129, VI, CF; art. 8º, II, LC 75/93);

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.13.001.000066/2012-92, que versa sobre eventuais irregularidades do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e ausência de suporte documental que comprove a regular execução das despesas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, em Fonte Boa/AM, apontadas no Relatório de Fiscalização 01430 da Controladoria-Geral da União.

Resolve instaurar Inquérito Civil Público, tendo como objeto apurar eventuais irregularidades do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, exercício 2009, e ausência de suporte documental que comprove a regular execução das despesas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, exercício 2008, em Fonte Boa/AM.

Para isso, DETERMINA-SE:

I - Seja esta Portaria autuada no início do procedimento, publicada nos termos do art. 39 da Resolução n. 002/2009/PR/AM, e comunicada a instauração à douta 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

II - Seja fixado o prazo de 1 (um) ano para conclusão do ICP, prorrogável se necessário, conforme disposição do art. 15, da Resolução CSMPF n. 87/2006, com redação dada pela Resolução CSMPF n. 106, de 06/04/2010;

III - À Coordenadoria Jurídica, para certificar a existência, ou não, de outros feitos com o mesmo objeto do ICP instaurado;

DANIELLA MENDES DAUD

### PORTARIA Nº 50, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo instaurado em 2011, a partir de comunicação trazida pelas lideranças indígenas da comunidade Tikuna, Vui-Uata-in, noticiando falta de técnico em enfermagem, dentistas, motoristas, falta de vaga para atendimento na CASAI em Amaturá, encaminhado pelo então chefe do Polo Base Nova Itália;

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL defender os direitos e interesses das população indígenas, nos exatos termo do artigo 129, inciso V, da Constituição;

CONSIDERANDO que a Comunidade indígena Nova Itália , pertencente ao município de Amaturá, faz parte das comunidades atendidas pelo DSEI Alto Rio Solimões, órgão responsável pela execução das políticas de saúde pública da Secretaria Saúde Indígena - SESAI;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.080/90 (art. 2º, caput) dispõe que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício; e que o direito à saúde cuida-se de direito individual indisponível;CONSIDERANDO que a Constituição Federal (art. 127, caput) e a Lei Complementar n. 75/93 (art.6º, VII, "b") outorga ao Ministério Público o mister de promover a defesa, dentre outros pontos, dos direitos indisponíveis.

CONSIDERANDO o direito fundamental à saúde, bem como as atribuições da SESAI, previstas no Decreto nº 7.797/2012, que em seu art. 44, IV, determina que compete à Secretaria Especial de Saúde Indígena "orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena", bem como seu IV impõe atuação no sentido de "planejar, coordenar, supervisionar, monitorar e avaliar as ações de atenção integral à saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena",

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.13.001.000022/2011-17 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, § 4° da Resolução n. 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação dada pela Resolução n. 106/2010, do mesmo órgão, e definindo como objeto "apurar a situação do atendimento prestado pelo DSEI Alto Rio Solimões à Comunidade Indígena Nova Itália em Amaturá", bem como, com base no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 87/06 do CSMPF, DETERMINAR:

I - a Comunicação à egrégia 6ª Câmara de Comunicação e Revisão acerca da conversão da presente Peça de Informação;

II - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

III- Encaminhar o relatório com as demandas da comunidade ao DSEI Alto Rio solimões, solicitando informação sobre a situação atual e condições de infra estrutura da CASAI de Amaturá; quantidade de profissionais que trabalham nesta comunidade; existência de posto de saúde na aldeia; e periodicidade de atendimento de equipe médica e odontológica.

IV- Informar aos interessados sobre a instauração e objeto do presente inquérito, com cópia da portaria de instauração.

Fixo prazo razoável de 10 dias úteis para cumprimento das solicitações, nos termos do artigo 8º, § 5º, da LC 75/93.

MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA

### PORTARIA Nº 51, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO o Procedimento Administrativo instaurado em 2011 a partir de declaração prestada pelo Sr. Eli Sabá Barbosa, que noticiou possível abuso de autoridade por parte de policiais da Força Nacional em Tabatinga - AM e Delegado da Polícia Civil, que o teriam mantido detido por aproximadamente doze horas sem motivos aparentes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal o controle externo da atividade policial conforme o art. 57, I, c.c art. 38, IV da Lei Complementar nº 75/1993) e o que determina o art. 129, VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos Poderes Públicos Federais e outras entidades federais ou delegadas, nos termos do art. 39 da LC n. 75/93;

CONSIDERANDO o tempo transcorrido desde a autuação da presente peça de informação e da necessidade de se realizar novas diligências para elucidação dos fatos;

Resolve, nos termos do artigo 4º, § 2º, da Resolução 87/2010 do CSMPF, a CONVERSÃO do Procedimento Administrativo em Procedimento Investigatório Criminal de controle externo da atividade policial, cujo objeto é apurar possível crime de abuso de poder praticado por policiais da Força Nacional e ex delegado da Polícia Civil, bem como determinar:

I - a comunicação à 2° Câmara de Coordenação e Revisão, acerca da conversão do presente Procedimento.

II - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

III - Reiterar o oficio a Força Nacional em Brasília, solicitando informações sobre a instauração de procedimento administrativo preliminar ou informação sobre medidas adotadas a fim de apurar os fatos noticiados, notadamente considerando a informação de que o Subtenente GPL, integrante da FN, foi o condutor da prisão do declarante;

IV- Reiterar o oficio à Corregedoria da Policia Civil do Estado do Amazonas para que esclareça, se necessário com a autoridade policial presente na época dos fatos, o fundamento legal para manter o declarante detido na delegacia, com o encaminhamento dos documentos comprobatórios (cópia de eventual auto de prisão em flagrante, boletim de ocorrência etc.).

Fixo prazo razoável de 10 dias úteis para cumprimento das solicitações, nos termos do artigo 8º, § 5º, da LC 75/93.

MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA

**PORTARIA Nº 53, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo instaurado em 2011, a partir de memorando elaborado pelo analista pericial em antropologia da Procuradoria da República do Amazonas em avaliação à carta da Associação Marubo de São Sebastião e nota de repúdio da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari , noticiando suposta invasão da terra indígena Vale do javari e omissão da FUNAI quando da fiscalização da respectiva área;

CONSIDERANDO que é função institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL defender os direitos e interesses das população indígenas, nos exatos termo do artigo 129, inciso V, da Constituição;

CONSIDERANDO que a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, é autarquia federal responsável pela execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988;

CONSIDERANDO que a CF/88 e a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, garantem aos índios e comunidades indígenas a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas utilidades naquelas terras existentes;

CONSIDERANDO a necessidade de realização de diligências e que este procedimento administrativo foi autuado há mais de 180 dias;

Resolve CONVERTER o Procedimento Administrativo nº 1.13.001.000049/2011-18 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos do art. 4º, § 4° da Resolução n. 87/06, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação dada pela Resolução n. 106/2010, do mesmo órgão, e definindo como objeto "apurar suposta invasão da terra indígena Vale do Rio Javari e suposta omissão por parte da FUNAI quanto a fiscalização da respectiva área", bem como, com base no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 87/06 do CSMPF, DETERMINAR:

I - a Comunicação à egrégia 6ª Câmara de Comunicação e Revisão acerca da conversão da presente Peça de Informação;

II - a afixação da presente portaria no quadro de avisos desta Procuradoria da República, pelo prazo de 10 (dez) dias, bem como, a remessa de cópia para a publicação na imprensa oficial;

III- Encaminhar ofício à administração geral (Departamento de Proteção Territorial) e administração regional da FUNAI, requisitando apresentação do cronograma das operações de fiscalização da terra indígena Vale do Javari no exercício de 2012 e 2013, discriminando as calhas de rios e regiões objeto das atividades. Considerando o ofício de fls. 38/39, constar que será decretado sigilo ao presente ICP, de modo a não trazer qualquer prejuízo as atividades de fiscalização. Assim , permanece o dever legal em atender a solicitação. Solicitar que informe, ainda, se a FUNAI instalou a base de proteção flutuante, na boca do Rio Curuçá;

IV- Informar aos interessados sobre a instauração e objeto do presente inquérito, com cópia da portaria de instauração.

Fixo prazo razoável de 10 dias úteis para cumprimento das solicitações, nos termos do artigo 8º, § 5º, da LC 75/93.

MARCO ANTONIO GHANNAGE BARBOSA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

**PORTARIA Nº 21, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Peças de Informação nº 1.14.001.000424/2012-65. Instauração de Inquérito Civil.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO o art. 127 da Constituição Federal, segundo o qual "o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

CONSIDERANDO, ainda, o art. 129, inciso III da Constituição Federal, que afirma serem "funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos", assim como as atribuições conferidas ao Parquet Federal no art. 5º, inciso III, alínea d e 6º, inciso XIV, alínea g da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que o art. 231 da Constituição dispõe que: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

CONSIDERANDO o teor das Peças de Informação nº 1.14.001.000424/2012-65, que noticia a existência do Bairro Parque dos Rios, no município de Itaju do Colônia/BA, inteiramente inserido em área indígena já demarcada e reconhecida na ACO nº 312 (STF), pertencente à Comunidade Pataxó Hãe Hãe Hãe;

CONSIDERANDO as notícias de que o referido bairro é intensamente urbanizado e que nele residem aproximadamente 3.000 pessoas;

CONSIDERANDO que a convivência entre os moradores deste bairro e os indígenas da região sempre se mostrou pacífica, a despeito da existência de relativa tensão acerca da destinação que será conferida à área e seus moradores após a decisão do STF;

CONSIDERANDO aos temas tratados em reunião realizada no dia 12.12.2012, na sede desta Procuradoria, com a presença do prefeito e procurador-geral de Itaju do Colônia, representantes da FUNAI e dois caciques indígenas da região;

CONSIDERANDO que nesta reunião se verificou a necessidade deste parquet acompanhar o andamento da questão referente a este bairro, inclusive como forma de amenizar as tensões ali existentes;

CONSIDERANDO a necessidade de se empreender apurações pormenorizadas a respeito dos fatos noticiados;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL, colimando investigar adequadamente os fatos acima descritos, bem assim subsidiar futuras e eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais, determinando desde já:

a) registre-se o presente como Inquérito Civil, com o seguinte assunto:

ASSUNTO: "Acompanha medidas a serem adotadas em relação ao bairro Parque dos Rios, no município de Itaju do Colônia/BA, o qual está integralmente inserido na terra indígena pertencente à Comunidade Pataxó Hãe Hãe Hãe"

TEMÁTICA: Índios

CÂMARA : 6ª Câmara de Coordenação e Revisão

b) Cientifique-se à egrégia 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente, para que seja dada a devida publicidade;

c) Oficie-se a Coordenação Técnica da FUNAI em Pau Brasil, solicitando que transmita a todos os caciques pertencentes às diversas aldeias integrantes da comunidade Pataxó Hãe Hãe Hãe os fatos discutidos na reunião ocorrida em 12.12.2012, nesta Procuradoria da República, acerca do Bairro Parque dos Rios, especialmente acerca da necessidade de convivência pacífica entre moradores e indígenas, sem a realização de retomadas na área, até que seja definida quais as medidas que serão adotadas em face dessa ocupação urbana.

Outrossim, solicita que informe, no prazo de 30 dias, qual a posição dos caciques acerca de tal ocupação urbana, especificando se ainda existem áreas ocupadas por indígenas no interior deste bairro e se persiste clima de tensão entre os moradores e índios.

d) Oficie-se a Prefeitura Municipal de Itaju do Colônia, solicitando que, na esteira do quanto acordado na reunião ocorrida em 12.12.2012, nesta Procuradoria, adote as seguintes providências:

1) realize levantamento/cadastramento completo dos moradores do Bairro Parque dos Rios, especificando nome, CPF e endereço de todos eles;

2) realize levantamento/cadastramento dos imóveis e edificações existentes na região e seus respectivos proprietários, especificando a natureza de cada um deles (residencial/comercial), incluindo imóveis de propriedade pública ou afetados a serviços públicos;

3) realize levantamento planimétrico da área em questão, a fim de delimitar com precisão a área indígena ocupada pelo bairro, sua extensão e suas confrontações;

4) coíba, no exercício do Poder de Polícia municipal, qualquer tipo de ampliação do Bairro Parque dos Rios, suspendendo por tempo indeterminado a concessão de qualquer alvará de construção no referido bairro, fiscalizando, embargando e removendo eventuais tentativas de ampliar a referida ocupação urbana em área indígena, seja por parte de moradores ou de qualquer outro habitante;

5) realize ampla campanha de informação entre todos os moradores do município acerca da impossibilidade de construir e ocupar outras áreas do bairro Parque dos Rios e adjacências, que estejam incluídas em terra indígena, advertindo sobre a possibilidade de serem removidos;

6) produza relatório fotográfico da área, a fim de registrar a atual situação das edificações e do grau de urbanização e desenvolvimento do local, informando ainda quais os serviços públicos disponibilizados para aqueles moradores (eletricidade, água, esgoto, etc...)

Por fim, solicita-se que esta Prefeitura informe, no prazo de 30 dias, quais as providências adotadas, e quais estão em curso, encaminhando a esta Procuradoria relatório com os resultados dos trabalhos já realizados.

e) Oficie-se o Comando do Batalhão da Polícia Militar responsável pelo município de Itaju do Colônia, requisitando que informe, no prazo de 15 dias, se procedem as informações de que a polícia militar tem se negado a prestar os serviços que lhe cabem no Bairro Parque dos Rios, município de Itaju do Colônia/BA, ao argumento de que este bairro estaria localizado no interior de reserva indígena, mesmo sendo bastante urbanizado e ocupado predominantemente por não indígenas.

Nomeio o Técnico Administrativo Daniel Freitas Muniz Ferreira, matrícula nº 19.798-0, lotado nesta Procuradoria, para exercer função de Secretário no presente Inquérito Civil Público.

OVIDIO AUGUSTO AMOEDO MACHADO

**PORTARIA Nº 53, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

Expediente nº 3013/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício de suas funções constitucionais e legais, com supedâneo nos arts. 127 e 129, III, da Constituição da República e no art. 6º, VII, alínea "b", da Lei Complementar n.º 75/93,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal velar pela proteção do Patrimônio Público e Social, nos termos do art. 129, III da Constituição da República e art. 5º, III, "b" da Lei Complementar 75;

CONSIDERANDO o teor da representação anexa, na qual o representante alega supostas irregularidades na contratação da OSCIP CECOSAP, no município de Capim Grosso/BA, na gestão de José Sivaldo Rios de Carvalho, para prestação de serviços a população através dos Programas 'Comunidade em Ação' e 'Saúde Legal', com verbas da União, bem como na contratação de serviços de saúde prestados pelo Hospital Nossa Senhora da Saúde, no referido município, no ano de 2011;

Resolve, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como artigos 6º, inciso VII, alínea "b" e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o fito de apurar as irregularidades apontadas, determinando as seguintes providências iniciais:

I - Oficie-se à Prefeitura Municipal de Capim Grosso/BA solicitando informações acerca de quais serviços foram/estão sendo pagos com verbas do Fundo de Assistência Social, no bojo dos Programas "Comunidade em Ação" e "Saúde Legal", bem como o encaminhamento de cópias dos contratos realizados pela Prefeitura Municipal com o Hospital Nossa Senhora da Saúde, para a prestação de serviços de saúde, conforme indicado na representação (que deve seguir anexa).

II -Comunique-se ao representante da instauração deste Inquérito Civil Público.

Ainda, em cumprimento à Resolução nº 87/2006-CSMPF, com as alterações promovidas pela Resolução nº 106/2010-CSMPF:

a) Autue-se a presente Portaria, juntamente a representação anexa;

b) Oficie-se à 5ª CCR, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n.º 87/2006, enviando cópia desta portaria, por meio eletrônico, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução nº 87/2006;

b) Obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n.º 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n.º 87/2006-CSMPF, devendo o Cartório realizar o acompanhamento do prazo, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIEL PIMENTA ALVES

**PORTARIA Nº 82, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

MÁRIO ALVES MEDEIROS, Procurador da República, lotado e em exercício na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, nos termos do art. 2º, I, da Resolução nº 23/07 do CNMP, e do art. 2, I, da Resolução nº 87/06, do CSMPF e,

CONSIDERANDO:

Que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

Que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras previstas no art. 129 da Constituição Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção dos direitos difusos e coletivos, bem como o patrimônio público;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O inteiro teor do Parecer Prévio nº 976/11, referentes às contas da Prefeitura Municipal de Ituaçu/BA, exercício de 2010, posteriormente ratificado pelo Parecer Prévio nº 090/12, ambos com registro de glosas de despesas do FUNDEB;

A notícia de embaraços à atividade do Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB;

A necessidade de adequação do presente procedimento ao quanto determina a Resolução 87/06 do CSMPF, especialmente o seu art. 4º, § 4º (Incluído pela Resolução CSMPF nº 106, de 6.4.2010);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando as seguintes diligências preliminares:

a) Registrar e autuar a presente portaria, juntamente com o Procedimento Administrativo nº 1.14.007.000086/2012-10, vinculando-o à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

b) Registrar que o objeto do presente Inquérito Civil é a apuração de irregularidades na execução de despesas com recursos do FUNDEB, pela Prefeitura Municipal de Ituaçu/BA;

c) Oficie-se ao Prefeito de Ituaçu requisitando-se a apresentação de cópias da lei que instituiu o Conselho de Controle e Acompanhamento Social do FUNDEB naquele Município, bem como dos atos normativos de nomeação dos seus integrantes, nos exercícios de 2010, 2011 e 2012;

d) Aguarde-se por mais 30 (trinta) dias a resposta ao ofício de f. 175.

Fica a servidora Ana Paula de Araújo, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP, nomeada para funcionar como Secretária; a qual será substituída, em suas ausências, pelos demais servidores que integram o Setor Jurídico desta Procuradoria da República, por meio de termo nos autos.

Dê-se ciência da instauração à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, na pessoa de seu Coordenador, remetendo-lhe, em dez dias, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87/2006 - CSMPF, cópia da presente para fins de publicação.

MÁRIO ALVES MEDEIROS

**PORTARIA Nº 92, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, c, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

RESOLVE o signatário, INSTAURAR o presente inquérito civil para promover ampla apuração dos fatos noticiados, através do expediente de nº 1.14.000.002726/2012-88.

Autue-se a presente portaria e a peça de informação que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em averiguar suposta periculosidade do entroncamento da BR 101, no local que dá acesso ao polo cerâmico do Município de Alagoinhas, que já ocasionou mais de 10 (dez) acidentes graves.

Determino, ainda: 1) a expedição de ofício à Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT no Estado da Bahia: a) para que se manifeste sobre os fatos narrados na representação anexa; b) para que realize vistoria in loco e envie laudo técnico sobre as condições de segurança da BR 101; c) para que encaminhe qualquer parecer, estudo ou laudo técnico já realizado sobre a BR 101; 2) envio de ofício à 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal - Bahia, para que se manifeste sobre os fatos narrados na representação anexa, com enfoque nos boletins de ocorrência dos acidentes havidos na BR 101, enviando cópia dos referidos BOs.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), encaminhando-se cópia do arquivo digital, referente à presente portaria, através do endereço eletrônico pfdc005@pgr.mpf.gov.br, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público1

LEANDRO BASTOS NUNES

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**PORTARIA Nº 17, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) que os Conselhos Municipais de Saúde foram criados com a finalidade de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas municipais de saúde (art. 1º, § 2º, Lei 8142/90);

b) que o Conselho Nacional de Saúde editou a Resolução 333/2003, estabelecendo diretrizes para o funcionamento dos Conselhos de Saúde, entre as quais a composição paritária (na forma do n. II da Terceira Diretriz) e a autonomia representativa do Conselho (n. VI da mesma diretriz);

c) que, consoante os arts. 2º e 3º, I, da Lei Municipal 66/1997, o Fundo Municipal de Saúde é subordinado ao Secretário Municipal de Saúde, e uma de suas atribuições é gerenciar o FMS em consonância com o CMS;

d) que, conforme consta nas Peças de Informação 1.17.003.000115/2011-82, as diretrizes e outras normas relativas aos Conselhos de Saúde não vêm sendo observadas pelo Conselho Municipal de Saúde do Município de Linhares/ES;

e) o prejuízo para toda a coletividade decorrente de eventual atuação ilegítima e/ou ineficaz dos Conselhos de Saúde;

f) que, embora as informações de fls. 276/301 deem conta de que a Recomendação 13/2012-PRM/SAM/1º OFÍCIO (fls. 262/264-v) está em vias de ser totalmente cumprida, ainda cabe ao Ministério Público Federal acompanhar as medidas adotadas pelo Município até o seu cumprimento definitivo;

Determina a instauração de inquérito civil, que deverá receber numeração sequencial e crescente.

O inquérito terá por objeto fiscalizar a correta e eficiente atuação do Conselho Municipal de Saúde do Município de Linhares/ES.

Conforme exige o art. 4°, inciso II, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, cumpre observar que os fatos investigados são atribuídos ao Conselho Municipal de Saúde de Linhares/ES e à Secretaria Municipal de Saúde.

Após a reautuação, acautelem-se os autos em cartório por 90 dias. Após, tornem conclusos ao gabinete para expedição de ofício ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Linhares/ES encaminhando cópia da fl. 276 e solicitando informações atualizadas sobre a composição e as atividades do conselho.

Comunique-se à 5ª CCR, nos termos do art. 6° da Resolução 87 do CSMPF.

Publique-se, nos termos do art. 16 da Resolução 87 CSMPF.

FERNANDO AMORIM LAVIERI

**PORTARIA Nº 18, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PUBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, considerando:

a) que os Conselhos Municipais de Saúde foram criados com a finalidade de atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas municipais de saúde (art. 1º, § 2º, Lei 8142/90);

b) que o Conselho Nacional de Saúde editou a Resolução 333/2003, estabelecendo diretrizes para o funcionamento dos Conselhos de Saúde, entre as quais a composição paritária (na forma do n. II da Terceira Diretriz) e a autonomia representativa do Conselho (n. VI da mesma diretriz);

c) que, consoante os arts. 2º e 3º, I, da Lei Municipal 66/1997, o Fundo Municipal de Saúde é subordinado ao Secretário Municipal de Saúde, e uma de suas atribuições é gerenciar o FMS em consonância com o CMS;

d) que, conforme consta nas Peças de Informação 1.17.003.000116/2011-27, as diretrizes e outras normas relativas aos Conselhos de Saúde não vêm sendo observadas pelo Conselho Municipal de Saúde do Município de Sooretama/ES;

e) o prejuízo para toda a coletividade decorrente de eventual atuação ilegítima e/ou ineficaz dos Conselhos de Saúde;

Determina a instauração de inquérito civil, que deverá receber numeração sequencial e crescente.

O inquérito terá por objeto fiscalizar a correta e eficiente atuação do Conselho Municipal de Saúde do Município de Sooretama/ES.

Conforme exige o art. 4°, inciso II, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, cumpre observar que os fatos investigados são atribuídos ao Conselho Municipal de Saúde de Sooretama/ES e à Secretária Municipal de Saúde Adébora Agnezi Pubel.

Expeça-se recomendação à Presidente do Conselho Municipal de Saúde, recomendando que (a) adote as medidas necessárias à adequação da composição paritária do conselho, inclusive adotando a proibição de que pessoas ocupantes de cargos de confiança ou de chefia atuem como conselheiros, salvo quando ocupantes de vaga destinada à representação do governo (Terceira Diretriz, I, c da Resolução 333 do CNS); (b) cumpra o disposto no art. 12 do Regimento Interno do Conselho, dispensando os conselheiros faltosos.

Tendo em vista que o Ofício nº 141/2012 (fl. 257) foi respondido de forma insatisfatória e diante do que dispõe a Lei Municipal 648/2011, solicite-se que informe a relação nominal e atualizada dos componentes do Conselho Municipal de Saúde, especificando a que categoria pertencem (usuários, profissionais de saúde ou prestadores de serviços de saúde).

Solicite-se, ainda, cópia da ata das reuniões nas quais se discutiu a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Comunique-se à 5ª CCR, nos termos do art. 6° da Resolução 87 do CSMPF.

Publique-se, nos termos do art. 16 da Resolução 87 CSMPF.

FERNANDO AMORIM LAVIERI

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

**PORTARIA Nº 6, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, com fundamento nos incisos II, III e V, do artigo 129, da Constituição Federal, nas alíneas "b" e "c" do inciso VII, do artigo 6º e nas alienas "c", "d" e "e" do inciso III, do art. 5º, ambos da Lei Complementar nº75/93;

Considerando incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

Considerando ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, assim como promover inquérito civil e ação civil pública para a proteção dos direitos difusos e coletivos, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

Considerando, ademais, que a Constituição Federal e a LC nº 75/93 incumbem ao Ministério Público a função institucional de promover o inquérito civil público para a assegurar o efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição;

Considerando o exercício funcional na área temática dos direitos e interesses das populações indígenas;

Considerando a necessidade de maiores informações acerca dos fatos, permitindo uma atuação ministerial prudente em defesa de interesses indisponíveis;

Por derradeiro, considerando o disposto no inciso I, do art. 2º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no §1º, do art. 2º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o seguinte objeto: "apuração de possível retenção de cartões bancários de indígenas por parte de Valdomiro Gomes de Brito e Jonas Tserenhirawe Tsirua, ocorrida em Barra do Garças/MT".

Comunique-se à egrégia 6ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº75/1993 e do artigo 6º da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

OTÁVIO BALESTRA NETO

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 50, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

Peças de Informações Cível. Autos nº: 1.22.001.000314/2012-21. Requerente: Ministério Público Federal. Ementa: Representação Em Face do Departamento de Estruturas da Faculdade de Engenharia Civil da UFJF.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

Considerando que tanto o inquérito civil quanto o procedimento administrativo têm assento constitucional e legal (arts. 129, III, da CF, e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85 e arts. 129, VI, da CF, e 8º, da LC nº 75/93, respectivamente) e que bem se pode considerar o procedimento administrativo gênero do qual o inquérito civil é espécie ou, então, admitir-se entre eles uma certa gradação, de modo a, inicialmente, instaurar-se um procedimento administrativo e, apenas se necessário, instaurar-se, em seguida, um inquérito civil;

Considerando que, regra geral, não há, em lei, diferença entre um e outro, devendo ambos sujeitar-se à autuação e instauração para validade dos atos investigatórios praticados pelo membro do Ministério Público;

Considerando que, em conformidade com o próprio entendimento perfilhado pelos representantes da 5ª CCR no VI Encontro Nacional (2004), não há diferença substancial entre inquérito civil e procedimento administrativo, haja vista que ambos se prestam a coletar elementos para eventual propositura de ação judicial, expedição de recomendações e celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ficando ao alvedrio do Membro do Ministério Público optar pela instauração de ICP, em razão da maior complexidade do tema e/ou da amplitude de interessados;

Considerando que a Resolução n. 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas do Conselho Superior do Ministério Público Federal, em seu artigo 4º, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, bem como o artigo 2º, §§ 6º e 7º, da Resolução n. 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público consolidaram a nomenclatura de Inquérito Civil Público como sendo aquela correlata a qualquer investigação cível não preliminar/preparatória realizada pelo órgão do Parquet federal e;

Considerando que a presente PI não tem natureza de investigação preliminar/preparatória, mas sim de Inquérito Civil Público, consoante as Resoluções citadas, DETERMINA:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1º) a conversão das Peças Informativas Cíveis em epígrafe em Inquérito Civil Público, para apuração e responsabilização dos fatos sucintamente acima narrados, mantendo-se seus registros originários (número de autuação e ofícios), para fins de recebimento de respostas eventualmente pendentes;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à 5ª CCR do MPF, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, por meio do sistema Único para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) após a comunicação à 5ª CCR do MPF, retornem os autos ao gabinete para conclusão do despacho de fls. 254/verso.

CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

### PORTARIA Nº 51, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

Procedimento Administrativo nº 1.23.001.000151/2012-40. Objeto: Apurar Irregularidades Noticiadas No Relatório da Visita Técnica Feita Pelo Sindmepa- Sindicato dos Médicos do Pará Ao Município de Marabá No Período de 16 A 17 de Março de 2012.

1. O presente procedimento foi instaurado a partir de ofício do SINDMEPA encaminhando relatório de visita técnica realizada no Município de Marabá.

2. Foi oficiado ao Ministério da Saúde e ao DENASUS a fim de apurar melhor se há havia mais informações acerca da prestação do serviço de saúde pelo Município e o montante dos recursos federais repassados.

3. Ante o exposto, visto ultrapassado o prazo estabelecido no art. 4º, §1º, da Resolução 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e sendo necessárias novas diligências para elucidação dos fatos, converto o presente procedimento administrativo em Inquérito Civil Público, nos termos do art. 4º, §4º, da mesma Resolução.

4. Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

MELINA ALVES TOSTES
Procuradora da República

### PORTARIA Nº 206, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000639/2012-67, instauradas para apurar as irregularidades na execução do programa Projovem, custeado com verbas federais, no Município de Santarém - Curso de Alimentação (Ausência de pagamento de bolsa e vale transporte);

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

I - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

II - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

III - Oficie-se à Coordenação Nacional do Projovem Urbano para que informe sobre os termos da representação, bem como para que indique que órgão e/ou ente federal tem responsabilidade pela ausência do pagamento da bolsa e vale transporte em relação ao Curso de Alimentação do Projovem ministrado em Santarém desde julho do ano em curso;

IV - Oficie-se à Coordenação Estadual do Projovem do PARÁ ou à Secretaria Estadual de Educação (caso não se encontrem os dados para envio à Coordenação Estadual) questionando se o Curso de Alimentação a que se refere a representação (em Santarém desde julho de 2012) vem sendo realizado pelo Município ou pelo Estado, bem como se já foram tomadas as medidas necessárias para que os participantes recebam devidamente o valor da bolsa e do vale transporte;

V - Oficie-se à Coordenação Municipal de Santarém do Projovem questionando se o Curso de Alimentação a que se refere a representação vem sendo realizado pelo Município ou pelo Estado, bem como se já foram tomadas as medidas necessárias para que os participantes recebam devidamente o valor da bolsa e do vale transporte;

VI - Questione-se nos ofício ao Município, Secretaria Estadual de Educação, Coordenação Nacional se a bolsa e auxílio são recebidas diretamente do Estado (União, Estado, DF ou Município) ou se são recebidas das empresas contatadas para ministrar o curso.

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA

### PORTARIA Nº 207, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993 e nas Resoluções nº 77/2005 e nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

Considerando sua função institucional de defesa do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em âmbito preventivo e repressivo, cabendo-lhe promover o Inquérito Civil e a Ação civil pública, consoante dispõe o art. 129, inciso III, da Constituição Federal e o art. 5º, inciso II, alínea d, e inciso III, alínea d, da Lei Complementar nº 75/93;

Considerando os fatos constantes nos autos das Peças de Informação - PI nº 1.23.002.000644/2012-70, instauradas para apurar a proteção do patrimônio histórico de Alter do Chão/PA;

Considerando a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo § 1º do artigo 4º da Resolução 87, de 03.08.2006, do CSMPF;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto os fatos já constantes do referido auto administrativo, pelo que:

Determina-se:

I - Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil;

II - Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (art. 6º da Resolução nº 87/2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16 da Resolução nº 87/2006, do CSMPF;

III - Oficie-se, de logo, ao IPHAN para que indique qual o patrimônio histórico já localizado em Alter do Chão e que medidas de proteção já foram ou estão sendo tomadas.

LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

### PORTARIA Nº 15, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencado nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando o disposto nos arts. 6º, 7º e 38, I, todos da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os preceitos da Resolução nº 77, de 14 de setembro de 2004, editada pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 13, de 2 de outubro de 2006, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

f) considerando, por fim, os elementos constantes no presente procedimento;

Converte a Peça de Informação autuada sob o nº 1.24.002.000188/2012-21 em Procedimento Investigatório Criminal, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da Resolução CNMP nº 13/2006 e no art. 6º da Resolução CSMPF nº 77/2004, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO(S) FATO(S) INVESTIGADO(S):

Possível prática do delito de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP) pela Prefeitura do Município de Lagoa/PB, que não teria recolhido a devida contribuição patronal ao INSS no exercício financeiro de 2007.

Determina, ainda, que seja comunicada a Egrégia 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 7º da Resolução CSMPF nº 77/2004;

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, bem como as anotações necessárias para fins de controle do prazo de encerramento, nos termos do art. 17 da mencionada Resolução.

BRUNO GALVÃO PAIVA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 127, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, fundamentado no art. 129, III, da Constituição Federal, nos arts. 6º, VII, 7º, I e 39, da LC nº 75/93 e no art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, bem como considerando o disposto nas Resoluções nºs 87/06/CSMPF e 23/07/CNMP, determina a conversão da presente Peça de Informação de nº 1.25.002.002657/2012-17 em

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

para apurar a ocorrência de prática de Improbidade Administrativa.

Proceda-se ao registro e autuação da presente. Comunique-se à Procuradoria Federal do Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, para fins de publicação oficial desta Portaria, nos termos do art. 7º, da Resolução 23/07/CNMP. Acompanhe-se o prazo inicial de 1 (um) ano, a partir desta data, para conclusão do inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS
Procurador da República

### PORTARIA Nº 1.131, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas atribuições Constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inc. I a IX todos da Constituição Federal; no art. 5º, inc. VI e art. 8º, ambos da Lei Complementar n° 75 de 20 de maio de 1993, bem como nas disposições da Resolução nº 13/2006, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 77/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e;

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, bem como tendo em vista o conteúdo e respectivos documentos anexados à Peça Informativa Criminal nº 1.25.002.002426/2012-03, os quais constituem indícios de fatos que são, em tese, crimes de ação penal de iniciativa pública, cuja competência para apuração e julgamento é, em princípio, da Justiça Federal, o Ministério Público Federal determina a instauração de

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

para apurar a ocorrência, em tese, de crime de sonegação de contribuição previdenciária.

Proceda-se ao registro e autuação do presente feito. Comunique-se à 2ª CCR, por meio eletrônico, para fins de publicação oficial desta Portaria. Acompanhe-se o prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, nos moldes do art. 12, da Resolução nº 13/06, do CNMP, para conclusão do PIC, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

### PORTARIA Nº 249, DE 12 DE SETEMBRO DE 2012

Conversão de Procedimento Administrativo.

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.001334/2012-81, visa apurar Termo de Declaração de Representantes dos Assentamentos Mundo Novo (no Município de São José da Coroa Grande) e Ubu (Município de Goiana) relatando que o INCRA não está adotando as providências necessárias à prestação de Assistência técnica, bem como ao fornecimento da documentação necessária à formalização dos referidos assentamentos, o que vem trazendo diversos transtornos aos assentados, principalmente no tocante à obtenção de financiamentos para plantação. ;

Considerando a necessidade de aprofundar as investigações;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.001334/2012-81 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "apurar Termo de Declaração de Representantes dos Assentamentos Mundo Novo (no Município de São José da Coroa Grande) e Ubu (Município de Goiana) relatando que o INCRA não está adotando as providências necessárias à prestação de Assistência técnica, bem como ao fornecimento da documentação necessária à formalização dos referidos assentamentos, o que vem trazendo diversos transtornos aos assentados, principalmente no tocante à obtenção de financiamentos para plantação. ";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Andrew Limongi Sial, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 7º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - 5ª CCR, inclusive por meio eletrônico (para o endereço 5camara@pgr.mpf.gov.br), nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação no Diário Oficial da União (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

No intuito de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve a secretaria deste gabinete realizar o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

**PORTARIA Nº 250, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

Conversão de Procedimento Administrativo.

O Ministério Público Federal, por meio do procurador da República signatário, com base no que preceitua o art. 129, II, da Constituição Federal, o art. 6º, VII, alíneas "a" a "d", da Lei Complementar nº 75/93, o art. 5º da Resolução CSMPF nº 87/2006, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, bem como o art. 4º da Resolução CNPM nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e

Considerando que compete ao Ministério Público instaurar inquérito civil para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, nos termos da legislação acima apontada;

Considerando que o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.001002/2012-04 instaurado nesta Procuradoria da República para apurar possível irregularidade no contrato firmado entre a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE e a empresa KM Empreendimentos Ltda., tendo por objeto a aquisição de 02 (duas) Unidades Móveis Autopropelida - versão Escola de Informática, pelo valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta reais), sendo R$ R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos do Convênio nº 01.0057.00/2005, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, então celebrado por meio Processo de Inexigibilidade nº 005/2005.

Considerando que os elementos de prova até então colhidos apontam a necessidade de adoção de outras diligências;

RESOLVE converter o presente procedimento administrativo nº 1.26.000.001002/2012-04 em inquérito civil, determinando:

1. Registro e autuação da presente Portaria juntamente com o Procedimento Administrativo nº 1.26.000.001002/2012-04, assinalando como objeto do Inquérito Civil: "Apurar possível irregularidade no contrato firmado entre a Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho/PE e a empresa KM Empreendimentos Ltda., tendo por objeto a aquisição de 02 (duas) Unidades Móveis Autopropelida - versão Escola de Informática, pelo valor de R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta reais), sendo R$ R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) oriundos do Convênio nº 01.0057.00/2005, firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia, então celebrado por meio Processo de Inexigibilidade nº 005/2005";

2. Nomeação, mediante termo de compromisso nos autos, do servidor Francisco José Alves Gondim, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nos termos do art. 4º, da Resolução nº 23/2007 - CNMP e art. 5º, V, da Resolução n. 87/2006 do CSMPF, para funcionar como Secretário, em cujas ausências será substituído por qualquer servidor em exercício no 1º Ofício da Tutela Coletiva;

3. Comunicação à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal da instauração do presente Inquérito Civil, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, tão somente para fins de ciência, ressaltando que a apuração tramita sob sigilo (art. 4º c/c art. 7º, da Resolução nº 23 CNMP);

Como providência instrutória, reitere-se o expediente pendente de resposta.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

ANASTÁCIO NÓBREGA TAHIM JÚNIOR

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**PORTARIA Nº 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República que esta subscreve, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

1) Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

2) Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3) Considerando a necessidade de continuidade das investigações, DETERMINA:

4) Instaure-se o Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "PATRIMÔNIO PÚBLICO. Averiguação de improbidade administrativa e acompanhamento do ressarcimento ao erário federal diante do constatado na auditoria DENASUS 7263 (maio e junho de 2008, Município de São João de Meriti)."

5) Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para conhecimento e publicação.

ANA CLÁUDIA DE SALES ALENCAR

**PORTARIA Nº 89, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000250/2012-18, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL - Movimentação de solo às margens de rio, provavelmente na zona de amortecimento da Rebio Tinguá. Noticiante: Secretaria de meio ambiente de Caxias. Noticiado: Luiz Garrido Rodriguez. Local: Rua Ernani Pinheiro, s/n, Xerém. ."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

**PORTARIA Nº 90, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000235/2012-70, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "AMBIENTAL - Apurar desmatamento e extração mineral na barreira de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, na Avenida das Palmeiras."

Art. 2º - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

**PORTARIA Nº 91, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos referentes ao Procedimento Administrativo nº 1.30.017.000234/2012-25, DETERMINA:

Art. 1º - Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público, com a seguinte ementa: "DIREITOS DO CIDADÃO - Abuso de autoridade. Exército Brasileiro. Retenção de documentos de soldado por parte do Capitão do Batalhão, acarretando sua transferência a Hospital Estadual, após expulso do Hospital do Exército. Noticiante: Pai do Cabo Thiago Lima Rodriguez. Noticiado: 21º Batalhão Logístico."

Art. 2º - Comunique-se à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

**PORTARIA Nº 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, § 7º da Resolução CNMP 23/2007;

CONSIDERANDO que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, inc. III, da Constituição da República e art. 1º, inc. I, da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO que foi encaminhado a esta Procuradoria da República o ofício n° 2422/2012/DNPM/RJ-DFAM, contendo o Relatório de Vistoria - 28/2012/RJ/ACBS realizado pelo DNPM que constatou a exploração de lavra clandestina de saibro pela Prefeitura de Miguel Pereira. Lavrado o auto de Paralisação n° 21/2012, o prefeito recusou receber o documento.

Resolve a Procuradora da República que a presente subscreve, oficiante na Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, instaurar o presente Inquérito Civil Público, com o propósito de apurar possível extração clandestina de saibro pela Prefeitura de Miguel Pereira.

Para tanto, determino, por ora, sejam realizadas as seguintes diligências:

- seja arquivada cópia da presente portaria em pasta própria desta Procuradoria da República, realizando-se as anotações pertinentes no cadastro informatizado da Procuradoria da República;

- seja encaminhada, por meio eletrônico, informação ao órgão superior de revisão, sobre a instauração do presente Inquérito Civil Público , com cópia desta portaria, nos termos da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a respectiva publicação;

MARCELA HARUMI TAKAHASHI PEREIRA

**PORTARIA Nº 873, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.001.003135/2012-74, que visa apurar a inexistência de regulamentação quanto às diferenças entre os tipos "convencional", "executivo" e "semi-leito" nos veículos utilizados para o transporte rodoviário interestadual de passageiros, incluindo a atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT acerca do tema;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.001.003135/2012-74 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à ANTT, na forma da inclusa minuta;

4) Acautele-se por 50 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

**PORTARIA Nº 874, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por este Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar nº 75/93, bem como no artigo 1º da Lei nº 7347/85;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Administrativo nº 1.30.001.001727/2012-51, acerca de possível irregularidade nos reajustes aplicados pela Unimed-Rio no plano de saúde coletivo administrado pelo IBBCA - Instituto Brasileiro de Benefícios para Cooperativas e Associações, incluindo a atuação da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar a respeito do tema;

CONSIDERANDO a necessidade de prosseguimento das diligências;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e na Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.30.001.001727/2012-51 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria.

Desta forma, determino a adoção das seguintes providências:

1) Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe;

2) Comunique-se a instauração do ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente, para fins de publicação;

3) Oficie-se à ANS, na forma da inclusa minuta;

4) Acautele-se por 50 dias na DITC, a fim de aguardar a resposta ao ofício expedido.

CLAUDIO GHEVENTER

**PORTARIA Nº 876, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público Federal previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República, na Lei Complementar n.º 75/93, bem como no artigo 1.º da Lei n.º 7347/85;

CONSIDERANDO que é também função institucional do Ministério Público Federal a defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos, podendo, para tanto, promover as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o disposto nos §§ 1.º e 4.º, do artigo 4.º, da Resolução n.º 87/2006, do CSMPF, com a redação dada pela Resolução CSMPF n.º 106, de 6 de abril de 2010, que fixou o prazo máximo de duração do Procedimento Administrativo em 180 dias;

CONSIDERANDO que tramitam nesta Procuradoria as Peças de Informação n.º 1.16.000.000357/2006-76, instauradas com a finalidade de averiguar possível ato de improbidade administrativa ou lesão ao patrimônio público tendo em vista supostas irregularidades no acordo firmado entre a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e a empresa de transportes CHANCELLER LTDA., homologado em decisão judicial nos autos nº 0255993-80.1900.4.02.5101, da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Janeiro, cujo pagamento teria sido impugnado pela CONAB nos autos nº 0012271-86.2011.4.02.5101, que tramita perante o mesmo Juízo Federal;

Resolve converter as Peças de Informação n.º 1.16.000.000357/2006-76 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a ser inaugurado pela presente Portaria;

Desta forma, determina, como diligências preliminares, as seguintes medidas:

1)Autue-se a presente Portaria, conferindo-lhe a publicidade devida com as anotações de praxe, inclusive para efeitos de prevenção, com registro no sistema de consulta do endereço eletrônico oficial da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (www.prrj.mpf.gov.br);

2)Comunique-se à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o envio de cópia da presente para fins de ciência e publicação;

3)Encaminhe-se petição ao MM. Juízo da 22ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro requerendo vista dos autos nº 0255993-80.1900.4.02.5101 e nº 0012271-86.2011.4.02.5101, com todos seus volumes e apensos, pelo prazo de 10 (dez) dias, para instrução do presente Inquérito Civil Público;

4)Acautelem-se os autos por 60 (sessenta) dias na DITC - Divisão de Tutela Coletiva, salvo a ocorrência de ato ou fato superveniente.

ANDRÉ TAVARES COUTINHO

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### PORTARIA Nº 27, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal defender a ordem jurídica, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à proteção do patrimônio público e social, conforme arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra " f", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade, da transparência, da eficiência e da moralidade (art. 37, caput, CF/88);

CONSIDERANDO que o Edital nº 0011/2012-10 (que licitou serviços de manutenção da BR-472, subtrecho de São Borja a Uruguaiana), publicado no site do DNIT, refere no seu item 26.9 que: "Constituem Anexos do Edital dele fazendo parte integrante: O Projeto, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos...". Porém, constatou-se que em anexo aos editais não se encontram os respectivos Projetos Básicos, mas apenas as Planilhas Orçamentárias e os denominados Planos Anuais de Trabalho e Orçamento - PATO.

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 2º da Lei nº 8.666/93 dispõe que as obras e serviços só poderão ser licitados se houver projeto básico.

CONSIDERANDO que os Acórdãos-TCU nºs 2093/2009-Plenário e 2810/2010-Plenário orientam o DNIT para que quando da elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO, observe o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei n.º 8.666/1993, fazendo constar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

CONSIDERANDO que o Edital nº 0011/2012-10 publicado no site do DNIT, não observa o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei n.º 8.666/1993 (conforme o próprio DINIT deixou claro no Ofício nº 1034/2012/SR/RS de 13-06-2012).

CONSIDERANDO que se vislumbra violação ao princípio da legalidade, com possível dano ao erário, podendo constituir, em tese, atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Resolve instaurar Inquérito Civil Público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o seguinte objeto: DNIT. BR-472. Edital nº 0011/2012-10. Ausência do Projeto Básico previsto na Lei nº 8.666/93.

Para tanto, deverá ser feita a autuação, registro e publicação desta Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2010 do CSMPF.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

### PORTARIA Nº 28, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, na cidade de Uruguaiana/RS, pelo Procurador da República signatário,

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal defender a ordem jurídica, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à proteção do patrimônio público e social, conforme arts. 127 e 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO competir ao Ministério Público Federal, em razão da regra prevista no artigo 6.º, inciso VII, letras "a" e "b", inciso XIV, letra " f", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, zelar pela observância dos princípios constitucionais reguladores da Administração Pública, entre estes os da legalidade, da transparência, da eficiência e da moralidade (art. 37, caput, CF/88);

CONSIDERANDO que o Edital nº 0065/2012-10 (que licitou serviços de manutenção da BR-472, subtrecho de Uruguaiana a Barra do Quaraí), publicado no site do DNIT, refere no seu item 26.9 que: "Constituem Anexos do Edital dele fazendo parte integrante: O Projeto, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos...". Porém, constatou-se que em anexo aos editais não se encontram os respectivos Projetos Básicos, mas apenas as Planilhas Orçamentárias e os denominados Planos Anuais de Trabalho e Orçamento - PATO.

CONSIDERANDO que o art. 7º, § 2º da Lei nº 8.666/93 dispõe que as obras e serviços só poderão ser licitados se houver projeto básico.

CONSIDERANDO que os Acórdãos-TCU nºs 2093/2009-Plenário e 2810/2010-Plenário orientam o DNIT para que quando da elaboração do Plano Anual de Trabalho e Orçamento - PATO, observe o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei n.º 8.666/1993, fazendo constar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

CONSIDERANDO que o Edital nº 0065/2012-10 publicado no site do DNIT, não observa o disposto no inciso IX do art. 6º da Lei n.º 8.666/1993 (conforme o próprio DINIT deixou claro no Ofício nº 1034/2012/SR/RS de 13-06-2012).

CONSIDERANDO que se vislumbra, violação ao princípio da legalidade, com possível dano ao erário, podendo constituir, em tese, atos de improbidade administrativa previstos nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92.

Resolve instaurar este Inquérito Civil Público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com o seguinte objeto: DNIT. BR-472. Edital nº 0065/2012-10. Ausência do Projeto Básico previsto na Lei nº 8.666/93.

Para tanto, deverá ser feita a autuação, registro e publicação desta Portaria de Instauração, nos termos da Resolução nº 87/2010 do CSMPF.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

### PORTARIA Nº 106, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000346/2012-66. Interessados: CAIXA, Wilfrid Participações Societárias S/A, Santa Vista Construções, Dejair de Oliveira e Outros. Assunto: PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL - Apurar possíveis fraudes ao Programa Minha Casa Minha Vida, perpetradas pela Construtora Santa Vista Construções, em detrimento do patrimônio da CAIXA.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando as informações e documentos carreados aos autos, os quais consubstanciados, basicamente, em cópias dos autos do Inquérito Policial nº 671/2011/151033/A, da Delegacia de Polícia Civil de Nova Petrópolis, o qual apura possíveis fraudes perpetradas pela construtora Santa Vista, representada por Dejair de Oliveira, consistentes na promessa de financiamentos imobiliários através do Programa Minha Casa Minha Vida;

Considerando que tais fraudes consistiriam na apropriação de cheques e documentos por parte do representante da construtora Santa Vista, sob a falsa alegação de que serviriam para o encaminhamento do empreendimento habitacional que seria implementado através de financiamento pela CAIXA;

Considerando que, conforme se retira dos autos, a construtora Santa Vista não é habilitada para a contratação desses empreendimentos;

Considerando que as construções supostamente financiadas pela CAIXA restaram inacabadas e, em sua maioria, apresentaram problemas estruturais e de acabamento;

Considerando que as construções denunciadas foram financiadas através de projetos individuais, não ligados a um projeto básico de empreendimento habitacional;

Considerando que, por não se tratarem de construções inclusas em empreendimentos habitacionais habilitados pela CAIXA, as construções denunciadas não estavam sujeitas a uma diretiva básica de projeto, tampouco a uma maior fiscalização por parte daquela instituição bancária;

Considerando que os prejuízos causados pela prática fraudulenta causaram danos ao patrimônio imaterial da CAIXA, haja vista que as problemáticas apresentadas pelas casas vão de encontro ao objetivo do Programa Minha Casa Minha Vida;

Considerando, ainda, que a prática fraudulenta pode ter causado prejuízos materiais ao patrimônio da CAIXA;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público;

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

Oficiar à Superintendência da CAIXA, para que i) informe qual(ais) é(são) o(s) profissional(ais) responsável(eis) técnico(s) pelas construções dos mutuários: Gaudêncio Cristiano Pedroso Quevedo, Paulo Luciano da Rosa Goulart, Darci dos Santos, Robério Joimir Pedroso Quevedo, Deividi Langendorf Bitencourt e Maurilia Clarinda Ludivig dos Santos; e ii) manifeste-se acerca das irregularidades constatadas nas construções dos referidos mutuários, haja vista que lhes foi prometido um empreendimento habitacional pela empresa Santa Vista Construções, supostamente financiado através da CAIXA.

Oficiar à empresa Santa Vista Construções, para que se manifeste acerca das inconformidades e irregularidades encontradas nas construções sob responsabilidade da empresa, supostamente financiadas pela CAIXA, no Município de Picada Café/RS.

- Comunicar à 5ª CCR a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

FABIANO DE MORAES

### PORTARIA Nº 107, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2012

Inquérito Civil Público nº 1.29.002.000377/2012-17. Interessados: Eni Prigol da Silva, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Assunto: DIREITOS DO CIDADÃO - Apurar supostas irregularidades concernentes na falta de comunicação do resultado de perícia médica pelo INSS à segurada Eni Prigol da Silva.

FABIANO DE MORAES, Procurador da República, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º da Lei Complementar nº 75/93, e

Considerando representação apresentada a este órgão ministerial por Eni Prigol da Silva, noticiando que o INSS ainda não havia comunicado o resultado de perícia médica realizada em junho/2012, mesmo tendo a segurada comparecido pessoalmente diversas vezes no INSS em busca de informações;

Considerando que nos termos do art. 129, da Constituição Federal, e do art. 6º, VII, "a" e "d", e o art. 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a proteção dos direitos constitucionais, bem como de "outros interesses individuais, indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos";

Considerando que nos termos do art. 129, III, da Constituição Federal, e dos art. 6º, VII, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93, compete ao Ministério Público Federal a instauração de inquéritos civis públicos visando ao exercício de suas funções institucionais;

Resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, nos termos da Resolução nº 87 do CSMPF, objetivando a regular e legal coleta de elementos visando a apuração dos fatos mencionados.

À Subcoordenadoria Jurídica, para registro, autuação e a adoção das seguintes providências:

- Oficiar ao INSS, encaminhando cópia da representação, para que se manifeste sobre a suposta irregularidade noticiada, esclarecendo as razões de não ter sido comunicada a segurada acerca do resultado de perícia realizada em junho/2012, bem como informe a atual situação de seu requerimento de benefício;

- Comunicar à PFDC a instauração deste Inquérito Civil Público, conforme dispõe o artigo 6º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, solicitando a publicação da presente Portaria, conforme previsto no Art. 16, § 1º, I desta Resolução.

Após cumpridas as determinações, e recebidas as informações pertinentes, venha o procedimento concluso para deliberação.

FABIANO DE MORAES

### PORTARIA Nº 470, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Instaura o Inquérito Civil n. 1.29.000.001039/2012-12.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção de direitos constitucionais e de interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III e VI, da Constituição Federal; artigos 6°, inciso VII, alíneas "a", "c" e "d", 7°, inciso I, 8º, incisos I, II, IV, V, VII e VIII, da Lei Complementar n° 75/93);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

promovendo as medidas necessárias a sua garantia (artigo 129, inciso II, da CF; e artigo 5º, inciso V, alíneas "a" e "b", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO o teor da Representação que deu origem ao presente expediente;

CONSIDERANDO as constatações da Equipe de Controle Sanitário de Águas da Coordenadoria Geral de Vigilância da Saúde do Município de Porto Alegre, obtidas a partir de inspeção in loco solicitada pela signatária, que confirmaram o uso de água de poço tubular profundo para higiene pessoal nos alojamentos do 8º Batalhão de Logística do Exército, localizado no Município de Porto Alegre, o que é vedado pela legislação sanitária;

CONSIDERANDO que o Comando do 8º Batalhão de Logística do Exército foi notificado das irregularidades constatadas, tendo recentemente informado que está em andamento processo licitatório para a efetivação das adequações no sistema de abastecimento de água apontadas pela Vigilância Sanitária Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de aguardar-se o atendimento, por parte do 8º Batalhão de Logística do Exército, à notificação da Vigilância Sanitária Municipal, a fim de que cesse a infração à legislação sanitária;

Converte o Procedimento Administrativo nº 1.29.000.001039/2012-12 em INQUÉRITO CIVIL tendo por objeto o atendimento, pelo 8º Batalhão de Logística do Exército, da notificação da Vigilância Sanitária Municipal referente à necessidade de que se utilize a rede pública de água para abastecimento para consumo humano, incluindo o uso para higiene pessoal.

Autue-se. Inclua-se a presente Portaria no Banco de Dados da PFDC.

Acautelem-se os autos por 60 dias. No decurso do prazo, oficie-se à 6ª Divisão do Exército solicitando informações sobre o processo licitatório que possibilitará a adequação do sistema de água do 8º Batalhão de Logística.

ANA PAULA CARVALHO DE MEDEIROS

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

### PORTARIA Nº 182, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando o comparecimento do Sr. Fabrício Korb noticiando a negativa de fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nº 1.33.001.000560/2012-08, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e as peças de informação que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RICARDO KLING DONINI

### PORTARIA Nº 510, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no documento PR-SC-00032933/2012, que versa sobre a notícia de uso de crianças e adolescentes indígenas por traficantes locais na Colônia Santana, no Município de São José/SC;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a partir do documento, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o documento que a acompanha como inquérito civil, com o seguinte descritor:

6ª CCR. DIREITOS INDÍGENAS. USO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS. PRÁTICAS CRIMINOSAS. COLÔNIA SANTANA. SÃO JOSÉ/SC.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª CCR, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ANALÚCIA HARTMANN

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

### PORTARIA Nº 19, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os fatos apontados no procedimento preparatório n. 1.34.018.000190/2012-84, que visa apurar eventual ato de improbidade administrativa na realização da licitação tomada de preço pela Base de Aviação do Exército em Taubaté-SP.

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, dando conhecimento à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

### PORTARIA Nº 20, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os fatos apontados no procedimento preparatório n. 1.34.018.000140/2012-05, o qual visa apurar possível atuação de cartel de empresas em licitações para compras referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no município de Campos do Jordão-SP.

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, dando conhecimento à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

### PORTARIA Nº 21, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os fatos apontados no procedimento preparatório n. 1.34.018.000139/2012-72, o qual visa apurar possível atuação de cartel de empresas em licitações para compras referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no município de Lagoinha-SP.

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, dando conhecimento à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

### PORTARIA Nº 24, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os fatos apontados no procedimento preparatório n. 1.34.018.000212/2012-14, o qual visa apurar possível irregularidade na destinação de recursos federais do Fundo Nacional de Saúde, repassados pela Prefeitura Municipal de Taubaté-SP à empresa Acert Serviços Administrativos Ltda.

Considerando os termos da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2.007, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), notadamente o que dispõe o art. 4º do referido ato;

Promovo a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, para a devida apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) a autuação e o registro destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria da República; e

c) remessa de cópia desta Portaria para a necessária publicação, ante o que estabelecido nos arts. 4º, VI, in fine e 7º, § 2º, I, ambos da sobredita Resolução do CNMP, assim como nos arts. 6º e 16, § 1º, I, estes da Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2.006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, dando conhecimento à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

ADJAME ALEXANDRE GONÇALVES OLIVEIRA

### PORTARIA Nº 262, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas funções institucionais, da defesa da legalidade, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, previstos na Constituição Federal, artigos 127, caput, e 129, III e V, bem como da Lei Complementar 75/93, artigos 5º, II, d; III, c e d, e 6º, VII, b;

CONSIDERANDO os princípios insculpidos na Constituição Federal, da legalidade e do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo primeiro, expressamente declara que, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, deve o Poder Público obrigatoriamente intervir para preservar os processos ecológicos essenciais e proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade;

CONSIDERANDO ainda que ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção (art. 225, par. 1º, III);

CONSIDERANDO que o Código Florestal considera como áreas de preservação permanente, as florestas e demais formas de vegetação natural, entre outras, situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, desde a borda da calha de seu leito regular, em faixa marginal cuja largura mínima varia de acordo com a largura do curso d'água, sendo que, no rio Paraná, a área de preservação permanente a ser respeitada deve ser de 500 metros de largura;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a área ocupada pelas várzeas do rio Paraná é protegida pelo Decreto Estadual nº 39.473, de 7 de novembro de 1994, especificamente pelo seu artigo 2º, uma vez que o seu solo não é compatível com seu aproveitamento técnico econômico, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

CONSIDERANDO o que consta do Procedimento Administrativo nº 031/2012 (Protocolo nº 1.34.009.000495/2012-03), instaurado a partir do Inquérito Civil nº 15/05, do Ministério Público Estadual, objetivando a apuração de ocupação irregular em áreas de várzea e preservação permanente, no imóvel rural denominado "Fazenda Cristo Rei do Pontal", situado integralmente dentro dos limites da APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, no bairro do Pontalzinho, município de Rosana/SP.

CONSIDERANDO a insuficiência de elementos que permitam a imediata adoção de qualquer das medidas dos incisos I a VI do artigo 4º da Resolução nº 87, de 06 de abril de 2010, do CSMPF, e existindo ainda diligências imprescindíveis à instrução do presente procedimento, como a elaboração de novo parecer técnico, por parte da CBRN a respeito da área destinada à reserva legal da propriedade, diante das mudanças na definição das áreas de várzea e preservação permanente introduzidas por ocasião da promulgação da Lei nº 12.651/2012, alterada pela Lei nº 12.727/2012, que revogou expressamente a Lei nº 4.771/65;

Resolve:

converter o presente procedimento em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fulcro na Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007, que regulamenta os artigos 6º, inciso VII e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, com vistas à tomada das medidas adequadas.

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I - INTERESSADOS: Ministério Público Federal, Armando Spironelli, Elza Bruno Spironelli, Gioconda Spironelli, Maria Christina Spironelli, Oreeste Spironelli Júnior, André Luís Spironelli, Alberto Spironelli, Elvira Vittorazzo Spironelli, Nélson Spironelli, Edi Marlene Pereira Spironelli, Radamés Spironelli e Liliana Cláudia Grigoleto Garcia Spironelli.

II - EMENTA: MEIO AMBIENTE - 4ª CCR - Resolução CONAMA nº 303/2002 - Procedimento Preparatório instaurado a partir do Inquérito Civil nº 15/05, do Ministério Público Estadual, para apurar intervenção em área de preservação permanente, localizada integralmente na APA das Ilhas e Várzeas do rio Paraná. Local do Fato: bairro Pontalzinho, município de Rosana/SP.

DETERMINA:

1. a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

2. aguarde-se por 90 (noventa) dias a resposta ao ofício nº 1178/2012, expedido à CBRN, após tornem conclusos.

LUÍS ROBERTO GOMES

**PORTARIA Nº 383, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR-SP-00079902/2012.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi autuado, no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo, o procedimento administrativo nº 1.34.001.002770/2012-95, para apurar notícia dando conta que os Núcleos de apoio à Saúde da Família - NASF em São Paulo possuem, cada um, mais de 15 equipes de saúde para matriciar, extrapolando o número máximo de equipes previsto na Portaria n.º 2488/2011 do Ministério da Saúde;

- o referido procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, § 6º, da Resolução de n.º 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta portaria e o procedimento administrativo nº 1.34.001.002770/2012-95 como Inquérito Civil (artigo 4º, da Resolução de n.º 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

2. registre-se e publique-se, inclusive na página da internet, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (artigos 4º e 9º, da Resolução de n.º 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público);

3. comunique-se a instauração à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, inclusive para a publicação no Diário Oficial desta portaria de instauração (artigo 4o, inciso VI, da Resolução de n.º 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

ADRIANA SCORDAMAGLIA

## PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

**PORTARIA Nº 86, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14783/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

CONSIDERANDO a Peça de Informação nº 1.36.000.001014/2012-84, instaurada a partir do Ofício encaminhado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, relativo a mortalidade materna, tendo em vista o País não ter alcançado a meta de "redução em três quartos, ente os anos de 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

CONSIDERANDO que o Governo Brasileiro é signatário de acordos e resoluções internacionais mediante os quais comprometeu-se a reduzir a mortalidade materna;

CONSIDERANDO que o País comprometeu-se a perseguir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sendo que a mortalidade materna continua sendo um grave problema e, desta forma, indica a precariedade do serviço público de saúde;

CONSIDERANDO que "a mortalidade materna é uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres, por ser uma tragédia evitável em 92% dos casos, e por ocorrer principalmente nos países em desenvolvimento;

CONSIDERANDO, ainda, que o direito à saúde está previsto no artigo 6º, caput, da Constituição Federal Brasileira;

CONSIDERANDO que a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis são objetivos institucionais do Ministério Público, estabelecidos no art. 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, notadamente a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme art. 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

DETERMINO a instauração de Procedimento Administrativo, com o escopo de objetivo de alcançar a redução da mortalidade materna no Estado do Tocantins;

Como providências preliminares, determino:

1- Oficie-se a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, solicitando informações acerca dos casos de morte materna e das respectivas ações propostas a partir da análise das causas dos óbitos, da identificação de fatores que contribuem para as mortes e das políticas públicas executas para enfrentar tais fatores, bem como requer informações a respeito da rede CEGONHA e do cumprimento do subsistema de acompanhamento durante o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, consoante a determinação do art. 19-J da Lei nº 8.080/90;

2- Seja comunicada à PFDC a instauração do presente;

3- Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 304, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14369/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Oliveira de Fátima/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 305, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14370/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Nova Olinda, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Nova Olinda/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 306, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14371/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Paranã, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Paranã/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 307, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14372/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Recursolândia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Recursolândia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 308, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14376/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Rio dos Bois, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Rio dos Bois/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 309, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14378/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Sandolândia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Sandolândia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 310, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14380/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Santa Maria do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 311, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14383/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Santa Tereza do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Santa Tereza do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 312, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14385/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de São Salvador do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de São Salvador do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 313, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14389/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Taipas do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Taipas do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 314, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14391/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Porto Nacional, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Porto Nacional/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 315, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14392/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Tupirama, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Tupirama/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 316, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14393/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Tupiratins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Tupiratins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 317, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14394/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Pindorama, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Pindorama/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 318, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14395/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Porto Alegre do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 319, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14397/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Pugmil, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Pugmil/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 320, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14400/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Rio da Conceição, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Rio da Conceição/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 321, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14402/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Talismã, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Talismã/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 322, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14403/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Monte Santo, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Monte Santo/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 323, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14404/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Muricilândia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Muricilândia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 325, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14412/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Lagoa da Confusão/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 326, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14413/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Lagoa do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Lagoa do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 327, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14414/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Luzinópolis, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Luzinópolis/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 328, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14417/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Filadélfia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Filadélfia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 329, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14419/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Duerê, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Duerê/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 330, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14422/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Paraíso do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 331, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14425/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Colméia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Colméia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 332, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14427/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Juarina, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Juarina/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 333, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14428/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Arraias, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Arraias/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 334, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14431/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Bom Jesus do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 335, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14432/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Centenário, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Centenário/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 336, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14433/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Chapada de Natividade, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Chapada de Natividade/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 337, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14434/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Lavandeira, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Lavandeira/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 338, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14492/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Itaporã do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Itaporã do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 339, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14493/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Itaguatins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Itaguatins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 340, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14494/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Dianópolis, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Dianópolis/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 341, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012**

PR/TO 14495/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Almas, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Almas/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 342, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14496/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Conceição do Tocantins, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Conceição do Tocantins/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

## PORTARIA Nº 343, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

PR/TO 14497/2012.

O Procurador da República signatário, em exercício no Ofício da Defesa dos Direitos dos Cidadãos, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo nos arts. 127 e 129, inciso III, da Constituição da República de 1988, Lei Complementar nº 75/93, Resolução CSMPF nº 87/2010 e ainda:

1) CONSIDERANDO o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, CF);

2) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, II, CF);

3) CONSIDERANDO que são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao poder público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle (art. 197, CF);

4) CONSIDERANDO que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único (art. 198, CF);

5) CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196, CF);

6) CONSIDERANDO que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 6º, CF e art. 2°, LF nº 8.080/90);

7) CONSIDERANDO que a garantia do direito à saúde, a cargo do Estado Brasileiro, obedece ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, sob o qual todos os agentes públicos são obrigados, prioritariamente, a pautar suas ações (art. 1º, CF);

8) CONSIDERANDO que negar esse direito, injustificadamente, é a mais grave omissão do Poder Público frente ao dever de garanti-lo, posto que atrelado à condição do bem maior que deve ser, efetivamente, tutelado pelo Estado, qual seja, o direito à saúde e, consequentemente, a inviolabilidade do direito à vida (art. 5º, CF);

9) CONSIDERANDO que são princípios e diretrizes do SUS, entre outros, a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, a integralidade de assistência, e a igualdade na assistência à saúde (art. 7º e seus incisos, LF nº 8.080/90);

10) CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, do Ministério da Saúde, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

11) CONSIDERANDO a notoriedade dos riscos de doenças e agravos existentes no município de Cristalândia, Estado do Tocantins, constantes dos Sistemas Oficiais de Informações do SUS, com relação às áreas de vigilância e de assistência à saúde;

12) CONSIDERANDO a demanda reprimida da população que necessita do primeiro nível de atenção e, por não conseguir atendimento, busca acesso nos hospitais da rede pública estadual, fato notório constantemente veiculado pelos meios de comunicação;

13) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica tem trazido sérios transtornos para a gestão de todos os hospitais da rede pública estadual;

14) CONSIDERANDO que o atendimento hospitalar de demanda da Atenção Básica, de uma certa maneira, inviabiliza o atendimento dos profissionais de saúde que devem priorizar os casos de urgência e emergência;

15) CONSIDERANDO que a Atenção Básica constitui o primeiro nível de Atenção à Saúde, de acordo com o modelo adotado pelo SUS e engloba um conjunto de ações de caráter individual ou coletivo, que envolvem a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação dos pacientes;

16) CONSIDERANDO que nesse nível de atenção à saúde, o atendimento aos usuários deve seguir uma cadeia progressiva, garantindo o acesso aos cuidados e às tecnologias necessárias e adequadas à prevenção e ao enfrentamento das doenças, para o prolongamento da vida;

17) CONSIDERANDO que cabe à Atenção Básica proceder aos encaminhamentos dos usuários para os atendimentos de média e alta complexidade;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

18) CONSIDERANDO que uma Atenção Básica bem organizada garante resolução de cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde da população de um Município e consolida os pressupostos do SUS;

19) CONSIDERANDO que a estratégia adotada pelo Ministério da Saúde, como prioritária para a organização da Atenção Básica é a Estratégia Saúde da Família (PSF), que estabelece vínculo sólido de corresponsabilização com a comunidade;

20) CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde (art. 18, I, LF nº 8.080/90);

21) CONSIDERANDO que compete à direção estadual do SUS acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do SUS (art. 17, II, LF nº 8.080/90);

22) DETERMINO a instauração de Inquérito Civil Público com o escopo de averiguar as não conformidades das ações e serviços da Atenção Básica, no município de Cristalândia/TO, tomando-se por base os instrumentos de controle utilizados pela Gestão Estadual, na área de vigilância e assistência à saúde.

23) Como providências preliminares, determino:

23.1) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Diretoria de Atenção Básica do Ministério da Saúde solicitando informações a respeito do cumprimento e avaliação das metas pactuadas para atenção básica à saúde de todos os municípios do Tocantins, destacando este município;

23.2) Seja juntado cópia do ofício/resposta enviado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Tocantins solicitando informações acerca do cumprimento de metas dos municípios tocantinenses com relação à sua atenção básica, destacando este município;

23.3) Seja oficiado a Secretaria Municipal de Saúde solicitando informações acerca do cumprimento de metas do município tocantinense com relação à sua atenção básica;

23.4) comunicada à PFDC a instauração do presente;

23.5) Após, volvam conclusos ao Procurador oficiante.

VICTOR MANOEL MARIZ

**PORTARIA Nº 346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos termos dos artigos 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 75 de 1993, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas e providências adequadas e necessárias para tanto;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos e zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88;

CONSIDERANDO o que dispõe no art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria da República no Município de Araguaína, com espeque no art. 11 da Resolução nº 01/2012 da Procuradoria da República no Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO o inquérito policial nº 126/2011, o qual aponta, a partir do Relatório de Fiscalização da Controladoria-Geral da União nº 860/2006, irregularidades quanto ao saque de benefícios previdenciários pós-morte, em virtude da não comunicação dos óbitos dos beneficiários ao INSS por parte do Cartório de Registro Civil de Angico/TO;

CONSIDERANDO que o não cumprimento de um dever legal configura, em tese, improbidade administrativa, conforme art. 11, II, da Lei nº 8.429/92;

CONSIDERANDO que, ao omitir-se em cumprir seu dever legal, a Oficiala do Cartório do município de Angico/TO, HELIANA APARECIDA BARBOSA DE SÁ, causou prejuízo ao erário federal, sendo, assim, atribuição para o Ministério Público Federal atuar no presente caso;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar a conduta omissiva da Oficiala do Cartório de Registro de Civil de Pessoas Naturais no município de Angico/TO, HELIANA APARECIDA BARBOSA DE SÁ, que, ao não cumprir seu dever legal preconizado no art. 68, da Lei nº 8.212/1991, causou prejuízo ao erário.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - encaminhe-se à COOJUR para registro no âmbito da PR/TO;

II - comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, encaminhado-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, para publicação;

III - fica designada a Servidora Marianne Ribeiro Paes Castro Pamplona, Mat. Nº 23715, para secretariar os trabalhos;

IV - proceda-se à afixação de cópia da presente Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias;

VII - cumpridas as formalidades, os autos devem voltar ao Gabinete do Ofício Único da Procuradoria da República no Município de Araguaína.

JOÃO RAPHAE LIMA

**PORTARIA Nº 347, DE 13 DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos termos dos artigos 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 75 de 1993, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas e providências adequadas e necessárias para tanto;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial o direito ao meio ambiente ecologicamente, enquanto bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, conforme preceitua o art. 129, II da CR/88;

CONSIDERANDO o que dispõe no art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria da República no Município de Araguaína, com espeque no art. 11 da Resolução nº 01/2012 da Procuradoria da República no Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a participação deste Parquet no Seminário Regional sobre os Avanços e Impactos do Eucalipto no norte do estado do Tocantins, no qual tomou conhecimento de possíveis irregularidades ambientais envolvendo a citada monocultura;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, tendo como objeto a apuração da regularidade ambiental e das plantações de eucalipto no norte do Tocantins, seus impactos sobre terras indígenas, bem como a regularidade fundiária de tais plantações.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - encaminhe-se à COOJUR para registro no âmbito da PR/TO;

II - comunique-se a instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, encaminhado-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, para publicação;

III - fica designada a Servidora Marianne Ribeiro Paes Castro Pamplona, Mat. Nº 23715, para secretariar os trabalhos;

IV - proceda-se à afixação de cópia da presente Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias;

V - junte-se aos autos o relatório produzido pela assessoria presente no Seminário;

VI - oficie-se ao Naturatins para que informe quantos empreendimentos de monocultura de eucalipto foram licenciados para produzir no norte do Tocantins, bem como aqueles que estão em processo de licenciamento, devendo especificar a titularidade do empreendimento, a área que ocupa/ocupará, a localização, destacando os casos de proximidade com terras indígenas, também indicando o titular da propriedade e a origem do título - as informações devem ser encaminhadas organizadas e individualizadas por empreendimento.

JOÃO RAPHAE LIMA

**PORTARIA Nº 348, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais,

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos termos dos artigos 127, caput e 129, inciso II da Constituição Federal de 1988 e dos artigos 1º e 2º da Lei Complementar nº 75 de 1993, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, zelando pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas e providências adequadas e necessárias para tanto;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos, em especial do patrimônio público (art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e art. 1º, IV, da Lei nº. 7.347/1985);

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos e zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, conforme determina o art. 129, II da CR/88;

CONSIDERANDO o que dispõe no art. 4º da Resolução nº 87/2006 do CSMPF, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público Federal, a instauração e tramitação do Inquérito Civil (art. 6°, VII, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, § 1 °, da Lei n° 7.347/85);

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria da República no Município de Araguaína, com espeque no art. 11 da Resolução nº 01/2012 da Procuradoria da República no Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO que este Parquet tomou conhecimento, através de Denúncia Online, que no Assentamento Ventura há pessoas que não poderiam ser beneficiárias do Programa de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO que, sendo instigado a ser manifestar a respeito da denúncia, o INCRA encaminhou ofício contendo procedimentos administrativos, os quais corroboram, em parte, com a denúncia.

Resolve converter o Procedimento Administrativo nº 1.36.000.000889/2012-69 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com fito de apurar possíveis irregularidades quanto aos benefícios do Programa de Reforma Agrária no Assentamento Ventura, tendo em vista que pessoas desprovidas dos requisitos necessários teriam sido beneficiadas com lotes no referido assentamento.

Como providências iniciais, DETERMINA-SE:

I - encaminhe-se à COOJUR para registro no âmbito da PR/TO;

II - autue-se os procedimentos administrativos encaminhados pelo INCRA em apensos individuais;

III - comunique ao denunciante, via correio eletrônico, a instauração do presente inquérito civil público;

IV - comunique-se a instauração à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, encaminhado-se cópia da presente portaria, por meio eletrônico, para publicação;

V - fica designada a Servidora Marianne Ribeiro Paes Castro Pamplona, Mat. Nº 23715, para secretariar os trabalhos;

VI - proceda-se à afixação de cópia da presente Portaria no quadro de avisos desta Procuradoria pelo prazo de 10 (dez) dias;

VII - expeça-se ofício ao INCRA solicitando, no prazo de 15 (quinze) dias, informações acerca da divergência encontrada nos procedimentos administrativos encaminhados, de forma a evidenciar se existe ou não pessoas beneficiadas por intermédio de 'laranjas'. Se houver, a Autarquia Fundiária deverá expor, pormenorizadamente, todo o procedimento adotado que culminou na descoberta das irregularidades apontadas no Assentamento Ventura.

VIII - cumpridas as formalidades, os autos devem voltar ao Gabinete do Ofício Único da Procuradoria da República no Município de Araguaína.

JOÃO RAPHAE LIMA

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
## PROCURADORIA-GERAL
## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

**ESTATÍSTICA DO MÊS DE NOVEMBRO/2012**

Procedimentos da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT
I - PRODUTIVIDADE:

| MEMBROS | RELATORES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo anterior | Distrib. No mês | Devolv. ao Relator após diligencia | Devolv. no mês | Em diligência na CCR | Em poder do Relator |
| VERA REGINA DELLA POZZA REIS[1] | 1 | 159 | 0 | 153 | 1 | 6 |
| HELOISA MARIA MORAES REGO PIRES[2] | 4 | 516 | 0 | 515 | 2 | 3 |

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ELIANE ARAQUE DOS SANTOS | 0 | 522 | 0 | 520 | 0 | 2 |
| ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES | 0 | 521 | 2 | 519 | 4 | 0 |
| TOTAL | 5 | 1718 | 2 | 1707 | 7 | 11 |

1 - Licença prêmio 05/11 a 28/11/2012
2 - Licença médica 12/11 a 16/12/2012

II - SITUAÇÃO

| | |
|---|---|
| Entrada de procedimentos no mês | 1849 |
| Distribuição e redistribuição de procedimentos no mês | 1718 |
| Total de procedimentos deliberados no mês | 1662 |
| Procedimentos aguardando inclusão em pauta de julgamento | 22 |
| Baixa dos autos por despacho/precedentes | 25 |
| Procedimentos aguardando distribuição a relator | 1854 |
| Procedimentos em diligência na Secretaria | 68 |

Brasília-DF, 30 de novembro de 2012.
VERA REGINA DELLA POZZA REIS
Coordenadora da Câmara

## PROCURADORIAS REGIONAIS
## 1ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 3.332, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento nº PP 000086.2012.01.003/2 - 301, instaurado a partir de denúncia anônima encaminhada a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes para investigar a prática de irregularidades trabalhistas perpetradas por CLÍNICA HOME CLIN, concernentes na ausência de registro da CTPS dos empregados, ausência de anotação e controle de jornada, jornada extraordinária em desacordo com a lei, não pagamento de horas extraordinárias, adulteração nos livros de ponto, descontos irregulares nos salários, falta de pagamento de salário;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, RESOLVE: Instaurar o Inquérito Civil nº 000086.2012.01.003/2 - 301 em face de CLÍNICA HOME CLIN. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

## 20ª REGIÃO

### PORTARIA Nº 742, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando a representação apresentada de forma anônima, bem como que dos autos do Procedimento 000604.2012.20.000/9 constam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (TRABALHO INFANTIL ILÍCITO; IRREGULARIDADES REMUNERATÓRIAS; TRABALHO INFORMAL), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face de FAZENDA SÃO DOMINGOS. Afixe-se a presente Portaria no local de costume. Publique-se.

MÁRIO LUIZ VIEIRA CRUZ

# MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
## PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR
## CONSELHO SUPERIOR

### ATA DA 195ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE NOVEMBRO DE 2012

Data, local e hora: 6 de novembro de 2012, com início às 10 horas e 24 minutos, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do MPM.

Presidência: Doutor Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Procurador-Geral da Justiça Militar.

Conselheiros: Presentes os Conselheiros Mário Sérgio Marques Soares, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, Arilma Cunha da Silva e Anete Vasconcelos de Borborema. Ausências justificadas dos Conselheiros Rita de Cássia Laport, Maria Lúcia Wagner, José Garcia de Freitas Junior, Hermínia Célia Raymundo e Jorge Luiz Dodaro.

Primeira Parte - Expediente:

1. Aprovação da Ata da 194ª Sessão Ordinária - aprovada.

2. Comunicações da Presidência e dos Conselheiros:

O Sr. Presidente apresentou o relatório de correição ordinária realizada na Procuradoria da Justiça Militar em Manaus/AM, disponibilizando-o aos Conselheiros para consulta. Informou aos Conselheiros sobre a inclusão, na pauta da sessão, do Processo nº 242/CSMPM - que trata do Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Promotor da Justiça Militar. Solicitou a manifestação do Conselho Superior sobre o afastamento de Membros do Ministério Público Militar para participarem do XXI Colóquio de História Militar, a realizar-se em Lisboa, Portugal, no período de 13 a 16 de novembro de 2012, sendo autorizado, à unanimidade, o afastamento dos Membros do MPM: Dr. Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Dr. Samuel Pereira, Dra. Maria Ester Henriques Tavares, Dr. Antônio Cerqueira, Dr. Luciano Moreira Gorrilhas, Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Dr. Jorge Augusto Lima Melgaço, Dra. Najla Nassif Palma, Dr. Antônio Carlos Gomes Facuri, Dr. Luís Antonio Grigoletto, Dr. Irabeni Nunes de Oliveira e Dr. Soel Arpini. O Sr. Presidente reiterou a informação de adequação das sessões do CSMPM à Resolução nº 89/CNMP.

Segunda Parte - Ordem do Dia:

Inicialmente, o Sr. Presidente propôs a inversão da pauta.

1. Processo nº 246/CSMPM: Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia - CAEPE - 2013. Conselheiro-Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

O Conselheiro-Relator apresentou a matéria, informando que, após a consulta aos Membros do Ministério Público Militar, não houve interessados em participar do curso.

2. Processo nº 242/CSMPM: Curso de Vitaliciamento de Promotor da Justiça Militar. Conselheiro-Relator: Dr. Carlos Frederico de Oliveira Pereira. O Conselheiro-Relator, atendidas as diligências necessárias, apresentou proposta de resolução que foi aprovada à unanimidade.

3. Processo nº 245/CSMPM: Proposta de alteração das Resoluções nº 44, 47 e 70/CSMPM. Conselheiro-Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares. O Conselheiro-Relator apresentou proposta de resolução que foi pontualmente discutida entre os Conselheiros e, ao final, aprovada à unanimidade. Não havendo mais assuntos a serem deliberados, a sessão foi encerrada às 12h46.

MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA,
Procurador-Geral da Justiça Militar
Presidente do Conselho

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### ATA DA 299ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e doze, na sala de reuniões da CCR/MPM, na Sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília, Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, reuniu-se a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar. Presentes os Membros, Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz (Coordenador), Dr. Mário Sérgio Marques Soares (Membro) e Dra. Hermínia Célia Raymundo (Membro). Aberta a Reunião às 14h, o Coordenador agradeceu a presença dos integrantes do Colegiado.

1. MANIFESTAÇÕES:

1.1. Processo: IPM 0000013-20.2012.7.12.0012. (MPM 1859/12).
Origem: Auditoria da 12ª CJM.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Inquérito Policial Militar. Recusa da Justiça Militar ao arquivamento promovido pelo Ministério Público Militar. Suposta compra fictícia por OM do Exército. Indícios de *caixa dois*. Depósito de quantia em dinheiro na conta bancária de empresa civil, para pagamento de serviço não realizado. Indícios suficientes de autoria e materialidade do fato. Não confirmação do arquivamento. Aplicação do *princípio da obrigatoriedade* da ação penal. Designação de outro Membro do MP Militar para o oferecimento da Denúncia
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oficiar nos autos e oferecer Denúncia contra os indiciados.

1.2. Processo: IPM 0000016-72.2012.7.12.0012. (MPM 1856/12).
Origem: Auditoria da 12ª CJM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Inquérito Policial Militar. Suposto acréscimo ilícito de preço em licitação para obras de Unidade Militar. Recusa da Justiça Militar ao arquivamento promovido pelo Ministério Público. Indícios de autoria e materialidade. Aplicação do princípio da obrigatoriedade para a ação penal pública. Não confirmação do arquivamento. Designação de outro Membro do MP Militar para oficiar nos autos e requerer o que for de direito. Decisão unânime.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oficiar nos autos e requerer o que for de direito.

1.3. Processo: APF 0000145-81.2011.7.03.0103. (MPM 1556/12).
Origem: 1ª Auditoria da 3ª CJM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Auto de Prisão em Flagrante. Ingresso clandestino em área aquartelada federal. Recusa da Justiça Militar ao arquivamento promovido pelo Ministério Público. Indícios de autoria e materialidade. Aplicação do *princípio da obrigatoriedade* para a ação penal pública. Não confirmação do arquivamento. Designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia. Decisão unânime.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela designação de outro Membro do MPM para oferecer denúncia contra o indiciado Paulo Rodrigo Luz da Rocha.

1.4 Processo: Expediente 0000015-36.2011.7.01.0301. (MPM 2286/12).
Origem: PGJM.
Relatora: Dra. Hermínia Célia Raymundo.
Ementa: Expediente. Cópia de autos de Apelação julgada pelo egrégio Superior Tribunal Militar. Remessa por Subprocurador-Geral da Justiça Militar para os fins de verificação de ato de improbidade administrativa e suposta ocorrência de crime residual. O MP na instância manifestou pelo arquivamento, por não vislumbrar lastro probatório mínimo para cogitar do conhecimento de crime pelos servidores militares, devendo o caso ser resolvido na área administrativa ou disciplinar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.5. Processo: Representação 0000006-41.2012.1601. (MPM 1969/12).
Origem: PJM Salvador/BA.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Representação. Queixa contra militares. Suposta ocorrência de atos de descortesia. O MP na instância determinou o arquivamento em razão da ausência de indícios de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.6. Processo: Representação (PI) 0000061-25.2011.1105. (MPM 2120/12).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peças de Informação. Cópia de depoimento do réu em ação penal militar. Notícia de suposta prática delitiva. Remessa determinada pelo Exmº Juiz-Auditor da 4ª Auditoria da 1ª CJM para apreciar suposta incidência de conduta no Código Penal Militar. Diligências complementares requisitadas na PJM. Não existência de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.7. Processo: Representação (PI) 06-65.2012.1302. (MPM 2339/12).
Origem: PJM Bagé/RS.
Relatora: Dra. Hermínia Célia Raymundo.
Ementa: Representação. Notícia de perseguições e ameaças por parte de militares não identificados. O MP Militar arquivou os autos por não vislumbrar quaisquer indícios a demonstrar prática de crime militar. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.8. Processo: Representação 0000039-19.2012.2014. (MPM 2255/12).
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM. Inspeção das instalações carcerárias do 1º Batalhão de Infantaria de Selva, organização militar do Exército Brasileiro. Constatada a adequação das instalações e o cumprimento dos direitos constitucionais e normas vigentes. Homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.9. Processo: Peças de Informação 0000020-88.2011.1301. (MPM 1536/12).
Origem: PJM Porto Alegre/RS.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Ementa: Peças de Informação. Representação criminal oferecida por Sargento da Reserva do Exército contra médicos de hospital militar de área e a Chefia regional do Fundo de Saúde do Exército - Fusex. Investigação direta desenvolvida pelo Procurador de Justiça Militar em Porto Alegre/RS. Atendimento especial de saúde à dependente de militar necessitada de cuidados permanentes. Provimento parcial da demanda por meio de medida cautelar concedida pela Justiça Federal. Não existência de fato que constitua crime militar, ou recomende a intervenção do Ministério Público Militar. Arquivamento na instância, homologado pela Câmara de Coordenação e Revisão.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.10. Processo: Representação (PI) 0000040-73.2012.2102. (MPM 2352/12).
Origem: PJM Brasília - 2º Ofício.
Relatora: Dra. Hermínia Célia Raymundo.
Ementa: Peças de Informação. Notícia de fatos veiculados na mídia sobre prisão de ex-Cabo do Exército, em cuja residência foram apreendidas drogas, munições e uniformes de uso exclusivo do Exército. Fatos objeto de Inquérito Policial Militar instaurado pela autoridade de polícia judiciária castrense. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto da Relatora, decidiu homologar o arquivamento.

1.11. Processo: Representação 0000041-18.2012.2201. (MPM 2252/12).
Origem: PJM Manaus/AM.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Procedimento Administrativo de Verificação de Prisão Militar - PAVPM. Inspeção das instalações carcerárias da Base Aérea de Manaus, organização militar da Aeronáutica. Constatada a adequação das instalações e o cumprimento dos direitos constitucionais e normas vigentes. Homologação do arquivamento.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.12. Processo: Representação 0000009-70.2012.1801. (MPM 2049/12).
Origem: PJM Belém/PA.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz
Ementa: Peças de Informação. Notícia-crime anônima. Suposto desvio em unidade de suprimento do Exército. Inconsistência da notícia. Improcedência. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

1.13. Processo: Peças de Informação 0000021-45.2011.1105. (MPM 1975/12).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peças de Informação. Notícia apócrifa. Incidente marítimo envolvendo embarcação militar. Decisão de arquivamento na instância. Possibilidade de complementar a pesquisa sobre a ocorrência. Designação de outro Membro do MPM para prosseguir na investigação.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu pela designação de outro Membro do MPM para prosseguir na investigação.

1.14. Processo: Representação 0000072-68.2011.1105. (MPM 1442/12).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz.
Decisão: Retirado de Pauta, por Decisão do Relator.

1.15. Processo: Peças de Informação 0000091-10.2011.1105. (MPM 1523/12).
Origem: PJM Rio de Janeiro - 5º Ofício.
Relator: Dr. Mário Sérgio Marques Soares.
Ementa: Peças de Informação. Cópias de documentos extraídos de Apelação cível. Notícia de indícios de crime militar. Decisão de arquivamento na instância, considerando que os fatos são objeto de apuração em outro procedimento investigatório. Arquivamento homologado.
Decisão: A Câmara, por unanimidade, de acordo com o Relatório e o Voto do Relator, decidiu homologar o arquivamento.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador, Dr. Péricles Aurélio L. de Queiroz, declarou finda a reunião às 15h45. Para constar, eu, Renata Rabello Peixoto Cruz, lavrei esta Ata, a qual será assinada por ele e por mim.

PÉRICLES AURÉLIO L. DE QUEIROZ
Subprocurador-Geral da Justiça Militar
Coordenador da Câmara

RENATA RABELLO PEIXOTO CRUZ
Secretária

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
### PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

**PORTARIA Nº 89, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

Instaura o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob o nº 08190.330017/12-27, que tem como interessada a Fundação Zoológico de Brasília, visando a apuração de graves e diversas irregularidades no âmbito da Fundação Zoológico de Brasília.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES
Promotor de Justiça

# Poder Judiciário

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
### CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
### SECRETARIA-GERAL

**DESPACHOS**

Processo Nº CF-ADM-2012/00605

Esta Secretaria de Administração, considerando o contido no processo em epígrafe, com fulcro na Lei nº 8.666/93, art. 25, inciso I, reconheceu a inexigibilidade de licitação para a contratação da Editora Fórum Ltda, inscrita no CNPJ/MF nº 41.769.803/0001-92, no valor de R$ 28.241,17(vinte e oito mil, duzentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), referente à assinatura de diversos periódicos: Fórum de Direito Urbano e Ambiental , Revista Fórum de Direito Tributário, Revista Brasileira de Direito Municipal : RBDM, Revista Brasileira de Direito Público : RBDP, A & C : Revista de Direito Administrativo e Constitucional, Revista de Direito do Terceiro Setor : RDTS, Revista Brasileira de Direito Processual : RBDPro, Fórum Administrativo : Direito Público , Fórum de Contratação e Gestão Pública, Revista de Direito Público da Economia e Revista de Direito Administrativo : RDA, Revista Fórum de Direito Civil : RFDC, Revista Brasileira de Estudos da Função Pública : RBEFP e Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico : RFDEFpara adquirir exemplares avulsos do periódico: Revista de Direito Empresarial.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2012.
JORGE RICARDO AUREO FERREIRA
Secretário de Administração

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação supramencionada, tendo em vista as justificativas apresentadas no processo em epígrafe, e por atender aos requisitos legais em vigor.

Brasília-DF, 17 de dezembro de 2012.
GILBERTO SIMONASSI CORBACHO
Secretário-Geral

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

**ATO NORMATIVO Nº 29, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

Torna público o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 e do artigo 66 da Lei nº 12.465/2011.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 6º , inciso XXV, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 66 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, bem como os termos da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Lei Orçamentária Anual para 2012, resolve:

Art. 1º Determinar a republicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Militar da União para o exercício financeiro de 2012, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme anexo.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Alte.-Esq. ALVARO LUIZ PINTO

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012

Artigo 66 da Lei nº 12.465/2011, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012.

| Até o Mês | Pessoal (A) | Outras Despesas Correntes e de Capital | Total |
|---|---|---|---|
| JANEIRO | 23.070.000,00 | 5.850.000,00 | 28.920.000,00 |
| FEVEREIRO | 87.381.049,00 | 11.700.000,00 | 99.081.049,00 |
| MARÇO | 111.669.749,00 | 17.550.000,00 | 129.219.749,00 |
| ABRIL | 135.958.449,00 | 23.400.000,00 | 159.358.449,00 |
| MAIO | 160.247.149,00 | 29.250.000,00 | 189.497.149,00 |
| JUNHO | 184.535.849,00 | 35.100.000,00 | 219.635.849,00 |
| JULHO | 208.824.549,00 | 40.950.000,00 | 249.774.549,00 |
| AGOSTO | 233.113.249,00 | 46.800.000,00 | 279.913.249,00 |
| SETEMBRO | 257.401.949,00 | 52.650.000,00 | 310.051.949,00 |
| OUTUBRO | 281.690.649,00 | 58.500.000,00 | 340.190.649,00 |
| NOVEMBRO | 306.781.832,00 | 66.350.000,00 | 373.131.832,00 |
| DEZEMBRO | 333.046.768,00 | 75.031.030,00 | 408.077.798,00 |
| TOTAL | 333.046.768,00 | 75.031.030,00 | 408.077.798,00 |

Notas:

1. Valores passíveis de alteração tendo em vista aprovações de Créditos Suplementares;
2. Os valores da coluna (A) representam os dispêndios brutos com pessoal e encargos sociais mensais.

Alte Esq ALVARO LUIZ PINTO
Ministro-Presidente

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**PORTARIA Nº 1.680, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2012**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 54, § 1º, inciso II, da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com o art. 4º da Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, e considerando os procedimentos contidos na Portaria SOF/MP nº 4, de 30 de janeiro de 2012 e Portaria SOF/MP nº 42, de 9 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, crédito suplementar no valor de R$ 3.050.000,00 (Três milhões e cinquenta mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 3.050.000,00 (Três milhões e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOÃO DE ASSIS MARIOSI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | 3.050.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 306 | 0567 2012 | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados | | | | | | | 3.050.000 |
| 02 306 | 0567 2012 0053 | Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 3.050.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 3.050.000 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 0 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.050.000 |

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

| FUNCIONAL | PROGRAMÁTICA | PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 0567 | Prestação Jurisdicional no Distrito Federal | | | | | | | 3.050.000 |
| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
| 02 301 | 0567 2004 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes | | | | | | | 2.957.019 |
| 02 301 | 0567 2004 0053 | Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - No Distrito Federal | S | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 2.957.019 |
| 02 365 | 0567 2010 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados | | | | | | | 52.981 |
| 02 365 | 0567 2010 0053 | Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 52.981 |
| 02 331 | 0567 2011 | Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados | | | | | | | 40.000 |
| 02 331 | 0567 2011 0053 | Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - No Distrito Federal | F | 3 | 1 | 90 | 0 | 100 | 40.000 |
| TOTAL - FISCAL | | | | | | | | | 92.981 |
| TOTAL - SEGURIDADE | | | | | | | | | 2.957.019 |
| TOTAL - GERAL | | | | | | | | | 3.050.000 |

# Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

## CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

### RESOLUÇÃO Nº 293, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2012

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário do CFBio na 265ª Sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 7 de dezembro de 2012; resolve: Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03 para o exercício de 2013, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 3ª Região

| RECEITAS | | DESPESAS | |
|---|---|---|---|
| Rec. Correntes | 4.299.863,60 | Desp. Correntes | 3.482.863,60 |
| Rec. de Capital | -X- | Desp. de Capital | 817.000,00 |
| TOTAL | 4.299.863,60 | | 4.299.863,60 |

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

### RESOLUÇÃO Nº 1.884, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Prorroga até 1º de abril de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema COFECON/CORECONs.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo 15.578/2012, apreciado e deliberado na 646ª Sessão Plenária Ordinária, no dia 14 de dezembro de 2012; CONSIDERANDO o alto índice de inadimplência dos inscritos juntos aos Conselhos Regionais de Economia; CONSIDERANDO a necessidade de recuperação dos créditos existentes nos Conselhos Regionais, especialmente quanto às anuidades; CONSIDERANDO que compete ao Conselho Federal de Economia estabelecer as diretrizes e determinar os procedimentos para a cobrança de créditos, a inscrição em dívida ativa e a execução fiscal; CONSIDERANDO a necessidade de os Conselhos Regionais de Economia adotarem medidas administrativas e judiciais com o objetivo de reverter o quadro de inadimplência e evitar a prescrição dos créditos, resolve:

Art. 1º Prorrogar até 1º de abril de 2013 os efeitos da Resolução 1.876, de 28 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 9 de agosto de 2012, Seção 1, pág. 147, que cria o II Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema COFECON/CORECONs. Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO Nº 1.885, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Procede alterações na Resolução 1.879/2012, que aprova o Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia e adota outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, com as modificações que lhe foram acrescentadas pelas Leis nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974 e nº 6.537, de 19 de junho de 1978, bem como, em razão do regramento disposto no Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, e tendo em vista o que consta no Processo 15.643/2012, apreciado e deliberado na 646ª Sessão Plenária Ordinária, no dia 14 de dezembro de 2012; CONSIDERANDO a necessidade de atualizar as normas vigentes no âmbito do Sistema COFECON/CORECON no que se relaciona com os procedimentos para registro dos profissionais, resolve:

Art. 1º Revogar o parágrafo 5º do artigo 2º da Resolução nº 1.879, de 26 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 227, de 26 de novembro de 2012, Seção 1, páginas 186 e 187. Art. 2º Modificar a alínea b, inciso I, parágrafo 2º do artigo 20 da Resolução nº 1.879, de 26 de outubro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação: "b) cópia do diploma de bacharel em ciências econômicas e do histórico escolar do interessado constante dos arquivos do CORECON de origem". Art. 3º Instituir o Anexo III - Pedido de Transferência de Registro, na forma do Anexo desta Resolução.

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

### RESOLUÇÃO Nº 1.886, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2012

Aprova o pedido do CORECON-RR de prorrogação do Termo de Ajuste de Conduta por mais 30 (trinta) dias.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei nº 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e tendo em vista o que consta no Processo 14.929/2012; CONSIDERANDO o teor da Resolução 1.872, de 11 de maio de 2012 que aprovou o pedido de reconsideração da Resolução COFECON 1.864/2011, que determinou a fusão do CORECON-RR ao CORECON-AM e dá outras providências; CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta celebrado entre o Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia da 27ª Região RR, especialmente a cláusula primeira que estipulava prazo para que o CORECON, compromissário, sanasse suas irregularidades apontadas no Relatório Técnico até o dia 30 de novembro ode 2012; CONSIDERANDO ainda os termos do pedido de prorrogação de prazo realizado pelo Conselho Regional bem como o relatório da Comissão de Tomada de Contas juntada aos autos; CONSIDERANDO por fim o que foi decidido na 646ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia, realizada nos dias 14 e 15 de dezembro de 2012, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo do Termo do Ajuste de conduta por mais 30 (trinta) dias úteis. Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

### DELIBERAÇÃO Nº 4.776, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Homologa processos administrativos apreciados na 646ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta dos processos apreciados na 646ª Sessão Plenária Ordinária do COFECON, resolve:

Art. 1º Homologar os processos abaixo relacionados:

Comissão de Normas, Legislação e Fiscalização

Cancelamento de registro com remissão de débito (homologado)

Processo 15.721/2012 (CORECON-GO), Interessado: Olivaldo Soares do Nascimento; Processo 15.722/2012 (CORECON-GO), Interessada: Feníncia Factoring e Informática Ltda.; Processo 15.776/2012, (CORECON-SP), Interessado: Eilom Silberman; Processo 15.778/2012 (CORECON-SP), Interessado Augusto Cesar Monteiro Soares; Processo 15.779/2012 (CORECON-SP), Interessado: Raul Farah Somony; Processo 15.780/2012 (CORECON-SP), Interessado: Luiz Ricardo Carvalho de Castro Lyra.

Recurso: Cancelamento de registro (negado provimento)

Processo 15.777/2012 (CORECON-SP), Interessado: Milton Mello Mazzini Filho; Processo 15.675/2012 (CORECON-SP), Interessado: Rafael Murgi; Processo 15.677/2012 (CORECON-SP), Interessado: Carlos Eduardo Braile; Processo 15.701/2012 (CORECON-RJ), Interessado Eduardo Lins Costa; Processo 15.702/2012 (CORECON-RJ), Interessado: Lucas de Brito Lima; Processo 15.711/2012 (CORECON-SP), Interessado: Fabio Cardo; Processo 15.720/2012 (CORECON-MG), Interessada: JP Consultoria, Administração e Negócios S/C Ltda.; Processo 15.753/2012 (CORECON-PR), Interessado: Fabio Augusto Giannini.

Recurso: Auto de Infração (negado provimento)

Processo 15.688/2012 (CORECON-SP), Interessada: Ites Consultoria Financeira, Administrativa e Econômica Ltda.; Processo 15.708/2012 (CORECON-SP), Interessada: Constância Investimentos Ltda.; Processo 15.710/2012, Interessada: AI Real Estate Administradora de Valores Mobiliários Ltda.

Cancelamento de registro com remissão parcial de débitos (homologado)

Processo 14.384/2009 (CORECON-SP), Interessado: Edgar Luiz Raphael

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

### DELIBERAÇÃO Nº 4.777, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Homologa Dossiê Eleitoral - 2012.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 3 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978, e o que consta dos processos apreciados na 646ª Sessão Plenária Ordinária do COFECON, resolve:

Art. 1º Homologar, com ressalvas, o Dossiê Eleitoral abaixo relacionado, conforme o voto do conselheiro relator:

Processo: 15.623/2012, Interessado: CORECON-AP

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor nesta data.

ECON. ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

### DELIBERAÇÃO Nº 4.778, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2012

Homologa Processos Contábeis dos Conselhos Regionais e Federal de Economia.

O CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e disposições regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, Decreto 31.794, de 17 de novembro de 1952, Lei 6.021, de 03 de janeiro de 1974, Lei 6.537, de 19 de junho de 1978. CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Contabilidade do COFECON; CONSIDERANDO o disposto nos pareceres da Comissão de Tomada de Contas; CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do COFECON na 646ª Sessão Plenária Ordinária de 15 de dezembro de 2012, em Brasília - DF, rresolve:

Art. 1º Homologar a Prestação de Contas 2010 do seguinte Conselho Regional de Economia: Processo nº 15.631/12, (CORECON-RR).

MERCHANDISING PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Homologar a Prestação de Contas 2011 do seguinte Conselho Regional de Economia: Processo nº 15.461/12, (CORECON-AM).

Art. 3º Homologar o Balancete do 2º Trimestre de 2012 do Conselho Federal de Economia: Processo nº 15.586/12, (COFECON).

Art. 4º Homologar o Balancete do 3º Trimestre de 2012 do Conselho Federal de Economia: Processo nº 15.593/12, (COFECON).

Art. 5º Homologar a Proposta Orçamentária de 2010 do seguinte Conselho Regional de Economia: Processo nº 15.786/12, (CORECON-RR).

Art. 6º Homologar a Proposta Orçamentária de 2011 do seguinte Conselho Regional de Economia: Processo nº 15.632/12, (CORECON-RR).

Art. 7º Homologar a Proposta Orçamentária de 2012 do seguinte Conselho Regional de Economia: Processo nº 15.633/12, (CORECON-RR).

Art. 8º Homologar a Reformulação Orçamentária de 2012 do seguinte Conselho Regional e Federal de Economia: Processo nº 15.625/12, (CORECON-DF); Processo nº 15.694/12, (COFECON).

Art. 9º Homologar a Proposta Orçamentária de 2013 dos seguintes Conselhos Regionais e Federal de Economia: Processo nº 15.695/12, (COFECON); Processo nº 15.759/12, (CORECON-RN); Processo nº 15.761/12, (CORECON-RJ); Processo nº 15.763/12, (CORECON-DF); Processo nº 15.771/12, (CORECON-SC).

Art. 10º Homologar a Prestação de Contas de Auxílio Financeiro dos seguintes Conselhos Regionais de Economia: Processo nº 15.490/12, (CORECON-ES); Processo nº 15.592/12, (CORECON-GO).

Art. 11º Esta Deliberação entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ECON. ERMES TADEU ZAPELINI
Presidente do Conselho

## CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

### ACÓRDÃO Nº 28/2012

Processo Ético Cofen nº 001/2012
Processo Ético Coren-SE nº 001/2010
Parecer de Relator nº 162/2012
Conselheira Relatora: Dra. Ivete Santos Barreto
Conselheira Revisora: Dra. Julita Correia Feitosa
Representante: Procuradoria da República do Estado de Sergipe

Denunciado / Recorrente: Dra. Louise Maria Holtz Santos de Oliveira

EMENTA: Absolvição da profissional Dra. Louise Maria Holtz Santos de Oliveira, Coren-SE nº 21950-ENF.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 001/2012, originário do COREN-SE, Processo Ético Coren-SE nº 027/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, com 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com os votos que integram a ata constante no presente julgado, por conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para reformar completamente a Decisão Coren-SE nº 025/2011 e ABSOLVER a Dra. Louise Maria Holtz Santos de Oliveira, Coren-SE nº 21950-ENF.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

JULITA CORREIA FEITOSA
Conselheira Federal

### ACÓRDÃO Nº 29/2012

Processo Ético Cofen nº 011/2012
Denúncia Coren-MG nº 105/2011
Parecer de Relator nº 156/2012
Conselheiro Relator: Dr. Wilton José Patrício
Denunciante / Recorrente: Sr. Francisco Milstein
Denunciado: Sr. Olício Meireles da Cunha

EMENTA: Manutenção da decisão de arquivamento da Denúncia Coren-MG nº 105/2011 apresentada contra o Sr. Olício Meireles da Cunha, Coren-MG nº 133064-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 011/2012, originário do COREN-MG, Denúncia Coren-MG nº 105/2011.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, em conformidade com os votos que integram a ata constante no presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-MG nº 002/2012 e ARQUIVAR a Denúncia Coren-MG nº 105/2011 apresentada contra o Sr. Olício Meireles da Cunha, Coren-MG nº 133064-AE.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

WILTON JOSÉ PATRÍCIO
Conselheiro Federal

### ACÓRDÃO Nº 30/2012

Processo Ético Cofen nº 013/2012
Processo Ético Coren-RJ nº 028/2010
Parecer de Relator nº 137/2012
Conselheira Relatora: Dra. Sílvia Maria Neri Piedade
Denunciante: Sra. Zuleide Cabral Vallilo; Sra. Violeta de Souza Cabral
Denunciado: Sr. Paulo Henrique Lopes Abreu

EMENTA: Aplicação da pena de CASSAÇÃO, pelo período de 05 (cinco) anos para o Sr. Paulo Henrique Lopes Abreu, Coren-RJ nº 248206-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 013/2012, originário do COREN-RJ, Processo Ético Coren-RJ nº 028/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram a ata constante no presente julgado, em concordar com a Decisão Coren-RJ nº 1797/2012 e aplicar a pena de CASSAÇÃO, pelo período de 05 (cinco) anos ao Sr. Paulo Henrique Lopes Abreu, Coren-RJ nº 248206-AE, por infração aos artigos 9º, 30, 31, 32, 33 e 79 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Desta decisão, cabe recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua ciência.

Brasília-DF, 11 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
Conselheira Federal

### ACÓRDÃO Nº 31/2012

Processo Ético Cofen nº 018/2012
Processo Ético Coren-MG nº 1180/22/2010
Parecer de Relator nº 161/2012
Conselheira Relatora: Dra. Julita Correia Feitosa
Denunciante: Coordenação Administrativa do Setor de Emergência do Hospital João XXIII
Denunciados: Sra. Simone Aparecida Freitas; Sra. Denise Passos de Oliveira; Sr. Carlos Augusto Passos Martins.

EMENTA: Absolvição dos profissionais de enfermagem Sra. Simone Aparecida Freitas, Coren-MG nº 448477-TE, Sra. Denise Passos de Oliveira, Coren-MG nº 489725-TE e Sr. Carlos Augusto Passos Martins, Coren-MG nº 65176-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 018/2012, originário do COREN-MG, Processo Ético Coren-MG nº 1180/22/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, por unanimidade, em conformidade com os votos que integram a ata constante no presente julgado, por conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para reformar completamente a Decisão Coren-MG nº 169/2011 e ABSOLVER os profissionais de enfermagem Sra. Simone Aparecida Freitas, Coren-MG nº 448477-TE; Sra. Denise Passos de Oliveira, Coren-MG nº 489725-TE, e Sr. Carlos Augusto Passos Martins, Coren-MG nº 65176-AE.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

JULITA CORREIA FEITOSA
Conselheira Federal

### ACÓRDÃO Nº 32/2012

Processo Ético Cofen nº 019/2012
Denúncia Coren-SP PRCI nº 92619/2010
Parecer de Relator nº 105/2012
Conselheiro Relator: Dr. Jebson Medeiros de Souza
Denunciante: Sr. Cleber Alves Feitosa
Denunciados: Dr. Aleksandre Bacarin da Silva; Sr. Ronaldo Lourenço dos Santos; Sra. Shirley Dias Madureira.

EMENTA: Manutenção da decisão de arquivamento da Denúncia Coren-SP PRCI nº 92619/2010 apresentada contra os profissionais Dr. Aleksandre Bacarin da Silva, Coren-SP nº 150663-ENF, Sr. Ronaldo Lourenço dos Santos, Coren-SP nº 645261-AUX e Sra. Shirley Dias Madureira, Coren-SP nº 298225-AUX.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 019/2012, originário do COREN-SP, Denúncia Coren-SP PRCI nº 92619/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, em conformidade com os votos que integram a ata constante no presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-SP S/N e ARQUIVAR a Denúncia Coren-SP PRCI nº 92619/2010 apresentada contra os profissionais Dr. Aleksandre Bacarin da Silva, Coren-SP nº 150663-ENF, Sr. Ronaldo Lourenço dos Santos, Coren-SP nº 645261-AUX, e Sra. Shirley Dias Madureira, Coren-SP nº 298225-AUX.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

JEBSON MEDEIROS DE SOUZA
Conselheiro Federal

### ACÓRDÃO Nº 33/2012

Processo Ético Cofen nº 025/2012
Processo Ético Coren-PI nº 001/2010
Parecer de Relator nº 094/2012
Conselheiro Relator: Dr. Anselmo Jackson Rodrigues de Almeida

Denunciante: Conselho Regional de Enfermagem do Piauí - Coren-PI

Denunciados: Dra. Neylyvya de Carvalho Sousa Ferreira; Dr. Francisco Raimundo da Costa e Souza; Sra. Ieda Maria Nogueira; Sra. Maria Célia Silva Alves Araújo.

EMENTA: Manutenção da decisão do Coren-PI nº 037/2011 que ABSOLVE o Dr. Francisco Raimundo da Costa e Souza, Coren-PI nº 38252-ENF, e imputa as penas de MULTA de 01 (uma) anuidade e SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias à Dra. Neylyvya de Carvalho Sousa Ferreira, Coren-PI nº 140363-ENF, à Sra. Ieda Maria Nogueira, Coren-PI nº 453664-TE, e Sra. Maria Célia Silva Alves Araújo, Coren-PI nº 254222-AE.

Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 025/2012, originário do COREN-PI, Processo Ético Coren-PI nº 001/2010.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 422ª Reunião, realizada no dia 11 de dezembro de 2012, em conformidade com o parecer do relator e com os votos que integram a ata constante no presente julgado, por conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para manter a Decisão Coren-PI nº 037/2011 e ABSOLVER o Dr. Francisco Raimundo da Costa e Souza, Coren-PI nº 38252-ENF, além de imputar as penalidades de MULTA de 01 (uma) anuidade e SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias à Dra. Neylyvya de Carvalho Sousa Ferreira, Coren-PI nº 140363-ENF, por infringir os artigos 05º, 07º, 12, 25, 38, 40, 48, 49 e 72; MULTA de 01 (uma) anuidade e SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias à Sra. Ieda Maria Nogueira, Coren-PI nº 453664-TE, por infringir os artigos 05º, 07º, 12, 25, 41, 48, 49, 56, 72 e 73; e MULTA de 01 (uma) anuidade e SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias à Sra. Maria Célia Silva Alves Araújo, Coren-PI nº 254222-AE, por infringir os artigos 05º, 07º, 12, 25, 32, 33, 38, 41, 48, 49, 56, 72 e 73, todos dispositivos do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2012.
MARCIA CRISTINA KREMPEL
Presidente do Conselho

ANSELMO JACKSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Conselheiro Federal

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

### RESOLUÇÃO Nº 1.013, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Julga as Prestações de Contas anuais dos CRMVs que especifica.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "f", artigo 16, e o parágrafo único, artigo 37, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, combinada com o inciso X, artigo 3º, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007, e o §1º, artigo 2º, da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010; considerando a deliberação do Plenário do CFMV, na CCLIV Sessão Plenária Ordinária do CFMV, realizada no período de 07 a 09 de novembro de 2012, em Brasília - DF, resolve:

Art. 1º Julgar regulares as Prestações de Contas dos CRMVs a seguir discriminadas:

I - CRMV-CE, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5042/2012;

II - CRMV-DF, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4310/2012;

III - CRMV-GO, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4903/2012;

IV - CRMV-MS, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4743/2012;

V - CRMV-PB, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5330/2012;

VI - CRMV-PE, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5045/2012;

VII - CRMV-PI, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4368/2012;

VIII - CRMV-RS, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5043/2012;

IX - CRMV-RO, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4904/2012;

X - CRMV-SE, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4892/2012;

Art. 2º Julgar regulares com ressalva as Prestações de Contas dos CRMVs a seguir discriminadas:

I - CRMV-AL, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5400/2012;

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VEDADA A IMPRENSA NACIONAL

II - CRMV-RJ, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4901/2012;
III - CRMV-RN, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 4742/2012;
IV - CRMV-SC, Exercício de 2011, nos termos do Processo nº 5062/2012.
Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DOU, revogadas as disposições em contrário.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO FELIPE P. DE F. WOUK
Secretário-Geral

## CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

### RESOLUÇÃO Nº 826, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a prorrogação da intervenção do Confere no Core-RN.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, X, do seu Regimento Interno, Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores aos quais incumbem a fiscalização do exercício profissional, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em sua lei de criação; Considerando que o prazo estabelecido na Resolução nº 812/2012, de 19/06/2012, finda-se no próximo dia 03/01/2013; Considerando que as irregularidades que deram ensejo à intervenção do Confere no Core Rio Grande do Norte permanecem em fase de saneamento; Considerando a precariedade da atual sede do Conselho Regional e o já iniciado procedimento de aquisição de imóvel compatível com a finalidade da entidade, ora em fase de regularização de seu desmembramento junto ao RGI, para ultimação da compra e venda; Considerando a necessidade de garantir o regular funcionamento do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Norte, assim como o cumprimento das suas atribuições institucionais; Considerando que o artigo 2º da Resolução nº 812/2012 - Confere, de 19/06/2012, estabelece que a Intervenção no Core-RN poderá ser prorrogada por iguais períodos de 180 (cento e oitenta) dias, constatada a necessidade; Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para apreciar o assunto, realizada nesta data, RESOLVE: Art.1º) Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio Grande do Norte, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 04 de janeiro de 2013. Art. 2º) A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de cessarem os motivos que a determinaram, ou prorrogada por iguais períodos, caso necessário para a finalização dos trabalhos de saneamento da entidade. Art. 3º) Permanece como interventor o Dr. Daniel Nery do Vabo, com poderes de representação do Core-RN perante as entidades privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira de forma a garantir o pleno funcionamento do órgão e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que ensejaram a intervenção e de outras porventura constatadas; podendo admitir e demitir funcionários; celebrar contratos; movimentar e encerrar contas bancárias existentes em nome da entidade; assinar; requisitar e endossar cheques; depositar; sacar; transferir valores; abrir novas contas em instituição bancária e encerrá-las; nomear e destituir procuradores e prepostos; assinar orçamentos; balancetes e prestações de contas; autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Art. 4º) Esta Resolução entra em vigor nesta data.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Presidente do Conselho

RODOLFO TAVARES
Diretor-Tesoureiro

## CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

### RETIFICAÇÃO

No artigo 1º da Resolução CFESS Nº 479, de 21 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União nº 224, de 23 de novembro de 2005, Seção 1, página 88, onde se lê: CRESS da 22ª Região, com jurisdição no Estado do Pará, leia-se: CRESS da 22ª Região, com jurisdição no Estado do Piauí.

## CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

### RESOLUÇÃO Nº 13, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2012

Previsão Orçamentária. Aprovação. Sistema CONTER/CRTRS. Exercício 2013.

O CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei n.º 7.394, de 29 de outubro de 1985, regulamentada pelo Decreto n.º 92.790, de 17 de junho de 1986 e regimentais, constantes de seu Regimento Interno; CONSIDERANDO os princípios constitucionais e legais que cogentemente devem ser obedecidos pela administração pública federal notadamente aqueles mencionados no artigo 37 da Magna Carta; CONSIDERANDO o princípio da eficiência, da moralidade e da publicidade que devem, também, nortear os atos da administração financeira do Sistema CONTER/CRTRs; CONSIDERANDO a decisão do Plenário em suas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª; 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, e 20ª Sessões da III Reunião Plenária Ordinária do VI Corpo de Conselheiros do CONTER, realizada no dia 14 de dezembro de 2012, onde se decidiu pela aprovação da Previsão Orçamentária do CONTER e dos CRTRs 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª; 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª Regiões; resolve: Art. 1º - Aprovar a Previsão Orçamentária dos Conselhos Nacional e Regionais de Técnicos em Radiologia, para o exercício de 2013, conforme a Tabela a seguir:

| TABELA | | | |
|---|---|---|---|
| PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 | | | |
| CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA | | | |
| RECEITAS CORRENTES - 6.2.1.1 | 8.500.000,00 | DESPESAS CORRENTES-6.2.2.2 | 6.616.800,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL - 6.2.1.1.2 | 1.050.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL - 6.2.1.1.2 (6.2.2.1.2.44.90.51.002) | 2.704.500,00 |
| RES. DE CONTING. - 6.2.2.1.2.9.99 | 228.700,00 | | |
| TOTAL | 9.550.000,00 | TOTAL | 9.550.000,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 1º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES - | 691.200,00 | DESPESAS CORRENTES- | 648.200,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL - | 34.200,00 | DESPESAS DE CAPITAL - | 77.200,00 |
| TOTAL | 725.400,00 | TOTAL | 725.400,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 2º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 1.154.143,90 | DESPESAS CORRENTES | 917.643,90 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 25.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 261.500,00 |
| TOTAL | 1.179.143,90 | TOTAL | 1.179.143,90 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 3º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 1.925.093,40 | DESPESAS CORRENTES | 1.775.593,40 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 30.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 179.500,00 |
| TOTAL | 1.955.093,40 | TOTAL | 1.955.093,40 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 4º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 4.977.990,00 | DESPESAS CORRENTES | 4.879,990,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 98.000,00 |
| TOTAL | 4.977.990,00 | TOTAL | 4.977.990,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 5º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 8.313.822,00 | DESPESAS CORRENTES | 8.093.822,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 220.000,00 |
| TOTAL | 8.313.822,00 | TOTAL | 8.313.822,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 6º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 1.619,000,00 | DESPESAS CORRENTES | 1.539.616,80 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 79.383,20 |
| TOTAL | 1.619.000,00 | TOTAL | 1.619.000,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 7º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 497.637,52 | DESPESAS CORRENTES | 497.637,52 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 |
| TOTAL | 497.637,52 | TOTAL | 497.637,52 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 8º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 902.786,20 | DESPESAS CORRENTES | 841.109,41 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 20.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 44.000,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 37.676,79 | | |
| TOTAL | 922.786,20 | TOTAL | 922.786,20 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 9º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 915.907,33 | DESPESAS CORRENTES | 887.907,33 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 00,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 28.000,00 |
| TOTAL | 915.907,33 | TOTAL | 915.907,33 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 10º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 1.094.930,00 | DESPESAS CORRENTES | 1.081.430,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 13.500,00 |
| TOTAL | 1.094.930,00 | TOTAL | 1.094.930,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 11º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 733.780,00 | DESPESAS CORRENTES | 675.780,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 58.000,00 |
| TOTAL | 733.780,00 | TOTAL | 733.780,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 12º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 499.257,00 | DESPESAS CORRENTES | 494.257,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 5.000.00 |
| TOTAL | 499.257,00 | TOTAL | 499.257,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 13º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 505.000,00 | DESPESAS CORRENTES | 492.410,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 20.000,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 32.590,00 |
| TOTAL | 525.000,00 | TOTAL | 525.000,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 14º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 797.091,30 | DESPESAS CORRENTES | 770.066,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 27.025,30 |
| TOTAL | 797.091,30 | TOTAL | 797.091,30 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 15º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 794.263,00 | DESPESAS CORRENTES | 774.263,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 20.000,00 |
| TOTAL | 794.263,00 | TOTAL | 794.263,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 16º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 765.000,00 | DESPESAS CORRENTES | 756.500,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 8.500,00 |
| TOTAL | 765.000,00 | TOTAL | 765.000,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 17º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 482.800,00 | DESPESAS CORRENTES | 452.800,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 30.000,00 |
| TOTAL | 482.000,00 | TOTAL | 482.800,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 18º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 227.500,00 | DESPESAS CORRENTES | 227.500,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 0,00 |
| TOTAL | 227.500,00 | TOTAL | 227.500,00 |
| CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA 19º REGIÃO | | | |
| RECEITAS CORRENTES | 706.540,00 | DESPESAS CORRENTES | 665.940,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 0,00 | DESPESAS DE CAPITAL | 40.600,00 |
| TOTAL | 706.540,00 | TOTAL | 706.540,00 |

Artigo 2º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Artigo 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

VALDELICE TEODORO
Diretora-Presidente

HAROLDO FÉLIX DA SIL
Diretor-Secretário

ABELARDO RAIMUNDO DE SOUZA
Diretor-Tesoureiro

## CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7ª REGIÃO

### RESOLUÇÃO Nº 65, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre as multas de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para o exercício de 2013 junto ao CREF7 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme o inciso IX do art. 40, do Estatuto do CREF7; CONSIDERANDO a Resolução CONFEF número 248/2012; CONSIDERANDO o artigo 23, inciso VI do Estatuto do CREF7, que estabelece ser sua competência fixar, dentro dos limites estabelecidos pelo CONFEF, o valor das contribuições, anuidades, taxas, multas e emolumentos, através de Resolução sobre o tema, publicada até 31 de dezembro do ano anterior à cobrança, em consonância ao princípio da anterioridade; CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação do Plenário do CREF7 na Reunião do dia 15 de dezembro de 2012; RESOLVE: Art. 1º - O valor das multas a serem aplicadas às Pessoas Físicas e/ou Pessoas Jurídicas no ano de 2013, será de até três vezes o valor da anuidade de 2013, estabelecida na Resolução CREF7 número 064/2012. Art. 2º - Nos termos da Resolução CONFEF número 248/2012, o CREF7/DF estabelecerá, mediante promulgação de Resolução própria, e respeitando o limite estabelecido, o valor das multas a que se refere o artigo anterior, inclusive, as multas de irregularidades referentes ao exercício profissional, discriminando o valor a ser aplicado em cada infração cometida. Art.3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RICARDO CARNEIRO DIAS GABRIEL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

## CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARÁ

### DELIBERAÇÃO Nº 177, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012

O Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará, Dr. Daniel Jackson Pinheiro Costa, torna pública a Deliberação CRF/PA nº 177/2012, aprovada em reunião Plenária realizada em 11.12.2012, que dispõe sobre a correção dos valores das anuidades e taxas devidas ao Conselho Regional de Farmácia do Pará para o Exercício de 2013.

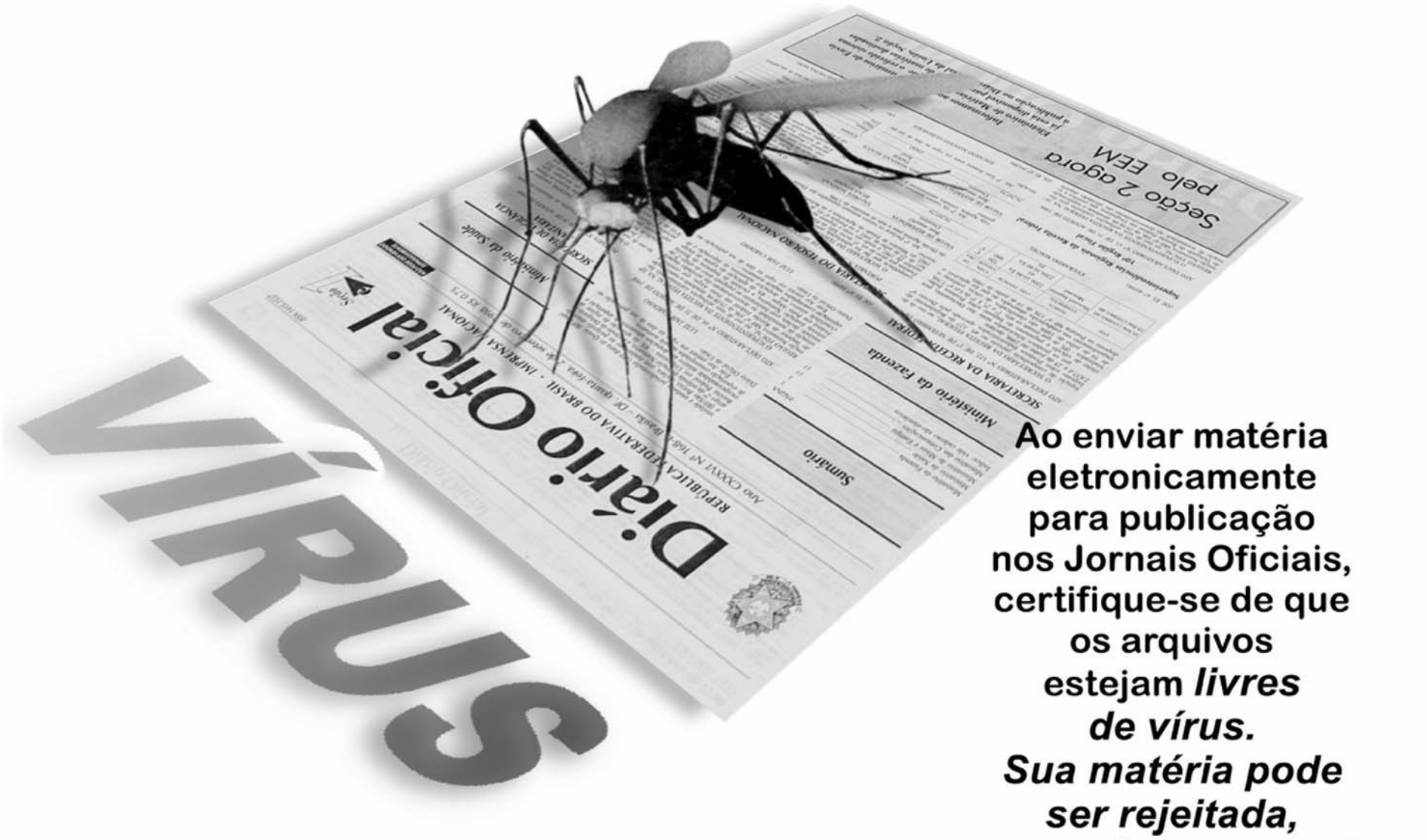
DANIEL JACKSON PINHEIRO COSTA

ANEXO

| PESSOA | CAPITAL SOCIAL (R$) | VALOR DA ANUIDADE (R$) |
|---|---|---|
| FÍSICA - NÍVEL SUPERIOR | - | 381,56 |
| FISICA - NÍVEL MÉDIO | - | 190,78 |
| RECÉM-INSCRITO (1ª INSCRIÇÃO) | - | 50% dos respectivos valores para nível superior e para nível médio. |
| JURÍDICA | Até 50.000,00 | 529,95 |
| | Acima de 50.000,00 e até 200.000,00 | 1.059,90 |
| | Acima de 200.000,00 e até 500.000,00 | 1.589,85 |
| | Acima de 500.000,00 e até 1.000.000,00 | 2.119,80 |
| | Acima de 1.000.000,00 até 2.000.000,00 | 2.649,75 |
| | Acima de 2.000.000,00 e até 10.000.000,00 | 3.179,70 |
| | Acima de 10.000.000,00 | 4.239,60 |

| ESPÉCIE DE TAXAS | VALOR (R$) |
|---|---|
| Inscrição de Pessoa Jurídica | 388,17 |
| Inscrição de Pessoa Física (nível superior) | 64,67 |
| Inscrição de Pessoa Física (nível médio) | 32,34 |
| Inscrição de Pessoa Física - Recém Inscrito (1ª inscrição) | 64,67 (nível superior)<br>32,34 (nível médio) |
| Transferência | 129,35 |
| Expedição ou Substituição de Carteira | 77,60 |
| Expedição ou Substituição de Cédula | 77,60 |
| Expedição de 2ª via | 77,60 |
| Certidões | 258,70 |






# ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

**Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus. Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.***

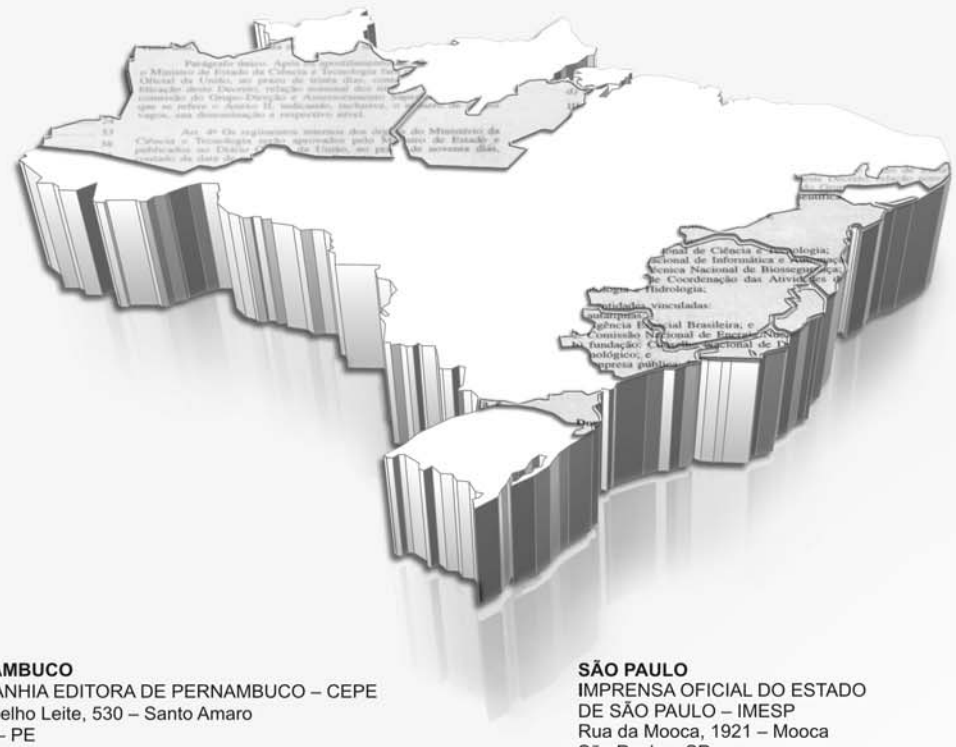
**Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!**

***Atualize seu software antivírus*** **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121800124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.



## Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:

**AMAZONAS**
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

**BAHIA**
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

**DISTRITO FEDERAL**
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

**ESPIRITO SANTO**
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

**MINAS GERAIS**
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

**PARÁ**
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

**PERNAMBUCO**
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

**RIO DE JANEIRO**
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

**SANTA CATARINA**
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES
LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572 / 3257-3500 / 3257-3200
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

**SÃO PAULO**
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

**SERGIPE**
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405



# REVENDA AVULSA DE JORNAIS OFICIAIS

A Imprensa Nacional está cadastrando revendedores de bancas de jornal de natureza jurídica ou física, inscritos como profissionais autônomos na Previdência Social, revendedores de livros, empresas de finalidades assemelhadas e entidades de caráter associativo que tenham interesse em revender o Diário Oficial da União e outras publicações oficiais.

Informações: Central de Atendimento
0800 725 6787 ou pelo portal
www.in.gov.br

# VOCÊ SABIA QUE...



Réplica da nau Medusa, que está em exposição no Museu da Imprensa.

...os primeiros prelos da Impressão Régia vieram nos porões da nau Medusa, quando da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, trazendo à colônia inestimáveis benefícios, dentre os quais, a criação de uma Imprensa Oficial?

*SIG, Quadra 6, Lote 800,*
*Brasília - DF*
*CEP 70610-460*

*www.in.gov.br*
*ouvidoria@in.gov.br*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012121800127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

# Leis, Decretos e Medidas Provisórias
## agora reunidos em volumes mensais




A Imprensa Nacional lança a série
**Separata dos Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo**,
uma publicação de periodicidade mensal, cujo conteúdo é extraído da base de dados do Diário Oficial da União. O novo produto oferece à sociedade mais uma forma de acessibilidade, com portabilidade, aos atos do Governo, facilitando ações cidadãs a partir da pluralização dos meios de divulgação oficial.
A Separata já se encontra disponível para assinatura ou venda avulsa.

Informações e vendas pelo telefone
**0800 725 6787**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808
IMPRENSA NACIONAL 1808